



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Artes e Letras

**Participação e deliberação *online*:
o enquadramento mediático e os comentários dos
leitores no debate sobre a formação
do XXI Governo Constitucional**

Ricardo Morais

Tese para obtenção do Grau de Doutor em
Ciências da Comunicação
(3º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor João Carlos Ferreira Correia

Covilhã, Setembro de 2018

Dedicatória

À minha mãe e ao meu pai,

pela paciência, pelo apoio e pelo afecto.

Aos meus irmãos, à minha cunhada e à minha sobrinha

que sempre me ajudaram.

Aos meus amigos, que sempre me incentivaram

para continuar e para não desistir, apesar dos anos.

À Clara por estar comigo nesta e em tantas outras lutas,

por me ajudar sempre a levantar quando estou em baixo

e, acima de tudo, por acreditar em mim, quando eu próprio

não acredito.

Agradecimentos

Agradeço ao Professor João Carlos Correia pela paciência, por nunca ter desistido de mim, apesar de terem passado tantos anos. Um agradecimento pelo apoio e acompanhamento permanente, mas também por me estimular sempre a investigar, mais e melhor.

Agradeço à Professora Anabela Gradim, com quem partilhei a docência ao longo dos anos e de quem tive sempre uma palavra de encorajamento para chegar ao fim desta jornada.

Agradeço a todos os professores com quem me cruzei no Departamento de Comunicação e Artes e na Faculdade de Artes e Letras pelo apoio.

Agradeço ainda a todos os alunos com quem me cruzei ao longo dos anos pela partilha de experiências.

Prefácio

O contexto que levou à formação e tomada de posse, a 26 de novembro de 2015, do XXI Governo Constitucional, configura um dos momentos mais marcantes da recente história da política portuguesa. As circunstâncias que levaram à formação de dois governos, na sequência do ato eleitoral de 04 de outubro de 2015, não podem ser ignoradas. Durante cerca de dois meses, a opinião pública foi acompanhando, ainda que, quase sempre, com poucas informações (afinal de contas, muito do que se passou nos bastidores só seria tornado público mais tarde em trabalhos como o das jornalistas Márcia Galvão e Rita Tavares (2016), e na análise histórica e política de André Freire (2017) sobre a organização das esquerdas no país e na Europa), os desenvolvimentos na constituição daquele que viria a ser o novo governo de Portugal, resultado de um acordo histórico entre os partidos de esquerda do país¹.

Nos meios de comunicação, centenas de notícias, dezenas de reportagens e debates, foram dando conta dos passos das principais figuras políticas do país, avançando os mais improváveis cenários. O termo “geringonça” (usado pela primeira vez por Vasco Pulido Valente numa crónica publicada em 2014 no jornal “Público”, para se referir ao PS que saíra das eleições primárias²), e que o líder do CDS, Paulo Portas, utilizou como *sound bite* para se referir aos acordos entre os partidos da esquerda, passou a abrir telejornais e a fazer manchetes nas principais publicações do país.

A metáfora foi utilizada por todos os meios de comunicação, sem exceção, para se referirem aquela que se adivinhava, cada vez mais, como a solução que governaria o país. Esta descrição daquele que seria o novo governo, que começou por ser usada pelos partidos da direita (PSD e CDS-PP) de forma depreciativa, acabaria por ser apropriada pelos próprios atores políticos que a formaram, realçando desta forma, “a ideia de estarmos efetivamente perante uma inovação

¹ Neste ponto importa realçar, por um lado, que os conceitos de esquerda e direita são dicotómicos e antitéticos, mas também plurais e nesse sentido fala-se hoje cada vez mais em “esquerdas” e “direitas”. Como refere Bobbio, “o critério para distinguir a direita da esquerda é a diversa apreciação [*apprezzamento*] da ideia da igualdade, e que o critério para distinguir a ala moderada da ala extremista, tanto na direita quanto na esquerda, é a diversa postura [*atteggiamento*] diante da liberdade” (1995, p. 118). Para o cientista político italiano são as díades igualdade-desigualdade e liberdade-autoridade que separam esquerda e direita, bem como moderados e extremistas, esta distinção permite “(...) ao mesmo tempo responde à bem mais difícil objeção de que são considerados de direita e esquerda doutrinas e movimentos não homogêneos como, à esquerda, comunismo e socialismo democrático, e, à direita, fascismo e conservadorismo...” (ibidem, p. 119). Por outro lado, Freire e Belchior (2010), considerando a liberdade e igualdade entendem que “a esquerda é fundamentalmente conotada como uma concepção tradicional da defesa da mudança social direcionada para a igualdade política, económica e social, e com um papel central do Estado na promoção dessa igualdade, e a direita se identifica como um papel instrumental do mercado na promoção do crescimento e da eficiência económica, e com a conservação do padrão sociopolítico vigente” (p. 109).

² Para ler a crónica ver [url] <https://www.publico.pt/2014/08/31/politica/opiniao/a-geringonca-1668146>

“engenhosa” quando comparada com os anteriores governos constitucionais, mas que se pretende igualmente “estável”” (Teixeira, 2018, pp. 79-80).

A expressão que pretendia classificar a solução governativa como instável e desajustada, foi a mesma que os partidos da esquerda passaram a utilizar para dar conta da inovação relativamente aos anteriores governos constitucionais e, por conseguinte, à mudança que a formação do XXI Governo Constitucional introduziu no sistema partidário. Como lembra Carlos Jalali, essa diferença e inovação é realçada nas “declarações de António Costa, em março de 2016, por ocasião dos 100 dias do governo, em que referiu que “quiseram diminuir” o governo “chamando-lhe geringonça”, mas uma “geringonça é uma coisa engenhosa” e “a maioria demonstra que é capaz de resistir e que está de boa saúde” (Jalali, 2017b, pp. 88-89).

É por entendermos que este processo de formação governativa tem contornos únicos em Portugal, não apenas do ponto de vista político, mas também ao nível do desenvolvimento na esfera pública, que resolvemos utilizá-lo como estudo de caso no nosso trabalho. Afinal de contas e “ao contrário de muitos outros países da Europa Ocidental, esta solução [governo de esquerdas ou governo de esquerda plural] chegou tardiamente ao país (...) cerca de vinte e seis anos depois da queda do Muro de Berlim” (Freire, 2017a, pp. 11-12). É precisamente o debate público, considerado aqui à luz dos princípios da teoria deliberativa, e em particular a avaliação da sua qualidade, que nos interessa investigar.

Entre os espaços de participação colocados ao dispor dos cidadãos, optámos por analisar aqueles dedicados aos comentários dos leitores, na medida em que estes conformam arenas particulares para a participação e onde podem surgir diferentes opiniões. A unidade de análise foram então os comentários sobre o processo de formação do XXI Governo Constitucional e a sua expressão num meio de comunicação particular, o único nativo digital nacional de âmbito generalista, mas sobretudo o projeto de comunicação que em Portugal se apresenta mais ideologicamente alinhado à direita, com um posicionamento editorial patente nos conteúdos contrário à formação de uma solução governativa à esquerda, e cuja própria audiência se encontra mais à direita do espectro político (de acordo com o *Digital News Report 2017* do *Reuters Institute for the Study of Journalism*).

É considerando estas características que entendemos estudar o “Observador”, nomeadamente porque pretendemos perceber se os enquadramentos, argumentos e atores que ganham visibilidade nas peças jornalísticas deste meio, considerando o caso em análise, afetam as próprias discussões que possam ter lugar nos espaços de comentários, mas são também afetadas por estas, seguindo a ideia de um *framing* deliberativo (Barisione, 2012, pp. 5-6), ou seja, um enquadramento dominante capaz de orientar um debate em torno de um determinado quadro interpretativo.

O objetivo é, portanto, o de perceber se o alinhamento ideológico e o posicionamento de um determinado projeto jornalístico se reflete no enquadramento mediático e pode dessa forma

influenciar o modo como os leitores expressam a sua opinião sobre um determinado tema. Esta indagação vai de encontro às restantes questões que nos propomos responder neste trabalho e que passam por saber se as discussões que têm lugar online promovem efetivamente uma troca democrática de ideias e opiniões? E em que medida é que os espaços de comentários se configuram como efetivos fóruns deliberativos?

Por outro lado, e considerando o campo de estudos sobre a discussão de conteúdos jornalísticos nos *media* sociais, procedemos à análise dos comentários no *site* da rede social Facebook, nomeadamente a partir das publicações do projeto jornalístico já referido. Desta forma procuramos perceber as potencialidades desta rede social enquanto plataforma capaz de acolher a discussão de questões públicas tematizadas pelo jornalismo, mas também se existe neste ambiente aberto e não especializado para a discussão política (Mendonça, Sampaio & Barros, 2016b), um processo de troca de ideias, seguindo a linha da deliberação *online*.

São estas as dimensões e as perguntas que nos guiam ao longo de um trabalho que se encontra ancorado nos estudos sobre deliberação *online* e que pretende contribuir para o aprofundamento da investigação nesta área, ao mesmo tempo que estabelece um cruzamento com a literatura sobre o *framing*, e em particular o *framing* deliberativo.

Resumo

Desde meados da década de 1990, momento em que se dá a expansão da Internet, que uma boa parte do debate sobre as potencialidades desta nova tecnologia de comunicação foi direcionado para a possibilidade de melhoria dos procedimentos democráticos. Esta tendência de olhar para a Internet enquanto tecnologia capaz de dinamizar o sistema democrático, não é alheia ao período conturbado que a maioria das democracias ocidentais enfrenta desde então, com uma quebra acentuada ao nível da confiança nas instituições políticas e uma crescente falta de envolvimento e participação na vida pública. No caso português, esta desconfiança, bem como o nível de insatisfação com o funcionamento da democracia, acentuou-se, de acordo com os dados do Eurobarómetro, com o pedido de resgate financeiro, a intervenção da Troika e a aplicação de políticas de austeridade no período que vai de 2011 a 2014. Estas medidas geraram grande agitação social e aumentaram as dúvidas quanto ao desempenho democrático.

No entanto, as elevadas expectativas quanto ao potencial transformador da Internet deram lugar, nos últimos anos, a análises menos entusiastas e a narrativas mais realistas quanto ao papel das tecnologias digitais de comunicação. Sem a euforia dos estudos do final do século XX, nesta investigação propomo-nos observar o ambiente digital a partir das teorias da democracia deliberativa, considerando a possibilidade de formação de novos ambientes participativos. Entre os espaços de participação colocados ao dispor dos cidadãos no ambiente digital, optámos por analisar aqueles dedicados aos comentários dos leitores, na medida em que estes conformam arenas particulares para a deliberação.

Neste contexto, e considerando o processo de formação do XXI Governo Constitucional, enquanto estudo de caso, analisam-se os comentários num meio de comunicação particular: o jornal *online* “Observador”. Este meio é escolhido enquanto único nativo digital nacional de âmbito generalista, mas sobretudo porque é o projeto de comunicação mais alinhado à direita, ao nível dos conteúdos e da audiência, e por isso *à priori* mais contrário à formação de uma solução governativa que unisse as diferentes formações políticas de esquerda. A investigação procura dessa forma perceber se os enquadramentos, argumentos e atores que ganham visibilidade nas peças jornalísticas deste meio, considerando o caso em análise, afetam as próprias

discussões que possam ter lugar nos espaços de comentários, seguindo a ideia de um *framing* deliberativo, ou seja, a existência de um enquadramento dominante capaz de balizar o debate em torno de um determinado quadro interpretativo. Esta indagação vai de encontro às restantes questões que nos propomos responder neste trabalho e que passam por saber se as discussões que têm lugar *online* promovem efetivamente uma troca democrática de ideias e opiniões, e em que medida é que os espaços de comentários se configuram como efetivos fóruns deliberativos?

São estas as dimensões que nos guiam ao longo de um trabalho que se encontra ancorado nos estudos sobre deliberação *online* e que pretende contribuir para o aprofundamento da investigação nesta área, ao mesmo tempo que estabelece um cruzamento com a literatura sobre o *framing*, e em particular o *framing* deliberativo.

Palavras-chave

Democracia, Internet, participação, deliberação online, framing, XXI Governo Constitucional

Abstract

Since the middle of the 1990's, when the Internet started to grow, that a major part of the debate on the possibilities of this new communication technology was directed to the opportunity to improve democratic actions. The trend to look at the internet as a technology able to dynamize the democratic system is related to the difficult moments lived by occidental democracies since that period, as trust issues regarding political institutions are growing, as well as a lack of participation in the public life in general. Nevertheless, the high expectations created by the Internet have made room for less-enthusiastic reports and more-realistic narratives about the true role of digital communication technologies. In the Portuguese case, this mistrust, as well as the level of dissatisfaction with the functioning of democracy, accentuated, according to the Eurobarometer data, due to the financial rescue request, the intervention of the Troika and the application of austerity policies in the which runs from 2011 to 2014. These measures generated great social unrest and increased doubts about the democratic performance.

Moving past the euphoria of the studies dating from the XXth century, the following research seeks to observe the digital environment based on the theories of deliberative democracy, considering the possibility of new participative environments.

Among the participation spaces offered to citizens in the digital environment, we opted to analyze those dedicated to readers' comments, since they create specific areas for deliberation. In this context, and considering the creation process of the XXIst Constitutional Government as a case study, comments were analyzed focusing on the online newspaper "Observador". This medium was chosen, as it is the only nationally digital native, with a generalistic approach. Moreover, it also is the more right-winged communication project, regarding audiences and content, and would, therefore, appear to be the most antagonistic with the creation of a left government.

This study seeks to understand if framing, arguments, and players who gain visibility in this medium's journalistic pieces, considering the case under study, and the discussions made in the comment section, following the idea of a deliberative framing, the existence of a dominant framing, able to create a debate around a specific interpretative frame. This question goes against the rest of the matters that we propose to answer in this study, and whether the discussions that take place online effectively promote a democratic exchange of ideas and opinions, and to what extent the spaces of comments are configured as effective deliberative forums?

These are the dimensions that guide us through a work that is anchored in the studies about online deliberation and that intends to contribute to the deepening of the investigation in this area while establishing a cross with the literature on framing, and in particular, deliberative framing.

Keywords

Democracy, Internet, participation, online deliberation, framing, XXI Constitutional Government

Índice

Resumo	xi
Introdução.....	1
Parte I.....	13
Enquadramento teórico	13
Capítulo 1. Teoria Democrática e Democracia Deliberativa	15
1.1. Das origens da democracia ao desenvolvimento das democracias contemporâneas.	22
1.2. Duas tradições no pensamento democrático moderno: liberalismo e republicanismo.....	25
1.3. Três modelos de democracia: elitista, participativo e deliberativo.....	28
1.3.1. Modelo liberal-elitista de democracia: origem e fundamentos.	29
1.3.1.1. A “crise da representação” na sociedade contemporânea?.....	33
1.3.2. Modelo participativo de democracia: origem e fundamentos	35
1.3.2.1. Limites do modelo participativo de democracia: o problema da participação na sociedade contemporânea.	38
1.3.3. Modelo deliberativo de democracia: origens e fundamentos.....	41
1.3.3.1. Limites e possibilidades da democracia deliberativa	51
1.3.3.2. A centralidade da comunicação no modelo deliberativo.	57
Capítulo 2. Esfera pública, media e deliberação.	61
2.1. Origem e estrutura do conceito de esfera pública.....	62
2.2. Das perspetivas críticas ao declínio da esfera pública.....	68
2.3. As novas esferas públicas e os <i>media</i>	75
2.3.1. Os <i>media</i> , o jornalismo e a esfera de visibilidade pública.	82
2.4. Das esferas públicas à deliberação pública.	85
2.5. A deliberação pública e os <i>media</i>	90
2.6. <i>Deliberative framing</i> : a deliberação a partir dos enquadramentos	96
Capítulo 3. Internet, democracia e deliberação.	105
3.1. O potencial democrático da Internet: entre discursos revolucionários e perspetivas críticas	108
3.2. A nova “arquitetura de participação” promovida pela Internet.	111
3.2.1. Os <i>media</i> sociais e as formas alternativas de participação.....	115
3.3. Deliberação <i>online</i> : as possibilidades da Internet para a deliberação.	120
3.3.1. Desenho e estrutura dos espaços de discussão <i>online</i>	128
3.3.2. Contexto, temática e perfil dos participantes.	133
3.4. A análise da deliberação <i>online</i> em ambientes informais: as secções de comentários dos <i>websites</i> dos jornais.	137
3.5. Critérios para avaliar a qualidade da deliberação <i>online</i>	145
3.6. Entre fraquezas e desafios: o caminho a percorrer no estudo da deliberação <i>online</i>	155
Parte II	160
Investigação Empírica	160
Capítulo 4. Metodologia e Desenho da Investigação.....	162

4.1. Seleção do caso de estudo: o processo de formação do XXI Governo Constitucional.	163
4.2. Seleção das esferas de participação: os espaços de comentários nas páginas dos meios de comunicação e no Facebook.	166
4.3. Constituição da amostra: a escolha do jornal <i>online</i> “Observador”	169
4.4. A análise de conteúdo como estratégia de recolha de dados.	174
4.4.1. Definição das categorias de análise: o estudo dos comentários.	175
4.4.2. Definição das categorias de análise: o estudo das notícias.	185
Capítulo 5. Apresentação e discussão dos resultados.	188
5.1. Os enquadramentos dominantes: conflitos internos, especulação e políticas para o futuro.	189
5.2. Avaliação da qualidade da deliberação nos comentários dos leitores.	194
5.2.1. Design e estrutura do espaço de comentários do jornal <i>online</i> “Observador”.	194
5.2.2. Perfil dos leitores que comentaram as notícias no jornal <i>online</i> “Observador”: a formação de comunidades em torno da polarização.	196
5.2.2. Avaliação da qualidade da deliberação <i>online</i>	203
5.3. Deliberative <i>framing</i> : a reinterpretação dos quadros a partir dos comentários.	217
Capítulo 6. Considerações finais.	222
Conclusões	223
Propostas	226
Referências Bibliográficas	230
Anexos	264
Anexo I- Tabela com as notícias analisadas durante o período da amostra (parte I)	266
Anexo II- Tabela com as notícias analisadas durante o período da amostra (parte II)	267
Anexo III- Notícia Nº1	268
Anexo IV- Notícia Nº2	269
Anexo V- Notícia Nº3	270
Anexo VI- Notícia Nº4	271
Anexo VII- Notícia Nº5	272
Anexo VIII- Notícia Nº6	273
Anexo IX- Notícia Nº7	274
Anexo X- Notícia Nº8	275
Anexo XI- Notícia Nº9	276
Anexo XII- Notícia Nº10	277
Anexo XIII- Notícia Nº11	278
Anexo XIV- Notícia Nº12	279
Anexo XV- Notícia Nº13	280
Anexo XVI- Notícia Nº14	281
Anexo XVII- Notícia Nº15	282
Anexo XVIII- Notícia Nº16	283
Anexo XIX- Notícia Nº17	284
Anexo XX- Notícia Nº18	285
Anexo XXI- Notícia Nº19	286
Anexo XXII- Notícia Nº20	287
Anexo XXIII- Notícia Nº21	288
Anexo XXIV- Notícia Nº22	289
Anexo XXV- Notícia Nº23	290
Anexo XXVI- Notícia Nº24	291
Anexo XXVII- Notícia Nº25	292
Anexo XXVIII- Notícia Nº26	293
Anexo XXIX- Notícia Nº27	294
Anexo XXX- Notícia Nº28	295
Anexo XXXI- Notícia Nº29	296
Anexo XXXIII- Notícia Nº30	297

Anexo XXXIV- Notícia Nº31	298
Anexo XXXV- Notícia Nº32	299
Anexo XXXVII- Notícia Nº33	300
Anexo XXXVIII- Notícia Nº34	301
Anexo XXXIX- Notícia Nº35	302
Anexo XL- Notícia Nº 36(Parte I)	303
Anexo XLI- Notícia Nº 36(Parte II)	304
Anexo XLII- Notícia Nº 36(Parte III)	305
Anexo XLIII- Notícia Nº 36(Parte IV)	306
Anexo XLIV- Notícia Nº37	307
Anexo XLV- Notícia Nº38	308
Anexo XLVI- Notícia Nº39	309
Anexo XLVII- Notícia Nº40	310
Anexo XLVIII- Notícia Nº41	311
Anexo XLIX- Notícia Nº42	312
Anexo L- Notícia Nº 43 (Parte I)	313
Anexo LI- Notícia Nº43 (Parte II)	314
Anexo LII- Notícia Nº43 (Parte III)	315
Anexo LIII- Notícia Nº43 (Parte IV)	316
Anexo LIV- Notícia Nº43 (Parte V)	317
Anexo LV- Notícia Nº44	318
Anexo LVI- Notícia Nº45	319
Anexo LVII- Notícia Nº46	320
Anexo LVIII- Notícia Nº47	321
Anexo LIX- Notícia Nº48	322
Anexo LX- Notícia Nº49	323
Anexo LXI- Notícia Nº50	324
Anexo LXII- Notícia Nº51	325
Anexo LXIII- Notícia Nº52	326
Anexo LXIV- Notícia Nº53	327
Anexo LXV- Notícia Nº54	328
Anexo LXVI- Notícia Nº55	329
Anexo LXVII- Notícia Nº56	330
Anexo LXVIII- Notícia Nº57	331
Anexo LXIX- Notícia Nº58	332
Anexo LXX- Link para aceder aos comentários analisados.	333
https://meocloud.pt/link/a4ff2d05-791e-4079-bd38-98f39345b8ae/TESE_DOUTORAMENTO/	333

Lista de Figuras

Figura 1. Cronologia da formação do XXI Governo Constitucional.	166
Figura 2. Distribuição das organizações noticiosas no eixo ideológico.	170
Figura 3. Processo de seleção da amostra.	173
Figura 4. Número de peças em que cada ator político é referido.	193
Figura 5. Distribuição dos participantes por sexo e plataforma onde estão alojados os comentários.	198

Lista de Gráficos

Gráfico 1. Distribuição das notícias por dias.	172
Gráfico 2. Números de comentários e número de partilhas por notícia.	173
Gráfico 3. Distribuição dos comentários de acordo com a plataforma.....	174
Gráfico 4. Tipo de elemento que esteve na origem da notícia (<i>trigger</i>).....	189
Gráfico 5. Enquadramento geral das notícias.	190
Gráfico 6. Enquadramento específico das notícias.	191
Gráficos 7 e 8. Cruzamento <i>frame</i> específico com <i>trigger</i>	192
Gráfico 9. Identificação dos comentários dos leitores.	197
Gráfico 10. Número de vezes que cada participante comenta no jornal e no Facebook.	199
Gráfico 11. Posicionamento quanto à formação de um governo de esquerda.	202
Gráfico 12. Índice de racionalidade dos comentários em cada plataforma.	203
Gráfico 13. Índice de racionalidade dos comentários por plataforma.....	204
Gráfico 14. Índice de reciprocidade dos comentários em cada plataforma	205
Gráfico 15. Índice de reciprocidade dos comentários por plataforma.	206
Gráfico 16. Distribuição dos comentários entre mensagens novas e respostas.	207
Gráfico 17. Percentagem de comentários com likes no Facebook.	208
Gráfico 18. Apresentação de razões para opinião apresentada em cada plataforma.....	210
Gráfico 19. Apresentação de razões para opinião apresentada por plataforma.	211
Gráfico 20. Apresentação de razões para opinião apresentada em cada plataforma.....	212
Gráfico 21. Apresentação de razões para opinião apresentada em cada plataforma.....	213
Gráfico 22. Relação que os leitores estabelecem com a informação.....	215
Gráfico 23. Níveis gerais de respeito dos comentários em cada plataforma.	216
Gráfico 24. Frame dominante nos comentários analisados e interpretação da questão sob deliberação.	218
Gráfico 25. Identificação dos frames em cada uma das plataformas analisada.	219

Lista de Tabelas

Tabela 1. Categorias para avaliar a deliberação de acordo com o DQI.	147
Tabela 2. Atualização dos critérios do DQI para avaliar a deliberação	149
Tabela 3. Esquema de codificação para avaliar a deliberação proposto por Stromer-Galley	151
Tabela 4. Operacionalização da deliberação no contexto dos comentários do leitor.	152
Tabela 5. Indicadores para avaliar a deliberação de acordo com o Kies (2010).	154
Tabela 6. Variáveis e categorias de análise utilizadas na construção da base de dados.	177
Tabela 7. Variáveis e categorias de análise exclusivas para o site da rede social Facebook.	184
Tabela 8. Operacionalização das variáveis e categorias para a análise das notícias.	186
Tabela 9. Operacionalização da análise deliberativa dos enquadramentos.	186
Tabela 10. Cruzamento entre as variáveis reciprocidade e racionalidade	209
Tabela 11. Cruzamento entre as variáveis interatividade e racionalidade	209
Tabela 12. Cruzamento entre as variáveis reciprocidade e apresentação de razões.	211
Tabela 13. Cruzamento entre as variáveis reciprocidade e nível de justificação	214
Tabela 14. Cruzamento entre os <i>frames</i> dos comentários e os <i>frames</i> nas notícias.	220
Tabela 15. Cruzamento entre os <i>frames</i> dos comentários e os <i>frames</i> deliberativas.....	221

Lista de Acrónimos

AR	Assembleia da República
BE	Bloco de Esquerda
CDS-PP	Centro Democrático Social - Partido Popular
DQI	Discourse Quality Index
PaF	Portugal à Frente
PCP	Partido Comunista Português
PM	Primeiro-Ministro
PR	Presidente da República
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata
WWW	World Wide Web

Introdução

Com o desenvolvimento das novas tecnologias digitais, e em particular da Internet, surgiram, nas sociedades contemporâneas, novas formas de participação do público, mas ao mesmo tempo emergiram também novos desafios para os meios de comunicação, para a atividade jornalística e para a própria democracia. Na realidade e “desde que a Internet fez o seu grande avanço no mundo ocidental na década de 1990, ela foi rodeada por especulações e análises quanto ao seu verdadeiro potencial para a democracia moderna tardia (cf. Chadwick 2006; Loader 2007; Olsson & Dahlgren, 2010)” (Olsson, 2014, p. 206)³.

Mas é a quebra ao nível da confiança e a crescente falta de envolvimento e participação dos cidadãos nos assuntos democráticos, resultado das crises económicas, sociais e políticas que se fizeram sentir no mundo ocidental (Dahlgren, 2014), um dos principais motivos que contribui para que, desde cedo, alguns teóricos tenham considerado a Internet como uma ferramenta com potencial para revitalizar a democracia (Olsson, 2014). Em grande medida, seria o carácter interativo deste novo meio digital, mas também a alteração que introduziu na lógica de produção, distribuição e consumo de informação, que ajudariam a promover uma nova cultura participativa, no âmbito daquilo a que Henry Jenkins (2006) chamou de nova “ecologia mediática”, uma nova cultura de convergência e um modelo orientado para a sociabilização, para a interação (Amaral, 2016, p. 20), que vários autores têm destacado como sendo responsável pela criação de ambientes mais interativos e participativos (Tellería, 2017; Tellería, Correia & Rocha, 2017; Amaral, 2016).

A Internet, enquanto “rede de computadores interconectados que compreende uma variedade de plataformas, dispositivos e protocolos que facilitam o fluxo global de dados que podem ser usados, compartilhados, armazenados e recuperados pelos usuários”, passou acima de tudo a “simbolizar as aspirações contemporâneas de comunicar sem restrições” (Coleman, 2017, p. 2)⁴. Esta dimensão comunicativa é reforçada com o advento da *web 2.0* e em particular com o surgimento dos *social media*, que fizeram emergir novos espaços para a participação dos cidadãos, expandindo as vozes que ganham visibilidade e podem ser ouvidas na esfera pública (Dahlgren, 2014; Coleman, 2017).

³ Na redação deste trabalho optámos pela tradução livre, para Português, das citações de que nos socorremos, originalmente noutras línguas. A decisão foi tomada no sentido de harmonizar o texto, além de tornar o processo de leitura mais fluente. No entanto, para evitar eventuais mal-entendidos, numerámos cada tradução e incluímos todas as citações, nas suas versões originais, em nota de rodapé. “Ever since the Internet made its big breakthrough into the Western world in the 1990s, it has been surrounded by both speculations about and analyses of its potential significance for late modern democracy (cf. Chadwick 2006; Loader 2007; Olsson and Dahlgren 2010)” (Olsson, 2014, p. 206).

⁴ “(...) as a network of interconnected computer networks comprising a range of platforms, devices and protocols facilitating a global flow of data that can be used, shared, stored and retrieved by users, the Internet has come to symbolize contemporary aspirations to communicate without restraint” (Coleman, 2017, p. 2).

Estas novas possibilidades de comunicação, introduzidas pelas tecnologias digitais, acabam por dar resposta a um declínio acentuado ao nível da confiança dos cidadãos nas instituições, mas também à falta de oportunidades de participação na esfera pública. “As tecnologias de comunicação digital apontam para formas inovadoras de atravessar a distância entre a experiência quotidiana e o governo democrático” (Coleman, 2017, pp. 10-11)⁵.

É neste contexto que as potencialidades da Internet e dos *media* sociais surgem ligados às teorias da democracia deliberativa, conceção democrática que assenta a sua ação num ideal baseado na racionalidade dos cidadãos, tendo a deliberação pública como principal objetivo influenciar o processo de tomada de decisão, mas também, intensificar a vitalidade das instituições democráticas (Dahlgren, 2006; Silva, 2013). Com efeito, o conceito de esfera pública de Habermas (1996) é utilizado por este modelo como o espaço ampliado da sociedade onde os cidadãos deliberam sobre as questões públicas. Privilegiando o ideal democrático e conferindo aos cidadãos a possibilidade de deliberarem racionalmente sobre as decisões que lhes dizem respeito, a esfera pública central no modelo de democracia deliberativa ergue-se ligada ao papel desempenhado pela comunicação, com destaque para os meios de comunicação e, neste caso em particular, para a Internet.

Como refere Stephen Coleman, “a maioria das pessoas sente que um sistema político em que todos têm o direito de votar, mas ninguém tem tempo ou espaço para refletir sobre as suas próprias opiniões ou ouvir os outros, é uma versão bastante vazia da democracia” (Coleman, 2017, p. 33). O autor defende assim que o que falta “na democracia política contemporânea é a deliberação: a oportunidade de partilhar, comparar, argumentar e trocar ideias com os outros” (*ibidem*)⁶.

Apesar de reconhecer a importância da Internet e do papel que esta pode assumir ao nível do exercício democrático, Coleman alerta que tudo dependerá sempre do tipo de democracia que se quer fortalecer, mas sobretudo que a Internet só por si não produzirá qualquer mudança (*ibidem*, p. 55).

No entanto, a verdade é que grande parte da literatura sobre a relação entre as tecnologias digitais e a democracia é balizada por perspetivas claramente opostas ou, como refere Correia, por “uma divisão teórica entre “euforia cibernética” e “distopia digital” (2016a, p. 101)⁷. Por um lado, encontramos os defensores da sociedade da informação que efusivamente acreditam

⁵ “Rather than displacing political representation, digital communication technologies point towards innovative ways of spanning the distance between everyday experience and democratic governance” (Coleman, 2017, pp. 10-11).

⁶ “Most people sense that a political system in which everyone has the right to vote, but nobody has time or space to reflect on their own opinions or listen to others, is a rather hollow version of democracy. The missing element of contemporary political democracy is deliberation: the opportunity to share, compare, argue and resolve views with others. For deliberation to be effective, it must be socially cross-cutting, bringing together diverse individuals, communities and perspectives into a respectful public dialogue” (Coleman, 2017, p. 33).

⁷ “...theoretical division between “cyber euphoria” and “digital dystopia” (Correia, 2016a, p. 101).

nas potencialidades deste novo meio (cf. Benkler 2006; Sunstein 2008; Castells, 2010; 2012; são, ainda que sob diferentes perspetivas, dos mais otimistas). Por outro lado, encontramos uma visão pessimista, decorrente do facto de se enfatizarem exageradamente as dimensões tecnológicas e estabelecer-se, deterministicamente, uma associação entre o potencial das novas tecnologias e a revitalização de instituições e práticas democráticas, sem se ter em conta um nicho de problemas como as desigualdades no acesso às tecnologias, a qualidade da informação disponível, as ameaças às liberdades e à privacidade dos cidadãos ou a crescente natureza comercial que a Internet tem adquirido (cf. Coleman, 2017; Correia, 2016; Dahlgren, 2014; Fuchs & Sandoval, 2014a, 2014b; Fuchs & Mosco, 2013; Fuchs & Sevignani, 2013; Fuchs, 2018, 2017, 2016a, 2016a, 2015, 2014a, 2012a, 2012b, 2011, 2010, 2009, 2008; Morozov 2011; Hindamn 2009).

No fundo, e como lembra Correia “não se podem negligenciar os componentes sociais e políticos do poder sobre o sistema de *media*, incluindo a Internet (...)” (Correia, 2016a, p. 101). Neste sentido e se é verdade que “muitos dos defensores do papel democrático das redes sociais construíram essa narrativa a partir de uma avaliação negativa dos papéis tradicionais dos *mass media*” (*idem*)⁸, considerando a sua visão limitada e comprometida da realidade, Fuchs e Sandoval (2014a) lembram que também a Internet depende em grande medida de financiamento e investimentos resultantes da economia capitalista.

As reservas quanto ao potencial democrático da Internet e dos *media* sociais têm crescido também, tendo em conta que estes ambientes digitais são, como recorda Dahlgren, “fortemente dominados pelo entretenimento, cultura popular, consumo e enormes quantidades de informação que, em grande parte, não têm aparente influência na dinâmica da democracia” (2014, p. 197)⁹. É nesta linha de pensamento que podemos entender a classificação de Olsson (2014) a respeito da arquitetura da participação no ambiente digital moderno. Para o autor, a participação pode ser vista apenas como uma “extensão dos interesses corporativos e da lógica capitalista”, mas também como “uma nova forma de interação entre consumidores e entre consumidores e marcas”, ou ainda como um “recurso para práticas cívicas”, tudo depende da forma como se olha para os recursos da comunicação disponibilizados pela *web 2.0* e pelos *media* sociais (p. 207)¹⁰. Neste sentido, Dahlgren alerta para o facto de nos serem

⁸ “Many of the supporters of the democratic role of social networks built up this narrative in an implicit negative evaluation of traditional mass media roles” (Correia, 2016, p. 101).

⁹ “Further, the entire media sphere, including the *web* environment, is strongly dominated by entertainment, popular culture, consumption and massive amounts of information that largely have no apparent bearing on the dynamics of democracy” (Dahlgren, 2014, p. 197-198).

¹⁰ “It can on the one hand be interpreted as an extension of corporate interests and the capitalistic logic. On the other hand, it can be interpreted as a facilitator of consumer empowerment, which enables new forms of organising and interaction among consumers and in-between consumers and brands. Meanwhile, it can also mainly be looked upon as a resource for civic practices” (Olsson, 2014, p. 207).

“disponibilizadas muito mais frequentemente posições como consumidores e espectadores do que como agentes políticos”¹¹ (Dalhgren, 2014, p. 197).

Por outro lado, os teóricos mais críticos quanto ao papel das novas tecnologias digitais, relembram que o simples acesso à tecnologia, não é, por si só, capaz de garantir maior participação por parte dos cidadãos (Fuchs & Sandoval, 2014a, 2014b; Fuchs & Mosco, 2013; Fuchs & Sevignani, 2013; Fuchs, 2018, 2015, 2014a, 2014b). Considerando os diferentes movimentos que têm surgido nos *media* sociais, ao nível cívico e político, Dalhgren lembra que a motivação para participar já tem de fazer parte da identidade dos sujeitos.

“Os ativistas não crescem em árvores, obviamente, são produzidos social e discursivamente, e como observado no início, o campo da política alternativa tem aumentado face às crises crescentes. (...) se entendermos a participação como fazendo parte da nossa identidade, os *media* sociais por si só não farão muito para promovê-la” (Dalhgren, 2014, p. 200)¹².

É também neste sentido que para Christian Fuchs as tecnologias de comunicação não determinam as diferentes lutas que têm sido feitas nas ruas (desde a Primavera Árabe, passando pelos grandes protestos na Grécia, em Espanha e em Portugal; até aos movimentos do *Occupy* e outras revoltas que se verificaram na sequência da crise económica), na medida em que elas são apenas ferramentas que ajudam a que estas tenham lugar. “Enquanto alguns alegaram que houve revoluções no Twitter, no Facebook, outros argumentaram que as revoluções acontecem nas ruas e são feitas por humanos, não por tecnologias (Fuchs, 2012b, 2014)” (Fuchs & Sandoval, 2014a, p. 32)¹³.

No fundo, não se podem ignorar um conjunto de limitações das novas tecnologias digitais, mas sobretudo a forma como estes limites podem impedir uma verdadeira deliberação pública. Desde logo, considera-se a tendência para se formarem grupos de utilizadores que partilham das mesmas opiniões e rejeitam pontos de vista distintos (Dalhgren, 2014), contribuindo desta forma para uma fragmentação do espaço público (Correia, 2016a; Morais, 2011; Silva, 2013a; Ferreira, 2015, 2011, 2010; Fenton, 2010). Esta tendência é reforçada com os *media* sociais, onde existe pouco espaço para a diferença¹⁴ (Dalhgren, 2014, p. 198). O facto das discussões

¹¹ “We are much more strongly offered subject positions as consumers and spectators than as political agents” (Dalhgren, 2014, p. 197).

¹² “Activists do not grow on trees, obviously enough, they are socially and discursively produced, and as noted at the outset, the realm of alternative politics at present is experiencing an upsurge in the face of the growing crises. (...) if we understand participation as deriving from a sense of agency embedded in our subjective reality, in our identity, social media on their own will not do much to promote it” (Dalhgren, 2014, p. 200).

¹³ “Whereas some claimed that there were Twitter or Facebook revolutions, others argued that revolutions take place on the streets and are made by humans, not by technologies. Communication technologies are tools that are articulated in various ways with struggles, they neither determine them nor are they unimportant (Fuchs 2012b, 2014)” (Fuchs & Sandoval, 2014, p. 32).

¹⁴ “The trend towards withdrawing to enclaves of like-mindedness is enhanced with social media, most notably Facebook, where the definitive logic is “to like”: you click on people that you “like”, i.e. that are “like” yourself. Differences tend to get filtered out. The encounter with difference, indeed, the capacity to meet others with coherent arguments, seems on the wane in some corners of the *web*, which erodes the basic idea of dynamic public spheres” (Dalhgren, 2014, p. 198).

poderem ser dominadas por um conjunto restrito de participantes (Strandberg, 2008; Ferreira, 2011, 2015; Gomes, 2005), replicando de certo modo as desigualdades que já se verificam no ambiente *offline*, é igualmente preocupante (cf. Silva, 2013a).

Além disso, é preciso ter em conta, como refere Silva (2013a, p. 84), que nestes espaços se encontram muitas opiniões “apressadas” (Papacharissi, 2002, p. 16), mas também publicações de caráter abusivo (“*flaming*”) ou que apenas pretendem desinformar e desestabilizar o debate (“*trolling*”), atitudes que desafiam alguns dos princípios fundamentais, ainda que normativos, da democracia deliberativa, como a tolerância e a sinceridade (Dahlberg, 2001a). Também o anonimato que surge como uma das novas possibilidades potenciadas pela Internet, traria mais problemas que benefícios, uma vez que estaria em causa a responsabilização dos autores das publicações (Fenton, 2010), algo que poderia mesmo afetar a natureza deliberativa dos espaços de discussão *online* (cf. Silva, 2013a).

Apesar destas observações pessimistas, consideramos neste trabalho, sem qualquer pretensão de determinismo tecnológico ou ceticismo crónico, porque como refere Coleman “o velho debate entre Internet-bom e Internet-má é inútil e redundante” (2017, pp. 118-119)¹⁵, que só é possível repensar a prática democrática se considerarmos as novas possibilidades comunicativas introduzidas pelas tecnologias digitais. Neste sentido, não podemos ignorar que “(...) as redes digitais expandiram o leque de vozes disponíveis para serem ouvidas na esfera pública (...) e tornaram muito mais difícil para os interesses instalados ignorar os atores dissidentes como se eles não existissem” (ibidem, pp. 19-20)¹⁶. É precisamente esta lógica de abertura das possibilidades de comunicação que pretendemos seguir neste estudo.

Conscientes de que não é a Internet, nem são os *media* sociais, que fazem com que a democracia melhore, porque “a Internet não molda a democracia, mas, como todos os meios antes dela, do alfabeto à televisão, é moldada pela forma como a sociedade decide usar as ferramentas que esta disponibiliza” (ibidem, p. vii)¹⁷, centramos a nossa atenção nos espaços de troca de ideias que esta permitiu criar, e avaliamos se existem aí sinais de deliberação pública.

Procuramos assim perceber, de um modo geral, porque este trabalho configura um estudo de caso, se as discussões que têm lugar *online* promovem efetivamente uma troca democrática de ideias e opiniões? Em que medida é que os espaços de comentários se configuram como efetivos fóruns deliberativos? Que papel tem o jornalismo na relação com estes novos espaços de

¹⁵ “The old debate between Internet-Good and Internet-Bad is pointless and redundant” (Coleman, 2017, pp. 118-119).

¹⁶ “(...) digital networks have expanded the range of voices available to be heard within the public sphere; made it easier for solidarities to emerge, often of global proportions; and made it much harder for entrenched interests to ignore dissenting actors as if they did not exist” (Coleman, 2017, pp. 19-20)

¹⁷ “The Internet does not shape democracy, but, like every medium before it, from the alphabet to television, is shaped by the ways that society chooses to use its available tools” (Coleman, 2017, vii).

discussão? Como podemos avaliar a deliberação *online*? Podem os espaços de comentários ser considerados como arenas de contra-argumentação face ao discurso dominante?

Encontrar respostas para estas questões é fundamental, porque por mais que se considere que a Internet promove a participação, os autores alertam que não é o simples ato de fazer um comentário num espaço de discussão que constitui em si um “ato deliberativo” (Silva, 2013a, p. 84). É preciso “existir, também, compreensão mútua e envolvimento - os outros participantes têm de ouvir ou ler, interiorizar e responder, para que essa atividade da esfera pública seja considerada, ainda que remotamente, deliberativa” (Goodin, 2003, p. 60 cit in Silva, 2013a, p. 84)¹⁸.

São precisamente estas dimensões que pretendemos analisar neste trabalho, considerando por um lado uma arena de discussão em particular - os espaços de comentários das notícias nos *sites* dos meios de comunicação - e, por outro lado, um estudo de caso concreto - o processo de formação do XXI Governo Constitucional - que no contexto português se configura como um dos mais importantes momentos em termos de discussão pública dos últimos tempos, sobretudo pelo facto de estar em causa a formação de uma solução política inédita a nível nacional.

Os espaços de comentários das notícias nos *sites* dos meios de comunicação constituem-se como um espaço potencialmente deliberativo, na medida em que permitem a expressão de opinião acerca de diferentes peças jornalísticas e são, portanto, perspectivados como fóruns nos quais os participantes trocam ideias e argumentos (Dahlgren, 2009). Assim, desenvolvemos este trabalho indo de encontro a uma linha de estudos que investiga os espaços de comentários, em particular os que têm lugar nos meios de comunicação, e o contributo da discussão que neles se gera para a democracia (Barros & Carreiro, 2016, 2015; Carlão, Maia & Santos, 2016; Rowe, 2015; Silva, 2015, 2013, 2013b; Strandberg & Berg, 2013; Barros, 2013; Tadeu, 2012; Santana, 2013, 2011; Ruiz et al., 2011; Sampaio & Barros, 2010, 2012; Trice, 2010; Sampaio & Dantas, 2011; Friedman, 2011; Diaz Noci, et al., 2010; Manosevitch & Walker, 2009; para referir apenas alguns).

Interessa-nos perceber se os espaços de comentários dos meios de comunicação podem funcionar como plataforma deliberativa; avaliar a qualidade da deliberação que pode ocorrer nesses espaços; mas também perceber de que forma os enquadramentos, argumentos e atores que ganham visibilidade nas peças jornalísticas, afetam e pode ser afetados pelas próprias discussões que possam ter lugar nessas arenas deliberativas, seguindo a ideia de um *deliberative framing* (Barisione, 2012, pp. 5-6).

Os comentários dos leitores são analisados com base num conjunto de critérios particulares, criados a partir dos princípios normativos que orientam o conceito de esfera pública de

¹⁸ “(...) there must also be uptake and engagement - other people must hear or read, internalise and respond - for that public-sphere activity to count as remotely deliberative” (Goodin, 2003, p. 60).

Habermas, mas também da ideia de “ação comunicativa” (1987b) do autor alemão, e na linha dos estudos sobre deliberação *online* (Mendonça, Sampaio & Barros, 2016a; Mendonça, 2015; Barros, 2013; Dahlberg, 2001b, 2004; Graham, 2008; Janssen & Kies, 2004, 2005; Jensen, 2003; Kies, 2010; Sampaio, 2010; Stromer-Galley, 2007). A reciprocidade, a racionalidade, a justificação e o respeito, foram assim operacionalizados em termos de variáveis e categorias, e empregues numa análise de conteúdo dos comentários. Neste ponto, estabelecemos ainda uma comparação com os espaços de comentários nos *sites* de redes sociais, em particular no Facebook, por entendermos que “os *sites* de redes sociais são vistos como plataformas que dão suporte a uma série de atividades cotidianas, tais como a conversação interpessoal” (Maia, Rossini, Oliveira & Oliveira, 2016, p. 236), mas considerando também que é importante “que se compreendam as condições de interação e as especificidades dos diversos ambientes conversacionais da Internet” (*ibidem*, p. 235).

A análise destes espaços de comentários surge também na linha de estudos que defende a importância de estudar ambientes que não são orientados para a discussão política e que Wright (2012) chama de “terceiros espaços”, uma vez que “não se tratam nem das arenas privadas, nem das arenas da política, mas espaços de sociabilidade onde a política emerge” (Mendonça, Sampaio & Barros, 2016b, p. 21).

A investigação realizada assume uma perspetiva teórica, mas procura concomitantemente apresentar uma forte componente empírica, desde logo ao configurar-se como um estudo de caso. Em termos de metodologia de investigação optou-se então por um caso de estudo sobre um momento particular, diríamos mesmo único, no contexto da esfera pública portuguesa, sobretudo se tivermos em conta a circunstância política que o país experimentou no período que se seguiu às eleições legislativas de 2015.

Convém lembrar que o chamado “rotativismo sem alternância”, como alguns cientistas políticos lhe chamam, que caracterizava o sistema partidário nacional, se alterou com os resultados das eleições de outubro de 2015 (Teixeira, 2018, p. 77). Desde que existe democracia em Portugal que todos os governos constitucionais (não considerando aqui os governos de iniciativa presidencial), foram liderados por dois partidos, sendo a competição entre PS e PSD o padrão central do sistema partidário nacional (Jalali, 2017a, 2017b; Teixeira, 2018). Como refere Conceição Teixeira (2018) “o sistema partidário português tem apresentado uma estrutura de competição fechada, com padrões de alternância nula ou incompleta (...) achando-se a escolha dos eleitores restringida essencialmente aos partidos do chamado “arco da governação” (p. 78).

Nesse sentido, as eleições legislativas de 2015 e a formação governativa que delas resultou, constituída por um governo minoritário do Partido Socialista e “acordos de incidência parlamentar firmados bilateralmente com outros três partidos de esquerda, BE, PCP e PEV”, apesar de não quebrarem propriamente a lógica da competição entre PS e PSD, alteram por

completo “outra dimensão que tem caracterizado a evolução e consolidação do sistema partidário português desde a transição democrática, ou seja, a ausência de alianças à esquerda refletida na exclusão do PCP e, desde 1999, do BE da governação nacional” (*ibidem*, pp. 78-79).

É também neste contexto que podemos perceber o nome encontrado pelos dois partidos da direita¹⁹ para se referirem, ainda que de forma depreciativa, à nova configuração parlamentar, que acabaria aos poucos por ser apropriada pelas formações políticas da esquerda para realçarem o caráter inovador, e engenhoso da solução política, por comparação com os governos constitucionais vigentes até à data (cf. Teixeira, 2018).

É precisamente o contexto particular que leva à formação do XXI Governo Constitucional, e toda a discussão pública que esse arranjo governativo merece ainda hoje (tendo em conta também o que pode acontecer nas próximas eleições), que nos leva a escolher este caso para estudo.

O debate público, mais ou menos evidente, que se gerou, durante cerca de sessenta dias, em torno da construção de um novo cenário político em Portugal, merece a nossa atenção, sobretudo no âmbito de um trabalho que indaga sobre as possibilidades de existência de deliberação pública a partir dos conteúdos jornalísticos produzidos por um determinado órgão de comunicação.

Tendo definido que a recolha dos dados a analisar seria feita inicialmente nos espaços de comentários dos *sites* dos meios de comunicação, foi necessário proceder a escolhas em termos de delimitação da pesquisa, começando desde logo pela seleção dos órgãos de comunicação a estudar. A opção recaiu, numa primeira fase, sobre as páginas dos jornais *online*, em detrimento dos *sites* das rádios ou das televisões, por ser nestas que se evidenciavam maiores níveis de participação. No segundo momento de delimitação da pesquisa, optámos por escolher, no âmbito dos diferentes jornais *online* que existem em Portugal, aquele que pelas suas características particulares melhor servia os objetivos da investigação. Centrámos então a nossa atenção na página *online* do “Observador”, que se apresenta, no seu estatuto editorial, como “um jornal diário *online*, independente e livre”. Os motivos que nos levaram a centrar toda a nossa análise, quer ao nível das notícias, quer ao nível dos comentários, apenas neste projeto jornalístico, advém do facto de este ser o único nativo digital nacional generalista, mas resulta, acima de tudo, da circunstância de este ser o projeto jornalístico *online* que parecia posicionar-se, de forma mais evidente, contra a constituição de uma solução governativa de esquerda. O

¹⁹ Referimo-nos a “direita” na linha de Bobbio (1995) e de acordo com a ideia de que é a igualdade que ajuda a estabelecer a diferenças entre os valores políticos, da mesma forma que é a liberdade que determina os tipos de esquerda e direita, ou seja, as dimensões ideológicas mais moderadas ou extremadas. Fazemos esta referência apenas para realçar que, com as alterações nas dimensões ideológicas tradicionais, se fala hoje cada vez mais de “direitas”, evidência ao mesmo tempo do pluralismo e da identidade de cada uma das diferentes componentes existente no espectro ideológico.

alinhamento editorial do jornal, e em particular o seu público, que no espectro ideológico se situa mais à direita (de acordo com o *Digital News Report 2017* do *Reuters Institute for the Study of Journalism*), e dentro deste, no centro-direita, se consideramos a classificação de Bobbio (1995, p. 119), foram dimensões consideradas na escolha deste projeto jornalístico, uma vez que neste trabalho se pretende perceber se os enquadramentos, argumentos e atores que ganham visibilidade nas peças jornalísticas deste meio, considerando o caso em análise, afetam as próprias discussões que possam ter lugar nos espaços de comentários, seguindo a ideia de um *framing* deliberativo (Barisione, 2012, pp. 5-6), ou seja, a existência de um enquadramento que suscita o debate em torno de várias interpretações sobre um mesmo assunto.

O objetivo é, portanto, o de perceber se o alinhamento ideológico e o posicionamento de um determinado projeto jornalístico se reflete no enquadramento mediático e pode dessa forma suscitar o debate sobre um determinado tema. Esta indagação vai de encontro às restantes questões que nos propomos responder neste trabalho e que passam por saber se as discussões que têm lugar *online* promovem efetivamente uma troca democrática de ideias e opiniões? E em que medida é que os espaços de comentários se configuram como efetivos fóruns deliberativos?

A tese pretende, assim, ser um estudo simultaneamente ensaístico, mas também empírico, sustentado, fundamentalmente, na literatura das humanidades e ciências sociais, com destaque para as ciências da comunicação e para a ciência política, e com tópicos afetos às relações entre a Internet, a deliberação, os *media* e o jornalismo. A escolha desta temática impõe-se pela necessidade de refletir criticamente sobre as questões da democracia, do jornalismo, da Internet e da deliberação, como resultado de perspetivas e análises recolhidas durante a revisão da literatura, nas quais diversos autores indicaram o valioso contributo de trabalhos futuros, salientando a importância de desenvolver trabalhos “mais solidamente apoiados nas ciências sociais e nas ciências da comunicação (...) um outro olhar (menos apaixonado, mais distanciado) e uma abordagem de outro tipo (mais tranquila e equilibrada) sobre o conjunto de matérias em questão” (Esteves, 2010, p. 173). Num outro prisma, esta pesquisa afirma-se com o intuito de contrariar “(...) a pouca atenção atribuída pela generalidade dos teóricos deliberativos ao papel dos *media* (e mais concretamente do jornalismo) no processo democrático” (Ferreira, 2011, p. 85). Nesta linha e de acordo com a abordagem de Schudson, é preciso que “académicos, jornalistas e cidadãos aprendam a reconhecer os modos pelos quais as instituições podem facilitar ou ser um entrave a uma governação democrática” (Schudson, 2008, p. 3 *cit in*. Ferreira, 2011, p. 84). Este trabalho procura ainda contrariar a pouca importância “dada ao impacto dos debates *online* no mundo externo, especialmente nos tomadores de decisão e nos *media*” (Kies, 2016, p. 11). Por fim, esta investigação segue “um movimento de defesa da importância do estudo de ambientes que não são orientados para a discussão política (Freelon, 2010; Martino & Marques, 2012; Wright, 2012; Wojcieszak & Mutz, 2009)” (Mendonça, Sampaio & Barros, 2016b, p. 36).

No que diz respeito à estrutura do presente trabalho de investigação, a sua organização divide-se em duas partes: o enquadramento teórico e as investigações empíricas, seguidos das conclusões da investigação e da apresentação de algumas propostas. A primeira parte, dedicada à revisão da literatura e à reflexão concetual sobre o tema, está organizada em três capítulos. Igual número de capítulos encontra-se na segunda parte, correspondente à investigação empírica.

O primeiro capítulo é iniciado por uma breve apresentação das discussões teóricas sobre a democracia de massas no início do século XX, incluindo-a numa abordagem analítica, descritiva e histórica do conceito de “democracia”. Percorrido o caminho desde as origens da democracia na Grécia até aos tempos modernos, demonstramos sequencialmente as duas principais tendências do pensamento democrático moderno. A partir destas consideramos os principais modelos de democracia que marcam a modernidade, destacando o deliberativo. Detemo-nos especialmente sobre o modelo de democracia deliberativa, pela centralidade daquele na reflexão que intentamos concretizar nesta tese, abordando, por isso, em pormenor o conceito de “deliberação” e as suas origens históricas, além das dimensões da ideia de deliberação, e de como as mesmas podem ser operacionalizadas.

O segundo capítulo trata a discussão acerca do conceito de esfera pública, com base nas formulações iniciais de Jürgen Habermas, do seu desenvolvimento nas obras mais recentes do autor e da importância da esfera pública, especialmente no mundo contemporâneo. Em seguida, ainda assente nas matrizes habermasianas, salientamos o papel dos *media* na configuração da esfera pública, abordando o jornalismo como uma das instituições mais relevantes do sistema mediático, nomeadamente enquanto promotor da visibilidade sobre as questões de interesse público. Tratamos ainda da relação entre os *media* e a deliberação pública propriamente dita, considerando também as pesquisas sobre *framing* deliberativo.

A primeira parte deste estudo encerra com o terceiro capítulo, no qual são analisadas as potencialidades das novas tecnologias, e em especial da Internet, para a deliberação. Considerando vantagens e desvantagens deste novo ambiente comunicacional, centramos a atenção nos espaços de comentários dos meios de comunicação, enquanto espaço específico para a participação. Seguimos a linha de estudos sobre deliberação *online*, conferindo particular destaque às dimensões contextuais que podem ajudar a explicar a qualidade da deliberação e analisando os critérios mais utilizados para avaliar a qualidade da deliberação *online*.

O quarto capítulo, versado na metodologia e desenho de investigação, inaugura a segunda parte, dedicada aos aspetos empíricos da pesquisa. Relembra-se, de forma sucinta, as perguntas de investigação e os objetivos do trabalho, para depois serem explicadas as razões da escolha de um estudo de caso, as suas vantagens e desvantagens, bem como a pertinência

da seleção da análise de conteúdo, enquanto técnica de recolha de dados, para a investigação em causa.

Ao quinto capítulo compete a explanação do material empírico recolhido, justificando-se desta forma a escolha do universo de pesquisa e das variáveis e critérios que pautarão a análise. O sexto e último capítulo refere-se à divulgação dos resultados da investigação e posterior discussão dos mesmos, considerando para o efeito os indicadores dos estudos anteriores. A apresentação dos resultados encontra-se dividida em três partes. No primeiro momento apresentamos os resultados da análise dos enquadramentos nas notícias. No segundo momento expomos as dimensões contextuais e que estão diretamente ligadas com o *design* e a estrutura dos espaços de comentários, o perfil dos participantes, a acessibilidade e pluralidade. Na terceira parte são apresentados os resultados dos índices da qualidade da deliberação *online*. Na conclusão, são elencados os resultados mais importantes, bem como as considerações finais, as limitações do estudo e as recomendações futuras.

Parte I
Enquadramento teórico

Capítulo 1. Teoria Democrática e Democracia Deliberativa

A democracia como forma de governo é um fenómeno recente no mundo. Antes do século XVIII, os principais teóricos da Filosofia Política não acreditavam na sua viabilidade e poucas foram as democracias que se consolidaram neste período (apenas os EUA, França e Inglaterra). Só mais tarde, com as transformações do mundo contemporâneo, é que se estimulou um considerável movimento de consolidação da democracia. O fim dos regimes ditatoriais em diversas partes do mundo contribuiu decisivamente para evidenciar a democracia, passando este a ser o modelo de governo adotado por quase todas as nações.

É importante compreender, desde logo, que a expansão e a consolidação da democracia foram marcadas por uma rutura com o ideal clássico avançado por Rousseau ([1762]1962), de acordo com o qual a democracia é a soberania popular, ou seja, a capacidade de decisão do povo. A democracia expande-se por oposição ao modelo clássico, localizado historicamente na antiga cidade-estado de Atenas, onde a soberania popular era tida como um valor fundamental e representava o controlo direto do governo por parte dos cidadãos (Held, 1987; Manin, 1997).

“a noção de democracia é hoje marcada pelo distanciamento face à sua definição etimológica (isto é, o governo pelo povo) e pela estreita convergência face à ideia de democracia enquanto governo exercido pelos eleitos do povo em nome do povo, ou seja, enquanto democracia representativa de massas” (Teixeira, 2018, p. 32).

Assim, se é verdade que a democracia é a forma de governo mais adotada ao longo das últimas décadas, por outro lado, os problemas relacionados com a prática da política democrática, parecem ser cada vez mais comuns nos países com este tipo de regime. Desde o final do século XX, início do século XXI, que vários autores alertam para o fato das democracias enfrentarem, nas palavras de Conceição Pequito Teixeira, uma “*malaise of the spirit*”, “uma atitude profundamente crítica e negativa dos eleitorados nacionais em relação à democracia, que se traduz menos na preferência por soluções alternativas de tipo autoritário e mais no aperfeiçoamento e aprofundamento da própria democracia. Numa ideia: na qualidade da democracia” (*ibidem*, p. 28).

Neste contexto, uma das principais preocupações dos investigadores contemporâneos centra-se no diagnóstico de uma crescente “desconfiança dos cidadãos em relação ao sistema político e às instituições democráticas” (Belchior, 2015, p. 12). Não sendo um problema novo, a verdade é que a perda crescente de confiança dos eleitores nas instituições representativas, tem contribuído para uma apatia participativa, que se revela na falta de interesse crescente por parte dos cidadãos nas questões públicas (Teixeira, 2018; Huizinga, 2016; Correia, 2015a, 2015b; Roper, 2013; Panizza, 2005a), e se materializa desde logo na falta de participação nos

principais atos eleitorais²⁰. Mas o conjunto de ameaças que se colocam à democracia é mais vasto e verifica-se também noutros domínios.

“O aumento da volatilidade e incerteza eleitorais e a maior fragmentação dos sistemas partidários - com o aparecimento de novos partidos desafiadores do *status quo* institucional; a emergência de uma cidadania cada vez mais autónoma e distante dos partidos tradicionais, mas também mais desconfiada, crítica e cética no que respeita ao modo como avalia o desempenho concreto da democracia e das suas principais instituições e atores políticos” (Teixeira, 2018, p. 14).

Na realidade, já no final do século XX, Bernard Manin (1997) chamava a atenção para o diagnóstico que alguns autores faziam em relação a uma crise da democracia.

“A impressão corrente e predominante de crise reflete a frustração de expectativas anteriores acerca da direção da história. Uma vez que a sua base se expandiu vigorosamente, o governo representativo tem-se tornado, desde o seu estabelecimento, mais democrático. [...] Entretanto, a democratização da representação, o estreitamento do hiato entre representantes e representados e a crescente influência dos desejos dos governados sobre as decisões daqueles que estão no governo têm-se mostrado menos consistentes do que o esperado. Enquanto certamente é possível dizer que a democracia se expandiu, não se pode dizer com a mesma certeza que ela se tenha aprofundado”²¹ (p. 234).

O que alguns autores começaram por chamar de “crise da democracia”²² (cf. Fonseca & Resende, 2016; Magalhães, 2016; Dias, 2016; Cohen & Arato, 1992; Giddens, 1994; Manin, 1997; Coleman & Gotze, 2001, 2005; Castells, 1997), depressa passou a ser denominado, de forma consensual, como um “retrocesso democrático”, ainda que o principal problema apontado se prenda, menos com uma recessão, mas mais com uma “ausência de avanços democráticos sólidos e robustos” (Teixeira, 2018, p. 25).

²⁰ Os dados mais recentes em relação à participação eleitoral em Portugal corroboram esta ideia, principalmente se tivermos em conta que, segundo a Comissão Nacional de Eleições (CNE), nas últimas eleições legislativas, em 2015, dos 9.682.369 portugueses inscritos para votar, 43,07% não foi às urnas. A percentagem aumentou em relação às últimas legislativas e atingiu mesmo o valor mais alto de sempre em termos de abstencionismo numa votação para a Assembleia da República. A estes dados podemos somar os do último ato eleitoral, no qual foi eleito o Presidente da República. De acordo com a CNE, a abstenção nas eleições presidenciais de 2016 atingiu os 51,16%, a percentagem mais elevada numas eleições para um primeiro mandato da Presidência. Historicamente foi também a oitava vez, na curta história da democracia portuguesa, que a abstenção superou a barreira dos 50% em eleições, a terceira se considerarmos apenas as eleições para a Presidência da República. Continuam as ser as eleições para o Parlamento Europeu a registar as maiores taxas de abstenção, em cinco situações acima de 60%.

²¹ “The currently prevailing impression of crisis reflects the disappointment of previous expectations about the direction of history. In that its base has expanded enormously, representative government has, since its establishment, undoubtedly become more democratic. [...] However, the democratization of representation, the narrowing of the gap between representatives and represented, and the growing influence of the wishes of the governed on the decisions of those in government have turned out to be less durable than expected. While one can certainly say that democracy has broadened, one cannot say with the same certainty that it has deepened” (Manin, 1997, p. 234).

²² A ideia de uma crise não é de facto nova, sobretudo porque já nos anos 70 Richard Sennett fazia referência a uma “crise da participação cívica e política”, que se expressava de forma clara através da ideia de que se assistia ao “declínio do homem público”, expressão que viria mesmo a dar nome ao seu livro, “*The Fall of Public Man*” (1977). O desinteresse crescente pelos assuntos públicos, o afastamento em relação aos deveres de cidadão, a apatia participativa generalizada, juntamente com o ceticismo em relação aos representantes políticos, resultou num progressivo afastamento entre os cidadãos e a vida democrática.

No fundo, ao contrário do que seria de esperar, “nem o desempenho dos sistemas democráticos será tão «democrático» quanto os cidadãos desejariam, nem os cidadãos parecem satisfazer-se com uma democracia formal que essencialmente os chama a votar e lhes assegura direitos, liberdades e garantias fundamentais” (Belchior, 2015, pp. 12-13). A democracia tal como a conhecemos não seria por isso suficiente e parte dos cidadãos reclamam por mais e melhor democracia.

Começa então a falar-se não de uma “crise da democracia”, mas de uma “crise de representação”²³ (Silva, 2010; Mouffe, 2005; Ardit, 2005), uma vez que os cidadãos não se sentem representados, porque durante décadas foram tomadas medidas sem que tenha existido qualquer tipo de discussão ou consulta popular (Mouffe, 2005)²⁴. É aliás neste contexto que podemos entender uma mudança de atitude por parte de grupos de cidadãos um pouco por todo o mundo, que decidiram deixar de esperar que os seus representantes falassem por eles, e procuraram novas formas de se fazer ouvir, desafiando os detentores do poder (Coleman, 2017).

Os “movimentos das praças” ou “movimentos de ocupação”, expressões utilizadas para descrever um conjunto de movimentos sociais de protesto, que surgiram em diferentes países do mundo, contra o neoliberalismo, as desigualdades económicas, as políticas de austeridade e a falta de democracia, fazem parte dessa mudança de atitude e podem ser vistos como os momentos de “fundação de uma nova política” (Gerbaudo, 2017, p. 3), que após as mobilizações, levou mesmo ao surgimento de novas formações políticas.

Depois de milhões de pessoas se terem manifestado pela democracia e contra as ditaduras, naquela que ficou conhecida como a “Primavera Árabe”, as mobilizações espalharam-se por todo o mundo, com destaque para os movimentos que ocuparam as *Puertas del Sol*, em Madrid, a *Praça Syntagma*, na Grécia, o Terreiro do Paço, em Lisboa. Os *Occupy Wall Street* nos EUA marcaram também um importante momento na história da ascensão de movimentos populares que ocuparam espaços públicos para protestar contra os poderes instituídos (*ibidem*).

²³ De acordo com David Plotke (1997), “em vez de opormos participação a representação, devíamos antes tentar melhorar e expandir as práticas representativas. Com base nisso alguns dos aspetos mais importantes da participação deveriam ser incluídos num esquema renovado de representação” (Plotke, 1997, p. 24 cit. in Silva, 2010, p. 30). No fundo destaca-se aqui uma das ideias fundamentais da democracia deliberativa, que abordaremos à frente, de acordo com a qual é preciso conciliar participação com mecanismos representativos, na medida em que a participação não esgota a democracia.

²⁴ “To be able to offer a counter-strategy, it is necessary to acknowledge that, for several decades, important changes have taken place in European countries without real popular consultation and discussion of possible alternatives. It is therefore not surprising that a sense of frustration exists among all those who have not profited from those changes, or who feel that they are jeopardising their present conditions or future prospects. As long as traditional parties refuse to engage with those issues, with the argument that this evolution is a necessary one and that there is no alternative to the neoliberal model of globalisation, it is likely that right-wing populist parties will continue to grow. And it is certainly not moral condemnation that will make them disappear; it might even have the contrary effect” (Mouffe, 2005, p. 70).

Estes novos movimentos sociais deram resposta ao sentimento generalizado de falta de representação dos cidadãos. No fundo, o problema está na forma como os cidadãos são vistos pelo sistema democrático.

“Quando a democracia é vivenciada como um sistema político no qual a maioria das pessoas se sente afastada e distante da tomada de decisões que afetam as suas vidas, as instituições políticas são pouco confiáveis, o debate público é esmagadoramente restrito, partidário, conflituoso e não-deliberativo, e os atores que participam ativamente não representam o público em geral, há algo de errado” (Coleman, 2017, p. 35).

Será igualmente neste sentido que podemos interpretar as palavras de Pia Mancini, cofundadora da plataforma *Democracy Os* e do *Partido de la Red*, quando considera que “os cidadãos estão desligados da política porque o que o sistema propõe é pobre”.

“Há uma dessincronização entre um sistema político com propostas muito pobres de participação e uma cidadania que está cada vez mais acostumada a participar no resto dos espaços que se criam através da Internet”, o que resulta num problema ao nível da cidadania. “Somos cidadãos do século XXI, a trabalhar com instrumentos políticos do século XIX”²⁵.

Assistimos desta forma a um “renascimento do ativismo político”, com os cidadãos a “despertarem da apatia” que caracterizou os primeiros anos do século XXI (Correia, 2015b). Potenciados pelos novos *media*, emergiram em protesto contra a crise económica e financeira de 2018, e a adoção de políticas de austeridade como modelo de resolução da crise (Figueiras, 2017; Figueiras & Espírito Santo, 2016; Figueiras, Espírito Santo & Cunha, 2015). No entanto, não foram apenas os cidadãos que despertaram para uma nova realidade, a dita “crise da representação” foi “terreno fértil” (Arditi, 2005, p. 80)²⁶ para que avançassem também “líderes e discursos populistas, sobretudo em contextos de crise económica e social e de falta de qualidade das lideranças políticas, propondo soluções fáceis para problemas complexos e indo ao encontro de eleitores famintos de respostas quase mágicas e de curto prazo” (Teixeira, 2018, pp. 62-63).

Os populismos, que tanto furor fizeram durante os anos 80 do século XX, voltaram assim em força e depressa passaram a ser considerados um dos maiores problemas das sociedades democráticas. Como lembra Daniel Innerarity (2006), “o estilo populista constitui uma das tendências das democracias da era da comunicação, num contexto de cidadania de baixa intensidade e de mobilização superficial” (p. 51). No fundo, parece que é a falta de representação que acaba por gerar uma onda populista. “Para o populista, a democracia representativa, modestamente procedimental e prosaica, caracterizada pela lentidão e pelos

²⁵ Declarações retiradas da entrevista que Pia Mancini deu ao jornal Diário de Notícias, aquando da participação na conferência “Que Democracia”, organizada pela Fundação Manuel dos Santos. A entrevista está disponível em [url] <https://goo.gl/KgaApm>.

²⁶ “A crisis of representation would then constitute a fertile terrain for the emergence of populism. However, the reference to ‘crisis’ also narrows down the scope of the populist experience to moments when politics fails to address participatory, distributive or other demands” (Arditi, 2005, p. 80).

compromissos, apresenta-se como insuficiente em comparação com o ilusionismo sem limites” (*ibidem*, p. 53).

O populismo tornou-se então uma das “palavras-chave políticas do século XXI” e passou a ser usada para designar “partidos de direita na Europa e tanto candidatos à esquerda quanto à direita nos Estados Unidos” (Mudde & Rovira Kaltwasser, 2017, p. 1)²⁷. *Trump* e *Bernie Sanders* foram rotulados de populistas, da mesma forma que *Marine Le Pen* e *Geert Wilders*. Mas os movimentos de protesto e revolta de esquerda, como o “*Syriza*” na Grécia e o “*Podemos*” na Espanha, foram igualmente chamados de populistas (Muller, 2016, p. 7). É, portanto, evidente que existe uma “falta de acordo acadêmico sobre os atributos definidores do populismo”, mas um dos aspetos que define todas as formas populismo é o facto de incluírem sempre “algum tipo de apelo ao “povo” e uma denúncia da “elite”” (Mudde & Rovira Kaltwasser, 2017, pp 5-6)²⁸. O estado em que se encontram as sociedades democráticas é, para Chantal Mouffe, a principal razão para o aparecimento dos populismos, uma vez que perante o descontentamento vigente, é promovida a ideia de que faltam opções.

“(…) a ideia de que não há alternativa à ordem atual, e isso contribui para a criação de um clima antipolítico que é facilmente explorado para fomentar reações populares contra as elites governantes. Devemos perceber que, em grande medida, o sucesso dos partidos populistas de direita vem do fato de que eles fornecem às pessoas alguma forma de esperança, com a crença de que as coisas poderiam ser diferentes” (2005, p. 56)²⁹.

No entanto, para Jan-Werner Muller o sucesso do populismo deve-se sobretudo às “promessas da democracia que não foram cumpridas e que, em certo sentido, simplesmente não podem ser cumpridas nas nossas sociedades”. O professor de Política na Universidade de *Princeton* defende, contudo, que os populistas conseguiram dar resposta aquela que é a principal e mais importante promessa falhada: a possibilidade de o povo governar.

“Pelo menos em teoria, os populistas afirmam que as pessoas como um todo não apenas têm uma vontade comum e racional, mas também podem governar no sentido de que os representantes certos podem implementar o que o povo exigiu na forma de um mandato imperativo” (Muller, 2016, p. 77-78)³⁰.

²⁷ “Populism is one of the main political buzzwords of the 21st century. The term is used to describe left-wing presidents in Latin America, right-wing challenger parties in Europe, and both left-wing and right-wing presidential candidates in the United States. But while the term has great appeal to many journalists and readers alike, its broad usage also creates confusion and frustration” (Mudde & Rovira Kaltwasser, 2017, p. 1).

²⁸ “Beyond the lack of scholarly agreement on the defining attributes of populism, agreement is general that all forms of populism include some kind of appeal to “the people” and a denunciation of “the elite.” (Mudde & Rovira Kaltwasser, 2017, pp 5-6)

²⁹ “The displacement of the idea of popular sovereignty dovetails with the idea that there is no alternative to the present order, and this contributes to the creation of an anti-political climate that is easily exploited to foment popular reactions against the governing elites. We should realise that, to a great extent, the success of right-wing populist parties comes from the fact that they provide people with some form of hope, with the belief that things could be different” (Mouffe, 2005, p. 56).

³⁰ “But I would also suggest that the success of populism can be connected to what one might call promises of democracy that have not been fulfilled and that in a certain sense simply can’t be fulfilled in our societies (...) At least in theory, populists claim that the people as a whole not only have a common and

É neste sentido que o populismo é muito vezes aproximado dos ideais de Rousseau, porque com eles partilha a ideia de que é possível uma certa forma de governo pelo povo, apesar de serem efetivamente diferentes (Mudde & Rovira Kaltwasser, 2017). “A formação da [vontade do povo] requer participação efetiva dos cidadãos; o populista, por outro lado, pode adivinhar a vontade própria do povo com base no que significa, por exemplo, ser um “verdadeiro americano”” (Muller, 2016, p. 33)³¹.

Por outro lado, os populistas, na senda de Rousseau, desconfiam da representação, na medida em que esta representa uma “corrupção da vontade geral”, e é por isso que eles se veem não como representantes, mas sobretudo como “substitutos ou porta-vozes do homem comum”, podendo falar em seu nome. Mas ao contrário de Rousseau, os populistas “também desconfiam de iniciativas autónomas que fortalecem os cidadãos e os encorajam a agir por si mesmos” (Arditi, 2005, pp. 82-83)³².

É nesse sentido que Jan-Werner Muller considera que “os populistas não têm nenhum problema com a representação, desde que sejam os representantes; da mesma forma que eles estão bem com as elites, desde que eles sejam as elites que lideram o povo” (2016, p. 34)³³. O autor realça ainda que os populistas não pretendem uma participação continuada por parte do povo. Se porventura solicitam a realização de um referendo não é porque pretendam “iniciar um processo aberto de deliberação entre cidadãos (...) em vez disso, o referendo serve para ratificar o que o líder populista já percebeu ser o genuíno interesse popular [...]” (*ibidem*, p. 33)³⁴.

O populismo é assim considerado por alguns autores sobretudo como uma sombra da democracia representativa, enquanto que para outros ele não é mais do que “um espelho no qual a democracia se pode contemplar” (Panizza, 2005, p. 30). Se para uns ele é uma ameaça, para outros ele funciona como um alerta para a necessidade de questionar os princípios democráticos.

“O perigo para as democracias hoje não é uma ideologia abrangente que sistematicamente nega os ideais democráticos. O perigo é o populismo - uma forma

coherent will but also can rule in the sense that the right representatives can implement what the people have demanded in the form of an imperative mandate” (Muller, 2016, p. 77-78).

³¹ “The formation of the latter requires actual participation by citizens; the populist, on the other hand, can divine the proper will of the people on the basis of what it means, for instance, to be a “real American.” (Muller, 2016, p. 33).

³² “Like Rousseau, populists distrust representation as a corruption of the general will and see themselves less as representatives than as simple placeholders or spokespeople for the common man, but unlike Rousseau they also distrust autonomous initiatives that empower citizens and encourage them to act by themselves” (Arditi, 2005, pp. 82-83).

³³ “(...) populists have no problem with representation as long as they are the representatives; similarly, they are fine with elites as long as they are the elites leading the people” (Muller, 2016, p. 34).

³⁴ “(...) start an open-ended process of deliberation among actual citizens to generate a range of well-considered popular judgments; rather, the referendum serves to ratify what the populist leader has already discerned to be the genuine popular interest [...]” (Muller, 2016, p. 33).

degradada de democracia que promete compensar os ideais mais elevados da democracia (“Deixem o povo governar!”)(Muller, 2016, p. 12)³⁵.

Não sendo nosso objetivo desenvolver um trabalho sobre o populismo, não podíamos deixar de fazer referência a esta relação entre a democracia e o populismo. Acima de tudo pretendemos alertar para o facto de o número de movimentos de protesto ter crescido consideravelmente nos últimos anos, em consequência das crises económica, social e política que se fazem sentir um pouco por todo o mundo, e que todos estes aspetos fazem hoje parte da sociedade democrática contemporânea.

“Donald Trump e Bernie Sanders nos EUA, Podemos e Ciudadanos na Espanha e o Movimento Cinco Estrelas na Itália, Nigel Farage na Grã-Bretanha com o “Brexit” e Ada Colau na cosmopolita Barcelona, são todos sinais conflitantes e inter-relacionados deste horizonte político emergente” (Gerbaudo, 2017, p. 1)³⁶.

Este capítulo tem assim como escopo adentrar-se na natureza da democracia moderna, considerando estes aspetos e o facto de não ser “possível falar-se hoje num tipo de democracia, mas antes de uma pluralidade de democracias” (Teixeira, 2018, p. 23). O conceito de democracia é muito debatido no meio académico e no espaço público e em muitos casos “os debates não dizem respeito apenas à correta definição de democracia, mas também aos vários tipos de democracia” (Mudde & Rovira Kaltwasser, 2017, p. 80).³⁷

Iniciamos assim este capítulo com uma rápida viagem até ao momento em que a democracia emerge na Grécia Antiga para, depois, percorrermos o caminho até às principais tradições do pensamento democrático moderno, que, por sua vez, nos oferecem o enquadramento geral para revermos três modelos de democracia completamente distintos. Durante este percurso, realçamos aspetos que animam a complexidade da relação entre a participação dos cidadãos, os meios de comunicação e os modelos democráticos. E terminamos o capítulo com uma discussão acerca do modelo de deliberação democrática – que se manifestou mais recentemente (nas últimas duas décadas do século XX) e é considerado por muitos autores como a “resposta às “crises” de funcionamento das democracias liberais” (Viegas, Santos & Faria, 2010, p. 2) – ancorado no debate público a partir do envolvimento de todos os cidadãos em arenas discursivas no seio da esfera pública. Este modelo e o conceito de esfera pública serão os aspetos que nos permitirão estabelecer a ligação com o capítulo seguinte deste trabalho, onde pretendemos explorar as novas formas de prática democrática em articulação com os processos de comunicação.

³⁵ “The danger to democracies today is not some comprehensive ideology that systematically denies democratic ideals. The danger is populism—a degraded form of democracy that promises to make good on democracy’s highest ideals (“Let the people rule!”) (Muller, 2016, p. 12).

³⁶ “Donald Trump and Bernie Sanders in the US, Podemos and Ciudadanos in Spain and the Five Star Movement in Italy, Nigel Farage in “Brexit” Britain and Ada Colau in cosmopolitan Barcelona, are all conflicting yet interrelated signal shifts of this emergent political horizon” (Gerbaudo, 2017, p. 1).

³⁷ “The debates not only concern the correct definition of democracy, but also the various types of democracy” (Mudde & Rovira Kaltwasser, 2017, p. 80).

1.1. Das origens da democracia ao desenvolvimento das democracias contemporâneas.

A democracia desenhou um longo trajeto desde a Grécia Antiga, encontrando-se, hoje, amplamente implementada na maioria das sociedades contemporâneas. Porém, no percurso desde a antiguidade até aos dias atuais, a história da democracia é marcada por contradições diretamente relacionadas com o papel atribuído aos cidadãos (Neto, 1997).

A etimologia da palavra democracia revela uma origem grega com raiz nos termos *demos* (povo) e *kratia*, de *krátos* (governo, poder, autoridade). Pode ser assim entendida como o “governo pelo povo” (Sartori, 1994). Este significado viria a ser “reformulado e enriquecido com a famosa expressão cunhada por Abraham Lincoln: “governo do povo, pelo povo e para o povo”, no sentido de que o poder deriva do povo, pertence ao povo e deve ser exercido pelo povo” (Teixeira, 2018, p. 32).

Na sua configuração histórica, a democracia, materializada na experiência ateniense, traduzia-se numa democracia direta que se realizava no espaço restrito da cidade-estado grega³⁸. O seu funcionamento caracterizava-se por intermédio de assembleias que tinham o poder de tomar todas as decisões políticas (Neto, 1997, p. 288). A presença nestas assembleias era teoricamente permitida a todos os cidadãos e o governo era exercido pelo povo³⁹. De um modo geral, as ideias e os objetivos da democracia ateniense são recontados – no famoso discurso do funeral atribuído a Péricles, um general, político e proeminente cidadão ateniense – por Tucídides, que, na sua obra *A Guerra do Peloponeso*, exalta os aspetos políticos fortes e a importância da cidade-estado Atenas.

“A nossa constituição é chamada uma democracia porque o poder está nas mãos não de uma minoria, mas de todo o povo. Quando se trata de uma questão de resolução de litígios particulares, todos são iguais perante a lei; quando é uma questão de colocar uma pessoa antes de outra em posições de responsabilidade pública, o que conta não é o ser membro de uma classe particular, mas a capacidade real que o homem possui”⁴⁰ (Oração do Funeral de Péricles. Tucídides, *A Guerra do Peloponeso*, pp. 145-147 *apud* Held, 1987, p. 16).

³⁸ “Embora o problema de escala proporcionasse vantagens, como a da participação direta de todos os cidadãos ativos, o facto é que não era possível estender o domínio das leis além dos limites de uma pequena cidade-Estado” (Teixeira, 2018, p. 32-33).

³⁹ O pensamento político moderno tem como principal fonte de inspiração o desenvolvimento da democracia em Atenas. Os ideais políticos, a igualdade entre os cidadãos, a liberdade e o respeito pela lei e justiça da época influenciaram decisivamente o pensamento político no Ocidente. Contudo, os ideais democráticos da cidade grega não foram aceites da mesma forma por todos, sobretudo porque os maiores pensadores gregos que os examinaram, incluindo Platão e Aristóteles, foram os principais críticos sobre as limitações da teoria democrática (Held, 1987).

⁴⁰ “Our constitution is called a democracy because power is in the hands not of a minority but of the whole people. When it is a question of settling private disputes, everyone is equal before the law; when it is a question of putting one person before another in positions of public responsibility, what counts is not membership of a particular class, but the actual ability which the man possesses” (Pericles’ Funeral Oration, in Thucydides, *The Peloponnesian War*, pp. 145-147).

No plano ideal, a democracia ateniense procurava criar condições para que todos os cidadãos pudessem participar nas decisões. Contudo, a condição de cidadão dependia de regras, nomeadamente ser do sexo masculino, ter mais de vinte anos de idade, e ser filho de pai e mãe atenienses⁴¹ (Held, 1987). Percebemos que no debutar da democracia, não existe igualdade de acesso aos direitos civis e políticos, verificando-se, pelo contrário, fortes elementos de exclusão. Além das condições já referidas, também os estrangeiros que, na época, permaneciam em Atenas (na maioria gregos, mas de outras regiões), não tinham direito a participar, pelo facto de não pertencerem à *demos*. De igual forma, foram ainda excluídos os escravos, que constituíam a grande parte da população naquela época⁴² (Held, 1987; Neto, 1997 p. 289).

Torna-se evidente que a participação na democracia ateniense era constituída por uma minoria, contrariando desde logo a declaração de Péricles, que afirmava que “formamos uma democracia porque o governo se encontra nas mãos da maioria e não da minoria”. Todavia, entre os cidadãos que tinham direito a participar nas assembleias também existiam problemas. Segundo os relatos históricos, era reduzido o número de cidadãos que efetivamente compareciam na *ágora*. A presença na assembleia popular (eclésia) era sobretudo uma prática dos trabalhadores e negociantes da cidade, que beneficiavam da sua localização, e menos dos habitantes que se encontravam mais deslocados. Também os segmentos mais ricos da população raramente compareciam, por tradicionalmente serem pouco favoráveis em relação ao regime democrático (cf. Held, 1987; Neto, 1997, p. 289).

“Assim, se podemos ou não legitimamente referir-nos a Atenas como uma democracia é uma questão que deve ser colocada. Inquestionavelmente, a política da antiga Atenas repousava sobre uma base altamente democrática. Mas deve-se enfatizar, como o faz Finley, que a escolha entre o “governo de poucos” ou o “governo de muitos” era uma “escolha significativa” e que os “direitos” que os vários grupos clamavam para si e pelos quais amargamente lutavam, eram extremamente significativos, ainda que” ‘os muitos’ fossem a minoria da população” (Finley, 1983, p. 9). Tanto as notáveis conquistas quanto os estreitos limites da democracia ateniense devem ser levados em consideração” (Held, 1987, p. 23).

No seguimento das desigualdades de participação nas assembleias gregas, que configuram “uma concepção restrita e elitista de cidadania” (Estanque, 2006, p. 4), percebe-se que apenas um número reduzido de cidadãos exercia o direito de falar. Existiam alguns líderes que se

⁴¹ Neste contexto, às mulheres competia a função de reprodução, numa ótica instrumental de conceber cidadãos, não lhes sendo concedidas hipóteses de participar nas políticas (Dickeson, 1997).

⁴² “A maior categoria de pessoas politicamente marginalizadas era a população escrava. Estima-se que a proporção entre escravos e cidadãos livres na Atenas de Péricles fosse, pelo menos, de 3 para 2, o que representa uma população escrava de 80.000-100.000 (Andrewes, 1967; Anderson, 1974). Os escravos eram utilizados em quase todas as formas de agricultura, indústria e mineração, bem como em tarefas domésticas. A escravatura e a democracia atenienses parecem ter sido indivisíveis. O hiato entre a base formal e real da vida política de Atenas é notável” (Held, 1987, p. 21).

encarregavam de conduzir as assembleias, sendo as decisões das políticas a adotar votadas pela assembleia popular (cf. Held, 1987).

Nas assembleias da democracia ateniense, todos eram considerados iguais devido ao facto de serem homens livres, ou seja, a igualdade era determinada pela liberdade. Também neste campo depressa nos apercebemos que, na realidade, a igualdade era limitada, porque dizia apenas respeito ao aspeto político e não ao económico, uma vez que este espaço era constituído pela aristocracia, pela classe média rural (sobretudo agricultores) e pelos negociantes, industriais e segmentos da população rural. Apesar das diferenças quanto à origem social dos participantes nas assembleias, importa destacar que o nível de instrução não era determinante para definir a condição de cidadão (Neto, 1997 p. 290).

Com esta breve descrição da democracia ateniense, concluímos que este modelo de “governo pelo povo” era, na realidade, bastante restrito, tanto do ponto de vista da exclusão de uma parte considerável da população, quanto em termos dos direitos políticos a que na teoria todos deveriam ter acesso, mas que não se verificavam na prática.

“A democracia grega era exclusiva e exclusivista. No aspeto interno, a exclusão traduzia-se no facto de a participação nos assuntos da *polis* ser apenas admitida a uma pequena parte da população adulta, não sendo esta possível às mulheres, escravos e estrangeiros. Só participavam da democracia os cidadãos filhos de pai e mãe gregos” (Teixeira, 2018, p. 33).

As limitações ao nível da participação política são, portanto, evidenciadas pela contradição entre a defesa formal da igualdade política de todos os cidadãos e a desigualdade material da realidade. Devemos, todavia, ressaltar que, apesar das limitações e paradoxos indicados, existiam na democracia ateniense mecanismos que tinham como objetivo fiscalizar o trabalho dos detentores de cargos e responsabilizá-los, obrigando-os a prestar contas perante o corpo político e os cidadãos (Neto, 1997, p. 291).

A cidade-estado da antiga Atenas simboliza o nascimento da democracia e, a despeito de todas as suas limitações, influenciou um conjunto de ideias e princípios que, embora devam ser entendidos dentro das circunstâncias da época, marcaram toda a história da evolução democrática. Depois da experiência grega, a democracia enquanto modelo de governo vai quase desaparecer dando lugar a novos ideais. Durante toda a Idade Média e, mais visivelmente a partir do século XV, com o despoletar do ideário absolutista, que serviu de base aos governos despóticos, os ideais democráticos estiveram afastados das sociedades durante um longo período (Neto, 1997). Só mais tarde, com o constitucionalismo moderno, “movimento que serviu para discutir os esquemas tradicionais de domínio político (...) e fenómeno que gerou a Constituição em sua tecitura moderna” (Gadotti, 2013, p. 15), é que a democracia regressa ao panorama político.

Numa época de movimentos revolucionários, emergiram como principais preocupações aspetos que passavam por perceber como seria possível garantir os direitos fundamentais dos

indivíduos, legitimizar o exercício do poder político e ao mesmo tempo limitar o poder estatal (cf. Neto, 1997). É neste contexto que os federalistas (Madison, Hamilton & Jay, 1993) realçam a importância da representação para a existência de um governo popular, uma vez que dessa forma, e ainda que o povo não tomasse diretamente as decisões, poderia escolher quem, em seu nome, o fizesse, ou seja, os seus representantes. Mas é mais tarde, já no contexto das grandes revoluções burguesas que irromperam nos séculos XVII e XVIII na Europa, que se assiste ao desenvolvimento do pensamento democrático moderno. Estas revoluções que surgiram ligadas aos ideais liberais, acabam por estar na origem do conceito moderno de democracia (cf. Neto, 1997).

Percorrida a linha cronológica entre as origens da democracia, na Grécia, até às revoluções europeias que induziram o emergir das formas de democracia moderna, estamos nesta fase em condições de avançar no nosso trabalho. Primeiramente, faremos um rápido esboço das duas principais tradições do pensamento democrático moderno a fim de obtermos o enquadramento necessário para a compreensão dos modelos de democracia que abordamos nesta investigação.

1.2 Duas tradições no pensamento democrático moderno: liberalismo e republicanismo.

Não obstante a extraordinária importância do modelo de democracia da Grécia Antiga no desenvolvimento democrático, as ideias democráticas modernas encontram-se enraizadas na turbulência política das Revoluções Francesa e Americana. Estas são, em grande parte, influenciadas por duas tradições amplamente distintas no pensamento democrático moderno, que Habermas (1995) descreveu como duas visões da política democrática: o republicanismo cívico e o liberalismo clássico.

Apesar de as duas tradições considerarem questões essenciais em relação aos direitos e liberdades dos cidadãos e à autoridade política, elas diferem na abordagem destas matérias e, mormente, no entendimento sobre o que significa o “governo pelo povo”.

A tradição do republicanismo, inicialmente de inspiração clássica e recuperando o ideal aristotélico do homem como animal político e da *res publica* romana (Ramos, 2011), ressurgiu na modernidade sobretudo por meio de Maquiavel (1984). No entanto, é posteriormente no contexto dos ideais jacobinos e cívicos que afloram a Revolução Francesa e a Americana respetivamente, que o republicanismo se desenvolve. Philip Pettit (2003) – filósofo irlandês considerado um neorrepblicano por integrar um grupo de autores, entre eles Quentin Skinner (1999) e Maurizio Viroli (2001), que retomaram os debates acerca desta tradição do pensamento democrático – argumenta que:

“o republicanismo forneceu um pensamento e uma linguagem que dominaram a política do Ocidente moderno, de maneira particularmente marcada na república holandesa, durante a Guerra Civil Inglesa, e durante o período que precedeu à

Guerra da Independência Americana e a Revolução Francesa. As grandes figuras que ilustram essa concepção republicana mais moderna são Harrington, Montesquieu e talvez Tocqueville (...) e, nos EUA, os *Federalistas Papers*. Rousseau e Kant, bem entendido aproximam-se também da tradição republicana, mas, tendo inscrito as ideias com uma nova visão, não são autores representativos dessa tradição” (Pettit, 2003, pp. 55-56).

O conceito de liberdade é o ponto de partida para a discussão sobre o republicanismo, em particular o conceito de liberdade negativa com o qual os republicanos não concordam. Na verdade, historicamente, a liberdade é interpretada de acordo com duas perspectivas: por um lado, enquanto conceito negativo associado aos direitos civis e ao liberalismo, ou seja, os cidadãos são livres desde que não existam obstáculos à sua ação; a liberdade é entendida como ausência de constrangimentos ou obstáculos (Ramos, 2011, p. 46). Os cidadãos participam da vida política apenas por meio do processo representativo, ou seja, por meio da escolha de representantes. Por outro lado, enquanto conceito positivo associado à democracia – a liberdade é assim “compreendida como a capacidade de autodeterminação do indivíduo”. Ou seja, inspirado em Rousseau, o conceito opera com base na ideia de “autonomia da vontade” (*ibidem*, p. 47). O facto de ser positiva está precisamente relacionado com essa vontade autónoma, de acordo com a qual o indivíduo tem o poder de escolher como vive (Nunes & Silame, 2007).

A liberdade, na tradição republicana, enfatiza a importância da partilha de valores e dos objetivos comuns. No lugar das preferências privadas ganha espaço a participação política. “Os indivíduos estão integrados na comunidade política como partes de um todo, de tal maneira que, para formarem a sua identidade pessoal e social, necessitam do horizonte de tradições comuns e de instituições políticas reconhecidas” (Araújo, 2007, p. 126) Espera-se, nesta tradição, que o Estado tenha uma intervenção fundamental em garantir e sustentar o que é partilhado e valorizado, nomeadamente na comunidade (Ramos, 2011, p. 50).

É neste sentido que Skinner (1999) também critica as concepções negativas de liberdade, alertando para as condições que devem ser cumpridas para que a liberdade seja assegurada. O autor inglês salienta que, a visão liberal de que se todos perseguirem os seus próprios interesses estará assegurado que o resultado final será o melhor bem-estar para toda a comunidade, não passa, sob o ponto de vista da tradição republicana, de um equívoco, porque o que se verificará é o aumento da corrupção.

Revela-se assim a ideia de liberdade de Pettit como “não-dominância”, perspectiva que irrompe associada ao republicanismo moderno por oposição ao republicanismo cívico, presente em alguns autores como Hannah Arendt (1978), Alasdair MacIntyre (1981), Michael Sandel (1982), mais próximos da “concepção positiva de liberdade” (Ramos, 2011, p. 53). O republicanismo moderno advoga desta forma uma compreensão da política no âmbito do viver comunitário, privilegiando aspetos como: a) a análise da liberdade como não-dominância; b) a dimensão social do viver político do homem; c) o reconhecimento da legitimidade do direito e da

igualdade de todos; d) a ideia da comunidade política como autogoverno dos cidadãos na criação de leis que efetivam a liberdade; e) a atuação política do cidadão pela prática de virtudes políticas (Ramos, 2011, p. 45).

Já na tradição liberal clássica⁴³, de origem anglo-saxônica e derivada das ideias de John Locke (1632-1704), Thomas Hobbes (1588-1679), James Madison (1751-1836), Jeremy Bentham (1748-1832), James Mill (1773-1836) e John Stuart Mill (1806-1873), a ênfase é direcionada para a proteção das liberdades individuais, isto é, salienta-se a importância de indivíduos livres e autônomos. Esta concepção influenciará muitos dos neoliberais (cf. Hayek, 2010).

“O estado de natureza tem para governá-lo uma lei de natureza, que a todos obriga; e a razão, em que essa lei consiste, ensina a todos aqueles que a consultem que, sendo todos iguais e independentes, ninguém deveria prejudicar a outrem em sua vida, saúde, liberdade ou posses” (Locke, 1998, p. 384).

O Estado perfila-se como protetor dos meios de que os indivíduos precisam para atingir os seus objetivos. O processo democrático é assim compelido e está ao serviço da realização individual, dado que os objetivos individuais são prioritários e independentes de quaisquer associações entre os indivíduos. John Locke, ao teorizar sobre a sociedade inglesa do séc. XVII, considera a importância de construir um Estado baseado na igualdade natural, ou seja, que garanta o exercício e a segurança de propriedade.

“[...] o governo civil é o remédio adequado para as inconveniências do estado de natureza, que certamente devem ser grandes; quanto aos homens é facultado serem juizes em suas próprias causas, pois é fácil imaginar que aquele que foi injusto a ponto de causar injúria ao irmão dificilmente será justo o bastante para condenar a si mesmo por tal” (Locke, 1998, p. 392).

É nos dado a perceber que o republicanismo e o liberalismo diferem não apenas em relação ao papel do Estado, mas também quanto à natureza do próprio processo político (Silva, 2015). Se a concepção republicana de política abarca o compromisso de cada cidadão em relação a uma cultura cívica que transcende as preferências individuais e os interesses privados; pelo contrário, a concepção liberal baseia-se num mecanismo essencialmente processual destinado a facilitar a expressão de preferências individuais (Habermas, 1996, 1997).

O liberalismo apresenta-se como a “corrente teórico-ideológica dominante na atualidade”, sendo o republicanismo, por sua vez, uma “corrente crítica da democracia liberal” que propõe uma releitura da história do pensamento político, com o intuito de entender os problemas modernos da democracia (Nunes & Silame, 2007, p. 66).

⁴³ É necessário esclarecer de forma inequívoca o sentido de liberalismo abordado neste trabalho, visto tratar-se de um conceito controverso, e cujo significado tem sofrido várias mudanças ao longo da história. Desta forma, a ideia de liberalismo é aqui utilizada no sentido do esforço empreendido para defender os valores da liberdade de escolha, razão e tolerância ante a tirania do sistema absolutista (cf. Macpherson, 1966; Dunn, 1979; Pateman, 1985).

A importância de compreendermos a essência da democracia nestas duas tradições resulta do facto de estas serem duas correntes de pensamento que estão na origem dos diferentes modelos de democracia que nos propomos analisar a seguir: elitista, participativo e deliberativo, com atenção enfática para este último. O modelo discursivo ou deliberativo de democracia recupera características das duas tradições, e procura simultaneamente demonstrar que é possível incorporar a discussão e a participação pública na qualidade de mecanismos para garantir a legitimidade política, mas sem deixar de considerar aspetos como a autonomia do indivíduo e a necessidade de manutenção de estabilidade e eficiência do sistema.

Devemos ainda considerar que não existe, hoje, democracia que encaixe perfeitamente dentro de uma tradição, verificando-se, sem surpresas, a realidade de sociedades democráticas que incorporam vários princípios e ideais, desafiando qualquer escola particular de pensamento. Inclusivamente, nas sociedades com fortes tradições democráticas, as práticas de democracia podem ser alteradas consideravelmente em determinados momentos, impelidas pelas mais diversas situações (crises económicas, terrorismo, guerra, etc.). A este propósito importa lembrar Leonardo Morlino (2009), que alerta para o facto de nos últimos anos se ter assistido à emergência e afirmação de “regimes híbridos”, que alteraram os princípios democráticos tradicionais. O autor pretende fazer referência “a regimes com instituições formalmente democráticas - como as eleições - mas que “maquilham” a realidade da dominação autoritária”, uma vez que neles não existe uma “competição política verdadeiramente aberta, livre e justa, de forma a que o partido dominante possa aceder ao poder de uma forma consentida” (apud Teixeira, 2018, p. 21).

Não podemos, portanto, esquecer que o liberalismo e o republicanismo são “tipos ideais”, quer isto dizer que não descrevem as democracias, mas dotam-nos das ferramentas que nos permitem analisar e compreender a lógica e a aplicação dos princípios democráticos. No formato de perspectivas contrapostas, entendidas normativamente e não empiricamente, estas tradições ajudam-nos a compreender os diferentes modelos de democracia.

1.3. Três modelos de democracia: elitista, participativo e deliberativo.

O desenvolvimento já assinalado da democracia moderna, nomeadamente a propósito de duas tradições de pensamento, contribuiu para que, nas últimas décadas, se assistisse a uma proliferação de modelos teóricos. Assim, podemos considerar – no seguimento da tradição liberal e republicana, e de acordo com os objetivos do nosso estudo – três modelos de democracia distintos: o elitismo democrático, o modelo participativo e o modelo discursivo ou deliberativo.

Uma sistematização dos modelos de democracia como a que pretendemos realizar já foi empreendida por vários autores (Held, 1987; Dryzek 1994; Habermas, 1996; Gutmann, 1995;

Nobre, 2004; Marques, 2008; Christians *et al.*, 2009; Carpentier, 2017), enfatizando cada um deles os traços que mais interessam em cada modelo. Neste trabalho seguimos em particular a organização dos modelos de democracia feita por Held (1987), mas sobretudo a abordagem realizada por Marques (2008). Porém, torna-se essencial, perante as diferentes interpretações quanto ao funcionamento e requisitos que um governo democrático pode ter, sistematizar os princípios e as práticas políticas de cada modelo.

Importa salientar, todavia, que coexistem diferentes correntes e tendências em cada um destes três modelos que nos propomos analisar. Cabe no modelo liberal, de acordo com Marques (2008, p. 53), por exemplo, o republicanismo de origem norte-americana, formulado por autores como Madison e Hamilton (1993) nos artigos federalistas; o liberal-constitucionalismo de Jefferson, ou os constitucionalistas mais recentes como John Rawls (1995), Ronald Dworkin (1986) e Bruce Ackerman (1989); o pluralismo democrático de Robert Dahl (1967); o libertarianismo de Robert Nozick (1974); mas também o elitismo competitivo, que recebeu contribuições de autores como Joseph Schumpeter (1942), Anthony Downs (1999) e Max Weber (1920). Estas constituem algumas das vertentes dentro do modelo liberal (cf. Ramos, 2011). No modelo republicano, por sua vez, destacam-se a partir dos ideais de Jean-Jacques Rousseau, as perspetivas de Alasdair MacIntyre (1981) e Charles Taylor, além do modelo participativo de Carole Pateman (1992) e de Benjamin Barber (2004). Também o modelo deliberativo se compõe de diferentes vertentes consoante os autores e as abordagens mais próximas das tradições e abordagens liberais ou republicanas (cf. Marques, 2008).

Desta forma, é nosso propósito sobrelevar que dentro de cada modelo procuramos abordar os autores e os aspetos que nos oferecem um quadro amplo e acessível para examinar a relação entre os *media*, a participação e a democracia, indo ao encontro dos nossos objetivos. Esta abordagem não significa, contudo, que princípios e autores de outras correntes acolhidas por estes modelos não sejam abordados, se de alguma forma estes puderem acrescentar um novo ponto de vista na nossa análise. Queremos alertar que não foi nosso intuito esgotar a análise de todas as perspetivas dentro de cada modelo, mas cingir-nos aos aspetos pertinentes para a nossa reflexão, nomeadamente considerando que “diferentes modelos democráticos (de democracia teórica e prática) atribuem equilíbrios diferentes entre estes conceitos de representação e de participação” (Carpentier, 2017, p. 23), entre formas minimalistas e maximalistas de participação.

1.3.1. Modelo liberal-elitista de democracia: origem e fundamentos.

A primeira vertente a abordar é de cariz liberal, designada de modelo elitista de democracia e surge como uma crítica à conceção clássica de democracia – historicamente situada nas antigas cidades-estado gregas –, e às ideias defendidas por Jean-Jacques Rousseau de um povo tido como soberano e capaz de produzir uma vontade coletiva, ou seja, a noção de soberania popular do governo do povo, para o povo e pelo povo (1964). Tendo por base os estudos

contemporâneos, o modelo de democracia elitista encontra em Max Weber (1864-1920) e Joseph Schumpeter (1883-1950) dois dos seus principais defensores (Held, 1987; Marques, 2008). Estes autores consideram que na vida política não haveria espaço para a participação democrática, devendo a democracia servir unicamente como um meio de escolher as pessoas que ficariam encarregadas de tomar as decisões. “A essência da democracia (...) seria a capacidade dos cidadãos de substituir um governo por outro” (Held, 1987, p. 151). Schumpeter opõe-se aos ideais da teoria clássica, na qual “a seleção dos representantes tornou-se algo secundário em relação ao principal propósito do arranjo democrático que é ter o poder de decidir assuntos políticos no eleitorado”⁴⁴ (Schumpeter, 1942, p. 269). O autor defende uma inversão dos papéis, argumentando que “o papel dos cidadãos é produzir um governo, ou então um organismo intermediário, que, por sua vez, produzirá um executivo nacional ou governo”⁴⁵ (*ibidem*).

É no seguimento de um conjunto de estudos sociológicos conduzidos nos EUA, no início do século XX, que, lembra Marques (2008), Schumpeter formula a sua opinião crítica, uma vez que os resultados evidenciam dificuldades de organização dos cidadãos. Esta reflexão também é partilhada por David Held ao afirmar que, “em termos gerais, Schumpeter caracterizou o eleitorado, sob a influência de psicólogos das massas como Gustave Le Bon, como geralmente fraco, propenso a fortes impulsos emocionais, intelectualmente incapaz de fazer qualquer coisa decisiva...” (Held, 1987, p. 152).

Neste contexto, o autor advoga a necessidade de uma divisão clara do trabalho político, isto é, entre aqueles que possuem maior capacidade e tempo para se dedicar à gestão da “coisa pública” (uma elite, daí o modelo se chamar elitista) e aqueles que apenas consentem e delegam poder a representantes que competem entre si (o modelo é também conhecido como elitista-competitivo). As palavras de Walter Lippmann corroboram a ideia de uma oposição à soberania popular.

“Nós devemos abandonar a ideia de que o povo governa. Em vez disso, nós devemos adotar a teoria de que, dadas as suas mobilizações ocasionais enquanto maioria, o povo apoia ou opõe-se a indivíduos que, de facto, governam. Nós devemos dizer que a vontade popular não comanda diretamente, mas que intervém ocasionalmente” (Lippmann, 1993, pp. 51-52).⁴⁶

Assim, Joseph Schumpeter critica a proposta da teoria clássica como irrealizável, uma vez que os cidadãos não são capazes de tomar decisões racionais. Também Weber já tinha alertado para

⁴⁴ “Thus the selection of the representatives is made secondary to the primary purpose of the democratic arrangement which is to vest the power of deciding political issues in the electorate” (Schumpeter, 1942, p. 269).

⁴⁵ “To put it differently, we now take the view that the role of the people is to produce a government, or else an intermediate body which in turn will produce a national executive or government” (Schumpeter, 1942, p. 269).

⁴⁶ “We must abandon the notion that the people govern. Instead, we must adopt the theory that, by their occasional mobilizations as a majority, people support or oppose the individuals who actually govern. We must say that the popular will does not direct continuously but that it intervenes occasionally” (Lippmann, 1993, pp. 51-52).

o facto de não acreditar na possibilidade de milhões de indivíduos conseguirem tomar decisões de acordo com outros interesses que não os seus próprios.

“Nós somos todos políticos ‘ocasionais’ quando depositamos o nosso voto ou consumamos uma expressão similar de intenção, tal como aplaudir ou protestar num encontro ‘político’, ou proferimos um discurso ‘político’”, etc. A relação de muitas pessoas com a política limita-se a isso. A política como uma vocação é, hoje, praticada por todos aqueles agentes partidários e chefes de associações políticas voluntárias que, em regra, são politicamente ativas apenas em caso de necessidade e dedicadas àqueles para quem a política não é, materialmente ou idealmente, a ‘sua vida’” em primeiro lugar” (Weber, 1946, p. 83)⁴⁷.

Na conceção elitista, o único ponto onde a atuação da esfera dos representantes políticos e a função dos cidadãos se interseccionam posiciona-se no momento do sufrágio, na seleção dos líderes que se oferecem para governar. Schumpeter lembra, no entanto, que a igualdade neste modelo está assegurada pelo facto de qualquer cidadão poder concorrer a um cargo público, mas também porque todos os votos valem o mesmo.

“Temos visto que o método democrático não garante necessariamente uma quantidade maior de liberdade individual do que outros métodos políticos permitiriam, em semelhantes circunstâncias. Pode muito bem ser o contrário. Mas ainda há uma relação entre os dois. Em princípio, pelo menos, todos são livres para competir pela liderança política, apresentando-se ao eleitorado...” (Schumpeter, 1942, p. 272)⁴⁸

O modelo elitista representa a transição de uma ideia de democracia como fim, ou seja, em que a essência resulta do exercício da soberania por parte dos cidadãos, para uma noção de democracia como meio de escolha dos líderes políticos que governarão. Neste modelo o que é verdadeiramente determinante é “a escolha daqueles que exercem o poder em nome do povo, o titular formal da soberania”. O ator eleitoral é por isso central nas “definições minimalistas da democracia”, na medida em que este funciona como “um *modus procedendi* a partir do qual determinados indivíduos obtêm o poder mediante uma competição cujo objetivo é o voto popular” (Teixeira, 2018, p. 38).

O economista Joseph Schumpeter salienta ainda, em jeito de resposta às críticas feitas a este modelo, que as conceções elitistas não são normativas como as clássicas, mas procuram descrever como, na prática, funcionam as democracias.

⁴⁷ “We are all ‘occasional’ politicians when we cast our ballot or consummate a similar expression of intention, such as applauding or protesting in a ‘political’ meeting, or delivering a ‘political’ speech, etc. The whole relation of many people to politics is restricted to this. Politics as a vocation is today practiced by all those party agents and heads of voluntary political associations who, as a rule, are politically active only in case of need and for whom politics is, neither materially nor ideally, ‘their life’ in the first place” (Weber, 1946, p. 83).

⁴⁸ “We have seen that the democratic method does not necessarily guarantee a greater amount of individual freedom than another political method would permit in similar circumstances. It may well be the other way round. But there is still a relation between the two. If, on principle at least, everyone is free to compete for political leadership by presenting himself to the electorate...” (Schumpeter, 1942, p. 272)

“A teoria clássica (...) atribuiu ao eleitorado um grau irrealista de iniciativa que, praticamente, equivale a ignorar a liderança. Porém, os coletivos agem, quase que exclusivamente, ao aceitar a liderança, que é o mecanismo primordial de praticamente qualquer ação coletiva que seja mais do que um reflexo”⁴⁹ (Schumpeter, 1942, p. 270).

Outros estudiosos do campo da teoria democrática analisam também este modelo de democracia. David Held (1987), por exemplo, descreve o “elitismo competitivo” como um modelo altamente restritivo da democracia, que não confere quaisquer oportunidades para a cidadania e participação política. Assim, neste modelo de democracia, soberania popular significa, basicamente, o poder que os cidadãos têm para substituir um governo por outro. Como o próprio Schumpeter faz questão de frisar, existe um “governo para o povo”, mas nunca um “governo pelo povo”. Os cidadãos desempenham, em resumo, neste modelo, uma mera indumentária de consumidores, cujas escolhas constituem uma forma de expressão política.

Enquanto modelo competitivo, preocupado apenas com a escolha entre elites, “esta perspectiva desconsidera o facto de mesmo países que adotam o mecanismo eleitoral poderem conviver com a realização de eleições que não inteiramente livres, tornando discutíveis os seus resultados” (Teixeira, 2018, p. 39). Nesta vertente minimalista, as restantes instituições determinantes para o bom funcionamento democrático não são consideradas e podem, nesse sentido, funcionar de forma deficitária ou até mesmo afetar as práticas da democracia.

Traçadas as características principais do elitismo democrático no que diz respeito à participação dos cidadãos, podemos agora analisar qual o papel dos meios de comunicação. Depressa nos apercebemos de que estes tendem a concentrar-se na cobertura de crises e campanhas; por outras palavras, o jornalismo neste modelo de democracia não procura informar os cidadãos sobre os assuntos públicos, estando especialmente preocupado em alertar para as promessas de campanha e escândalos passíveis de surgir sobretudo durante os períodos de eleições.

O jornalismo serviria desta forma a sociedade, não ao manter as pessoas informadas, mas essencialmente mantendo os representantes sob controlo (Christians et al., 2009, p. 100). Este controlo por parte do jornalismo não implicaria por isso uma visão de democracia na qual os cidadãos tivessem de participar de forma regular. Ao assumir uma posição desta natureza, e não descurando a estrutura do próprio governo, os cidadãos poderiam dar-se ao luxo de se preocuparem exclusivamente com as suas atividades privadas (Blasi, 1997 *cit in*. Christians et al., p. 100). Os *media* funcionariam, de certo modo, como uma espécie de alarme, ou seja, encarregando-se da função de vigilância; os cidadãos poderiam tratar da sua vida privada, que, quando detetado um problema, seriam alertados. O papel que os meios de comunicação

⁴⁹ “The classical theory (...) attributed to the electorate an altogether unrealistic degree of initiative which practically amounted to ignoring leadership. But collectives act almost exclusively by accepting leadership; this is the dominant mechanism of practically any collective action which is more than a reflex” (Schumpeter, 1942, p. 270).

deveriam assumir no sistema democrático será retomado mais à frente, importando neste momento perceber que, num modelo de democracia elitista, os *media* praticam ações de vigilância e alertam os cidadãos para possíveis problemas, permitindo que estes se afastem dos assuntos públicos.

1.3.1.1. A “crise da representação” na sociedade contemporânea?

Uma das principais críticas à concepção elitista, realça David Held (1987, p. 254), converge para o facto deste modelo de democracia liberal enfatizar a representação como uma das dimensões fundamentais do regime democrático, abalizando que o mais importante está albergado no funcionamento eficiente e estável das instituições de governo, descurando como tal as condições que possibilitam uma participação política por parte dos cidadãos (cf. Marques, 2008; Carpentier, 2017). Como referimos na secção anterior, a ideia de representação que é hoje aceite como essencial no contexto democrático, sobretudo dada a dimensão e a complexidade dos Estados modernos, não foi, contudo, o modelo que originou o conceito de democracia. “Que fique claro que a substituição da democracia direta pela democracia representativa se deveu a uma questão de facto, nomeadamente à transição das cidades-Estado para os grandes Estados nacionais” (Teixeira, 2018, pp. 37-38).

Os princípios representativos emergem apenas com a reconstrução do debate político nos finais do século XVIII, todavia, podemos encontrar referências ao conceito ao longo da história. Apesar de não existir consenso quanto à origem e formação histórica da ideia de representação política, já na Grécia existia o princípio da representação, nas eleições por *demos* e na votação da *polis*, embora predominasse a democracia direta (Held, 1987).

Deve-se, no entanto, à Revolução Francesa, o traçado dos princípios teóricos marcantes e fundamentais para a democracia moderna. Alavancados pela premissa de que a representação direta é impossível no Estado moderno, mas que também não era possível continuar subjugados ao poder do absolutismo monárquico, decide-se formar um governo livre e natural. O modelo de democracia, adotado por grande parte dos Estados no final da Segunda Guerra Mundial, começa, a partir da década de 70, a ser questionado acentuadamente pela “falta de abertura das instituições públicas à intervenção dos cidadãos (Marques, 2008, p. 59), tal como do próprio sistema de representação.

Uma das principais preocupações dos investigadores contemporâneos centra-se no diagnóstico de uma crise na relação entre “esfera civil e esfera dos representantes políticos” (Warren, 1999).

“A impressão corrente e predominante de crise reflete a frustração de expectativas anteriores acerca da direção da história. Uma vez que a sua base se expandiu consideravelmente, o governo representativo tem, desde que se estabeleceu, vindo a tornar-se, sem dúvidas, mais democrático. (...) Contudo, a democratização da representação, o estreitamento da relação entre

representantes e representados, e a crescente influência dos desejos dos governados nas decisões daqueles que estão no governo têm-se mostrado menos consistentes do que o esperado. Se é verdade que se pode dizer que a democracia se expandiu, não se pode dizer, com a mesma certeza, que ela se tem aprofundado”⁵⁰ (Manin, 1997, p. 234).

Bernard Manin (1997) refuta, portanto, que a democracia representativa esteja a atravessar uma crise, privilegiando antes a ideia de um período de mudança, preservando idênticos princípios que se encontram na sua origem, que identifica como: a) eleições regulares; b) independência parcial dos representantes; c) opinião pública livre; d) decisões tomadas após discussões.

No entanto, também há quem não acredite numa crise da democracia, Marques (2008) lembra Bobbio, que entende que sociedades tão complexas, multiculturais, numerosas e com tantas exigências como as democracias contemporâneas não permitem um exercício democrático como se desejaria. Neste sentido, em vez de uma crise, a democracia vivencia um período de transformações e de adaptação às novas exigências emergentes (Norris, 2000, 2001; Bobbio, 1997; Marques, 2008, Carpentier, 2017). Noberto Bobbio não tem, no que a estas transformações diz respeito, grandes dúvidas, considerando que “para um regime democrático, estar em transformação é o seu estado natural: a democracia é dinâmica; o despotismo é estático e sempre igual a si mesmo” (1997, pp. 9-10). É também nesta linha que podemos entender Carpentier, quando considera que “a democracia não é um conceito estável com um significado fixo, mas sim com uma multitude de significados” (2017, p. 22).

Assim, perante um contexto de “crise”, o filósofo político italiano Noberto Bobbio prefere discorrer sobre as transformações que a democracia atravessa do ponto de vista da distância existente entre a democracia ideal, tal como foi concebida na sua origem, e a democracia real, com a qual temos de viver no quotidiano. O autor italiano refere que para avaliar o desenvolvimento da democracia num determinado país, devemos “procurar perceber se aumentou não o número dos que têm direito de participar nas decisões que lhes dizem respeito, mas os espaços nos quais podem exercer este direito” (1997, p. 28). Com base nesta ideia podemos considerar, como refere Marques (2008, p. 44), que não estamos perante uma crise da democracia, mas confrontados com dificuldades na conquista de um dos valores fundamentais para a ideia de democracia – a participação dos cidadãos. “A participação é vista como um conceito político-ideológico intrinsecamente ligado ao poder. Isto torna-se óbvio na discussão da teoria democrática, onde a participação se encontra em tensão permanente com o conceito de representação” (Carpentier, 2017, p. 15).

⁵⁰ “The currently prevailing impression of crisis reflects the disappointment of previous expectations about the direction of history. In that its base has expanded enormously, representative government has, since its establishment, undoubtedly become more democratic. [...] However, the democratization of representation, the narrowing of the gap between representatives and represented, and the growing influence of the wishes of the governed on the decisions of those in government have turned out to be less durable than expected. While one can certainly say that democracy has broadened, one cannot say with the same certainty that it has deepened” (Manin, 1997, p. 234).

É também neste sentido que podemos entender as palavras de Stephen Coleman, quando defende que a democracia atual se caracteriza “por um código parcimonioso que valoriza todas as vozes de forma igual por um breve momento plebiscitário de anos a anos, e o resto do tempo acomoda-se às desigualdades económicas estruturais e autorreproduz culturalmente as hierarquias que sustentam uma ordem social profundamente antidemocrática” (Coleman, 2017, p. 42)⁵¹.

No fundo está em causa não uma crise da representação propriamente dita, mas uma “crise de confiança que afeta os objetos mais específicos do sistema político”. O reflexo dessa crise está “em fenómenos como o crescente abstencionismo eleitoral; o aumento da volatilidade e incerteza eleitorais; a maior fragmentação dos sistemas partidários; o declínio dos partidos tradicionais e o conseqüente aparecimento de novos partidos desafiadores do *status quo* dominante, entre muitos outros” (Teixeira, 2018, pp. 123-124).

Estes aspetos acabaram por fazer emergir movimentos, partidos e líderes populistas, mas também, e sobretudo, formas alternativas de participação por parte dos cidadãos, que tirando partidos das novas redes digitais e dos *media* sociais, ganham novas possibilidades comunicativas. É precisamente esta dimensão participativa, que pretendemos focar neste trabalho, nomeadamente considerando as possibilidades abertas pelas novas tecnologias de comunicação.

1.3.2. Modelo participativo de democracia: origem e fundamentos

Por oposição ao modelo elitista de democracia, Jean-Jacques Rousseau, teorizando no contexto da sociedade francesa do século XVIII, e na sequência das revoluções que permitiram que o ideal liberal se impusesse, recoloca a questão da participação direta como uma necessidade histórica.

O modelo de democracia participativa ou direta tem a sua origem moderna nos filósofos do século XVIII, mas ganha destaque nas décadas de 60 e 70, como rival da concepção elitista e com base na ideia de que a democracia não pode ser reduzida a um somatório de “regras constitucionais e nem a uma dimensão puramente concorrencial da política” (Nobre, 2004; Marques, 2008, p. 69). A vertente participativa enfatiza “a importância da soberania popular e do governo pelos cidadãos, alegando que a defesa do voto como única hipótese de participação compromete o próprio ideal de democracia” (Marques, 2008, p. 53; Held, 1987). Inspirada na democracia da antiga Atenas, e na deliberação dos cidadãos na praça pública, o modelo de democracia direta não concorda com qualquer tipo de instituição representativa.

⁵¹ “Political democracy as we have come to experience it in most countries is characterized by a parsimonious code that values all voices equally for one brief plebiscitary moment every few years and the rest of the time accommodates itself to the structural economic inequalities and culturally self-replicating hierarchies that underpin a deeply undemocratic social order” (Coleman, 2017, p. 42).

Entre os principais teóricos que defendem uma participação mais efetiva nas instituições democrática modernas está, como referimos, Jean-Jacques Rousseau. O filósofo francês interpreta a soberania popular como intransferível, ou seja, não admite que esta passe para o lado dos governantes, mesmo que estes tenham sido legitimamente eleitos. De acordo com Pateman, “Rousseau argumenta que, a menos que cada indivíduo seja “forçado” a agir de modo socialmente responsável através do processo participatório, não poderá haver nenhuma lei que assegure a liberdade de todos, ou seja, não poderá existir nenhuma vontade geral ou qualquer tipo de lei justa que o indivíduo possa prescrever a si mesmo” (1992, p. 40). A autora revela ainda que para Rousseau só “a participação pode aumentar o valor da liberdade para o indivíduo, capacitando-o a ser (e permanecer) seu próprio senhor” (ibidem).

Alguns estudiosos deste modelo (Pateman, 1992; Barber, 2004) têm dúvidas quanto às críticas proferidas pelos teóricos do modelo elitista, nomeadamente relativamente ao afastamento dos cidadãos do processo decisório por falta de conhecimentos, mas também no que diz respeito à ideia de que os cidadãos se comportam passivamente (Marques, 2008). De acordo com este modelo participativo, se a política estivesse mais próxima dos cidadãos, estes sentir-se-iam estimulados a participar, assimilando a importância da sua intervenção em assuntos que também são do seu interesse (Held, 1987; Pateman, 1992). Inferimos na linha de Marques, (2008), que ao contrário do modelo elitista, o qual se limita a descrever como funciona a democracia, esta vertente procura também deixar contribuições sobre como o regime democrático deveria funcionar.

Apesar de enfatizar a importância da participação dos cidadãos na gestão dos negócios públicos, Rousseau não deixa de considerar os mecanismos de representação, mormente no que diz respeito à execução das decisões tomadas pelos cidadãos. Quer isto dizer que o filósofo discorda da mera transferência da soberania dos cidadãos para os líderes políticos no momento da tomada de decisões, mesmo que os representantes tenham sido eleitos.

“A soberania não pode ser representada, pela mesma razão que não pode ser alienada; ela consiste essencialmente na vontade geral, e a vontade de modo algum se representa; ou é a mesma ou é outra; não há nisso meio-termo. Os deputados do povo não são, pois, nem podem ser seus representantes; são quando muito seus comissários e nada podem concluir definitivamente. São nulas todas as leis que o povo não tenha ratificado; deixam de ser leis. [...] Não sendo a lei senão a declaração da vontade geral, claro está que no poder legislativo não pode o povo ser representado; mas pode e deve sê-lo no poder executivo, que outra coisa não é senão a força aplicada à lei” (Rousseau, 2002, pp. 45-46).

Cumprindo a posição de principal defensor do modelo de democracia direta, a influência de Rousseau é ainda perceptível num grupo de estudiosos descontentes com a teoria política vigente e que contemplam, sobretudo a partir dos anos 70, a necessidade de mais participação nas sociedades democráticas (cf. Marques, 2008; Carpentier, 2017). Destacam-se em particular as ideias de Carole Pateman (1992) e Benjamin Barber (2004) como aqueles que mais criticam a falta de argumentação nas críticas dos autores liberais (Held, 1987; Pateman, 1992).

Benjamin Barber é talvez o mais radical dos autores da corrente participativa, defende Marques (2008). Daí que ele argumente que “se o único fundamento de um sistema político for a escolha dos líderes pela realização das eleições, não se poderá considerar esse regime como democrático” (Marques, 2008, p. 79). É neste contexto que Barber (2004) formula uma conceção de democracia denominada de “democracia forte” (*strong democracy*) em oposição a uma “democracia fraca” (*thin democracy*) de cunho liberal, representativo e instrumental, que se consolidou enquanto forma de participação na democracia moderna (cf. Belchior, 2015).

“Democracia forte é definida pela política no modo participativo: literalmente, ela representa o auto-governo pelos cidadãos, em vez de um governo representativo em nome dos cidadãos. Cidadãos ativos governam-se a si mesmos diretamente aqui, não necessariamente em cada nível e em cada instância, mas com frequência adequada e, em particular, quando políticas básicas estão a ser decididas e quando se está a fazer uso de um poder significativo” (Barber, 2004, pp. 150-151)⁵².

Barber não considera, portanto, que se possa aceitar uma forma de democracia em que a esfera civil assume um papel de “cliente”, ou seja, apenas escolhe serviços ou produtos para satisfazer as suas necessidades (2004, p. xxix). Ainda segundo Barber, se fossem dadas oportunidades de participação aos cidadãos, estes passariam a sentir vontade de se envolver nas questões públicas. “Os cidadãos são apáticos porque desprovidos de poder, e não desprovidos de poder porque apáticos. Não há evidência a sugerir que, uma vez que possuam poder político, um povo se recusará a participar”⁵³ (*ibidem*, p. 272).

Também Carole Pateman (1992) retira a mesma ilação quanto à concessão de oportunidades de participação aos cidadãos, concretamente em relação aos assuntos que os afetam. A autora concorda que estes demonstrariam mais interesse nos assuntos políticos e poderiam contrariar, desta forma, a ideia da apatia da esfera civil (cf. Carpentier, 2017).

“...somente se o indivíduo tiver a oportunidade de participar de modo directo no processo de decisão e na escolha de representantes nas áreas alternativas (como a esfera do trabalho) é que, nas modernas circunstâncias, ele pode esperar ter qualquer controlo real sobre o curso da sua vida ou sobre o desenvolvimento do ambiente em que ele vive” (Pateman, 1992, pp. 145-146)⁵⁴.

O que a autora quer enfatizar é a ideia de que se os cidadãos percebessem que as suas opiniões e contribuições são ponderadas, teriam mais interesse em conhecer o processo de decisão política. Por outro lado, os autores não compreendem o raciocínio de que uma maior

⁵² “Strong democracy is defined by politics in the participatory mode: literally, it is self-government by citizens rather than representative government in the name of citizens. Active citizens govern themselves directly here, not necessarily at every level and in every instance, but frequently enough and in particular when basic policies are being decided and when significant power is being deployed (Barber, 2004, pp. 150-151).

⁵³ “They are apathetic because they are powerless, not powerless because they are apathetic. There is no evidence to suggest that once empowered, a people will refuse to participate” (Barber, 2004, p. 272).

⁵⁴ Pateman (1992) defende a necessidade de uma espécie de “treino democrático” para estimular a participação dos cidadãos. A este respeito não podemos deixar de salientar o trabalho de Almond e Verba (1965) sobre o potencial das oportunidades de participação dos cidadãos no ambiente familiar e na escola e a relação com a participação nos assuntos públicos da sociedade.

participação dos cidadãos poderia comprometer o sistema democrático, visto que este juízo parte de um pressuposto que nunca foi verificado. Ou seja, como nunca se implementou efetivamente um sistema participativo nas sociedades democráticas modernas, não se pode afirmar que este sistema estaria condenado à desorganização (Barber, 2004; Pateman, 1992). Os autores consideram ainda que existe uma certa contradição nas ideias de Schumpeter, na medida em que este defende que os cidadãos são capazes de escolher entre os melhores líderes, mas não são capazes de participar (cf. Marques, 2008).

Já no que diz respeito aos meios de comunicação, no modelo de democracia direta ou participativa, a liberdade de imprensa deve estar ao serviço da comunidade, não servindo quaisquer interesses individuais como os dos jornalistas ou dos diretores das instituições mediáticas. Assim sendo, não seriam as forças do mercado ou as próprias empresas jornalísticas que avaliariam a qualidade e o valor do jornalismo, mas os próprios cidadãos. Considera-se que o mais importante não é a liberdade individual, mas uma liberdade de discurso e de imprensa que permita à comunidade saber o que se passa.

A conceção de liberdade de comunicação neste modelo de democracia é construída com base nas reuniões que acontecem nas assembleias, focando por isso o papel do jornalismo na vertente de facilitador do diálogo (Meiklejohn, 1960 *cit. in* Christians et al., 2009, p. 105). Os meios de comunicação e o jornalismo numa democracia participativa desempenham, assim, uma função de promotores do diálogo, disponibilizando um fórum para o debate, ao assegurarem que todos os assuntos são tratados de forma completa e justa. Se não existem, hoje, condições para o diálogo e para a participação direta é porque as sociedades não oferecem condições para que tal se verifique, dado que “onde e quando uma democracia direta continua a ser uma opção viável e desejável, o jornalismo promove deliberação, proporcionando um espaço para o diálogo”⁵⁵ (Christians et al., 2009, p. 105).

1.3.2.1. Limites do modelo participativo de democracia: o problema da participação na sociedade contemporânea.

A conceção de democracia participativa, que tem em Rousseau o seu principal defensor, é alvo de críticas que ajudam a explicar a impossibilidade do seu funcionamento nas sociedades modernas. Assim, a defesa da participação direta, como única forma de expressão da soberania popular, não é possível de ser aplicada confrontada com a dimensão e complexidade das sociedades modernas, contanto que estas ideias foram pensadas sobretudo para pequenas comunidades ou cidades, como a cidade-estado ateniense (Held, 1987; Marques, 2008).

No entanto, sendo esta uma crítica pertinente a este modelo, o próprio Rousseau, já na sua época, tinha compreendido que nunca existiu, nem existirá uma democracia verdadeira, uma

⁵⁵ “Where and when a direct democracy remains a viable and desirable option, journalism promotes deliberation by providing a space for dialogue” (Christians et al., 2009, p. 105).

vez que uma forma de governo dessa natureza exigiria condições difíceis de reunir. É nesse contexto que o autor afirma que “se existisse um povo de deuses, governar-se-ia democraticamente. Governo tão perfeito não convém aos homens” (Rousseau, 1983, p. 86). Também John Stuart Mill partilha desta ideia, considerando que em todas as democracias, até mesmo na da Atenas clássica, tinha de existir um mecanismo mínimo de representação.

A partir das críticas efetuadas às ideias de Rousseau, John Stuart Mill (2001) vai propor uma nova aplicação dos princípios do filósofo francês, tendo em conta as particularidades das democracias modernas. De acordo com Carole Pateman (1992), Mill distancia-se de certa forma de Rousseau quando, olhando para a configuração das sociedades modernas, defende que não é possível que todos os cidadãos participem na discussão dos assuntos públicos.

John Stuart Mill não é, no entanto, defensor de que a representação deva seguir o mesmo modelo da tradição liberal, ou seja, em que após o momento das eleições, com a escolha dos governantes, os cidadãos se devem afastar da gestão das questões públicas, realça Marques (2008). Pelo contrário, considera que a representação é fundamental, porque permite que os cidadãos, mas também outras instituições, como os meios de comunicação, fiscalizem e responsabilizem os representantes de acordo com aquilo que é o bem público (cf. Marques, 2008).

Numa análise aos dois modelos de democracia, “a dos antigos e a dos modernos”, Conceição Pequito Teixeira considera que “a relação entre participação e eleição acha-se invertida. Enquanto na “democracia dos modernos” a eleição é a regra e a participação direta a exceção, na “democracia dos antigos” a regra era a participação direta e a eleição a exceção” (Teixeira, 2018, p. 41).

A verdade é que o modelo não é linear na forma como é interpretado pelos seus seguidores. Carole Pateman e Benjamin Barber apresentam perspetivas distintas em relação ao que supõem ser o ideal para o funcionamento de um sistema sujeito ao primado da participação dos cidadãos. Carole Pateman duvida, por exemplo, que os cidadãos tenham sempre disposição para participar em todos os assuntos políticos, desde logo porque existem temas que mobilizam mais as pessoas. Apesar desta visão, a autora não deixa de criticar a ideia liberal de que os cidadãos não têm capacidades e conhecimentos para discutir e que essa função deve ser deixada para as elites, como argumenta Schumpeter (cf. Marques, 2008). É nesse sentido que a autora se preocupa sobretudo com a disponibilização de oportunidades de participação, e menos com o facto de os cidadãos efetivamente participarem (Pateman, 1992, pp. 145-146). Também no que diz respeito aos mecanismos de representação, posiciona-se de forma menos radical, anuindo à necessidade de existência desses mecanismos para que a própria participação dos cidadãos possa funcionar.

Outra crítica apontada a este modelo relaciona-se com a abertura das instituições à participação, o que por si só, defendem os críticos, não garante a participação dos cidadãos,

ao mesmo tempo que não pode ser descartada a hipótese de que essas novas oportunidades de participação sejam aproveitadas por um número limitado de cidadãos que anteriormente já tinham manifestado o seu interesse (cf. Marques, 2008). Do balanço das críticas concluímos que Schumpeter tinha, de certa forma, razão quando criticou os autores que desenvolveram este modelo, alegando que este se situava mais num plano prescritivo do que descritivo, o que seria pouco útil para ajudar a compreender o funcionamento democrático.

Parte das críticas efetuadas ao modelo participativo culminam numa base para a construção de um modelo alternativo de democracia, que enfatiza a importância da participação e crê que as instituições representativas são determinantes para o futuro da sociedade democrática. Assim, apresentamos de seguida o modelo de democracia discursiva, o qual procura corrigir “determinadas insuficiências diagnosticadas no funcionamento do regime democrático, apoiado no debate e na razão públicos” (Marques, 2008, p. 86).

No entanto, antes de passarmos ao modelo deliberativo de democracia, importa ainda realçar que alguns autores consideram que os populismos de que falamos hoje têm muito em comum com os ideais participativos de Rousseau (Mudde & Rovira Kaltwasser, 2017; Muller, 2016; Ardití, 2005). Benjamin Ardití considera que os populistas, tal como Rousseau, não confiam na representação por entenderem que esta corrompe a vontade do povo. Porém, ao contrário de Rousseau, os populistas utilizam este argumento para apelar à revolta por parte do povo, uma vez que o fazem acreditar que detém poder, mas acabam por falar em seu nome. “Essa oscilação ambivalente entre a glorificação da ação independente do povo (eles são apenas substitutos) e a apropriação instrumental dessa ação (eles encarnam o povo e falam em seu nome) fornece à representação populista um alibi permanente” (Ardití, 2005, pp. 82-83).

Na mesma linha, Cas Mudde e Cristóbal Rovira Kaltwasser apontam, no trabalho que realizam sobre casos empíricos, que os populistas soam sempre, de alguma forma, a “rousseauianos”. Os autores aludem ao facto de como Rousseau os populistas apelarem à participação do povo, mas apenas como forma de levarem o povo a combater as elites e dessa forma ratificar que o líder populista ouve as reivindicações do povo (Muller, 2016). O trabalho de Laclau e Mouffe também entende o populismo nesse contexto, enquanto força emancipatória.

“Nesta abordagem, a democracia liberal é o problema e a democracia radical é a solução. O populismo pode ajudar a alcançar a democracia radical reintroduzindo o conflito na política e promovendo a mobilização de setores excluídos da sociedade com o objetivo de mudar o status quo” (Mudde & Rovira Kaltwasser, 2017, p. 3).

Esta breve referência ao paralelo que alguns autores estabelecem entre o modelo democrático maximalista e os populismos serve também para que se perceba que é preciso ter em atenção a que tipo de participação nos referimos, sob pena de, ao invocarmos simplesmente a natureza participativa sermos entendidos como populistas. É nesse sentido que a participação que nos interessa é aquela que nos remete para a deliberação, como veremos no ponto seguinte.

1.3.3. Modelo deliberativo de democracia: origens e fundamentos.

No contexto dos sistemas democráticos modernos, uma das principais preocupações das últimas décadas concentra-se no diagnóstico de um conjunto de transformações, entre outras, na relação entre esfera civil e esfera dos representantes políticos (Teixeira, 2018; Figueiras, 2017; Huizinga, 2016; Belchior, 2015; Correia, 2015; Roper, 2013). A democracia enquanto regime político enfrenta, nas palavras de Conceição Teixeira:

“um conjunto de ameaças de natureza essencialmente endógena, e não já exógena, como aconteceu no passado, as quais se traduzem na cada vez maior desafeição e insatisfação dos eleitorados nacionais face ao sistema político, tais como: o crescente abstencionismo eleitoral; o aumento da volatilidade e incerteza eleitorais e a maior fragmentação dos sistemas partidários - com o aparecimento de novos partidos desafiadores do status quo institucional; a emergência de uma cidadania cada vez mais autónoma e distante dos partidos tradicionais, mas também mais desconfiada, crítica e cética no que respeita ao modo como avalia o desempenho concreto da democracia e das suas principais instituições e atores político” (Teixeira, 2018, p. 14).

Este lote de mudanças, a que poderíamos juntar o advento das crises financeiras, mas também o aumento da agitação social e política, entre outros aspetos (Alves & Portela, 2017, p. 87), suscitaram uma nova abordagem nos estudos políticos, e em particular nos estudos sobre a democracia.

É neste âmbito de maior necessidade de intervenção por parte dos cidadãos que podemos compreender o modelo de democracia deliberativa, ou seja, como uma resposta para os problemas que têm afetado o funcionamento das democracias liberais (Besson & Marti, 2006; Silva, 2004). Por oposição ao paradigma liberal que promove a agregação de interesses por intermédio de instrumentos como as eleições e os princípios da representação política⁵⁶, as conceções deliberativas apostam na promoção do debate público e na justificação racional das decisões políticas como forma de melhorar a democracia.

Seria precisamente a deliberação que faltaria na democracia contemporânea, porque ela traria “a oportunidade de partilhar, comparar, argumentar e resolver visões com os outros” e permitiria, desta forma, preencher um vazio democrático que existe, pelo facto de a maioria das pessoas sentir que o sistema político apenas lhes dá o direito de votar, mas não lhes dá oportunidades ou espaço para refletir sobre as suas próprias opiniões ou ouvir os outros (Coleman, 2017, p. 33)⁵⁷.

⁵⁶ O modelo deliberativo é reconhecido como uma das principais novidades no contexto das teorias da democracia nos primeiros anos do século XXI. Tem fortes inspirações republicanas, mas também uma ligação fundamental a alguns ideais do pensamento kantiano e do Iluminismo, sobretudo no que diz respeito à ideia de razão pública. Por outro lado, procura introduzir uma dose de realismo naquilo que é o idealismo exacerbado do republicanismo, ao mesmo tempo que se resigna perante aspetos da tradição liberal.

⁵⁷ “Most people sense that a political system in which everyone has the right to vote, but nobody has time or space to reflect on their own opinions or listen to others, is a rather hollow version of democracy. The

No entanto, e apesar de ter emergido como uma novidade nas sociedades modernas, a verdade é que a concepção de democracia baseada na deliberação pouco tem de novo. Existe uma longa tradição de deliberação desde a Grécia Antiga, sendo a ideia de deliberação tão velha quanto a própria concepção de democracia (Elster, 1998; Besson & Marti, 2006; Mouffe, 2005; Silva, 2004; Silva 2010; Ufel, 2014). A deliberação, entendida enquanto processo de tomada de decisões coletivas, suportada pelo raciocínio dialógico e pela argumentação interativa, é na realidade considerada como a forma mais legítima de determinação da vontade geral desde a época da democracia ateniense, devendo muitos dos seus fundamentos às ideias de Péricles e Aristóteles (Silva, 2004; 2010; Besson & Marti, 2006).

Péricles defendia que o debate de ideias era o ato preliminar indispensável para qualquer decisão prudente e sábia, sendo a deliberação pública o elemento constitutivo da democracia ateniense. Já Aristóteles, avaliando os dois significados que o termo deliberação permite na sua origem etimológica (do ponto de vista semântico, o verbo deliberar abriga tanto o sentido de decidir e resolver, quanto o significado de discutir e refletir), salvaguarda que estes não podem ser entendidos de forma separada, dado que o conceito de deliberação (*boulesis*) diz respeito ao processo interior de ponderação, de medição das várias possibilidades e do melhor caminho de agir. Ela antecede, nessa medida, a emergência da ação. A decisão (*proairesis*) é um ato prático, ou seja, ela interrompe o processo deliberativo na medida em que entra no domínio da ação (Aristóteles, 2001).

“...o conceito de deliberação (em grego, *boulesis*) tem origem no termo *boulé*, o qual designava, nos tempos de Homero, o Conselho dos Anciãos, vindo posteriormente na Atenas democrática a designar o Conselho dos Quinhentos, encarregado de preparar, por meio de uma deliberação prévia, as decisões da Assembleia do Povo (...) Ao evocar a prática homérica, Aristóteles pretende apenas lembrar que não há decisão sem deliberação prévia...”⁵⁸ (Aubenque, 2002, p. 111)

Para os gregos do tempo de Aristóteles não é possível uma escolha (decisão) sem deliberação. A reflexão precede o ato. Na opinião de Aristóteles, não é possível uma decisão, não existe efetivamente uma escolha premeditada (*proairesis*), sem *boulésis* (aspiração; intenção). Deliberamos, pois, não propriamente sobre os fins, mas sobre os meios para atingir os fins. O anseio ou a deliberação (*boulésis*) é uma espécie de abertura aos fins, tal como a escolha premeditada ou decisão (*proairesis*) é uma abertura aos meios, uma abertura ao objeto do anseio. Desta forma, somente aqueles que podem deliberar bem podem manter o seu próprio autogoverno. Mas o ideal aristotélico, como a própria democracia direta, pressupõe

missing element of contemporary political democracy is deliberation: the opportunity to share, compare, argue and resolve views with others. For deliberation to be effective, it must be socially cross-cutting, bringing together diverse individuals, communities and perspectives into a respectful public dialogue” (Coleman, 2017, p. 33).

⁵⁸ “...le mot *boulésis*, renvoie à l’institution de la *boule*, qui désigne chez Homère le Conseil des Anciens, et, dans la démocratie athénienne le Conseil des Cinq Cents, chargé de préparer par une délibération préalable, les décisions de L’Assemblée du peuple (...) En évoquant la pratique homérique, Aristote voulait simplement rappeler qu’il n’y a pas de décision sans délibération préalable...”(Aubenque, 2002, p. 111).

comunidades pequenas e homogêneas, que em nada têm que ver com as atuais, daí que o entendimento de deliberação seja, como veremos, adaptado.

Inferimos, pois, que as raízes deste modelo de democracia não são recentes e que são muitas as figuras clássicas da história das ideias políticas que abordaram os ideais deliberativos. De Aristóteles a Rousseau, passando por Kant, Dewey (1927), Arendt (1979), Burke (1987) e Mill (1975), e tantos outros autores que os precederam, foram vários os que apoiaram de alguma forma o método deliberativo, embora nenhum deles possa ser considerado como responsável pelo modelo de democracia deliberativa tal como hoje o conhecemos (cf. Silva, 2010, p. 17).

Nesse sentido, e se é nos anos 80 que encontramos os primeiros trabalhos que utilizam a expressão “democracia deliberativa”, é sobretudo na década seguinte que o modelo deliberativo se destaca no contexto da teoria política democrática e passa a ser entendido no âmbito de uma concepção moderna de democracia⁵⁹.

“Desde 1980, quando Joseph Bessette cunhou a frase “democracia deliberativa”, para se referir a uma concepção particular de democracia constitucional, que ele acreditava estar implícita numa determinada interpretação do pensamento dos fundadores americanos e na tradição constitucional que eles inauguraram (Bessette, 1980), centenas de trabalhos foram dedicados à ideia de deliberação democrática” (Besson & Martin, 2006, p. xiii)⁶⁰.

O destaque conferido às potencialidades democráticas da deliberação surge, como vimos, na sequência dos problemas apontados ao modelo representativo. A proposta deliberativa apresenta-se não apenas como alternativa, mas também como “extensão e complemento dos pressupostos do paradigma liberal” (Silva, 2010; 2004). O que a distingue dos restantes modelos democráticos são os princípios que estão na sua base:

“Em primeiro lugar, a sua insistência na noção de ‘debate racional’ enquanto procedimento político por excelência, em vez da noção de ‘compromisso entre interesses divergentes’. Em segundo lugar, como sublinha Jon Elster, ao invés dum acto privado como é o voto, a democracia deliberativa aposta num acto público enquanto acto político por excelência: a troca livre e pública de argumentos. Em terceiro e último lugar, a ideia de que se trata de deliberação realmente democrática, no sentido de que incorpora princípios essenciais do ideário democrático como sejam a igualdade política de todos os participantes e a sensibilidade ao interesse público” (Silva, 2004, p. 2).

O conceito de democracia deliberativa foi-se então consolidando aos poucos e através de um leque de trabalhos que começaram gradualmente a abordar este ideal (cf. Habermas, 1981; Mansbridge, 1983; Sunstein, 1985; Benhabib, 1986, 1989; Elster, 1986; Cohen, 1986, 1989;

⁵⁹ Chantal Mouffe (2005) argumenta precisamente que a ênfase dada, a partir da década de 90, à deliberação dos cidadãos livres e iguais a propósito da discussão acerca dos negócios públicos, representa apenas o ressurgimento de um tema antigo em teoria política.

⁶⁰ “Since 1980, when Joseph Bessette coined the phrase “deliberative democracy” to refer to a particular conception of consitutional democracy, one that he believed was implicit in some interpretation of the American Founding Fathers thought and the constitutional tradition they inaugurated (Bessette, 1980), hundreds of works have been devoted to the idea of democratic deliberation” (Besson & Martin, 2006, p. xiii).

Manin, 1987; Ackerman, 1989). Mas foi sobretudo durante a década de 1990 que diferentes autores passaram a considerar esta nova abordagem teórica no campo das ciências sociais (ver por exemplo, Gutmann & Thompson, 1996; Habermas, 1992; Bohman, 1996, 1998; Dryzek, 1990; Bohman & Regh, 1997; Elster, 1995, 1998; Macedo, 1999; Benhabib, 1994, 1996; Cohen, 1996; Mansbridge, 1992; Young, 1996, 1999). Este aumento do número de trabalhos levou mesmo James Bohman a afirmar, no final da década, que estávamos perante o tempo da democracia deliberativa e que se observava não apenas um amadurecimento das discussões sobre este ideal, mas também uma preocupação com a análise das condições de viabilidade e dos respetivos limites empíricos do modelo (Bohman, 1998a; Besson & Marti, 2006; Vieira & Silva, 2013)⁶¹.

Entre os pensadores que esta nova abordagem teórica mobilizou, importa destacar Jürgen Habermas, na medida em que toda a obra do filósofo e sociólogo alemão é determinante para a fundamentação da teoria democrática deliberativa (Carpentier, 2017; Mendonça, Sampaio & Barros, 2016b; Ufel, 2014; Steiner, 2012). O seu conceito de esfera pública e a sua Teoria da Ação Comunicativa são fundamentais na compreensão da deliberação enquanto processo através do qual os cidadãos trocam argumentos e justificam as suas posições, com o objetivo de uma tomada de decisão legítima e democrática.

O filósofo norte-americano John Rawls merece igualmente destaque, sobretudo por causa do seu conceito de “razão pública” e da ideia de que a legitimidade das decisões depende do facto de poderem ser aceites por todos os indivíduos ou, pelo menos, que ninguém as possa razoavelmente rejeitar. “Numa sociedade democrática, a razão pública é a razão de cidadãos iguais que, enquanto corpo coletivo, exercem um poder político final e coercitivo uns sobre os outros ao promulgar leis e emendar a sua constituição” (Rawls, 1993, p. 263)⁶².

O facto do termo deliberação, na sua origem etimológica, permitir os dois significados, contribui para que a relação entre a prática democrática e o processo deliberativo tenham sido tratados de formas distintas. Como explica Wojciech Ufel, “embora todos os autores sejam a favor da democracia deliberativa, as suas teorias diferenciam-se e criticam-se umas às outras

⁶¹ “By the end of the decade, James Bohman confirmed “[t]he coming of age of deliberative democracy” in his retrospective on the evolution of the democratic model and noted a “certain maturation in discussions of deliberative democracy” which were more and more “[t]empered with considerations of feasibility, disagreement and empirical limits” (Bohman, 1998, p. 422)” (Besson & Marti, 2006, p. xiv).

⁶² Importa referir que alguns autores consideram que “apesar da ideia de razão pública de Rawls se assemelha ao ideal da democracia deliberativa, é difícil determinar se Rawls pode ser considerado um defensor paradigmático da deliberação democrática”. (Besson e Marti, 2006, p. Xiv). “It is also important to note that Rawls’ idea of public reason resembles the ideal of deliberative democracy, although it is hard to ascertain whether Rawls can be considered a paradigmatic defender of democratic deliberation (Rawls, 1993, pp. 212-253)” (Besson & Marti, 2006, p. xiv).

- normalmente com o objetivo de melhorar as suas teorias e não de rejeitá-las. Portanto, não temos um modelo único de democracia deliberativa para trabalhar” (Ufel, 2014, p. 7)⁶³.

Encontramos assim, por um lado, os autores clássicos, que privilegiam a tomada de decisão como o principal elemento do processo deliberativo, em que o que interessa é, portanto, a vontade da maioria. Por outro lado, e partindo do segundo significado etimológico do conceito de deliberação, deparamo-nos com uma conceção alternativa que destaca o processo de discussão e avaliação dos diferentes aspetos que devem ser considerados sobre um determinado assunto (Avritzer, 2000a).

“Alguns autores têm utilizado o termo com o significado de um processo no qual um ou mais agentes avaliam as razões envolvidas em determinadas questões (Habermas, 1994; Cohen, 1989); outros autores utilizam o termo tendo em vista o momento no qual o processo de tomada de decisão ocorre (Rousseau, 1968; Schumpeter, 1942; Rawls, 1971)” (Avritzer, 2000a, p. 25).

Acercando-nos desta distinção, mas também do objetivo com que se manifestam as conceções de democracia deliberativa – por um lado, como crítica ao modelo liberal, que negligencia os aspetos discursivos, por outro, no seguimento da corrente republicana e da ênfase conferida à participação –, podemos contemplar diferentes correntes dentro da democracia deliberativa. Reportamo-nos, assim, a várias teorias da democracia deliberativa, de acordo com a influência que as distintas tradições tiveram na construção teórica.

De um modo geral, evidenciamos duas correntes principais no quadro deste modelo. De um lado, deparamo-nos com autores como John Rawls, Bruce Ackerman, Amy Gutmann e Dennis Thompson, entre outros, que “operam no âmbito do paradigma liberal”, considerando que é possível corrigir alguns problemas do liberalismo com certos elementos teóricos da deliberação (Silva, 2010, p. 11).

No âmbito da crítica ao paradigma liberal, sobrevivem os chamados constitucionalistas que defendem uma “reinterpretação deliberativa” da ideia liberal clássica - segundo a qual o objetivo principal das constituições políticas é impedir que os poderes públicos invadam a esfera da vida particular (Silva, 2010). John Rawls, por exemplo, defende que a expressão da vontade popular não pode ser afetada por aspetos de natureza particular, mas apenas pela ação racional (Rawls, 1993).

Já entre os subscritores que criticam o modelo liberal, existem aqueles que são consideravelmente críticos, como por exemplo Dryzek (1990), e outros, como Habermas, que procuram sobretudo combinar, numa teoria deliberativa, elementos quer do modelo liberal, quer do modelo republicano (Silva, 2010; Marques, 2008). A conceção de democracia

⁶³ “Although all these authors are in favour of deliberative democracy, their theories differentiate from and criticise each other—usually to improve their theories rather than reject them. Therefore, we do not have a single model of deliberative democracy to work on” (Ufel, 2014, p. 7).

deliberativa do filósofo alemão, também designada de “teoria discursiva de democracia” (Habermas, 1996), é alicerçada na ideia de que cidadãos racionais, morais e iguais trocam argumentos - através de diferentes atos de comunicação -, com o objetivo de alcançarem uma compreensão mútua dos vários pontos de vista sobre determinado assunto (Ufel, 2014). Esta concepção de democracia é fundamentada com base na teoria da ação comunicativa (1985, 1987), onde se destaca o processo de argumentação e, por conseguinte, a força do melhor argumento.

“Assim, a democracia é concebida menos como um mercado para a troca de preferências privadas, e mais como um fórum para a criação de acordos públicos (Elster, 1997), um fórum no qual, idealmente, “nenhuma força, exceto a do melhor argumento é exercida” (Habermas 1975: 108)” (Parkison, 2006, p. 3)⁶⁴.

Habermas (1996) considera ainda que a concepção democrática deliberativa se encontra dividida em dois níveis. O filósofo propõe um modelo de deliberação com duas vias, onde se distingue por um lado o papel da sociedade civil na esfera pública informal e, por outro, uma esfera pública formal constituída por instituições representativas, onde são tomadas as decisões (Habermas, p. 1996, p. 360). O modelo de democracia deliberativa forma-se assim a partir de uma combinação entre as duas esferas e, portanto, entre a participação da sociedade civil e as tomadas de decisões políticas (Cohen, 1999). Desta forma Habermas deixa claro que o seu modelo de democracia deliberativa promove uma interação forte entre cidadãos e representantes, ao mesmo tempo que reconhece direitos, liberdades e reivindicações individuais (Habermas, 1996, p. 356). Nas palavras de Stephen Coleman seria a aposta numa “forma dialógica de representação política, baseada mais no potencial de interação comunicativa” (Coleman, 2017, p. 12)⁶⁵. É neste contexto que a democracia de cunho deliberativo ressalta a ideia basilar de esfera pública, cuja ênfase se encontra na necessidade de participação da esfera civil na produção da decisão política.

“A esfera pública aparece para o leitor como um lugar onde o processo político é iniciado. O público discute os problemas e fornece aos corpos parlamentares não só a sua opinião e vontade, mas também as diferentes soluções possíveis e o amplo leque de consequências dos problemas” (Ufel, 2014, p. 23)⁶⁶.

Devemos ainda salientar, neste momento, e como refere Marques (2008), que Habermas e Rawls divergem nas questões respeitantes ao exercício da razão pública e ao alcance desta. Na óptica de Rawls, apenas um grupo limitado de agentes, por estarem livres de qualquer tipo de constrangimentos, estão em condições de deliberar sobre os temas da agenda pública política.

⁶⁴ “Thus democracy is conceived of less as a market for the exchange of private preferences, more as a forum for the creation of public agreements (Elster 1997), a forum in which, ideally, ‘no force except that of the better argument is exercised’ (Habermas 1975: 108)” (Parkison, 2006, p. 3)

⁶⁵ “This points towards the case for a dialogical form of political representation, based more on the potential for communicative interaction than the intractability of distance” (Coleman, 2017, p. 12).

⁶⁶ “(...) public sphere appears to the reader as a place where the political process is initiated. The public discusses problems and provides parliamentary bodies not only with its opinion and will, but also with different possible solutions and broad range of consequences of the problems” (Ufel, 2014, p. 23).

O que autor defende, explica Marques é que nem sempre estão reunidas “as condições de liberdade de expressão e igualdade” para que se possa pensar numa discussão deliberativa (2008, p. 92). A crítica ao filósofo americano é feita também tendo em conta as restrições que este impõe quanto ao caráter deliberativo de determinados eventos e ambientes (Dryzek, 2004; Coelho & Nobre, 2004).

“A restrição do número de deliberantes junto à linha rawlsiana significa que a razão pública não tem que ser testada na interação política, e não há de facto qualquer razão pela qual ela deveria ser assim testada (...) Rawls é um teórico deliberativo, mas não é um democrata deliberativo, não obstante a sua própria autodescrição. A Suprema Corte é uma instituição deliberativa, não exatamente uma instituição interativa, e muito seguramente não uma democrática” (Dryzek, 2004, p. 45).

Também Joshua Cohen formula uma conceção deliberativa defensora do ideal de democracia deliberativa como “uma associação na qual as decisões resultam da deliberação pública” (1997, p. 67)⁶⁷. Este descreve a democracia deliberativa como “um ideal de associação democrática, no qual a justificação dos termos e das condições é resultado da argumentação pública e racional entre cidadãos iguais”. Ele concebe a deliberação em torno de um “ideal de justificação política” (*ibidem*, p. 72)⁶⁸.

O autor introduz ainda um procedimento ideal de deliberação que capta a noção de justificação pela argumentação pública e racional entre cidadãos iguais, que deve servir como modelo para instituições deliberativas. Segundo o filósofo, a deliberação possui três aspetos gerais: “a necessidade de decidir uma agenda de propostas e soluções para os problemas apontados, as soluções são sustentadas por razões, e conclui-se com o apontamento de alternativas” (Cohen, 1997, p. 73)⁶⁹. Neste sentido, o entendimento de justificação não se limita à apresentação de argumentos, revela Marques (2008, p. 97). O autor remete para Jane Mansbridge (1999), que explica que os motivos e as razões que estão na base da defesa de determinados aspetos por parte dos participantes na deliberação, são também determinantes na compreensão do processo de justificação.

O tema da justificação, nesta conceção deliberativa, encontra-se, realça Marques (2008, p. 98), ligado ao da legitimação. É nesse sentido que Bohman (1996) acredita que a deliberação se insere no contexto de uma ordem política mais racional, na qual a tomada de decisões envolve o uso público da razão. Nesta aceção, a legitimidade das decisões deve ser determinada

⁶⁷ “By a deliberative democracy I shall mean, roughly, an association whose affairs are governed by the public deliberation of its members” (Cohen, 1997, p. 67).

⁶⁸ “The notion of a deliberative democracy is rooted in the intuitive ideal of a democratic association in which the justification of the terms and conditions of association proceeds through public argument and reasoning among equal citizens (...) I pursue a more substantive account of deliberative democracy by presenting an account of an ideal deliberative procedure that captures the notion of justification through public argument and reasoning among equal citizens, and serves in turn as a model for deliberative institutions.” (Cohen, 1997, p. 72).

⁶⁹ “There is a need to decide on an agenda, to propose alternative solutions to the problems on the agenda, supporting those solutions with reasons, and to conclude by settling on an alternative” (Cohen, 1997, p. 73).

pelo julgamento crítico de cidadãos livres e iguais. O autor defende a deliberação pública como um ideal normativo e como um teste para a legitimidade democrática. “(...) as decisões políticas são legitimadas quando as políticas são produzidas num processo de discussão pública e debate entre os cidadãos e os seus representantes, indo além do mero interesse pessoal, refletindo o interesse geral ou o bem comum”⁷⁰ (Bohman, 1996, pp.4-5).

Contudo, apesar de Bohman partilhar alguns dos pressupostos de Habermas e Rawls, critica as teorias habermasianas devido sobretudo aos seus procedimentos. O autor rejeita a justificação através de um procedimento ideal, apresentando como alternativa uma teoria mais empírica para ver como a deliberação funciona, como as razões se tornam publicamente convincentes no diálogo deliberativo (cf. Marques, 2008). Por isso, ele define democracia deliberativa como um “processo dialógico de troca de razões com o propósito de resolução de situações problemáticas que não podem ser esclarecidas sem coordenação e cooperação interpessoal” (Bohman, 1996, p. 27)⁷¹. Nesse sentido, como explica Marques (2008, p. 99), apesar de também “considerar os procedimentos importantes”, Bohman não entende que sejam “suficientes, para tornar a deliberação e os seus resultados justos e legítimos”, ou seja, eles não têm em conta o conteúdo dos argumentos e a sua troca ao longo do processo deliberativo. “Se a deliberação é uma atividade conjunta, como argumentarei, então os procedimentos isolados, mesmo os idealmente racionais ou intrinsecamente justos (como lançar uma moeda ao ar), não capturam os critérios e as condições de sucesso nessa atividade” (Bohman, 1996, p. 31)⁷².

No seguimento desta ideia, Marques (2008) realça que Amy Gutmann e Dennis Thompson (2004) são apologistas de uma conceção de democracia deliberativa que procura um equilíbrio entre as perspetivas de Rawls e Habermas. No modelo que defendem, conjuntam os aspetos de procedimento com a substância dos argumentos, realçando que a justificação resulta das razões apresentadas por representantes e representados, num processo de cooperação mútuo.

“A democracia deliberativa afirma a necessidade de justificar as decisões tomadas pelos cidadãos e pelos seus representantes. Espera-se que ambos justifiquem as leis que querem impor uns aos outros. Numa democracia, os líderes devem dar razões que justifiquem as suas decisões e responder às razões que, por sua vez, são apresentadas pelos cidadãos”⁷³ (Gutmann & Thompson, 2004, p. 3).

Para estes autores, a democracia serve quatro aspetos fundamentais: “legitimar as decisões coletivas; encorajar o espírito público para matérias de interesse comum; promover processos

⁷⁰ “(...) political decision making is legitimate insofar as its politics are produced in a process of public discussion and debate in which citizens and their representatives, doing beyond mere self-interest or on their common good” (Bohman, 1996, pp. 4-5).

⁷¹ “(...) a dialogical process of exchanging reasons for the purpose of resolving problematic situations that cannot be settled without interpersonal coordination and cooperation” (Bohman, 1996, p. 27).

⁷² “If deliberation is a joint activity, as I will argue, then procedures alone, even ideally rational or intrinsically fair ones (such as coin tosses), do not capture the criteria and conditions of success in this activity” (Bohman, 1996, p. 31).

⁷³ “Most fundamentally, deliberative democracy affirms the need to justify decisions made by citizens and their representatives. Both are expected to justify the laws they would impose on one another. In a democracy, leaders should therefore give reasons for their decisions, and respond to the reasons that citizens give in return” (Gutmann & Thompson, 2004, p. 3).

de decisão com respeito mútuo; expandir o conhecimento das partes contrárias para evitar desentendimentos”. No entanto, Gutmann e Thompson realçam o facto de nem sempre a deliberação gerar consenso e dos cidadãos poderem mudar de preferências. O que importa é que haja respeito mútuo, o que os autores consideram ser o coração da democracia deliberativa. Se os cidadãos, de facto, procuram cooperação, então, as justificações racionais não podem ser rejeitadas.

“Combinando estas quatro características, podemos definir a democracia deliberativa como uma forma de governo pela qual cidadãos livres e iguais (e respetivos representantes) justificam decisões por meio de um processo em que trocam razões que sejam mutuamente aceitáveis e geralmente acessíveis, com o objetivo de chegar a conclusões que sejam vinculativas no presente para todos os cidadãos, mas que estejam abertas a reavaliação futura”⁷⁴ (*op. cit.*, p. 7).

A necessidade de uma educação cívica que prepare os cidadãos para a deliberação é ainda enfatizada por Gutmann e Thompson. Segundo estes teóricos, as políticas deliberativas funcionam melhor quando os cidadãos não a experimentam como uma atividade alheia. Uma parte importante da educação democrática é aprender como deliberar bem para exigir a prestação de contas dos representantes (*accountability*). Sem uma sociedade civil com espaço para o ensaio da deliberação política, os cidadãos têm menos possibilidade de ser politicamente ativos (cf. Marques, 2008).

Se como vimos a legitimidade das decisões resulta da troca de argumentos entre os participantes, Seyla Benhabib (1996) defende que a legitimidade é reforçada se existir igualdade nas relações entre os que participam, de forma a garantir que todos dispõem das mesmas oportunidades para iniciar um debate. A autora entende a democracia deliberativa como:

“um modelo para a organização do coletivo e do exercício público do poder nas principais instituições de uma sociedade, baseado no princípio de que as decisões afetando o bem-estar de uma coletividade devem ser o resultado de um procedimento de deliberação livre e razoável entre cidadãos considerados iguais moral e politicamente”⁷⁵ (Benhabib, 1996, p. 69).

A deliberação pública é assim constituída, resume Marques por aspetos ligados “aos procedimentos necessários para que sejam garantidos espaços de debate adequados e efetivos”, mas também “à substância que orienta a interação entre os agentes envolvidos no processo de discussão da “coisa pública” e o conteúdo das razões utilizadas” (2008, p. 102). O

⁷⁴ “Combining these four characteristics, we can define deliberative as a form of government in which free and equal citizens (and their representatives), justify decisions in a process in which they give one another reasons that are mutually acceptable and generally accessible, with the aim of reaching conclusions that are binding in the present on all citizens but open to challenge in the future” (Gutmann & Thompson, 2004, p. 7).

⁷⁵ “According to the deliberative model of democracy, it is necessary condition for attaining legitimacy and rationality with regard to collective decision making processes in a polity, that the institutions of this polity are so arranged that what is considered in the common interest of all results from processes of collective deliberation conducted rationally and fairly among free and equal individuals” (Benhabib, 1996, p. 69).

autor defende assim que a forma pela qual os cidadãos devem intervir na esfera pública traduz-se, na democracia deliberativa, quer por via do “estabelecimento de procedimentos adequados”, quer a partir de “considerações acerca das substâncias que guiam a formulação de qualquer um dos agentes que se envolvam no debate” (ibidem).

O verdadeiro avanço introduzido pelo modelo de democracia deliberativa, quando comparado com as conceções anteriores é, de acordo com os defensores desta corrente (Bohman, 1996; Gutmann e Thompson, 1996; 2004; James Fishkin, 1991; Gastil, 2000) “a existência de mecanismos que contemplem a participação dos cidadãos – importante para se afirmarem questões de legitimação democrática” (Sampaio, Barros & Morais, 2012, p. 472). Contudo, nem toda a participação preenche os “requisitos deliberativos”, daí que os mecanismos de participação oferecidos aos cidadãos devam ser analisados criteriosamente (Marques, 2012, p. 24). Determinadas formas de intervenção, como pesquisas de opinião e depoimentos de cidadãos nos meios de comunicação de massa, como aqueles programas que permitem a participação em direto, são apenas formas dissimuladas de participação deliberativa, que podem exercer, de um modo geral, pouca influência junto dos representantes políticos e nas questões públicas (Marques, 2012), e nesse âmbito são pouco valorizadas por alguns autores deliberativos (Gastil, 2000; Fishkin, 2002; Bohman, 1996; Gutmann & Thompson, 2004). É cabível, assim, refletir sobre a possibilidade de os meios de comunicação poderem contribuir para a instituição de um espaço onde os cidadãos possam encontrar-se e debater publicamente.

“Que os meios de comunicação são fundamentais para a democracia em todas as suas variantes é uma ideia antiga e bem conhecida. Para J. S. Mill (1974: 75), por exemplo, os media encorajam o autogoverno expondo as pessoas a diferentes ideias, aumentando a capacidade das pessoas para exercerem cidadania e julgamento, bem como escrutinar os poderosos. Para outros teóricos da democracia, a mídia é essencial para assegurar que todos os eleitores possuam informações adequadas e iguais sobre as escolhas que os confrontam (Manin, 1997: 228-9; 1996: 2). Os media são centrais para a democracia deliberativa em grande medida pelas mesmas razões. Para Habermas (1996), os meios de comunicação têm um papel de duas vias: tornar a esfera pública mais inclusiva, espalhando a comunicação política entre um público mais amplo, e fornecer meios através dos quais a opinião pública é transmitida ao Estado para que este aja” (Parkinson, 2006, p. 102)⁷⁶.

O raciocínio público que caracteriza um modelo de democracia deliberativa imputa, desta feita, uma ênfase particular ao jornalismo, no papel que este pode desempenhar mantendo não

⁷⁶ “That the news media are central to democracy in all its variants is an old and well-known idea. For J. S. Mill (1974:75), for example, the media encourage self-government by exposing people to different ideas, increasing people’s capacity to exercise citizenship and judgement, as well as scrutinizing the powerful. For other theorists of democracy, the media are essential to ensure that all voters possess adequate and equal information about the choices confronting them (Manin 1997: 228-9; Page 1996: 2). In these accounts, the mere presence of the media is not enough: the information they provide must also be undistorted, free from domination or interference by powerful interests. Thus media freedom is part of what defines democracy (Beetham 1994; Dahl 1971). The news media are central to deliberative democracy for much the same reasons. For Habermas (1996), the media have a two-way role: to make the public sphere more inclusive by spreading political communication among a broader public, and to provide means by which public opinion is transmitted to the state for action” (Parkinson, 2006, p. 102).

só os cidadãos informados, mas garantindo uma certa qualidade do discurso público. O jornalismo, numa democracia deliberativa, deve então promover a participação ao criar e gerir oportunidades para a deliberação pública, transportando-a para “uma arena institucional para a interação discursiva” (Fraser, 1997, p. 451)⁷⁷. Esta seria benéfica não exclusivamente para os cidadãos que participam nela, mas também para o público que, embora não se envolvendo, está atento, e cuja participação nos assuntos públicos pode representar mais do que o simples ato de votar. Apesar dos diferentes níveis de envolvimento, numa democracia deliberativa espera-se que os meios de comunicação contribuam para, utilizando uma expressão marcante do movimento do jornalismo público nos Estados Unidos da América, “o funcionamento da comunidade” (“*making the community work*”) (cf. Christians et al., 2009).

No âmbito deste modelo de democracia, conscientes dos problemas que o jornalismo atravessa, o movimento de jornalismo público desponta como uma das principais propostas de reforma do jornalismo, que postula um conjunto de ideais deliberativos para os meios de comunicação (Ferreira, 2011; Borges, 2009). O jornalismo deveria promover estratégias mais eficazes de envolver os leitores, ouvintes e espectadores enquanto cidadãos. Fiel ao compromisso republicano e às formas participativas de democracia, o jornalismo público entende o objetivo da imprensa na qualidade de promotora destes espaços de debate e capaz de melhorar a qualidade da vida pública (Glasser & Lee, 2002, pp. 203-205; Ferreira, 2011).

Não sendo nosso objetivo determo-nos em profundidade sobre as práticas do jornalismo público, procuramos apenas realçar a importância do jornalismo, e dos meios de comunicação em geral, no contexto da democracia deliberativa, enquanto determinantes na promoção do debate público.

1.3.3.1. Limites e possibilidades da democracia deliberativa

Conhecidos os principais fundamentos, nomes e correntes de pensamento no quadro da democracia deliberativa, revolvemos minuciosamente as críticas que têm sido apontadas aos seus pressupostos, mas também as principais oportunidades decorrentes deste modelo. Grande parte das críticas feitas ao modelo de democracia deliberativa advêm da própria utilização do conceito deliberativo.

“Teóricos e praticantes de tradições claramente contrastantes aplicaram o rótulo democrático deliberativo a tudo, desde ativismo e protestos radicais, a fóruns consultivos ligados ao Estado, a assembleias representativas, a deliberações de pequenos grupos de juizes, até aos processos internos de relacionamento com os outros nas próprias deliberações individuais” (Parkison, 2006, p. 2-3).

Os diferentes entendimentos que gera e as críticas que lhe são feitas revelam, no entanto, a vitalidade do próprio modelo (Dryzek, 1996). Desde que Joseph Bessette cunhou, pela primeira

⁷⁷ “(...) an institutional arena for discursive interaction” (Fraser, 1997, 451).

vez, o termo, na década de 80, que têm sido vários os teóricos a criticar os pressupostos do modelo de democracia deliberativa. Durante a década de 90, período em que várias figuras da teoria política apresentaram propostas para o desenvolvimento do modelo, as críticas apresentadas procuravam sobretudo o seu aperfeiçoamento. Neste sentido, os primeiros críticos da conceção de democracia deliberativa concordavam com os diagnósticos realizados por esta (Marques, 2010), mas entendiam que a sua aplicação nas sociedades modernas não tinha sido devidamente acautelada.

Entre as críticas mais recorrentes encontram-se as que duvidam das capacidades deliberativas do *demos*. Michael Walzer, por exemplo, revela que “é difícil ver como centenas, e talvez até um milhão, de pessoas, podem “plausivelmente raciocinar juntas” (1999, p. 68)⁷⁸. Esta crítica é partilhada por outros autores, alguns defensores do modelo como John Dryzek, que também questionam a possibilidade de em sociedades complexas e numerosas como as atuais, ser possível assegurar um processo de troca de argumentos entre todos os participantes, tendo por base os princípios da racionalidade e da imparcialidade.

Coloca-se, portanto, um problema não só de escala, mas também de cumprimento dos pré-requisitos necessários para a democracia deliberativa. Mas a viabilidade do modelo deliberativo é também criticada com base na ideia de que a esfera civil não está sempre interessada nas questões públicas e, por isso, disponível para participar. Emergem assim os críticos que comparam o modelo deliberativo ao participativo, na medida em que também este parece defender que o simples facto de existirem mecanismos e oportunidades que possibilitam a participação, são suficientes para garantir maior envolvimento dos cidadãos (cf. Marques, 2008).

O modelo deliberativo de democracia é nesta época comparado com o participativo (Hardin, 1999)⁷⁹, precisamente pelo seu irrealismo face às condições políticas modernas, nomeadamente considerando quer a complexidade dos assuntos sobre os quais é necessário deliberar, quer a necessidade de o fazer regularmente.

“Outra crítica recorrente ao ideal de democracia deliberativa é que ela é irrelevante nas condições políticas modernas. Esta objeção alicerça-se no pressuposto de que a democracia direta é a forma natural, senão mesmo necessária, de institucionalização do ideal deliberativo. Nas nossas sociedades, esse regresso a formas diretas de democracia é não apenas impossível como também indesejável, e isso à luz do próprio princípio deliberativo. Impossível, dado o tamanho da unidade política nacional e o elevadíssimo número de potenciais participantes no processo deliberativo, com os problemas de coordenação que isso levanta (...). Indesejável, porque não é, de todo, garantido, que uma assembleia democrática em massa, com uma agenda perfeitamente

⁷⁸ “It is difficult to see how hundreds, let alone millions, of people can ‘plausibly “reason together”” (Walzer 1999, p. 68)

⁷⁹ “Who are the deliberators? And what are the issues over which they are to deliberate? If citizens are the deliberators and if major public initiatives or failures of initiative are the issues, then it is hard to imagine a meaningful deliberative democracy that is not similar to the visions of advocates of participatory democracy” (Hardin, 1999, pp. 114-115).

aberta, subordinasse as questões políticas mais relevantes (se tais questões fossem, alguma vez, definidas) a um tratamento deliberativo...” (Vieira & Silva, 2013, p. 166-167).

Nesta crítica ao modelo deliberativo estaria em causa a falta de capacidade dos cidadãos para debater determinados temas, mas também a impossibilidade de certos assuntos serem alvo de uma deliberação alargada. “É importante não esquecer que há muitas questões políticas, diríamos mesmo, a parcela mais substantiva da atividade governamental, em que a deliberação pública alargada não é necessária, e seria mesmo contraproducente (...)” (Vieira & Silva, 2013, p. 170). Estas críticas apontavam assim para um modelo de democracia deliberativa puramente idealista e pouco útil no debate de muitos dos problemas da atualidade.

A cooperação idealizada pelo modelo deliberativo é outro dos aspetos frequentemente criticado nesta conceção de democracia. Marques (2008, p. 122) destaca em particular a crítica de Gomes (2005), uma vez que o autor entende que o relevo conferido ao diálogo e à troca de ideias entre os participantes da deliberação é criticado pelo facto de excluir quase por completo outras formas de reflexão, nomeadamente ao nível individual. Por outro lado, ao “exagerarem na necessidade de estabelecimento de consensos e entendimentos” (Marques, 2008, p. 123), os autores deliberativos acabam por dar destaque a uma das questões mais polémicas no seio deste modelo democrático: a discussão sobre a necessidade de consenso entre os participantes para que uma deliberação seja legítima.

“Habermas deu-nos um forte princípio de legitimidade: ‘apenas podem reivindicar legitimidade aquelas leis que estejam em sintonia com o consentimento de todos os cidadãos num processo discursivo de produção das leis que seja, ele próprio, legalmente constituído’. (...) um componente participativo precisa de ser introduzido na cláusula final do princípio. Com isto em mente, nós podemos reescrever o princípio da seguinte maneira: uma lei é legítima se ela é resultado de um processo participativo que seja justo e aberto a todos os cidadãos e, assim, inclua todas as suas razões publicamente acessíveis. (...) Não é necessário, então, que cada um concorde com cada lei, objetivo ou decisão particular. Porém, mais é exigido aos cidadãos do que uma mera conformidade à lei”⁸⁰ (Bohman, 1996, pp. 183-184).

Ao contrário do estabelecido inicialmente, para Bohman o mais importante não é que todos concordem com um determinado aspeto, mas que os indivíduos cooperem. O aspeto distintivo desta teoria democrática seria precisamente a possibilidade de os indivíduos manterem a deliberação mesmo quando a decisão final não contempla as suas opções. Assim, o que James Bohman destaca é a abertura do processo de decisão política à troca de razões. O consenso é assim em relação aos procedimentos e não ao resultado da deliberação. “Ampliar o tipo de resultados legítimos significa admitir que o consenso racional sobre uma questão não é o único

⁸⁰ “Habermas give us a strong principle of legitimacy: ‘only those laws may claim legitimacy that meet with the agreement of all citizens in a discursive lawmaking process that is itself legally constituted’. (...) a participatory component needs to be introduced into the final clause of principle. With this in mind, we can restate the principle as follows: a law is legitimate if it is the outcome of a participatory process that is fair and open to all citizens and thus includes all their publicly accessible reasons (...) It is thus not necessary for everyone to agree with every particular law, goal, or decision. But more is demand of citizens than mere conformity to the law” (Bohman, 1996, pp. 183-184).

resultado que se deve esperar como válido e possivelmente frutífero para novas políticas” (Ufel, 2014, pp. 29-30)⁸¹.

Mas as críticas relacionadas com o consenso, colocam também em causa outros aspetos relacionados com o alto nível de idealização do modelo deliberativo, nomeadamente quanto ao tipo de discurso racional necessário para que uma deliberação possa ser legítima.

(...) soma-se outro fator de exclusão, desta feita, intrínseco às práticas deliberativas. É que, à luz do processo deliberativo ideal, a autoridade “epistemológica” dos argumentos que devem entrar a debate, e ser considerados pelas partes, rege-se por critérios de racionalidade, razoabilidade, imparcialidade e universalidade, mais facilmente atendíveis por uns do que outros. Na deliberação pública, não basta expressar-se, ouvir e fazer-se ouvir. É também necessário falar de uma certa forma” (Vieira & Silva, 2013, p. 163).

Em certa medida, o que a maioria dos democratas deliberativos parecem esquecer é, por um lado, que nem todos podem expressar-se da mesma maneira e, por outro, que o conflito de interesses é determinante na constituição de uma esfera política deliberativa (Shapiro, 1999; Correia, 2004; Mouffe, 2000; Ufel, 2014). É aliás neste contexto que emerge outra alternativa democrática, normalmente chamada de teoria agonística da democracia (Laclau & Mouffe, 1985; Mouffe, 1993; 2000) e que enfatiza precisamente “a centralidade do conflito e divisão na política, rejeitando assim qualquer tentativa de resgatar o consenso como um fim ideal e sublinhando a importância da auto-identidade” (Besson e Marti, 2006, p. xviii)⁸².

Ainda no âmbito desta crítica à própria natureza discursiva, vários autores consideram que o problema reside no facto de o procedimento privilegiado pela democracia deliberativa, a troca livre e pública de argumentos, ser em si uma prática discriminatória, excluindo certas vozes dos fóruns deliberativos (Silva, 2004). Esta ideia é enfatizada por diversos autores, e muito particularmente por um grupo de feministas, entre as quais Mary Ryan (1991), Marion Fleming (1993) e Nancy Fraser (1993), que consideram que a esfera pública subjacente ao modelo deliberativo não engloba os mecanismos de exclusão, as desigualdades materiais, as restrições de género e as divisões entre classes. Também Iris Marion Young alerta para a possibilidade de alguns elementos deliberativos serem uma ameaça ao pluralismo, na medida em que procuram eliminar o conflito de posições, como forma de garantir iguais possibilidades de participação para todos (Young, 2000, p. 49; Ufel, 2014).

“(...) a desordem é uma importante ferramenta de comunicação crítica deseja porque chama atenção para a falta de razoabilidade dos outros - a sua dominação

⁸¹ “Broadening the scope of legitimate outcomes means admitting that the rational consensus on an issue is not the only outcome one should expect as valid and possibly fruitful for further politics” (Ufel, 2014, pp. 29-30).

⁸² “Finally, in the last few years, another democratic alternative has been growing in importance. It emphasizes the centrality of conflict and division on politics, thus rejecting any attempt to rescue consensus as an ideal end and underlining the importance of self-identity. These are often called agonistic theories of democracy (Laclau and Mouffe, 1985; Mouffe, 1993 and 2000; Tully, 1995)” (Besson & Marti, 2006, p. xviii).

sobre os termos do debate, os seus atos de exclusão de algumas pessoas ou questões em consideração, o uso que fazem do poder que têm para cortar o debate, a sua confiança nos estereótipos e no escárnio” (2000, p. 49)⁸³.

Nancy Fraser sublinha em particular a discriminação das mulheres e dos indivíduos de estratos sociais mais baixos, e nota alguma dificuldade em entender que matérias do domínio privado se tornam públicas e passam a fazer parte da preocupação comum dos cidadãos⁸⁴. Mas o risco com a noção de igualdade do modelo deliberativo seria não apenas a exclusão de determinados participantes, mas também a possibilidade de reproduzir e realçar as desigualdades existentes na sociedade.

“Uma das críticas mais recorrentes ao ideal de deliberação pública é a de que a sua tradução prática encontra tamanhos obstáculos que o ideal corre o risco de se transformar em instrumento reprodutor do status quo (...) O modelo deliberativo pressupõe uma igualdade, mutuamente reconhecida, entre participantes. Essa igualdade deve aqui ser entendida não apenas como uma igual oportunidade de acesso aos fóruns deliberativos, mas também como uma igual capacidade de neles participar. Na realidade, porém, os pré-requisitos materiais da deliberação estão assimetricamente distribuídos, com clara desvantagem para aquelas camadas da população que já se veem sub-representadas dentro do processo político formal - designadamente, as mulheres, as minorias e os grupos socioeconomicamente mais desfavorecidos, cujos interesses, opiniões e perspetivas se podem ver, de igual forma, excluídos da deliberação na esfera pública informal” (Vieira & Silva, 2013, p. 162).

Se alguns autores se mostram preocupados com a exclusão de determinados grupos, outros alertam para a possibilidade de a reflexão fomentada pela democracia deliberativa poder contribuir para aumentar a consciência em relação às desigualdades e dessa forma despertar o conflito social (Silva, 2004).

Logo no início do século XXI verificam-se importantes mudanças na teoria da democracia deliberativa. Os defensores do modelo deliberativo abandonam algumas das suas posições mais idealistas e começam a estudar empiricamente a prática da deliberação. O objetivo passa então por compreender como pode a deliberação ser aplicada nas sociedades atuais, mas sobretudo de que forma se podem tornar as instituições mais deliberativas. Começa então a falar-se de pesquisas deliberativas, dias deliberativos, júris de cidadãos, conferências de consenso e orçamentos participativos. Todas estas instituições deliberativas destacam-se, no entanto, por tratarem de uma deliberação de menor escala, naquilo a que os autores chamam de “mini-públicos”, que representariam a melhor forma de revitalizar o ideal deliberativo (Ufel, 2014).

“Para muitos, é na *institucionalização* da democracia deliberativa - isto é, na concepção e multiplicação de *mini-públicos*, compostos por cidadãos que atuam como representantes não eleitos dos demais cidadãos, reunidos para discutir e

⁸³ “(...) disorderliness is an important tool of critical communication aimed at calling attention to the unreasonableness of others—their domination over the terms of debate, their acts of exclusion of some people or issues from consideration, their use of their power to cut off debate, their reliance on stereotypes and mere derision” (2000, p. 49).

⁸⁴ Os críticos argumentam que as temáticas em deliberação podem ter sido previamente definidas pelos grupos dominantes, o que colocaria em causa o próprio processo deliberativo e a sua função de legitimação da realidade existente (Young, 2003).

chegar a um eventual consenso sobre políticas públicas concretas - que devemos concentrar hoje a nossa esperança de reinvenção da política democrática, aqui entendida como uma política de horizontes temporais mais alargados, trocando o *sound-bite* pelo juízo ponderado, e o jogo de interesses ou o sectarismo político-partidário pela avaliação competente e desapaixonada de cidadãos que agem informadamente em benefício dos seus pares (Fishkin, 1996, p. 162; vide igualmente 1991). Tidos por “esferas públicas mais perfeitas” (Fung, 2003, p. 339), os minipúblicos constituem-se como uma espécie de pequeno paraíso deliberativo, imune às inúmeras deficiências, distorções e manipulações que afetam a deliberação de massas na esfera pública informal mais alargada” (Vieira & Silva, 2013, p. 171).

Esta mudança na abordagem da teoria da democracia deliberativa surge no âmbito de um conjunto de estudos que se expandiram, já no século XXI, particularmente em duas direções. Por um lado, emergem, como referimos, estudos mais empíricos, preocupados em estudar os locais onde a deliberação ocorre (fóruns de cidadãos e institucionais), e examinar como se comportam os elementos que fazem parte da deliberação (por exemplo, Bächtiger & Hangartner, 2010; Fishkin, 2009; Steenberger et al., 2003; Warren e Pearse, 2008; Ercan, Hendriks & Boswell, 2017, p. 195). Por outro lado, despontaram os estudos deliberativos que procuram uma análise mais abrangente, também conhecida como “abordagem deliberativa sistémica”, que considera que a deliberação “ocorre dentro de um amplo sistema composto de uma diversidade de espaços, desde a “conversa quotidiana” informal até as legislaturas formais (Mansbridge et al., 2012)” (Ercan et al., 2017, p. 196)⁸⁵.

“Enquanto uma abordagem deliberativa enquanto sistema adota uma visão mais ampla de onde a deliberação ocorre, ela não descarta o potencial papel de fóruns de cidadãos inovadores em pequena escala, ou mini-públicos, como júris de cidadãos e pesquisas deliberativas (Mansbridge et al., 2012). Numa perspectiva sistémica, o que se torna particularmente importante é o quanto esses fóruns estão inseridos dentro de um sistema deliberativo (Ercan e Hendriks, 2013). Por outras palavras, uma abordagem da deliberação como um sistema requer examinar como e em que medida fóruns deliberativos distintos se conectam a outros espaços do sistema, particularmente fóruns convencionais de tomada de decisão (Hendriks, 2015)” (*ibidem*)⁸⁶.

Apesar desta recente “viragem”, a teoria democrática deliberativa continua a ser criticada, o que não impede, no entanto, que se reconheça que o simples facto de este modelo estar sustentado na capacidade de diálogo e comunicação dos cidadãos, fomentando a sua participação nas decisões que lhes dizem respeito, acompanhando e refletindo a preocupação generalizada com as tendências de declínio da participação, é só por si um aspeto que devemos

⁸⁵ This is increasingly referred to as the ‘deliberative systems approach’, in which public deliberation is conceptualised as something that occurs within a broad system composed of a diversity of spaces from informal ‘everyday talk’ to formal legislatures (Mansbridge et al., 2012). A systems approach recognises that, in contemporary politics, public deliberation occurs across multiple, differentiated, yet interconnected, venues” (Ercan et al., 2017, p. 196).

⁸⁶ “While a deliberative systems approach adopts a more expansive view of where deliberation takes place, it does not dismiss the potential role of innovative small-scale citizens’ forums, or mini-publics, such as citizens’ juries and deliberative polls (Mansbridge et al., 2012). From a systems perspective, what becomes particularly important is how well such forums are embedded within a deliberative system (Ercan and Hendriks, 2013). In other words, a deliberative systems approach requires examining how, and to what extent, discrete deliberative forums connect with other sites of the system, particularly conventional decision-making sites (Hendriks, 2015)” (Ercan et al., 2017, p. 196).

ressaltar. Na medida em que contribui para a tomada de decisões após um processo de troca de ideias, o processo democrático deliberativo acarreta importantes vantagens comparativamente a outros métodos que se satisfazem com a regra da maioria. Importa, não esquecer que a democracia deliberativa, incorpora elementos da concepção liberal e deve por isso ser vista como um suplemento da concepção representativa (Silva, 2004; Silva, 2010; Vieira & Silva, 2013).

“Mesmo os defensores mais acérrimos do modelo deliberativo concordam que este não visa, e nem sequer reúne as condições necessárias para, substituir a agregação de preferências individuais. A deliberação pode ajudar a transformar preferências, ao encorajar os participantes a assumirem uma perspectiva menos egoísta sobre questões de interesse comum, mas essas preferências têm ainda de ser agregadas de alguma forma, que não é em si mesma deliberativa, se quisermos auscultar a vontade popular, de modo a legitimar o processo de decisão política. A questão não é, pois, se a deliberação pode substituir a agregação, mas antes se, e em que termos, a pode melhorar” (Vieira & Silva, 2013, p. 157).

Neste sentido, o modelo deliberativo de democracia precisa que os mecanismos representativos funcionem corretamente, de forma a que os cidadãos tenham possibilidade de participar na discussão de determinados assuntos, sobretudo quando estes os afetam diretamente. “É que a representação, ao abrir um intervalo de tempo entre a deliberação e a decisão, desempenha um papel crítico na estruturação do espaço necessário ao exercício do juízo crítico e à participação política efetiva dos cidadãos (...)” (*ibidem*, pp. 167-168).

A participação dos cidadãos é, portanto, determinante na proposta de democracia deliberativa, mas o seu funcionamento tem de ser articulado com o funcionamento e a estabilidade do sistema político (cf. Marques, 2012). Uma vez diagnosticada a importância da participação e as concepções do modelo deliberativo democrático, torna-se necessário compreender como de facto se podem operacionalizar os ideais deliberativos, ou seja, “como seria possível tornar os debates de questões de concernência pública cada vez mais visíveis e, ao mesmo tempo, convidativos e aptos a receberem contribuições de fontes distintas e plurais?” (Marques e Miola, 2010, p. 2).

É neste cenário que ganham relevância os meios de comunicação, que abordaremos no capítulo seguinte, articulando a ação destes com a ideia de esfera pública e a concepção de democracia deliberativa. Mas antes de passarmos ao próximo capítulo, importa realçar a centralidade da comunicação no modelo de democracia deliberativa.

1.3.3.2. A centralidade da comunicação no modelo deliberativo.

Nesta etapa do nosso trabalho, e antes de seguirmos para o próximo capítulo, onde nos propomos a analisar a emergência da ideia de esfera pública e o seu desenvolvimento contemporâneo, na articulação com a intervenção dos meios de comunicação, parece-nos importante frisar a relevância concedida ao modelo deliberativo de democracia nesta investigação, pela centralidade que nele assume o processo comunicativo.

Em primeiro lugar, devemos considerar que a reforma deliberativa a que assistimos na teoria democrática é, como vimos anteriormente, exigida pelas próprias circunstâncias sociais, como a dimensão do atual corpo de cidadãos que compõe as sociedades modernas e a complexidade dos processos e problemas sociais que os mesmos enfrentam, entre outros aspetos. “Uma das principais motivações por detrás da recente recuperação do modelo democrático deliberativo prende-se justamente com a esperança depositada nesse modelo em dar resposta a problemas crónicos enfrentados pela agregação” (Vieira & Silva, 2013, p. 157).

Neste ângulo, é a comunicação que permite um alargamento das possibilidades democráticas para uma audiência heterogénea e dispersa. A deliberação não é melhor do que os restantes modelos apenas pelo aumento das oportunidades de participação que concede aos cidadãos, mas sobretudo pela forma como promove a comunicação enquanto modo de interação entre os cidadãos.

“Característica central do modelo da democracia deliberativa é, pois, o enfoque no processo dialógico enquanto processo de real interação argumentativa por intermédio do qual os participantes oferecem mutuamente razões, em defesa de determinada opinião, posição ou proposta, ou em objeção a opiniões, posições ou propostas avançadas por outrem” (Vieira & Silva, 2013, p. 156).

A importância da comunicação é realçada desde cedo nos trabalhos de Habermas e em particular na “Teoria da Ação Comunicativa” (1987b), onde o autor salienta que a comunicação é, antes de tudo, uma interação entre duas ou mais pessoas, e que no contexto deliberativo ela assume uma dimensão particular, na medida em que implica a partilha de informação ou opinião (Ufel, 2014, p. 14).

“A comunicação tem um papel chave no modelo deliberativo democrático e no modelo da esfera pública de Habermas, descrito na sua definição (1996: 360) da esfera pública como “uma rede para comunicar informação e pontos de vista”. Não nos surpreende que estes modelos tenham um papel proeminente na teorização da ligação entre participação e comunicação” (Carpentier, 2017, p. 114).

Na leitura de Nico Carpentier, a participação existe no modelo deliberativo através da comunicação, que está relacionada com as próprias trocas discursivas que se verificam em diferentes situações e nas quais o objetivo incorre na produção de informações de maneira coletiva e recíproca. A qualidade da democracia está desta forma dependente deste processo de comunicação. “Em outras palavras, a qualidade democrática, e, portanto, a legitimidade, de um sistema político é intensificado por meio de interações comunicativas justas e inclusivas entre os cidadãos” (Scudder, 2016, p. 524)⁸⁷.

Se no modelo deliberativo as decisões são legítimas apenas na medida em que resultam de um processo de troca pública de argumentos e interação entre os participantes, “essa legitimidade

⁸⁷ “In other words, the democratic quality, and therefore the legitimacy, of a political system is heightened through fair and inclusive communicative interactions among citizens” (Scudder, 2016, p. 524).

pressupõe a existência de canais de comunicação entre esses fóruns e uma esfera pública informal mais alargada...” (Vieira & Silva, 2013, p. 155). A centralidade da comunicação no modelo está também patente ao nível dos canais de comunicação necessários para fazer a ligação entre a esfera privada e a sociedade civil (Ufel, 2014, pp. 23).

É neste contexto que os *media* ganham relevância, uma vez que em sociedades pluralistas e de larga escala, a comunicação mediada é inevitavelmente, partindo do pressuposto de que existem canais de comunicação suficientemente livres e plurais, a melhor forma para tratar de assuntos adequadamente. Habermas destaca precisamente o papel fundamental que os *media* têm no modelo deliberativo.

“a comunicação política mediada na esfera pública pode facilitar os processos de legitimação deliberativa em sociedades complexas”, mas apenas se “os sistemas de media forem autônomos e se tornarem independentes em relação ao ambiente que os rodeia, e se as audiências anónimas conseguirem garantir feedback entre os discursos informados das elites e uma sociedade civil responsiva” (Habermas, 2006, p. 411-412)⁸⁸.

No mesmo texto o autor reconhece que a influência dos *media* está na patente no facto da “dinâmica da comunicação de massa é [ser] impulsionada pelo poder dos *media*” (ibidem, p. 415), mas também pelo facto de “os *media* selecionarem e moldarem a apresentação de mensagens e usarem estrategicamente o poder político e social para influenciar as agendas, bem como desencadear e enquadrarem as questões públicas” (ibidem, p. 420)⁸⁹.

Fundamentais para o modelo deliberativo de democracia, aos *media* cabe não só a função de informar os cidadãos, mas também de estimular a sua participação. Ao fazerem parte do sistema deliberativo, os *media* devem ainda fomentar “o processo deliberativo de formação de opiniões e a sua posterior transformação em poder comunicativo e administrativo” (Ufel, 2014, pp. 24-25)⁹⁰.

A intervenção da comunicação no modelo deliberativo não se resume à ação dos *media* na organização e na articulação de uma multiplicidade de perspetivas e de pontos de vista que podem originar discussões e/ou dar seguimento a um debate. Para entendermos as dimensões comunicacionais no modelo deliberativo é necessário considerar a democracia deliberativa a um nível sistémico (Mansbridge et al., 2012), como vimos anteriormente, considerando que na

⁸⁸ “mediated political communication in the public sphere can facilitate deliberative legitimation processes in complex societies only if self-regarding media systems gain independence from their social environment, and if anonymous audiences grant feedback between an informed elite discourse and a responsive civil society” (Habermas, 2006, p. 411-412).

⁸⁹ “the dynamics of mass communication are driven by the power of the media to select and shape the presentation of messages and by the strategic use of political and social power to influence the agendas as well as the triggering and framing of public issues” (Habermas, 2006, p. 420).

⁹⁰ “Media - freed from pressure of both political and economic systems - should take important part in fostering the process of deliberative opinion - and will- formation and its latter transformation into communicative and administrative power” (Ufel, 2014, pp. 24-25).

sua base está um processo público de comunicação, através do qual se trocam argumentos e tomam decisões.

Neste sentido “se a democracia deliberativa é o “governo através da conversa”, os elos entre os estudos da comunicação e a democracia deliberativa não poderiam ser mais óbvios” (Carcasson, Black & Sink, 2010, p. 1)⁹¹, e é por isso que neste trabalho centramos a nossa análise no modelo deliberativo.

Apesar de a centralidade da comunicação no modelo deliberativo não se reduzir ao papel dos *media*, é inegável que os processos de comunicação continuam a ser mediatizados, e por isso não é possível equacionar uma discussão sobre a deliberação e a esfera pública, sem considerar os *media* e, em particular na contemporaneidade, os *media* sociais. É precisamente esse o caminho que nos propomos trilhar no próximo capítulo deste trabalho.

⁹¹ “If deliberative democracy is “governance through talk”, the links between communication studies and deliberative democracy could not be more obvious” (Carcasson, Black & Sink, 2010, p. 1).

Capítulo 2. Esfera pública, media e deliberação.

No primeiro capítulo, verificámos como os princípios e as práticas democráticas remontam na sua maioria à Grécia Antiga e como a ideia de democracia evoluiu, manifestando-se, nos tempos modernos, de diversas formas, como muito bem ilustram os diferentes modelos sistematizados por David Held (1987), assim como o trabalho de Marques (2008), e que, de forma sintética, procurámos abordar no nosso trabalho. Partindo de duas tradições no pensamento democrático moderno, o liberalismo e o republicanismo, enfatizámos as críticas e os limites que têm sido apontados à ideia de representação nos modelos liberais, bem como as restrições que caracterizam os modelos republicanos, pela sua dependência excessiva das virtudes dos cidadãos.

Na tensão entre o modelo republicano, que exige dos cidadãos um envolvimento e uma interação permanentes, defendendo uma conceção forte de soberania popular, e o modelo liberal, no qual o indivíduo é visto de modo isolado das instituições do Estado, assinalámos o surgimento de uma nova vertente de democracia, de natureza discursiva, e que ficou conhecida como “deliberativa”. Recuperando aspetos das duas tradições em confronto, a democracia deliberativa tem em conta o artifício da representação, exaltado pelo elitismo, e a participação dos cidadãos, enfatizada pela conceção participativa. Concomitantemente, introduz novas temáticas, com o objetivo de apresentar um modelo de democracia que incorpore a discussão e a participação públicas efetivas, enquanto mecanismos para garantir a legitimidade política, sem, no entanto, anular aspetos como a liberdade do indivíduo e a necessidade de garantir um sistema estável e eficiente.

No contexto deste modelo deliberativo, um dos conceitos mais importantes é o de esfera pública, na medida em que como refere Habermas (1996), é a transformação desta esfera que justifica, em grande medida, a necessidade de uma democracia deliberativa.

“As sociedades ocidentais contemporâneas estão a tornar-se cada vez mais complexas, e nesse sentido os antigos mecanismos da política racional - antes conectados à esfera pública “burguesa” - não podem continuar a ser aplicados. Para além disso, o sistema de Habermas procura responder às carências dos sistemas democráticos agregativos, onde a soberania popular perdeu o seu poder para o estado de direito e a política contemporânea é incapaz de enfrentar novos desafios (Habermas, 1996a, p. xli)” (Ufel, 2014, p. 13).

Examinar o conceito de esfera pública – entendida como uma rede de comunicação, informação e troca de pontos de vista, cuja influência se deve refletir posteriormente no debate sobre as questões de interesse público (Correia, 2006) – torna-se por isso fundamental para a compreensão das sociedades democráticas.

Na medida em que a ênfase se encontra na necessidade de participação da esfera civil na produção da decisão política e que os processos de formação da opinião, aspetos centrais das sociedades democráticas, estão associados ao próprio funcionamento da esfera pública, é

indispensável uma análise sobre as potencialidades desta esfera. Esse estudo deverá estender-se também ao papel que os meios de comunicação desempenham ao conferirem visibilidade e relevância a temas nesta esfera. Assim, a centralidade do conceito de esfera pública é de sobremaneira relevante para qualquer investigação que procure estudar o papel dos meios de comunicação social na sociedade democrática. Acresce a este facto a complexidade da comunicação e dos atuais meios de interação nas sociedades contemporâneas, o que torna nomeadamente o conceito habermasiano de esfera pública um ponto de referência teórico, quer no âmbito das reformulações que este tem sofrido, quer nas tentativas de descobrir novas possibilidades para o conceito.

Consequentemente, o presente capítulo estrutura-se a partir da origem do conceito de esfera pública em Habermas (1984) e articula-se com o processo comunicativo e os meios de comunicação. Procuramos, desta forma, assinalar a importância do conceito e das suas formulações para o modelo de democracia deliberativa, nomeadamente pela referência aos diferentes planos em que se dão as trocas argumentativas, como refere Maia (2006b): “no plano das interações simples, em diversos domínios da vida quotidiana; no âmbito dos debates que ocorrem nas associações da sociedade civil; e por via da disseminação de informação nos meios de comunicação de massas” (pp. 11-12). As revisões que o conceito de esfera pública tem sofrido ao longo do tempo, decorrentes das condições e restrições que o limitam, são igualmente analisadas, bem como a articulação entre a esfera pública e os ideais deliberativos.

2.1. Origem e estrutura do conceito de esfera pública

O conceito de esfera pública há muito que integra um conjunto de áreas de conhecimento como a Filosofia, a Ciência Política, a Sociologia, a História e a Comunicação, sendo uma das conceções que mais tem sido abordada ao longo dos anos ante o seu permanente interesse e múltiplas perspetivas de abordagem. Já no que diz respeito ao desenvolvimento deste conceito, são diferentes as obras e tradições teórico-filosóficas que podem ser indicadas como as principais contribuidoras: desde a obra de Walter Lippmann, *The Phantom Public* (1925); passando por *The Public and its Problems* (1927), de John Dewey; *A Condição Humana* (1958), de Hannah Arendt; *L'Opinion et la foule* (1901) de Gabriel Tarde; até *Mudança Estrutural da Esfera pública* (1962), *Between Facts and Norms* (1996), entre outros trabalhos de Jürgen Habermas⁹².

Existem diferentes conceções em relação à noção de espaço público, de acordo com Seyla Benhabib, e, como tal, a autora identifica três diferentes entendimentos de espaço público que correspondem a “três correntes do pensamento político ocidental”. Primeiro, a visão de espaço

⁹² A abordagem do conceito por Habermas ganha especial importância e torna-se particularmente influente nos estudos académicos, sobretudo a partir de 1989, ano em que a sua obra *Strukturwandel der Öffentlichkeit: Untersuchungen zu einer Kategorie der Bürgerlichen Gesellschaft* é traduzida para inglês, originando aquele que seria um dos volumes mais requisitados pelos teóricos: *The Structural Transformation of the Public Sphere: an Inquiry into a Category of Bourgeois Society*.

público presente na tradição “republicana”, descrita como uma visão agnóstica, nutrida pelo pensamento de Hannah Arendt. Segundo, a concepção inspirada pela tradição liberal, nomeadamente por Kant, que centra a sua atenção na questão de “uma ordem pública estável e justa”. Terceiro, o modelo de espaço público descrito nos trabalhos de Habermas, enquanto “modelo discursivo” (Benhabib, 1992, p. 89)⁹³. A abordagem do conceito por parte de Habermas é precisamente o nosso degrau iniciático, uma vez que, segundo o teórico, para se entender e analisar a esfera pública é necessária uma leitura ideológica e histórica da emergência da ideia (Habermas, 2003a, p. 9)⁹⁴.

É no modelo grego de esfera pública que Habermas inicia a sua análise, indicando as noções acerca do público e do privado como centrais para o seu entendimento. Neste contexto, as reflexões de Hannah Arendt, em *A Condição Humana*, são referenciadas pelo autor tomando-as como mote para a construção das suas observações e comentários. Deparamo-nos com três condições essenciais que caracterizam a existência humana, na perspetiva de Arendt: o *labor*, atividade que está relacionada com necessidades de sobrevivência biológica, cuja condição humana é a própria vida; o *trabalho*, que diz respeito às atividades do homem no seu contacto com a natureza, correspondendo a um certo artificialismo da existência humana, e onde a condição humana é a mundanidade; e a *ação*, a única atividade exercida entre os homens sem qualquer tipo de mediação, e na qual a condição humana é identificada com a pluralidade (Arendt, 2007, pp. 15-16). Acontece que a vida humana apenas seria reconhecida como tal se os homens fossem completamente independentes em relação às necessidades de sobrevivência biológica e de subordinação ao outro. Assim, o *bios politikos*, em concordância com a origem da própria expressão em Aristóteles, referia-se unicamente à “esfera dos assuntos humanos”, com destaque para “a ação, a *práxis*, necessária para a estabelecer e manter”, ou seja, praticar uma vida dedicada aos assuntos públicos e políticos. “Nem o *labor* nem o *trabalho*” seriam suficientes para manter um *bios*, “um modo de vida autónomo e autenticamente humano”, pois ao servir e produzir unicamente o que seria necessário e útil, “não poderiam ser livres e independentes das necessidades e privações humanas” (*ibidem*, p. 21).

No âmbito do conceito de vida na *polis*, a esfera pública grega caracterizava-se pelo exercício da cidadania pela via da ação e do discurso (*ibidem*, pp. 34-35). Os cidadãos livres conviviam nesta esfera e formulavam opiniões em conselhos e assembleias. Contraposta a esta esfera

⁹³ “...in order to delineate three different conceptions of “public space” that correspond to three main currents of western political thought. The view of public space common to the “republican virtue” or “civic virtue” tradition is described as the “agonistic” one and the thought of Hannah Arendt will be the main point of reference. The second conception is provided by the liberal tradition, and particularly by those liberals who, beginning with Kant, make the problem of a “just and stable public order” the center of their political thinking. This will be named the “legalistic” model of public space. The final model of public space is the one implicit in Jürgen Habermas’s work. This model, which envisages a democratic-socialist restructuring of late-capitalist societies, will be named “discursive public space” (Benhabib, 1992, p. 89).

⁹⁴ Se é verdade que as suas reflexões sobre a concepção de esfera pública foram alvo de diversas reformulações, por diferentes autores mas também pelo próprio, que manteve sempre uma permanente interlocução com os críticos contemporâneos, parece-nos, contudo, fundamental debruçarmo-nos sobre aspetos teóricos e normativos do conceito habermasiano de esfera pública.

encontrava-se a esfera privada doméstica, onde eram desempenhadas as funções que permitiam a reprodução das condições gerais de sobrevivência necessárias à manutenção e prossecução da cidadania pública. “A comunidade natural do lar decorria da necessidade: era a necessidade que reinava sobre todas as atividades exercidas no lar” (*ibidem*, 2007, p. 39-40).

A esfera pública era assim o “espaço” onde os assuntos podiam ser pronunciados, configurando-se um processo no qual os melhores se destacavam e as virtudes eram passíveis de reconhecimento. “Na conversação dos cidadãos entre si é que as coisas se verbalizam e se configuram; na disputa dos pares entre si, os melhores se destacam...” (Habermas, 2003a, p. 16). Nesta época, a ideia de ação política estava associada aos atributos expressos no conceito grego de liberdade, ou seja, o *status* de inviolabilidade pessoal, de liberdade de atividade económica e o direito de ir e vir, condição comum de igualdade entre os integrantes da esfera pública. “O ser político, o viver numa *polis*, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não por meio de força ou violência” (Arendt, 2007, p. 35).

Assim, os aspetos basilares na distinção entre as dimensões do público e do privado nas cidades-estado gregas eram constituídos pela contraposição de duas condições de existência: a liberdade e a necessidade. Estas fundavam o modelo de ação política que excluía a relação de domínio e subordinação⁹⁵, e enfatizavam o uso público da palavra, enquanto signo de expressão da dignidade humana. Como tal, o espaço público era concebido como um espaço de construção de sentido, de discurso e não de expressão da força ou da violência.

“A *polis* diferenciava-se da família pelo facto de só conhecer ‘iguais’, ao passo que na família era o centro da mais severa desigualdade. Ser livre significava ao mesmo tempo não estar sujeito às necessidades da vida nem ao comando de outro e também não comandar (...) A igualdade, portanto, longe de estar relacionada com a justiça, como nos tempos modernos, era a própria essência da liberdade; ser livre significava ser isento da desigualdade presente no acto de comandar, e mover-se numa esfera onde não existiam governo nem governados” (*ibidem*, pp. 41-42).

As formulações de Habermas apresentadas em *Mudança Estrutural da Esfera Pública* convocam estes aspetos, transportando-os para uma análise das transformações sociais, políticas e económicas ocorridas na Europa. O filósofo alemão começa por identificar o desenvolvimento do capitalismo europeu como aspeto socioeconómico fundamental para uma nova configuração histórica das esferas pública e privada na sociedade europeia dos séculos XVII e XVIII (Habermas, 2003a, pp. 27-28). O sentido de “público” passa a referir-se ao agregado de instituições e ações do Estado, e principalmente à figura do monarca. Já o sentido de privado passa a referir-se à esfera social da produção e da vida familiar dos indivíduos que não pertenciam ao Estado.

⁹⁵ “Todo o conceito de domínio e de submissão, de governo e de poder no sentido em que o concebemos, bem como a ordem regulamentada que os acompanha, eram tidos como pré-políticos, pertencentes à esfera privada e não à esfera pública” (Arendt, 2007, p. 41).

Concluimos que o sentido clássico de esfera pública, na aceção de ação política, foi revisitado, ainda que com profundas diferenças no seu entendimento.

É no âmbito de uma ordem política, na qual o poder estava centrado nos regimes absolutistas, que surge a moderna oposição entre o setor público do Estado e o setor privado da sociedade. Com o incremento do comércio, o capital comercial passou a ser empregue no processo de produção de mercadorias. A política intervencionista e protecionista do Estado absolutista transforma então a economia num assunto privado, de interesse público. Esta ação por parte do Estado, “cúmplice” de um assunto da esfera do interesse privado, atingirá principalmente os burgueses que eram os produtores e proprietários das mercadorias, mas também as pessoas privadas que viviam em função da venda da força de trabalho e do consumo de mercadorias (Habermas, 2003a, p. 32). Em resposta à autoridade pública do Estado, emerge a sociedade civil burguesa, fazendo com que a economia doméstica privada dos indivíduos transponha a esfera domiciliar. Diante deste cenário, os burgueses percebem claramente que entre eles e o Estado existe a procura por um interesse comum, isto é, existe uma concorrência entre ambos, o que contribui decisivamente para o extremar de posições e a formação da esfera pública burguesa no interior do setor privado⁹⁶ (*ibidem*, p. 33).

“A esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social” (*ibidem*, p. 42).

Esta esfera era constituída predominantemente por burgueses, a camada mais esclarecida da sociedade e que detinha posições de relevo, uma vez que eram na sua maioria funcionários do Estado, profissionais autónomos, grandes proprietários e produtores de mercadorias. Este público de homens privados começa, então, a reunir-se em *salons* e cafés e a expressar as suas ideias com recurso a panfletos políticos e à imprensa de pequeno porte de crítica da arte e de variedades.

“A “cidade” não é apenas economicamente o centro vital da sociedade burguesa; em antítese política e cultural à “corte”, ela caracteriza, antes de mais nada, uma primeira esfera pública literária que encontra as suas instituições nos coffee-houses, nos salons, e nas comunidades comensais”, e que na linha “daquela sociedade de aristocratas humanistas, em contato com os intelectuais burgueses logo passam a transformar as suas conversações sociais em aberta crítica (...)” (Habermas, 2003a, p. 45).

⁹⁶ Habermas reconstrói a história do surgimento da esfera pública burguesa na Europa e sua posterior transformação com o desenvolvimento do capitalismo, enfatizando uma esfera que é pública e que não está nas estruturas do Estado nem do mercado.

A manifestação literária⁹⁷ é reconhecida como a primeira grande expressão desta esfera pública burguesa, defensora de novos valores e comportamentos públicos, como a sociabilidade, nos quais a lógica dos argumentos se deveria sobrepôr à hierarquia dos títulos e das posses económicas. A esta junta-se, com a produção de obras filosóficas, literárias e artísticas para o mercado, a discussão de temas que até então eram restritos à Igreja e ao Estado; e, por fim, a acessibilidade, que permitia a todos participarem, desde que tivessem conhecimento intelectual suficiente para integrar as discussões e oferecer razões e argumentos para os pontos de vista enunciados.

“Em *primeiro lugar*, é exigida uma espécie de sociabilidade que pressupõe algo como a igualdade de status, mas que inclusive deixa de levá-lo em consideração. Contra o cerimonial das hierarquias impõe-se tendencialmente a polidez da igualdade. (...) A discussão num tal público pressupõe, em segundo lugar, a problematização de setores que até então não eram considerados questionáveis. (...) O mesmo processo que transpõe a cultura para a forma de mercadoria e, assim, faz dela, afinal, uma cultura já questionável, é que, por princípio, leva, em terceiro lugar, ao não-fechamento do público. (...) As questões discutíveis tornam-se “gerais não só no sentido de sua relevância, mas também de sua acessibilidade: todos devem poder participar” (*ibidem*, pp. 51-53).

Aos poucos, a corte monárquica vai perdendo espaço para as instituições públicas burguesas. A “pequena-família patriarcal” constitui então o núcleo da esfera privada da sociedade burguesa do século XVII. Esta família burguesa, que já se concebia a si própria num patamar superior, ou seja, numa esfera “emancipada e independente” das determinações da esfera do trabalho e do mercado de trocas, onde os seres não são “obrigados a submeterem-se a ninguém e tão somente sujeitos, ao que parece, às leis que funcionam na racionalidade económica imanente ao mercado” (*ibidem*, pp. 61-63).

Esta emancipação e “apropriação da esfera pública controlada pela autoridade”, estão na origem da formulação do interesse público burguês de carácter político (*ibidem*, p. 68). Assim, a crítica e o julgamento, que eram exercidos na esfera literária, direcionam-se para a regulação da sociedade civil, num confronto com o setor público do Estado absolutista. É neste contexto que a esfera da política, até então circunscrita ao Estado, sofre uma transformação, resultado da reivindicação por parte de um público constituído por “indivíduos conscientizados”, “um público de pessoas privadas”. Embora sem poder para governar, a burguesia debatia, criticava, julgava e formulava recomendações para o exercício do poder político, pressionando e exercendo a sua influência (Habermas, 2003a).

Dentro da esfera pública política burguesa, uma das principais preocupações estava relacionada com a forma política de regulamentação da sociedade civil. A esfera política burguesa defendia condições de igualdade (livres das diferenças hierárquicas) e de liberdade na argumentação em público, aliadas a uma racionalidade baseada na força do melhor argumento como forma de

⁹⁷ Ainda antes da esfera pública assumir funções políticas dentro da tensão entre Estado e sociedade, contestando a natureza do poder público, forma-se o que Habermas chama de um “esboço literário de uma esfera pública a funcionar politicamente” (Habermas, 2003a, p. 44).

legitimação da ação política do Estado. A esfera pública burguesa começa assim, com o decorrer do tempo, a assumir um papel de intermediária entre os interesses privados da sociedade burguesa e o poder do Estado. Estas características constituem, de acordo com Habermas, o modelo liberal da esfera pública burguesa, ou seja, uma esfera que procura auxiliar as iniciativas privadas na esfera social sem interferências externas. No fundo, a esfera pública burguesa procura que o ato de legislar, entendido enquanto vontade política, se transforme em razão política.

Em *Mudança Estrutural da Esfera Pública* encontram-se assim, como destaca Calhoun (1996), aquelas que podem ser consideradas “as bases históricas e normativas para o debate crítico-racional” (p. 6)⁹⁸. Habermas apresenta neste trabalho a estrutura e as funções da esfera pública, realçando as mudanças históricas que afetaram o conceito ao longo do tempo e que ajudam a compreendê-lo enquanto espaço comunicativo entre a esfera privada e o Estado absolutista. Desta forma a esfera pública “intermedia, através da opinião pública, o Estado e as necessidades da sociedade” (Habermas, 2003a, p. 46). Este modelo ideal de esfera pública acaba por configurar determinadas características determinantes em termos comunicacionais, como a acessibilidade; a necessidade de apresentação das opiniões como único critério para a participação; a racionalidade; e a reciprocidade, entendida como a predisposição para convencer e ser convencido. Como refere Gomes (2008a), esta esfera pública “é o âmbito da negociação argumentativa dos cidadãos, o domínio do seu debate racional-crítico, a dimensão social das práticas e dos procedimentos mediante os quais os cidadãos reunidos podem elaborar, estipular, rejeitar ou adotar posições sobre qualquer questão de interesse comum” (p. 40), e nesse sentido, “ao mesmo tempo, a ocasião e a condição em que se gera a opinião pública” (p. 41).

Contudo, ainda em *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, Habermas começa a mostrar-se cético em relação às possibilidades desta esfera pública. Na passagem do século XVIII para o século XIX, o autor enfatiza a entrada do capitalismo na indústria cultural, e o facto de a imprensa ter sido apropriada por este. A transformação estrutural da esfera pública verifica-se quando as organizações privadas começam a deter poder público e o Estado irrompe no reino privado, em que o Estado e a sociedade, antes distintos, se tornam interligados. “A decomposição da esfera pública, que é demonstrada na alteração de suas funções política, está fundada na mudança estrutural das relações entre esfera pública e setor privado” (Habermas, 2003a, pp. 170-171).

É precisamente sobre estas mudanças nas relações entre esfera pública e setor privado que nos concentramos no ponto seguinte, apontando os principais críticos da ideia de esfera pública burguesa de Habermas.

⁹⁸ “Structural Transformation approaches these concerns first by trying to develop a historically specific understanding of the modern category of publicness” (Calhoun, 1996, p. 6).

2.2. Das perspectivas críticas ao declínio da esfera pública

A ideia da esfera pública burguesa, que emergiu num contexto marcado pelo absolutismo e que representava um modelo idílico de espaço público, dura apenas algumas décadas, e entra em declínio depois de ter sido consideravelmente criticada e de não ter resistido às mudanças estruturais sociopolíticas do século XIX, especificamente ao capitalismo industrial, ao intervencionismo estatal, à emergência da questão social e ao sufrágio universal. Mas começemos pelas várias críticas que a esfera pública burguesa recebeu no decorrer dos anos.

Na obra *“Public Sphere and Experience”*, Oscar Negt, que foi assistente de Habermas, e Alexander Kluge, amigo e discípulo de Adorno, começam por realçar que o contributo de Habermas sobre a transformação estrutural da esfera pública assenta essencialmente em dois pontos: primeiro, na tentativa de reconstruir a esfera pública como uma categoria fundamentalmente histórica ligada à formação da sociedade burguesa sob o capitalismo liberal; depois, na definição de público como um termo distinto do Estado, do mercado e da esfera íntima da família (1993 [1972]).

É, portanto, a fundamentação histórica que leva Habermas a destacar a emancipação do público em relação às restantes esferas. Mas este é também o primeiro momento em que a esfera pública burguesa pensada por Habermas será criticada. Negt e Kluge questionam em particular “a tentativa de Habermas de resgatar um ideal iluminista e, por assim dizer, fazê-lo contra a sua realização histórica”. Os autores consideram por isso que a esfera pública burguesa apresenta problemas na sua própria fundação.

“As contradições da esfera pública burguesa, não surgem apenas com sua desintegração e declínio; pelo contrário, elas são inerentes à própria constituição dessa esfera pública. Seja na filosofia crítica de Kant ou na prática política, argumentam eles, a esfera pública burguesa baseia-se num princípio abstrato de generalidade, empregado na luta contra toda e qualquer particularidade” (Hansen, 1993, p. xxvi-xxvii)⁹⁹.

Para além das limitações de um conceito que oscila entre um polo empírico e normativo, Negt e Kluge criticam também o facto de o termo ser ele próprio limitador, na medida em que a esfera pública acaba por ser entendida como uma “categoria definidora da época” da esfera pública burguesa.

“A esfera pública denota instituições, agências, práticas específicas (por exemplo, aquelas relacionadas com a aplicação da lei, a imprensa, a opinião pública, o público, o trabalho na esfera pública, as ruas e as praças públicas); no entanto, é também um horizonte social generalizado de experiência onde tudo o que é real

⁹⁹ “The contradictions off the Bourgeois public sphere, Negt and Kluge object, do not just erupt with its disintegration and decline; rather, they inhere in the very constitution of that public sphere. Whether in Kant’s critical philosophy or in political practice, they argue, the bourgeois public sphere is founded on an abstract principle of generality, deployed in the fight against any and all particularity” (Hansen, 1993, p. xxvi-xxvii).

ou ostensivamente relevante para todos os membros da sociedade é integrado” (Negt & Kluge, 1993, p. 2)¹⁰⁰.

As críticas quanto ao facto de Habermas ter idealizado uma esfera pública liberal cresceram, ainda na primeira metade do século XIX, em particular devido à natureza restritiva e excludente da esfera proposta pelo filósofo alemão.

Landes (1988), Ryan (1991) e Elley (1992) formulam uma das principais críticas em relação ao conceito de esfera pública de Habermas, focando o número considerável de exclusões que esta promovia. “Eles argumentam que, apesar da retórica de publicidade e acessibilidade, a esfera pública oficial se apoiava, e de fato era importantemente constituída, por uma série de exclusões significativas” (Fraser, 1992, p. 113)¹⁰¹. A crítica é dirigida à esfera pública burguesa e, mais concretamente, ao espaço limitado e restrito para a participação ser destinado aos homens brancos e educados, fazendo com que o princípio normativo da não exclusão de pessoas no espaço público não fosse respeitado. Entre as diferentes exclusões, a de género é uma das mais importantes, sendo destacada por Joan Landes no trabalho “Women and the Public Sphere in the Age of the French Revolution” (1988). A autora considera que Habermas não esteve suficientemente atento “aos aspetos de género da esfera pública do século XVIII” (*cit in.*, Baker, 1992, p. 198)¹⁰².

Para Landes a esfera pública burguesa sempre foi dominada por uma elite masculina e branca, relegando para segundo plano, e excluindo mesmo, a participação das mulheres e de outros (cfr. Baker, 1992, pp. 198-199). “A nova categoria do “homem público” e sua “virtude” foram construídas por meio de uma série de oposições à “feminilidade”, que mobilizaram concepções mais antigas de domesticidade e lugar das mulheres e as racionalizaram numa reivindicação formal sobre a “natureza” das mulheres” (Eley, 1992, p. 309)¹⁰³. Os princípios da publicidade, da acessibilidade, da racionalidade e da igualdade de *status* serviram assim exclusivamente como forma de distinção entre os cidadãos (Fraser, 1992, p. 115).

Neste sentido, Nancy Fraser (1992) questiona o conceito de público, por este implicar sempre algum tipo de exclusão, hierarquia e desigualdade. A esfera pública nas sociedades capitalistas liberais não poderia desenvolver-se porque existiriam sempre desigualdades, o que representava uma alteração fundamental da própria concepção da esfera, ou seja, o seu potencial inclusivo. Fraser alude à existência de várias esferas públicas, ainda no período de

¹⁰⁰ “The public sphere denotes specific institutions, agencies, practices (e.g., i, those connected with law enforcement, the press, public opinion, the public, publicsphere work, streets, and public squares); however, it is also a general social horizon of experience in which everything that is actually or ostensibly relevant for all members of society is integrated” (Negt & Kluge, 1993, p. 2).

¹⁰¹ “They argue that, despite the rhetoric of publicity and accessibility, the official public sphere rested on, indeed was importantly constituted by, a number of significant exclusions” (Fraser, 1992, p. 113).

¹⁰² Landes sets out to offer “significant revisions” of Habermas’s argument, which she regards as insufficiently attentive to the gendered aspects of the eighteenth-century public sphere” (Baker, 1992, p. 198).

¹⁰³ “The new category of the “public man” and his “virtue” was constructed via a series of oppositions to “femininity”, which both mobilized older conceptions of domesticity and women’s place and rationalized them into a formal claim concerning women’s “nature” (Eley, 1992, p. 309)

constituição da esfera pública burguesa, indicando que já na época havia uma multiplicidade de públicos que competiam entre si.

“O problema não é apenas que Habermas idealiza a esfera pública liberal, mas também que ele não examina outras esferas públicas concorrentes, não liberais, não-burguesas. Ou melhor, é precisamente porque ele falha no exame dessas outras esferas públicas que acaba por idealizar a esfera pública liberal” (Fraser, 1992, p. 115).

A autora propõe um modelo alternativo de esfera pública, construído tendo em conta a sua oposição a quatro pressupostos da esfera pública burguesa descrita por Habermas (Fraser, 1992, pp. 117-118). Fraser começa por chamar a atenção para a necessidade de uma esfera que ignore a desigualdade de *status*, ou seja, as pessoas devem deixar algumas diferenças de lado e dialogarem no espaço público. Contudo, salienta que nem todos os grupos sociais têm efetivamente igual acesso à participação e, como tal, não podem deliberar como se fossem iguais num contexto social onde prevalecem as relações de dominação e subordinação. Fraser conclui que a democracia política requer uma substantiva igualdade social, pelo que o modelo liberal é inadequado, como consequência de não supor a igualdade social como condição necessária para uma paridade de participação na arena pública.

Em segundo lugar, evidencia a existência de várias esferas públicas e não de uma única esfera. A autora garante que, com várias esferas públicas, é mais fácil atingir o ideal da igualdade de participação porque estamos perante uma multiplicidade de públicos. Alerta igualmente para o facto de as discussões no espaço público não poderem estar limitadas à ideia de bem comum, mas que as temáticas de interesses privados devem também ser consideradas. Pretende, pois, realçar o facto de temas do fórum da vida pessoal poderem ser transformados em temas públicos. A autora dá inclusive o exemplo da violência doméstica, que, sendo algo do fórum pessoal, foi transformado pelo movimento feminista num tema discutido publicamente. Por fim, não concorda com a ideia de que a esfera pública democrática necessite de uma separação entre Estado e sociedade civil. Esta separação, característica do modelo liberal, em que a esfera pública está afastada do Estado e ganha autonomia e independência, é considerada negativa. Encara este afastamento como um enfraquecimento da esfera pública, visto que a prática deliberativa se restringe à formação de opinião não compreendendo a tomada de decisões (Fraser, 1992).

No que às desigualdades sociais diz respeito, nomeadamente em relação ao acesso à esfera pública, Cohen e Arato – dois dos principais críticos do modelo habermasiano de esfera pública, ainda que menos radicais, não procurando uma superação do mesmo, mas incorporando e reformulando em proveito da sua teoria muitas das posições que têm sido manifestadas em relação à conceção discursiva da esfera pública de Habermas – afirmam que estas deformam o princípio normativo do discurso público. Todavia, apresentam uma solução diferente. Os autores advogam que, para que a esfera pública possa ser mais igualitária, a própria sociedade deve procurar que os indivíduos usufruam de condições de vida menos desequilibradas,

começando desde logo pelo acesso à escola pública. Os cidadãos estariam num patamar de igualdade se todos tivessem acesso à educação pública, aos direitos civis e sociais (Cohen & Arato, 1992).

As críticas de Cohen e Arato (1992), ao modelo de esfera pública de Habermas são importantes também pela forma como tentam complementar a teoria do filósofo alemão. Destaca-se em particular a ideia dos autores quanto à expansão de novos públicos e novos espaços para a crítica, como movimentos sociais.

“... enquanto o núcleo da esfera pública política, constituída por parlamentos e os grandes *media*, mantêm-se, antes (mas não da mesma forma em todas as partes!) fechados e inacessíveis, uma pluralidade de públicos alternativos, diferenciados, mas interrelacionados, revivifica de tempos em tempos os processos e a qualidade da comunicação pública. Com a emergência de novos tipos de organização política, até mesmo a discussão pública nos parlamentos e nas convenções partidárias tende a ser afetada (...)” (Cohen & Arato 1992, p. 460)¹⁰⁴

Esta ideia é reforçada pela crítica de Fraser, que perante os grupos excluídos da esfera pública, nomeadamente aqueles discriminados por razões de género, destaca a constituição dos “*subaltern counterpublics*”, assim chamados por forma a “assinalar que elas são arenas discursivas paralelas onde membros de grupos sociais subordinados inventam e circulam contra-discursos para formular interpretações opostas às das suas identidades, interesses e necessidades” (Fraser, 1992, p. 123). Na medida em que emergem a partir de um contexto de dominação e exclusão, os contra-públicos ajudam a expandir o espaço discursivo (Avritzer & Costa, 2004).

Outra das críticas feitas ao modelo habermasiano prende-se com a ênfase concedida ao poder da esfera pública, que deve conseguir influenciar o poder decisório, mas não ter capacidade efetiva de decisão. Cohen e Arato consideram que o filósofo alemão descarta a possibilidade de haver uma ampliação dos mecanismos institucionalizados de formação da vontade política, conferindo-se poderes efetivos aos “*deliberative publics*”. No fundo, Habermas não percebe a “necessidade de horizontalizar os processos decisórios” ou de “promover processos de ‘alfabetização política’, que permitam, no plano local, a vivência da noção de poder” (cf. Avritzer & Costa, 2004, p. 713).

A possibilidade de existência de uma esfera pública autónoma, perante o poder da indústria cultural, é outro dos aspetos criticados no modelo de Habermas. Diferentes autores (Cohen & Arato, 1992; Sennet, 1977) consideram que a massificação, a comercialização e a industrialização da cultura transformam os meios de comunicação social de tal maneira que o público se torna passivo e acrítico, facilmente manipulável pela publicidade e pela propaganda

¹⁰⁴ “While the central political public sphere, constituted by parliaments and the major media, remains rather (but not everywhere equally!) closed and inaccessible, a plurality of alternative publics, differentiated but interrelated, time and again revives the processes and the quality of political communication. With the emergence of new types of political organizations, even the public discussion in parliaments and party conventions tends to be affected (...) (Cohen & Arato, 1992, p. 460).

política. As características da esfera pública teriam sido pervertidas pela emergência da questão social, a cultura consumista, a politização de um número crescente de questões, e pela desintegração de uma esfera verdadeira, privada e íntima, que foi invadida pelo Estado.

O declínio começara com o surgimento do capitalismo industrial e a forma como este se procura impor sobre a família, explica Sennet (1977), levando a que esta se refugiasse. A retirada para junto da esfera familiar, concebida como moralmente superior ao domínio público fará com que, mais tarde, os valores e normas que a regem comecem a ser transpostos para a esfera pública. Considerando que os valores que caracterizam as interações familiares são de outro tipo, centrados no sujeito, logo se percebeu que as interações genuínas dentro da esfera pública se tornavam impossíveis, contribuindo para a decadência da esfera pública. O sociólogo norte-americano identifica, então, algumas consequências decorrentes do princípio da intimidade ter sido transportado para a esfera pública. A saber: as perspectivas pessoais seriam prejudiciais para o equilíbrio psicológico dos cidadãos, inibindo que estes se encontrassem com outros cidadãos; do ponto de vista político, a tendência predominante seria no trajeto de uma diminuição na formação de opinião crítica e racional.

Com os temas pessoais e íntimos a marcarem presença na vida pública, os agentes públicos começaram cada vez mais a ser avaliados pela sua personalidade, o seu fórum mais íntimo, e não as suas ações. “O sistema de expressão pública tornou-se de representação pessoal: uma figura pública apresenta aos outros o que ela sente, e é esta apresentação do sentimento que desperta crença”¹⁰⁵ (*idem*, p. 26). Neste contexto, quando um “líder político concorre a um cargo, este é tido como credível ou legítimo, tendo em conta o homem que é, e não as ações ou programas que ele defende”¹⁰⁶ (*idem*, p. 4). Este enfoque na personalidade – amplificado pelos meios de comunicação, também eles subordinados à indústria cultural – contribuiu para que os cidadãos não desenvolvessem uma abordagem racional e crítica. Os candidatos tornam-se estrelas dos meios de comunicação e eleitos pela sua imagem e capacidade de comunicação mediática, deixando o público disperso e sem uma referência político-ideológica.

O próprio Habermas (1989) também reconhece que a ideia de esfera pública burguesa, que inicialmente se configurava como um mecanismo de defesa da burguesia em relação à autoridade estatal, é destruída quando a separação entre o Estado e a sociedade civil começa a debilitar-se, resultado do aparecimento e crescimento da economia de mercado, que exige formas de intervenção administrativa do Estado. Este novo tipo de intervencionismo estatal, iniciado no final do século XIX, ganha fôlego confrontado com a incapacidade da esfera privada para resolver determinadas questões sozinha, num contexto em que o capitalismo domina e as

¹⁰⁵ “The system of public expression became one of personal representation: a public figure presents to others what he feels, and it is this presentation of feeling which arouses belief” (Sennet, 1977, p. 26).

¹⁰⁶ “(...) political leader running for office is spoken to be credible or legitimate in terms of what kind of man he is, rather in terms of actions or programs he espouses” (Sennet, 1977, p. 4).

massas foram politizadas com o sufrágio universal¹⁰⁷. “As intervenções do Estado na esfera privada a partir do final do século passado permitem reconhecer que as grandes massas, agora admitidas à participação política, conseguem traduzir os antagonismos económicos em conflitos políticos” (Habermas, 2003a, p. 174).

Tal como Sennet, o filósofo alemão descreve que o poder do Estado aumenta, passando a desempenhar, além da função tradicional de manter a ordem, funções educativas e sociais destinadas a proteger os grupos mais fracos da sociedade. O intervencionismo estatal altera assim profundamente as relações privadas, transformando a esfera íntima do século XVIII (em particular a família). Tornando-se mais frágil e dependente do Estado, a família deixa de estar em condições de alimentar a esfera pública.

“À medida que Estado e sociedade se interpenetram, a instituição da família *strictu sensu* se destaca dos processos de reprodução social: a esfera íntima, outrora centro da esfera privada de um modo geral, recua para a sua periferia à medida que esta se desprivatiza” (Habermas, 2003a, p. 180).

O modelo de esfera pública entra conseqüentemente em declínio quando se verifica uma mudança estrutural causada pela transformação do Estado Liberal de Direito em Estado do Bem-Estar Social. Os meios de comunicação são igualmente acusados de favorecerem uma colonização do mundo da vida, contribuindo para que as fronteiras entre mundo público e mundo privado ficassem bastante ténues. Habermas acreditava, portanto, que não se configurava como outrora um espaço de mediação, verificando-se no seu lugar uma linearidade entre a mercantilização da cultura e o comportamento dos atores sociais. A tendência da esfera pública consistiu em trocar uma atividade crítica de discurso público por uma cultura de consumo, tendo o público ficado dividido entre uma minoria de especialistas que produzem críticas e uma grande massa de consumidores acríticos (Calhoun, 1992, p. 26). O público estaria não só reduzido a uma massa acrítica como dificilmente poderia contribuir para o desenvolvimento de uma opinião pública crítica, uma vez que esporadicamente era incorporado no circuito do poder, normalmente para expressar o seu voto, o que resultava em grande parte da própria influência da propaganda política que adotou os princípios do *marketing* e da cultura de consumo. O papel da publicidade foi assim pervertido – de uma “publicidade crítica” passou-se a uma “publicidade manipuladora”.

“Originariamente, a publicidade garantia a correlação do pensamento públicotanto com a fundamentação legislativa da dominação como também com a supervisão crítica sobre o seu exercício. Entrementes, ela possibilita a peculiar ambivalência de uma dominação sobre a dominação da opinião não-pública: serve à manipulação do público na mesma medida que à legitimação ante ele. O jornalismo crítico é suprimido pela manipulativo” (Habermas, 2003a, p. 210).

O filósofo alemão defende, em jeito de síntese, que a decadência da esfera pública se regista quando a burguesia ascende efetivamente ao poder político e faz uso instrumental do espaço

¹⁰⁷ O declínio da esfera pública, segundo Habermas, acontece precisamente no período de ampliação da participação política, com a extensão do sufrágio universal (Calhoun, 1992).

público, transformando o seu sentido original. O rápido avanço da indústria cultural e a mercantilização promovida na esfera dos bens simbólicos são outros elementos identificados como responsáveis pelo declínio da noção burguesa de esfera pública.

Sendo a comunicação um dos principais enfoques deste trabalho, convém realçar a responsabilidade dos meios de comunicação no declínio deste modelo de esfera pública. Ao deixarem de funcionar como espaço de debate, transformam-se num instrumento de circulação de opiniões pré-estabelecidas. Perde-se desta forma a ideia de uma opinião pública formada a partir da discussão racional, uma vez que os discursos mediáticos deixam ser apresentados enquanto argumentos capazes de promover um debate. Como explica Gomes (2008a), a esfera pública deixa de ser o lugar para a argumentação em torno das questões públicas, “para ser a dimensão social da exibição discursiva midiática de posições privadas que querem valer publicamente e, para isso, precisam de uma concordância plebiscitária do público” (pp. 53-54).

Neste contexto, e em grande parte por causa dos meios de comunicação, a esfera pública acaba por perder algumas das características fundamentais que a definiam: a acessibilidade, na medida em que o acesso aos media passa a ser controlado; a possibilidade de discussão, uma vez que são poucos os que têm oportunidade de falar e muitos os que passam a ouvir; e a racionalidade, já que a nova ordem é a do consumo. A opinião pública passa assim a ser entendida como “uma opinião capaz de capturar a adesão pública” (*ibidem*, p. 54).

Importa, no entanto, considerar, neste ponto do trabalho, o facto de Gomes (2008a) defender que os meios de comunicação não são na realidade os grandes responsáveis pela perda de determinadas características da esfera pública. O autor considera que é a própria institucionalização desta esfera no estado burguês, a grande responsável pela mudança. A criação de instâncias como os parlamentos ajudaria a explicar as alterações ao nível da esfera argumentativa, que seria desta forma transferida para instituições responsáveis pela tomada de decisões. A decisão seria, portanto, a de “transferir para a esfera especializada em decisão política a prática da discussão aberta, justa e argumentada dos negócios públicos como método deliberativo” (Gomes, 2008a, pp. 64-65). Seria assim a representação que caracteriza os estados modernos a principal responsável pela diminuição da discussão pública e não propriamente os meios de comunicação de massa¹⁰⁸. Veremos, no entanto, que o próprio Habermas vai rever, nos trabalhos subsequentes a *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, o papel que a comunicação e os *media* podem assumir na promoção do debate público.

¹⁰⁸ “(...) Contrariamente ao que se pensava no início dos anos 60, a comunicação de massa não pode nem deve ser pensada como adversária automática de uma discussão e de uma visibilidade pública favoráveis à democracia. Ao contrário, o que hoje é evidente é que a comunicação de massa leva a prática política - tanto aquela do sistema político quanto aquela dos cidadãos - ao máximo histórico de discutibilidade e de visibilidade” (Gomes, 2008a, p. 66)

2.3. As novas esferas públicas e os *media*.

Habermas desenvolveu, na obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, publicada pela primeira vez em 1962, uma abordagem ideológica e histórica dos processos que conduziram à ascensão da burguesia europeia nos séculos XVII e XVIII. Porém, esta abordagem histórica é criticada, como vimos, por diferentes autores (Negt & Kluge, 1993; Calhoun, 1992; Eley, 1992; Fraser, 1992; Baker, 1992, entre outros), que consideram terem sido esquecidos aspetos importantes da estrutura do Estado e da vida pública.

Nos trabalhos que desenvolveu posteriormente, Habermas retoma a ideia de esfera pública e produz novas considerações sobre o conceito, concentrando-se, desta vez, não em analisar as origens ideológicas e históricas, mas em apontar para o modo como este domínio poderia funcionar enquanto meio de legitimação do poder político (Silva, 2002). O cerne das questões do filósofo alemão desloca-se para os processos de construção de consensos e da formação da vontade coletiva, a partir da troca de razões em público. Habermas integra nas suas reflexões a possibilidade de, a partir das discussões ocorridas na esfera pública, legitimar o poder político e assim proporcionar decisões mais conformes com a opinião pública (Habermas, 1992; 1996; 1997; 2006).

Quase duas décadas mais tarde, é o próprio Habermas a reconhecer que as suas formulações em *Mudança Estrutural da Esfera Pública* são “simplificações excessivas e estilizadas” (1987b, p. 389)¹⁰⁹, influenciadas em grande medida pelos pressupostos “adornianos” (na linha da teoria crítica da Escola de Frankfurt) sobre as indústrias culturais. Depois de, na década de 60, Habermas expressar “uma visão redutora dos meios de comunicação, caracterizando-os como agentes que despolitizam a esfera pública e como instrumentos de reprodução e de manutenção das relações de poder nas sociedades contemporâneas” (Marques, 2008, p. 29), nas obras que se seguiram, nomeadamente em *Theory of Communicative Action* (1987), no ensaio *Further Reflections on the Public Sphere* (1992), mas também em *Between Facts and Norms* (1996), o autor reformula a sua reflexão, passando a conferir aos *media* “a função de captar, organizar e disponibilizar perspectivas e opiniões na estruturação da esfera pública” (Marques, 2008, p. 29).

O autor reafirma o papel central dos meios de comunicação na esfera pública, salientando o facto de estes sustentarem os fluxos comunicativos e deliberativos que nela ocorrem. Deve destacar-se, portanto, que os meios de comunicação não começaram por ser encarados de

¹⁰⁹ “Against this theory we can raise the empirical objections that can always be brought against stylizing oversimplifications—that it proceeds ahistorically and does not take into consideration the structural change in the bourgeois public sphere; that it is not complex enough to take account of the marked national differences—from differences between private, public-legal, and state-controlled organizational structures of broadcasting agencies, to differences in programming, viewing practices, political culture, and so forth” (Habermas, 1987b, pp. 389-390).

forma positiva no que diz respeito à condução das práticas democráticas, mas as obras mais recentes de Habermas atribuem-lhes um caráter bífido.

“Se, em um primeiro momento, Habermas atribuiu aos media de massa uma função prejudicial à boa condução das práticas democráticas, em suas obras mais maduras, ele defende um potencial ambivalente dos media que pode tanto obstruir quanto sustentar uma esfera pública vigorosa” (Maia, 2009, p. 48).

O próprio Habermas revê algumas das suas concepções de esfera pública, nomeadamente no que diz respeito ao facto de os debates públicos poderem utilizar diferentes formas de argumentação, mas também em relação à ideia que adotou inicialmente e que restringia a esfera pública aos burgueses. “É incorreto falar de uma esfera pública singular, mesmo assumindo uma certa homogeneidade do público burguês (...) É preciso admitir a coexistência de esferas públicas concorrentes e apreender a dinâmica daqueles processos de comunicação que são excluídos da esfera pública dominante” (Habermas, 1992, p. 425)¹¹⁰.

Na obra *Direito e Democracia* (1997), Habermas esclarecerá também que a esfera pública diz sobretudo respeito a um processo que tem na sua base o uso da comunicação e da linguagem. “A esfera pública constitui principalmente uma *estrutura comunicacional* do agir orientado pelo entendimento, a qual tem que ver com o *espaço social* gerado no agir comunicativo, não com as funções, nem com os conteúdos da comunicação quotidiana” (Habermas, 1997, v. II, p. 92). É, portanto, quando os indivíduos se reúnem para trocar ideias e argumentos que a esfera pública se forma.

Habermas abandona também o modelo bipolar que defendia nos primeiros trabalhos, fendilhando a relação entre Estado e sociedade civil e posicionando cada um em margens distintas. Vigora posteriormente a utilização da metáfora da “rede”, isto é, insiste que não pode existir uma única esfera pública precisamente porque, na realidade, existem vários espaços e diferentes formas de conversação e debate que se articulam entre si.

“A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e *opiniões*; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados a ponto de se condensarem em *opiniões públicas* enfeixadas em temas específicos” (*ibidem*).

Não se trata, então, de uma arena única e de um único público, mas de diferentes públicos que se articulam para debater diferentes temas de interesse coletivo. Contudo, importa ressaltar que nem todas as trocas argumentativas são capazes de originar uma esfera pública; salientando que apenas quando cumprem uma determinada estrutura comunicacional orientada

¹¹⁰ “It is wrong to speak of one single public even if we assume that a certain homogeneity of the bourgeois public (...) one admits the coexistence of competing public spheres and takes account of the dynamics of those processes of communication that are excluded from the dominant public sphere” (Habermas, 1992, p. 425).

para o entendimento, e onde os participantes justificam os seus pontos de vista, podem ser consideradas como base para uma esfera pública (Habermas, 1997).

Uma esfera pública pode existir não restritamente num ambiente parlamentar, mas também quando um grupo se reúne e trata de determinadas questões de interesse público, justificando os seus pontos de vista. Habermas cria, assim, diferentes “níveis” ou modalidades de esfera pública de acordo com “a densidade da comunicação, da complexidade organizacional e do alcance” (*ibidem*, p. 107). O autor organiza uma tipologia de esferas públicas, onde considera existirem uma:

“esfera pública *episódica* (bares, cafés, encontros na rua); esfera pública da *presença organizada* (encontro de pais, público que frequenta o teatro, concertos de Rock, reuniões de partido ou congressos de igrejas) e esfera pública *abstracta*, produzida pela mídia (leitores, ouvintes e espectadores singulares e espalhados globalmente” (*ibidem*).

Com base nesta tipologia, Habermas elabora um quadro abrangente, que permite integrar as diferentes trocas argumentativas, que se podem verificar nos encontros informais do quotidiano, mas também as discussões mais densas que acontecem em associações, e ainda as informações divulgadas pelos *media*. Não esquecendo nunca que “apesar dessas diferenciações, as esferas públicas parciais, constituídas através da linguagem comum ordinária, são porosas, permitindo uma ligação entre elas” (*ibidem*).

A esfera pública episódica baseia-se, assim, em interações simples, normalmente entre amigos, colegas ou até desconhecidos, envolvem poucos participantes e as trocas argumentativas são pouco densas e geralmente efémeras. As conversações que ocorrem nestas esferas são consideradas relevantes pelo facto de escaparem a qualquer tipo de controlo e resultarem das perspetivas pessoais dos participantes, o que em situações em que estes são os afetados pode ser de extrema relevância. O simples facto de acontecerem em ambientes sem publicidade pode ajudar a que as pessoas se sintam mais livres e expressem opiniões sem se inibirem. A importância destas interações, ainda que nem sempre reflexivas ou preocupadas com a tomada de decisões, é realçada por alguns atores (Benhabib, 1996; Fishkin, 1991; Mansbridge, 1999; Barber, 2003) que as encaram como fundamentais em assuntos que envolvam o conhecimento de necessidades ou de interesses, entendidos aqui como interesses públicos.

A esfera pública de presença organizada é um modelo de esfera pública mais formal, onde já existem alguns procedimentos, como regras para o debate e a necessidade, em muitos casos, de tomar decisões e dar resposta a determinados problemas. No contexto de associações, por exemplo, a articulação dos argumentos e a sua exposição são aspetos que podem ser importantes, além do próprio relacionamento com o grupo. As associações, organizações e

movimentos livres¹¹¹ são os que melhor caracterizam este tipo de esfera pública e os processos que nela se dão, nomeadamente: a captação de problemas nas esferas privadas e a sua posterior reflexão e tematização no interior dos grupos; a transformação dessas temáticas em questões de interesse geral, dando-lhes visibilidade e conduzindo-as para arenas mais amplas da sociedade, onde se regista um debate público mais amplo; o exercício de pressão junto das instâncias que tomam decisões, no sentido de darem resposta aos problemas.

O terceiro tipo de esfera considerado por Habermas é o que ele chama de esfera pública abstrata, e é produzida pelos *media*, que conectam “leitores, ouvintes e espectadores singulares e espalhados globalmente” (Habermas, 1997, v. II, p. 107). É nesta esfera que Habermas concebe os meios de comunicação, enquanto elementos capazes de prover informações e articularem a participação dos indivíduos num debate¹¹².

Assim, se em *Mudança Estrutural da Esfera Pública* a imprensa de opinião da época é considerada importante para a divulgação de ideias e o estabelecimento de um debate político racional na sociedade burguesa, com o surgimento das empresas de comunicação de massa, seguindo a lógica capitalista que se apoderou da indústria cultural, o autor nota que os meios de comunicação deixaram-se dominar pelo poder. Contudo, mais tarde, revolve novamente a sua conceção em relação aos meios de comunicação e expressa uma visão distinta em relação ao potencial dos meios de comunicação.

“Os *mass media* pertencem a essa forma generalizada de comunicação. Elas libertam o processo comunicativo do localismo de contextos espaço-temporalmente restritos e permite que esferas públicas venham emergir, através do estabelecimento da simultaneidade abstrata de uma rede de conteúdos de comunicação virtualmente presente, conteúdos esses bastante remotos em tempo e espaço e, também, através da possibilidade de disponibilizar mensagens para vários contextos” (Habermas, 1997, v. II, p. 390)¹¹³.

Com o desdobramento em vários tipos de esferas públicas efetuado por Habermas, fica clara a sua nova posição acerca dos meios de comunicação, deixando de os vocacionar para o simples serviço da reprodução da ordem social, atuando como órgãos de manipulação e representantes dos grupos mais poderosos. Os *media* inviabilizam, assim, um processo comunicativo circunscrito a um período temporal e a um espaço, uma vez que através dos meios de comunicação as esferas públicas transformam-se numa “rede de conteúdos de comunicação, virtualmente presentes” (*ibidem*).

¹¹¹ É importante salvaguardar que nem todas as associações são comandadas pela ideia de espírito público e com propósitos democráticos, nem se pautam pela tolerância e pela reciprocidade, como é o caso de alguns movimentos radicais e de sociedades secretas.

¹¹² O autor garante, no entanto, que os *media* também podem dificultar a deliberação, dado que enquanto produtores de conteúdos informativos detêm interesses próprios.

¹¹³ “The mass media belong to these generalized forms of communication. They free communication processes from the provinciality of spatiotemporally restricted contexts and permit public spheres to emerge, through establishing the abstract simultaneity of a virtually present network of communication contents far removed in space and time and through keeping messages available for manifold contexts” (Habermas, 1987, v. II, p. 390)

As diferentes reformulações que o próprio Habermas fez ao longo do tempo sobre o conceito de esfera pública, tendo em conta aquele que foi o entendimento do autor em *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, permitem-nos afirmar que a conceção contemporânea do conceito baseia-se num quadro teórico mais adequado para uma reflexão sobre o sistema mediático atual e as suas relações com os debates públicos e os processos de formação da opinião nas sociedades democráticas.

No entanto, parece-nos pertinente, e inclusivamente necessário, empreender um esforço sobre o novo entendimento habermasiano do conceito, sobretudo no que diz respeito a uma esfera pública constituída pelos *media*. A importância desta análise decorre não só da relevância que os meios de comunicação assumem no nosso trabalho, mas também devido ao autor não se deter de forma aprofundada sobre essa configuração dos *media* enquanto esfera pública, ou seja, sobre as instituições mediáticas organizadas num sistema (Blumler & Gurevitch, 2000; Hallin & Mancini, 2004) e em relação à ideia de uma rede de interações e trocas simbólicas que se verificam nos processos de mediação protagonizados pelos *media* (Gitlin, 1980).

Examinando a centralidade dos *media* na configuração das esferas públicas contemporâneas, devemos, porém, questionar a ideia de que tudo o que é veiculado pelos *media* constitui um elemento integrante da esfera pública. Sendo inegável que, ao concederem visibilidade, os *media* tornam-se fundamentais para o agendamento e a problematização sobre determinados temas nos âmbitos social e político. Estes não detêm poder suficiente para garantir a permanência das temáticas abordadas na esfera pública. Neste contexto, é importante distinguir entre o “espaço de visibilidade mediática”, onde encontramos os conteúdos divulgados pelos meios de comunicação, e a esfera pública propriamente dita, onde se encontra o *locus* da argumentação. Contudo, devemos considerar igualmente a esfera de debate interna ao espaço de visibilidade mediática, que se constitui como um espaço muito particular, com características próprias e dinâmicas que só é possível conhecer com técnicas muito específicas.

Se é verdade que os *media* podem contribuir decisivamente para a organização de um debate mais pluralista, estabelecendo a mediação entre o Estado e a sociedade civil, e divulgando questões de interesse público, não podemos ignorar que o acesso aos canais dos *media* é fortemente regulado pelo próprio sistema, o que pode dificultar a realização de debates plurais, com troca racional de argumentos e uma participação de todos os atores sociais. As próprias especificidades dos meios de comunicação, nomeadamente os seus procedimentos operacionais, as suas estratégias de funcionamento, podem constituir uma dificuldade na composição de um debate crítico racional.

“A esfera pública simultaneamente pré-estruturada e dominada pelos meios de comunicação desenvolveu uma arena infiltrada por poder, na qual, uma luta é travada, não apenas para exercer influência (por meio da seleção tópica e da contribuição tópica), mas também para controlar os fluxos de comunicação que

afetam o comportamento do público, ao passo que as suas intenções estratégicas são mantidas escondidas o tanto quanto possível” (Habermas, 1992, p. 437)¹¹⁴.

Esta necessidade de refletir sobre as estratégias de funcionamento dos *media*, tendo em vista um comportamento mais democrático, foi ainda referida por Habermas em *Direito e Democracia* (1997). Partindo do conceito de política deliberativa, o autor refere um conjunto de princípios que teriam como objetivo impedir que o poder dos *media* se transformasse em influência política e publicitária. Habermas advoga que os meios deveriam funcionar na qualidade de agentes mandatários de um público esclarecido e crítico; serem independentes ante os atores políticos e sociais, ao mesmo tempo que teriam sempre em consideração as preocupações e propostas do público, obrigando o próprio processo político a interpelar essas temáticas (Habermas, 1997). Desta forma, sob o ponto de vista do modelo normativo habermasiano, os *media* poderiam operar como uma esfera pública política. Os sentidos elaborados pela sociedade resultariam assim em grande parte do papel exercido pelos meios de comunicação. Os *media* não são o único espaço de publicitação, mas é inegável que são aquele que concede maior visibilidade às questões (Thompson, 1998). “Na sociedade contemporânea não há espaço de exposição, de exibição, de visibilidade e, ao mesmo tempo, de discurso, de discussão e debate que se compare em volume, importância, disseminação e universalidade com o sistema dos mass media” (Gomes, 1998, p. 1).

Os *media* assumem-se nas sociedades contemporâneas como elementos centrais na configuração da esfera pública, em virtude de os debates travados e as trocas argumentativas que se estabelecem serem alimentadas, em grande parte, pelo material produzido pelos meios de comunicação. “Não há outro espaço para divulgação de informações que se iguale aos meios de comunicação, em termos de amplitude e repercussão” (Maia, 2008a, p. 84). Os fluxos comunicativos presentes nos *media* estão empenhados tanto na ideia do agir estratégico quanto no agir comunicativo, ou seja, na procura de entendimento e cooperação durante uma troca racional de argumentos. Contrariamente à visão inicial que o autor tinha de um público consumidor, um recetor passivo, admite que a receção das mensagens mediáticas pode ser acompanhada de um processo de reflexão, reapropriação e ressignificação, tendo em conta os repertórios e as experiências pessoais de cada indivíduo. Existe, assim, de acordo com Habermas, uma relação de reflexividade entre a experiência social quotidiana e a produção mediática. Esta reflexividade estaria também presente nas próprias rotinas de produção do jornalismo, pelo que a escolha das fontes, por exemplo, revela a existência de códigos, valores sociais e visões próprias de acordo com cada jornalista. É interessante comprovar que, enquanto os *media* têm como referências as construções de sentido dos grupos e atores da sociedade, eles são as referências para a produção de sentido por esses elementos. Estabelece-se, desta forma, um processo dinâmico, no qual os conteúdos que saem dos *media* invariavelmente

¹¹⁴ “The public sphere, simultaneously prestructured and dominated by the mass media, developed into an arena in ltrated by power in which, by means of topic selection and topical contributions, a battle is fought not only over in uence but over the control of communication ows that affect behavior while their strategic intentions are kept hidden as much as possible” (Habermas, 1992, p. 437).

retornam a estes, depois de terem sido reordenados e reelaborados pelos cidadãos. O sistema mediático interliga os sujeitos, as esferas públicas, por meio de um conjunto de temas, atores e argumentos que compõem a sociedade.

Mais recentemente, os escritos do autor estabelecem uma comparação entre os modelos deliberativo, liberal e republicano de democracia, procurando traçar um retrato das democracias modernas. Conclui que as atuais democracias se caracterizam por um aglomerado de indivíduos autónomos, livres e politicamente iguais, mas também independentes de uma esfera pública que funciona como intermediária entre o Estado e a sociedade (2006, p. 412)¹¹⁵.

Neste artigo, defende ainda a importância de existirem diferentes meios de comunicação, que sejam independentes e acessíveis aos cidadãos, como forma de garantir, nas sociedades complexas da atualidade, processos de legitimação deliberativa.

“O modelo de comunicação da política deliberativa que desejo apresentar destaca duas condições críticas: a comunicação política mediada na esfera pública pode facilitar os processos de legitimação deliberativa em sociedades complexas apenas se um sistema de *media* autorregulado se tornar independente dos seus ambientes sociais, e se audiências anónimas concederem feedback entre os discursos informados das elites e uma sociedade civil responsiva” (Habermas, 2006, p. 411)¹¹⁶.

Habermas acrescenta que, no modelo deliberativo, o processo eleitoral não é o mais importante, mas o núcleo primordial do modelo é “a função epistémica do discurso e da negociação (...) a busca cooperativa de cidadãos deliberantes para soluções de problemas políticos” (*ibidem*, p. 413)¹¹⁷.

Na sua definição de sistema político, declara que existe um centro e uma periferia, tendo cada um destes espaços os seus atores próprios. No centro, estão os atores políticos e administrativos e, na periferia do sistema, encontram-se não só os movimentos sociais, mas também os cidadãos comuns e os jornalistas que, segundo o filósofo, selecionam o conteúdo politicamente relevante, intervindo assim na formação da opinião pública, ainda que seguindo os interesses dos grupos de comunicação. É na relação entre estas duas arenas do sistema que se verifica a reflexão em relação aos assuntos.

¹¹⁵ “The institutional design of modern democracies brings together three elements: first, the private autonomy of citizens, each of whom pursues a life of his or her own; second, democratic citizenship, that is, the inclusion of free and equal citizens in the political community; and third, the independence of a public sphere that operates as an intermediary system between state and society” (Habermas, 2006, p. 412).

¹¹⁶ “The communication model of deliberative politics that I wish to present highlights two critical conditions: Mediated political communication in the public sphere can facilitate deliberative legitimation processes in complex societies only if a self-regulating media system gains independence from its social environments, and if anonymous audiences grant feedback between an informed elite discourse and a responsive civil society” (Habermas, 2006, p. 411).

¹¹⁷ “The deliberative model is interested more in the epistemic function of discourse and negotiation than in rational choice or political ethos. Here, the cooperative search of deliberating citizens for solutions to political problems takes the place of the preference aggregation of private citizens or the collective self-determination of an ethically integrated nation” (Habermas, 2006, p. 413).

“O centro do sistema político é constituído pelas instituições familiares: parlamentos, tribunais, agências administrativas e governo. Cada um pode ser descrito como uma arena deliberativa especializada. O resultado correspondente - decisões legislativas e programas políticos, leis ou veredictos, medidas e decretos administrativos, diretrizes e políticas - resultam de diferentes tipos de processos de deliberação e negociação institucionalizados. Na periferia do sistema político, a esfera pública está enraizada em redes que permitem fluxos selvagens de mensagens - notícias, reportagens, comentários, palestras, cenas e imagens, e shows e filmes com um conteúdo informativo, polémico, educacional ou de entretenimento. Essas opiniões publicadas surgem a partir de vários tipos de atores - políticos e partidos políticos, lobistas e grupos de pressão, ou atores da sociedade civil. Eles são selecionados e moldados por profissionais dos media e recebidos por públicos amplos e sobrepostos, subculturas e assim por diante” (*ibidem*, pp. 415-416)¹¹⁸.

De um modo geral, podemos considerar que o pensamento recente de Habermas conceptualiza os *media* no âmbito de um espaço essencial para o fortalecimento da deliberação pública que, por sua vez, contribui para a manutenção do processo democrático na sociedade contemporânea. Dada a configuração dos espaços discursivos e a ideia de que os processos comunicativos importantes para a democracia também podem desenvolver-se em ambientes informais, esta pesquisa procura observar precisamente como é que a conversação acerca de um determinado problema de interesse coletivo pode ter lugar a partir da esfera dos *media*, e de um órgão de comunicação em particular.

2.3.1. Os media, o jornalismo e a esfera de visibilidade pública.

Depois de considerarmos as mudanças no conceito de esfera pública, em particular ao nível das funções dos *media*, importa recuperar a ideia, já abordada anteriormente, que nos remete para os conteúdos e discursos que ganham visibilidade pública através dos meios de comunicação. De acordo com Gomes (2008c) “por mais ambíguas que sejam as caracterizações de Habermas, do ponto de vista conceitual, fica claro naquele autor que a esfera pública é principalmente a esfera do debate público” (pp. 130-131) e, por conseguinte, uma esfera que não pretende apenas conferir visibilidade. Neste contexto importa considerar a ideia de esfera de visibilidade pública, como “a cena ou o proscênio social, aquela dimensão da vida social (“política” ou “civil”, diriam os antigos) que é visível, acessível, disponível ao conhecimento e domínio públicos” (*ibidem*, p. 134). O que autor pretende realçar é o facto de a expressão “esfera pública” ser aplicada a dois fenómenos, que são distintos, na medida em que um trata apenas

¹¹⁸ “The center of the political system consists of the familiar institutions: parliaments, courts, administrative agencies, and government. Each branch can be described as a specialized deliberative arena. The corresponding output—legislative decisions and political programs, rulings or verdicts, administrative measures and decrees, guidelines, and policies—results from different types of institutionalized deliberation and negotiation processes. At the periphery of the political system, the public sphere is rooted in networks for wild flows of messages—news, reports, commentaries, talks, scenes and images, and shows and movies with an informative, polemical, educational, or entertaining content. These published opinions originate from various types of actors—politicians and political parties, lobbyists and pressure groups, or actors of civil society. They are selected and shaped by mass-media professionals and received by broad and overlapping audiences, camps, subcultures, and so on” (Habermas, 2006, p. 415-416).

dos aspetos da exposição, da visibilidade, enquanto que o outro se preocupa sobretudo com a dimensão argumentativa¹¹⁹.

Deve por isso ficar claro que existe uma diferença entre a esfera de visibilidade pública, enquanto lugar para a exposição, e a esfera de discussão pública, enquanto espaço para a argumentação. Gomes procura desta forma alertar para o facto de os meios de comunicação não poderem eles próprios ser entendidos como uma esfera pública. “É justamente o sistema expressivo formado pelo conjunto da emissão dos meios de comunicação que constitui a esfera de visibilidade pública, tornando disponível ao público, ou ao sistema dos seus apreciadores, uma espécie de quadro do mundo” (Gomes, 2008c, p. 143). Também Maia (2008e) partilha desta opinião, ainda que estabeleça a sua distinção a partir daquilo a que chama “as duas conceções de publicidade”.

“Num *sentido fraco*, a publicidade refere-se à visibilidade, à exposição social de fenómenos, intenções, planos e actualidades que se oferecem ao conhecimento de todos (em oposição ao segredo). Num *sentido forte*, a noção de publicidade vai além da exposição das posições ao conhecimento comum e diz respeito às normas que regulam o diálogo e à negociação dos entendimentos em público (enquanto juízo público)” (Maia, 2008e, p. 167).

Os *media* diriam neste sentido respeito à esfera fraca de publicidade, desempenhando um importante papel, ao tornar publicamente visíveis discursos, imagens e eventos, mas não possuem um conjunto de características para que possam ser considerados enquanto esfera pública propriamente dita. É sobretudo ao nível da argumentação e da discussão pública que os autores defendem que os *media* não cumprem de forma integral as necessidades para serem entendidos enquanto esfera pública, mas apenas enquanto esfera de visibilidade pública.

A distinção é importante, sobretudo porque, como lembra Gomes (2008c), “a atenção à visibilidade democrática é decrescente em Habermas, no percurso que vai da *Mudança Estrutural a Direito e Democracia*” (p. 157), mas também devido à necessidade de se perceber que a visibilidade é determinante para a discussão pública.

“A esfera de visibilidade pública é, além disso, fundamental para a esfera da discussão pública numa democracia de massa por pelo menos duas razões: a) a esfera pública deliberativa precisa da exposição da esfera de visibilidade pública para cumprir o seu papel de discussão aberta a todos os concernidos. Numa sociedade de massa, a disponibilidade e a acessibilidade, características essenciais da esfera do debate público, podem garantir-se apenas formalmente - o que equivale a perder-se - se não se convertem em visibilidade; b) a esfera de visibilidade pública torna disponíveis, ainda que na maior parte das vezes não os produza, os temas de interesse público que são introduzidos no debate público ou

¹¹⁹ Para Gomes desde a obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública* que se tem confundido ou identificado “a cena pública com o debate público”. Para o autor o facto de Habermas utilizar as duas dimensões para se referir à esfera do debate público gerou uma confusão conceitual, que ajuda também a explicar a forma como ele o filósofo alemão entende a decadência da esfera pública contemporânea (Gomes, 2008c, p. 136).

que provocam a instalação de debates públicos, internos ou externos à própria cena política” (Gomes, 2008c, p. 136).

Neste contexto devemos ainda admitir, no âmbito da esfera de visibilidade pública, uma nova categoria, que nos ajuda a compreender melhor a relação entre os *media* e a esfera argumentativa: referimo-nos à esfera de visibilidade pública mediática. Com esta categoria pretendemos alertar para o facto de existirem diferentes “modalidades discursivas, vários níveis de discurso argumentativo e, por conseguinte, o debate” (Gomes, 2008c, p. 152), dentro da esfera de visibilidade pública. Quer isto dizer que no interior dos próprios *media* também podem existir espaços para a discussão¹²⁰. Os *media* formam, através das suas emissões, a esfera de visibilidade pública, na medida em que tornam algo ou alguém visível, mas ao mesmo tempo constroem os seus próprios espaços para o debate (através de programas de debate ou *talk shows*, etc.).

O espaço de visibilidade nos *media* ou através dos *media* é em qualquer dos casos fundamental porque determina os temas e os atores sociais que ganham acesso à esfera pública. No entanto, e apesar de determinantes, os meios de comunicação apenas tornam visíveis temas e atores, sendo a capacidade de argumentação destes atores a única que pode garantir a efetiva discussão pública dos assuntos. A esfera de visibilidade mediática deve por isso ser entendida como “arena conflitual, em que atores sociais tentam tornar seus argumentos inteligíveis e aceitáveis, ao mesmo tempo em que tentam convencer seus interlocutores da validade dos enquadramentos interpretativos” (Marques, 2009, p. 23).

Por outro lado, são vários os conteúdos que constituem o “espaço mediático de visibilidade”, desde “materiais culturais e artísticos, de entretenimento, jornalismo de diferentes formatos, documentários, peças publicitárias” (Maia, 2008e, p. 172), para além dos próprios fóruns de debate promovidos pelos *media*. No contexto deste trabalho importa-nos destacar em particular o jornalismo, enquanto um dos principais mediadores do acesso à esfera de visibilidade pública. Destacamos o jornalismo, no contexto dos meios de comunicação, pela função que historicamente sempre lhe foi atribuída, enquanto instância mediadora, mas também pelas funções que lhe são atribuídas (cf. Blumler & Gurevitch, 1995), nomeadamente ao nível da produção e difusão de informação, garante de cidadãos informados, capazes de interpretar factos e, nesse sentido, de participar no debate dos assuntos públicos.

No entanto, importa lembrar que o jornalismo, como os *media* em geral, conferem visibilidade de acordo com determinados critérios, nem sempre evidentes para a esfera pública, resultado daquilo a que Habermas chamava de o “poder dos *media*”.

¹²⁰ Apesar de poder existir debate dentro do *media*, de acordo com Gomes, “conhecemos deste Mudança estrutural uma crítica à esfera pública dentro do sistema dos meios de comunicação. Habermas argumentava que os debates na comunicação de massa eram sempre algo insincero, em que as posições eram previamente ensaiadas segundo a lógica do entretenimento e que, portanto, eram muito mais espetáculo que esfera pública” (Gomes, 2008, p. 152).

“Aqueles que trabalham nos setores politicamente relevantes do sistema mediático (ou seja, repórteres, colunistas, editores, diretores e produtores) não podem deixar de exercer poder, porque selecionam e processam conteúdo politicamente relevante e, assim, intervêm na formação das opiniões do público e na distribuição de interesses. O uso do poder dos media manifesta-se na escolha da informação e do formato, na forma e no estilo dos programas e nos efeitos de sua difusão - no agenda-setting, no priming e no framing, no enquadramento das questões (Callaghan & Schnell, 2005). Do ponto de vista da legitimidade democrática, o poder da mídia, no entanto, permanece "inocente", na medida em que os jornalistas operam dentro de um sistema de media específico e autorregulado" (Habermas, 2006, p. 419).

Esta dimensão da seleção e do enquadramento mediático, e em particular jornalístico, será retomada mais à frente neste capítulo, uma vez que nos interessa perceber de que forma a esfera de visibilidade mediática pode afetar a própria deliberação. Feito este parêntesis em relação à importância de distinguir a esfera pública da esfera de visibilidade pública, retomamos a ideia de constituição de uma esfera de deliberação pública.

2.4. Das esferas públicas à deliberação pública.

A concepção de esfera pública de Habermas, embora muito criticada, mantém-se como um dos conceitos mais importantes no âmbito das reflexões sobre o funcionamento das sociedades democráticas, e em particular no contexto do modelo de democracia deliberativa. É precisamente por considerarmos que não pode existir deliberação sem esferas públicas, que procuramos neste ponto estabelecer a relação entre um conceito moderno de esfera pública e a deliberação pública.

Em *Direito e Democracia*, Habermas entende que a política deliberativa assume elementos do modelo liberal e republicano, colocando no centro o processo político de formação da opinião e da vontade, mas considerando ao mesmo tempo a constituição do Estado de direito e a institucionalização das formas de comunicação.

“O desabrochar da política deliberativa não depende de uma cidadania capaz de agir coletivamente e sim, da institucionalização dos correspondentes processos e pressupostos comunicacionais, como também do jogo entre deliberações institucionalizadas e opiniões públicas que se formaram de modo informal. A procedimentalização da soberania popular e a ligação do sistema político às redes periféricas da esfera pública política implicam a imagem de uma sociedade descentrada” (Habermas, 1997, vol II, p. 21).

Na sua “teoria do discurso”, a formação da opinião resulta de processos de entendimento e procedimentos democráticos que se verificam na rede de esferas públicas, onde são consideradas matérias relevantes para a sociedade e que necessitam de regulamentação.

“O fluxo comunicacional que serpeia entre formação pública da vontade, decisões institucionalizadas e deliberações legislativas, garante a transformação do poder produzido comunicativamente, e da influência adquirida através da publicidade, em poder aplicável administrativamente pelo caminho da legislação (ibidem, p. 22).

No entanto, o filósofo alemão crê que este modelo de política deliberativa não é esclarecedor em relação às “diferenciações internas importantes sobre a relação existente entre as deliberações que são reguladas através de *processos democráticos* e os processos de formação informal da opinião na esfera pública” (*ibidem*, p. 32). Habermas realça por isso a existência de dois tipos de deliberação política que se configuram em espaços distintos, mas que estão relacionadas entre si: por um lado, uma deliberação realizada entre cidadãos comuns na esfera pública informal e, por outro, um tipo de deliberação com regras preestabelecidas que tem lugar privilegiado entre os políticos e representantes que se encontram nas esferas públicas formais (Alves, 2011). A relação entre os dois tipos de deliberação advém do facto dos procedimentos decisórios – as medidas tomadas – apenas ganharem legitimidade depois de refletidos e debatidos nas esferas informais. “Por conseguinte, a política deliberativa alimenta-se do jogo que envolve a formação democrática da vontade e a formação informal da opinião. O seu desenvolvimento através dos trilhos de uma deliberação regulada por processos não é auto-suficiente” (Habermas, 1997, vol II, p. 34).

Mas se é verdade que a formação do conceito de deliberação pública deve muito à obra de Habermas, como refere Steiner (2012), sobretudo pelo esforço que este fez na definição de um conjunto de “condições normativas” capazes de tornar uma “discussão legítima” (Mendonça, Sampaio & Barros, 2016b, p. 14), não devemos ignorar a contribuição teórica e os empreendimentos empíricos feitos por outros autores, que em muito contribuem para a compreensão atual do conceito (Bohman, 1996, 2009; Chambers, 2009; Cohen, 1989, 1997; 2009a; Dryzek, 2000, 2007; Gutmann & Thompson, 1996, 2004, 2007; Benhabib, 1996; Mansbridge, 2007; Steiner, 2012).

Na linha de Habermas, um dos primeiros teóricos a definir o processo ideal de deliberação, mas também a especificar um conjunto de critérios capazes de tornar uma deliberação legítima, foi Joshua Cohen (1989). De acordo com o autor, a racionalidade, a formação de consenso e a busca de um bem comum, para além da igualdade e da liberdade, são aspetos necessários para qualquer processo deliberativo. Apesar de constituírem o ponto de partida para a discussão do ideal de deliberação, a verdade é que quer Habermas, quer Cohen, concederam demasiada importância aos aspetos da racionalidade, do consenso e do bem comum. A ênfase concedida a estas dimensões abriu espaço para as críticas, nomeadamente tendo em conta a necessidade de cumprimento de todos os requisitos para garantir a legitimidade de uma deliberação. Os diferentes críticos defenderam que o foco na racionalidade excluía outras formas de diálogo (e em particular a presença de emoções no debate), mas também que a necessidade de consenso e busca pelo bem comum, impediam a possibilidade de deliberações cujo resultado evidenciava as posições contrárias dos participantes (Mansbridge, Hartz-Karp, Amengual & Gastil, 2006).

A partir das diferentes críticas e com os vários trabalhos que foram sendo produzidos (cf., Bohman & Rehg, 1997; Elster 1998; Gastil & Levine 2005), a ideia de deliberação foi evoluindo e autores como Simone Chambers (2003) adotaram uma perspectiva de observação da realidade

da deliberação, deixando para trás uma análise da teoria normativa. Para a autora, a teoria deliberativa teria deixado “o estágio de ‘enunciado teórico’”, para entrar “no estágio de ‘teoria de trabalho’” (Chambers, 2003, p. 307)¹²¹. Nesse sentido, a deliberação deixou de estar centrada na ideia de consenso e adotou uma visão mais pluralista, onde o conflito e a contestação passaram a ter lugar.

“Podemos dizer que a deliberação é um debate e uma discussão com o objetivo de produzir opiniões razoáveis e bem informadas, num processo em que os participantes estão dispostos a rever as suas opiniões no decorrer da discussão, considerando a apresentação de novas informações e reivindicações feitas por outros participantes. Embora o consenso não tenha de ser o objetivo final da deliberação, espera-se que os participantes defendam os seus interesses, e um interesse abrangente na legitimidade dos resultados (que estes sejam justificados por parte de todos os afetados) é o que idealmente caracteriza a deliberação” (*ibidem*, p. 309)¹²².

Na perspectiva de Chambers a justificação é o elemento mais importante, na medida em que o propósito da deliberação é produzir opiniões racionais e informadas e, como tal, as pessoas devem rever as suas ideias com base nas justificações apresentadas pelos outros. A justificação das opiniões seria, portanto, decisiva, porque mesmo quando o objetivo não é o consenso, é o facto de se justificar uma posição que legitima o processo. Se Chambers defende a justificação como central para a deliberação, já Bohman (2009) destaca a importância da igualdade, como o único princípio capaz de garantir democraticidade ao processo. O autor defende que a deliberação tem diferentes propósitos e, nesse sentido, devem considerar-se diferentes formas de deliberação. James Bohman entende que a política deliberativa trata de diferentes aspetos, que podem ir desde a formulação de objetivos coletivos à tomada de decisões políticas, passando pela resolução de conflitos.

Esta multiplicidade de abordagens, bem como o foco na igualdade, está diretamente relacionada com a visão que o autor tem da deliberação. Bohman entende que apenas na relação com o outro é possível chegar à deliberação, porque esta diz respeito a “um processo dialógico de troca de razões com o propósito de solucionar situações problemáticas que não podem ser resolvidas sem coordenação e cooperação interpessoais” (Bohman, 2009, p. 36). Tal como Chambers, o autor defende que mesmo quando não há consenso, a decisão continua a ser legítima, uma vez que é o facto de estarem dispostos a deliberar o principal garante de legitimidade do processo. Fica assim reforçada a ideia de que o processo é mais importante do que a decisão final. Nesse sentido, Bohman argumenta que as decisões que resultam de uma deliberação podem até não ser as melhores, mas o simples facto de ter existido um processo

¹²¹ “Deliberative democratic theory has moved beyond the ‘theoretical statement’ stage and into the ‘working theory’ stage” (Chambers, 2003, p. 307)

¹²² We can say that deliberation is debate and discussion aimed at producing reasonable, well-informed opinions in which participants are willing to revise preferences in light of discussion, new information, and claims made by fellow participants. Although consensus need not be the ultimate aim of deliberation, and participants are expected to pursue their interests, an overarching interest in the legitimacy of outcomes (understood as justification to all affected) ideally characterizes deliberation (Chambers, 2003, p. 309).

de troca de razões, em que os cidadãos tiveram oportunidade de participar livremente, contribui para uma melhoria do processo democrático, uma vez que os cidadãos ficam mais informados e devem apresentar justificações para os seus pontos de vista.

Percebemos assim que as formulações mais recentes de deliberação ultrapassaram o entendimento do conceito unicamente centrado na razão e orientado para a construção de consensos (Mansbridge et al., 2006), o que significa que existe espaço para os apelos emocionais e para resultados ou tomadas de posição, que não têm de resultar em decisões vinculativas. De acordo com John Gastil “a deliberação completa inclui um exame cuidadoso de um problema ou questão, a identificação de possíveis soluções, o estabelecimento ou reafirmação de critérios de avaliação e o uso desses critérios na identificação de uma solução ótima” (2000a, p. 22). Entendida de forma abrangente, a deliberação pode mesmo, para Burkhalter, Gastil e Kelshaw (2002), admitir um período de “diálogo”, ou seja, um momento de simples de discussão, onde os participantes não procuram a resolução de qualquer problema, mas apenas conhecer as ideias e os argumentos dos outros, numa lógica de partilha de experiências.

É neste contexto que Barros (2013, p. 30) destaca a diferença que Jennifer Stromer-Galley (2007) estabelece entre deliberação, conversação e diálogo. De acordo com a autora, ao contrário da conversação, que teria como principal objetivo a construção de relações sociais e nenhum interesse na resolução de um problema, a deliberação promove a discussão de um problema e procura uma solução para o mesmo, num processo onde as pessoas apresentam argumentos, discordam e pedem esclarecimentos. Considera ainda que a deliberação é distinta do diálogo, na medida em que o diálogo tem apenas como objetivo perceber uma perspetiva diferente, ainda que o conjunto de padrões seja comum. Já a deliberação é orientada para a troca de argumentos, para a crítica, com o objetivo de permitir a resolução de um problema, através da escolha do melhor argumento. “A deliberação é definida aqui como um processo pelo qual grupos de pessoas, muitas vezes cidadãos comuns, se envolvem na expressão de opiniões fundamentadas sobre uma questão social ou política, na tentativa de identificar soluções para um problema comum e avaliar essas soluções” (Stromer-Galley, 2007, p. 2).

Feita a distinção entre a deliberação, a conversação e o diálogo, importa retomar a ideia de que existem diferentes tipos de deliberação, de acordo com as diferentes arenas onde esta se pode verificar e os diferentes objetivos que procura atingir. Para lá dos dois tipos de deliberação referidos por Habermas, Mansbridge (2010) sugere três situações deliberativas distintas. Quando os participantes têm poder para tomar decisões sobre determinados assuntos, por exemplo através da criação de leis, falamos de *empowered deliberation*; já quando os sistemas políticos promovem consultas públicas ou sessões informativas com o objetivo de recolher informação e obter dados sobre um determinado tema, trata-se de *consultive deliberation*; por fim, quando falamos de discussões mais informais e que se desenrolam na esfera pública, falamos de *public deliberation* (cit in Steiner, 2012, p. 8; Barros, 2013, p. 33).

Esta separação entre diferentes tipos de deliberação surge bem cedo nas críticas que Nancy Fraser (1992, p. 134) faz à concepção burguesa de esfera pública. De acordo com a autora, as arenas de deliberação são compostas por: públicos fortes (*strong publics*), quando dizem respeito aos parlamentos e às instituições do sistema político, cuja função passa pela tomada de decisão; e públicos fracos (*weak publics*), quando se tratam de arenas de discussão compostas por cidadãos e onde se dá apenas a construção da opinião pública¹²³.

Podem ainda considerar-se diferentes tipos de deliberação tendo em conta o próprio processo de discussão. Gutmann & Thompson (2007) falam por isso de duas deliberações distintas: a instrumental e a expressiva. No caso da primeira a deliberação funciona por si só como um instrumento, ou seja, não é o fato de deliberarem sobre determinados temas que tem valor, mas o facto de se envolverem e contribuírem para que decisão seja o resultado de um processo de debate. Já na deliberação expressiva, por sua vez, a maior contribuição resulta da apresentação de justificações e da manifestação de respeito mútuo entre os cidadãos. As duas perspectivas são, de acordo com os autores, compatíveis, uma vez que os cidadãos confiam na decisão dos representantes, se entenderem que esta resulta de uma deliberação. Mas também se perceberem que os argumentos da sociedade civil foram considerados (cf. Barros, 2013).

Os diferentes tipos de deliberação realçam sobretudo a existência de diferentes esferas e, nesse sentido, Barros (2013) destaca Maia (2007) e a forma como esta salienta as trocas que se dão entre espaços formais e informais, uma vez que estas garantem melhores decisões. É nesse contexto que a autora entende que não se pode falar de deliberação pública enquanto processo limitado no espaço ou no tempo, mas pelo contrário como procedimento que integra diferentes práticas argumentativas e promove uma comunicação dialógica entre uma pluralidade de atores (Maia, 2007a, p. 153 apud Barros, 2013, p. 34). Este entendimento da deliberação reforça a ideia de que mais do que a tomada de decisão, é o “processo social e comunicativo” o aspeto mais importante que pode resultar de um processo de deliberação (*ibidem*, p. 35), é a capacidade de “articular os diversos atores e arenas comunicativas que integram a esfera pública” (Marques, 2009, p. 15).

Assim, e de um modo geral, devemos entender a deliberação no âmbito daquilo a que se chamou de abordagem sistémica (Mansbridge et al., 2012), ou seja, pensar a deliberação numa escala global, composta por várias esferas e atores que se articulam. A deliberação pressupõe assim, pelo menos idealmente, “o processo através do qual - em condições de liberdade e igualdade - se mobilizam e trocam argumentos com justificações compreensíveis e passíveis de serem aceites pelos demais, a fim de tomar decisões legítimas e democráticas” (Maia, Rossini, Oliveira

¹²³ A classificação de arenas fortes e fracas também é utilizada por Janssen & Kies (2005) mas para se referirem a espaços no estudo de fóruns da Internet. Os espaços públicos fortes são aqueles onde pessoas entendem que a participação é considerada e poderá ter resultados. Já os espaços fracos dizem respeito aquelas arenas onde a participação tem poucas possibilidades de ser considerada. Os autores realçam ainda que a tendência é de maior deliberatividade nos espaços fortes (cf. Barros, 2014). No terceiro capítulo abordamos as questões relacionadas com a deliberação nos espaços digitais.

& Oliveira, 2016, p. 242). Enquanto “prática de discussão refletida, em que os parceiros se engajam de modo recíproco e responsivo com os argumentos e as justificações dos outros” (*ibidem*), a deliberação pressupõe um conjunto de atributos, que apesar das diferenças existentes entre correntes teóricas, são comumente aceites como sendo: a racionalidade, a reciprocidade, a igualdade, a reflexividade e o respeito mútuo.

As condições que o processo deliberativo pressupõe são consideradas, em muitos casos, demasiado exigentes, no entanto, importa recordar que é possível falar de deliberação mesmo quando nem todas as condições são cumpridas, desde logo porque falamos de princípios normativos, mas também porque a tomada de decisão faz efetivamente parte de uma esfera com regras e procedimentos particulares. Realçamos desta forma a ideia em relação à importância do processo deliberativo em si, ou seja, de envolvimento dos cidadãos em torno da discussão de assuntos públicos, mesmo se os pressupostos da deliberação não são cumpridos na totalidade. Neste sentido também as expectativas que são criadas em relação aos efeitos da deliberação devem ser discutidas, sendo que apenas através de estudos empíricos será possível perceber (Chambers, 2009; Steiner, 2012) se, por exemplo, a deliberação pode de fato influenciar o que as pessoas pensam sobre determinados assuntos (Barros, 2013). Enquanto processo, a deliberação tem de ser estudada tendo em conta a realidade, e é por isso que continuam a ser determinantes os estudos empíricos, como forma de aprofundar as possibilidades da deliberação.

No ponto seguinte estabelecemos a relação entre deliberação e meios de comunicação, na linha dos vários estudos que têm procurado analisar se os *media* podem contribuir, através das informações que veiculam, para a deliberação pública ou, noutra vertente, se os *media* criam espaços que permitam a deliberação no seu próprio ecossistema. Neste trabalho interessa-nos indagar sobre as duas possibilidades, por um lado a hipótese de deliberação no ambiente mediático, por outro a deliberação a partir das informações veiculadas pelos *media*.

2.5. A deliberação pública e os *media*.

Num dos pontos anteriores deste capítulo, tivemos oportunidade de perceber que Habermas começou por considerar os meios de comunicação de massa como os grandes responsáveis pelos problemas da esfera pública, para posteriormente reformular a sua posição, passando a atribuir-lhes um papel decisivo na configuração da esfera pública e, por conseguinte, no processo deliberativo (Habermas, 2003a, 2006). Esta conceção mais aberta sobre os *media* permite que estes sejam encarados como determinantes para garantir a visibilidade dos assuntos públicos, sem a qual não existe esfera de discussão pública (Gomes, 2008c; Barros, 2013). Enquanto principal espaço para a exposição de informação e discussão, os meios de comunicação assumem um papel decisivo, desde logo, pelas suas capacidades de disseminação.

“(…) ainda que não seja o único espaço discursivo relevante para as democracias contemporâneas, pode-se afirmar que os *media* são fundamentais para auxiliar o

público a cultivar, por exemplo, um repertório informacional minimamente adequado, possibilitando a interpretação de fatos, a avaliação de argumentos e, em última instância, a promoção de ações racionalmente motivadas (Maia, 2007 e 2008; Wessler et al., 2008)” (Marques & Miola, 2010, p. 7).

As características das sociedades contemporâneas, reforçam a importância dos *media* enquanto única arena capaz de fazer com que os cidadãos, numerosos e dispersos, tenham conhecimento das informações e opiniões em relação às questões de interesse público (Maia, 2006a; Papacharissi, 2009b). “Nas sociedades modernas (...) a deliberação pública é (e provavelmente deve ser) amplamente mediada, com comunicadores profissionais, em vez de cidadãos comuns, conversando entre si e com o público, através de meios de comunicação de massa” (Page, 1996, p. 1)¹²⁴.

Desta forma, nos *media* a deliberação pública não pode ser entendida numa lógica de tomada de decisão, mas apenas de um “processo de discussão e reflexão”, ou seja, onde diferentes atores participam numa troca pública de argumentos (Barros, 2013, p.41). Os meios de comunicação funcionam, portanto, como arena de exposição das diferentes perspectivas em confronto. As posições distintas que apresentam sobre um determinado tema podem ser entendidas como potenciais ganhos em termos de pluralidade, aspeto que contribuiria, desde logo, para a deliberação (Maia, 2008d; Marques, 2009; Barros, 2013). Esta pluralidade deve, no entanto, ser relativizada, uma vez que na produção das narrativas jornalísticas sobre a realidade pode existir um controlo das posições que são apresentadas (Barros, 2013). “(...) a deliberação mediada pode ser altamente pública e bem-sucedida, mas somente se a descentralização produzir uma variedade de opiniões e a divisão do trabalho político for capaz de produzir diversidade cognitiva suficiente e crítica mútua” (Bohman, 1998a, p. 421)¹²⁵.

O próprio Habermas, nos trabalhos mais recentes sobre o conceito de esfera pública (2006, 2011), alerta para o fato de uma esfera centrada nos *media* afetar um dos elementos centrais da deliberação, a troca de argumentos.

“(...) esfera pública é, ao mesmo tempo, dominada pelo tipo de comunicação mediada que carece das características definidoras da deliberação. As falhas evidentes a esse respeito são (a) a falta de interação face-a-face entre os participantes presentes numa prática compartilhada de tomada de decisão colectiva (b) e a falta de reciprocidade entre os participantes numa troca igualitária de reivindicações e opiniões” (Habermas, 2006, pp. 414-415)¹²⁶.

¹²⁴ “In modern societies (...) public deliberation is (and probably must be) largely *mediated*, with professional communicators rather than ordinary citizens talking to each other and to the public through mass media of communications” (Page, 1996, p. 1)

¹²⁵ “(...) mediated deliberation can be highly public and successful, but only if decentralization produces a variety of opinions and the division of political labor is capable of producing sufficient cognitive diversity and mutual criticism” (Bohman, 1998, p. 421).

¹²⁶ “(...) public sphere is at the same time dominated by the kind of mediated communication that lacks the defining features of deliberation. Evident shortcomings in this regard are (a) the lack of face-to-face interaction between present participants in a shared practice of collective decision making and (b) the lack of reciprocity between the roles of speakers and addressees in an egalitarian exchange of claims and opinions” (Habermas, 2006, pp. 414-415).

Apesar de reconhecer que a comunicação mediada carece das características da deliberação genuína, Habermas postula que esses não são fatores que só por si possam negar a aplicabilidade do modelo deliberativo no domínio dos *media*. “A comunicação mediada não necessita adequar-se ao padrão estrito de definição de deliberação” (cit in Maia, 2008a, p. 87). É neste sentido que Gomes (2008c) defende que o que se perde em termos de argumentação, se ganha, através dos *media*, em visibilidade, uma vez que a capacidade de tornar os discursos acessíveis a um número amplo de indivíduos é igualmente determinante no contexto da deliberação. A partir da relação que existe entre discussão e visibilidade, Gomes expõe três modelos de relacionamento entre a esfera pública, entendida no âmbito do processo deliberativo e o ambiente mediático, que Barros (2013, pp. 42-43) reorganiza, facilitando a apresentação dos modelos, nos seguintes termos¹²⁷.

No primeiro modelo, a deliberação surge na sequência dos debates promovidos a partir da cobertura feita pelos *media*. Falamos de situações em que especialistas com posições contrárias são convidados para apresentarem os seus argumentos em programas radiofônicos ou televisivos de debate ou entrevista, em artigos de jornais, entre outros. Deste modelo fazem ainda parte os debates entre figuras políticas que disputam determinada posição ou cargo, mas também os programas que convidam cidadãos para debater questões públicas e, de uma forma geral, sempre que é dada a possibilidade aos cidadãos de participarem e exporem a sua opinião (por exemplo os espaços de “Opinião Pública” ou “Antena Aberta”, mas também os espaços de comentários nas páginas *online* dos jornais).

O segundo modelo dá conta de uma relação em que a deliberação pode surgir na interpretação que os cidadãos fazem dos conteúdos exibidos pelos *media*. No fundo trata-se de atribuir às audiências um papel ativo na desconstrução das narrativas mediáticas, em particular, as jornalísticas. As diferentes posições apresentadas são reorganizadas pelos públicos de uma forma em que diferentes argumentos são colocados frente-a-frente, configurando um efeito de deliberação.

Por fim, o terceiro modelo refere-se a uma deliberação que se verifica fora do ambiente mediático, mas que pode decorrer deste, sobretudo a partir das informações produzidas. Trata-se da deliberação mais comum, no sentido em que ocorre fora dos meios de comunicação. Quer as deliberações institucionalizadas do sistema político, quer as deliberações informais, têm lugar longe da visibilidade mediática¹²⁸. Os meios de comunicação produzem um conjunto de

¹²⁷ No argumento original Gomes fala de: a) “esfera pública externa à cena política”; b) “esfera pública interna à cena política”; c) “editando a cena pública midiática como esfera pública” (2008c, p. 147-155). Barros (2014, pp. 42-43) altera a ordem e os termos, mas também a descrição dos tipos “b” e “c”, por forma a facilitar a exposição da relação entre esfera pública e cena mediática.

¹²⁸ No caso das esferas institucionalizadas já existem canais televisivos, como ARTV, dedicados à transmissão das sessões nos parlamentos. No entanto, o tipo de deliberação, no sentido da tomada de decisão, continua a verificar-se na maioria dos casos longe dos focos mediáticos.

informações que fazem parte das discussões que têm lugar nos diferentes ambientes deliberativos, formais e informais (cf. Barros, 2013, pp. 42-43).

Uma forma distinta de abordar a relação entre a esfera dos *media* e a esfera pública é apresentada por Carpentier, Dahlgren e Pasquali (2013) que distinguem entre participação nos *media* e a participação através dos *media*. A primeira tem que ver com o uso dos *media*, mas também a participação nos seus espaços e o envolvimento na produção de conteúdos. Já a participação via meios de comunicação significa que os *media* são vistos como facilitadores da discussão, ou seja, o foco está nos temas que os *media* abordam e que permitem posteriormente a participação dos cidadãos. Por outras palavras, Carpentier (2017) defende que “distinguindo entre participação através dos *media* e participação nos mesmos, pode-se definir três grandes componentes (...) que são participação na produção dos *media*, participação na sociedade através dos *media* e interação com o conteúdo mediático” (pp. 99-100).

Considerando os três modelos apresentados por Gomes (2008c) e reordenados por Barros (2014), ou as dimensões e componentes definidas por Carpentier (2017), importa, no entanto, destacar, que apesar do seu potencial em termos de disseminação de informação sobre assuntos de interesse público junto de uma ampla audiência, são muitas as críticas feitas aos *media* e ao potencial destes para a deliberação.

“Têm sido invocados vários motivos para suspeitar das potencialidades deliberativas da parte da mídia: (1) os meios de comunicação tradicional e mesmo os novos meios foram incubados - nas suas formas atuais e conhecidas - em ambientes sistêmicos onde os meios reguladores predominantes são o poder e o dinheiro; (2) os meios de comunicação social pela sua natureza industrial motivada por uma racionalidade económica afastam-se da exigência cívica propalada pelos defensores da democracia deliberativa; (3) a função de agendamento está largamente confiscada pelos políticos, grandes grupos económicos e pelos grandes meios de comunicação social” (Rocha, Correia & Tellería, 2017, p. 164).

Não obstante o seu potencial, os interesses por detrás das empresas de comunicação e a orientação para a conquista de audiências, levantam dúvidas quanto a possíveis manipulações de conteúdos, favorecimento de determinados interesses de entidades e organizações, e tentativas de influências ilícitas, não apenas dos públicos, mas também das próprias decisões do sistema político. “A tarefa de estabelecer a agenda é largamente usurpada por políticos e jornalistas das principais mídias. A opinião pública é formada em grande parte dentro dos limites de uma seleção prévia de assuntos de atenção pública” (Correia, 2012, pp. 104-105).

A própria orientação para o *infotainment* em detrimento de informação de interesse público faz com que cresçam as dúvidas em relação à deliberação mediada (Habermas, 1997). Importa não esquecer que os *media* não são “canais ou ‘provedores neutros’ de informação, mas instituições híbridas, ao mesmo tempo políticas, económicas e cultural-profissionais, que estabelecem relações tensas, conflituosas, com outros atores sociais” (Maia, 2008d, p. 95). É, portanto, enquanto sistema que a autora entende os *media* e, como tal, está consciente das

relações que este precisa estabelecer com os restantes sistemas, sejam o económico, o político ou outros.

Neste sentido, para alguns autores é difícil acreditar que os *mass media* podem contribuir para o processo deliberativo. A única hipótese de garantir que os cidadãos tenham voz será por isso através das novas tecnologias de comunicação, que permitem o surgimento de novos espaços para a participação.

“Considerar hoje os *media* como atores principais da esfera pública não dispensa uma outra consideração fundamental sobre a importância que cabe reconhecer aos interesses económicos e políticos hegemónicos, ficando para o público (enquanto plateia) reservada uma posição menor: a do ator que não tem efetivamente garantido o direito à sua *voz pública*. Neste quadro, só como exceção se pode imaginar a hipótese de esta “plateia” chegar a organizar-se para reivindicar dos atores institucionais um tratamento adequado das questões de interesse público, embora tal seja, ainda assim, uma possibilidade, que hoje se torna plausível, sobretudo, por via dos movimentos sociais organizados e das novas formas de identidade - meios a que os públicos recorrem para se transcenderem enquanto plateia e agirem de modo a resgatar o seu papel enquanto verdadeiros públicos” (Esteves & Escudero, 2015, s/p).

Deixando de lado, por agora, as novas formas que os públicos encontraram para se fazer ouvir, voltamos a nossa atenção para as vantagens e limitações da deliberação mediada. O trabalho de revisão da literatura feito por Marques & Miola (2010) reúne alguns dos principais aspetos que importa observar. Do lado das vantagens contam-se a disseminação de informações variadas; a possibilidade de formação de opiniões a partir das informações veiculadas, mas também das opiniões de outros; a promoção de debates; a vigilância das ações do campo político, em especial por parte do jornalismo, cujo papel enquanto fiscalizador é histórico (p. 10)

Quanto às desvantagens ou limitações, os autores destacam a falta de qualidade da informação política com verdadeiro interesse público; os problemas ao nível da parcialidade da cobertura jornalística, em muitos casos procurando favorecer, de forma subliminar, determinados grupos; a seleção de determinadas fontes de informação, de acordo com critérios nem sempre claros, mas sobretudo favorecendo certos atores políticos e especialistas; enquadramentos limitados e parciais em relação aos assuntos; afastamento das opiniões e das vozes dos cidadãos comuns, em função de uma sobrevalorização de especialistas e dos próprios atores jornalísticos; limitações na promoção da deliberação através dos *media*, considerando que as pessoas não prestariam atenção aos argumentos apresentados e formariam uma opinião sem qualquer tipo de reflexão (Marques & Miola, 2010, pp. 12-15).

Apesar de todos os problemas que apontámos quanto à deliberação mediada, na relação entre os *media* e a deliberação pública há três perspetivas em particular que nos interessa considerar no contexto deste trabalho: por um lado a ideia dos meios de comunicação enquanto disseminadores de informações para a deliberação por parte dos cidadãos; por outro lado os *media* enquanto definidores da agenda e dos enquadramentos noticiosos, responsáveis pelo

fluxo de informações e atores que têm acesso à esfera de visibilidade pública; e, por fim, a ideia de que os *media* podem constituir um espaço para a deliberação.

A primeira perspectiva é importante para o nosso trabalho porque considera que os conteúdos dos *media* podem ajudar a estimular a discussão e a troca pública de argumentos (Gomes, 2008; Maia, 2008, 2012; Marques, 2009; Marques & Miola, 2010; Barros, 2013). Neste sentido, foram vários os trabalhos, que exploraram a forma como o campo do jornalismo disponibiliza informações e pontos de vista pluralistas e de que modo essa abordagem pode ajudar no processo deliberativo (cf. Norris, 2000; Gamson, 1993; Neuman, Just & Crigler, 1992; Scheufele, 1999, Schudson, 1995). A ideia é a de que a partir dos conteúdos exibidos pelos meios de comunicação se pode expressar uma determinada posição, mas também partilhar determinados pontos de vista sobre um assunto. Maia (2012) considera que para além de defender uma posição a favor da opinião publicada pelos *media*, é possível desafiar o conteúdo da opinião apresentada, e ainda formar novas opiniões sobre um determinado assunto (p. 323). Os *media* podem assim, de acordo com a autora, ser um importante contributo em termos de promoção da racionalidade e reflexividades dos debates políticos.

Na segunda perspectiva destaca-se o fato de os *media* assumirem um papel determinante, quer ao nível do agendamento (McCombs, 2009; Papacharissi, 2009b), quer ao nível do enquadramento (Goffman, 1974; Tuchman, 1978; Gitlin, 1980; Entman, 1993). “No discurso e na prática das notícias, enquadramentos e tipificações são estruturas cognitivas básicas que guiam a perceção e a representação da realidade” (Correia, 2012, pp. 104-105). Na medida em que selecionam determinadas fontes e temas em detrimento de outros, os *media* configuram o modo como os assuntos são apresentados e contextualizados, podendo alterar o seu significado, aspeto que nos interessa no contexto deste estudo. “A dinâmica da comunicação de massa é impulsionada pelo poder dos *media* para selecionar e moldar a apresentação de mensagens e pelo uso estratégico do poder político e social para influenciar as agendas, bem como o desencadeamento e enquadramento de questões públicas” (Habermas, 2006, p. 415).

Por fim, na última perspectiva, interessa-nos avaliar a possibilidade dos próprios *media*, através dos diferentes espaços que dispõem e através dos quais permitem a participação dos cidadãos, se poderem configurar como ambiente para a deliberação (Maia, 2008). O objetivo passa assim por avaliar a qualidade deliberativa nos próprios espaços dos *media*. A importância desta vertente para o nosso trabalho surge na sequência dos estudos (Barros & Carreiro, 2016; Silva, 2013; Freelon, 2010; Martino & Marques, 2012; Wright, 2012; Wojcieszak & Mutz, 2009) que defende a importância de considerar a deliberação em ambientes que não foram pensados em primeira instância para a discussão política, nomeadamente os espaços de comentários das páginas dos meios de comunicação (Barros & Carreiro, 2016, 2015; Carlão, Maia & Santos, 2016; Rowe, 2015; Silva, 2013; Strandberg & Berg, 2013; Barros, 2013; Tadeu, 2012; Santana, 2011; Ruiz et al., 2011; Sampaio & Barros, 2010, 2012; Noci et al., 2010; Manosevitch & Walker, 2009). Os *media* fariam assim parte daquilo a que Wright (2012) chama de “terceiros espaços”,

ou seja, “não se tratam nem das arenas privadas, nem das arenas da política, mas espaços de sociabilidade onde a política emerge” (Mendonça, Sampaio & Barros, 2016b, p. 21).

São precisamente estas três perspectivas que pretendemos explorar neste trabalho. Por um lado, focamo-nos no desenvolvimento de uma deliberação a partir das informações veiculadas pelos *media*, por outro, conferimos o impacto do agendamento e do enquadramento no processo deliberativo e, por fim, avaliamos a qualidade da deliberação nos espaços de comentários de um meio de comunicação em particular. No fundo, seguindo o trabalho de Marques e Miola (2010), interessam-nos as três formas que os autores identificam na abordagem da “interface entre a deliberação pública e a comunicação de massa”.

“A primeira abordagem considera a comunicação em seu papel instrumental, atuando, simplesmente, como veículo difusor de ideias (...) Em segundo lugar, observe-se a função da comunicação de massa como provedora de insumos, ao disponibilizar informação para subsidiar a deliberação (...) Por último, é possível, ainda, destacar o papel dos *media* enquanto agentes autônomos (munidos de interesses particulares) a tomarem parte no próprio debate político” (Marques & Miola, 2010, p. 21).

No ponto seguinte, que encerra o segundo capítulo do presente trabalho, analisamos em particular as questões relacionadas com o enquadramento, estabelecendo um cruzamento entre este e a deliberação. Detemo-nos neste aspeto porque procuramos neste trabalho realçar a importância de cruzar as teorias do *framing* com as teorias deliberativas, para que se perceba que a deliberação pode ser afetada pela forma como determinados assuntos são enquadrados, mas também que a sociedade civil pode reinterpretar determinadas informações e construir novas deliberações.

2.6. *Deliberative framing*: a deliberação a partir dos enquadramentos

Depois de termos abordado as relações entre a esfera mediática e o processo deliberativo, neste ponto dedicamo-nos a realçar outro tipo de ligação, a que se estabelece entre o *framing* e a deliberação. Susana Borges (2014) defende que “o processo deliberativo envolve não só o agendamento dos temas prioritários em dado momento, mas também o modo como esses assuntos são apresentados, moldados e tornados significativos para o debate público” (p. 99). Para a autora, a deliberação trata-se sobretudo de uma competição e de uma luta pela esfera pública. Esta ideia de disputa surge na linha daquela que tem sido a principal corrente de investigação onde o enquadramento tem sido integrado, a dos efeitos dos meios de comunicação de massa. Neste campo de estudos “o enquadramento tem sido concebido como

o processo através do qual as elites políticas, os governantes e os jornalistas exercem influência política entre si e sobre o público” (Entman, 2003, p. 417)¹²⁹.

Para Robert Entman, “enquadrar (*framing*) é selecionar alguns aspetos da realidade percebida, e torná-los mais salientes numa comunicação, de tal modo que se promova uma definição particular do problema, interpretação causal, avaliação moral, e recomendação de tratamento” (Entman, 1993, p. 52)¹³⁰. Considerado enquanto forma de recortar a realidade, o enquadramento encontra-se diretamente ligado com a deliberação, na medida em que “enquadrar uma questão é participar da deliberação pública, estrategicamente, tanto para a produção de sentido para si próprio como para contestar os enquadramentos dos outros” (Pan & Kosicki, 2001, p. 39)¹³¹.

Neste contexto, o enquadramento surge no âmago da deliberação pública, porque “para funcionar bem, a deliberação pública precisa que os participantes partilhem não só os valores e as avaliações para os julgamentos políticos, mas também os princípios, as convenções e as normas para a articulação desses valores” (Pan & Kosicki, 2001, p. 60).¹³² Se parece evidente que existe uma relação entre enquadramento e deliberação, é preciso perceber melhor como se processa o *framing* e como este tem evoluído no âmbito dos estudos de comunicação.

Nos últimos anos verificou-se um aumento considerável do número de estudos sobre enquadramento (*framing*) (Gradim, 2016, p. 17). Pese embora o facto de este ser um conceito ainda com muito por explorar, como o provam as suas diferentes abordagens (Correia, 2016b; Cacciatore, Scheufele & Iyengar, 2016), a verdade é que a sua utilização se generalizou, nomeadamente na área das Ciências da Comunicação. Neste domínio de investigação, o *framing* começou a ser utilizado lado a lado com outras teorias, tais como o agendamento ou o *priming* (McCombs, Shaw & Weaver, 1997), dificultando em muitos casos o seu próprio entendimento (Kim, Scheufele & Shanahan, 2002; Correia, 2016b). Um dos principais problemas relacionados com o enquadramento prende-se com a definição dos próprios *frames*. A oscilação entre diferentes “conceptualizações” é precisamente realçada por Correia (2016b), uma vez que os *frames* são entendidos tanto como “princípios de organização” (Goffman, 1974, p. 10), como por “princípios de seleção, ênfase e apresentação” (Gitlin, 1980, p. 6) e ainda, no contexto

¹²⁹ “Framing is the central process by which government officials and journalists exercise political influence over each other and over the public (cf. Riker, 1986). Successful political communication requires the framing of events, issues, and actors in ways that promote perceptions and interpretations that benefit one side while hindering the other” (Entman, 2003, p. 417).

¹³⁰ “To frame is to select some aspects of a perceived reality and make them more salient in a communicating text, in such a way as to promote a particular problem definition, causal interpretation, moral evaluation, and/or treatment recommendation” (Entman, 1993, p. 52).

¹³¹ “framing an issue is to participate in public deliberation strategically, both for one’s own sense making and for contesting the frames of others. Thus, limiting ourselves to the effects paradigm prevents us from analyzing the strategic contests in framing processes” (Pan & Kosicki, 2001, p. 39).

¹³² “To operate well, public deliberation needs the participants to share not only the values for policy judgments and evaluations but also the principles, conventions, and norms for articulating these values” (Pan & Kosicki, 2001, p. 60).

particular do jornalismo, enquanto modos como uma determinada história “é escrita e produzida” (Cappella & Jamieson, 1997, p. 39) (cf. Correia, 2016b, p. 9).

Esta ambiguidade de sentido não é alheia às raízes interdisciplinares do conceito (não é por acaso que Entman o apelida de “paradigma fraturado”), e ao seu progressivo desenvolvimento, mas na verdade é um dos aspectos que tem preocupado os teóricos da área. Neste contexto, uma das respostas encontradas pelos investigadores passa pela criação de uma tipologia de *frames* que ajudem na afirmação da análise do enquadramento no âmbito dos estudos em comunicação (cf. Correia, 2016b, p. 10). O trabalho de Robert Entman sobre a clarificação deste paradigma é neste sentido particularmente relevante, na medida em que sugere uma primeira divisão entre “*frames* mediáticos” e “*frames* de audiência” (1993, p. 56). Com o primeiro passo dado no sentido de delimitar os diferentes “quadros”, os estudos que se seguem passam a adotar esta divisão nas suas análises.

Verifica-se assim uma tendência para desenvolver pesquisas que identifiquem os “quadros” nos conteúdos jornalísticos, ou seja, a forma como é feita a cobertura mediática de determinados problemas (Patterson, 1994; Semetko & Valkenburg, 2000). Ao mesmo tempo, do lado das audiências, surge uma linha de estudos preocupada com a forma como os indivíduos percebem, organizam e interpretam a informação transmitida nas peças jornalísticas (Valkenburg, Semetko, & de Vreese, 1999). Percebemos que a criação de uma tipologia contribuiu para a delimitação de duas áreas de trabalhos distintas, cada uma das quais preocupada com a identificação de *frames* distintos. Esta separação abre no entanto espaço para que novos trabalhos sejam produzidos a partir da interseção entre os dois tipos de quadros. Surgem então estudos com o objetivo de analisar as *frames* nas notícias e os efeitos dessas *frames* no público (Cappella & Jamieson, 1997; Iyengar, 1991).

É precisamente no cruzamento destes “quadros” que se insere o nosso trabalho, na medida em que para além da análise dos *frames* noticiosos, pretendemos perceber se estes podem de alguma forma influenciar a formação da opinião pública, nesta investigação medida a partir dos comentários dos leitores. Sobre os espaços de comentários e a deliberação *online* falaremos no capítulo seguinte, por agora importa explorar a forma como os eventos têm sido enquadrados nas notícias, analisando eventuais tendências e padrões.

Nos estudos jornalísticos um *frame* caracteriza-se pela seleção, organização e ênfase de certos aspectos da realidade e exclusão de outros (Gitlin, 1980, p. 7). De acordo com os autores podemos ainda distinguir *frames* relativos a problemas específicos e *frames* mais genéricos (Valkenburg, Semetko, & de Vreese, 1999). Os quadros específicos dizem respeito a assuntos particulares, ao passo que os genéricos são aplicáveis a um conjunto amplo de tópicos noticiosos. Uma análise mais detalhada permite recolher dados particulares sobre a seleção, organização e elaboração de uma questão bem definida, apresentando vantagens ao nível dos detalhes, mas levantando problemas de generalização e comparação. É por isso que os *frames*

mais genéricos acabam por ser utilizados com mais frequência, uma vez que o menor número de pormenores é colmatado com a possibilidade de efetuar comparações entre *frames*, tópicos e análises de *framing* em diferentes contextos, como por exemplo, a cobertura de um mesmo acontecimento em diferentes países.

O trabalho de Iyengar (1991) sobre os *frames* noticiosos genéricos é um dos mais conhecidos e onde podemos encontrar uma distinção com uma terminologia própria, entre *frames* episódicos e temáticos. Os quadros episódicos diriam respeito aos casos e situações específicas, ao passo que os temáticos tratavam de identificar *frames* mais genéricos, que transcendem as questões do tempo e do espaço. Entre os quadros mais genéricos, destacam-se a “estratégia” ou o “conflito” (Cappella & Jamieson, 1997), como alguns dos *frames* mais utilizados, por exemplo, na análise da cobertura de campanhas eleitorais.

Os enquadramentos utilizados na cobertura de eleições são particularmente relevantes neste trabalho, porque embora a análise que se pretende realizar não seja relativa a um período de campanha eleitoral, está diretamente relacionada com os resultados eleitorais e o período que se lhes seguiu, dominado pela indefinição no processo de formação de Governo.

Assim, ao longo do tempo têm sido vários os autores a centrarem as suas análises nas campanhas eleitorais (Patterson, 1994; Capella & Jamieson, 1997; Wattenberg, 1994; Wilke & Reinemann, 2001; Lakoff, 2004, entre outros). A investigação de Cappella & Jamieson (1997) destaca-se pelo conjunto de *frames* que apresenta e que são relevantes para o presente estudo. Na identificação dos enquadramentos jornalísticos os autores consideram três categorias de *frames*: as que dizem respeito à “substância”, as relativas às “qualidades de liderança/personalidade” e as que se centram no “jogo/estratégia (“*horse race*”)”.

Na primeira categoria são considerados os “quadros” que abordam temas relacionados com o tipo de políticas a implementar, com as medidas do programa eleitoral, mas também com opiniões sobre assuntos como a economia, a educação e a saúde. Já nas “qualidades de liderança/personalidade”, os autores centram a análise nos aspetos relativos às qualidades do candidato e às características pessoais e profissionais que podem fazer deste um bom ou mau líder. Por fim, na categoria “jogo/estratégia (“*horse race*”)” consideram-se os aspetos estratégicos e táticos da campanha, numa verdadeira lógica de corrida eleitoral (por isso a designação “*racine horse*”), ou seja, em que apenas um pode sair vencedor. A linguagem utilizada, nomeadamente as metáforas que remetem para expressões de competição ou guerra, são particularmente importantes para a identificação do enquadramento.

Apesar das mudanças que, entretanto, se verificaram na cobertura jornalística das campanhas eleitorais, a verdade é que estas três categorias mantêm a sua validade e constituem por isso uma referência importante. Mas no âmbito deste trabalho consideramos também como particularmente relevante o estudo do “*Project for Excellence in Journalism and Princeton Survey Research Associates*” (1998), que numa investigação preliminar, analisou as capas de

sete jornais, nacionais, regionais e locais, durante dois meses. O objetivo passou por identificar quatro elementos centrais na forma como os jornalistas apresentam as notícias: o tópico/tema da notícia; o gatilho, o que despertou o meio de comunicação a fazer a cobertura; o enquadramento dominante na notícia; e a existência de uma mensagem subjacente nos conteúdos noticiosos.

Destes quatro elementos interessam-nos, no âmbito da presente investigação, o tópico/tema da notícia; o gatilho, o que despertou a cobertura jornalística; e o enquadramento dominante na notícia. Nesse sentido, no estudo são identificados e testados treze enquadramentos, como sendo aqueles que os jornalistas mais utilizam. Os autores da investigação consideram então os seguintes quadros (1999, p. 4):

a) **relato direto das notícias:** quer dizer que não se verifica um enquadramento dominante, para além dos aspetos básicos, relacionados com a resposta às questões: “quem”, “o quê”, “quando”, “como” e “porquê”;

b) **frame conflituoso:** foco no conflito inerente a uma determinada situação e aos elementos que nela participam;

c) **frame consensual:** ênfase nos pontos de concordância em torno de um tema ou assunto;

d) **frame especulativo ou hipotético:** foco em torno de uma especulação, ou levantamento de uma hipótese em relação ao desenvolvimento de um determinado processo;

e) **frame histórico:** explicação de um assunto ou tema do ponto de vista histórico;

f) **outlook:** enquadramento centrado na forma como as novas notícias se encaixam na história que está a ser trabalhada;

g) **horse race:** enquadramento centrado na disputa, numa lógica de jogo e do qual resultam vencedores e vencidos;

h) **frame de tendências:** foco nos “*topic trends*” ou temas dominantes, abordando a forma como o tema se vai desenvolvendo;

i) **frame centrado na aplicação de medidas políticas:** foco nas medidas políticas e no seu impacto;

j) **frame de reação:** abordagem centrada na resposta ou reação de um dos principais atores que intervêm na notícia;

k) **frame de verificação da realidade:** enquadramento centrado na veracidade de uma declaração feita ou informação dada (na lógica do *fact-checking*);

l) **frame centrado em irregularidades ou injustiças**: foco na descoberta de irregularidades ou injustiças em relação a determinado tema ou indivíduo;

m) **frame de perfil**: enquadramento centrado no perfil de um dos intervenientes na notícia.

No estudo do “*Project for Excellence in Journalism*”, são também apresentados os cinco principais gatilhos ou aspetos que despertaram, na investigação realizada, a cobertura de determinado assunto/tema. Os *triggers* que dão origem à realização de uma notícia podem ser: a) uma declaração do governo através de um elemento ou porta-voz; b) iniciativa própria do meio de comunicação; c) uma análise ou interpretação em relação a um determinado facto que é do conhecimento público; d) antecipação de um evento; e) divulgação de um relatório ou estudo.

A lista de *frames* e de *triggers* é relevante neste contexto, na medida em que servirá de base para a análise das notícias que faremos na parte empírica deste trabalho. Será a partir desta lista, mas também dos aspetos que vimos anteriormente, que iremos procurar identificar o que originou as notícias, mas também o tipo de cobertura feita. A importância desta lista advém também da proposta feita por Tankard (2009), quanto à necessidade de uma abordagem empírica e sistemática, aquilo a que o autor chama de “lista de *frames*”, que retire a subjetividade e a arbitrariedade ao processo de identificação de fontes (cf. Gradim, 2016, pp. 74-75).

É, portanto, a partir destas categorias que procedemos à análise de conteúdo dos textos jornalísticos, procurando identificar os *frames* dominantes e avaliar também de que forma estes se encontram presentes nos comentários dos leitores. Procuramos assim perceber se o enquadramento jornalístico pode influenciar os quadros de referência dos leitores na interpretação dos factos e ao mesmo tempo ser influenciado por estes.

Esta tentativa de perceber de que forma os enquadramentos, argumentos e atores que ganham visibilidade nas peças jornalísticas, afetam as discussões que possam ter lugar nas arenas deliberativas, surge no âmbito da ideia de *framing* deliberativo. De acordo com o Mauro Barisione, entre os estudiosos do campo da democracia deliberativa há um sentimento generalizado “de que a maneira pela qual uma questão sob deliberação é enquadrada pode afetar mais ou menos profundamente todo o processo deliberativo. Não está claro, no entanto, exatamente o que é um quadro, como ele pode ser detetado, ou que implicações ele pode ter na dinâmica e nos resultados da deliberação” (2012, p. 5)¹³³.

¹³³ “(...) there is a generalized feeling among scholars and practitioners in the field of deliberative democracy that the way in which an issue under deliberation is framed can affect more or less deeply the whole deliberative process. It is not clear, however, exactly what a frame is, how it can possibly be detected, or what implications it may have in the deliberation dynamics and outcomes” (Barisione, 2012, p. 5).

É precisamente este intervalo que pretendemos explorar neste trabalho, considerando a deliberação que pode ocorrer nos *media* e através dos *media*, mas lembrando que os *frames* procuram determinar uma leitura particular da realidade.

“(…) um quadro deliberativo, como qualquer outro quadro na comunicação social, sugere, em outras palavras, que uma questão ou informação deve ser entendida, lida e julgada em alguns termos e não em outros, de acordo com uma determinada perspectiva. Mais importante ainda, mesmo na ausência de juízos positivos ou negativos explícitos, e também na presença de uma pluralidade de pontos de vista e contra-argumentos específicos oferecidos aos participantes, um ou mais quadros fundamentais e implícitos à deliberação tendem geralmente a organizar a discussão, e, portanto, o processo coletivo de tomada de decisão ou de formação de preferências” (Barisione, 2012, p. 6)¹³⁴.

Quando os processos de enquadramento são aplicados no contexto das práticas deliberativas é de um *deliberative framing* que falamos, na medida em que o que está em causa é precisamente o “quadro” interpretativo em que se pode realizar uma determinada deliberação. Quer isto dizer que os meios de comunicação, ao selecionarem determinados pontos de vista, enfatizando certos elementos em detrimento de outros, sugerem determinadas “*frames*” interpretativas que, possivelmente, vão influenciar o processo de formação da opinião e, por conseguinte, o resultado de uma deliberação (Barisione, 2012, p. 5-6).

“Uma possível definição de um quadro deliberativo e suas dimensões conceituais devem referir-se ao contexto de significados, ou a estrutura interpretativa, dentro da qual uma deliberação é construída e apresentada aos participantes por meio de uma definição da questão (sobre o que diz respeito e não diz respeito, onde está a essência da questão, o que está em jogo, quais são as opções alternativas), e processos relacionados como categorização (que esquemas cognitivos e sociais são colocados em jogo), saliência (quais aspectos e lados das questões são enfatizadas e tornadas mais acessíveis), e conectividade (que é sugerida a interconexão com outros símbolos, metáforas ou significados culturais familiares)” (Barisione, 2012, p. 5)¹³⁵.

Neste sentido devemos pensar, quando analisamos a opinião resultante de um texto jornalístico, num conjunto de elementos que nos ajudem a entender o “quadro” interpretativo dentro do qual uma deliberação é construída. Para além do diagnóstico inicial relacionado com a identificação de qual é o problema, o enquadramento vai também indicar uma possível

¹³⁴ “A deliberative frame, such as any other frame in social communication, suggests, in other words, that an issue or information should be understood, read, and judged in some terms rather than in others, according to a given perspective, in a determinate light. More importantly, even in the absence of explicit positive or negative judgments, and also in the presence of a plurality of specific viewpoints and counterarguments offered to the participants, one or more fundamental and implicit frames to the deliberation will generally tend to organize the discussion, and hence the collective decision-making or preference formation process” (Barisione, 2012, p. 6).

¹³⁵ “(…) a possible definition of a deliberative frame and its conceptual dimensions must refer to the context of meanings, or the interpretive framework, within which a deliberation is constructed and presented to the participants by means of a definition of the issue (about what it concerns and does not concern, where the essence of the question lies, what is at stake, what the alternative options are), and such related processes as categorization (which cognitive and social schemata are called into play), salience (which aspects and sides of the question are emphasized and made more accessible), and connectivity (which interconnection with other familiar cultural symbols, metaphors, or meanings is suggested)” (Barisione, 2012, p. 5).

interpretação causal do problema, isto é, de onde ele vem, para além de uma atribuição de responsabilidade e um prognóstico ou solução para o problema. No fundo, todo o contexto de interpretação pode ser definido pelo *frame* primário ou, por sua vez, ser desconstruído pelos participantes, originando um novo quadro interpretativo.

“Aplicada às práticas deliberativas, de fato, a definição e construção do contexto da deliberação (isto é, o quadro deliberativo) gera não apenas um diagnóstico implícito (“este é o problema”), que ainda poderia ser considerado como parte do enquadramento primário, processo, mas também uma interpretação causal (de onde o problema vem), uma atribuição de responsabilidade (que o ator coletivo ou individual, se houver, é responsável pelo problema), uma avaliação moral (tal ator é censurável) e, portanto, um prognóstico ou um remédio sugerido (como resolver o problema). Trabalhando em um nível metacomunicativo e implícito, os processos de enquadramento secundário são, portanto, aqueles que afetam os termos em que os participantes pensam, interpretam e depois avaliam a questão da deliberação” (Barisione, 2012, p. 6)¹³⁶.

A metáfora que Gaye Tuchman utiliza para caracterizar o *framing*, referindo-se às notícias como “uma janela para o mundo” (1978), pode também ser aplicada neste âmbito. Diríamos que o *framing* deliberativo se trata não apenas da delimitação da janela para o mundo, mas também da indicação do que ver nesse mundo e como ver essa realidade¹³⁷. Se é verdade que “as notícias são histórias e narrativas que recortam do quotidiano aspetos aos quais é creditada “*newsworthiness*” e interesse público, e esse modo de organizar o acontecimento constituiu a “frame” descrita na metáfora da janela” (Gradim, 2016, p. 47), quando falamos de *framing* deliberativo referimo-nos ao “quadro de uma mensagem metacomunicativa, uma espécie de legenda invisível à comunicação à qual está conectada, um convite implícito para interpretar determinada mensagem ou determinada questão política de uma maneira particular, em termos particulares” (Barisione, 2012, p. 7)¹³⁸.

Esta ideia de *framing* deliberativo tem na sua base o processo conhecido como “*agenda-extension*” (Denton & Kuypers; Kuypers, 1997, 2002, 2006, 2009; Kuypers & Cooper, 2005; Valenzano, 2009). De acordo com Kuypers (2009) este processo diz respeito ao “*press-supported*

¹³⁶ The literature on framing includes a series of processes that could be defined as ‘secondary’ or ‘derivative’, in that they result from a frame’s ‘primary’ defining faculty, and tend to organize the following ‘strip’ - to use Erving Goffman’s (1974) original language about ‘frame analysis’ - of social events. As applied to deliberative practices, in fact, the definition and construction of the deliberation’s context (i.e., the deliberative frame) generates not only an implicit diagnosis (‘this is the problem’), which could still be considered as part of the primary framing process, but also a causal interpretation (where the problem comes from), an attribution of responsibility (which collective or individual actor, if any, is responsible for the problem), a moral evaluation (such an actor is blameworthy), and, therefore, a prognosis or suggested remedy (how to resolve the problem).⁶ Working at a meta- communicative and implicit level, the secondary framing processes are, therefore, those that affect the terms in which the participants think, interpret, and later evaluate the issue of the deliberation” (Barisione, 2012, p. 6).

¹³⁷ No caso em estudo nesta investigação encontramos um bom exemplo de utilização da metáfora, através do termo “Geringonça”. Este é um bom exemplo de uma metáfora na medida em que esta foi produzida e utilizada com um sentido claro de determinar o entendimento de uma realidade (conotação negativa), que com o tempo viria a sofrer um processo de *reframing*, corroborando a ideia de que os frames não são estáticos e podem ser moldados. (cf. Gradim, 2016, p. 44).

¹³⁸ In this sense, the frame is a meta-communicative message, a sort of invisible caption to the communication to which it is connected, an implicit invitation to interpret a given message or a given policy issue in a particular way, in particular terms” (Barisione, 2012, p. 7).

context” capaz de produzir um movimento por detrás do *agenda-setting* que contribua para influenciar a opinião pública. Assim, para além de contextualizarem determinado assunto e fornecerem pistas para a sua interpretação, as notícias podem ir mais além. O *agenda-extension* pode assim ser definido como “o processo pelo qual notícias e editoriais agem para moldar a nossa consciência, compreensão e avaliação de questões e eventos numa direção particular” (Kuypers, 2009, p. 299)¹³⁹.

Embora surja na linha do *agenda-setting*, este processo é particular, uma vez que “o *agenda-extension* pergunta como é que esses atributos são enfatizados para influenciar a reação do público” (Kuypers, 2009, p. 300)¹⁴⁰. Neste contexto importa ainda considerar que para além dos *media* poderem moldar o discurso público através da seleção de determinados *frames*, entre os vários oferecidos por grupos de interesse e políticos, os “profissionais dos media são livres para criar e enfatizar os seus próprios [quadros] nos assuntos...” (Callaghan e Schnell, 2001, p. 203)¹⁴¹, da mesma forma que os públicos o podem fazer.

É, portanto, tendo como base o processo de *agenda-extension* e a partir do *deliberative framing* que procuramos avaliar como os *frames* noticiosos afetam as discussões que podem ocorrer nos espaços de comentários dos leitores e em que medida podem influenciar a deliberação online definindo os tópicos debatidos.

No capítulo que se segue centramos a nossa atenção nos aspetos relacionados com a possibilidade da Internet se configurar como uma arena capaz de acolher o processo deliberativo. Analisamos as potencialidades deliberativas do ecossistema mediático digital, considerando em particular os espaços de comentários como potencial arena para o debate. Consideramos as dimensões que podem ajudar a explicar a qualidade da deliberação e analisamos os critérios mais utilizados para avaliar a qualidade da deliberação *online*.

¹³⁹ “It is the process whereby news stories and editorials act to shape our awareness, understanding, and evaluations of issues and events in a particular direction” (Kuypers, 2009, p. 299).

¹⁴⁰ “(...) second level agenda-setting examines what attributes are stressed, whereas agenda-extension asks how those attributes are stressed to influence audience reaction” (Kuypers, 2009, p. 300).

¹⁴¹ “Beyond agenda setting...the media have the power to actively shape public discourse by selecting from many available frames offered by interest groups and politicians (...) Further, media professionals are free to create and emphasize their own [framing] on issues...” (Callaghan & Schnell, 2001, p. 203).

Capítulo 3. Internet, democracia e deliberação.

Nas últimas décadas, uma das questões que mais tem marcado a agenda de investigação de vários campos académicos e áreas do saber está relacionada, como vimos no primeiro momento da nossa investigação, com a preocupação sobre se os princípios da democracia representativa são suficientes para sustentar a legitimidade e a efetividade do modelo democrático ocidental. O sentimento de inquietação surge na sequência de diferentes transformações, que na sua maioria “estão relacionadas com os níveis crescentes de abstenção eleitoral e a diminuição dos níveis de confiança dos cidadãos nas instituições políticas e nos detentores dos cargos públicos” (Figueiras, 2017, p. 5). Nas palavras de Conceição Pequito Teixeira, assistimos desde o final do século XX, a uma realidade paradoxal no que diz respeito ao apoio e ao funcionamento do modelo democrático de tipo ocidental.

“Se, por um lado, os estudos mostravam a adesão largamente maioritária dos cidadãos aos valores, normas e princípios inerentes ao regime democrático - não havendo, assim, sinais de que a sua legitimidade estivesse em causa -, por outro lado, esses mesmos estudos mostravam também a avaliação profundamente crítica e negativa dos cidadãos face ao funcionamento concreto do regime democrático, das suas principais instituições e atores políticos - sendo notória a existência de uma crescente desafeição, insatisfação e desconfiança entre os eleitorados contemporâneos” (Teixeira, 2018, p. 27-28).

O que alguns autores chamaram então de crise da democracia, outros entenderam como um “conjunto de contradições entre a dimensão normativa e a dimensão funcional da democracia” (Figueiras, 2017, p. 5), que resultaria na necessidade de aperfeiçoar e aprofundar o funcionamento democrático, numa ideia, “a qualidade da democracia” (Teixeira, 2018, p. 28).

É neste contexto de “frustração dos cidadãos relativamente à qualidade do regime democrático, fruto do desfasamento entre as suas crescentes expectativas e exigências” (Figueiras, 2017, p. 5), que o modelo de democracia deliberativa começa a receber, aos poucos, crescente atenção por parte de diferentes investigadores, que a entendem como um complemento para a democracia representativa. “Uma das principais motivações por detrás da recente recuperação do modelo democrático deliberativo prende-se justamente com a esperança depositada nesse modelo em dar resposta a problemas crónicos enfrentados pela agregação” (Vieira & Silva, 2013, p. 157).

A democracia deliberativa é então entendida como o modelo que tem como característica central “o enfoque no processo dialógico enquanto processo de real interação argumentativa por intermédio do qual os participantes oferecem mutuamente razões, em defesa de determinada opinião, posição ou proposta, ou em objeção a opiniões, posições ou propostas avançadas por outrem” (Vieira & Silva, 2013, p. 156).

A deliberação seria assim o elemento que faltava na democracia contemporânea, na medida em que ela promove, pelo menos idealmente, a oportunidade de partilhar pontos de vista,

argumentar a favor e contra determinados temas e fazer escolhas coletivas a partir de um processo de reflexão conjunto, garantindo a legitimidade democrática (Coleman, 2017; Vieira & Silva, 2013).

Neste processo alargado de deliberação, os *media* adquirem, como observámos no segundo capítulo do nosso trabalho, especial relevância, uma vez que nas complexas sociedades democráticas é difícil imaginar a realização de um debate público sem formas de mediação. “Desde o século XIX que os meios de comunicação atuam como mediadores entre os cidadãos, por um lado, e as instituições envolvidas no governo, eleições, e formação de opinião, por outro” (Figueiras, 2017, p. 28). Os meios de comunicação são assim determinantes no processo deliberativo porque asseguram a comunicação entre as diferentes esferas, mas também porque se constituem como principais fontes de informação dos cidadãos e, por conseguinte, elementos centrais para a troca de ideias e argumentos.

Com o crescimento das novas tecnologias de comunicação, e particularmente da Internet, o ecossistema mediático alterou-se e com ele surgiram novas oportunidades, nomeadamente ao nível da mediação.

“Com o surgimento da Internet como uma rede publicamente acessível por centenas de milhões de pessoas, já não podemos falar dos *media* como disseminadores centralizados e quase industriais do conhecimento público para um público de massas. O surgimento das tecnologias de comunicação digital alterou seriamente as práticas jornalísticas, enfraqueceu o *gatekeeping*, ampliou o processo de agenda, contornou a escassez de informações planeadas e abriu um vasto espaço para interação pública autónoma. Essa nova ecologia dos *media* não destruiu o antigo sistema mediático, mas reconfigurou-o, deixando os centros de poder comunicativo vulneráveis perante uma gama de vozes que antes eram fáceis de marginalizar ou ignorar” (Coleman, 2017, pp. 60-61)¹⁴².

O ambiente digital trouxe consigo novas oportunidades, que depressam fizeram crescer as expectativas quanto ao potencial, em particular da Internet, na criação de um novo ambiente para o processo deliberativo. Na realidade, desde que se expandiu na década de 1990, que a Internet tem sido encarada no âmbito de um debate entre os que defendem as suas potencialidades para a participação democrática e os que alertam para as suas limitações no quadro das sociedades contemporâneas (cf. Coleman, 2017; Figueiras, 2017; Correia, 2016; Dahlgren, 2014; Olsson, 2014; Olsson & Dahlgren, 2010).

Para Stephen Coleman alegar que a Internet muda tudo ou que não tem qualquer efeito sobre a realidade, não contribuiu em nada para a compreensão do ambiente digital. Pelo contrário,

¹⁴² “With the emergence of the Internet as a publicly accessible network by hundreds of millions of people, it is no longer possible to speak of the media as centralized, quasi-industrial disseminators of public knowledge to a mass audience. The emergence of digital communication technologies has seriously disrupted journalistic practices, weakened gatekeeping privileges, expanded agenda-setting, circumvented contrived information scarcity and opened up a vast space for autonomous public interaction. This new media ecology has not displaced the old media system, but reconfigured it, leaving centres of communicative power vulnerable to a range of voices that had previously been easy to marginalize or ignore” (Coleman, 2017, pp. 60-61).

o autor defende que é necessário “pensar menos sobre como a Internet afeta a democracia e mais sobre como a democracia e a tecnologia estão dialeticamente entrelaçadas” (Coleman, 2017, p. 27). É neste sentido que vários autores reconhecem as possibilidades que a Internet oferece, destacando em particular o papel dos *media* sociais (Figueiras, 2017; Figueiras & Espirito Santos, 2016; Figueiras, Espirito Santo & Cunha, 2015; Dahlgren, 2013), mas lembrando também que a Internet não faz nada sozinha e que é errado reivindicar que as revoluções a que assistimos desde a chamada “Primavera Árabe”, bem como os movimentos de protesto que emergiram na sequência da crise económica e financeira de 2008, se ficaram a dever ao Twitter ou ao Facebook (Fuchs, 2012, 2014; Fuchs & Sandoval, 2014).

“Enquanto alguns alegaram que houve revoluções no Twitter no Facebook, outros argumentaram que as revoluções ocorrem nas ruas e são feitas por humanos, não por tecnologias. As tecnologias de comunicação são ferramentas que são articuladas de várias maneiras com as lutas, não as determinam nem são sem importância (Fuchs 2012b, 2014)” (Fuchs & Sandoval, 2014, p. 32).¹⁴³

Neste sentido, não ignoramos a importância que as novas tecnologias de comunicação adquiriram na atual sociedade, mas seguimos uma linha que procura, mais do “a busca por resultados determinísticos”, explorar e tentar perceber a forma “como a Internet foi incorporada no quotidiano das pessoas através de formas que expandiram a gama de atos democráticos que elas se sentem capazes de realizar” (Coleman, 2017, p. 55)¹⁴⁴.

É neste intervalo, entre as potencialidades que o ambiente digital - em particular a Internet e os *media* sociais - podem trazer para o processo deliberativo, e as críticas que lhe têm sido apontadas, que se desenvolve o presente capítulo. Pretendemos perceber de que forma os recursos das novas tecnologias da comunicação podem ajudar na promoção das práticas deliberativas, considerando em particular a informação disponibilizada e os espaços criados para a participação dos cidadãos no ambiente digital. Interessa-nos em especial analisar a possibilidade dos espaços de comentários dos meios de comunicação se constituírem como arenas propícias para a deliberação *online*, e avaliar a qualidade das trocas discursivas geradas através dos comentários.

¹⁴³ “Whereas some claimed that there were Twitter or Facebook revolutions, others argued that revolutions take place on the streets and are made by humans, not by technologies. Communication technologies are tools that are articulated in various ways with struggles, they neither determine them nor are they unimportant (Fuchs 2012b, 2014)” (Fuchs & Sandoval, 2014, p. 32).

¹⁴⁴ “It is best to proceed by assuming that the Internet per se does not make things happen. More interesting than the search for deterministic outcomes are studies that have explored how the Internet has been incorporated into people’s daily lives in ways that have expanded the range of democratic acts they feel capable of performing” (Coleman, 2017, p. 55).

3.1. O potencial democrático da Internet: entre discursos revolucionários e perspetivas críticas

Desde meados da década de 1990, momento em que se dá a expansão da Internet, que uma boa parte do debate sobre as potencialidades desta nova tecnologia de comunicação é direcionado para a possibilidade de melhoria dos procedimentos democráticos (Dalhgren, 2014; Olsson, 2014). Esta tendência de olhar para a Internet enquanto tecnologia capaz de dinamizar o sistema democrático não é alheia ao período conturbado que a maioria das democracias ocidentais começa nesse período a atravessar, com uma quebra acentuada ao nível da confiança nas instituições políticas e uma crescente falta de envolvimento e participação na vida pública (Teixeira, 2018; Figueiras, 2017; Olsson, 2014).

A preocupação em encontrar soluções para alguns dos principais problemas das democracias modernas, que para muitos não passavam, na realidade, de expectativas não concretizadas (Teixeira, 2018; Figueiras, 2017), é em grande parte responsável pelo movimento que levou a uma sobrevalorização do potencial democrático da Internet. Mas é também neste momento que emergem as primeiras perspetivas críticas quanto às verdadeiras capacidades desta nova tecnologia. O debate em torno da Internet e da democracia passou por isso a ser sintetizado em torno de duas perspetivas: as distópicas e as utópicas (Figueiras, 2017; Correia, 2016a)

“A relação entre a Internet, a participação política e a democracia tem dado azo a uma vasta teorização que pode ser sintetizada em dois polos distintos: os “distópicos” e os “utópicos”. Os primeiros consideram que a ideologia libertária do início dos desenvolvimentos da Internet, associada aos valores da ciência e do serviço público dos meios de comunicação europeus (acesso, partilha e transparência), contribuiu para propagar uma retórica em torno do dispositivo que impede de ver que a Internet replica, muito mais do que resolve, os problemas que o regime democrático tem *off-line* (Bimber, 200; Feenberg, 1999; Hangué and Loader, 1999; Curran, 2012). Por sua vez, os “utópicos” consideram que a Internet permite obviar as falhas do regime democrático, por entenderem que as suas características (interactividade, conectividade e horizontalidade) potenciam os valores democráticos, facultando aos cidadãos maior acesso a informação e a formas de diálogo com o poder, o que os media tradicionais não permitem (e.g. Rheingold, 1994; Negroponte, 1995; Margolis e Resnick, 2000; Coleman e Blumler, 2009)” (Figueiras, 2017, p. 8).

Nesta síntese de Rita Figueiras fica claro que se os defensores da Internet acreditam no seu potencial praticamente ilimitado, as perspetivas mais críticas alertam para a reprodução de desigualdades no ambiente digital que podem dificultar a resolução dos problemas da democracia. Esta forma de encarar o impacto das tecnologias digitais é partilhada por diferentes autores, como Correia (2016a), que para além de realçar a divisão teórica entre o que chama de “euforia cibernética” e “distopia digital”, destaca outros aspetos relacionados com a idealização dos espaços digitais e da participação, mas também a avaliação negativa dos meios de comunicação tradicionais.

O autor começa por explicar que a abordagem “distópica” se refere ao conjunto de aspetos que procuram negar o papel político da Internet, com base no argumento de que o sistema dos *media* é dominado por questões de poder, que embora nem sempre sejam claras, restringem a sua ação. Esta perspetiva de dominação é ainda, na opinião de Correia, “acompanhada por uma visão idealizada das estruturas de poder político e económico que atravessam as redes sociais” (2016a, p. 101).

A esta dimensão o autor acrescenta o facto de o aumento da participação não representar necessariamente um crescimento em termos de qualidade da cidadania. O ambiente digital pode potenciar a participação, mas existe uma tendência para as pessoas formarem grupos com aqueles que partilham das mesmas opiniões, o que acaba por gerar “efeitos polarizadores que aumentam as possibilidades de as pessoas rejeitarem pontos de vista alternativos (Sunstein, 2001: 49)”. As redes teriam acentuado esta disposição para evitar o desconhecido, uma vez que “com as suas causas e grupos temáticos, são responsáveis por um ambiente fragmentado, com impactos negativos no diálogo racional e democrático (Fenton 2009: 8-9)” (Correia, 2016a, p. 101). É também nesta linha de pensamento que Dahlgren (2014) alerta para o facto de existirem muitos conteúdos na Internet que em nada contribuem para a participação. “Toda a esfera mediática, incluindo o ambiente web, é fortemente dominada por entretenimento, cultura popular, consumo e enormes quantidades de informações que, em grande parte, não têm uma aparente influência na dinâmica da democracia” (pp. 197-198)¹⁴⁵.

O autor não nega que a participação também envolve dimensões emocionais, mas argumenta que exista um forte “potencial de distração e fragmentação do pensamento” neste ambiente, e que por isso não é de estranhar que “ao longo da história da democracia o envolvimento da maioria das pessoas na maioria das vezes não é com política. Com a web, a competição por atenção atinge um novo nível de intensidade” (Dalhgren, 2014, pp. 197-198)¹⁴⁶.

Já no que diz respeito à abordagem utópica, João Carlos Correia lembra que a narrativa em torno do potencial de um determinado meio surge quase sempre a partir das críticas aos meios que o precederam. A situação não é diferente quando falamos de Internet ou dos *media* sociais. “Muitos dos defensores do papel democrático das redes sociais construíram essa narrativa com base numa avaliação negativa implícita dos papéis tradicionais dos mass media” (2016a, pp. 101-102). O autor vai mais longe e defende mesmo que a análise crítica dos *media* tradicionais aponta como principal problema o facto de “as vozes sociais e políticas de maior influência

¹⁴⁵ “Further, the entire media sphere, including the web environment, is strongly dominated by entertainment, popular culture, consumption and massive amounts of information that largely have no apparent bearing on the dynamics of democracy. We are much more strongly offered subject positions as consumers and spectators than as political agents” (Dalhgren, 2014, pp. 197-198)

¹⁴⁶ “Of course, political participation is by no means an exclusively rational enterprise—it engages emotional dimensions as well. The point here simply boils down to the potential for distraction and the fragmentation of thought. It has been the case that throughout the history of democracy most people’s engagement most of the time is not with politics. With the web the competition for attention reaches a new level of intensity” (Dalhgren, 2014, p. 197-198).

instituírem uma teia narrativa que parece destinada a restringir significados sociais e políticos” (*ibidem*), nomeadamente através de “tipificações” e “enquadramentos” da realidade (Gitlin, 1980; Tuchman, 1978).

Entre céticos e otimistas importa lembrar que “a Internet não molda a democracia, mas, como todos os meios antes dela, do alfabeto à televisão, é moldada pelas formas que a sociedade escolhe para usar as ferramentas que esta disponibiliza” (Coleman, 2017, vii)¹⁴⁷. É neste sentido que vários autores (cf. Hindman, 2009; Bennet & Segerberg, 2012; Dahlgren, 2013; Dahlgren, 2013, 2014) desenvolveram abordagens que integram quer as perspetivas mais pessimistas, quer as mais otimistas, ou seja, reconhecem as possibilidades do ambiente digital como um todo, e da Internet em particular, mas não deixam de contextualizar essas potencialidades (Figueiras, 2017).

Em suma, as novas tecnologias despertam quase sempre discursos progressistas, mas também narrativas menos esperançosas. “Alegações de que a Internet muda tudo ou que nada muda na esfera política (ou em qualquer outra) são de pouco valor, pois exageram os poderes da tecnologia, reduzindo a história a um estudo grosseiro dos efeitos dos media” (Coleman, 2017, pp. 3-4)¹⁴⁸. É neste sentido que Wright (2012) adota uma perspetiva moderada e considera que a tecnologia não determina o comportamento humano, mas pode influenciar a sua ação. O importante é, refere o autor, estudar o fenómeno tendo em conta os diferentes contextos. Nesse sentido Wright (2012) realça, seguindo Edgerton (2006), que em qualquer análise sobre o impacto de uma tecnologia é preciso considerar três aspetos distintos: a escala com que se está a trabalhar, seja local ou global, uma vez que o impacto é diferente; a velocidade, na medida em que por vezes o mais importante é a mudança em si, e não propriamente a rapidez com que ocorre; e o facto de as tecnologias não poderem ser consideradas de forma isolada, isto é, quando se pretende analisar o impacto sobre os efeitos sociais, não se pode ter em conta apenas a invenção mais recente (p. 252)¹⁴⁹.

Por outro lado, não se pode considerar a própria Internet como um meio estático, mas pelo contrário em constante evolução, e nesse sentido dotada de diferentes ambientes e plataformas, com características particulares e que motivam usos distintos. “A Internet não é

¹⁴⁷ “the Internet does not shape democracy, but, like every medium before it, from the alphabet to television, is shaped by the ways that society chooses to use its available tools” (Coleman, 2017, vii).

¹⁴⁸ “Claims the Internet changes everything or that it changes nothing in the political (or any other) sphere are of little value, for they over-state the powers of technology, reducing history to a crude study of media effects” (Coleman, 2017, pp. 3-4).

¹⁴⁹ 1. Scale: revolutions can occur on myriad scales from the local to the global; 2. Speed: time is less important than the significance of change; 3. Invention and Innovation: revolutions can take time, and involve a variety of technologies and applications. Thus, we should not look to the latest technology in isolation. The actual technical ‘innovation’ may not be that innovative - it could, for example, be the tweaking of an already existing format, the mashing together of two different existing technologies, or the discovery of a new way for people to exploit an already existing technology (e.g. email)” (Wright, 2011, p. 252).

uma entidade fixa com efeitos predeterminados, nem a democracia” (Coleman, 2017, vii)¹⁵⁰. Esta ideia reforça a importância de conduzir estudos empíricos detalhados, mas também nos dá indicações sobre as dificuldades de generalização dos resultados obtidos. Importa também realçar que em muitas situações a experiência que a Internet possibilita aos utilizadores não é consideravelmente distinta em relação aquela que se encontra nos *media* tradicionais. É por isso que o estudo da relação entre *mass media* e Internet e a avaliação do impacto na sociedade e na democracia, deve sempre abandonar qualquer pressuposto prévio e partir à descoberta, através de uma análise empírica, que considere em cada momento, e de acordo com o ambiente, a plataforma e o uso, o efetivo impacto social (cf. Barros, 2013).

Considera-se, portanto, que são necessários estudos que comprovem o efetivo potencial da Internet e de que forma as tecnologias digitais de comunicação podem na realidade contribuir para uma melhoria da democracia. No entanto, para além da investigação que se deve realizar, não podemos ignorar aquelas que são as alterações introduzidas pelas novas tecnologias de comunicação, pela Internet e pelas redes sociais nas sociedades contemporâneas.

“Apesar do exagero romantizado das perspetivas utópica e distópica, ambas apresentam esperanças e preocupações enraizadas em possibilidades reais com base nos resultados da penetração das tecnologias da Internet nas ordens sociais. A Internet modificou as relações humanas e as formas de interação, e essas mudanças afetam a democracia. Não está claro se o farão de maneira positiva ou negativa” (Ribeiro, 2016, p. 14)¹⁵¹.

Sem qualquer intuito determinista, no ponto seguinte analisamos as características particulares do ambiente digital, destacando a dimensão comunicativa e participativa, por entendemos que é nesse campo que se joga a verdadeira possibilidade de melhoria da qualidade da democracia.

3.2. A nova “arquitetura de participação” promovida pela Internet.

Ainda que grande parte da literatura académica tenha sido dominada por um debate entre os que acreditam que as novas tecnologias de comunicação transformam fundamentalmente a democracia e os que defendem que a comunicação digital apenas reproduzirá as tendências de participação da sociedade (Coleman, 2017), não podemos negar que com a expansão das tecnologias digitais as formas de comunicar se alteraram consideravelmente. Neste ponto

¹⁵⁰ “Internet is not a fixed entity with pre-determined effects, neither is democracy” (Coleman, 2017, vii).

¹⁵¹ “Despite the romanticized exaggeration of the utopian and dystopian perspectives, both present hopes and concerns rooted in real possibilities of outcomes from the penetration of Internet technologies in social orders. The Internet has modified human relations and forms of interaction, and these changes affect democracy. It is not clear whether they will do so in positive or negative ways” (Ribeiro, 2016, p. 14).

procuramos concentrar-nos em observar o que realmente mudou ao nível da comunicação, com a Internet e, mais, recentemente, com os *media* sociais.

Para a reflexão que pretendemos fazer, começamos por considerar o conceito de “arquitetura da participação” de Tim O’Reilly (2005). Embora estivesse mais preocupado em destacar os recursos técnicos da *web*, em particular as suas capacidades enquanto “plataforma tecnológica”, a verdade é que o autor irlandês não deixou de referir as possíveis influências ao nível social, cultural e político, da então nova estrutura da comunicação (Olsson, 2014). Deste modo, podemos considerar que a Internet é, desde cedo, vista como muito mais do que uma simples tecnologia, configurando na realidade um novo ambiente digital pelas possibilidades que abre em termos comunicativos. Para isso devemos entender a Internet de acordo com a definição do autor de “*Can the Internet Strengthen Democracy?*”:

“[enquanto] uma rede de redes de computadores interconectados que compreende uma variedade de plataformas, dispositivos e protocolos, facilitando um fluxo global de dados que podem ser usados, compartilhados, armazenados e recuperados pelos utilizadores, a Internet passou a simbolizar as aspirações contemporâneas de comunicar sem restrições” (Coleman, 2017, p. 2)¹⁵².

A dimensão e os fluxos comunicativos que se podem estabelecer com a Internet, estão entre os aspetos que efetivamente se alteram com as tecnologias digitais. As múltiplas plataformas e canais disponibilizados no ambiente digital, permitem não apenas intensificar a comunicação e a interação entre os cidadãos, e entre estes e as instituições, mas acabam também por alterar o próprio papel de mediador dos *media* tradicionais.

“A estrutura da ecologia dos *media*, através da qual as mensagens e os significados viajam, mudou. Há trinta anos atrás essa ecologia parecia ser fixa e permanente, especialmente em relação à mediação da política, com a televisão no centro e a imprensa a proporcionar um ambiente interpretativo. (...) Com o surgimento da Internet como uma rede publicamente acessível por centenas de milhões de pessoas, já não é possível falar dos *media* como disseminadores centralizados e quase industriais do conhecimento público para um público de massa. O surgimento das tecnologias de comunicação digital disrompeu seriamente as práticas jornalísticas, enfraqueceu os privilégios do *gatekeeping*, ampliou a agenda, contornou a escassez de informações e abriu um vasto espaço para interação pública autónoma. Essa nova ecologia dos *media* não deslocou o antigo sistema mediático, mas reconfigurou-o, deixando os centros de poder comunicativo vulneráveis a uma gama de vozes que antes eram fáceis de marginalizar ou ignorar” (Coleman, 2017, pp. 60-61)¹⁵³.

¹⁵² “(...) as a network of interconnected computer networks comprising a range of platforms, devices and protocols facilitating a global flow of data that can be used, shared, stored and retrieved by users, the Internet has come to symbolize contemporary aspirations to communicate without restraint” (Coleman, 2017, p. 2).

¹⁵³ “the structure of the media ecology, through which messages and meanings travel, has changed. Thirty years ago this ecology appeared to be fixed and permanent, especially in relation to the mediation of politics, with television at the centre and the press providing an interpretive surround. Of course, even then there existed several channels of counter-cultural communication, but these were ecologically peripheral. With the emergence of the Internet as a publicly accessible network by hundreds of millions of people, it is no longer possible to speak of the media as centralized, quasi-industrial disseminators of public knowledge to a mass audience. The emergence of digital communication technologies has seriously disrupted journalistic practices, weakened *gatekeeping* privileges, expanded agenda-setting,

As tecnologias digitais reconfiguraram assim as formas de comunicação com uma considerável inovação em termos do centro de emissão, que deixa de estar centralizado, passando a existir uma alternância das funções de emissão e recepção. Esta característica da Internet aliada às possibilidades de utilização surge assim como uma possibilidade de pluralização dos discursos e um contributo para a sua visibilidade pública. Há, no entanto, autores como Figueiras (2017), que consideram sobretudo que é ao nível da autonomia dos indivíduos que se produz uma mudança, uma vez que estes passam a poder assumir também o papel de produtores e emissores de conteúdos.

A autora defende que “a Internet abriu as portas do centro nevrálgico do poder dos media - o acesso à produção -, permitindo a qualquer cidadão comum tornar-se um emissor em nome individual” (2017, p. 6). A autora entende que esta nova possibilidade dá lugar ao que Manuel Castells define como “auto-comunicação de massas” (cf. Castells, 2009, p. 24). Recorrendo a Axel Bruns (2008), Rita Figueira recupera ainda o termo “*producer*”, para realçar a emergência de uma “figura híbrida”, que pode assumir tanto o papel de produtor como de consumidor, mas que, acima de tudo, se distancia do modelo tradicional que se caracterizava por papéis bem definidos e a centralização da comunicação ao nível do emissor.

Esta possibilidade constitui a verdadeira novidade introduzida pelas tecnologias digitais, uma vez que para além de se ampliarem as possibilidades de comunicação, quebram-se as lógicas e os sentidos tradicionais da comunicação. É neste contexto que Coleman argumenta que “em vez de pensar na Internet como uma constelação de engenhosos dispositivos técnicos ou uma massa de conteúdo diferente, poderíamos pensar nela como um novo espaço de articulação pública; uma arena multi-vocal (...) um espaço potencial de auto-expressão emergente” (Coleman, 2017, p. 87)¹⁵⁴. O autor considera ainda que a ênfase concedida às tecnologias digitais se deve em muito à dificuldade de adaptação por parte dos meios tradicionais a este novo poder detido pelos cidadãos.

“(...) as instituições através das quais o poder político tem sido tradicionalmente mediado caíram em desuso (...) Os mass media - cujo papel manter os poderosos accountable; fornecer aos cidadãos informações que lhes permitam fazer escolhas ponderadas sobre assuntos que os afetam; e manter um espaço para o diálogo público pluralista - estão a lutar para encontrar maneiras de conversar com o público que agora é capaz de conversar com eles. Na maioria dos países democráticos, os partidos tradicionais, as burocracias governamentais e os meios de comunicação de massa são as instituições menos confiáveis. Todos eles estão a tentar desesperadamente reinventar-se para parecerem mais abertos a contribuições do público e menos manifestamente presos a um legado de

circumvented contrived information scarcity and opened up a vast space for autonomous public interaction. This new media ecology has not displaced the old media system, but reconfigured it, leaving centres of communicative power vulnerable to a range of voices that had previously been easy to marginalize or ignore” (Coleman, 2017, pp. 60-61).

¹⁵⁴ “Rather than thinking about the Internet as a constellation of clever technical devices or a mass of disparate content, we might think of it as a new space of public articulation; a multi-vocal arena in which no single standard of cultural status or evaluation of communicative literacy prevails. Despite sustained legal efforts to tame it and strenuous corporate endeavours to conolize it, the Internet remains a potential space of emergent self-expression” (Coleman, 2017, p. 87).

pensamento das "massas" como um público apetecível, em vez de os considerarem potenciais parceiros" (Coleman, 2017, p. 58)¹⁵⁵.

A capacidade de se promover uma comunicação horizontal e de se estimular uma interatividade mais efetiva é o principal argumento para a instauração de uma nova lógica mediática a partir do advento das tecnologias digitais e em particular da Internet. É neste contexto que Henry Jenkins (2006) realça uma nova ecologia mediática, criada a partir do carácter dos *media* digitais e da cultura participativa que promovem. A partir do momento em que os produtores e os utilizadores deixam de ter papéis completamente separados, estabelecem entre si uma nova relação abrindo portas a novas possibilidades, que podem ir desde a simples produção de conteúdo, permitindo uma certa participação no processo de construção noticiosa, à criação de novos espaços para a participação cívica, através de *blogs*, *vlogs*, *wikis*, *mashups*, redes sociais e em muitas outras plataformas digitais (Olsson, 2014, pp. 206-207)

O novo ambiente digital ou a nova ecologia mediática, se considerarmos a Internet enquanto novo meio de comunicação, caracteriza-se então com base “numa comunicação descentralizada, dialógica e dinâmica” (Figueiras, 2017, p. 7). Estas características surgem sempre associadas ao conceito de “web 2.0”, que passou a ser utilizado, juntamente com o de “*media* sociais” para descrever uma Internet que é hoje muito mais interativa do que alguma vez foi e, por conseguinte, um meio cada vez mais social.

“Nos últimos anos, muitas discussões sobre a Internet fizeram uso dos conceitos “web 2.0” e “*media* sociais”. O que esses conceitos têm em comum é uma insistência no argumento de que a Internet hoje é muito diferente das suas versões anteriores. Tanto a “web 2.0” como os “*media* sociais” apontam para o fato de que a Internet é atualizada (“2.0”) e mais interativa do que costumava ser e que também - como consequência - permite uma interação mais viva e variada entre utilizadores. Por isso, também se torna um meio mais “social””(Olsson, 2014, p. 203).

A interação mais fácil e menos controlada, a possibilidade de criação e modificação de conteúdos, bem como a lógica colaborativa, são os elementos marcantes da “*web 2.0*”. Os *media* sociais são neste contexto particularmente relevantes, porque de certa forma representam a arena onde estes aspetos atingem a sua expressão máxima. No ponto seguinte abordamos precisamente os *media* sociais, para que se perceba que a forma como as pessoas têm tirado partido das potencialidades desses meios constitui efetivamente uma possibilidade de alteração do sistema democrático, pelo menos em determinados níveis.

¹⁵⁵ “(...) the institutions through which political power has traditionally been mediated have fallen into disrepair. (...) The mass media - whose role is to hold the powerful to account; to provide citizens with information that allows them to make considered choices about matters that affect them; and to maintain a space for pluralistic public dialogue - are struggling to work out ways of talking to audiences that are now capable of talking back to them. In most democratic countries, mainstream parties, government bureaucracies and the mass media are the least trusted institutions. All of them are trying desperately to reinvent themselves; to appear more open to public input and less manifestly locked into a legacy of thinking of the ‘the masses’ as a seducible audience rather than potential partners” (Coleman, 2017, p. 58).

Mas antes de terminarmos este ponto, que dedicámos à “arquitetura da participação”, por entendermos que essa é uma das principais mudanças que a Internet trouxe - uma possibilidade de comunicar e interagir sem precedentes - importa lembrar alguns desafios decorrentes desta abertura. O primeiro desafio está relacionado com a quantidade de informação que passou a estar digitalmente acessível e que pode afetar a capacidade de participação e interação dos utilizadores da Internet. A abundância de dados disponíveis *online* tornou praticamente impossível a utilização de filtros para distinguir a informação que realmente importa. Já não é apenas o excesso de informação que preocupa, mas também a sua veracidade, tendo em conta que proliferam cada vez mais “notícias falsas”, proveniente de fontes consideradas muitas vezes credíveis.

O segundo desafio decorre do primeiro e está relacionado com a capacidade de interpretar a informação para que ela se transforme em conhecimento. Para lá do *gap digital* e do *digital divide*, o problema hoje é de outro nível e prende-se, cada vez mais, com a *media/digital literacy*. Para que a Internet, a informação que nela circula, e a participação possam constituir um ganho em termos democráticos, é necessário capacitar os cidadãos para que sejam capazes de transformar dados, cada vez mais dispersos, em conhecimento útil para participarem e tomarem decisões (Coleman, 2017, p. 69).

Terminamos este ponto recordando que é o uso que determina o potencial da Internet e dos *media* sociais para a democracia. São os utilizadores que decidem que uso fazem do ambiente comunicativo criado pelos dispositivos tecnológicos (Correia, 2015b). A forma como as redes sociais têm sido utilizadas em diferentes países, perante realidades distintas e com objetivos particulares, são o melhor exemplo de emprego das potencialidades da “*web 2.0*”.

3.2.1. Os *media* sociais e as formas alternativas de participação

No ambiente digital contemporâneo os *media* sociais têm-se destacado pela sua utilização enquanto meios alternativos para a participação política um pouco por todo o mundo (Dahlgren, 2013). São vários os exemplos de manifestações e movimentos de protesto, que têm na sua base uma organização centrada nas potencialidades dos *social media*. Basta pensarmos nos movimentos *Occupy*, nos Estados Unidos da América, mas também em Inglaterra, nos Indignados em Espanha, ou no movimento *Que se Lixe a Troika*, em Portugal (Figueiras e Espírito Santo, 2016; Figueiras, Espírito Santo e Cunha, 2015), para referir apenas alguns, e na forma como toda a mobilização se processou. As possibilidades em termos comunicativos, nomeadamente a facilidade em fazer circular a informação, aliada ao carácter interativo destes novos meios, fazem deles ferramentas únicas que muitos têm sabido utilizar.

Antes de nos concentrarmos numa análise mais detalhada das formas alternativas de participação potenciadas pelos *media* sociais, importa fazer alguns esclarecimentos quanto à natureza destes meios. É preciso começar por lembrar que a ideia por detrás dos *media* sociais está longe de ser inovadora e que existem diferenças significativas entre o que pode ser integrado nos conceitos de *social media*, “*web 2.0*” e *user generated content (UGC)*, termos tantas vezes utilizados indiscriminadamente.

De acordo com Andreas Kaplan e Michael Haenlein (2010), o termo “*web 2.0*” descreve um novo modo de utilização da *world wide web (www)*, uma forma que destaca já não apenas a criação e publicação de conteúdos, mas também a permanente possibilidade de modificar esses conteúdos, enaltecendo o carácter participativo e colaborativo. Tendo por base a “*web 2.0*”, o UGC pode ser visto como os diferentes tipos de conteúdos criados pelos utilizadores e que ficam disponíveis na rede. Já os *social media* “são o grupo de aplicações baseadas na Internet, construídas a partir das bases ideológicas e tecnológicas da *web 2.0*, e que permitem a criação e a troca de conteúdo gerado pelo utilizador” (2010, p. 61)¹⁵⁶. Esta distinção é importante para percebermos melhor a que nos referimos quando utilizamos cada um dos termos, mas remete-nos para outra, igualmente importante no contexto deste trabalho e que tem que ver com o facto de existirem diferentes tipos de *media* sociais, sendo que apenas um remete para os *sites* de redes sociais. Não é, portanto, correto, quando ouvimos dizer que o Youtube, o Facebook, o Twitter são todos *sites* de redes sociais. Kaplan e Haenlein estabeleceram uma classificação de *media* sociais de acordo com um conjunto de teorias dos *media*, mas considerando também os processos de interação social. Os autores defendem assim que os *social media* se diferenciam entre si de acordo com: a) a presença social; b) a riqueza dos *media*; c) a auto-apresentação; d) a auto-revelação.

“No que diz respeito à presença social e à riqueza da mídia, aplicativos como os projetos colaborativos (por exemplo, a Wikipédia) e os blogues têm a pontuação mais baixa, uma vez normalmente se baseiam apenas no texto, permitindo uma troca relativamente simples. No nível seguinte estão as comunidades de conteúdo (por exemplo, o YouTube) e os sites de redes sociais (por exemplo, o Facebook) que, para além da comunicação baseada no texto, permitem o compartilhamento de imagens, vídeos e outras formas de *media*. No nível mais alto estão os jogos virtuais e os mundos sociais (por exemplo, o World of Warcraft e o Second Life), que tentam replicar todas as dimensões das interações face-a-face num ambiente virtual” (Kaplan e Haenlein, 2010, p. 62)¹⁵⁷.

¹⁵⁶ “Social Media is a group of Internet-based applications that build on the ideological and technological foundations of Web 2.0, and that allow the creation and exchange of User Generated Content” (Kaplan & Haenlein, 2010, p. 61).

¹⁵⁷ “Combining both dimensions leads to a classification of Social Media which we have visualized in Table 1. With respect to social presence and media richness, applications such as collaborative projects (e.g., Wikipedia) and blogs score lowest, as they are often text-based and hence only allow for a relatively simple exchange. On the next level are content communities (e.g., YouTube) and social networking sites (e.g., Facebook) which, in addition to text-based communication, enable the sharing of pictures, videos, and other forms of *media*. On the highest level are virtual game and social worlds (e.g., World of Warcraft, Second Life), which try to replicate all dimensions of face-to-face interactions in a virtual environment” (Kaplan e Haenlein, 2010, p. 62).

Embora não estabeleça um tipo particular de classificação, Dahlgren (2014) também realça que o termo *social media* abrange um conjunto variado de plataformas, como os *blogs*, os *microblogs* (por exemplo, o Twitter) e os *sites* de redes sociais, como o Facebook. A centralidade que a maior parte dos *media* sociais adquiriu nas sociedades contemporâneas também é enfatizada pelo autor.

“A omnipresença geral dos *media* sociais significa que eles não são apenas algo que as pessoas “visitam” ocasionalmente, a fim de buscar algo especial, eles formam um terreno cada vez mais central das nossas vidas diárias. Eles oferecem possibilidades que são aproveitadas e mobilizadas de várias maneiras, e dessa forma têm impacto nas estratégias e táticas da vida quotidiana e nos quadros de referência que lhes dão significado” (Dahlgren, 2014, p. 196)¹⁵⁸.

Considerando que existem diferentes tipos de *media* sociais, concentramo-nos apenas nos *sites* de redes sociais, retomando a ideia de que estes não são uma realidade propriamente nova, mas sobretudo que são as pessoas que tornam as ferramentas digitais naquilo que elas se transformaram. Raquel Recuero realça a importância de distinguir as redes sociais dos *sites* de rede sociais. “Embora seja senso comum referir-nos às ferramentas sociais digitais, tais como Facebook, Twitter, Orkut etc. como “redes sociais”, o conceito de rede social não é sinónimo delas” (2017, p. 14). Seguindo a definição de Boyd e Ellison (2007) percebemos que uma rede social tem que ver com as interações que um grupo estabelece, estando a estrutura que as permite oculta. Já os *sites* de redes sociais são sobretudo ferramentas que permitem o estabelecimento de relações e as tornam visíveis.

“(...) o Facebook, por si só, não apresenta redes sociais. É o modo de apropriação que as pessoas fazem dele que é capaz de desvelar redes que existem ou que estão baseadas em estruturas sociais construídas por essas pessoas (muitas vezes, de modo diferente daquele previsto pela própria ferramenta). Uma vez que passem a usar o Facebook, os atores criarão ali redes sociais que passarão a ser exibidas por ele” (Recuero, 2017, p. 14).

Destacamos este aspeto da apropriação para uma vez mais evidenciarmos que são os indivíduos que detêm o poder de utilizar as tecnologias em seu favor e que não se pode por isso acreditar que a Internet ou os *sites* de redes sociais são capazes de melhorar o sistema democrático por si só. Clay Shirky (2008) alega que o poder dos *sites* de redes sociais está na sua capacidade de promover a vontade dos cidadãos interagirem, colaborarem, partilharem e participarem de forma livre e fora dos espaços e das organizações institucionais tradicionais.

O período de expansão dos *sites* de redes sociais acaba por corresponder ao momento de maior questionamento do sistema político, devido à desconfiança crescente dos cidadãos, resultado

¹⁵⁸ The overall ubiquity of social media means that they are not just something people “visit” on occasion in order to seek something special, they form increasingly a central terrain of our daily lives. They offer possibilities that are harnessed and mobilised in varying ways, and thus impact on the strategies and tactics of everyday life and the frames of reference that provide them with meaning. Their discursive character thus has major significance. Social media are of course a part of the larger social and cultural world, intertwined with the offline lives of individuals as well as with the functioning of groups, organisations, institutions and societal power relations” (Dahlgren, 2014, p. 196).

das crises e da aplicação das medidas de austeridade, e como resposta às políticas neoliberais (Dahlgren, 2014). É nesse contexto que os cidadãos começam a utilizar estes *sites* de redes sociais para reivindicarem os seus direitos, e é neste âmbito que surgem, aos poucos, novas formas de cidadania.

“As formas de comunicação social em rede permitiram que os ativistas do século XXI combinassem a coordenação online e a ação nas ruas para definir agendas, influenciar e promover protestos. Mais extensas, instantâneas e inovadoras do que a maioria dos usos institucionais da Internet, as redes digitais têm por base uma forma de energia política que deixa a velha política parecer lenta e obsoleta. Em vez de esperar que os representantes falem por eles, os ativistas digitais aperfeiçoaram práticas dinâmicas de auto-representação” (Coleman, 2017, p. 17)¹⁵⁹.

Distanciando-se dos partidos tradicionais, surgem novos atores políticos nas redes, que desenvolvem formas distintas de mobilização social e cívica, “porque fundamentalmente reticulares, fluidas e espontâneas - em virtude do papel que nelas assumem as novas tecnologias de informação e comunicação e, cada vez mais, os *social media* (...)” (Teixeira, 2018, p. 105). Os “movimentos das praças” bem como os “movimentos de ocupação”, como ficaram conhecidos, viram na “Primavera Árabe” a faísca que faltava para atear a chama dos protestos. Na base de todos estes movimentos estiveram, para além dos contextos de crise, das desigualdades, das políticas neoliberais e de austeridade, as tecnologias digitais, em particular a Internet e os *sites* de redes sociais (Gerbaudo, 2017).

Os *sites* de redes sociais promoveram novas formas de mobilizar o apoio popular, mas os antigos métodos presenciais da política institucional, com a participação nas ruas, continuaram a fazer parte da equação (Esposito, Sonn & Voll, 2016). Nas palavras de Correia (2015b), o conceito de multidões é o que melhor descreve o movimento de ocupação das ruas e das praças, que teve no momento organizativo de base, a conexão e interligação nas redes digitais.

Estes movimentos demonstraram o potencial das novas tecnologias de comunicação no estabelecimento de relações entre os indivíduos, e destes com determinadas causas, mas fizeram também com que a função tradicional dos *media*, e em particular do jornalismo, fosse questionada, tendo em conta aquele que sempre foi o seu papel de mediador e informador (Torres & Mateus, 2015)¹⁶⁰. Para os autores, a partir do momento em que a comunicação passa

¹⁵⁹ “Networked forms of social communication have enabled twenty-first-century activists to combine online coordination and street-level action to set agendas, register influence and enact protest. More extensive, instantaneous and innovatory than most institutional uses of the Internet, digital activities relies upon a form of political energy that leaves old-fashioned politics seeming sluggish and stale. Rather than waiting for representatives to speak for them, digital activists have fine-tuned dynamic practices of self-representation” (Coleman, 2017, p. 17).

¹⁶⁰ Samuel Mateus e Eduardo Cintra Torres (2015) chamam neste contexto atenção para o facto de se exagerar na distinção entre novos e velhos meios, e disso poder afetar a relação de uns e outros com os novos movimentos sociais. Para os autores “não é de admirar que o foco da pesquisa hoje esteja na apropriação e uso das novas ferramentas de comunicação pelos movimentos sociais em oposição aos *media* institucionais/antigos/tradicionais, aqueles que ainda chamamos pelos nomes de “imprensa”, “rádio” e “televisão”, a oposição, a nosso ver, tende a exagerar a distância entre os “velhos” *media* e os movimentos sociais, considerando-os como “deles”, enquanto os “novos” *media* são “nossos”” (p. 13).

a estar “no centro da ação política e social” esta torna-se “a questão principal na maioria dos estudos sobre a ação coletiva e as suas formas específicas, como a massa, a assembleia, o público ou a multidão” (p. 11)¹⁶¹.

Para encerrarmos este ponto, onde procurámos demonstrar a importância dos *media* sociais e em particular dos *sites* de redes sociais no contexto daquele que é apontado como o potencial da Internet, mas que muitas vezes ficou por demonstrar, lembramos algumas das limitações dos *sites* de redes sociais. Não se trata de uma visão cética destes *sites*, porque afinal de contas a sua capacidade já foi mais do que comprovada, trata-se apenas de perceber os desafios ainda por enfrentar.

Nesse sentido, salientamos a tendência dos *sites* de redes sociais reforçarem a criação de grupos de pessoas que partilham das mesmas opiniões, o que não contribui para a melhoria da participação democrática. A lógica de *sites* como o Facebook, onde a norma é “gostar” e procurar outros com gostos semelhantes, deixa pouco espaço para a diferença, para o “não gosto”, e acaba por minar a possibilidade de encontrar ideias distintas e pessoas dispostas a debater entre si (Dalhgren, 2014). A este fator acresce a possibilidade de afastamento de pessoas que já tenham uma identidade política definida. Esses atores políticos podem sentir-se estimulados a procurar outros meios para participarem.

Por outro lado, não podemos esquecer que os *media* sociais não são inocentes em todo este processo de mobilização dos cidadãos, na medida em que todos os meios dependem da publicidade para os seus modelos de negócio.

“Que essas plataformas são *media* sociais é um eufemismo que distrai da circunstância de que a maioria dos “*media* sociais” são empresas de publicidade que usam publicidade direcionada como o seu modelo de acumulação de capital e como parte desse modelo exploram o trabalho dos usuários” (Fuchs & Sandoval, 2014, p. 32)¹⁶².

Basta pensar no recente escândalo que envolveu o Facebook e a consultora *Cambridge Analytica* e como dados de milhões de utilizadores foram utilizados para criar campanhas políticas personalizadas.

Reconhecendo que o potencial dos *media* digitais é maior em termos de organização e divulgação de informação, consideram, no entanto, os *media* institucionais ainda mantêm a sua importância ao nível da cobertura dos eventos.

¹⁶¹ “(...) these events showed the impact of the new communication tools in the co-relation of individuals touched by the causes, but also called into question the role of the journalistic media, now called “old media” or “traditional media” by so many, as mediators and objective informants. As communication came into the core of political and social action, it became the main issue in most studies regarding collective action and its specific forms, like the crowd, the assembly, the public or the multitude. At the same time, the surge of the 21st century digitally networked social movements brought a new interest in those very social forms, and the forms they assume today” (Torres & Mateus, 2015, p. 11)

¹⁶² “That these platforms are social media is an euphemism that distracts from the circumstance that most “social media” are advertising corporations that use targeted advertising as their capital accumulation model and as part of this model exploit users’ labour (see the contributions in Scholz 2013 and Burston et al. 2010)” (Fuchs & Sandoval, 2014, p. 32).

Estes são apenas pequenos apontamentos em relação a algumas das limitações dos *sites* de redes sociais, que embora contribuam significativamente para uma redefinição da comunicação, apresentam também restrições de várias ordens. Nos pontos seguintes e já no quadro das possibilidades da deliberação *online*, voltamos a deter-nos sobre alguns destes aspetos.

3.3. Deliberação *online*: as possibilidades da Internet para a deliberação.

Iniciámos este capítulo com o foco nas relações entre a Internet e a democracia, procurando refletir sobre as potencialidades das redes digitais de comunicação e a sua utilização no contexto das sociedades democráticas. Reconhecemos que as características da Internet, como a interatividade, a conectividade e a horizontalidade, podiam potenciar os valores democráticos, muitos dos quais se encontram ameaçados, mas lembrámos também que a capacidade da Internet para transformar a democracia depende do uso que se faça desta rede de comunicação.

Depois de considerarmos as potencialidades democráticas da Internet de um modo geral, neste ponto centramos a nossa atenção nas possibilidades que o ambiente digital pode oferecer para um modelo democrático em particular, o da democracia deliberativa, porque convém lembrar que questionar “se a Internet pode ajudar a fortalecer a democracia depende do tipo de democracia que queremos fortalecer” (Coleman, 2017, p. 27)¹⁶³.

Cruzamos assim a teoria deliberativa com os estudos sobre as novas tecnologias de comunicação, procurando avaliar se a Internet pode funcionar como o ambiente ideal para a deliberação democrática. É nesta intersecção que chegamos ao conceito de deliberação *online*, ou seja, a deliberação que pode ter lugar no ambiente digital, embora este seja apenas um dos termos utilizado para designar o que pretendemos estudar. Para Raphael Kies (2016) a utilização de diferentes conceitos para falar de um mesmo objeto de estudo revela bem do “carácter embrionário” das pesquisas sobre deliberação *online* (p. 6). O autor destaca então a investigação de Jonsson e Åström (2014) que, num trabalho de revisão da literatura encontraram várias expressões equivalentes a “*online deliberation*”.

“Os diferentes termos encontrados na literatura foram *computer-mediated deliberation* (Gastil, 2000), *digital deliberation* (Bierle, 2004), *E-deliberation* (Cindio, 2008; Hands, 2005; Kim, 2006), *eDeliberation* (Wojcik, 2007), *virtual deliberation* (Barabas, 2003; Delborne et al., 2011) and *web-deliberation* (Kies, 2010)” (Jonsson & Åström, 2014, p. 2 cit. in Kies, 2016, p. 6).

¹⁶³ “Whether the Internet can help to strengthen democracy depends, therefore, upon the kind of democracy we want to strengthen” (Coleman, 2017, p. 27).

Os diferentes conceitos não apresentam diferenças específicas, a não ser em termos semânticos, e são por isso utilizados (juntamente com outros como *Internet deliberation* e *online political deliberation*) de forma indiferenciada, refere o autor, para fazer referência à mesma realidade. Neste trabalho decidimos utilizar o termo deliberação *online* ou na versão original *online deliberation*, por entendermos que é o conceito central e que é a partir deste que se criam as diferentes variações.

Feito o esclarecimento em relação ao conceito central no nosso trabalho, avançamos em direção ao momento inicial nos estudos sobre deliberação *online*. Se é verdade que a Internet foi encarada desde cedo como capaz de ajudar a resolver alguns dos *deficits* deliberativos das democracias, nomeadamente a falta de oportunidades para trocar ideias e debater sobre assuntos de interesse público e que afetam a vida das pessoas (Coleman, 2017), o seu potencial só viria a ser dissecado mais tarde, no decurso das investigações sobre a democracia deliberativa.

A relevância conquistada pelo modelo deliberativo de democracia faz com que este se torne objeto de estudo de centenas de trabalhos, teóricos e empíricos, e se torne numa das áreas mais férteis dentro da teoria política (Mendonça, 2015; Mendonça, Sampaio & Barros, 2016a, 2016b). De acordo com Mendonça, Sampaio e Barros (2016b), o seu desenvolvimento leva a que sejam criadas diferentes correntes de investigação, começando com aquelas que procuram definir as particularidades da democracia deliberativa (cf. Benhabib; 1996; Bohman, 1996; Chambers, 1996; Cohen, 1989; Dryzek, 1990, 2000; Gutmann & Thompson, 1996, 2004; Macedo, 1999; Young, 1996, 2000). Ao mesmo tempo, começam a surgir, de acordo com os autores, estudos que se dedicam a analisar experimentos institucionais que procuram fortalecer a participação política (cf. Ackerman & Fishkin, 2003; Avritzer, 2002, 2006; Coelho & Nobre, 2004; Fishkin, 1995; Fishkin & Luskin, 2000, 2006; Fung, 2004; Fung & Wright, 2003; Gastil & Levine, 2005; Warren, 2007). No seguimento destes trabalhos surge uma terceira linha de estudos, que aos poucos deixa os aspetos mais teóricos, para se passar a preocupar com o desenvolvimento de metodologias e modelos de análise. Esta “guinada empírica”, como lhe chamam os autores, é muito importante, na medida em que ajuda na avaliação e compreensão das experiências deliberativas (cf. Bennett et al., 2004; Chambers, 2003; Dahlberg, 2001; Delli Carpini, Cook & Jacobs, 2004; Gastil, 2004; Jensen, 2003; Steenbergen et al., 2003).

Todos estes trabalhos foram determinantes na investigação sobre a deliberação democrática, porque permitiram o seu avanço. No entanto, os estudiosos do campo começaram a perceber que era preciso pensar a deliberação na lógica de um sistema (Mansbridge et al., 2010; Mendonça, 2010, 2013; 2015; Habermas, 2006) e que nesse sentido não faria sentido estudar apenas determinados espaços.

“Fortalece-se, assim, uma compreensão sistêmica da deliberação que busca entender os processos de articulação entre diversas arenas e momentos discursivos. Nesse contexto, a teoria deliberacionista dá mais atenção ao papel de

movimentos sociais, da mídia e das conversações informais” (Mendonça et al., 2016b, p. 14).

É neste contexto alargado de investigação, que procura estudar o sistema deliberativo e que considera a existência de potencialidades deliberativas em diferentes espaços que, no seguimento do entusiasmo dos estudos do início dos anos 90, que antecipavam uma nova esfera pública na Internet, vários investigadores procuram analisar as práticas *online* através das lentes da deliberação¹⁶⁴ (Mendonça, 2015, p. 90; Mendonça et al., 2016). Para que se perceba como a investigação sobre a deliberação *online* tem evoluído, apresentamos, na linha de outros trabalhos de revisão teórica (Mendonça, 2015; Mendonça et al., 2016), alguns dos estudos pioneiros neste campo de pesquisa.

Os primeiros estudos a abordar a relação entre a Internet e a deliberação pública surgem ainda no final dessa década (Dahlberg, 2001b; Wilhelm, 1998; Bentivegna, 1998; Buchstein, 1997; Schneider, 1997; White, 1997). No conjunto dos trabalhos que começam a estudar a deliberação no ambiente digital, Mendonça, Sampaio e Barros (2016b) consideram que há dois que são particularmente relevantes pelas pesquisas que desenvolvem e pelos resultados alcançados. O primeiro desses trabalhos pertence a Anthony G. Wilhelm, que em 1998 publica o artigo intitulado “*Virtual Sounding Boards: How Deliberative is On-Line Political Discussion?*”. O autor analisa então grupos de discussão sobre política na *Usenet*¹⁶⁵, um sistema de discussão distribuído mundialmente e disponível em diferentes computadores.

“Os resultados mostram que esses lugares de reunião são, em geral, arenas para uma série de conversas sobrepostas, de curta-duração, geralmente entre indivíduos que pensam da mesma maneira. A deliberação sustentada é rara nesses fóruns, o que significa que a forma como foram projetados e estão atualmente a ser usados, eles não se constituem como placas de ressonância eficazes para sinalizar e expor questões e problemas para serem processadas pelo governo” (Wilhelm, 1998, p. 313)¹⁶⁶.

Entre os principais resultados do trabalho os autores destacam, por um lado, várias questões relacionadas com os desafios inerentes a conversações em espaços sem moderação e entre pessoas que partilham das mesmas ideias e pensam do mesmo modo (*like-minded*); e por outro,

¹⁶⁴ (cf. Bächtiger et al., 2009; Bohman, 2004; Coleman & Moss, 2012; Davies and Grangadharan, 2009; Graham & Witschge, 2003; Gimmler, 2001; Janssen & Kies, 2005; Kies, 2010; Marques, 2011; Mutz, 2006; Pedrini, 2012; Sampaio et al. 2011; Wales et al., 2010; Wilhelm, 2000; Wojcieszak & Mutz, 2009; Mendonça & Pereira, 2012).

¹⁶⁵ “O *Usenet* (do inglês, *Unix User Network*) é um meio de comunicação onde usuários postam mensagens de texto (chamadas de “artigos”) em fóruns que são agrupados por assunto (chamados de grupos de notícias). Ao contrário das mensagens de correio eletrónico, que são transmitidas quase que diretamente do remetente para o destinatário, os artigos publicados nos grupos de notícias são retransmitidos através de uma extensa rede de servidores interligados”. Retirado de: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Usenet>. Consultado a 25 Maio de 2018.

¹⁶⁶ “The results show that these gathering places are, in general, home to an array of overlapping, short-lived conversations, usually among like-minded individuals. Sustained deliberation is rare in these forums which means that, as currently designed and used, they may not be effective sounding boards for signalling and expounding issues and problems to be processed by government” (Wilhelm, 1998, p. 313).

a necessidade de estabelecer critérios para uma análise de conteúdo, que permita avaliar a qualidade deliberativa de diferentes arenas discursivas.

O segundo trabalho destacado pelos autores (Mendonça et al., 2016), como impulsionador de uma linha de investigação sobre deliberação *online*, pertence a Lincoln Dahlberg. Publicado em 2001 com o título “*The Internet and Democratic Discourse: Exploring the Prospects of On-Line Deliberative Forums Extending the Public Sphere*”, o trabalho considera a relação dos modelos de democracia, comunitarista, liberal-individualista e deliberativo, com a Internet, e concentra-se na análise do discurso *online*. Através dessa análise o autor pretende avaliar se o discurso pode ser definido de acordo com um conjunto de requisitos da esfera pública, desenvolvidos a partir do trabalho de Jürgen Habermas.

“Um conjunto de requisitos ideais do discurso da esfera pública é necessário para determinar até que ponto as deliberações online estão a facilitar o discurso racional-crítico e para identificar quaisquer fatores que inibam uma extensão dessa comunicação. Desenvolvi anteriormente esse conjunto de requisitos a partir da teoria da comunicação democrática de Habermas e dos debates envolventes” (Dahlberg, 2001b, p. 622)¹⁶⁷.

Dahlberg considera então os seguintes requisitos na avaliação da qualidade da deliberação *online*: troca e crítica de razões fundamentadas; reflexividade; *ideal role-taking*; sinceridade; inclusão discursiva e igualdade; autonomia em relação ao estado e ao poder económico (2001b, p. 623). A indicação desses requisitos, que abordaremos em detalhe mais à frente, constituiu um importante contributo para a avaliação da qualidade da deliberação *online*, na medida em que serviu de ponto de partida para vários dos trabalhos subsequentes (cf. Graham, 2008; Janssen & Kies, 2005; Kies, 2010; Szabo, 2009), destacam Mendonça, Sampaio e Barros (2016b).

Se estes dois trabalhos foram importantes pelo seu pioneirismo, os que se lhes seguiram, nomeadamente o de Jensen (2003), que compara dois fóruns dinamarqueses criados na *Usenet*, um organizado por cidadãos e outro pelo governo; mas também o de Graham e Witschge (2003), centrado na análise de um *website* governamental britânico, fizeram despertar novas questões sobre o funcionamento da deliberação no ambiente digital e contribuíram para a diversificação da investigação (Mendonça et al., 2016). O avanço no estudo da deliberação *online* fez-se também em grande medida, lembram os autores, devido à criação de fóruns por parte de várias entidades políticas, não apenas governamentais, que passaram a desenvolver experimentos de discussão de questões públicas na Internet (cf. Albrecht, 2003; Coleman & Blumler, 2009; Mendonça & Pereira, 2011; Miola, 2009; Stromer-Galley, 2005; Wright & Street, 2007). Igualmente importante foi o crescimento de outros ambientes *online*, como os *sites* de redes

¹⁶⁷ “A set of ideal requirements of public sphere discourse are needed in order to determine the extent to which online deliberations are facilitating rational- critical discourse and to identify any factors inhibiting an extension of such communication. I have previously developed such a set of requirements from Habermas’ theory of democratic communication and surrounding debates” (Dahlberg, 2001, p. 622).

sociais e as redes de partilha de conteúdos, espaços que começaram também a ser estudados no âmbito da deliberação *online* (cf. Zhang, 2007; Stromer-Galley, 2005).

Estes primeiros trabalhos sobre a possibilidade da deliberação no ambiente digital têm também a particularidade, destacam Mendonça, Sampaio e Barros (2016), de analisarem algumas das características da Internet que vinham sendo apontadas como determinantes para fortalecer a democracia, e nomeadamente a deliberação. Quase sempre por comparação com as possibilidades tradicionais de participação existentes na sociedade, a Internet e o ambiente digital são analisados como capazes de atuar de acordo com uma lógica diferente, pelo facto de oferecerem novas possibilidades, como, por exemplo, maior interatividade, liberdade de discurso e publicação instantânea de conteúdos. A Internet oferecia então, realçam os autores, uma maior velocidade com a qual a informação pode ser reunida e transmitida; aumentaria o volume de informações facilmente acessíveis; criaria maior flexibilidade em relação ao acesso à informação; permitiria interatividade efetiva entre utilizadores; desafiava as lógicas tradicionais de produção de notícias, oferecendo a possibilidade de se evitar a seleção de notícias por *gatekeepers*; e desafiava as formas tradicionais de consumo de informação (cf. Buchstein, 1997; Coleman, 1999; Delli-Carpini, 2000; Gomes, 2005; Sampaio, Maia & Marques, 2010) (Mendonça, et al, 2016, p. 17). No entanto, e ao mesmo tempo que se considerava que o potencial das ferramentas digitais de comunicação podia ajudar a promover a deliberação, começam a surgir dúvidas em relação a várias possibilidades da Internet, tendo em conta um conjunto de limitações que esta evidencia, nomeadamente: ao nível das desigualdades de acesso; e do tipo de debate que se podia estabelecer *online*, em função do anonimato e do perfil dos participantes.

Os investigadores começam por alertar que apesar da rápida expansão da internet, o acesso ainda não é distribuído igualmente e não existe, portanto, uma igual oportunidade de participar nos fóruns de debate. O atributo da igualdade que o modelo deliberativo pressupõe, ficaria dessa forma comprometido, uma vez que dependia de vários elementos que não estão garantidos à partida, como por exemplo, a existência de infraestruturas e a possibilidade e o conhecimento necessário para as utilizar. Não se pode ignorar também que em alguns países existe censura por parte dos Governos, que impedem o acesso e a expressão de opiniões *online*. Neste sentido determinados grupos sociais (como as mulheres, os grupos socioeconomicamente mais desfavorecidos, e determinadas minorias, entre outros) acabariam por ser muitas vezes excluídos da deliberação *online*, numa reprodução da sub-representação que já se verifica fora das redes digitais. As desigualdades de acesso dizem assim respeito à possibilidade de aceder aos espaços, mas também à capacidade de neles poder participar. Se o processo deliberativo ideal se rege por critérios de racionalidade, reflexividade e respeito, nem todos estão em condições de satisfazer estes atributos, sobretudo se tivermos em conta grande parte da discussão que se gera *online*.

Neste contexto, importa lembrar o anonimato que a Internet permite e a forma como pode afetar a deliberação. Apesar de esta ser uma característica que pode ser considerada vantajosa, ela pode também dificultar o exercício de uma deliberação democrática genuína. “Uma das maiores promessas de criar uma nova esfera pública deliberativa online é também uma das fraquezas: a possibilidade de contribuir para os debates anonimamente” (Jensen, 2003, p.358)¹⁶⁸. O anonimato em *emails*, em fóruns *online* e outras formas de comunicação pode levar, realça o autor, à adoção de comportamentos e linguagem desapropriada. A natureza anónima que a Internet permite pode ajudar em observações insultuosas e irracionais, podendo resultar numa generalizada falta de civismo. As possíveis consequências do anonimato são enfatizadas por diversos autores e Jensen (2003) salienta que as razões de um modo geral são sempre as mesmas e estão relacionadas com o aumento da “irresponsabilidade, os discursos de ódio e um declínio da cultura de debate”¹⁶⁹.

Na perspetiva de Cass Sunstein (2001), a tendência excessivamente individualista da internet, onde cada cidadão tem apenas acesso à informação que deseja, filtrando tudo aquilo que não é do seu interesse, contribuiria para a fragmentação da esfera pública, contanto que os cidadãos deixam de estar interessados em discutir temas de carácter público. “Primeiro, as pessoas devem ser expostas a conteúdos que não escolheriam. Encontros não planeados e imprevistos são fundamentais para a própria democracia ... Segundo, muitos ou a maioria dos cidadãos devia ter uma série de experiências comuns. Sem experiências compartilhadas, uma sociedade heterogénea terá muito mais dificuldade em abordar os problemas sociais. As pessoas podem até achar difícil entenderem-se umas às outras” (Sunstein, 2001, pp. 8-9)¹⁷⁰. Esta tendência contribuiria para a polarização, com os membros dos diferentes grupos com crenças partilhadas ou alguma forma de identidade, a gravitar em direção a opiniões mais extrema e distantes na discussão de um problema.

As incertezas quanto ao potencial deliberativo da Internet começam aos poucos a ser confirmadas em diferentes pesquisas empíricas. O trabalho de Anthony G. Wilhelm (2000) já tinha deixado as primeiras pistas em relação à homogeneidade dos fóruns *online*. “Em vez de criar ambientes nos quais ideias e pontos de vista podem ser desafiados e contestados, a Internet pode estar a reforçar e acelerar o ritmo da balcanização, um fenómeno que prejudica a democracia deliberativa e a discussão de problemas e questões na esfera pública” (p. 43)¹⁷¹.

¹⁶⁸ “One of the biggest promises of creating a new, deliberative public sphere online is also one of the weaknesses: the possibility of contributing to the debates anonymously” (Jensen, 2003, p. 358).

¹⁶⁹ “On the downside, anonymity can lead to irresponsibility, hate speech and a decline of debate culture” (Jensen, 2003, p. 358).

¹⁷⁰ “First, people should be exposed to materials that they would not have chosen in advance. Unplanned, unanticipated encounters are central to democracy itself...Second, many or most citizens should have a range of common experiences. Without shared experiences, a heterogenous society will have a much more difficult time in addressing social problems. People may have even find it hard to understand one another (Sunstein, 2001, pp. 8-9)

¹⁷¹ “Rather than creating environments in which ideas and viewpoints can be challenged and contested, the Internet may well be reinforcing and accelerating the pace of balkanization, a phenomenon that erodes deliberative democracy and the working out of problems and issues in the public sphere” (Wilhelm, 2000, p. 43).

O autor realçava desta forma o facto de se estarem a promover reuniões de pessoas com opiniões semelhantes (*like-minded people*), contribuindo para uma fragmentação da participação. O autor sugeria ainda que a maioria dos participantes não se envolvia, limitava-se a acompanhar a discussão, assumindo dessa forma apenas um papel de testemunha.

Mas se o trabalho de Wilhelm aponta importantes limitações à possibilidade da deliberação em fóruns *online*, o estudo de Richard Davis (2005), também sobre os grupos da *Usenet*, vai mais longe, uma vez que afasta por completo a existência de um debate qualificado em grupos de discussão. O autor defende que nestes espaços *online* os participantes não estão disponíveis para considerar os argumentos dos outros, para trocar razões, ou seja, não existe uma reflexividade discursiva. Desta forma, a maioria dos participantes expressa apenas a sua própria opinião e disponibiliza informação, sem se vincular a um debate propriamente dito (cf. Sampaio, 2010). Este estudo corroborava assim os resultados da pesquisa desenvolvida anos antes por Nicholas Jankowski e Renee van Os (2003), que apontava também que as discussões *online* apresentam poucos sinais de deliberação, uma vez que são dominadas por pequenos grupos de participantes, abordam poucos assuntos e, por conseguinte, poucas oportunidades para a reciprocidade (cf. Mendonça et al., 2016b).

Mendonça, Sampaio e Barros (2016b), consideram que os diferentes estudos sobre deliberação *online* que apresentavam resultados menos positivos em termos de cumprimento dos requisitos deliberativos foram importantes pelo conjunto de questões que levantaram e que passaram a ser incorporadas nas investigações que se desenvolveram a seguir. O foco dos estudos deixou de estar apenas centrado na avaliação da deliberação, para passar a considerar outras variáveis que podiam influenciar o processo de deliberação *online* (Brundigde, 2010; Graham, 2008).

Neste contexto, os autores destacam que passaram a ser considerados, nos estudos sobre deliberação *online*, aspetos como a plataforma ou *site* onde é disponibilizado o fórum para a discussão, uma vez que há arenas institucionais, governamentais e espaços criados pela sociedade civil, que têm particularidades distintas e que são capazes de influenciar o tipo de debate que é possível realizar (Coleman & Moss, 2012; Graham, 2012; Jansen & Kies, 2005). O trabalho já referido de Jensen (2003) é neste capítulo particular, uma vez que mostrou a diferença de perfis dos participantes de dois fóruns na mesma plataforma, mas com organização distinta, um pelo governo, outro por cidadãos.

A tipologia de debate, aberto ou fechado, bem como a necessidade de registo e a existência de restrições quanto ao número e características dos participantes, são aspetos que passaram igualmente a ser considerados. Também a moderação e os temas em debate surgem neste momento como capazes de influenciar a qualidade da deliberação *online* e acabam por contribuir para o aumento e diversificação dos estudos sobre deliberação *online*, que passam a incorporar análises e focos muito variados.

Para Rafael Sampaio, Samuel Barros e Ricardo Morais (2012, p. 474) o campo de estudos da deliberação *online* pode então ser dividido de acordo com cinco objetivos principais, que abrigam os diferentes aspetos de que já falámos. Um primeiro grupo de estudos dedica-se a comparar as deliberações *online* e *offline*, procurando demonstrar que ambas podem dotar os participantes de mais conhecimentos e fomentar a sua vontade de participação política (cf. Gastil, 2000; Dahlberg, 2004; Baek et al, 2011). O segundo grupo analisa a qualidade dos debates *online* promovidos pelos cidadãos e preocupa-se em perceber que aspetos podem ajudar ou dificultar um processo de deliberação qualificada entre os participantes (cf. Graham, 2008; Janssen & Kies, 2005; Wilhelm, 2000). Segue-se o grupo de estudos que analisa a deliberação em fóruns *online* alojados apenas em *websites* institucionais, e que procura avaliar o seu funcionamento e principais resultados (cf. Dahlberg, 2004; Jensen, 2003; Wright & Street, 2007). O quarto conjunto de estudos dedica-se a investigar os aspetos relacionados com o *design* e a estrutura dos espaços que acolhem o debate e de que forma estes podem afetar a qualidade da deliberação *online*. Trata-se de analisar vários dos aspetos que referimos anteriormente, como a acessibilidade, a moderação, a identificação, a plataforma (cf. Decindio & Peraboni, 2010; Janssen & Kies, 2005; Noveck, 2003). Por fim, os autores fazem ainda referência a um quinto grupo de trabalhos que, através de softwares específicos, procuram avaliar os diferentes argumentos utilizados nos debates e apresentá-los de forma visual. No fundo trata-se de uma linha de estudos que vai ao encontro das ferramentas/*softwares* de análise de redes sociais (cf. Loukis et al, 2009; Karamanou et al, 2011; Tambouris et al, 2011).

Uma organização semelhante a esta foi feita por Ricardo Fabrino Mendonça (2015), que considera que os diferentes aspetos relacionados com a deliberação *online* deram origem a estudos sobre:

“o desenho de fóruns (Davies e Chandler, 2012; Sæbø et al., 2009; Wright e Street, 2007); a deliberatividade das arenas on-line (Hamlett, 2002; Janssen & Kies, 2005; Kies, 2010; Sampaio et al., 2011; Stromer-Galley, 2007; Wales et al., 2010); a comparação entre as esferas de mídia online e convencional (Gerhards e Schäfer, 2010); o papel da internet na promoção do contato entre perspectivas opostas (Lev-on e Manin, 2009; Mutz, 2006; Wojcieszak e Mutz, 2009); o uso de consultas on-line (Coleman e Shane, 2012; Davies e Chandler, 2012; Fishkin, 2009; Kies, 2010; Shane, 2009); e o impacto potencial resultante desses processos (Freschi e Mete, 2009)” (p. 92)¹⁷².

Qualquer que seja os autores que se decidem seguir, o que importa considerar é que estas sínteses das principais linhas de pesquisa em torno da ideia de deliberação *online* (Mendonça et

¹⁷² “There are studies about: the design of forums (Davies e Chandler, 2012; Sæbø et al., 2009; Wright e Street, 2007); the deliberativeness of online arenas (Hamlett, 2002; Janssen & Kies, 2005; Kies, 2010; Sampaio et al., 2011; Stromer-Galley, 2007; Wales et al., 2010); the comparison between online and conventional media spheres (Gerhards e Schäfer, 2010); the role of the internet in promoting contact between opposing perspectives (Lev-on e Manin, 2009; Mutz, 2006; Wojcieszak e Mutz, 2009); the use of online consultations (Coleman e Shane, 2012; Davies e Chandler, 2012; Fishkin, 2009; Kies, 2010; Shane, 2009); and the potential impact resulting from these processes (Freschi e Mete, 2009)” These investigations have offered rich methodological approaches, which vary greatly depending on the type of research problem being addressed” (Mendonça, 2015, p. 92).

al., 2016b), permitem-nos analisar um conjunto de aspetos que podem determinar o sucesso ou insucesso de um processo deliberativo. Referimo-nos particularmente às questões do *design* dos espaços deliberativos e às características que podem afetar o seu funcionamento. É nesse conjunto de aspetos que nos concentramos nos pontos seguintes.

Por outro lado, esta complexa linha de investigações sobre deliberação *online* revela-se igualmente importante na delimitação do nosso campo de trabalho e objeto de estudo. Neste sentido, devemos deixar claro que no nosso estudo não procuramos uma comparação entre a deliberação *online* e *offline*, nem tão pouco estudar os debates que têm lugar nas esferas institucionais promovidas pelos atores políticos. Centramos por isso a nossa atenção na análise da qualidade da deliberação nos fóruns *online* em que os cidadãos podem participar, e em particular, como veremos mais à frente, nos espaços de comentários dos jornais e também nos *sites* de redes sociais.

Por agora vamos analisar o conjunto de variáveis que podem afetar ou ajudar a explicar a qualidade da deliberação *online*. Seguimos para o efeito, na linha de Barros (2013), os trabalhos de Janssen e Kies (2004, 2005), que a partir da revisão da literatura que fizeram na época, concluíram que o processo deliberativo *online* não poderia ser avaliado apenas a partir da análise das trocas discursivas. Os autores consideraram que existiam diferentes fatores externos que podiam afetar a qualidade da deliberação, tais como: a) a cultura e orientação política dos participantes; b) a estrutura comunicativa do espaço de discussão, nomeadamente, o tema em debate, a entidade que promove o debate, a obrigatoriedade de identificação ou a possibilidade de anonimato; c) a existência e o tipo de moderação (2005, pp. 320-321)¹⁷³.

Nos pontos seguintes apresentamos cada uma dessas variáveis, ainda que fazendo pequenas adaptações, de acordo com os aspetos que nos parecem mais relevantes, quer para os estudos atuais da deliberação *online*, quer para a nossa pesquisa.

3.3.1. Desenho e estrutura dos espaços de discussão *online*.

Uma das dimensões que Janssen & Kies (2004, 2005) entendem que pode influenciar um processo de debate está relacionada com a estrutura e organização do espaço que acolhe a discussão. Nesse sentido, é preciso considerar um conjunto de variáveis que podem ser determinantes para ajudar a explicar os resultados mais ou menos positivos da deliberação *online*.

¹⁷³ “Our typology is based on three general categories that correspond to three avenues in which the research could advance in order to get a better understanding of the online deliberation: (i) the communicative structure of the discussion space, (ii) the political culture and ideology and (iii) the ‘weak’ and ‘strong’ distinction. It is important to stress that these variables will interact, which means that the established level of deliberation will necessarily result from a combination of them” (Janssen & Kies, 2005, pp. 320-321).

Começamos pelo espaço onde se desenrola a discussão. Não nos referimos apenas ao tipo de plataforma, isto é, não se trata simplesmente de verificar se o fórum foi criado propositadamente para o debate, ou se pelo contrário o debate ocorre num espaço de comentários de um jornal ou de um *site* de rede social. Analisar a arena, fórum ou espaço onde se processa a discussão implica estar atento a um conjunto de elementos estruturais como o acesso, as possibilidades de publicação e a própria interação entre os participantes, explicam os autores. A necessidade de registo, a quantidade de mensagens ou *posts* que podem ser publicados, o tipo de conteúdos que podem ser adicionados, são alguns dos aspetos que devem ser considerados na análise de um determinado espaço de discussão.

“As arenas de deliberação apresentam características técnicas e lógicas de interação que não são neutras, mas refletem decisões políticas que podem incentivar ou constranger discussões políticas deliberativamente orientadas. Assim, a ação de discutir se dá de modo inseparável da configuração tecnológica, que facilita e condiciona o modo como as pessoas podem interagir” (Mendonça, Sampaio & Barros, 2016b, p. 20).

A importância de estudar o espaço onde pode decorrer a deliberação prende-se com o facto de, como referem Scott Wright e John Street (2007), este não ser apenas um produto da tecnologia, mas pelo contrário ser construído, o que significa dizer que a forma como é desenhado e edificado pode afetar o processo deliberativo. Os autores realçam, através de um estudo empírico, “que o desenho do fórum de discussão se encarregou de moldar a deliberação”. Os autores acrescentam que “a importância potencial do *design* não se limita à arquitetura da própria Internet (embora obviamente isso seja importante), mas à natureza da interface: como é projetada e construída” (p. 864)¹⁷⁴.

Se pensarmos por exemplo nos *media* sociais, e em particular nos *sites* de redes sociais como o Facebook, ou de *microblogging*, como o Twitter, percebemos que estas plataformas apresentam características particulares que necessariamente condicionam a participação dos utilizadores. Os *sites* exigem, desde logo, identificação para que se possa iniciar sessão e assim publicar textos, fotos, vídeos e outros conteúdos, mas também fazer partilhas. As regras destes espaços obrigam ao registo e só mediante esse é possível ter acesso a um conjunto de ações.

Esta importância do espaço da discussão remete-nos para duas dimensões particulares relacionadas com o *design* e que estão diretamente relacionadas: a acessibilidade e a identificação. No caso da acessibilidade, trata-se de verificar, como referem Janssen e Kies (2004, 2005) se os espaços são verdadeiramente abertos ou se existem critérios de admissão dos participantes. Em determinados casos, o acesso pode ser pago, como por exemplo em determinados meios de comunicação, em que existem limites para os conteúdos a que se pode aceder de forma gratuita. Este aspeto afeta desde logo a acessibilidade, mas também a

¹⁷⁴ “(...) we suspect that the design of the discussion forum commissioned itself shapes subsequent deliberation, as the example of Futurum has suggested. The potential importance of design is not limited to the architecture of the internet itself (although obviously this is important) but to the nature of the interface: how it is designed and constructed” (Wright & Street, 2007, p. 864).

inclusividade, uma vez que no fundo se condiciona o acesso pela capacidade ou disponibilidade financeira para pagar, o que nos remete para a lógica comercial da Internet.

“A Internet transformou-se gradualmente num shopping center online e menos num espaço deliberativo, o que influencia a orientação da discussão política digital. Como um meio construído dentro de um contexto capitalista, a Internet é suscetível aos impulsos lucrativos do mercado, que tradicionalmente não dão prioridade à participação cívica ou à democratização”¹⁷⁵ (Papacharissi, 2009, pp. 235-236).

Esta mudança do ambiente digital, com uma tendência crescente para a comercialização dos conteúdos, afeta necessariamente a acessibilidade a determinados espaços e determina de forma negativa as próprias discussões. É neste sentido que Papacharissi considera que a Internet não se configura propriamente como uma esfera pública, precisamente por não cumprir as exigências, em termos ideais, de inclusividade (cf. Barros, 2013). Por outro lado, como lembra Correia (2015a), a visão muitas vezes idealizada da Internet e dos *sites* de redes sociais enquanto espaços perfeitos para acolher a participação democrática, faz esquecer as estruturas de poder político e económico que estão por detrás do ambiente digital, na sua maioria muito semelhantes às dos *media* tradicionais.

Diretamente relacionado com a questão da acessibilidade está a da necessidade de identificação, que pode ser exigida nalguns espaços, nomeadamente através de um registo e a imposição de fornecer mais ou menos dados para poder participar. Esta é uma das questões mais controversas e que mais dúvidas levanta, com posições muito distintas a serem apresentadas em relação aos benefícios e perigos do anonimato.

Para alguns autores a configuração que permite o anonimato na Internet reduz os medos de isolamento, de humilhação e de reprovação, que, muitas vezes, são indicados como os principais motivos para o não envolvimento (Witschge, 2002; Stromer-Galley, 2002). Esta característica é reconhecida, por outros, como um dos pontos fortes da internet, na medida em que “se a interação mediada por computador pode de forma consistente reduzir a influência de *status*, terá uma vantagem poderosa sobre a deliberação face a face”¹⁷⁶ (Gastil, 2000a, p. 359). Dahlberg (2001b) também exalta esta ideia quanto à redução da influência do estatuto, argumentando que a “cegueira” permitida pela Internet nivela as hierarquias sociais e as relações de poder, permitindo que as pessoas interajam como se fossem iguais (p. 15). Janssen e Kies (2004) também consideram que “a ausência de identidade e presença física deve estimular o surgimento de debate que seja igual, plural, livre e sincero”¹⁷⁷ (p. 3). Dahlberg

¹⁷⁵ “The internet has gradually transitioned into an online multi-shopping mall and less of a deliberative space, which influences the orientation of digital political discussion. As a medium constructed within a capitalist context, the internet is susceptible to the profit-making impulses of the market, which do not traditionally prioritize civic participation or democratization” (Papacharissi, 2009, pp- 235-236).

¹⁷⁶ “If computer-mediated interaction can consistently reduce the independent influence of status, it will have a powerful advantage over face-to-face deliberation” (Gastil, 2000, p. 359).

¹⁷⁷ “the absence of identity and physical presence should encourage the emergence of debate that is equal, free, plural and sincere” (Janssen & Kies, 2004, p. 3).

acredita ainda que, num ambiente anónimo, os argumentos são avaliados pelo seu valor e não tendo em conta a posição social do autor dos mesmos (2001, p. 14). O anonimato permitiria ainda, de acordo com algumas pesquisas aumentar o número de participantes, bem com a variedade de participações. Em suma, argumenta-se que apenas o anonimato poderá assegurar a livre participação e, portanto, uma opinião mais verdadeira. Acrescenta-se ainda que quando não se conhece a identidade dos participantes não existem riscos em termos de influência da opinião por parte de outros elementos e assim funciona apenas a melhor argumentação, critério determinante no âmbito do processo de deliberação (cf. Mendonça, Sampaio & Barros, 2016b).

Por outro lado, a identificação é defendida como a única forma de evitar comportamentos menos corretos e mensagens desrespeitosas, nomeadamente os fenómenos conhecidos por *flaming* e *trolling*. Apesar de muitas vezes utilizados em paralelo, importa considerar as diferenças entre estes dois comportamentos. O *flaming* caracteriza o tipo de interações ofensivas entre utilizadores, os chamados *flames*, que se verificam em grupos de discussão ou espaços de comentários. Este tipo de mensagens em tom hostil e provocativo, contém insultos e pode dominar certas interações, constituído aquilo que ficou conhecido por *flame wars*. Já o *trolling*, como explicam Hmielowski, Hutchens e Cicchirillo (2014) é um comportamento *online* intencionalmente disruptivo, ou seja, que procura desestabilizar uma troca de ideias entre utilizadores. Ao contrário do *flaming*, existe uma intenção clara, mas que é dissimulada nos comentários dos utilizadores (Abril, 2016). Neste campo, Papacharissi (2004) estabelece também uma importante distinção entre aquilo que considera mensagens “rudes” (*unpolite*) e “com falta de civismo” (*incivil*), sendo que a primeira pode resultar apenas do envolvimento emocional numa discussão, enquanto que a segunda consiste a verdadeira ameaça à deliberação *online*, uma vez que se trata de uma ofensa à dignidade dos participantes.

Com os *sites* de redes sociais, local onde se dão o maior número de interações dos tempos modernos, a questão da identificação fica aparentemente minimizada, uma vez que é possível, na maior parte das situações, identificar os autores das mensagens, devido aos sistemas de registo, que exigem quase sempre a utilização de um endereço de *email* válido. Mas a verdade é que não existem garantias quanto à veracidade de muitas das informações prestadas na criação dos perfis, para além de se proliferarem as contas fictícias nestes espaços.

Voltando à falta de civismo, Arthur Santana (2013) alerta que esta pode atingir as possibilidades de deliberação não apenas pelo facto de determinados participantes abandonarem a discussão, mas também pelo facto de determinados “temas potencialmente importantes não serem abordados por falta de um mínimo de civismo” (p. 29)¹⁷⁸. A importância da temática em discussão remete-nos para aqueles que têm sido os resultados de alguns estudos empíricos, que apontam que a existência de anonimato deve ser tratada não apenas em função do espaço, mas também do contexto e da temática da discussão. A pesquisa de Coleman & Blumler (2009),

¹⁷⁸ “(...) unchecked incivility may mean that potentially important topics go unaddressed for want of a modicum of civility” (Santana, 2013, p. 29).

mostra precisamente que, num fórum aberto pelo Parlamento britânico sobre violência doméstica, o anonimato foi determinante, uma vez que sem ele não teria sido possível uma discussão sincera sobre o tema. “Se os participantes tivessem sido convidados a comparecer no Parlamento para contar as suas histórias e expressar as suas opiniões, poucos teriam ido. O Parlamento é um lugar intimidante, e a maioria das mulheres não queria que os seus nomes ficassem registados como testemunhas” (2009, p. 93)¹⁷⁹. Voltaremos à questão do tema no próximo ponto, porque apesar da temática em debate estar relacionada com a identificação, não consideramos que seja um aspeto determinado diretamente pelo *design* e estrutura do espaço de discussão.

Há, no entanto, outro aspeto que está relacionado com o design do fórum de discussão e que pode igualmente condicionar a deliberação *online*: a moderação. Os diferentes ambientes *online* podem ou não ter moderação, para além desta se poder verificar em momentos distintos. Pode existir moderação antes da publicação do conteúdo, isto é, pré-moderação, ou apenas depois da publicação, pós-moderação. Nos espaços em que existe pré-moderação o maior problema é a necessidade de um controlo prévio das mensagens, o que pode acabar por afetar a própria discussão. Já nos espaços com moderação após a publicação das mensagens, o maior risco são os conteúdos ofensivos e insultuosos. Nalguns casos existem programas de *softwares* capazes de fazer o controlo das mensagens publicadas, através da identificação de palavras ou expressões proibidas, mas pode também ser necessário ter uma pessoa dedicada à análise das mensagens (cf. Barros, 2013). Podemos ainda considerar diferentes “tipos de moderadores ou padrões de atuação”. O moderador pode atuar como limitador do debate, removendo opiniões que não sigam os critérios da discussão, ou pelo contrário atuar como promotor do próprio debate, interagindo com os participantes, acrescentando informação e esclarecendo determinados aspetos (cf. Janssen & Kies, 2004).

A par do anonimato, a moderação é uma das dimensões mais controversas e que mais divide as opiniões dos investigadores (Mendonça, Sampaio & Barros, 2016b). “A questão da moderação tende a ser controversa também. Alguns argumentam que na Internet nenhuma moderação deve ser permitida porque o “ciberespaço é um espaço de liberdade”, enquanto que outros consideram que a moderação deve ser permitida a fim de garantir uma certa estrutura e continuidade do debate” (Janssen & Kies, 2005, p. 321)¹⁸⁰. No entanto, considerando a multiplicidade de ambientes de comunicação, para se avaliar melhor os benefícios ou malefícios da moderação, seria necessário ter em conta outras variáveis, tais como “quem são os participantes da deliberação ou quais os temas em discussão” (Barros, 2013, p. 60). Isto porque

¹⁷⁹ “Had the participants been invited to attend Parliament to tell their stories and express their views, few would have gone. Parliamente is an intimidating place, and most women not want their names recorded as witnesses” (Coleman & Blumler, 2009, p. 93)

¹⁸⁰ “The question of moderation tends to be controversial as well. Some argue that on the Internet no moderation should be allowed because the ‘cyberspace is a space of freedom’ while others consider that the moderation should be allowed in order to guarantee a certain structure and continuity in the debate” (Janssen & Kies, 2005, p. 321).

para o autor, determinados temas com certos participantes podem gerar discussões mais acesas e, portanto, com maior necessidade de moderação. É neste sentido que Kies (2010) considera que a moderação é uma das dimensões que pode limitar a discussão de determinados temas e afetar a deliberação¹⁸¹.

Embora se devam considerar as diferentes perspectivas dos autores, não se podem ignorar as dezenas de jornais *online*, por exemplo, que decidiram permitir comentários apenas sobre determinados temas ou que resolveram mesmo eliminar qualquer forma de participação por parte dos leitores (Santana, 2013). O facto de os conteúdos serem hoje, quase sempre, partilhados nos *sites* de redes sociais pode ajudar a explicar esta decisão, uma vez que passam a existir outros locais para a participação e muitos meios moveram para esses espaços as possibilidades de comentar (Silva, 2015; Hille & Bakker, 2014). Mas a verdade é que há outros aspetos a considerar neste processo de encerramento dos espaços de comentários dos jornais *online*, que no âmbito do nosso estudo nos interessam observar e que serão abordados mais à frente neste trabalho.

Terminamos este ponto realçando a importância de se considerar o desenho e estrutura dos espaços de discussão *online* no âmbito das análises sobre a deliberatividade das discussões que têm lugar nos mais vários fóruns de debate. Esta é uma das linhas de investigação no âmbito dos estudos sobre deliberação *online* que mais tem crescido, mas para a qual continuam a faltar respostas que permitam elucidar o comportamento dos comentadores. No ponto seguinte deixamos os aspetos relacionados com o *design* dos fóruns *online* e centramo-nos nas dimensões relacionadas com o contexto em que é promovido o espaço de discussão, a temática em debate e o perfil dos participantes.

3.3.2. Contexto, temática e perfil dos participantes.

O contexto em que se realiza um determinado fórum de discussão é também uma das dimensões que pode influenciar a decisão de participar num debate e, por conseguinte, pode afetar a deliberação *online* (Janssen & Kies, 2005). Nesse sentido, por contexto deve-se entender, de acordo com Barros (2013, p. 61), não apenas a circunstância ou a conjuntura a partir da qual é promovido um espaço de debate, mas também qual a entidade e em que plataforma o promove. As discussões podem ser promovidas por entidades nacionais, regionais ou locais; da esfera governativa ou da esfera partidária; por organizações da sociedade civil; por meios de comunicação; mas também por todas estas e outras entidades nos *sites* de redes sociais. Se pensarmos, por exemplo, em fóruns desenvolvidos por partidos políticos, a tendência poderá ser a de atrair participantes que já tenham à partida interesse em discutir temas políticos,

¹⁸¹ “The comparative analysis has allowed identification of several factors that may bear upon the success of the online debates as well as their level of deliberation. These are the sociodemographic characteristics of the users of the forum, the participative culture of the institutions hosting the debates, the discursive architecture of the online debates, particularly their identification and moderation policy, the nature of the topics discussed, and the external impact of the online debates” (Kies, 2010, p. 165).

afastando dessa forma outro tipo de intervenientes, a quem essa temática interessa menos realça Barros (2013, p. 61). Os espaços de comentários promovidos por meios de comunicação, por outro lado, atraem mais frequentemente os utilizadores que frequentam os *websites* noticiosos e que estão por isso habituados a consumir notícias *online*, destaca o autor (*ibidem*). No caso particular dos *sites* dos meios de comunicação, Barros remete para Dahlberg (2001b), que considera que estes podem ser importantes na medida em que estimulam a deliberação a partir de conteúdos jornalísticos e, por conseguinte, podem contribuir para uma deliberação mais informada e racional. No entanto, o autor também alerta para a natureza dos próprios *media* e levanta reservas quanto às suas motivações, “uma vez que as suas ambições em termos de lucros tendem a inibir a deliberação crítica racional”¹⁸² (p. 622). Os *websites* dos meios de comunicação são particularmente relevantes no contexto deste trabalho e voltaremos por isso a abordá-los em detalhe no ponto seguinte.

O que importa reter neste ponto, é que a entidade organizadora e a plataforma que aloja o debate podem contribuir, mais ou menos favoravelmente, para a qualidade do processo deliberativo. É, aliás, neste sentido que Maia, Rossini, Oliveira e Oliveira (2016), destacam a importância de “analisar diferentes ambientes virtuais (...) considerando como suas especificidades técnicas podem fomentar, constranger ou impedir diferentes formas de comunicação mediada à luz da teoria deliberativa” (p. 208). Neste sentido, diríamos ainda que para além dos aspetos técnicos que vimos no ponto anterior, são os próprios contextos socioculturais que justificam que se considere a influência que diferentes plataformas podem ter no processo deliberativo. Os *sites* de redes sociais são, neste âmbito, um caso paradigmático, uma vez que passaram a ser o palco de muitas das discussões contemporâneas, mas ao mesmo tempo uma das arenas onde a variedade de interações pode servir para os mais diferentes fins, desde troca de informações, passando pela formação de grupos e debates, até à organização de movimentos de protesto.

A entidade promotora do debate pode ainda ser determinante noutra perspetiva. Como lembra Kies (2010), se os participantes entenderem que a sua participação pode de alguma forma ser considerada e ter influência sobre qualquer tipo de decisão que venha a ser tomada, pode existir maior motivação para participar. “Se os participantes acreditam que sua participação nos debates pode ter um impacto político concreto, eles estão mais dispostos a adotar uma atitude respeitosa” (p. 110)¹⁸³ e que promova o debate. Consideremos, a título de exemplo, o caso dos orçamentos participativos. Os elevados índices de adesão por parte dos cidadãos devem-se em muito a essa perceção de que um pequeno contributo pode fazer a diferença e ajudar na realização de um determinado projeto. Os objetivos do espaço de debate são nesse sentido outra das variáveis que pode influenciar a discussão, na medida em que as deliberações

¹⁸² “(...) media corporates are not the most suitable sponsors for democratic talk as their profit-making ambitions tend to inhibit rational-critical deliberation” (Dahlberg, 2001, p. 622).

¹⁸³ “(...) if participants believe that their participation in the debates is likely to have a concrete political impact, they would be more willing to adopt a respectful attitude (Kies, 2010, p. 110).

através da Internet podem procurar uma discussão descomprometida sobre um determinado tema, mas podem também ter como finalidade decidir sobre um assunto em particular, ou ainda uma tomada de decisão efetiva, se o processo for promovido, por exemplo, por uma entidade com efetivo poder de execução.

A temática objeto de discussão é outro aspeto a considerar e que também está ligado à entidade que promove o debate. Embora já tenha sido abordado enquanto variável relacionada com o desenho e a estrutura dos fóruns de discussão, entendemos que ela não se esgota nessa natureza mais técnica, mas apresenta particularidades ao nível do contexto e em função deste a deliberação pode seguir caminhos completamente distintos. De acordo com o tema em debate os participantes podem apresentar melhores ou piores opiniões, tomar ou não posição, adotar comportamentos mais ou menos respeitosos (Barros, 2013). Alguns dos estudos já realizados e que analisam este aspeto (Kies, 2010; Wilhelm, 2000), indicam que os temas mais polémicos e que apresentam maior divergência e pluralidade de opiniões acabam por ser mais deliberativos. Mas a importância de se considerar o tema advém também do facto, realça Barros (2013), de este poder ajudar a explicar as variações na quantidade de participantes e no tipo de participantes (cf. Janssen & Kies, 2005).

O tema é, na realidade, uma das variáveis que mais pode influenciar a opinião dos participantes e a qualidade da deliberação, realça Barros (2013). Para o autor, a interação entre os participantes sofre efetivamente mudanças mediante o tema, como fica provado através do estudo de Stromer-Galley & Martinson (2009), que analisou um *chat* sobre política, que mostrava grande qualidade deliberativa, por comparação com outros três fóruns sobre corridas de carros, entretenimento e prestação de cuidados de saúde a pessoas com cancro. Neste contexto, Stromer-Galley (2007) considera que o tema em discussão pode ser estabelecido previamente, *structuring topic*, ou durante a própria discussão, *interactional topic*. Se o primeiro surge a partir de um assunto pré-estabelecido, já o segundo não emerge propriamente a partir de nenhuma questão em particular, mas é orientado pela relação que se estabelece entre os participantes (p 6). Os índices de deliberação tendem a ser mais elevados quando os temas são estruturados, mas ao mesmo tempo a imposição de uma temática pode afastar alguns participantes (cf. Barros, 2013).

Saber quem são os elementos que participam nas arenas discursivas também é um aspeto importante, uma vez que se podem considerar a participação de cidadãos, mas também representantes de instituições do Estado, representantes de partidos políticos, jornalistas e profissionais da comunicação, entre outros elementos da sociedade civil. Observar o perfil dos participantes pode ajudar a perceber, desde logo, se existe pluralidade, fundamental para garantir a qualidade da deliberação, lembra Barros (2013). Se a participação estiver concentrada em determinados elementos, que não são representativos da sociedade, todo o processo deliberativo fica comprometido. Por outro lado, conhecer os participantes revela-se importante, tendo em conta a própria temática em debate. Dimensões como a identidade

partidária ou ideologia política, bem como as condições sociais e económicas, e ainda a pertença a determinadas organizações, podem influenciar a participação e não devem por isso ser ignoradas.

No entanto, a verdade é que na Internet nem sempre é fácil obter dados sobre o perfil dos participantes, que evitam quase sempre revelar dados pessoais, para além de em muitos casos criarem perfis destinados apenas à participação em determinados fóruns. No caso particular da deliberação *online*, Barros realça o trabalho de Norris (2001), que demonstra que há certos elementos que participam mais do que outros, em função de serem mais politicamente ativos e terem um maior nível de escolaridade. Neste contexto, importa retomar novamente o trabalho de Jensen (2003), que conclui, depois de analisar dois fóruns promovidos por organizações distintas, um por parte do governo, outro por parte de cidadãos, que o perfil dos participantes é semelhante. “Os questionários dos participantes em ambos os grupos mostram que a maioria era politicamente ativa antes de participar nos grupos e que não parece que a Internet ajude a mobilizar grupos novos ou até então marginalizados” (p. 371)¹⁸⁴.

Neste contexto é preciso considerar os diferentes interesses dos cidadãos como uma dimensão que também pode afetar a motivação para participar. Barros (2013) lembra que determinadas pessoas podem preferir outros *media* para participar, em detrimento da Internet. Por outro lado, mesmo quando escolhem o ambiente digital, podem pensar nele para um uso distinto, ou seja, orientado para o entretenimento ou para o consumo, por exemplo, e não propriamente para o envolvimento em discussões públicas. Os interesses são também muito importantes, lembra o autor, porque eles podem influenciar o tipo de argumentação e a disponibilidade para participar de deliberações que requerem tempo e esforço por parte dos envolvidos. Outra dimensão que pode afetar a deliberação *online* é quando a formação das arenas deliberativas se dá em torno de opiniões semelhantes (*likeminded*) ou de perfis de participantes com os mesmos gostos e posições, como já tivemos oportunidade de referir, porque a tendência acaba por ser quase sempre a de evitar quem pensa de modo diferente. É neste sentido que se fala de polarização das posições, o que levanta problemas à deliberação, na medida em que pode diminuir a hipótese de troca de argumentos.

No entanto, Barros (2013), refere ainda que, para além da polarização, não devemos esquecer a fragmentação das opiniões que pode igualmente afetar a deliberação. O autor apresenta como exemplo o estudo de Brundidge (2010), que inquiriu 781 pessoas e percebeu que, se é verdade que as pessoas procuram normalmente conteúdos e opiniões que vão de encontro à sua opinião, nas redes digitais esse aspeto está minimizado pelo facto de os utilizadores acabarem por estar expostos a uma diversidade de conteúdos muito maior. A ideia é de que face à quantidade de informação que circula *online*, é difícil ter acesso apenas a determinados

¹⁸⁴ “Surveys of debaters in both groups show that most were politically active prior to participating in the groups and that it does not appear that the internet helps to mobilise new or hitherto marginalised groups for political participation” (Jensen, 2003, p. 371).

pontos de vista. A tese da fragmentação perde de certa forma força, defende Barros, precisamente porque o acesso à informação é hoje muito diversificado, que é difícil que uma pessoa receba apenas informações sobre os assuntos que lhe interessam.

3.4. A análise da deliberação *online* em ambientes informais: as secções de comentários dos *websites* dos jornais.

Nas últimas décadas, como vimos, têm sido muitos os trabalhos a abordar a perspetiva deliberativa, a partir da relação entre democracia e Internet. Segundo Dahlberg (2011) os diferentes estudos apresentam uma diversidade de entendimentos, no que diz respeito às possibilidades de as tecnologias digitais melhorarem a comunicação democrática, que o autor analisa a partir de quatro posições ou discursos dominantes: liberal-individualista, deliberativo, contra público e marxista autonomista. No campo deliberativo o autor destaca a diversidade de ambientes deliberativos que têm sido considerados e que vão desde iniciativas deliberativas organizadas a projetos de consulta *online* por parte do Governo.

“A deliberação racional também é identificada como ocorrendo, se menos idealmente, através da redação e comentários do jornalismo cidadão on-line e dos sites de media “sérios” (dos fóruns de discussão online da BBC e do Guardian aos debates iraquianos do Niqash.org. jornalismo independente); fóruns de discussão online de grupos de interesse político; e o vasto leque de debates online informais em listas de e-mail, painéis de discussão na *web*, canais de chat, blogs, sites de redes sociais e wikis” (2011, pp. 5-6)¹⁸⁵.

Também Samuel Barros (2013, p. 55) considera que a literatura que se tem dedicado a analisar a qualidade da deliberação *online* tem observado ambientes muito distintos. O autor refere em particular os trabalhos que se têm destacado em cinco ambiências: a) ambientes promovidos por instituições governamentais ou partidos políticos (Bentivegna, 1998; Coleman & Blumler, 2009; Karlsson, 2010; Jankowski & Van Os, 2004; Jensen, 2003; Kies, 2010; Hagemann, 2002; Miola, 2011; Sampaio, 2010; Stromer-Galley, 2005; Talpin & Monnoyer-Smith, 2010; Wang, 2010); b) ambientes promovidos por organizações da sociedade civil, como ONG’s (Rhee & Kim, 2007; Mendonça & Pereira, 2011); c) ambiente abertos onde se pode participar sem que seja necessário qualquer tipo de ação por parte de uma organização, como por exemplo os espaços de comentários dos jornais (Manosevitch & Walker, 2009; Sampaio & Barros, 2010); os fóruns alojados nas páginas de jornais *online* (Graham, 2010; Sampaio & Dantas, 2011); fóruns abertos por programas de televisão (Graham, 2012); fóruns de discussão *online* em plataformas abertas

¹⁸⁵ “Advocates of deliberative democracy identify many examples of deliberation, of varying quality, taking place through digital communication. Exemplary cases where rational deliberation is seen to be approximated include organized deliberative initiatives (for example, Minnesota E-Democracy and Kuro5hin) and online government consultation projects (for example, the Hansard Society’s e-democracy forums, see Coleman, 2005). Rational deliberation is also identified as taking place, if less ideally, through the writing and commentary of online citizen journalism and ‘serious’ media sites (from the BBC’s and the Guardian’s online discussion boards to Niqash.org’s Iraqi debates, and Scoop.com’s critical and independent journalism); online discussion forums of political interest groups; and the vast array of informal online debate on e-mail lists, web discussion boards, chat channels, blogs, social networking sites, and wikis” (Dahlberg, 2011, pp. 5-6).

(Freelon, 2010; Wright & Street, 2007; Papacharissi, 2004; Jensen, 2003; Tsaliki, 2002; Schneider, 1997); *chats* abertos (Stromer-Galley, 2005); e Wikipédia (Black et al., 2011); d) ambientes particulares de interação social, como os *sites* de redes sociais (Szabo, 2009; Alves, 2011) ou grupos de discussão (Zhang, 2007); e) ambientes controlados e para fins experimentais (Wales, Cotterill & Smith, 2010; Freelon, 2008).

Para Dahlberg grande parte das pesquisas sugere que a deliberação ideal está relacionada sobretudo com espaços onde existe um objetivo claro de alcançar um debate racional e por isso é necessário seguir um conjunto regras particulares. O autor critica, no entanto, o facto de um número considerável de estudos se centrar na análise de espaços deliberativos exemplares, deixando assim por explorar as reais possibilidades da deliberação racional em ambientes de debate em geral.

“A pesquisa concentrou-se amplamente em espaços deliberativos exemplares, e permanece uma questão aberta sobre até que ponto a deliberação racional pode ser realizada no debate geral online, particularmente dada a crescente colonização de sistemas de comunicação digital por interesses estatais e corporativos, que os teóricos deliberativos vêem como uma ameaça significativa à comunicação democrática e à necessidade de regulamentação” (Dahlberg, 2011, p. 6)¹⁸⁶.

É neste contexto que o presente trabalho se insere, ou seja, na sequência dos estudos que defendem a importância de considerar a deliberação em ambientes que não foram pensados em primeira instância para a discussão política (Mendonça, Sampaio & Barros, 2016b; Barros & Carreiro, 2016, 2015; Silva, 2013; Freelon, 2010; Martino & Marques, 2012; Wright, 2012; Wojcieszak & Mutz, 2009). Assim, desenvolvemos esta investigação indo de encontro a uma linha de estudos que analisa os espaços de comentários, em particular os que têm lugar nos meios de comunicação, e o contributo da discussão que neles se gera para a democracia. Estas arenas nos *media* fariam assim parte daquilo a que Wright (2012) e Wright e Jackson (2017) chamam de “terceiros espaços”, ou seja, “não se tratam nem das arenas privadas, nem das arenas da política, mas espaços de sociabilidade onde a política emerge” (Mendonça, Sampaio & Barros, 2016b, p. 21).

Os espaços de comentários nas páginas dos meios de comunicação, e em particular nas páginas *online* dos jornais, têm recebido considerável atenção no quadro dos estudos deliberativos (Barros & Carreiro, 2016, 2015; Carlão, Maia & Santos, 2016; Rowe, 2015; Silva, 2015, 2013; Strandberg & Berg, 2013; Tadeu, 2012; Santana, 2011; Ruiz et al, 2011; Sampaio & Barros, 2010, 2012; Friedman, 2011; Diaz Noci, et al, 2010; Manosevitch & Walker, 2009), em grande medida porque os investigadores procuram “(...) avaliar se os jornais *online* oferecem uma

¹⁸⁶ “However, research has largely focused on exemplary deliberative spaces, and it remains an open question as to the extent to which rational deliberation can be realized in general online debate, particularly given the ever-increasing colonization of digital communication systems by state and corporate interests, which deliberative theorists see as a significant threat to democratic communication and needing regulation” (Dahlberg, 2011, p. 6).

nova encarnação da esfera pública, tornando-se os cafés digitais de uma esfera pública 2.0” (Ruiz et al., 2011, p. 464)¹⁸⁷. Neste ponto abordamos algumas das principais investigações que têm considerado as secções de comentários dos jornais como espaço para a deliberação *online*, procurando perceber, através dos resultados dos diferentes estudos, as características particulares destas arenas.

Os espaços para os comentários dos leitores, bem como as próprias cartas enviadas por estes para os jornais, normalmente para o diretor, tornaram-se uma das formas mais populares de participação do público (Ruiz et al., 2011; Strandberg & Berg, 2013). Marisa Torres da Silva, autora da obra “*As cartas dos leitores na imprensa portuguesa: uma forma de comunicação e debate do público*” (2014), realçou precisamente a importância das secções de correspondência dos leitores, mas também, em trabalhos mais recentes (2013, 2015), a relevância dos comentários enquanto espaços de debate público.

“Entre os vários géneros de participação do público gerados pela incorporação da Internet nos media tradicionais, os comentários dos leitores em notícias são os mais utilizados em sites de notícias online (Reich, 2011: 97; Noci, 2012: 86; Zamith & Lewis, 2014: 2). Ao mesmo tempo, eles são uma das formas mais comuns de envolvimento dos cidadãos online, com grande potencial para o discurso público (Weber, 2014: 941), dando ao público um meio para expressar as suas perspectivas sobre questões atuais (Henrich & Holmes, 2013: 1) e sobre assuntos de interesse público. Os comentários dos leitores podem, portanto, ser entendidos como fóruns cívicos, onde os cidadãos trocam ideias e onde a conversa cívica pode acontecer (Silva, 2015, p. 32)¹⁸⁸.

As secções de comentários são assim reconhecidas como espaço de troca de ideias e argumentos (Silva, 2013a) e, pelo menos idealmente, vistas como possuindo todas as características necessárias para acolher debates democráticos (Strandberg & Berg, 2013). A publicação quase sempre imediata das opiniões por baixo dos textos jornalísticos, bem como a grande quantidade de espaço disponível e a liberdade de publicação, são alguns dos aspetos que, no entender de Kim Strandberg e Janne Berg (2013), fazem deste um espaço de participação único, e sobretudo distinto das cartas dos leitores, mais limitadas em termos de controlo e espaço para a publicação. Os espaços de comentários dos leitores distinguem-se ainda de outras formas de participação *online*, pelo facto de a discussão surgir num determinado contexto, definido pelo texto jornalístico ao qual os comentários estão ligados (Manosevitch & Walker, 2009; Strandberg & Berg, 2013). Enquanto “micro-fóruns ligados às notícias”, para utilizarmos a expressão de David Domingo (2008), os espaços de comentários destacam-se de outras formas de participação

¹⁸⁷ “(...) it is time to assess whether online newspapers provide a new incarnation of the public sphere, becoming the digital cafés of a Public Sphere 2.0” (Ruiz et al., 2011, p. 464).

¹⁸⁸ “Among the many genres of audience participation generated by the incorporation of Internet into traditional media, readers’ comments in news are the most widely used in online news sites (Reich, 2011: 97; Noci, 2012: 86; Zamith & Lewis, 2014: 2). At the same time, they are one of most common forms of citizen engagement online, with great potential for public discourse (Weber, 2014: 941), giving the public a medium for expressing their perspectives on current issues (Henrich & Holmes, 2013: 1) and on matters of public concern. Readers’ comments can be therefore understood as civic forums, where citizens exchange ideas and where civic talk can take place. Thus, user comments are an interesting subject for investigation in the context of audience participation in journalism (Hille & Bakker, 2014: 564)” (Silva, 2015, p. 32).

online menos visíveis e com acesso mais complicado. No final de um artigo esperamos sempre encontrar o espaço de comentários, o que mostra também como o *design* dos espaços cria um hábito junto dos próprios leitores, que pode ajudar a estimular a participação.

Apesar de serem reconhecidos como espaços abertos e potencialmente capazes de acolher debates públicos democráticos, a verdade é que os autores se têm dividido quanto ao cumprimento desse potencial (Silva, 2015; Strandberg & Berg). Se por um lado encontramos autores convencidos de que os comentários são capazes de transformar a discussão pública de maneira positiva (cf. Silva, 2013; Hecht, 2003; Manosevitch & Walker, 2009; Schuth et al., 2007), por outro, são vários os estudos que levantam dúvidas e destacam problemas quanto aos níveis de deliberação e qualidade democrática que é possível alcançar nesses fóruns (cf. Strandberg & Berg; Skjerdahl, 2008; Hedman, 2009). As dúvidas quanto ao potencial destes espaços podem ainda representar vários desafios para os próprios meios de comunicação, devido a um conjunto de aspetos relacionados com a estrutura dos fóruns *online*, alguns dos quais já abordados anteriormente, e que Marisa Torres da Silva resume da seguinte forma:

“(...) preocupações de qualidade relacionadas à presença de discurso inadequado, como discurso de ódio, racismo, difamação; comentários abusivos, incivilidade ou erros linguísticos (Reich, 2011: 103; Olsson e Viscovi, 2013: 286); o anonimato dos participantes online, entendido principalmente como um fator relacionado com a falta de civismo no discurso online (Singer & Ashman, 2009: 16), que pode afetar a reputação de uma organização jornalística (Nielsen, 2014: 479); a desvalorização da moderação dos comentários dos leitores e tarefas de edição relacionadas como trabalho extra-rotineiro, com um status profissional mais baixo do que tarefas mais exigentes e qualificadas, como notícias ou trabalhos de investigação (Olsson & Viscovi, 2013: 290); ou o efeito de aumento de custos e os recursos adicionais necessários para gerir a participação do público (Nyrõ et al., 2011: 132)” (Silva, 2015, p. 33)¹⁸⁹.

A autora lembra, no entanto, que muitos destes desafios não são novos, uma vez que já tinham sido identificados nos fóruns políticos *online*, como eventuais aspetos que poderiam dificultar debates democráticos. Importa por isso concentrarmo-nos na análise de alguns estudos empíricos que apresentam resultados distintos quanto à qualidade da deliberação *online* nos espaços de comentários dos *websites* dos jornais.

No estudo que realizaram sobre os comentários deixados em editoriais em dois jornais distintos, Manosevitch & Walker (2009) encontraram resultados positivos ao nível da participação dos

¹⁸⁹ “Despite this recognition, in practice, several studies have showed that readers’ comments might pose several challenges to journalists and newsrooms, due to an array of aspects: quality concerns related to the presence of inappropriate speech, such as hate speech, racism, defamation, abusive comment, incivility, or linguistic errors (Reich, 2011: 103; Olsson & Viscovi, 2013: 286); the anonymity of the online users, mainly understood as a factor in the uncivil tone of online discourse (Singer & Ashman, 2009: 16), which may affect a news organization’s reputation (Nielsen, 2014: 479); the devaluation of the moderation of readers’ comments and related editing tasks as extra-routine work, with a lower professional status than more demanding and qualified tasks like news stories or investigative work (Olsson & Viscovi, 2013: 290); or the cost-increasing effect and the additional resources required for managing audience participation (Nyrõ et al., 2011: 132). However, in respect to economic considerations within news outlets, readers’ comments may bring concrete benefits such as brand-building, user-loyalty and boosting website traffic (Vujnovic, 2011: 145), thus possibly attracting advertisers” (Silva, 2015, p. 33).

leitores, destacando em particular o facto de os comentários apresentarem “uma quantidade substancial de informações factuais” e demonstrarem uma forte interação entre os leitores. Os autores realçaram ainda a atenção que foi conferida ao texto jornalístico, mas também as fontes adicionais de informação introduzidas pelos comentadores (p. 21). Estes resultados foram considerados positivos, não só por mostrarem que os formadores de opinião podem instigar a deliberação pública construtiva, mas também por indicarem que os leitores aproveitaram o espaço de comentários para deliberar com outros cidadãos sobre assuntos de interesse público, aprofundado o seu próprio conhecimento sobre os diferentes temas em análise.

As possibilidades demonstradas neste estudo contrastam com as de outras investigações, como por exemplo aquela realizada por Diaz Noci e demais investigadores, que na análise a um conjunto de jornais *online* catalães, concluíram que os comentários às notícias evidenciavam sobretudo sinais de falta de respeito, ausência de pontos de vista distintos e falta de argumentos, aspetos que impediam o diálogo democrático (Diaz Noci et al., 2010). Os autores defenderam ainda que a moderação antes da publicação dos comentários poderia ser a única forma de garantir um debate mais democrático, mesmo que a sua utilização pudesse levantar outros problemas ao nível da vontade de participar.

Um ano mais tarde, grande parte da equipa que esteve na origem deste estudo publicou um novo trabalho, desta vez com uma análise a mais de quinze mil comentários de leitores em páginas *online* dos principais jornais diários dos EUA, Reino Unido, França, Espanha e Itália. Os resultados do estudo transnacional evidenciaram dois grupos distintos ao nível da participação.

“Dois modelos de participação do público emergem da análise, um em que as *comunidades de debate* são formadas com base em discussões predominantemente respeitadas entre diversos pontos de vista; e outro de *comunidades homogéneas*, dominando pelas expressões de sentimentos sobre os eventos e onde se verifico menos sinais de um debate argumentativo” (Ruiz et al., 2011, p. 463)¹⁹⁰.

Os dois tipos de participação que os autores encontraram nos comentários mostram como num mesmo espaço se podem cruzar distintos discursos, numa mistura entre debate racional e “elementos não racionais que promovem ódio, negação do outro e monólogo em vez de diálogo”, como também concluiu Friedman (2011, p. 13), no estudo que desenvolveu sobre os comentários feitos ao conflito israelo-palestiniano.

A diversidade de resultados apresentada em cada estudo, em função de diferentes aspetos, obriga a que neste contexto consideremos também o conjunto de variáveis que podem constituir obstáculos ao debate democrático, numa perspetiva menos genérica, mas mais centrada nos espaços de comentários dos leitores. Nesse sentido, e como vimos anteriormente,

¹⁹⁰ “Two models of audience participation emerge from the analysis, one where communities of debate are formed based on mostly respectful discussions between diverse points of view and another of homogenous communities, in which expressing feelings about current events dominates the contributions and there is less of an argumentative debate” (Ruiz et al., 2011, p. 463).

as questões do anonimato e da moderação estão entre as que levantam mais dúvidas junto dos investigadores da deliberação *online*, e a situação não é diferente no que diz respeito às secções de comentários nos meios de comunicação (Silva, 2015). A questão coloca-se, em primeiro lugar, e desde logo, em relação à forma como os comentários dos leitores são encarados pelos jornalistas. De acordo com David Domingo (2015) esse tipo de participação pode ser encarado de duas formas distintas.

“As atitudes dos jornalistas em relação à participação do público variam entre os “dialógicos”, que entendem as notícias como uma conversa social e acolhem a audiência, e os “convencionais”, que defendem a noção de que o jornalismo se deve destacar dos cidadãos para preservar a sua independência (Heinonen 2011)” (Domingo, 2015, p. 161).

Esta dualidade no entendimento da participação fez com que os meios de comunicação acolhessem os contributos dos cidadãos, mas sempre de uma forma cautelosa, salvaguardando acima de tudo o papel do jornalista. No caso particular dos comentários às notícias, é interessante verificar também que os jornalistas não consideram este espaço como “uma *ágora* da esfera pública, mas sim como um desafio à qualidade e à imagem de marca dos *media* noticiosos (Loke 2012)” (*ibidem*, p. 162).

A moderação ganha neste contexto particular relevância, como forma de garantir um debate mais democrático, mas sobretudo como forma de assegurar uma imagem positiva por parte dos meios de comunicação que promovem um determinado espaço de participação. A grande maioria das páginas dos *media*, e em particular dos jornais, procura por isso encontrar a melhor forma de controlar os comentários dos leitores, num contexto crescente de falta de recursos e sem uma estratégia bem definida (Silva, 2015). Se é verdade que “não há uma receita mágica para moderar os novos comentários, e os *sites* de notícias exploraram diferentes estratégias de moderação ao longo do tempo, principalmente por tentativa e erro” (Domingo, 2015, p. 164)¹⁹¹, também não podemos ignorar o facto de nos últimos anos ter crescido o número de organizações noticiosas que decidiram acabar com as secções de comentários.

Uma das justificações apontadas para este encerramento passa pela mudança de estratégia por parte de alguns *media*, que decidiram passar a permitir comentários apenas nos *sites* de redes sociais (Hille & Bakker, 2014), resolvendo dessa forma um conjunto de problemas relacionados com o anonimato e a moderação. Apesar de esse ser um caminho adotado por alguns meios, importa perceber o que motivou outros a uma atitude mais extrema, pondo termo aos comentários. A revista americana TheAtlantic.com, por exemplo, retirou, já no decorrer do ano de 2018, a possibilidade dos seus leitores comentarem os artigos. De acordo com as declarações da editora, Adrienne LaFrance, ao NiemanLab¹⁹², a decisão prende-se com a

¹⁹¹ “There’s no magic recipe for moderating news comments, and news websites have explored different moderation strategies over time, mostly by trial and error” (Domingo, 2015, p. 164)

¹⁹² Artigo disponível em: [url] <http://www.niemanlab.org/2018/02/the-atlantic-is-killing-its-comments-in-favor-of-a-new-letters-section-to-showcase-reader-feedback/>. Consultado a 15-03-2018.

estratégia da revista, que passa por dar mais atenção aos leitores e aos seus contributos. Os espaços de comentários foram assim substituídos por uma nova secção, na versão *online*, mas também em papel, onde as cartas mais interessantes e desafiadoras enviadas pelos leitores são publicadas. A mudança de estratégia não surge por acaso, uma vez que LaFrance reconhece que as secções de comentários se tornaram desagradáveis tanto para os leitores como para os jornalistas.

O caso da TheAtlantic.com está longe de ser único, na verdade nos últimos anos foram várias as organizações noticiosas que decidiram encerrar as suas secções de comentários¹⁹³. Se uns decidiram acabar com os espaços de comentários dos leitores, outros têm procurado encontrar formas de lidar com a participação. O New York Times, por exemplo, decidiu, desde 2017, utilizar uma ferramenta para a gestão dos comentários e passou a permitir o acesso apenas a uma percentagem de artigos. Esta estratégia tem sido aliás muito comum por parte de vários projetos jornalísticos. Os planos de assinaturas e as subscrições digitais vieram reduzir o número de artigos gratuitos a que os leitores têm acesso e dessa forma aqueles onde podem comentar.

Mas as estratégias para lidar com os comentários dos leitores têm sido bastante variadas. A *NRKbeta*, secção de tecnologia do *website* da rede pública de radiodifusão norueguesa, decidiu obrigar os leitores a responderem a algumas questões sobre os artigos antes de os poderem comentar. Ainda sem resultados conhecidos, a verdade é que este estratagema procura contribuir para a resolução de alguns dos problemas sentidos nas secções de comentários, nomeadamente ao nível do *trolling*. Neste contexto importa referir a investigação realizada em 2017 no âmbito do *Engaging News Project*, da Universidade do Texas e do *The Coral Project*, que através de um inquérito recolheu a opinião de doze mil comentadores sobre as secções de comentários em *sites* noticiosos. Entre as principais conclusões, destaca-se uma particularmente relevante e que indica que os comentadores gostavam que os jornalistas participassem nos espaços de discussão (cf. Stroud, Duyn, Alizor, Alibhai & Lang, 2017). A falta de elementos nas redações impossibilita quase sempre esta participação dos jornalistas, que não têm sequer tempo para a moderação.

A falta de tempo por parte dos jornalistas, mas também de mecanismos eficazes para a moderação dos comentários, aliada à questão já referida de ausência de um sistema de registo e identificação dos comentadores, acaba por fazer com que muitas secções estejam repletas de comentários ofensivos (com discursos de ódio e mensagens racistas e xenófobas), aspetos que determinam, na maior parte dos casos, o encerramento de muitos desses espaços¹⁹⁴. Em Portugal, o *website* do jornal Expresso foi o primeiro a suspender a possibilidade dos leitores

¹⁹³ Artigo disponível em: [url] <http://www.niemanlab.org/2015/09/what-happened-after-7-news-sites-got-rid-of-reader-comments/>. Consultado a 15-03-2018.

¹⁹⁴ Ver por exemplo o caso da emissora AL-Jazira, que se viu obrigada a fechar secção de comentários na sequência de mensagens de utilizadores que semeavam o ódio. Artigo disponível em: [url] <https://www.publico.pt/2017/08/30/mundo/noticia/comentarios-de-odio-e-racismo-levam-aljazira-a-fechar-seccao-de-comentarios-1783856>. Consultado a 15-03-2018.

comentarem. O motivo para o encerramento da secção de comentários não é claro, mas defendido por colaboradores do jornal¹⁹⁵, que entendem que é preciso encontrar soluções para o tipo de mensagens e comportamentos que se encontram nas caixas de comentários, sob pena de se afastarem pessoas verdadeiramente interessadas em participar e dessa forma comprometerem-se as possibilidades de debate público.

Apesar da importância desta variável, a verdade é que continuam a não existir estratégias bem definidas quanto à melhor forma de moderar os comentários dos leitores. Zvi Reich (2011), num estudo sobre estratégias de gestão de comentários, que incluiu mais de vinte jornais *online* da Europa e dos Estados Unidos, identificou duas modalidades principais: “pré-moderação” e “pós-moderação”. No caso da primeira, os comentários são avaliados antes de serem publicados, o que garante a qualidade das mensagens, mas pode afastar leitores, para além de exigir investimento por parte dos meios de comunicação. É por isso que a maior parte dos *media* acaba por apostar num modelo de “pós-moderação”, com os jornalistas a intervirem apenas em casos de queixa ou violação dos termos do fórum. Marisa Torres da Silva (2015) lembra, a este respeito, os dados do relatório do *World Editors Forum*, sobre as melhores práticas de moderação de comentários *online*. O estudo feito junto de 104 organizações noticiosas de 63 países, corrobora a tendência de moderação após a publicação, apesar de existir algum equilíbrio entre as duas estratégias.

“Houve uma divisão razoavelmente uniforme entre as organizações com as quais falámos, com 42 optando por moderar após a publicação, 38 antes e 16 operando numa estratégia mista. (Considerando apenas a moderação humana; muitas organizações têm filtros de spam que os comentários devem passar antes que um ser humano os veja)” (Goodmanm, p. 21)¹⁹⁶.

As estratégias mistas, com uma moderação partilhada entre os meios de comunicação que acolhem o debate e os próprios comentadores, através de sistemas de pontos e prestígio, é um modelo que tem sido utilizado, também como forma de envolver os utilizadores, nesta que é uma das variáveis que mais pode afetar o debate democrático. A principal mudança ao nível da moderação deu-se, no entanto, com o desenvolvimento dos *sites* de redes sociais. A obrigatoriedade de registo na plataforma foi aproveitada por vários meios de comunicação que decidiram utilizar essa identificação como forma de acesso aos próprios espaços de comentários (Domingo, 2015).

“Nos sites de redes sociais, os desafios variam dependendo da plataforma. No Facebook, as organizações de notícias têm controlo sobre as postagens na sua página oficial, mas devem estar cientes de que se trata de uma extensão do site de notícias para um território que os utilizadores sentem que lhes pertence. A

¹⁹⁵ Cf. Opinião de cronista do Expresso Daniel Oliveira. Artigo disponível em: [url] <http://leitor.expresso.pt/#library/expressodiario/10-03-2017/caderno-1/opinioao/acabar-com-os-aterros-sanitarios-nas-caixas-de-comentarios>. Consultado a 15-03-2018.

¹⁹⁶ “There was a fairly even split among the organisations we spoke to, with 42 opting to moderate after publication, 38 before, and 16 operating a mixed strategy. (This takes only human moderation into account; many organisations have spam filters that comments must pass through before a human sees them.)” (Goodmanm, p. 21).

utilização dos nomes reais e o facto de estarem rodeados pelos amigos tende a tornar as conversas mais civilizadas, e isso inspirou a introdução de soluções semelhantes em espaços de comentários em sites de notícias. No Twitter, no entanto, as organizações de notícias não podem excluir as menções feitas pelos participantes, apenas relatá-las à rede social, o que pode banir utilizadores abusivos apenas em casos extremos. Em ambos os casos, as redações não têm controlo total sobre as regras do que é esperado e aceitável nesses espaços de media sociais. Os jornalistas sentem a necessidade de estar lá porque é onde o público passa muito tempo online, e as conversas podem surgir muito mais naturalmente” (Domingo, 2015, p. 162).

Os *sites* de redes sociais apresentam, no entanto, características particulares enquanto plataforma, e a forma como a discussão se processa nesses ambientes implica que se considerem outros elementos, que veremos no seguimento do trabalho. Para resumir este ponto, importa recordar que começámos por procurar destacar a importância de estudar ambientes que, não sendo arenas políticas, também podem acolher a discussão de assuntos de interesse público.

Apesar de vários estudos terem já investigado o potencial democrático dos comentários dos leitores nas páginas *online* dos jornais, entendemos que para além das incertezas teóricas, os resultados empíricos não são conclusivos e existe por isso espaço para se aprofundar a pesquisa na área (Kies, 2016). É a isso que nos propomos neste trabalho, a analisar os comentários dos leitores e avaliar a qualidade da deliberação num jornal *online*. Esperamos conseguir indagar sobre a presença dos ideais das conversas democráticas deliberativas nos comentários, mas também sugerir novas linhas de investigação a partir da ligação entre enquadramentos e deliberação *online*. Estamos, no entanto, conscientes de que o trabalho que pretendemos desenvolver é apenas um estudo de caso e não pode servir para que se façam generalizações, sobretudo difíceis quando falamos de tantas variáveis que podem condicionar os espaços de deliberação na Internet.

3.5. Critérios para avaliar a qualidade da deliberação *online*.

As investigações sobre a relação entre a Internet e deliberação despertam, como vimos, no final da década de 1990. O interesse crescente nesta área de estudos levou a que vários teóricos procurassem, nos primeiros anos, abordagens essencialmente teórico-filosóficas realça Ricardo Fabrino Mendonça. Com a entrada no século XXI as abordagens exclusivamente teóricas vão perdendo força e emergem aos poucos investigações empíricas em torno do conceito de deliberação *online*. A proliferação de estudos sobre a deliberação no ambiente digital não se dá através de uma única linha de pesquisa, mas pelo contrário, como refere Mendonça (2015), diversifica-se com análises variadas, quer ao nível dos objetos de estudos, quer dos objetivos da investigação.

É neste contexto que começam também a aparecer cada vez mais trabalhos preocupados com a definição dos critérios e das metodologias para avaliar a deliberação (cf. Black et al. 2009; Rosenberg, 2007; Dryzek, 2005 e 2007; Janssen & Kies, 2004; Steenbergen et al., 2003;

Dahlberg, 2002; 2001a; 2001b; 2001c; 2002). Seguindo a revisão feita por Mendonça (2015), um dos primeiros autores que importa considerar, do ponto de vista da análise dos critérios necessários para avaliar a deliberação *online*, é Lincoln Dalhberg. Os diferentes trabalhos do autor (2001a; 2001b; 2001c; 2002) destacam-se por estarem entre os primeiros que procuram adaptar os aspetos da teoria da esfera pública de Habermas e aplicá-los no estudo dos discursos da Internet. O artigo “*Net-Public Sphere Research: Beyond the “First Phase”*” (2002), é particularmente importante, porque nele o autor faz um primeiro levantamento das abordagens empíricas consideradas para o estudo dos discursos *online*. Neste primeiro momento Dahlberg identifica alguns problemas nas diferentes propostas, nomeadamente ao nível dos critérios que são considerados para a definição da esfera pública ideal. O problema, para o autor, prende-se com o facto de se considerarem critérios normativos de uma esfera pública idealizada, para a avaliação de uma prática de deliberação em fóruns *online*, de forma errada.

O autor apresenta então a sua lista de critérios e a partir da esfera pública ideal e do trabalho de Habermas, considera: reciprocidade e justificação; a reflexividade; *the ideal role taking*; a sinceridade; a inclusão e igualdade discursiva; e a autonomia em relação ao poder estatal e económico. Neste artigo de 2002 o autor procura, através da definição desta lista, realçar a importância de fundamentar cada um dos critérios que constituem a esfera pública e verificar a sua operacionalização em termos empíricos. Janssen e Kies (2004) consideram mesmo que “o artigo *Net-Public Sphere* é uma primeira tentativa de uma revisão mais sistemática de metodologias”, que é usadas pelos autores e por outros que os seguiram, enquanto “modelo para futuras reflexões sobre escolhas metodológicas que possam iniciar uma “segunda fase” de pesquisa em esfera pública” (p. 11)¹⁹⁷.

Depois desta primeira abordagem de Dahlberg, uma das propostas mais importantes em termos de análise da deliberação, refere Mendonça (2015), surge através de Steenbergen, Bächtiger, Spornli e Steiner (2003), que propõem a criação de um índice de qualidade do discurso, o Discourse Quality Index (DQI), para a análise dos debates parlamentares.

“Este instrumento de medição tem a vantagem de ser teoricamente fundamentado, encontrando as suas origens em Habermas (1981, 1990, 1991, 1992, 1995, 1996), bem como em outros teóricos. Ao mesmo tempo, o DQI pode ser aplicado de forma fácil e confiável a uma vasta gama de contextos deliberativos. Assim, o DQI abre a deliberação para a pesquisa empírica, permitindo que esta pesquisa interaja com a teoria política” (Steenbergen, et al., 2003, p. 22)¹⁹⁸.

Esta proposta quantitativa, que Habermas (2005) viria a considerar como verdadeiramente inovadora, pelo facto de procurar captar as características essenciais da deliberação, torna-se

¹⁹⁷ “The Net-Public Sphere article is a first attempt at a more systematic review of methodologies, and it will be used here as a template for further reflections on methodological choices that might initiate a ‘second phase’ of net-public sphere research” (Dahlberg, 2002, p. 11).

¹⁹⁸ “This measurement instrument has the advantage that it is theoretically grounded, finding its origins in Habermas (1981, 1990, 1991, 1992, 1995, 1996) as well as other theorists. At the same time, the DQI can be applied easily and reliably to a wide range of deliberative contexts. Thus, the DQI opens up deliberation for empirical research, allowing this research to interface with political theory” (Steenbergen, et al., 2003, p. 22).

uma das principais referências para o estudo da deliberação. Apesar de ter surgido a partir de um estudo comparativo entre as dimensões deliberativas de quatro legislaturas nacionais, e nesse sentido pensada para a análise de debates formais, a ferramenta, lembram os autores, pode ser aplicada em vários contextos para medir a deliberação (Steenbergen, et al., 2003, p. 44).

Tabela 1. Categorias para avaliar a deliberação de acordo com o DQI.

Crítérios	Categorias
Participação	(0) Interrupção do orador (1) Participação normal é possível
Nível de justificação	(0) Sem justificação (1) Justificação inferior: inferência incompleta (2) Justificação qualificada: inferência completa (3) Justificação sofisticada: mais de uma justificação completa
Conteúdo das justificações	(0) Declaração explícita sobre interesses particulares (1) Declaração neutra (2a) Declaração explícita do bem comum em termos utilitaristas (2b) Declaração explícita do bem comum em termos do princípio da diferença rawlsiana
Respeito mútuo	Em relação aos grupos: (0) Desrespeito (1) Respeito implícito (2) Respeito explícito
	Em relação aos argumentos dos outros: (0) Desrespeito (1) Respeito implícito (2) Respeito explícito
	Em relação aos contra-argumentos: (0) Contra-argumentos ignorados (1) Contra-argumentos incluídos, mas desvalorizados (2) Contra-argumentos incluídos de forma neutra (3) Contra-argumentos incluídos e valorizados
Política construtiva (construção de consensos)	(0) Política posicional: não procuro compromisso ou construção de consensos (1) Proposta alternativa: proposta não é relevante para o debate atual (2) Proposta mediadora: proposta mediadora de acordo com o debate

Fonte: Adaptado de Steenbergen et al. (2003, pp. 27-30)

A primeira versão do DQI tem assim na sua base um conjunto de princípios habermasianos, que são articulados enquanto indicadores de análise do discurso através de cinco categorias: participação; nível de justificação; conteúdos das justificações; respeito; e política construtiva (pp. 27-30). Este índice de avaliação da qualidade do discurso, que constitui uma das formulações mais importantes para a análise da deliberação (Janssen & Kies, 2004, 2005), acabaria por ser reformulado e atualizado no âmbito de um novo trabalho, desta vez de Bächtiger, Shikano, Pedrini e Ryser (2009). Apesar de reconhecerem a abrangência do modelo de análise, os autores destacaram um conjunto de *deficits* da proposta que impediram o seu desenvolvimento e propõe por isso três reformulações de base teórica.

O primeiro aspeto apontado prende-se com o facto de o “DQI estar fortemente enraizado na lógica habermasiana da ação comunicativa” e, nesse sentido, considerar, de forma rígida, que a “deliberação implica um processo sistemático (...) onde os atores justificam extensivamente

as suas posições e estão dispostos a ceder à força do melhor argumento” (p. 3). Esta abordagem é, no entanto, limitada, uma vez que considera apenas o discurso racional enquanto forma de expressão.

“Enquanto que muitos estudiosos tendem a entender a deliberação em termos do discurso racional, várias concepções de democracia deliberativa afastam-se significativamente desse programa deliberativo. Essas concepções (...) envolvem uma mudança da ideia de discurso puramente racional para uma concepção de deliberação que incorpora formas alternativas de comunicação (como o story-telling) e considera comportamentos com base no interesse individual” (Bächtiger et al., 2009, p. 3)¹⁹⁹.

A segunda reformulação proposta pelos autores está relacionada com a necessidade de estabelecer padrões que permitam avaliar a qualidade da deliberação. O problema já tinha sido apontado por Dryzek (2007), que considerava que “ao aplicar o índice de qualidade do discurso, é difícil dizer se a deliberação em qualquer dos casos analisados é boa o suficiente de acordo com os padrões teóricos. O índice é apenas uma medida comparativa” (p. 244)²⁰⁰. Bächtiger et al. sugerem então que sejam adotadas tipologias e modelos de discurso que ajudem a considerar uma interação como deliberativa., tendo em consideração o que acontece na realidade.

Por fim, os autores consideram que não se pode continuar a procurar as características da deliberação em todos os momentos de um debate. A proposta que fazem é para que se considerem diferentes características em diferentes momentos.

“A ideia é que diferentes modos de comunicação podem ocorrer em diferentes sequências de um processo de comunicação. Uma perspetiva sequencial dos processos de comunicação não apenas desvenda sua natureza dinâmica, mas também pode estar idealmente ligada a uma concepção de tipos de discurso. Pode até ser uma pré-condição para uma aplicação empírica adequada: uma vez que não é muito provável que todo um processo de comunicação possa ser capturado por um único tipo de discurso, uma estratégia sequencial pode ajudar a desvendar a variedade de tipos de discurso que se verificam num processo de comunicação” (Bächtiger et al., 2009, pp. 3-4)

Na sequência das reformulações propostas, Bächtiger et al. passam a considerar que a deliberação pode ser analisada a partir de diferentes e novos critérios, que os autores classificam enquanto deliberação de tipo um ou dois. Aos critérios iniciais é então acrescentada a “igualdade”, que dizendo respeito ao acesso sem restrições, passa a ser avaliada tendo em

¹⁹⁹ “While many scholars tend to understand deliberation in terms of rational discourse, several conceptions of deliberative democracy significantly depart from this deliberative program. These conceptions - which (Bächtiger et al. 2010) label type II deliberation - involve a shift away from the idea of purely rational discourse toward a conception of deliberation that incorporates alternative forms of communication (such as story-telling) and embraces self-interested behavior such as bargaining” (Bächtiger et al., 2009, p. 3).

²⁰⁰ “In applying the discourse quality index, it is hard to say whether the deliberation in any of the cases analyzed is actually good enough by any theoretical standards. The index is just a comparative measure” (Dryzek, 2007, p. 244).

conta a frequência de participação, mas também a extensão do contributo (medido pelo número de palavras utilizado).

No “conteúdo ou nível das justificações” é adicionada uma categoria, a “justificação sofisticada em profundidade”, na medida em que um determinado assunto pode ser analisado ao pormenor. Também o critério relativo ao “respeito” é atualizado, passando a designar-se por “respeito e concordância” e sendo medido através de duas dimensões. A “interatividade” surge como uma nova categoria, que procura avaliar o relacionamento entre os participantes, nomeadamente considerando as referências que fazem aos argumentos utilizados. O critério relativo à “política construtiva” passa a incorporar uma nova categoria, desta vez relacionada com os pedidos de consensos por parte dos participantes.

Consideradas as atualizações e os novos elementos introduzidos na deliberação de tipo I, os autores esclarecem ainda que para avaliar a deliberação de tipo II, devem ser considerados novos aspetos como: a) as formas alternativas de comunicação, entre elas o *story-telling*, critério que surge ligado à ideia desenvolvida por Stromer-Galley (2007) e que propõe que seja avaliada a utilização de narrativas pessoais ou experiências num determinado debate; b) as negociações deliberativas, enquanto critério que permite avaliar se os participantes apresentam argumentos válidos, consideram as opiniões dos outros e respeitam-se mutuamente durante o debate ou pelo contrário não procuram esse tipo de entendimento e portanto a negociação não é deliberativa.

Tabela 2. Atualização dos critérios do DQI para avaliar a deliberação

Deliberação	Crítérios	Categorias
Tipo I	Igualdade	Frequência de participação (medição do número de palavras)
	Racionalidade das justificações	(0) Sem justificação (1) Justificação inferior: inferência incompleta (2) Justificação qualificada: inferência completa (3) Justificação sofisticada: mais de uma justificação completa (4) Justificação sofisticada em profundidade: análise pormenorizada do assunto
	Conteúdo das justificações	(0) Declaração explícita sobre interesses particulares (1) Declaração neutra (2a) Declaração explícita do bem comum em termos utilitaristas (2b) Declaração explícita do bem comum em termos do princípio da diferença rawlsiana
	Respeito e concordância	Respeito em relação aos grupos: (0) Desrespeito (1) Respeito implícito (2) Respeito explícito
		Respeito em relação aos argumentos e contra-argumentos: (0) Participantes desvalorizam posições e contra-argumentos (1) Participantes consideram de forma neutra posições e contra-argumentos (2) Participantes valorizam posições e contra-argumentos (3) Participantes concordam posições e contra-argumentos
	Interatividade	(0) Não existe interatividade (1) Participantes referem-se a outros participantes (2) Participantes referem-se a argumentos de outros participantes (3) Participantes referem-se a outros participantes e aos seus argumentos
Política construtiva (construção de consensos)	(0) Política posicional: não procuro compromisso ou construção de consensos (1) Proposta alternativa: proposta não é relevante para o debate atual (2) Apelo para a construção de consensos (3) Proposta mediadora: proposta mediadora de acordo com o debate	
Tipo II	Formas alternativas de comunicação	Sourcing (0) Participantes não utilizam narrativas pessoais ou experiências (1) Participantes utilizam narrativas pessoais ou experiências
	Negociações deliberativas	(1) Negociações não-deliberativas (2) Negociações deliberativas

Fonte: Adaptado de Bächtiger et al., (2009, pp. 4-8)

O trabalho desenvolvido por Bächtiger et al. (2009) destaca-se pela revisão que faz do DQI, mas sobretudo por considerar novos aspetos, como as diferentes formas de comunicação que os participantes podem utilizar nos debates; a possibilidade de existirem negociações deliberativas; e a presença dos interesses pessoais numa discussão. Estes aspetos, que fazem parte do mundo real e que passaram a ser incorporados pelos estudos da área (Mansbridge et al., 2010), ajudaram também a que se estabelecessem diferentes graus de deliberatividade de acordo com os momentos e as arenas onde o debate se processa (Bächtiger et al., 2009). No fundo, como lembram os autores, é preciso contrariar a ideia de que “a deliberação ideal

maximiza todos os componentes da deliberação (racionalidade justificativa, orientação para o bem comum, respeito, política construtiva) simultaneamente” (p. 23)²⁰¹.

A proposta de Jennifer Stromer-Galley (2007) também é muito importante no contexto dos critérios que devem ser considerados para a análise da deliberação. O contributo da autora destaca-se sobretudo porque é pensado para o estudo específico dos processos deliberativos na Internet. A abordagem que propõe baseia-se em seis elementos: a) a expressão de uma opinião fundamentada; b) referências a fontes externas quando se articulam opiniões; c) expressão de discordância e, nesse sentido, exposição a diferentes perspetivas; d) níveis iguais de participação durante a deliberação; e) coerência em relação à estrutura e ao tema da deliberação; f) envolvimento entre os participantes (Stromer-Galley, 2007, p. 4)²⁰².

Através de um esquema de codificação bastante elaborado, a autora começa por identificar a origem da mensagem, ou seja, se esta surge como um novo tópico; uma resposta ao tópico que está em debate; uma resposta ao moderador; ou simplesmente procura dar continuidade a uma conversa, sem que dê respostas às questões colocadas. Stromer-Galley (2007) distingue depois quatro categorias de discurso, de acordo com o tipo e o objetivo das conversas. A categoria “problema” diz respeito às conversas que estão focadas no tema em discussão, e em relação às quais se exprimem opiniões, se apresentam factos e se colocam questões. Na categoria “*metatalk*” encontra-se a conversa sobre a conversa, ou seja, o tipo de mensagens que não abordam o tema em discussão, mas concentram-se naquilo que os participantes dizem e na forma como o dizem. Dentro desta categoria encontram-se critérios como o “consenso” ou o “conflito”, para referir aspetos particulares da discussão, mas também o pedido de esclarecimentos entre participantes. A terceira categoria de discurso diz respeito ao “processo”, quer do ponto de vista técnico, quer do ponto de vista deliberativo. No fundo trata-se de encontrar nas mensagens os aspetos que fazem referência à forma como o *design* do espaço ou a participação do moderador podem influenciar a discussão. A quarta e última categoria de discurso está relacionada com a dimensão “social”, ou seja, os aspetos que podem ajudar a aproximar ou afastar os participantes, como saudações, cumprimentos, pedidos de desculpa, mas também brincadeiras e piadas.

²⁰¹ “We presented a revised and extended measurement for capturing the quality of deliberation. On the basis of two debates in the first chamber of parliament in Switzerland (committee and plenary debates), we demonstrate that diverse deliberative standards - building on classic and expanded forms of deliberation - can be aggregated in different discourse types (rational, cooperative, competitive, and conventional). Our article also provides a solution to the previous lack of uni-dimensionality in empirical deliberation. Uni-dimensionality is important, since classic deliberative theory is based on the idea that ideal deliberation maximizes all components of deliberation (justification rationality, common good orientation, respect, constructive politics) simultaneously” (Bächtiger et al., 2009, p. 23).

²⁰² “Thus, regardless of whether the content analysis projects were conducted on face-to-face or online groups, six elements appear to be essential for political deliberation: reasoned opinion expression, references to external sources when articulating opinions, expressions of disagreement and hence exposure to diverse perspectives, equal levels of participation during the deliberation, coherence with regard to the structure and topic of deliberation, and engagement among participants with each other” (Stromer-Galley, 2007, p. 4).

Para além de uma categorização detalhada no que diz respeito ao tipo de discursos presentes nas discussões, Stromer-Galley (2007) considera ainda como determinante a identificação do tema do debate, bem como as diferentes fontes (*sourcing*) que podem ser utilizadas pelos interlocutores para fundamentar as posições no debate (meios de comunicação, documentos oficiais; outros participantes; narrativas pessoais).

Tabela 3. Esquema de codificação para avaliar a deliberação proposto por Stromer-Galley

		<i>Crítérios</i>	<i>Categorias</i>	
Fonte:	Categorias de discurso	Origem da mensagem	Introdução de novo tópico de discussão Resposta a um participante sobre um tópico em discussão Resposta ao moderador Continuação da conversa que já está a decorrer	
		Problema (Conversa focada no tema)	Opinião a favor Opinião contra Apresentação de facto Colocação de questão	
		Metatalk (conversa sobre a conversa)	Manifestações de consenso Manifestações de conflito Esclarecimento da própria posição Esclarecimento da posição de outra pessoa	
		Processo (conversa sobre o desenrolar da discussão)	Problemas técnicos que afetam a discussão Benefícios técnicos que afetam a discussão Questões relacionadas com o processo da deliberação Questões relacionadas com os problemas da deliberação, o seu funcionamento Questões relacionadas com o bom funcionamento da deliberação	
		Social (laços sociais presentes nas conversas)	Saudações Pedidos de desculpa Louvores Chitchat (piadas, trocadilhos)	
		Igualdade	Frequência de participação (medição do número de palavras)	
		Tópico	Identificação do tópico do do debate	A favor A favor, mas... Contra Contra, mas Não tem a certeza/É indiferente
		Sourcing	Experiência pessoal Documentos de briefing Mass media Outros participantes	

Adaptado de Stromer-Galley (2007, pp. 4-8)

Esta abordagem de Stromer-Galley (2007) apresenta algumas semelhanças com o DQI, no entanto é muito mais pormenorizada, constituindo um bom exemplo de microanálise que, como veremos mais à frente, é apenas um dos tipos de análises possível. Este esquema da autora americana remete-nos para duas dimensões que consideramos particularmente relevantes e que têm que ver com o processo social e o processo analítico que se podem encontrar no âmbito da deliberação.

De acordo com John Gastil (2008), o processo analítico diz respeito ao conteúdo da deliberação, no que se refere ao problema/assunto; e o processo social remete para as normas da conversa

que se refletem na interação e na dinâmica do grupo. Esta definição está na base da análise feita por Edith Manosevitch e Dana Walker (2009) num estudo sobre comentários dos leitores e que nos interessa particularmente no âmbito deste trabalho.

Cada um dos processos foi operacionalizado pelas autoras a partir de um conjunto de indicadores que permitem avaliar a qualidade da deliberação. O processo analítico engloba indicadores relacionados com a posição expressa em relação a determinado tema, bem como as razões que justificam esse posicionamento e as fontes utilizadas para suportar a opinião. Já o processo social, relativo às normas da conversa e à interação entre os elementos do grupo, considera o relacionamento entre os participantes e destes com os textos jornalísticos.

Tabela 4. Operacionalização da deliberação no contexto dos comentários do leitor.

Deliberação ideal	<i>Crítérios</i>	<i>Categorias</i>
<i>Processo analítico</i>	Narrativa	Comentários que incluem o testemunho de uma experiência pessoal.
	Factos	Comentários que incluem informações factuais associadas ao tema/assunto, tais como dados, leis, procedimentos formais, medidas tomadas e outros detalhes relacionados com o assunto.
	Fontes	Comentários que incluem outras fontes de informação sobre o assunto, nomeadamente links para outros conteúdos online sobre o tema ou declarações de outros atores sobre a mesma temática.
	Valores	Comentários que mencionam ou discutem um valor relacionado com o assunto.
	Posição	Comentários em que o leitor faz uma declaração explícita sobre a sua posição em relação ao assunto.
	Razões	Comentários que incluem declarações explícitas sobre as razões a favor ou contra uma determinada posição sobre o assunto.
<i>Processo social</i>	Considera os comentários dos outros participantes	Comentários em que os participantes manifestam concordância ou discordância em relação ao outro participante na expressão da sua opinião. Os comentários nesta categoria incluem referências explícitas (nome, username, citação), que permitam identificar o outro comentário.
	Coloca questões	Comentários que solicitam aos outros participantes uma clarificação ou informação adicional, o que indica que o indivíduo se vê a si próprio como fazendo parte da discussão
	Dirige-se ao conteúdo do artigo	Comentários em que os participantes se dirigem ao conteúdo do texto jornalístico, colocando questões sobre a informação ou as perspetivas oferecidas pelo jornalismo. É uma forma de aprofundar o tema através da discussão no grupo.

Fonte: Adaptado de Manosevitch & Walker (2009, pp. 12-16)

Para além das propostas já consideradas, importa ainda observarmos, no âmbito deste trabalho, a abordagem de Raphaël Kies (2010), que elaborou uma nova grelha, considerando elementos quer do DQI, quer do trabalho desenvolvido por Stromer-Galley (2007). Grande parte dos critérios considerados pelo autor estão também presentes nos modelos anteriores, mas Kies apresenta algumas novidades que tinham sido deixadas de lado pela dificuldade na sua codificação.

“A revisão metodológica também revela o perigo tentador de ignorar os critérios para os quais não se podem encontrar indicadores claros e mensuráveis, como em

relação à sinceridade e à empatia. Consideramos que essas abordagens devem ser evitadas ou pelo menos claramente registadas, uma vez que estes são critérios deliberativos fundamentais e o facto de não os considerarmos poderia levar, como Dahlberg menciona, a “uma considerável perda de significado” (Dahlberg 2004, 31)” (Kies, 2010, p. 55)²⁰³.

Para além das duas categorias que não podem ser ignoradas, Kies apresenta ainda novidades ao nível do impacto externo que a discussão pode vir a ter, uma vez que considera que os fóruns não são espaços fechados sobre si mesmos. Por outro lado, na avaliação da qualidade da deliberação o autor realça a importância que podem ter quer os inquéritos, quer as entrevistas, como forma de complementar a informação recolhida através da análise de conteúdo, que nem sempre consegue captar dados sobre o modo como se processam os debates.

²⁰³ “The methodological review also reveals the tempting danger of ignoring criteria for which narrowly defined and measurable indicators cannot be found, such as sincerity and empathy. We consider that such deadlocks should be avoided or at least clearly noted since these are fundamental deliberative criteria and their non- consideration could lead, as Dahlberg mentions it, to “a serious loss of meaning” (Dahlberg 2004, 31)” (Kies, 2010, p. 55).

Tabela 5. Indicadores para avaliar a deliberação de acordo com o Kies (2010).

Crítérios	Categorias
Inclusão	Avaliação da facilidade de acesso ao fórum online, com base na conectividade e skills informáticas, bem como procurar perceber se regras discursivas (moderação, registo, identificação) podem constituir barreiras para a participação.
Qualidade discursiva	Avaliação da concentração discursiva (sempre com os mesmos elementos a participarem) e em que medida essa concentração pode levar a um controlo do debate.
Reciprocidade	Medição da quantidade de posts sobre um determinado assunto e da quantidade que inicia um novo segmento, para além de avaliar em que medida as que os posts têm em consideração as opiniões anteriormente apresentadas.
Justificação	Avaliar se as opiniões são justificadas ou não, e qual a complexidade das justificações. Deve-se observar também a profundidade das justificações, que é medida através da seguinte codificação: uso de justificações internas (baseadas em pontos de vista pessoais) ou externas (baseadas em factos).
Reflexividade	Através de análise de conteúdo avaliar a hipótese de se verificarem mudanças de opinião ou resoluções de conflitos. Os inquéritos e as entrevistas podem ajudar a perceber como funciona o processo de reflexividade, recolhendo as opiniões dos participantes sobre a possibilidade de terem mudado de opinião e/ou sentirem-se mais informados depois de participarem no fórum.
Empatia	Medição de casos de desrespeito e utilização de inquérito e entrevistas que perguntem aos participantes acerca dos níveis de respeito.
Sinceridade	Um dos aspectos mais difíceis de avaliar. Os inquéritos e as entrevistas podem ajudar a perceber as percepções dos participantes sobre a intensidade e a sinceridade da discussão.
Pluralidade	Avaliação dos perfis sociodemográficos dos participantes e os seus envolvimento políticos.
Impacto exteno	Sinais de extensão da discussão para uma agenda externa. Participação de personalidades políticas no fórum. Os usuários participam noutros espaços de discussão. Existem resultados concretos.

Fonte: Adaptado de Kies (2010, pp. 56-57)

Depois de considerarmos as principais abordagens metodológicas para a avaliação da deliberação, importa realçar que as listas apresentadas incluem apenas alguns dos critérios que têm sido pensados para o estudo da deliberação *online*. O trabalho de Sampaio, Barros & Morais (2012) é neste sentido paradigmático, uma vez que mostra, através de uma extensa revisão de literatura, que resultou numa análise de 59 artigos, que no total foram utilizados 369 códigos para a avaliação da deliberação *online*. Se deixarmos de lado os critérios que surgem repetidos o número diminui, mas ainda assim, concluem os autores, que foram utilizados 229 critérios diferentes nos estudos sobre *online deliberation*. Estes dados mostram que continuam a existir muitas dúvidas quanto à melhor forma de avaliar a qualidade da deliberação, apesar do ponto de partida ser quase sempre Habermas.

“Grande parte das pesquisas apresenta indicadores analíticos baseados nos princípios normativos formulados por Habermas, embora parte delas utilize os princípios apenas como guia na elaboração de uma proposta metodológica, adicionando outros princípios aqueles anteriormente listados, mostrando que eles são úteis, porém limitados, para avaliar as comunicações online, pois ignoram as realidades desse tipo de espaço de conversação” (Sampaio, Barros & Morais, 2012, p. 475).

Depois de identificarem os diferentes critérios e o número de vezes que são utilizados no conjunto dos artigos, os autores agruparam-nos, primeiro em 14 grupos e, posteriormente, em categorias, considerando a frequência de uso e os princípios deliberativos. Destacam-se assim oito categorias na análise: 1) justificação; 2) reciprocidade; 3) pluralidade; 4) reflexividade; 5) respeito; 6) igualdade; 7) informação; 8) tópico (Sampaio et al., 2012, p. 479). O mapeamento realizado pelos autores constitui uma importante base de trabalho e será fundamental na segunda parte desta investigação.

No entanto, antes de encerrarmos este ponto, importa considerarmos que na avaliação da deliberação *online*, para além da definição dos critérios, é importante saber que tipo de análise se pretende realizar (Barros, 2013). Laura Black, Stephanie Burkhalter, John Gastil e Jennifer Stromer-Galley (2009), falam de micro e macroanálises. De acordo com os autores, “a análise micro envolve avaliar a qualidade deliberativa do discurso de discussão, analisando de perto o conteúdo dos comentários das pessoas durante a deliberação. Os métodos usados para uma abordagem micro-analítica incluem análise de conteúdo e análise de discurso”. Já a abordagem macro-analítica pressupõe que “os codificadores façam julgamentos sumários da discussão como um todo. Chamamos isso de abordagem macro-analítica porque, embora atenda à qualidade do discurso deliberativo, não está tão intimamente ligado às conversas individuais e à contribuição de cada membro do grupo para a discussão” (2009, p. 7)²⁰⁴.

Em termos de vantagens, destaque para a facilidade de recolha de dados que as macroanálises indiretas permitem, ainda que não o possam fazer durante o processo deliberativo. As microanálises, por sua vez, apresentam como principal limitação a definição e codificação dos critérios e a sua operacionalização, por forma a garantir a confiabilidade dos resultados (Bachtiger et al., 2009).

Uma vez analisados os principais critérios utilizados no estudo da deliberação *online*, encerramos esta primeira parte do trabalho com uma análise crítica dos diferentes métodos utilizados, apontando as suas fraquezas e os desafios que enfrentam se quiserem melhorar a avaliação da deliberação *online*.

²⁰⁴ “Within the discussion analytic method, there are what we call a micro-analytic versus macro-analytic approach. Micro analysis involves assessing the deliberative quality of discussion discourse through closely analyzing the content of people’s comments during the deliberation. Methods used for a micro-analytic approach include content analysis and discourse analysis. By contrast, the macro-analytic approach asks coders to make summary judgments of the discussion as a whole. We call this a macro-analytic approach because, although it attends to the quality of the deliberative discourse, it is not as closely tied to individual speaking turns and each group member’s contribution to the discussion” (Black, Burkhalter, Gastil & Stromer-Galley, 2009, p. 7).

3.6. Entre fraquezas e desafios: o caminho a percorrer no estudo da deliberação *online*.

No ponto anterior observávamos aqueles que têm sido os métodos e critérios mais utilizados para estudar a deliberação *online*. Apesar de se terem tornado referências neste campo de estudos, são várias as limitações que as diferentes abordagens apresentam. Ricardo Fabrino Mendonça (2015, p. 105) considera que os modelos apresentam falhas em três níveis: a) nas distinções entre critérios; b) na abordagem do conceito de deliberação; c) e na desconsideração das especificidades do ambiente digital.

O primeiro problema identificado pelo autor está relacionado com a procura incessante por critérios que permitam avaliar a deliberação. A ênfase excessiva que foi concedida aos esquemas de codificação, contribuiu para uma proliferação de critérios, que na maioria dos casos não têm base teórica, nem são passíveis de serem medidos na realidade. A ideia de que todas as trocas discursivas podem ser classificadas a partir de um determinado indicador, pode estar mesmo a impedir a análise da deliberação enquanto processo político. Mendonça apresenta, como exemplo, a categoria proposta no DQI sobre o “nível de justificação”. O facto de se procurar classificar uma inferência como tendo mais ou menos força é de difícil implementação, uma vez que é algo que pode variar de acordo com as diferentes culturas e não ajudar, ainda assim, a explicar a qualidade da deliberação. Por outro lado, o número de justificações não determina a força do argumento utilizado, para além de que justificações muito complexas podem, mais do que facilitar, tornar uma discussão impraticável, por falta de entendimento entre os participantes (Mendonça, 2015, p. 97).

São vários os critérios propostos pelo DQI que o autor vê como problemáticos, pela forma como estabelecem distinções desnecessárias e sem sentido, que acabam por dificultar a avaliação da deliberação. A reformulação que Bachtiger et al. (2009) fizeram, a partir do *Discourse Quality Index*, também é vista como problemática por caso dos tipos normativos de deliberação que estabelece. No trabalho de Stromer-Galley (2007) os problemas surgem desde logo com a proposta que a autora faz ao nível da divisão das unidades de discurso. Esta fragmentação complica a análise da deliberação, uma vez que diferentes discursos podem ser incorporados nas mesmas categorias, realça o autor. Também o critério relacionado com a identificação das fontes na justificação das posições levanta reservas, uma vez que a maioria dos participantes não faz referências explícitas às fontes que utiliza para sustentar as suas posições (Mendonça, 2015, pp. 98-100).

A segunda grande falha dos modelos que avaliam a deliberação *online* está relacionada com a forma como o conceito de deliberação continua a ser abordado. Mendonça lembra que “apesar da ampla aceitação teórica do conceito de sistema deliberativo, a maioria dos estudos

empíricos que abordam a deliberação *online* ainda negligencia as suas implicações” (p. 101)²⁰⁵. A crítica do autor prende-se com o facto de grande parte dos procedimentos metodológicos continuar a concentrar-se no estudo de um fórum ou debate, ignorando por completo as relações que se estabelecem entre as diferentes arenas discursivas. O autor duvida ainda da possibilidade de avaliar a deliberação unicamente através de questionários, pela mesma razão que considera extremamente difícil medir a sinceridade dos atores sociais.

Outro dos aspetos que é visto como problemático nas diferentes abordagens empíricas é o facto de as conversas entre participantes que pensam da mesma forma (*like-minded*), serem normalmente encaradas como limitadoras para a deliberação. O autor entende que “esse ponto de vista ignora a relevância das conversas entre indivíduos com ideias afins e como elas podem aumentar as hipóteses de alguns discursos serem expressos publicamente” (p.102)²⁰⁶. A deliberação é sempre encarada de forma restrita, uma vez que os vários critérios, como por exemplo, a reciprocidade, são pensados entre participantes e dentro de uma arena particular, quando na verdade podem existir interações e fluxos comunicativos entre diferentes espaços.

A terceira e última limitação apontada por Ricardo Fabrino Medonça em relação aos modelos que avaliam a deliberação *online*, está relacionada com o facto de não considerarem as características particulares do ambiente digital e das interações que aí têm lugar.

“Esse tipo de desconsideração parece evidente na falta de atenção às diferentes arquiteturas discursivas das arenas *online*. Geralmente, os procedimentos metodológicos são conceptualizados de uma maneira genérica, que frequentemente não compreende as particularidades das distintas experiências *online*. A discussão da política num site de redes sociais, num site de jornal, num blog ou no Facebook gera processos completamente diferentes” (Mendonça, 2015, p. 104)²⁰⁷.

O autor defende que a criação de tipologias de deliberação, como foi proposta por alguns estudos, não resolve simplesmente o problema. Os procedimentos metodológicos não conseguem apreender as diferentes interações e acabam por fazer generalizações com base nos dados limitados que recolhem. O facto de considerarem sempre o discurso como unidade de análise, é um bom exemplo de falta de abrangência dos diferentes métodos. Nas interações existem muitos outros conteúdos, como sons, vídeos, imagens, *links*, que não podem deixar de ser observados enquanto elementos centrais dos fluxos comunicativos que se estabelecem *online*. Ao considerarem apenas os discursos, as análises parecem seguir a lógica das interações face-a-face, sendo apenas uma variante que ocorre *online*. É necessário perceber que existe

²⁰⁵ “Despite the broad theoretical acceptance of the concept of a deliberative system, most empirical studies addressing online deliberation still neglect its implications” (Mendonça, 2015, p. 101).

²⁰⁶ “Such a view ignores the relevance of conversations among like-minded individuals to increase the chance that some discourses may be expressed publicly” (Mendonça, 2015, p. 102).

²⁰⁷ “This type of disregard seems evident in the lack of attention to the different discursive architectures of online arenas. Usually, methodological procedures are conceptualized in a generic way that frequently fails to grasp the particularities of distinct online experiences. The discussion of politics either on a social network community site, a newspaper website, a blog or Facebook generates completely different processes” (Mendonça, 2015, p. 104).

uma variedade de elementos comunicativos nas interações *online* que vão muito para além do discurso.

“Nesse sentido, a natureza dos laços sociais, as formas de expressão, os caminhos seguidos pelos discursos, os regimes de visibilidade e até as fronteiras entre o público e o privado são singulares nas práticas online. Isso não quer dizer que a internet crie um mundo totalmente diferente. No entanto, existem certas especificidades que devem ser levadas em conta para que a deliberação na web seja totalmente compreendida” (Mendonça, 2015, p. 104)²⁰⁸.

A noção de sistema deliberativo é por isso particularmente importante no contexto *online*, uma vez que é a única capaz de abarcar as diferentes e variadas conexões que se estabelecem no ambiente digital e que não se reduzem à microanálise de uma única arena. Por outro lado, a preocupação excessiva com a análise da interação entre indivíduos dentro de um fórum, deixa escapar outro tipo de relações que se podem verificar entre diferentes arenas, refere Mendonça (2015). Essa análise centrada na interação individual é aliás responsável por muitas das frustrações dos investigadores quanto à falta de envolvimento dos participantes, explica. As elevadas percentagens de participações únicas (os chamado *one-timers*) são nesse sentido encaradas uma prova de incapacidade do ambiente *online* na promoção da deliberação. A forma como é caracterizado o envolvimento dos participantes é também em muitos casos contraditória, uma vez que os investigadores parecem esperar que estes se comportem *online* como se estivessem numa reunião convencional. Ao analisarem os debates os indivíduos esperam quase sempre encontrar elevados níveis de reciprocidade e respeito, ignorando que partem para a investigação com ideias pré-estabelecidas de debate. Esses preconceitos impedem-nos de observar novos tipos de discussões públicas conformes aquelas que são as singularidades do ambiente digital.

O autor termina a sua revisão quanto às falhas no estudo da deliberação, realçando que não é cético quanto à possibilidade de medir a deliberação *online*, está apenas contra a forma como essa medição tem sido realizada.

“Eu sou contra a micro-quantificação excessiva, focada em indivíduos e em arenas (considerados como fechados) e que não é sensível aos contextos de interação *online*. O meu argumento é simplesmente que são várias as fraquezas que permeiam a maioria dos estudos empíricos. Esses estudos beneficiariam muito de uma visão mais complexa, o que não significa o estabelecimento de numerosas categorias detalhadas para capturar as minúcias das construções discursivas individuais. A ideia central de deliberação e a natureza da experiência *online* não podem ser esquecidas” (Mendonça, 2015, p. 107)²⁰⁹.

²⁰⁸ “In this sense, the nature of social ties, the forms of expression, the routes followed by discourses, the regimes of visibility and even the boundaries between public and private are singular in online practices. This is not to say that the internet creates an entirely different world. Nevertheless, there are certain specificities that should be taken into account if web deliberation is to be fully comprehended” (Mendonça, 2015, p. 104).

²⁰⁹ “I am against excessive micro-quantification, focused on individuals and on arenas (considered as self-enclosed) and not sensitive to the contexts of online interaction. My argument is simply that key weaknesses permeate most of the empirical studies. Such studies would greatly benefit from a more complex view, which does not mean the establishment of numerous detailed categories to capture the

O desafio que Ricardo Fabrino Mendonça lança é de que as futuras análises da deliberação *online* não deixem de lado as conexões e os fluxos comunicativos que se estabelecem no ambiente digital. As discussões que ocorrem dentro de um grupo ou fórum *online* representam apenas uma pequena parte de um processo muito mais complicado e que só pode ser corretamente apreendido se considerado a partir da ideia de sistema deliberativo.

No nosso trabalho, e ainda que de forma limitada, por se tratar de um estudo de caso, procurámos corrigir algumas destas falhas e dar resposta a alguns destes desafios, desde logo porque consideramos duas arenas distintas, *website* de um jornal e *site* de redes sociais, e as relações que se podem estabelecer entre os comentários dos participantes nesses dois espaços. Por outro lado, consideramos não apenas os elementos textuais, mas também outras dimensões, como as características dos *sites* de redes sociais, porque compreendemos a importância de considerar as especificidades dos diferentes ambientes *online*. Por fim, procuramos não reduzir a análise a números, com uma microanálise e uma quantificação excessiva, e por isso procurámos, através de um cruzamento teórico e empírico, entre deliberação e *framing*, analisar a deliberação enquanto sistema e dar resposta à falta de estudos sobre o impacto dos debates nas formas de pensar dos cidadãos.

minutiae of individual discursive constructions. The core idea of deliberation and the nature of the online experience must be kept in mind” (Mendonça, 2015, p. 107).

Parte II

Investigação Empírica

Capítulo 4. Metodologia e Desenho da Investigação.

Em termos de metodologia e desenho de investigação, o presente trabalho segue uma das correntes de pesquisa que maior popularidade tem ganho nos últimos anos: o estudo de caso (Coutinho, 2015, p. 334). Esta abordagem metodológica apresenta como característica particular o facto de implicar o estudo aprofundado de um “caso”, que pode ser um indivíduo, uma organização, um processo, entre muitas outras hipóteses. No estudo de caso, como o próprio nome indica, analisa-se um caso, ou vários, procurando em pormenor detalhar todas as dimensões do mesmo. Enquanto “investigação empírica que investiga um fenómeno no seu ambiente natural e (...) em que múltiplas fontes de evidencia são usadas” (Yin, 1994, p. 13)²¹⁰, o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa especialmente indicada “quando queremos saber o “como” e o “porquê” de acontecimentos atuais sobre os quais o investigador tem pouco ou nenhum controlo” (Yin, 1994, p. 9, aspas do original)²¹¹.

Enquanto estratégia de investigação funciona particularmente em casos onde se procura “compreender, explorar e descrever acontecimentos complexos” (Yin, 1994; Coutinho & Chaves, 2002). Trata-se de uma abordagem “(...) que se debruça deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser única ou especial, pelo menos em certos aspetos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico e, desse modo, contribuir para a compreensão global de um certo fenómeno de interesse” (Ponte, 2006, p. 29).

Face à variedade de casos, os autores classificam-nos de acordo com as suas especificidades. Para além da distinção básica entre estudos de caso únicos e múltiplos (Bogdan & Biklen, 1994; Yin, 1994), consideramos a proposta de tipologia tripartida de Stake (1995). Para o autor os estudos de caso podem ser: a) intrínsecos, se o investigador procurar compreender um caso por este lhe despertar uma atenção específica; b) instrumentais, se o objetivo é promover a reflexão sobre um determinado tema, ou seja, quando o estudo de caso funciona como instrumento para compreender outro fenómeno; c) coletivos, quando os fenómenos se estendem a uma determinada população e se podem estabelecer comparações (Stake, 1995 *apud* Coutinho, 2015, p. 338).

No caso do presente trabalho diríamos que o estudo de caso surge entre o primeiro e o segundo tipo, na medida em que o processo de formação do XXI Governo Constitucional despertou a nossa atenção, mas acima de tudo ele funciona como instrumento para a compreensão do

²¹⁰ “A case study is an empirical inquiry that investigates a contemporary phenomenon within its real-life context, especially when the boundaries between phenomenon and context are not clearly evident (...) The case study inquiry relies on multiple sources of evidence, with data needing to converge in a triangulating fashion...” (Yin, 1994, p. 13).

²¹¹ “...a “how” or “why” question is being asked about a contemporary set of events over which the investigator has little or no control (Yin, 1994, p. 9).

fenómeno da deliberação *online* nos espaços de comentários. Essas arenas onde serão recolhidos os comentários, podem igualmente ser consideradas como casos particulares, na medida em constituem esferas singulares de participação dos cidadãos.

O estudo de caso é normalmente considerado como uma modalidade dos planos qualitativos, sobretudo pela dimensão descritiva, no entanto diferentes autores consideram que esta estratégia de investigação pode também ser utilizada noutros âmbitos de pesquisa, e que por isso deve ser considerado enquanto “modalidade dos planos de investigação de tipo misto” (Coutinho, 2015, p. 336; Coutinho & Chaves, 2002; Myers, 1997).

No que diz respeito às técnicas de recolha de dados, como vimos anteriormente, no estudo de caso pode recorrer-se a diferentes métodos, sendo cada um escolhido de acordo com a tarefa a ser cumprida (Coutinho, 2015). A seleção do “caso” ou constituição da amostra, bem como o processo de colheita de dados são particularmente importantes no quadro desta estratégia de investigação e por isso dedicamos os pontos seguintes à exposição do percurso metodológico trilhado, começando com uma breve apresentação do caso de estudo, explicando os procedimentos na definição da unidade de análise e constituição da amostra e a opção pela recolha de dados, considerando os diferentes campos teóricos tratados.

4.1. Seleção do caso de estudo: o processo de formação do XXI Governo Constitucional.

Num estudo de caso um dos aspetos mais importantes, senão mesmo o mais importante, prende-se necessariamente com a escolha do “caso” a analisar. Como refere Clara Coutinho esse momento é a “essência metodológica” (2015, p. 339) desta estratégia de investigação, uma vez que dele depende todo o processo seguinte de recolha de dados.

O “caso” selecionado no âmbito desta investigação é por isso determinante para aquilo que são os objetivos que nos propomos atingir, sobretudo porque já vimos que ele tem essencialmente uma função instrumental. No entanto, e apesar de servir fundamentalmente para nos ajudar a compreender um determinado fenómeno, entendemos que seria importante apresentar, ainda que de forma sucinta, o processo que vamos analisar.

Como já tivemos oportunidade de referir, o “caso” em análise é o debate em torno da formação do XXI Governo Constitucional Português. Para que melhor se perceba do que falamos, socorremo-nos da obra “Como Costa montou a geringonça em 54 dias: os bastidores do acordo histórico da esquerda”, das jornalistas Márcia Galvão (revista *Visão*) e Rita Tavares (meio digital *Observador*), onde é feito um relato diário das negociações, sobretudo a partir dos meios de comunicação. O título do livro resume bem algumas das principais características do “caso” em análise. Nesse sentido destacaríamos dois aspetos que as autoras evocam no título: “54 dias” e

“acordo histórico da esquerda”. São dois aspetos determinantes neste caso e que vão delimitar algumas das opções ao nível da recolha de dados, como veremos mais à frente.

Por agora importa voltar ao dia 04 de outubro de 2015, data em que os portugueses foram, pela décima quarta vez desde o 25 de abril, chamados a escolher os representantes para a Assembleia da República. Os resultados do ato eleitoral deram a vitória à coligação Portugal à Frente (PaF) (resultado do acordo pré-eleitoral entre o Partido Social Democrata (PSD) e o CDS - Partido Popular), ainda que com maioria relativa (38,5% dos votos, correspondendo a 107 deputados). A ausência de maioria absoluta e a percentagem de votos dos restantes partidos (PS - 32,3%; BE - 10,2%; CDU - 8,3%; PAN - 1,4%), deixava desde logo antever um cenário difícil para os vencedores, mas o processo em torno da formação dos próximos Governos estava apenas no início.

A falta de maioria absoluta obrigava a coligação vencedora das eleições a estabelecer acordos, no sentido de garantir o maior número de assentos no parlamento e dessa forma uma governação estável. O verdadeiro debate em torno da formação do Governo começa então, com a coligação a procurar negociar com o Partido Socialista, o único disponível para essa negociação. Começa assim um período de reuniões entre as duas forças políticas, acompanhado ao pormenor pela comunicação social e deixando a opinião pública em suspenso em relação à formação do XX Governo Constitucional.

No entanto, ao mesmo tempo que reunia com a coligação PaF, o Partido Socialista encetou contactos com o Bloco de Esquerda (BE) e a Coligação Democrática Unitária (CDU), tendo em vista negociações para a formação de um governo de esquerda, com maioria parlamentar, que poderia inviabilizar a formação de um novo governo por parte da coligação que havia vencido as eleições.

O ato eleitoral, mais do que decidir a situação política do país para os próximos quatro anos, acabou por lançar o país num verdadeiro debate entre partidos, mas também na própria opinião pública, em torno de qual a melhor solução governativa. Em cima da mesa foram colocadas as hipóteses de um governo de bloco central (PaF [PSD+CSD/PP] + PS); de um governo de gestão ou interino (a coligação vencedora governaria até ser possível convocar novas eleições, nunca num prazo inferior a seis meses); de um governo de iniciativa presidencial (os elementos do governo seriam indicados pelo Presidente da República); mas também a possibilidade que ia, aos poucos, ganhando força: um governo de esquerda com maioria parlamentar. Os prazos apertados - as eleições presidenciais estavam à porta - obrigaram a reuniões diárias, muita discussão político-partidária e levantaram grande incerteza na opinião pública, com vozes contra e a favor de cada uma das opções já descritas. António Costa, secretário-geral do PS não aceitava formar bloco com a coligação vencedora, nem apoiá-la na Assembleia da República, rejeições que aos poucos começavam a ajudar na definição do futuro. Sobretudo porque a 20 de Outubro de 2015, António Costa garante ao Presidente da República ter condições para

formar um governo, apoiado no parlamento pelo Bloco de Esquerda e pelo Partido Comunista Português.

Os factos até agora expostos já seriam mais do que suficientes para fazer com que este “caso” fosse estudado, mas a cronologia dos acontecimentos torna-o ainda mais interessante, desde logo porque depois de um ato eleitoral, os portugueses ficariam a conhecer dois Governos Constitucionais.

O primeiro, o XX Governo Constitucional, acabaria mesmo por ser formado com os vencedores das eleições. Não tendo alcançado acordo com nenhum dos partidos com assento parlamentar, a coligação PaF viu o Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, depois de ouvir todos os partidos com representação na Assembleia da República, optar por indigitar Pedro Passos Coelho (a 22 de outubro de 2015) como primeiro-ministro e levá-lo a formar governo. Cinco dias depois, a 27 de outubro de 2015, o primeiro-ministro indigitado apresenta ao Presidente da República a sua proposta para a constituição do XX Governo Constitucional, que viria a tomar posse a 30 de outubro de 2015. Os partidos de esquerda já tinham afirmado que apresentariam uma moção de rejeição contra um novo governo de direita e garantiram que este não passaria no parlamento.

O XX Governo Constitucional viria assim a ficar na história como o mais curto executivo da democracia em Portugal. Seriam precisos apenas 27 dias, para que o país conhecesse uma nova configuração política.

As reuniões à esquerda apontavam cada vez mais para um entendimento que ninguém acreditava ser possível. Os títulos das notícias expressavam as dúvidas que muitos tinham (o Observador questionava a 07 de outubro de 2017: “E se Costa não estiver a fazer bluff quando fala de governo à esquerda?”), sobre a real possibilidade de pela primeira vez desde a Constituição de 1976, Portugal ter uma coligação de partidos de esquerda, ainda que pós-eleitoral.

O mês de novembro revela-se decisivo. No dia em que o novo governo liderado por Pedro Passos Coelho tem agendado o debate do programa de governo, os partidos à esquerda assinam os acordos que suportaria o primeiro governo de esquerda da história (governo minoritário do PS suportado na assembleia pelo apoio do BE, PCP, PEV e PAN). O XX Governo acabaria por cair nesse mesmo dia, 10 de novembro, depois de aprovada a moção de rejeição do Partido Socialista ao programa de governo (123 votos a favor [PS, BE, PCP, PEV e PAN] e 107 contra [PSD e CDS-PP]).

Segue-se o processo de indigitação de António Costa, a 24 de novembro de 2015, e a tomada de posse do XXI Governo Constitucional a 26 de novembro, o segundo governo formado com base nos resultados das eleições legislativas de 4 de outubro de 2015.



Figura 1. Cronologia da formação do XXI Governo Constitucional.

Apresentada de forma sucinta a cronologia dos factos, parece-nos que não restam dúvidas quanto à relevância deste “caso”, desde logo pelo facto de configurar uma oportunidade única para se investigar um processo de discussão pública empreendido em torno de uma solução política inédita no país. Depois de todas as reuniões e de todas as decisões tomadas, o que realmente ficou por conhecer foi a opinião dos cidadãos que, depois das eleições, não voltaram a ter oportunidade de se expressar. Com que perceção ficaram daqueles 54 dias? Que discussões se geraram na opinião pública em torno de uma tão importante decisão para o país? Longe de imaginarmos que é possível conhecer a forma como a opinião pública se posicionou em relação à formação dos dois governos, acreditamos que a análise de espaços onde os cidadãos se expressam livremente sobre os mais variados assuntos, merece pelo menos ser considerada.

4.2. Seleção das esferas de participação: os espaços de comentários nas páginas dos meios de comunicação e no Facebook.

Depois de apresentarmos o estudo de caso, estamos em condições de avançar com a definição dos restantes procedimentos metodológicos. Ainda antes de passarmos à definição da amostra propriamente dita, importa lembrar que são os espaços de comentários dos leitores, quer nas páginas dos jornais *online*, quer na rede social Facebook, que constituem o objeto de estudo deste trabalho e, por conseguinte, o espaço onde encontramos a nossa unidade de análise: os comentários.

A escolha dos espaços de comentários surge na linha dos estudos sobre deliberação *online* que tem procurado, como vimos na primeira parte deste trabalho, “entender a dinâmica das discussões on-line”, na medida em que a sua compreensão constitui “uma dimensão

fundamental da experiência hodierna, de um modo geral, e da prática política de forma mais específica” (Mendonça, Sampaio & Barros, 2016b, p. 12).

No entanto, a corrente de estudos que se propõe analisar as discussões *online* à luz da teoria deliberativa é vasta, e um dos aspetos que a caracteriza é precisamente a diversidade de arenas analisadas, que vão desde espaços mais formais, como páginas *online* de partidos políticos e iniciativas governamentais, a esferas mais informais, como fóruns *online*. Neste sentido importa recordar que os primeiros trabalhos a considerar a relação entre deliberação pública e Internet, naquilo a que, entretanto, se convencionou chamar investigação sobre deliberação *online*, remontam ao final da década de 1990. Os estudos de Anthony Wilhelm (1998, 2000) e Lincoln Dahlberg (2001b), ao procurarem explorar quão deliberativos eram determinados fóruns *online*, constituem marcos importantes no estabelecimento de uma vertente de investigação e sobretudo destacam a importância de se definirem critérios para analisar a qualidade da deliberação nas diferentes esferas (Mendonça, et al., 2016b).

Os primeiros estudos mostram, no entanto, uma tendência ao nível dos espaços onde se procura avaliar a qualidade da deliberação *online*. Começa então a verificar-se uma “concentração de investigações em torno dos espaços formais”, ou seja, criados especificamente com o objetivo de discutir política (Mendonça et al., 2016b, p. 21). Em parte, a razão para esta centralização dos estudos tem que ver com a ideia de que são necessárias determinadas condições para a deliberação e nesse sentido ambientes controlados e com características particulares (Coleman & Moss, 2012; Mendonça et al., 2016b, p. 21). Com o desenvolvimento das investigações na área assiste-se a uma mudança nas pesquisas e começa aos poucos a defender-se a necessidade de se analisarem diferentes espaços, que não foram pensados para a discussão política (Freelon, 2010; Martino & Marques, 2012; Wright, 2012; Wojcieszak & Mutz, 2009) (cf. Mendonça et al., 2016, p. 21). O argumento principal a favor desta inversão nas correntes de investigação prende-se com o facto de ser fora dos espaços mais formais que se encontra uma parte considerável das arenas de discussão. Como lembram Mendonça, Sampaio e Barros, “a natureza de muitas discussões contemporâneas (...) atravessam diversas esferas e se estendem temporalmente, beneficiando-se em grande medida da capacidade de capilarização e viralização provida pelas redes sociais on-line” (2016b, p. 11).

Importa, portanto, considerar outros espaços de análise. É nesse sentido que começam a surgir trabalhos que, partindo das teorias da deliberação realçam a importância da comunicação, e em particular dos meios de comunicação, enquanto “mediadores da esfera de visibilidade pública” (Barros & Carreiro, 2016, p. 276; Gomes, 2008c). Neste contexto destaca-se o papel particular do jornalismo, tendo em conta as suas funções enquanto provedor de informação acerca dos acontecimentos e do seu contexto, mas também enquanto promotor e fórum para o debate público (Blumler & Gurevitch, 1995, p. 97; Christians et al., p. 30). Com o advento da Internet e a partir do momento que passam a marcar presença neste ambiente, os meios de comunicação, através das suas páginas *online*, ganham ainda maior relevância ao nível do

consumo noticioso, mas sobretudo fazendo surgir novas possibilidades para a participação dos cidadãos, em particular com a criação de espaços destinados aos seus comentários. Surge desta forma uma nova arena de discussão a partir dos conteúdos jornalísticos, mas que se pode estender muito para além deles, nomeadamente com os *media* sociais, como veremos mais à frente.

São precisamente estes espaços que constituem o objeto de análise deste trabalho, dando seguimento a um conjunto de pesquisas que os tem considerado como arena privilegiada para a avaliação da qualidade da deliberação *online* (Barros & Carreiro, 2015, 2016; Bergström & Wadbring, 2015; Friemel & Dötsch, 2015; Silva, 2015, 2013a, 2013b; Barros, 2013; Strandberg, & Berg, 2013; Sampaio & Barros, 2012; Noci, 2012; Sampaio & Dantas, 2011; Noci et. al., 2010; Sampaio & Barros, 2010; Adeyanju, 2010; Manosevitch & Walker, 2009).

Embora aos poucos se tenham tornado um dos principais contextos de análise onde os investigadores procuram avaliar a qualidade da deliberação, a verdade é que têm hoje a concorrência dos espaços de comentários nos *media* sociais, onde os meios de comunicação também marcam presença, e onde não existem limites à participação. O próprio facto de os *media* sociais estimularem a partilha permanente de conteúdos é um dos aspetos que desperta de forma significativa os comentários dos utilizadores destes espaços.

Entendemos assim que, para além da análise dos espaços de comentários dos meios de comunicação (no ponto seguinte veremos os procedimentos para a seleção dos meios), devíamos igualmente considerar os espaços de comentários nos *media* sociais, e em particular no *site* da rede social Facebook. Essa opção vai de encontro às principais propostas dos autores que têm trabalho neste campo de pesquisa e para quem é fundamental considerar uma análise também nestas esferas.

“Não há discussão de tema socialmente relevante que não passe de modo significativo por elas, atravessando plataformas tão distintas como Facebook, Twitter, YouTube e blogues. As discussões entre indivíduos, permeadas pelos conteúdos produzidos por jornais ou por blogueiros, em textos, fotos e vídeos, formam um ambiente complexo em que os principais temas de interesse público são abordados por uma multiplicidade de atores” (Mendonça, Sampaio & Barros, 2016b, p. 11).

Não sendo uma opção inédita, uma vez que já vários autores procederam a análises dos comentários nos *media* sociais (Mitozo, Massuchin & Carvalho, 2017; Barros & Carreiro, 2016, 2015; Stroud et al., 2017; Massuchin, Carvalho & Mitozo, 2016, para referir apenas alguns), nomeadamente no Facebook, entendemos que as diferenças que caracterizam cada um dos espaços - nos *media* e nas redes sociais - são motivo suficiente para que se considere a análise dos dois espaços. “A ecologia complexa dos *media* digitais requer a consideração de que ambientes conversacionais distintos apresentam características que os tornam mais suscetíveis ao surgimento de certos modos de comunicação” (Maia et al., 2016, p. 250).

É, portanto, seguindo o entendimento da “web 2.0 enquanto ecologia complexa” (Chadwick, 2013; Papacharissi, 2010; Walther et al., 2011; Maia, 2014), como referem Rousiley Maia, Patrícia Rossini, Vanessa Oliveira e Alicianne Oliveira (2016, p. 247), que se considera neste trabalho os espaços de comentários dos meios de comunicação por um lado, e os espaços para comentários nas páginas desses mesmos *media* no Facebook. A escolha desta rede social não é involuntária, mas surge pelo facto de ser, no contexto português, aquela em que maior número de utilizadores tem uma conta (de acordo com o responsável do Facebook em Portugal, a rede social contava, em maio de 2017, com 5,8 milhões de utilizadores ativos mensalmente em Portugal²¹²). Ainda que apenas 4,5 milhões sejam utilizadores diários, nenhuma outra rede apresenta números semelhantes, como revela o estudo “Os Portugueses e as Redes Sociais” realizado pela Marktest Consulting (2016)²¹³. De acordo com o relatório, o Facebook é não apenas a rede mais utilizada e conhecida, como aquela em que maior número de pessoas acredita. Os dados do *Digital News Report 2018*, realizado pelo *Reuters Institute for the Study of Journalism*, confirmam o Facebook como o *site* de rede social mais utilizado, e acrescentam que em Portugal 53% dos utilizadores já utilizam este site para o consumo de notícias. A escolha do Facebook justifica-se por todos estes aspetos e ainda por ser aquele *site* de rede social onde os comentários têm uma maior expressão, por comparação, por exemplo, com o Twitter (limitado em termos de visualização dos comentários e da própria dimensão das mensagens).

Assim, tendo como elemento comum os meios de comunicação, são precisamente as diferenças entre plataformas e os diálogos que aí se estabelecem, que se pretende destacar na análise. O desafio é, portanto, o de numa perspetiva comparada, “observar e investigar como os indivíduos se engajam em debates políticos em diferentes contextos, considerando a complexidade e heterogeneidade de cada um deles” (Maia et al., 2016, p. 268).

Uma vez definido o nosso objeto de estudo geral - os espaços de comentários nos meios de comunicação e nas páginas que estes mantêm no *site* da rede social Facebook - importa delimitar o âmbito da pesquisa, nomeadamente com a definição de, numa primeira fase, quais os meios a analisar e, posteriormente, a definição da unidade e período de análise.

4.3. Constituição da amostra: a escolha do jornal *online* “Observador”.

Entende-se que em qualquer investigação é necessário proceder a seleções, dado que é impossível abordar todos os aspetos de uma determinada realidade. Importa por isso selecionar, desde a questão em estudo, àquilo que se vai observar, à ferramenta usada para recolher os dados. É neste sentido que, depois de termos escolhido os espaços de comentários dos meios

²¹² Para mais informações consultar: <https://www.futurebehind.com/numero-utilizadores-facebook-portugal-2017/>

²¹³ Cf. http://www.marktest.com/wap/private/images/Logos/Folheto_redes_sociais_2016.pdf

de comunicação como objeto de análise, explicamos agora os procedimentos adotados para a definição da amostra.

Como referimos anteriormente, interessa-nos analisar os espaços de comentários, uma vez que a nossa unidade de análise, o elemento que se vai estudar, são os próprios comentários. Começamos por isso por considerar todos os meios de comunicação social nacionais, de âmbito informativo, que marcam presença *online*. A partir deste vasto grupo, procedemos à primeira seleção, deixando de fora os *sites* dos órgãos televisivos e radiofónicos, por entendermos, depois de um breve período de observação, que em ambos os casos, os níveis de participação ao nível dos comentários eram mais reduzidos por comparação com os restantes meios, essencialmente do sector da imprensa. Esta seleção deixou-nos ainda assim perante um conjunto considerável de títulos, o que nos levou a optar por um meio em particular, tendo em conta que se configura como o único nativo digital generalista de âmbito nacional. A opção recaiu então sobre o “*Observador*”, projeto que por não ter versão em papel e apostar fortemente no digital, entendemos que melhor servia os nossos objetivos em termos de análise dos espaços de comentários.

Mas a opção por este “jornal diário *online*”, justifica-se também tendo em conta uma outra dimensão que pretendemos avaliar neste trabalho. Para que se perceba do que falamos, socorremo-nos novamente do *Digital News Report 2017* do *Reuters Institute for the Study of Journalism*, de acordo com o qual, a marca “*Observador*” é aquela que no espectro ideológico tem uma audiência mais à direita.

AUDIENCE MAP FOR TOP ONLINE NEWS BRANDS

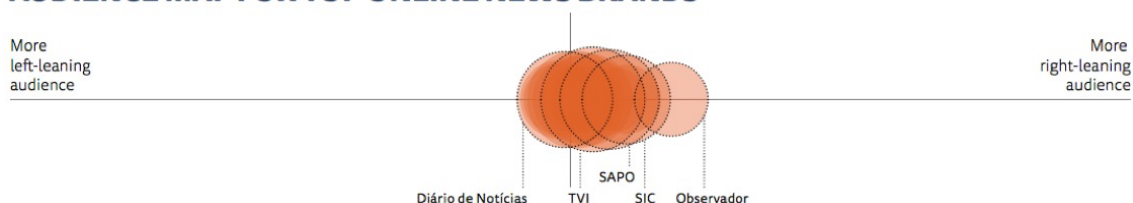


Figura 2. Distribuição das organizações noticiosas no eixo ideológico²¹⁴.

Neste contexto recordamos também o trabalho de Hallin e Mancini (2004) onde os autores fazem uma comparação dos sistemas mediáticos de diferentes países, considerando a relação com o sistema político, e defendem que no caso português o sistema dos *media* insere-se no “Modelo Pluralista Polarizado”, onde é frequente “a instrumentalização dos *media* pelo

²¹⁴ Fonte: Reuters Institute for the Study of Journalism/ Digital News Report 2017

governo, pelos partidos políticos e por indústrias com laços políticos” (Hallin & Mancini, 2004, p. 73)²¹⁵.

É, portanto, também considerando estes dois aspetos, o tipo de audiência e as características do sistema de *media* na relação com as forças políticas, que justificamos a nossa opção, uma vez que uma das hipóteses que colocamos nesta investigação tem que ver com a possibilidade do enquadramento mediático das notícias poder influenciar os comentários e o teor de potenciais debates que se geram nos espaços para os leitores comentarem.

Com o meio jornalístico selecionado, procedemos à definição da amostra, tendo em conta as especificidades do “caso” em estudo. Como já tivemos oportunidade de referir, o processo de formação do XXI Governo Constitucional teve contornos muito particulares e sobretudo um desenvolvimento praticamente diário. Foi por isso que, na linha do trabalho das jornalistas Márcia Galvão e Rita Tavares no livro “Como Costa montou a geringonça em 54 dias: os bastidores do acordo histórico da esquerda” (2016), decidimos considerar que o período para a recolha de dados devia começar no dia 04 de outubro de 2015, data do ato eleitoral, e prolongar-se até ao final do mês de novembro, quatro dias após a tomada de posse do Governo. Como referem as autoras, “a intensidade daquele período histórico” (p. 20) justifica uma tal abordagem, como forma de acompanhar todos os desenvolvimentos quotidianos.

A partir da definição do período avançámos para a pesquisa das notícias e dos respetivos comentários. No sistema de pesquisa do jornal *online* “*Observador*” a procura foi feita a partir de dois termos chave: “legislativas 2015” e “governo”. O resultado foram 281 peças jornalísticas, sendo que de fora ficaram desde logo todos os textos de opinião, uma vez que estes são resultado de *opinion makers*, na grande maioria com diferentes ligações aos partidos e todos mais ou menos distantes e críticos da solução governativa encontrada. Como lembram Márcia Galvão e Rita Tavares, esses textos procuram sobretudo “fazer ‘ruído’ na opinião pública, ou mais importante, na opinião publicada” (Galvão & Tavares, 2016, p. 52).

As 281 peças encontram-se distribuídas de forma heterogénea pelo período em análise (ver Gráfico 1), o que revela bem da necessidade de olhar para cada um dos dias, porque importa lembrar que foi através dos *media* que o próprio país foi “assistindo quase em direto à construção de um novo cenário político” (ibidem, p. 21).

²¹⁵ Cf. “The Mediterranean or Polarized Pluralist Model is characterized by an elite-oriented press with relatively small circulation and a corresponding centrality of electronic media. Freedom of the press and the development of commercial media industries generally came late; newspapers have often been economically marginal and in need of subsidy. Political parallelism tends to be high; the press is marked by a strong focus on political life, external pluralism, and a tradition of commentary-oriented or advocacy journalism persists more strongly than in other parts of Europe. Instrumentalization of the media by the government, by political parties, and by industrialists with political ties is common (Hallin & Mancini, 2004, p. 73).

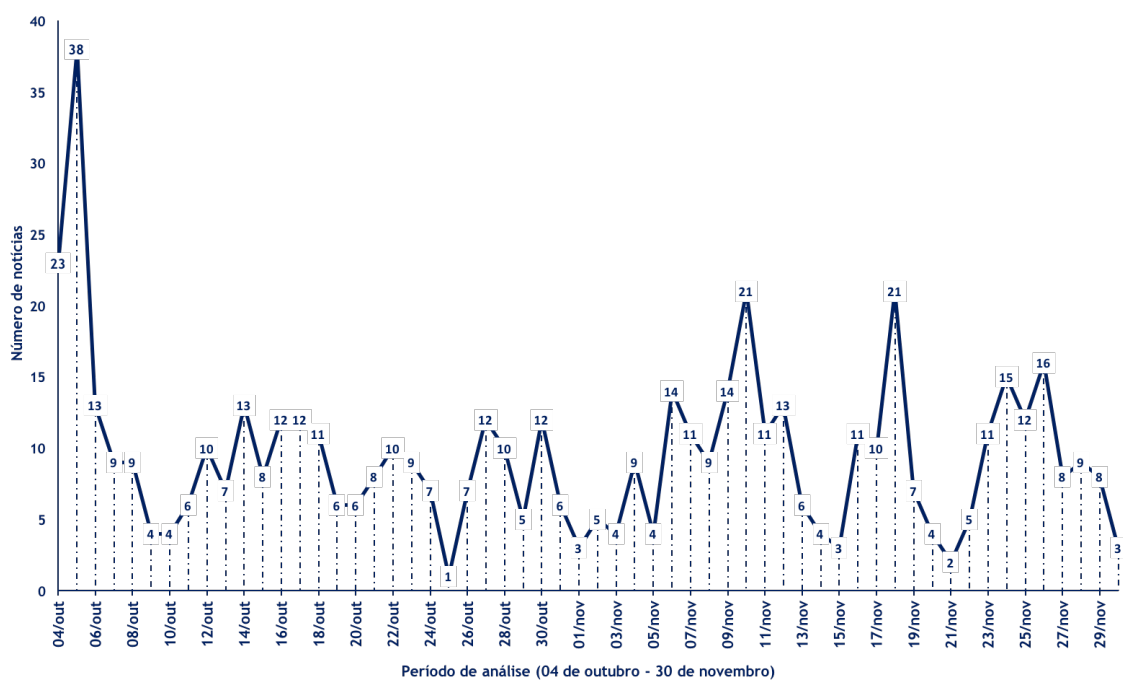


Gráfico 1. Distribuição das notícias por dias.

Apesar do número de notícias não ser muito elevado para um trabalho de investigação desta natureza, o total de comentários a analisar, considerando as 281 peças jornalísticas, seria de 8775, o que tornava difícil um estudo aprofundado, sobretudo porque temos ainda de ter em conta os comentários no *site* da rede social Facebook.

Por outro lado, e se é verdade que os comentários são a unidade de análise principal nesta investigação, não nos devemos esquecer que as próprias peças jornalísticas também serão alvo de uma análise do ponto de vista do enquadramento mediático, e na linha dos estudos sobre *deliberative framing* (Barisione, 2012), como explicaremos mais à frente.

Voltando às 281 peças jornalísticas e atendendo à necessidade de reduzir o número de comentários a analisar, procedemos a uma delimitação da amostra, tendo em conta as teorias do agendamento. Partindo do modelo original de McCombs e Shaw (1972), consideramos o poder que os *media* têm na definição da agenda pública, ao destacarem determinados assuntos em detrimento de outros, acabando, dessa forma, por guiar o próprio debate público. No entanto, não podemos ignorar que com a Internet e as redes digitais de comunicação, a audiência é dotada de novas capacidades, nomeadamente ao nível da produção, seleção e circulação de conteúdos noticiosos. No fundo, falamos hoje de novos fluxos de agendamento, a que alguns autores chamam de “contra agendamento” ou “agendamento reverso” (Lycarião & Sampaio, 2016, p. 34). A ideia é a de que “a construção da agenda pública na era da comunicação digital se organiza e se reorganiza num fluxo multidirecional de interação discursiva” (Lycarião & Sampaio, 2016, p. 53).

Considerando estes aspetos, decidimos restringir o número de peças jornalísticas, tendo como critério a importância que a própria audiência atribuiu a cada uma. Observámos então o número de comentários de cada texto jornalístico e procedemos à seleção da notícia que em cada dia foi mais comentada (ver Anexo I), o que resultou numa amostra constituída pelas 58 peças jornalísticas mais comentadas, perfazendo um total de 2944 comentários.

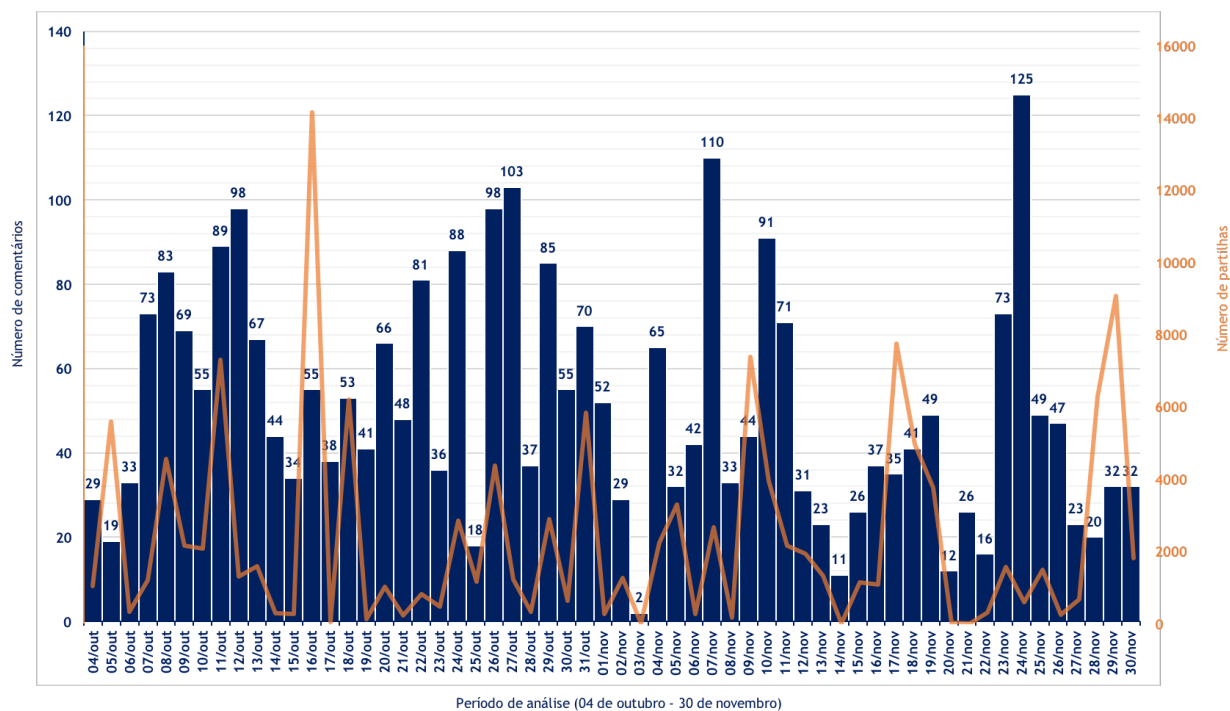


Gráfico 2. Números de comentários e número de partilhas por notícia.

Parte da seleção da amostra estava feita, faltando apenas considerar os comentários às publicações do jornal *online* “Observador” no *site* da rede social Facebook. Entendemos então que a melhor forma de comparar os comentários nos dois espaços era a partir dos mesmos conteúdos, ou seja, as peças jornalísticas mais comentadas no jornal foram também aquelas que procurámos na página de Facebook do jornal. No *site* da rede social as mesmas 58 peças geraram 5885 comentários que, juntamente com o número já recolhido no jornal, perfazem um total de 8829 comentários a analisar (ver Figura 3).



Figura 3. Processo de seleção da amostra.

Um aspeto que importa realçar neste ponto prende-se com a forma como foram calculados o número de comentários no Facebook. O *site* da rede social tem predefinido um sistema em que apenas os “comentários principais” estão visíveis à partida. Quer isto dizer que podem existir mais comentários, mas que apenas aparecem se o utilizador selecionar uma das opções disponíveis: “Comentários principais (sem filtro)”. Na descrição da opção fica claro que, uma vez selecionada a opção, estarão visíveis “Todos os comentários, incluindo *spam* e comentários noutros idiomas, com os comentários mais relevantes em primeiro lugar”. Por ser necessária uma seleção e por não ser esta a predefinição, os números de comentários que consideramos são aqueles que estão desde logo visíveis, o que significa dizer que *spam* e comentários noutros idiomas, por exemplo, ficaram de fora.

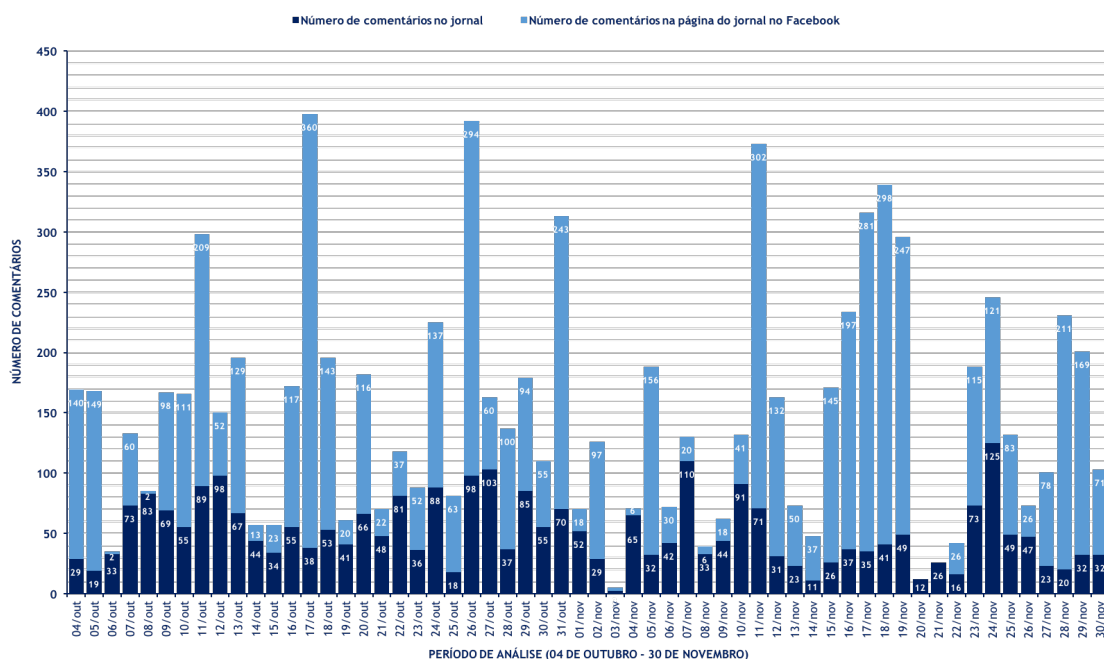


Gráfico 3. Distribuição dos comentários de acordo com a plataforma

Concluimos desta forma o processo de definição da amostra nesta investigação, com 58 peças jornalísticas, 2944 comentários na plataforma do jornal e 5885 comentários no Facebook. Impostos os limites espaciais e temporais ao *corpus* do trabalho, nos pontos seguintes damos conta das técnicas utilizadas para a recolha e análise dos dados, conferindo particular destaque à definição das categorias de análise.

4.4. A análise de conteúdo como estratégia de recolha de dados.

Definido o *corpus* a analisar, prosseguimos o nosso trabalho com a recolha, quer das notícias, quer dos comentários. Nesse sentido procedemos à criação de um arquivo digital onde todos os elementos alvo de análise foram guardados em formato PDF. A partir desse momento avançamos com a utilização da análise de conteúdo enquanto estratégia que nos permite

“simplificar para potenciar a apreensão e se possível a explicação” (Vala, 1986, p. 110) dos dados relativos à realidade em estudo.

Conscientes de que “não há modelos ideais em análise de conteúdo” (Vala, 1986, p. 126), considerámos, no entanto, que na presente investigação, esta estratégia era a que melhor nos poderia ajudar na avaliação da qualidade deliberativa nos espaços de comentários. Nesse sentido, e sabendo que a utilização desta técnica depende muito do tipo de documento em análise e dos objetivos que se pretendem alcançar, tomámos particular cuidado no seu desenvolvimento e aplicação. De acordo com os especialistas em análise de conteúdo há três procedimentos que são cruciais para uma boa utilização deste método: a construção do *corpus* ou seleção da amostragem a ser pesquisada; a codificação dos dados e categorização do material; a interpretação dos resultados (Coutinho, 2015).

No ponto seguinte abordamos precisamente a questão da categorização dos dados. No entanto, como referimos anteriormente, e se é verdade que os comentários são a unidade de análise central nesta investigação, não podemos esquecer o estudo das notícias em si. É por isso que a par da definição das categorias de análise para os comentários, vamos apresentar a categorização que nos permitirá considerar os textos numa lógica de *frame analysis*.

4.4.1. Definição das categorias de análise: o estudo dos comentários.

A definição de categorias é um dos pontos cruciais da análise de conteúdo. Esta definição deve ser o mais exaustiva possível, para que todos os elementos possam ser classificados. Deve igualmente ser detalhada, uma vez que a fiabilidade da pesquisa poderá ser diminuta se as especificações das categorias forem vagas e gerais. Deve também ser sistemática, no sentido de que os conteúdos devem ser selecionados segundo regras explícitas. Além disso, deve ser tanto quanto possível exclusiva, para que os elementos substantivos que se classificam numa categoria pertençam claramente a essa categoria e não a nenhuma outra (Coutinho, 2015, p. 221).

Assim, elaborámos um conjunto de categorias de análise, tendo em conta que são essas categorias, previamente estabelecidas e delimitadas, que enquadram e englobam o objeto de estudo, diferenciando os diversos aspetos daquilo que se pretende analisar. Estas categorias procuram fazer a ligação entre os objetivos da investigação e os seus resultados. Neste sentido, definimos as variáveis consideradas pertinentes e adequadas para este estudo, de acordo com um conjunto de critérios e indicadores, já anteriormente explorados (ver Capítulo 3). Relembramos, no entanto, que considerámos em particular estudos que, por um lado têm objetos de estudo semelhantes ao nosso e, por outro, definem categorias e procedem a operacionalizações que vão de encontro aos objetivos do nosso trabalho (Barros & Carreiro, 2016, 2015; Barros, 2013; Silva, 2015, 2013; Kies, 2010; Baechtiger et al., 2009; Strommer-Galey, 2007; Janssen & Kies, 2005; Steenbergen et al, 2003).

Apesar de já termos abordado anteriormente os critérios utilizados para a avaliar a qualidade da deliberação *online*, vamos neste ponto apresentar de forma sucinta as diferentes variáveis e categorias utilizadas na elaboração da base de dados, construída com recurso ao software IBM SPSS (versão 27).

As diferentes variáveis e categorias foram organizadas em três grupos, cada um dos quais com objetivos muito particulares no âmbito da investigação e no seguimento de trabalhos anteriores que procederam a operacionalizações semelhantes (Barros & Carreiro, 2016, 2015; Barros, 2013; Silva, 2015, 2013; Kies, 2010; Baechtiger et al., 2009; Strommer-Galey, 2007; Janssen & Kies, 2005; Steenbergen et al, 2003, entre outros). O primeiro grupo diz respeito ao contexto onde são feitos os comentários. Começamos por procurar recolher informação sobre a plataforma, nomeadamente o tipo de acesso, ou seja, a necessidade ou não de efetuar um registo para poder comentar. Se existir necessidade de efetuar registo de utilizador, observa-se o tipo de registo solicitado, podendo este obrigar à criação de conta ou simplesmente utilizar dados de um perfil já criado num *site* de uma rede social. Também o tipo de moderação é analisado neste grupo, considerando as possibilidades de pré e pós-moderação, cada uma com particularidades e capacidade para afetar a participação dos utilizadores.

As variáveis seguintes, ainda ao nível da contextualização, prendem-se com a identificação da data e hora do comentário, tendo por referência a data e hora da publicação original, ou seja, da peça jornalística no jornal e do *post* no Facebook. A ideia é perceber se o tempo que medeia até ao início dos comentários e entre estes, pode ajudar a explicar um certo nível de posicionamento e argumentação em relação ao tema, fruto de uma reflexão sobre o mesmo. Ou seja, pretende-se explorar a hipótese de que comentários mais “apressados” (Papacharissi, 2002, tendem a apresentar níveis de justificação menores.

<i>Tipo/Grupo</i>	Variável	Categoria	Valor na base de dados
Operacionalização	Nº de comentário	–	–
Contextualização	Acesso (nominal)	Sem registo	0
		Com registo	1
	Tipo de registo (nominal)	Criação de conta	1
		Utilização de conta de rede social	2
	Moderação (nominal)	Sem moderação	0
		Pré-moderação	1
		Pós-moderação	2
	Data	–	–
	Hora	–	–
	Plataforma (nominal)	Jornal	1
Facebook		2	
Tipo de artigo (nominal)	Notícia	1	
	Reportagem	2	
	Entrevista	3	
	Reportagem fotográfica	4	
	Vídeo	5	
Perfil	Identificação (nominal)	Não	0
		Sim	1
		Username	2
	Sexo (nominal)	Masculino	1
Feminino		2	
Não identificado		3	
Posição genérica em relação ao tema (nominal)	A favor	1	
	Contra	2	
	Não se posiciona	3	
Deliberatividade	Racionalidade (nominal)	Off-topic	0
		On-topic	1
	Reciprocidade (ordinal)	Não considera o outro mas trata o tema	1
		Considera o outro indiretamente	2
		Considera o outro diretamente	3
	Interatividade (nominal)	Comentário novo	1
		Resposta	2
	Informação (nominal)	Não pede informação	0
		Pede informação (questões diretas)	1
		Incorpora e/ou complementas argumentos	2
Apresentação de razões (nominal)	Não apresenta razão	0	
	Apresenta razões internas	1	
	Apresenta razões externas	2	
Tipo/nível de justificação/argumentação (ordinal)	Sem justificação	0	
	Justificação inferior	1	
	Justificação qualificada	2	
	Justificação sofisticada	3	
Civismo/Respeito (nominal)	Respeitoso	1	
	Desrespeitoso	2	
Desrespeitoso (nominal)	Desrespeita argumentos	1	
	Desrespeita grupos e/ou pessoas	2	
	Desrespeita argumentos e grupos/pessoas	3	
Outros tipos de desrespeito (nominal)	Insultos/ataques pessoais	1	
	Uso de all-caps/sarcasmo	2	

Tabela 6. Variáveis e categorias de análise utilizadas na construção da base de dados²¹⁶.

²¹⁶ Tabela criada com base nos trabalhos de (Barros & Carreiro, 2016, 2015; Barros, 2013; Silva, 2013, 2015; Kies, 2010; Baechtiger et al., 2009; Strommer-Galey, 2007; Janssen & Kies, 2005; Steenbergen et al, 2003).

O grupo de variáveis relativas ao contexto termina com a identificação da plataforma onde é feito o comentário, se no jornal ou no *site* da rede social Facebook, e o tipo de peça jornalística que está na origem dos comentários. Perceber se diferentes trabalhos jornalísticos podem gerar distintos níveis de participação e eventualmente afetar a própria qualidade das trocas discursivas é a hipótese que se pretende explorar a partir desta variável.

Depois das dimensões de contextualização da participação, prosseguimos a definição das categorias de análise com as questões relacionadas com o perfil de quem participa. Ainda que com limitações óbvias, uma vez que no ambiente digital nem sempre é possível verificar a veracidade de muitas contas e perfis de utilizadores, procurámos ainda perceber se o utilizador se identifica e, nesse caso, a que sexo pertence (aferido em função do nome) (Barros & Carreiro, 2016; Barros, 2013). Apesar dos limites das categorias, acreditamos que no *site* da rede social Facebook é mais fácil proceder à identificação de quem comenta e, de certa forma, garantir com maior confiança a autoria dos comentários.

O último aspeto analisado em relação ao perfil dos comentadores tem que ver com um primeiro posicionamento em relação ao tema em discussão. Na presente investigação esta variável procurou precisamente recolher dados sobre a posição expressa nos comentários em relação ao “caso” em estudo. Sem preocupações com as razões ou argumentos apresentados, pretendemos avaliar simplesmente se nos comentários era possível identificar uma posição em relação ao processo genérico de formação do novo Governo Português. Quer isto dizer que neste ponto não foi considerada a opinião particular sobre o tema abordado na peça jornalística, mas um posicionamento mais abrangente sobre todo o processo de debate político e solução governativa. A ideia passa por confrontar estes dados com o tipo de razões e justificações apresentadas em relação ao tema particular de cada peça jornalística e explorar eventuais contradições. No fundo é também uma variável que, combinada com as do grupo seguinte, nos permite despistar eventuais discrepâncias argumentativas.

O terceiro e último grupo de variáveis diz respeito ao elemento central desta investigação, a avaliação da qualidade da deliberação *online*. Como tivemos oportunidade de ver no capítulo anterior, os critérios que utilizamos nesta pesquisa surgem na linha das teorias sobre deliberação pública e são aqui operacionalizados de acordo com estudos empíricos já realizados em relação ao mesmo objeto de estudo (Barros & Carreiro, 2016; 2015; Barros, 2013; Silva, 2015, 2013; Kies, 2010; Baechtiger et al., 2009; Strommer-Galey, 2007; Janssen & Kies, 2005; Steenbergen et al, 2003, entre outros).

A primeira variável diz respeito à racionalidade, entendida aqui numa lógica de validade da própria participação, ou seja, procurando perceber se os comentários se mantêm focados no

tema original ou se pelo contrário o desconsideram por completo. Para que se perceba do que falamos, apresentamos alguns exemplos de comentários *off-topic*²¹⁷.

“Os seus próprios insultos aos homossexuais provam que se está nas tintas para as crianças. Acha próprio que uma criança seja insultada por o seu pai ser homossexual?”. [N.O. - comentário no jornal *online* Observador]

“Arranjem uma bussola. Foi assim que os antepassados quinhentistas se orientaram. Não se deram mal”. [A.L. - comentário na rede Social Facebook]

“Gostava de ter conhecido Maquiavel”. [N.R. - comentário na rede Social Facebook]

“Tantas lágrimas. Estou a ficar comovido!”. [F.L. - comentário na rede Social Facebook]

Seguimos com as questões relacionadas com a reciprocidade, onde o objetivo passa essencialmente por perceber que tipo de relação os comentadores estabelecem entre si. Os utilizadores podem manifestar uma opinião em relação ao tema sem que, no entanto, considerem a opinião de outros participantes. Do mesmo modo que podem emitir uma determinada opinião, considerando o que já foi dito por outros comentadores e utilizando mesmo uma referência direta a esse comentário ou utilizador. Estas categorias de análise são particularmente importantes porque permitem testar a hipótese de que os participantes dos espaços de discussão *online* não interagem (Ferreira, 2010, p. 111; Wilhem apud Dahlberg, 2001, p. 3; cf. Silva, 2013, p. 85). É precisamente a interação que está em jogo nesta categoria, e como forma de a confirmar e distinguir os diferentes tipos de interação, criámos ainda uma variável isolada, que nos permite perceber se a resposta surge a partir dos recursos da própria plataforma ou não (distinguimos entre a resposta a outro comentário ou referência a outro comentário sem ser através de uma resposta).

Através dos exemplos percebemos como existem diferenças entre respostas através do sistema, como na primeira situação, comentários onde se consideram diretamente os outros participantes, no segundo exemplo, e ainda casos onde estes são considerados indiretamente.

“A constituição só permite dissolução da AR no dia 5 Abril de 2016. Até lá, viva a folia...”. [L.F. resposta a F.S. - comentário no jornal *online* Observador]

“Caro Fonseca. "a fraude que andam a vender aos portugueses." Assim como a fraude que o PSD andou a vender aos portugueses em 2011, dizendo que o Sócrates estava a fazer austeridade a mais e que a direita ia fazer menos? Vocês não têm mesmo vergonha nenhuma”. [N.O. consideração direta do outro - comentário no jornal *online* Observador]

²¹⁷ A apresentação de exemplos dos comentários, na linha do que foi feito noutros trabalhos (Barros, 2013) ajuda a perceber o que se considera em cada uma das categorias e nesse sentido cumprem-se as principais regras de objetividade e fidelidade ao nível da categorização (Coutinho, 2015; Bardin, 2011). De acordo com os estudos empíricos já referidos optou-se, por uma questão de privacidade, omitir o nome completo dos comentadores nos exemplos apresentados, sobretudo tendo em conta que se citam os comentários originais, sem qualquer tipo de edição.

“Dia 26 Manifestação Nacional “Pela verdade democrática e eleitoral” Apareçam em Belém ou na Praça Municipal de cada capital de distrito! Apareçam!”. [N.T.M. - **consideração indireta dos outros - comentário na rede social Facebook**]

Depois da reciprocidade considerámos as questões relacionadas com a informação, também elas reveladoras, de certo modo, do envolvimento na discussão. A colocação de questões diretas entre utilizadores, pedindo mais informação ou esclarecimentos adicionais sobre opiniões manifestadas, constitui um indício forte sobre o potencial destes espaços do ponto de vista deliberativo. Por outro lado, ao pedirem mais informação entendemos que pode existir uma maior tendência para a incorporação desses elementos na própria argumentação, tornando-a mais rica. No fundo testa-se até que ponto se pode considerar a condição de “*ideal role taking*” (Maia et al, 2015, p. 252; Dahlberg, 2004, p. 29; Janssen & Kies, 2005, p. 328), nestas conversações. Estarão dispostos a mudar as suas opiniões em função das informações apresentadas pelos outros participantes? Ou existe pelo menos incorporação das ideias apresentadas por outros? É este intervalo compreensivo que tentamos explorar.

“É uma boa sugestão. A meu ver terá só de ser então encontrada uma alternância associada ao sindicalismo militante - CGTP/UGT. Na queda da direita, estarão à porta os bombos da CGTP e na queda da esquerda, teríamos as gaitas de foles da UGT. Sempre em directo com todos os canais, incluindo o do Correio da Manhã com autorização judicial”. [E.L. **resposta a J.M. - incorpora informação de comentário anterior e mostra concordância - comentário no jornal *online* Observador**]

“Quem me esclarece? “Se o programa fosse rejeitado e o Governo caísse — e porque uma situação de Governo não estável, na medida em que temos obrigações europeias como a indispensabilidade de apresentar um Orçamento, não é favorável ao país — teria de ver se no âmbito da Assembleia da República poderia surgir uma solução com estabilidade. Teria de avaliar essa solução e se eu considerasse que serviria os interesses do país daria posse a António Costa.” OK, esta é a opinião de Maria de Belém... Mas, “se o presidente considerar que essa solução não serviria os interesses do país”, o que é que acontece? Ninguém sabe responder a esta questão???”. [V.A. - **pedido de informação - comentário no jornal *online* Observador**]

A apresentação de razões para defender uma determinada opinião é a variável que apresentamos de seguida, e que foi operacionalizada em torno de três categorias, no seguimento de trabalhos que fizeram operacionalizações semelhantes (Barros & Carreiro, 2016, 2015; Barros, 2013), e que consideraram a investigação pioneira de Jensen (2003), nomeadamente os seguintes aspetos: “Validação externa - o participante usa informações de fontes externas e persegue um argumento baseado em factos e números, etc; Validação interna - o participante argumenta com base nos seus próprios pontos de vista, posições e valores, mas estes são explicitados na argumentação; Alegação - sem qualquer tipo de razão ou apresentação de fatos” (2003, p. 360)²¹⁸.

²¹⁸ External validation - the debater uses information from external sources and pursues an argument based on facts and figures, etc.; Internal validation - the debater argues based on his/her own viewpoints, stands and values, but these are made explicit in the argumentation; Allegation - claim without any kind of validation or presentation of facts (Jensen, 2003, p. 360).

Falamos assim de um critério para a ausência de razões, ou seja, para as opiniões que não têm qualquer tipo de suporte na sua origem. Consideramos depois as razões internas, quando baseadas em experiências pessoais ou relatos de pessoas conhecidas, o que representa uma forma particular de se manifestar em relação a um determinado tema. Externas, quando as opiniões são defendidas a partir de conhecimentos efetivos e que não dependem de qualquer tipo de experiência pessoal. Referências e *links* para outros textos jornalísticos, para estudos científicos e outras formas de conhecimento credíveis são consideradas razões externas.

Neste ponto importa ainda lembrar, considerando os trabalhos de Barros & Carreiro (2016, 2015) e Barros (2013), que para Steiner (2012) a apresentação de razões na defesa de uma determinada ideia ou opinião pode ser analisada a partir de duas perspectivas. “De acordo com a teoria deliberativa, os argumentos têm de ser justificados. Este elemento da teoria tem dois aspetos: a forma e a substância da justificação” (Steiner, 2012, p. 57)²¹⁹. A divisão permite, por um lado avaliar o tipo de argumentos apresentado e, por outro, a complexidade desses argumentos, entendem os autores. Mas esta divisão faz com que diferentes autores tenham abordagens distintas nas suas classificações, como bem explica Kies (2010, pp. 46-47), sendo que para uns falamos de razões e justificações e outros simplesmente de justificações, para além de formas distintas de avaliar os argumentos utilizados. “Pesquisas anteriores usaram várias abordagens de análise de conteúdo para avaliar os argumentos que os participantes usam para justificar as opiniões que defendem” (Kies, 2010, p. 47)²²⁰. As diferentes abordagens surgem depois de nas primeiras operacionalizações deste indicador deliberativo se ter considerado que a apresentação de justificações para uma opinião era o mais importante. Mais tarde foi a distinção entre justificações internas e externas que começou a ser avaliada, sendo as segundas mais valorizadas que as primeiras²²¹ (Jensen, 2003).

No nosso trabalho, e de acordo com a linha que temos vindo a seguir (Barros & Carreiro, 2015, 2016; Barros, 2013), considerámos a forma na variável relativa à apresentação de razões, mas também o conteúdo ou substância na variável seguinte, relativa ao nível/tipo de justificações/argumentação. Desta forma procuramos aprofundar a análise e garantir, uma vez

²¹⁹ “According to deliberative theory, arguments need to be justified. This element of the theory has two aspects: the form and the substance of justification. With regard to the form, the key question is whether in deliberation only rational arguments are allowed or whether personal stories can also be used” (Steiner, 2012, p. 57).

²²⁰ “Previous research has used various content-analysis approaches that focused on the arguments that participants use to back up what they are saying” (Kies, 2010, p. 47).

²²¹ “...we argued that justifications based on personal experiences can be as useful as justifications based on facts for the promotion of deliberative values. Particularly in weak and informal public spaces, the presence of internal arguments (storytelling, testimony, etc.) can enrich the debates and allow citizens who feel uncomfortable with rational-critical debates to express themselves freely” (Kies, 2010, p. 48). Raphael Kies realça que em determinados contextos a apresentação de justificações internas pode ser mais importante do que as externas, precisamente porque as primeiras resultam de experiências pessoais, resultando assim numa opinião mais confiável em relação a determinados assuntos. Os próprios ambientes de discussão podem promover com que surjam com maior frequência este tipo de justificações (cf. Barros & Carreiro, 2016, p. 288).

mais, maior fiabilidade dos resultados. Antes de falarmos dos tipos de justificações deixamos alguns exemplos de razões internas e externas.

“Parece-me que os Srs. jornalistas esqueceram-se de mencionar a revisão dos escalões do IRS, que o PS irá propor, aumentando a carga sobre a classe média e alta. De onde irá facilmente obter o dinheiro de que precisa. A extrema esquerda ficará contente pois está a tirar dos ricos para dar aos pobres”. [D.P. - ponto de vista pessoal, sem fundamento que outra natureza - comentário no jornal *online* Observador]

“Ressabiamento nervoso?” Tem cá uma lata.... Lata e falta de memória? Oh Dr. António Costa, já se esqueceu do que andou a chamar aos seus camaradas? É que eu não: link para notícia com o título “António Costa: PCP E Bloco de Esquerda são meros partidos de protesto”. [M.A. - razão apresentada fundamentada em texto jornalístico - comentário na rede social Facebook]

Na variável tipo/nível de justificação/argumentação tratamos, como referimos, da complexidade da argumentação, ou seja, avaliamos se as razões/argumentos apresentados são mais ou menos fortes, se o raciocínio faz sentido, se as premissas são articuladas de forma lógica e racional. Consideramos três categorias principais, para além da ausência de justificação, seguindo, uma vez mais os estudos empíricos já referidos anteriormente (Steenbergen et al., 2003; Barros & Carreiro, 2015, 2016; Barros, 2013).

Na primeira categoria, a das “justificações inferiores”, incluem-se os comentários em que as justificações apresentadas não têm lógica ou não fazem sentido, tendo em conta a opinião que pretendem suportar. Já as “justificações qualificadas” compreendem os comentários em que existe uma relação coerente entre argumentos, ainda que esta seja basilar, ou seja, justifica-se a defesa do ponto A por causa de B, de forma direta. Por fim, consideram-se “justificações sofisticadas” as situações em que os utilizadores defendem a sua opinião através de um raciocínio mais complexo, que envolve diferentes razões e relação entre argumentos. Esta é uma das variáveis mais complexas de categorizar, como evidenciam os diferentes trabalhos empíricos considerados, em virtude da necessidade de interpretação das relações lógicas entre premissas. Nos exemplos que se seguem procuramos ajudar a clarificar o que cabe dentro de cada uma das categorias.

“O PS está a fazer o que o PSD já fez ou já se esqueceram”. [M.C.C. - justificação inferior no sentido em que uma ação não legitima outra ação igual - comentário na rede social Facebook]

“Não creio. Assis está a fazer uma jogada de mestre. Assis será o próximo secretário geral do PS. Para isso, é preciso que Costa lidere a extrema esquerda e se espalhe ao comprido no seu confronto com Jerónimo e Catarina. Nesse dia, terá chegado a vez de Assis.”. [A. D. - justificação qualificada porque se estabelece a relação direta entre dois argumentos - comentário no jornal *online* Observador]

“Quem não perceber que esta situação política não é uma situação normal o melhor que faz é dedicar-se a outra arte. Se esta fosse uma situação normal, passados os duros anos da legislatura que acabou, o PS tinha recuperado os votos que do centro que foram para o PSD em 2011 e, atenta a política impopular destes

últimos anos, talvez somasse os votos suficientes para ganhar as eleições e, ter sonhado com a maioria absoluta podia não ser inverossímil. Acontece que estamos a operar uma regressão do estatuto das pessoas. Mais de 75% empobreceram irreversivelmente, as pessoas foram surpreendidas com agressões de dignidade, não só perdas materiais. Atentados à propriedade individual e coletiva, carga fiscal insuportável para muitos empresários e pessoas individuais, despedimentos selvagens e abandono dos desempregados de longa duração, restrições nas prestações sociais e a ofensa de forçar a apresentações quinzenais a quem requer o subsídio de desemprego que pagou enquanto empregado. O cidadão comum sabe que isto acontece por terem confiado em quem governou nestes últimos 40 anos e sabe por ter votado para ser bem governado e protegido. O cidadão comum sente-se traído, roubado, insultado e abandonado por esses que os governaram: PS e PSD que o CDS é um caso de populismo e o populista não tem crédito de idoneidade. Esta é uma situação muito anormal ou o "novo normal". Os portugueses estão muito zangados com o PS e o PSD. Não há esse centrão que vota sempre e umas vezes vota PS outras vota PSD. [J. M. - **justificação sofisticada uma vez que estão presentes vários argumentos que se relacionam entre si - comentário no jornal *online Observador***]

O grupo de variáveis e categorias relacionadas com a deliberação encerra com as questões relativas ao respeito, aspeto importante quando se avalia a qualidade da deliberação, ainda que não seja determinante para o seu sucesso, como revela Zizi Papacharissi. “A distinção entre civildade e polidez é significativa neste contexto, porque nos permite distinguir a discussão que é prejudicial para as normas democráticas das discussões que não reconhecem os princípios básicos de etiqueta” (Papacharissi, 2004, p. 280)²²².

No entanto, e do ponto de vista teórico, a manutenção do respeito numa troca de ideias é considerada como um elemento que estimula a própria deliberação. “A reciprocidade, especialmente se em curso, é um indicador de respeito básico pelo outro - ao dar o seu tempo, ao esforçar-se para se envolver seriamente no diálogo racional” (Dahlberg, 2004, p. 34)²²³. É também esta a interpretação de Barros (2013, p. 112), que considera que à semelhança do que se passa com as categorias da variável “reciprocidade”, em que o fato de existirem perguntas e respostas por parte dos participantes torna a discussão mais fluída e com maiores possibilidades de ser bem-sucedida, também o respeito pode contribuir para o êxito do debate.

A operacionalização desta variável pode ser feita de formas distintas, havendo autores que decidem considerar o respeito em relação a pessoas e grupos separado do respeito em relação a argumentos e posições (Silva, 2013; Wales et al., 2010) e outros que agrupam tudo numa só variável (Barros, 2013). Nesta investigação decidimos dividir a análise do respeito em diferentes variáveis. Num primeiro momento avaliamos se os comentadores mantêm o respeito de um modo muito genérico. Perante a existência de comentários desrespeitosos, apreciamos a que nível se processa a falta de respeito, ou seja, se ao nível das pessoas e grupos, se em relação aos argumentos apresentados, se em ambos os casos. Por fim avaliamos outras dimensões como

²²² “...the distinction between civility and politeness is meaningful to this context, because it allows us to distinguish discussion that is harmful for democratic norms from discussion that does not acknowledge the etiquette basics” (Papacharissi, 2004, p. 280).

²²³ “The act of reciprocation, particularly if ongoing, indicates a basic respect for the other - the giving of one's time and effort to seriously engage in reasoned dialogue” (Dahlberg, 2004, p. 34).

a presença de insultos/ataques pessoais e ainda comportamentos mais ou menos desviantes, como sejam a utilização de sarcasmo e o recurso ao all-caps (no ambiente digital entendido como alguém que está a gritar) (cf. Silva, 2013). Através dos exemplos é mais fácil perceber o tipo de comentários que podem surgir e o modo como são classificados.

“o zezinho, levaste já duas chapadas,... damos-te um desconto por seres asno, mas a paciência tem limites,... wtf levaste mesmo,...”. [N.N. - comentário desrespeitoso em relação a outro participante, tendo também presente um insulto - comentário no jornal *online* Observador]

“Comparar alhos com bogalhos é típico de imbecis”. [P.S. - comentário que desrespeita o argumento apresentado por outro participante e recorre ao insulto - comentário na rede social Facebook]

“Você pelos vistos carece de instrução em como argumentar Ad-Hominem”. [N.P. - comentário que desrespeita o argumento apresentado por outro participante e recorre ao insulto - comentário na rede social Facebook]

“O SECRETARIO GERAL DO PS QUE SER PRIMEIRO MINISTRO A QUALQUER PREÇO. SAO ASSIM OS ALIENADOS”. [A.A. - comentário que usa all-caps - comentário no jornal *online* Observador]

“Vou insultar...a favor do aborto é a tua tia”. [A.C. - comentário com insulto - comentário na rede social Facebook]

Com a variável relativa ao respeito, encerramos a definição das categorias de análise que pretendem avaliar a deliberação. No entanto, para além destas categorias principais, analisámos ainda, em cada comentário, outras dimensões, considerando por exemplo algumas das particularidades do site da rede social Facebook.

Tabela 7. Variáveis e categorias de análise exclusivas para o site da rede social Facebook.

Tipo	Variável	Categoria	Valor na base de dados
<i>Dimensões exclusivas das media sociais</i>	Nº de gostos	–	–
	Presença de Emojis	Não	0
		Sim	1
	Links para outros utilizadores	Não	0
		Sim	1

Aos critérios já apresentados acrescentámos assim o registo do número de gostos de cada comentário, fator que pode ser considerado como outra forma de acompanhamento da discussão (Maia et al., 2016), ainda que não se expresse através de um comentário, o número de pessoas que “gosta” de determinado comentário revela que há mais elementos, para além dos que participam, diretamente interessados naquele tópico.

Considerámos igualmente a presença de *emojis* nos comentários, na medida que estes fazem parte das novas formas de expressão e revelam em muitas situações a opinião do participante, que não utiliza palavras, mas apenas uma imagem que transmite a ideia que pretende expor.

No contexto das comunicações contemporâneas parece-nos que é importante registarmos esta dimensão.

Por fim considerámos a possibilidade de os utilizadores identificarem, através de *links*, outros utilizadores nos próprios comentários, o que uma vez mais nos parece importante, na medida em que pode funcionar como estratégia para atrair novos elementos para a discussão.

4.4.2. Definição das categorias de análise: o estudo das notícias.

Tendo em conta que “as próprias técnicas de construção da notícia - título, *lead*, pirâmide invertida -, todas pressupondo opinião e seleção, constituem dispositivos de enquadramento destinados a recortar a ‘notícia’ da amálgama informe de elementos que compõem o acontecimento” (Gradim, 2016, p. 25), começámos por considerar estes elementos para a identificação genérica do tema da notícia.

Depois, no seguimento dos trabalhos de Iyengar (1991) e Cappela e Jamieson (1997) considerámos, respetivamente, dois tipos de enquadramento (temático ou episódico) e três categorias de *frames*: as que dizem respeito à “substância”, as relativas às “qualidades de liderança/personalidade” e as que se centram no “jogo/estratégia (*racing horse*)”. Por “substância” entendemos os assuntos relativos ao programa eleitoral e às medidas que os candidatos pretendem implementar; por “qualidades de liderança/personalidade” as características particulares dos candidatos, numa lógica de criação de um perfil; e na categoria “jogo/estratégia” consideramos posicionamentos dos candidatos e ações que visam a conquista do poder, numa lógica competitiva.

Seguimos depois o *Study of the Project for Excellence in Journalism* e procurámos capturar outros elementos relacionados com a apresentação das notícias, a saber: o gatilho, considerando o que levou a organização jornalística a cobrir a história; e desenvolvemos uma análise mais aprofundada dos *frames*, considerando os dispositivos e abordagens narrativas usadas pelos jornalistas para compor a história.

Tabela 8. Operacionalização das variáveis e categorias para a análise das notícias.

Variável	Categoria	
Trigger	Declaração institucional (Governo/Presidência da República)	
	Organização noticiosa	
	Análise ou interpretação	
	Antecipação/previsão em relação a evento	
	Divulgação de relatório Press release	
Frames	Substância	
	Qualidades de liderança/personalidade	
	Jogo/estratégia (<i>racing horse</i>)	
Tipos de frames	Relato direto das notícias	<i>Sem enquadramento dominante</i>
	Conflito	<i>Foco em situação conflituosa ou conflito entre atores</i>
	Consenso	<i>Ênfase no consenso em relação a um tema/assunto</i>
	Especulativo	<i>Foco em cenários hipotéticos/previsões quanto ao futuro</i>
	Histórico/cronológico	<i>Explicação de um assunto do ponto de vista histórico</i>
	Outlook	<i>Foco nos factos novos que atualizam uma história</i>
	Horse Race	<i>Foco na disputa, numa lógica de vencedores e vencidos</i>
	Trend Story	<i>Foco nos topic trends</i>
	Aplicação de medidas políticas	<i>Foco nas medidas políticas e no seu impacto</i>
	Reação	<i>Foco ou resposta por parte de intervenientes nas notícias</i>
	Verificação dos factos	<i>Foco na verificação dos factos</i>
	Irregularidades ou injustiças	<i>Foco nas irregularidades ou injustiças</i>
	Perfil	<i>Foco no perfil de um ator social/político</i>

Tabela criada com base dos trabalhos de Iyengar (1991), Cappela e Jamieson (1997) e *Study of the Project for Excellence in Journalism*

Tabela 9. Operacionalização da análise deliberativa dos enquadramentos.

Variável	Categoria	Explicação
Análise dos enquadramentos deliberativos	Diagnóstico	<i>Este é o problema</i>
	Interpretação causal	<i>De onde vem o problema</i>
	Responsabilização	<i>Elementos individuais/colectivos responsáveis pelo problema</i>
	Avaliação moral	<i>Elementos considerados culpados</i>
	Prognóstico	<i>Como resolver o problema</i>

Tabela criada com base no trabalho de Barisione (2012)

Para além do enquadramento das notícias, a presença de *frames* nos comentários também foi medida com as mesmas variáveis. Por outro lado, consideramos que “a definição e construção do contexto de deliberação (isto é, o quadro deliberativo)” (Barisione, 2012, p. 6)²²⁴, gera algumas categorias que precisamos considerar na análise dos comentários do leitor, porque “o quadro deliberativo é um constructo existente em um nível mais implícito e, por esse motivo, ele pode governar o procedimento e até mesmo determinar o resultado de uma deliberação” (p. 7)²²⁵.

²²⁴ “(...) the definition and construction of the deliberation context (i.e., the deliberative frame)” (Barisione, 2012, p. 7).

²²⁵ “the deliberative frame is a construct existing at a more implicit level, and for this reason it may govern the procedure and even determine the outcome of a deliberation” (Barisione, 2012, p. 7).

Capítulo 5. Apresentação e discussão dos resultados.

Neste capítulo dedicamo-nos à apresentação dos resultados da investigação, mas relembremos primeiro aqueles que são os objetivos que nos guiaram neste trabalho. Enquanto estudo de caso sobre o processo de formação do XXI Governo Constitucional optámos por analisar os comentários no jornal *online* “Observador”, numa tentativa de perceber se o alinhamento ideológico e o posicionamento de um determinado projeto jornalístico se reflete no enquadramento mediático e pode dessa forma influenciar o modo como os leitores expressam a sua opinião sobre um determinado tema. Neste sentido procuramos identificar os enquadramentos, argumentos e atores que ganham visibilidade nas peças jornalísticas deste meio, considerando o caso em análise, e de que modo podem afetar as discussões que têm lugar nos espaços de comentários. Seguindo a ideia de *framing* deliberativo (Barisione, 2012, pp. 5-6), avaliamos se os enquadramentos dominantes são capazes de orientar um debate em torno de um determinado quadro interpretativo.

Estes objetivos e questionamentos surgem no cruzamento dos estudos entre *framing* e deliberação *online*, e complementam as restantes questões que nos propomos responder neste trabalho e que passam por saber se as discussões que têm lugar *online* promovem efetivamente uma troca democrática de ideias e opiniões, e em que medida é que os espaços de comentários se configuram como efetivos fóruns deliberativos. Por outro lado, e considerando o campo de estudos sobre a deliberação nos *media* sociais, procedemos à análise dos comentários no *site* de rede social Facebook, considerando para o efeito as publicações do projeto jornalístico já referido. Desta forma procuramos perceber as potencialidades desta rede social enquanto plataforma capaz de acolher a discussão de questões públicas tematizadas pelo jornalismo, mas também se existe neste ambiente aberto e não especializado para a discussão política, um processo de troca de ideias seguindo a linha da deliberação *online* (Medonça et al., 2016b). Tratando-se de um estudo de caso os resultados obtidos não podem nunca ser alvo de generalizações, mas podem fornecer importantes pistas para novas investigações, sobretudo no contexto nacional.

Depois de recordarmos os objetivos do trabalho, passamos à apresentação dos resultados, que se encontra dividida em três partes. No primeiro momento centramos a nossa atenção nas notícias e naqueles que foram identificados como os enquadramentos dominantes. Consideramos igualmente os aspetos que estiveram na origem da cobertura noticiosa e identificamos ainda os atores que se destacaram em cada um dos textos jornalísticos. No momento seguinte são apresentados os resultados que permitem avaliar a qualidade da deliberação *online* no espaço de comentários do jornal *online* em estudo. Começamos por apresentar dados relativamente ao contexto e ao perfil dos participantes, para nos focarmos depois nos critérios deliberativos. A exposição dos resultados relativos aos comentários será

feita considerando a sua proveniência, o *site* do jornal ou as publicações na página do jornal no Facebook. Por fim, no terceiro momento, cruzamos os dados relativos aos enquadramentos e à deliberação, procurando perceber quais os *frames* que se destacam nos comentários dos leitores e como se relacionam com os quadros que dominam as notícias analisadas.

5.1. Os enquadramentos dominantes: conflitos internos, especulação e políticas para o futuro.

Como tivemos oportunidade de explicar no capítulo anterior, a amostra de notícias a analisar é constituída por 58 peças jornalísticas, uma por dia, desde 04 de outubro até 30 de novembro de 2015 (ver anexo I). Escolhidas tendo em conta o número de comentários, as diferentes peças surgem a partir de fontes diferentes, ou seja, são distintos os factos que motivam a cobertura por parte do meio de comunicação. Foi precisamente esse o ponto de partida para a nossa análise. No âmbito dos estudos sobre *framing*, começámos por procurar identificar os *triggers*, isto é, os chamados “gatilhos”, que despertaram, em primeira instância, a atenção por parte do meio de comunicação e o levaram a fazer cobertura de um determinado tema/assunto.

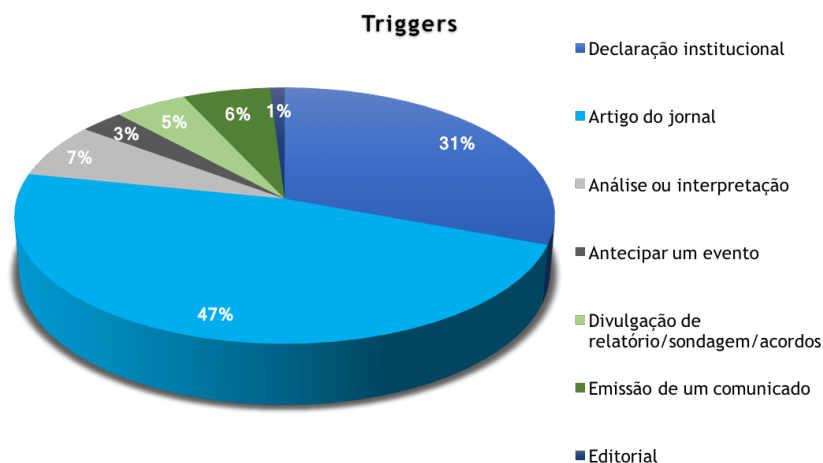


Gráfico 4. Tipo de elemento que esteve na origem da notícia (*trigger*).

Os dados recolhidos permitem observar que em praticamente metade das notícias, o que levou o jornal a fazer a cobertura de um determinado tópico, foram decisões da própria organização noticiosa, com os jornalistas a procurarem autonomamente um assunto para ser abordado. O *trigger* que se destaca a seguir é aquele em que uma “declaração institucional” (do Governo ou da Presidência da República), está na origem das informações que resultam posteriormente numa notícia. Num período de incerteza, com várias especulações sobre a formação do Governo, é interessante este dado que remete para as notícias que tiveram na sua origem fontes governamentais. Importa destacar ainda que um terceiro grupo de notícias surge a partir

de análises ou interpretação de dados, o que acaba por ir de encontro ao aspeto que referimos anteriormente, o de ser um período em que são analisadas várias soluções para a situação política que o país atravessa. Conhecidos os principais *triggers* será importante percebermos de que forma estes se relacionam com os enquadramentos dominantes em cada uma das notícias.

No ponto seguinte da análise procurámos identificar o enquadramento geral das notícias, considerando para o efeito a classificação de Cappela e Jamieson (1997) e as três categorias de *frames* destacadas pelos autores no trabalho que realizaram sobre enquadramentos jornalísticos.

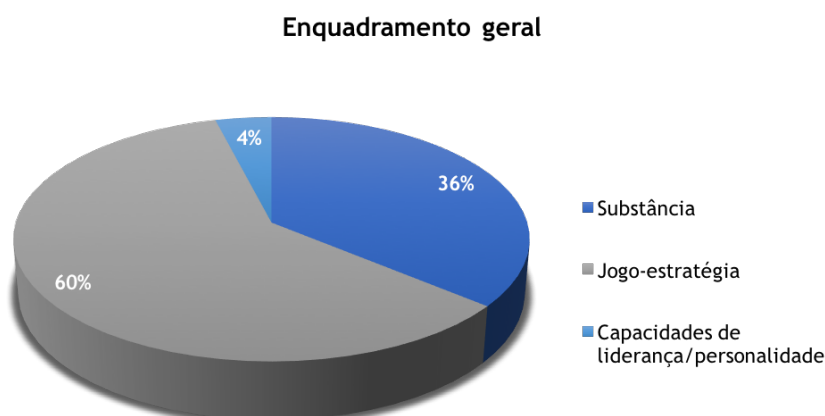


Gráfico 5. Enquadramento geral das notícias.

No gráfico podemos observar que mais de metade das notícias analisadas tem um enquadramento geral centrado na questão do “jogo/estratégia”, destacando o momento em que eram consideradas as dimensões estratégicas e táticas para a formação de um novo Governo. Embora este *frame* seja normalmente utilizado para fazer referência às disputas em períodos de campanha eleitoral, com a ênfase a ser concedida precisamente à corrida entre candidatos, daí a metáfora de *racine horse*, aplica-se também no caso em estudo. Com os resultados das eleições a deixarem vários cenários em aberto, as notícias focaram as várias possibilidades quanto à formação do novo governo numa abordagem focada no aspeto competitivo, ou seja, na disputa entre partidos e candidatos.

Estes dados seguem as tendências na cobertura jornalística de campanhas eleitorais, com a sobreposição dos *frames* relacionados com as questões da corrida eleitoral aos “quadros” que abordam as políticas a implementar. Também no caso em estudo foi evidente que durante os 58 dias analisados, as medidas que constavam dos programas eleitorais passaram quase sempre para segundo plano, exceção feita ao momento em que são assinados os três acordos de incidência parlamentar, firmados bilateralmente entre o Partido Socialista e os três partidos

de esquerda, BE, PCP e PEV. O conteúdo dos acordos, nomeadamente em termos de possíveis medidas a aplicar no futuro, mereceu atenção por parte dos meios de comunicação e pode ajudar a explicar a percentagem de notícias com enquadramentos *issue-based* ou centrados na natureza das decisões políticas.

A questão do enquadramento das notícias é particularmente importante neste trabalho e, nesse sentido, para além de uma primeira análise mais genérica a partir das três categorias propostas por Cappela e Jamieson (1997), procurámos aprofundar a investigação, considerando um conjunto de *frames* mais alargado e que nos permite apreender outros dados sobre os quadros que dominaram a construção das notícias mais comentadas no jornal *online* “Observador” durante o período analisado.

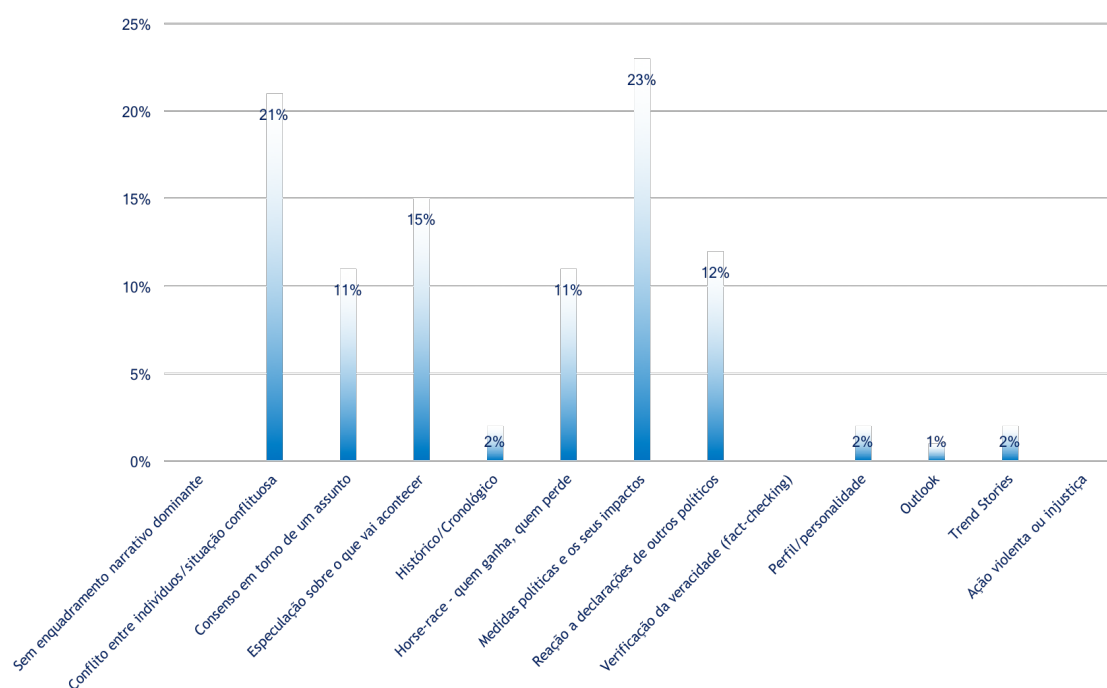


Gráfico 6. Enquadramento específico das notícias.

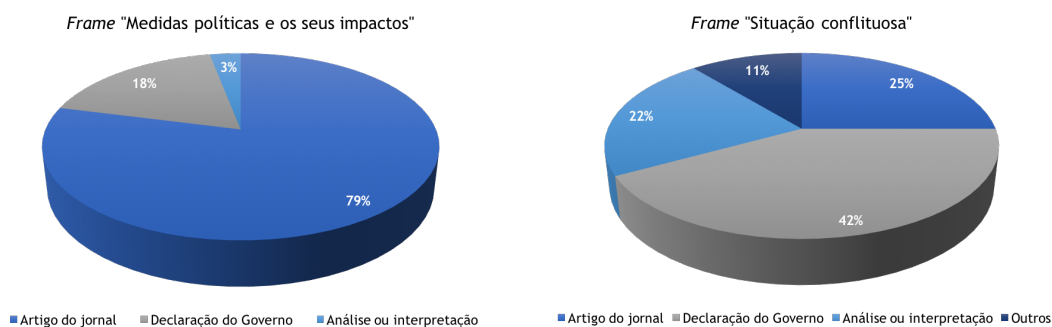
É interessante verificar que embora o enquadramento geral esteja centrado na disputa política entre os diferentes atores, numa análise detalhada dos *frames* que orientaram as notícias analisadas, se destacam em primeiro lugar os “quadros” sobre as medidas políticas e os seus impactos, seguidos de perto pelos conflitos ou situações conflituosas entre políticos. Numa terceira linha encontramos as notícias dominadas pelos *frames* mais especulativos.

Estes dados revelam, por um lado, que apesar de as notícias destacarem, de uma forma genérica, a importância de perceber quem iria formar o novo Governo (numa abordagem claramente estratégica), a construção jornalística das peças foi orientada para as medidas políticas que podiam ser implementadas em função de quem assumisse a governação. Por outro lado, os *frames* que realçam as medidas políticas e os seus impactos estão também ligados com

as decisões tomadas pelo governo antes das eleições, e como estas poderiam ou não ser revertidas com a chegada ao poder de um novo governo de esquerda (ver por exemplo notícia nº 48, intitulada “Governo ignora apelo do PS e fecha venda da TAP”). Quanto às notícias com *frames* focados no conflito, podemos observar que estes resultam de situações mais ou menos conflituosas em vários domínios, merecendo destaque: 1) o conflito interno no PS (ver por exemplo notícia nº 7, intitulada “Sérgio Sousa Pinto demite-se da direção do PS”); 2) o desacordo quanto às negociações com a coligação que ganhou o ato eleitoral (ver por exemplo notícia nº 6, intitulada “Coligação em ‘estado de choque’ com estratégia de Costa”); 3) o conflito subjacente com o Presidente da República que pretendia uma negociação ao centro (ver por exemplo notícia nº 37, intitulada “Esquerda unida? 9 sinais de fragilidade para Cavaco avaliar”).

O terceiro *frame* que dominou as notícias foi aquele que procurou antecipar uma solução para a situação política portuguesa. Embora seja verdade que a ideia de saber qual o novo cenário político tenha estado subjacente em todos os textos jornalísticos, o “quadro” é dominante nalgumas peças em particular (ver por exemplo notícia nº 11, intitulada “7 dados que faltam para saber que tipo de Governo teremos (e para quanto tempo)”).

Conhecidos os principais *frames* que dominaram as notícias analisadas e os *triggers* que despertaram a sua cobertura, podemos verificar, através do cruzamento das duas variáveis, que o foco das notícias nas medidas políticas tem como “gatilho” o próprio trabalho de pesquisa do jornal. Já o enquadramento mais centrado nas situações conflituosas tem origem em declarações ou discursos do Governo ou da Presidência da República.



Gráficos 7 e 8. Cruzamento *frame* específico com *trigger*.

As declarações institucionais, neste caso em particular, sobretudo os discursos do então Presidente da República Aníbal Cavaco Silva, geraram uma cobertura essencialmente com um foco no conflito de posições. O enquadramento centrado nas medidas políticas e nos seus impactos resultou por sua vez de um trabalho quase sempre iniciado pelos jornalistas.

Considerando ainda as notícias analisadas, e uma vez que nos interessa perceber os atores que ganham destaque e de que forma essa ênfase é transportada posteriormente para os

comentários dos leitores, identificámos quais os atores que se destacam nos textos jornalísticos.

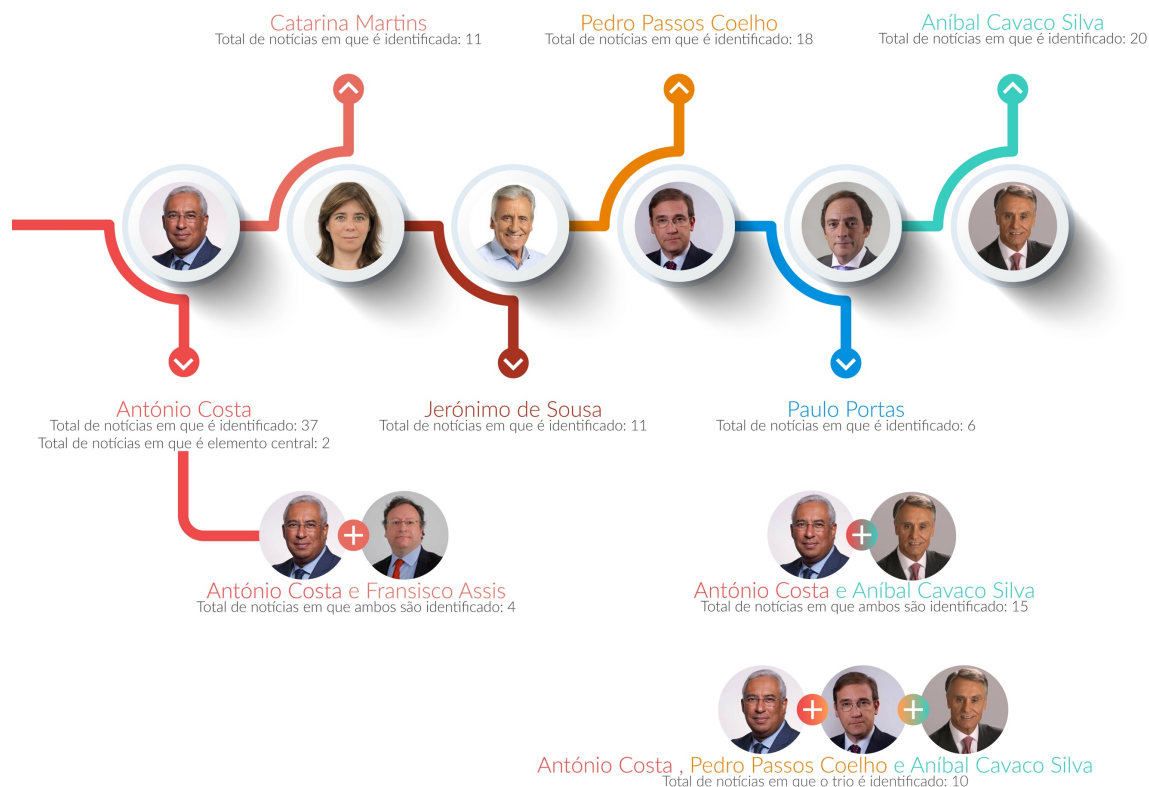


Figura 4. Número de peças em que cada ator político é referido.

Na figura podemos observar que em 37 das 58 notícias analisadas existe uma referência a António Costa. No entanto, apenas em dois textos jornalísticos o atual Primeiro Ministro é figura central, ou seja, as peças são centradas diretamente na sua figura. Se António Costa é o mais referido nas notícias analisadas, seguem-se Aníbal Cavaco Silva (20 peças), Pedro Passos Coelho (18), Catarina Martins (11), Jerónimo de Sousa (11) e Paulo Portas (6). É interessante verificar como existem poucas referências ao líder do CDS-PP, que não jogou um papel decisivo nas negociações por comparação com outros atores políticos.

Para além dos restantes autores que são mencionados nas diferentes notícias a título individual, importa ainda destacar as referências que surgem em pares e através de um trio. Por um lado, registam-se 4 peças onde são destacados os atores António Costa e Francisco Assis, no seguimento das divergências internas no PS. Por outro lado, salientam-se as referências conjuntas a António Costa e Cavaco Silva, registadas em 15 notícias, o que remete para a tensão nas relações entre as duas figuras políticas, face às negociações em curso. Por fim, em 10, das 15 notícias em que António Costa e Cavaco Silva são referidos, surge também Pedro Passos Coelho, deixando evidente que foi na relação entre estas três figuras que as notícias neste jornal em particular se centraram.

Encerramos por agora a análise das notícias, que retomaremos no terceiro ponto deste capítulo, quando abordarmos a relação entre os enquadramentos e os atores que se destacaram nos textos jornalísticos e aquela que foi a opinião dos leitores nos comentários.

5.2. Avaliação da qualidade da deliberação nos comentários dos leitores.

Apresentados os principais dados recolhidos em relação ao enquadramento das notícias analisadas, voltamos agora a nossa atenção para os espaços de comentários. Começamos por relembrar que as 58 notícias que foram analisadas geraram um total de 2944 comentários na página do jornal *online* “Observador” e 5885 comentários nos *posts* sobre as mesmas notícias, mas no *site* da rede social Facebook. Os dados que expomos de seguida dizem assim respeito a um total de 8829 comentários, que serão apresentados tendo em conta a sua origem e as possíveis diferenças que daí advêm.

Antes de avançarmos para a apresentação dos dados propriamente dita, vamos fazer uma breve caracterização do espaço de comentários do jornal *online* “Observador”, no âmbito daquilo a chamamámos, seguindo a proposta de outros autores, “variáveis de contexto” (Barros & Carreiro, 2016; Barros, 2013) e que, como vimos na primeira parte desta investigação, estão relacionadas com o desenho e a estrutura dos espaços de discussão *online*, mas também a temática e o perfil dos participantes.

5.2.1. Design e estrutura do espaço de comentários do jornal *online* “Observador”.

No que diz respeito ao *design* e à estrutura do espaço de comentários da página do jornal “Observador”, podemos começar por referir que este é um espaço que obriga a um registo para que se possa comentar. Quanto ao tipo de registo, este pode ser feito através da criação de uma conta no próprio *site* ou utilizando um perfil de uma conta já criada nos *sites* de redes sociais, mais concretamente no Facebook, ou uma conta Google. Nas “Regras da Comunidade Observador” fica ainda claro que existe um sistema de “pré-moderação” e, nesse sentido, nem todos os comentários são publicados. No ponto 6 das referidas regras o jornal *online* refere que: “As participações passam primeiro por um sistema de pontuação automática, e depois pela equipa de moderação do Observador, para garantir que apenas sejam publicadas participações que sejam construtivas, relevantes para a notícia, cordiais e respeitadoras”. A existência de um sistema de moderação anterior à publicação fica aliás patente nos próprios comentários, com alguns participantes a queixarem-se de serem censurados por não verem as suas mensagens publicadas. O sistema de moderação é acompanhado, como o jornal explica, por um procedimento de pontuação automática que tem como objetivo ajudar na gestão do espaço de comentários. O ponto 7 das regras deixa claro que “o sistema de pontuação automática tem

em conta o histórico de participações anteriores do leitor, e é continuamente revisto pelo Observador para melhorar a sua eficácia, melhorar a qualidade das participações e reduzir o número e tempo de aprovação de comentários. Na maioria dos casos novos registos verão o seu primeiro comentário submetido à nossa equipa de moderação. Isto é para evitar a criação de contas anónimas ou duplicadas pela mesma pessoa”.

O anonimato, outro dos critérios considerado determinante para a deliberação, ainda que sob perspetivas diferentes em função dos distintos autores, é no jornal *online* “Observador” controlado, porque desde logo existe a obrigatoriedade de identificação e registo. No entanto, o próprio jornal não afasta a possibilidade de existirem comentários com “identidade ofuscada”, aspecto que, como explicam, pode contribuir para que o *ranking* de um determinado participante seja reduzido. A confirmação de que a participação mais ou menos anónima é possível, mesmo que seja exigido um registo inicial, surge no ponto 8 das regras, com a organização jornalística a referir que “em casos extremos, reservamo-nos ainda no direito de excluir um registo que: 8.1) Seja falso ou apresente identidade duvidosa”. Este ponto remete-nos para a questão abordada na primeira parte do trabalho, relativa à possibilidade de criação de perfis falsos nos *sites* de redes sociais ou até mesmo nas contas de *email*, como forma de conseguir acesso a estas plataformas. Apesar de salvaguardar a situação nas regras da comunidade do jornal, o “Observador” apenas pode efetuar algum tipo de controlo após a publicação e mediante denúncias.

No contexto da deliberação e pensando nos aspetos da acessibilidade, mas também da inclusividade dos espaços, diríamos que no jornal *online* “Observador” estas dimensões podem ser limitadas, uma vez que o acesso não é completamente aberto, existe uma obrigatoriedade de registo e identificação. Sendo esta uma questão controversa, como já tivemos oportunidade de referir e outros estudos realçaram (Maia et al., 2016; Barros & Carreiro, 2016; Barros, 2013), podemos ainda assim referir que, por um lado, o sistema existente no jornal procura evitar situações de desrespeito e a emergência de comportamentos agressivos e ofensivos; no entanto, este modo de funcionamento não deixa de constituir uma limitação do ponto de vista da acessibilidade, e até mesmo da liberdade de expressão, sobretudo em relação a temas mais polémicos em que a apresentação de uma identidade pode inibir certos comentários. No entanto, como veremos no ponto seguinte, observamos alguns comportamentos particulares, no que diz respeito ao perfil dos comentadores das notícias analisadas, relacionados com a questão da identificação.

Para fecharmos este primeiro ponto dedicado ao funcionamento do espaço de comentários do jornal *online* objeto de análise, referimos apenas que, desde o início do mês de maio de 2018, que o “Observador” passou a ter um programa de assinaturas *Premium*, seguindo uma tendência que se instalou nas versões digitais de vários órgãos de comunicação. Apesar de, como refere o

Publisher da organização noticiosa²²⁶, esta opção não “fechar o acesso dos leitores à maioria dos artigos”, mas apenas “aos mais diferenciados e exclusivos, onde passará a existir um limite mensal de visualizações irrestritas”, a verdade é que desta forma, como tivemos também oportunidade de referir na primeira parte, os espaços para a participação dos leitores acabam por ser reduzidos. A opção configura uma opção estratégica, mas, como vimos, também pode ser entendida, pelo menos em alguns projetos, como forma de afastar determinados leitores e reduzir a sua participação de forma livre e aberta.

5.2.2. Perfil dos leitores que comentaram as notícias no jornal *online* “Observador”: a formação de comunidades em torno da polarização.

Analisada a estrutura do espaço de comentários do jornal *online* “Observador” e consideradas as variáveis que podem constituir limitações à participação, observamos agora os leitores que comentaram as notícias no período em análise. Como vimos no capítulo anterior recolhemos dados quanto à possibilidade de identificação do autor do comentário, através da indicação do nome ou *username*, e a partir daí tentámos identificar o sexo do autor.

Verificámos então que em 93% dos 8829 comentários analisados é possível identificar o autor das mensagens e que apenas 7% dos participantes utiliza um *username*. Os dados podem ser interpretados sob diferentes perspetivas, mas importa, antes de procurarmos perceber este índice tão elevado de identificação, considerar a percentagem de comentários com origem no *site* do jornal (2944/34%) e na conta do jornal no *site* da rede social Facebook (5885/66%).

²²⁶ Artigo do *Publisher* do Observador onde é explicado o funcionamento do novo programa de assinaturas. [url] <https://observador.pt/opiniao/duas-palavras-do-publisher-sobre-o-observador-premium/>. Consultado a 01/06/2018.

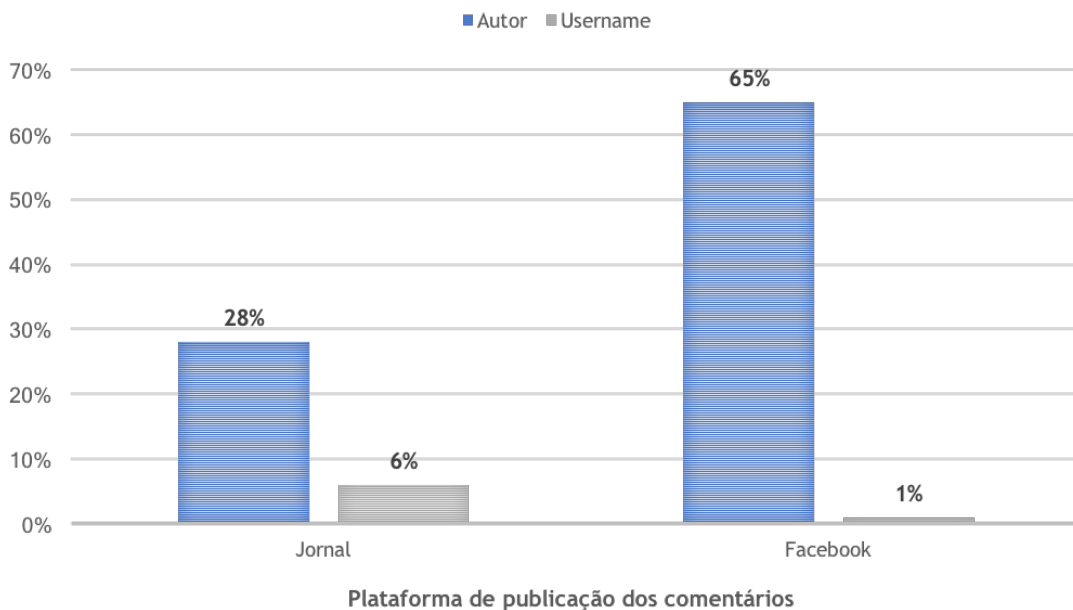


Gráfico 9. Identificação dos comentários dos leitores.

Se em 93% dos casos foi possível identificar os autores e em apenas 7% não se verificou essa possibilidade, porque estes resultam da utilização de um *username*, percebemos facilmente que a elevada percentagem de identificação se fica a dever ao Facebook. Sem grandes surpresas, em 65% dos comentários analisados no *site* da rede social é possível identificar o autor, em apenas 1% não é possível. Já no jornal, o número de comentários em que não é possível identificar o autor sobe para 6%.

Os *sites* de redes sociais onde os utilizadores criam perfis com base, na maior parte dos casos, em relações que mantém na vida real, transformou de forma significativa a natureza do comentário. Desde logo porque os *media* sociais passaram a ser arenas privilegiadas para a participação, com a questão do anonimato a desaparecer na maior parte das situações, mas também porque mesmo nos *sites* dos jornais, como vimos, o registo pode ser feito através dessas contas. Sem qualquer intenção de generalizar a partir dos resultados obtidos, afinal de contas a investigação trata um caso em particular, sugerimos que a tendência de visibilidade imposta pelos *social media*, tem contribuído para uma abertura ao nível da revelação da identidade nos comentários.

Continuando na identificação dos autores dos comentários, observamos a questão do sexo dos participantes. Percebemos que, no total, 73% dos comentários são de autores do sexo masculino e 20% de autores do sexo feminino. Em 7% dos casos não é possível identificar o sexo dos autores dos comentários, uma vez que foi utilizado um *username*.

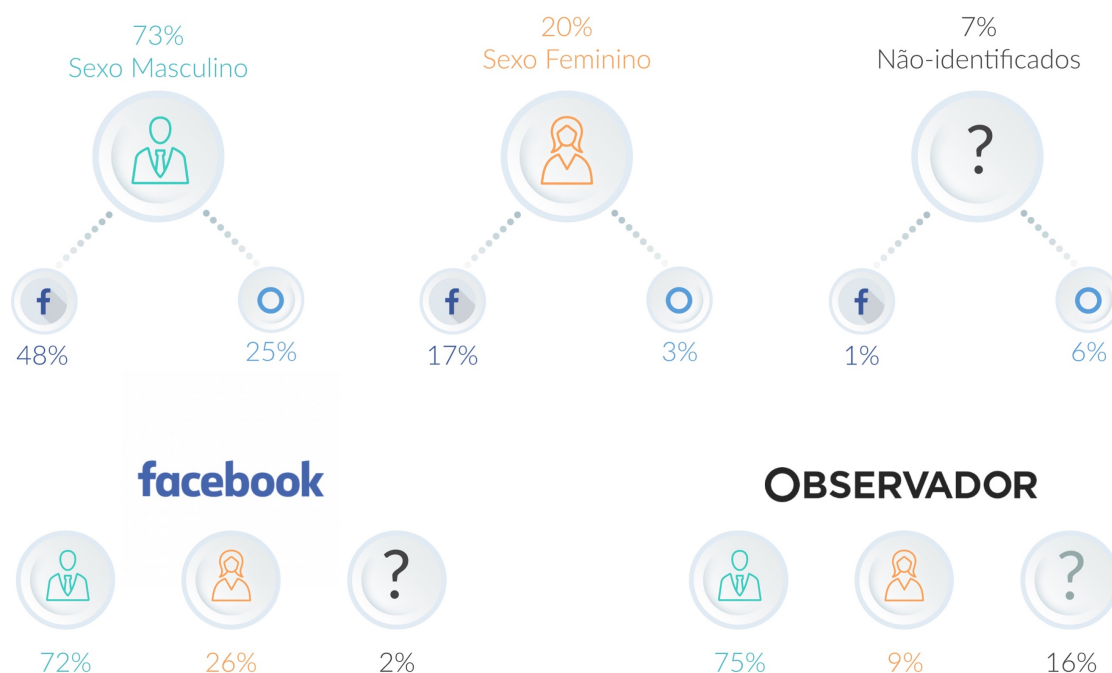


Figura 5. Distribuição dos participantes por sexo e plataforma onde estão alojados os comentários.

Se considerarmos cada uma das plataformas isoladamente, verificamos que no Facebook 72% dos comentários pertencem ao sexo masculino, 26% ao sexo feminino e 2% resultam de perfis onde não é possível identificar o sexo do autor. Já na página *online* do jornal, 75% dos comentários são do sexo masculino, 9% do sexo feminino e em 16% não se percebe qual o sexo do autor.

Os dados permitem observar que o número de mulheres que comenta nas notícias analisadas, seja no Facebook ou na página do jornal, é sempre menor que o número de homens, no entanto, no *site* da rede social, o número de mulheres atinge quase um terço dos participantes. As redes sociais enquanto espaços abertos à participação podem funcionar como arenas para que grupos normalmente excluídos ou com menos voz na sociedade, se expressem e consigam apresentar as suas ideias (cf. Coleman, 2017).

Deixando a variável sexo, mas continuando a apresentar os dados relativos ao perfil dos participantes, detemo-nos sobre a frequência de participação, uma vez que este é um critério que segundo os autores pode ajudar também a reflectir sobre a abertura ou inclusividade de um espaço de discussão *online* (Mendonça & Amaral, 2016). É aliás neste contexto que Graham & Witschge (2003) falam dos *one timers*, os participantes que apenas participam uma vez e que podem afetar de forma significativa o decorrer de um processo de debate²²⁷.

²²⁷ “One-timer refers to participants who post one posting within the discussion thread. The ‘one-timer effect’ refers to a set of problems or difficulties, which stem from high levels of one time posters such as fostering sporadic debates, decreasing the level of continuity and causing time constraints. Second, we assess for continuity in terms of the commitment of participants, their frequency of continued interaction with other participants” (Graham & Witschge, 2003, p. 185)

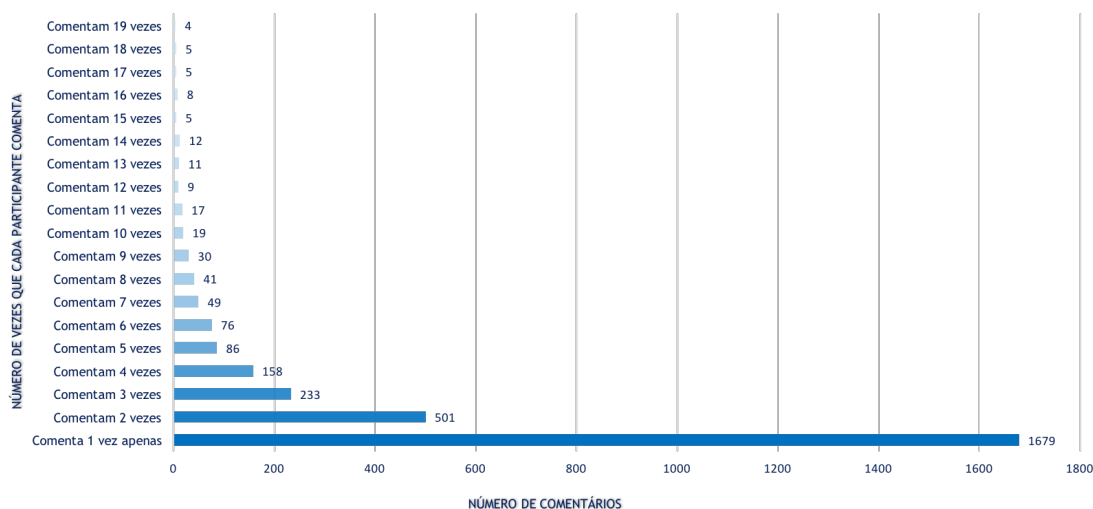


Gráfico 10. Número de vezes que cada participante comenta no jornal e no Facebook.

Através da análise dos dados percebemos que 19% do total de comentadores participa apenas uma vez em ambas as plataformas (1679). Mas se considerarmos as plataformas a título individual o número sobe para 20% (1755), ou seja, há autores que só comentam uma vez no jornal e uma vez no Facebook, mas que o fazem no conjunto mais do que uma vez nas duas plataformas. Esses 20% resultam de 3% (300) *one timers* (comentam apenas uma vez) no jornal e 17% (1455) no Facebook.

Se considerarmos o jornal de forma isolada percebemos que existem 10% de *one timers*. Se considerarmos o Facebook isoladamente percebemos que há 30% de *one timers*. A média de comentários no Facebook é de dois comentários por pessoa, ou seja, cada pessoa que comenta, participa em média duas vezes, ao passo que no jornal é apenas de uma vez.

É ainda curioso verificar que 76 autores comentaram nas duas plataformas, e o resultado dessa dupla participação foram 483 comentários. Por outro lado, observamos também que no jornal temos o maior número de autores que comentam mais do que uma vez. Identificámos no *website* do “Observador” três autores que comentam nas notícias analisadas o maior número de vezes, respetivamente 122 vezes; 136 vezes; e 126 vezes, perfazendo um total de 384 comentários, ou seja, apenas três pessoas geraram 384 comentários, 3% do total de participações analisadas.

Os dados são interessantes no sentido em que revelam, se considerarmos o número de pessoas que comenta mais do que uma vez, uma espécie de comunidade em torno das mesmas participações. No entanto, não podemos considerar que existe “um risco de formação de comunidades de pessoas que pensam do mesmo modo”, nem de que essa comunidade pode “comprometer a qualidade da deliberação por conta da diminuição da pluralidade dos argumentos apresentados” (Mendonça, Sampaio & Barros, 2016b, p. 18), uma vez que os elementos que repetem a participação apresentam na sua maioria posições contrárias. Diríamos, portanto, que sobretudo na página *online* do jornal, não estamos perante o fenómeno

que alguns descrevem como “homofilia”, na medida em que não existe propriamente o interesse de estar junto dos que têm opiniões semelhantes, mas quase que uma procura pela polarização, que de alguma forma afeta o processo discursivo.

Neste sentido, é relevante destacar os participantes que se referem mutuamente e destacam as posições que mantêm ao longo das intervenções que vão fazendo. No fundo destacamos a ideia de que os participantes defendem pontos de vistas opostos, mas procuram muitas vezes as mesmas pessoas para manter a discussão. É neste contexto que apontamos a construção de comunidades, não propriamente em torno de ideias comuns, mas em torno de uma discussão polarizada. Para que se perceba do que falamos, citamos apenas um comentário, onde as referências são expressas aos outros participantes, mas também à sua atitude.

“Só um reparo que já algumas vezes lhe quis fazer José Maria. Direita radical não é PSD ou CDS. Pode apelidar a Coligação de ultraliberal, liberal, direita, mas de radical não é correcto. Felizmente a direita radical em Portugal é uma franja e que parece não ter tendência a passar disso. Tudo pode mudar com um líder carismático e demagógico q.b. que consiga congregar a insatisfação do sistema ao seu redor, mas até lá guarde lá o radical para o usar quando for preciso e necessário. É que senão as palavras tornam-se apenas slogans, chavões sem real sentido, repetidos apenas por automatismo. [C. L. - comentário no jornal online Observador]

A negrito e em itálico encontramos algumas das expressões que remetem para os comentários realizados por um mesmo participante e pela posição que continuamente defendeu junto de outros com opiniões opostas.

Neste estudo de caso não se confirma, portanto, a ideia de que a concentração de *posts* num determinado número de participantes seja um indicador de falta de reciprocidade como apontavam alguns dos primeiros estudos na área (Davis, 1999; Graham & Witschge, 2003; Wilhelm, 1998), e que Mendonça, Sampaio e Barros (2016b, p. 21) referem a propósito da agenda de estudos da deliberação *online*. Na verdade, o que podemos observar no nosso trabalho é a existência de uma reciprocidade que não é orientada para um discurso comum de defesa do mesmo ponto de vista.

Por outro lado, também não podemos dizer, como ficou demonstrado no estudo de Graham e Wright (2013), que os chamados “superparticipantes” contribuam para a discussão, no sentido em que promovem o envolvimento na discussão. Ao contrário das conclusões dos autores, que apontavam para a realização de “uma série de funções e papéis amplamente positivos dentro do fórum, inclusive ajudando outros participantes; respondendo a perguntas e resumindo tópicos mais longos para novos participantes” (Graham & Wright, 2013, p. 639)²²⁸, neste

²²⁸ “Thus, they did quantitatively dominate debates. However, the qualitative content analysis has found that SP1s did not normally attempt to stop other users from posting (curbing) or attempt to attack them (flaming). They undertake a range of largely positive functions and roles within the forum, including helping other users; replying to debates and summarising longer threads for new users; being empathetic towards others’ problems; and engaging in (largely) rational critical debate” (Graham & Wright, 2013, p. 639).

trabalho verificámos que os “superparticipantes” limitaram-se a repetir as mesmas ideias e não estimularam o debate.

No extremo oposto, o dos *one timers*, e apesar dos estudos realçarem que a participação única pode ser positiva, porque “torna os debates esporádicos” e promove de certa forma a continuidade da deliberação (Mendonça, Sampaio & Barros, 2016b, p. 21), consideramos que os dados recolhidos mostram apenas que são poucos os que participaram apenas uma vez, mas que essa indicação pode ser positiva na linha dos estudos (Mendonça, 2015; Sampaio, Maia & Marques, 2010), que apontam que *online* a exigência de diálogo deve ser minimizada. Ainda segundo Mendonça, devemos considerar uma abordagem sistémica e a participação na página do jornal e no *site* da rede social Facebook por parte dos mesmos leitores, revela de certa forma os fluxos que se criam entre diferentes arenas.

Os comentários analisados corroboram ainda as conclusões do estudo de Sampaio, Maia & Marques (2010), que realça que os *one timers*, “apesar de participarem apenas uma vez da discussão, os resultados indicam que estes participantes tendiam a ler mensagens anteriores, respondê-las com respeito e mesmo apresentar argumentos e justificativas para seus pontos de vista” (Mendonça, Sampaio & Barros, 2016b, p. 31). Na linha dos autores, verificamos efetivamente uma tendência de menor envolvimento dos participantes únicos a todos os níveis, mas sobretudo os seus comentários evidenciam maior clareza, foco no tema em debate e maior índice de respeito para com os outros comentadores e o próprio espaço de comentários. Os leitores que participam mais do que uma vez, sobretudo os que marcam presença nos espaços de comentários em praticamente todas as notícias analisadas, acabam por ser menos diretos na forma como abordam os assuntos, acabam por ser envolvidos em discussões com outros comentadores e recorrem com alguma frequência a insultos.

Para fecharmos a análise dos dados relativos aos aspetos relacionados com o perfil dos participantes, temos ainda de considerar o posicionamento geral em relação ao tema em debate. Neste estudo de caso, consideramos como tema central a resolução da situação criada pelos resultados das eleições legislativas de 04 de outubro de 2015. A falta de maioria da coligação vencedora, bem como a falta de apoio para a formação de governo à direita, juntamente com os acordos de incidência parlamentar firmados pelos partidos da esquerda, colocou como questão central do debate a possibilidade de o país ter uma solução governativa inédita de esquerda, a chamada “geringonça”.

Em termos de posição dos comentários dos leitores foram assim consideradas três hipóteses, de acordo com aqueles que defendiam o novo governo à esquerda; aqueles que estavam contra essa solução governativa; e aqueles que não manifestam, de forma clara, uma posição favorável ou contrária à formação daquele que viria a ser o XXI Governo Constitucional.

Olhando para o posicionamento geral dos comentários em relação ao tema, percebemos que o maior número de comentários (65% - 5727) não apresenta uma posição completamente definida

em relação à questão que consideramos como central. Seguem-se os comentários que apresentam uma posição contra a formação do governo das esquerdas (29% - 2600), e por fim os que apoiam a formação desse governo (6% - 502).

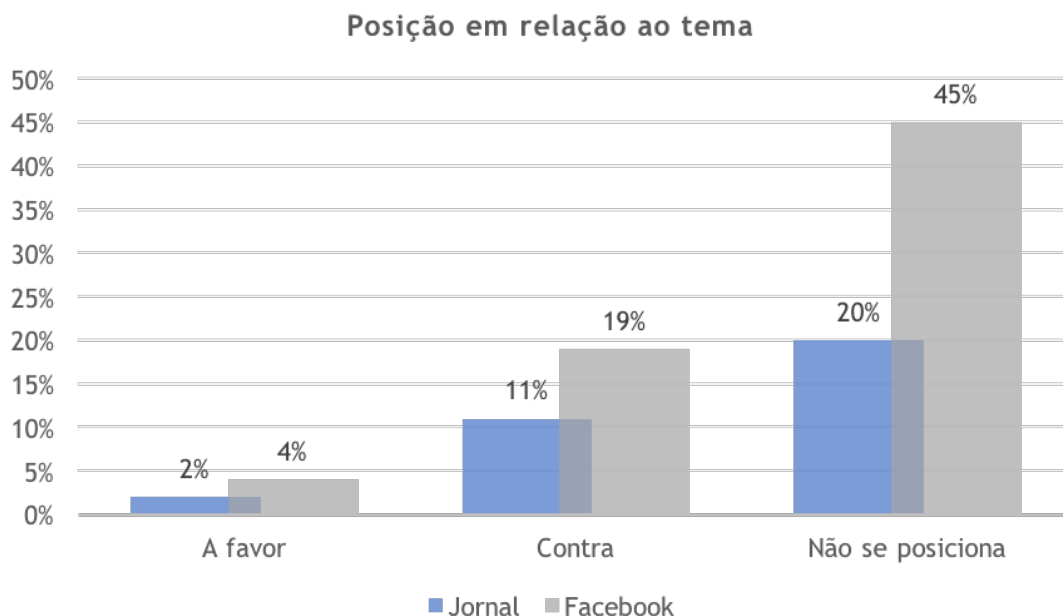


Gráfico 11. Posicionamento quanto à formação de um governo de esquerda.

Dos 6% de leitores que se expressam a favor, 2% (202) fazem-no na página do jornal e 4% (300) no Facebook. Já entre os 29% de comentários com posições contra a formação de um governo pela esquerda, 11% (967) manifestam essa opinião no *website* do jornal e 18% (1633) na página da rede social Facebook. Dos 65% que não se posicionam, 20% (1775) encontram-se nos comentários do jornal e 45% (3952) no Facebook.

Se considerarmos cada uma das plataformas isoladamente, verificamos que na página do jornal 7% dos comentários são a favor, 33% contra, 60% não se posiciona. Observando apenas o Facebook, os números são semelhantes, com uma pequena descida dos comentários contra e daqueles não têm uma posição definida, uma vez que 6% são a favor, 29% contra e 65% não se posiciona. Podemos considerar que é na página *online* do jornal “Observador” que encontramos mais posições quer a favor, quer contra, e, portanto, maior definição nas opiniões apresentadas, o que se pode explicar pelo facto de este ser um ambiente que os leitores procuram efetivamente para a acompanhar as notícias sobre o tema. Pelo contrário, no *site* da rede social o comentário é mais arbitrário, tendo em conta que as publicações surgem muitas vezes no *feed* de notícias, não sendo o leitor que vai à sua procura, e por isso acaba por expressar opiniões menos concludentes. Neste sentido não podemos ignorar o facto de muitas das posições que são expressas nos *sites* de redes sociais se caracterizarem por aquilo a que se chama de “*hasty opinions*” ou “opiniões apressadas ou precipitadas” (Abramson et al, 1988 cit. in Papacharissi, 2002, p. 16), e ainda a facilidade que existe ao nível da identificação do autor

do comentário, aspeto que pode inibir determinadas posições e, por conseguinte, ajudar a explicar os resultados obtidos.

Depois de apresentarmos os dados relativos à categoria que definimos como “perfil dos participantes”, avançamos diretamente para os aspetos relacionados com uma das dimensões mais importantes no contexto deste trabalho, a avaliação da qualidade da deliberação nos espaços de comentários analisados.

5.2.2. Avaliação da qualidade da deliberação *online*.

Para avaliarmos a qualidade da deliberação *online* começamos por expor os dados relativos à racionalidade, entendida neste ponto, como o simples facto de um comentário estar ou não relacionado com o tema em discussão. Tal como vimos em relação ao posicionamento, no ponto anterior, também aqui foi considerado como tema central a possibilidade de formação de um governo minoritário do Partido Socialista, apoiado no parlamento pelos outros três partidos de esquerda, BE, PCP e PEV. No entanto, consideramos igualmente o tema central do texto e a relação dos comentários com este. Observamos assim o número de comentários que tratam o tema em discussão e que foram, para o efeito, codificados como *on-topic* ou *off-topic*.

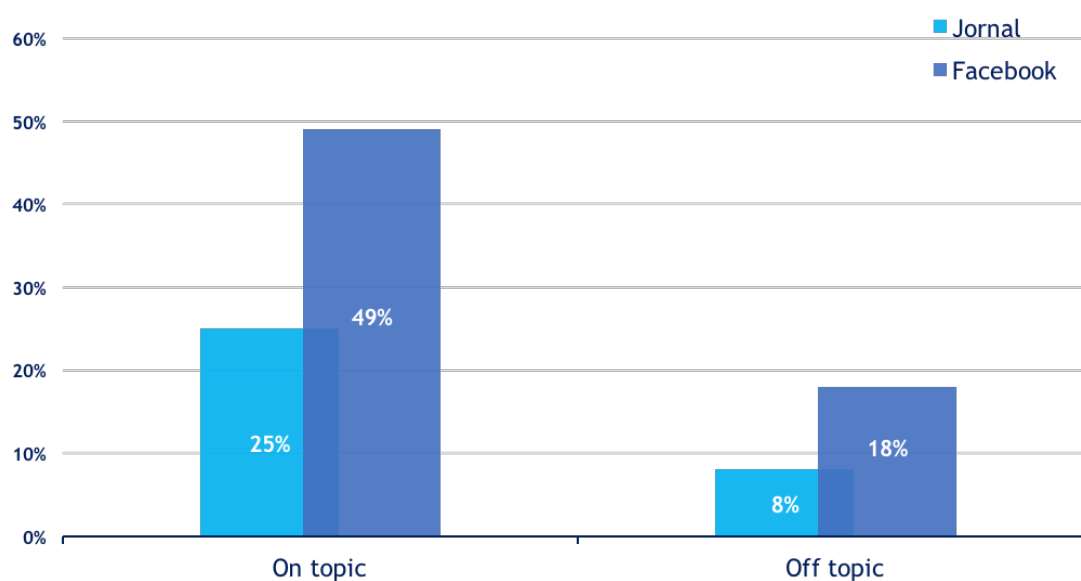


Gráfico 12. Índice de racionalidade dos comentários em cada plataforma.

Começamos por observar que 74% (6527) dos comentários analisados são sobre o assunto, *on-topic*, face a 26% das mensagens que são *off-topic*, ou seja, não abordam a temática em discussão. O índice de comentários focado no tema é elevado, o que acaba por demonstrar que não houve grande dispersão e que os participantes abordaram na sua maioria o tema em debate. Se considerarmos cada uma das plataformas isoladamente, percebemos que no jornal

24% dos comentários são *off-topic* e 76% *on-topic*. No caso do Facebook 73% estão focados no tema e 27% não tratam da questão em debate.

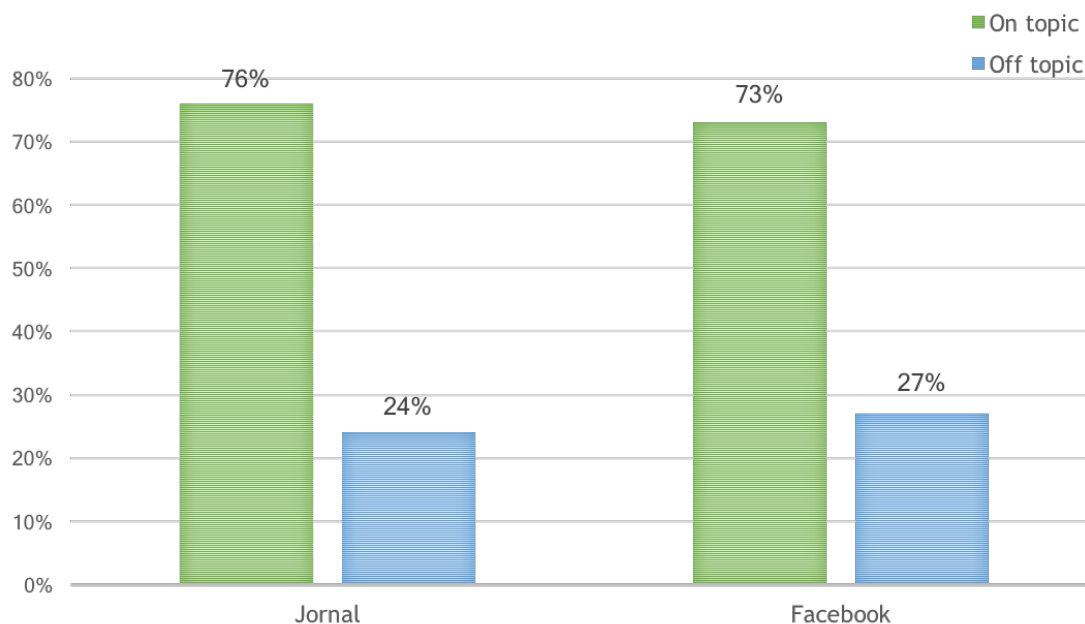


Gráfico 13. Índice de racionalidade dos comentários por plataforma.

Os dados vão ao encontro do que vimos anteriormente quanto ao posicionamento, uma vez que é na página do jornal que encontramos mais comentários centrados na temática, enquanto que no Facebook existe maior tendência para a dispersão. O facto de o *site* de rede social não ser pensado unicamente como espaço para o debate, mas ter também outros fins, muitos dos quais ligados ao entretenimento, pode ajudar a explicar os resultados. Como vimos na primeira parte do trabalho, os *media* sociais potenciam a “distração e fragmentação do pensamento” e nesses espaços os atores sociais envolvem-se em muitas outras dimensões que não a do debate. Como refere Dahlgren (2014), “com a web, a competição por atenção atinge um novo nível de intensidade” (pp. 197-198)²²⁹.

A segunda dimensão que considerámos na avaliação da qualidade deliberativa está diretamente relacionada com o envolvimento dos participantes no processo de discussão. Os processos deliberativos não se resumem à apresentação de opiniões sobre os temas, pressupõem também algum tipo de relacionamento entre os participantes. Não defendemos a troca de ideias no sentido que alcançar um consenso ou uma ideia de bem comum, mas simplesmente o facto de a deliberação não se cingir à apresentação de ideias, como se de um monólogo se tratasse. É

²²⁹ “Of course political participation is by no means an exclusively rational enterprise - it engages emotional dimensions as well. The point here simply boils down to the potential for distraction and the fragmentation of thought. It has been the case that throughout the history of democracy most people’s engagement most of the time is not with politics. With the web the competition for attention reaches a new level of intensity” (Dahlgren, 2014, pp. 197-198).

necessário pelo menos considerar que existem outros elementos que participam da discussão. Como referem Mendonça e Amaral (2016), “se os envolvidos se ignoram e não operam em conjunto, há uma expressão de suas visões, mas não um processo discursivo como o prescrito pelos deliberacionistas (Price, 2009; Kies, 2010)” (p. 74).

Tratamos neste ponto da reciprocidade, entendida precisamente como a necessidade de considerar que a “interação dialógica” (Barros & Carreiro, 2016; Barros, 2013) só é possível quando se consideram os outros elementos que participam no debate. Para operacionalizarmos esta variável consideramos, num primeiro momento, o simples facto de os comentários considerarem, de forma direta ou indireta, os outros participantes.

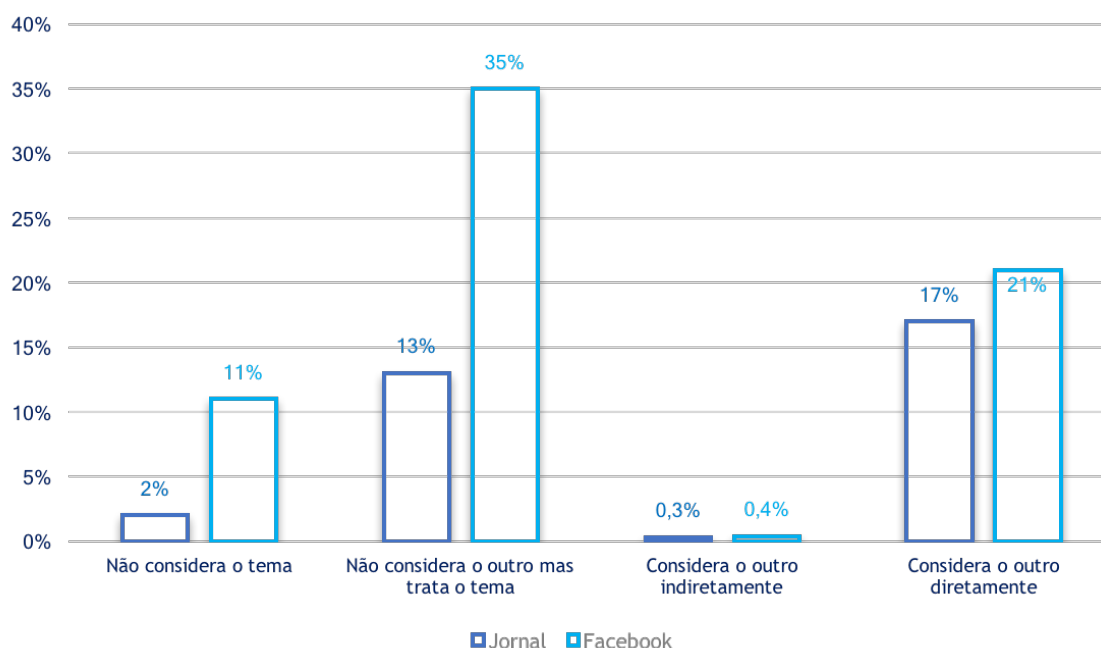


Gráfico 14. Índice de reciprocidade dos comentários em cada plataforma

Observando os dados do gráfico em relação à reciprocidade, ou seja, à relação que os comentadores podem estabelecer entre si, percebemos desde logo que, no total, 13% dos comentários não considera o tema, na linha do que verificámos anteriormente como sendo comentários *off topic*. No entanto, surgem nesta variável, porque apesar de não tratarem o tema, interagem de alguma forma com os outros elementos que participam nos espaços de comentários. Por outro lado, verificamos que 48% dos comentários, a maior percentagem em termos gerais, trata do tema, mas não considera os outros participantes que fazem parte da discussão. Menos de 1% dos comentários consideram o outro indiretamente e 38% considera as restantes participações de forma direta.

Os dados revelam tendências distintas, uma vez que apesar de o número mais elevado de comentários, quase metade do total (48%), surgir no indicador que aponta para um tratamento

do tema sem considerar os outros participantes, por outro lado quando se estabelece uma relação entre participantes, esta faz-se de forma direta, o que significa que existe uma identificação expressa do autor do comentário. É ainda interessante verificar que na distribuição geral dos dados o Facebook surge simultaneamente como espaço onde os participantes menos se consideram uns aos outros e onde mais se consideram diretamente. Mas a este respeito importa analisar os dados de cada uma das plataformas individualmente para perceber como no espaço de comentários do jornal existe um índice mais elevado de reciprocidade.

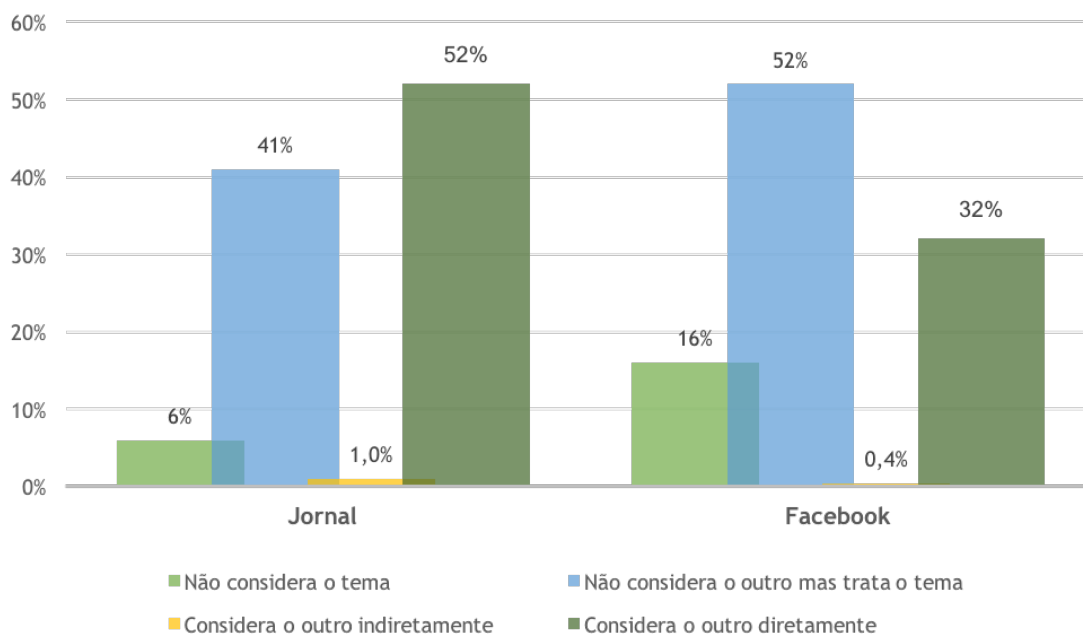


Gráfico 15. Índice de reciprocidade dos comentários por plataforma.

Se considerarmos as plataformas individualmente, percebemos que dentro do Facebook, 16% dos comentários não consideram o tema; 52% não consideram o outro, mas tratam o tema; 0,4% das mensagens consideram o outro indiretamente; e 32% consideram o outro diretamente. Olhando apenas para a página do jornal, percebemos que 6% dos comentários dos leitores não considera o tema; 41% não considera o outro, mas trata o tema; 1% considera o outro indiretamente; e 52% das mensagens considera o outro diretamente.

Os dados mostram maior reciprocidade na página do jornal, por comparação com o Facebook, o que reforça a ideia de maior dispersão no *site* de rede social e menos tendência para considerar o que os outros dizem. Já no espaço de comentários do jornal corrobora-se a ideia de uma comunidade fechada de indivíduos, que de certa forma já se conhecem, por participarem com frequência naquele espaço, e estabelecerem aí um diálogo entre si, começando muitas das mensagens com a indicação do nome ou *username* da pessoa a quem se dirigem. Se podemos entender este como um dado que revela um índice positivo de reciprocidade, critério importante na avaliação da deliberatividade, por outro lado não

podemos ignorar a tendência que temos vindo a apontar em direção à polarização de posições no espaço de comentários no jornal *online* “Observador”, tendo em conta o tema em análise.

Para a análise da reciprocidade, e porque esta é uma categoria complexa, onde podem existir diferentes níveis de interação recíproca²³⁰, consideramos algumas das propostas de Graham & Witschge (2003, p. 182) e utilizámos também outros critérios que nos permitissem confirmar os resultados obtidos. Nesse sentido, entendemos que a interatividade nos poderia ajudar a perceber quantas das mensagens analisadas são efetivamente respostas utilizando os recursos da própria plataforma, ou novos comentários onde ainda assim é feita referência ao outro. No fundo procuramos distinguir entre a resposta a outro comentário ou referência a outro comentário sem ser através do sistema de resposta disponibilizado pelos espaços de comentários.

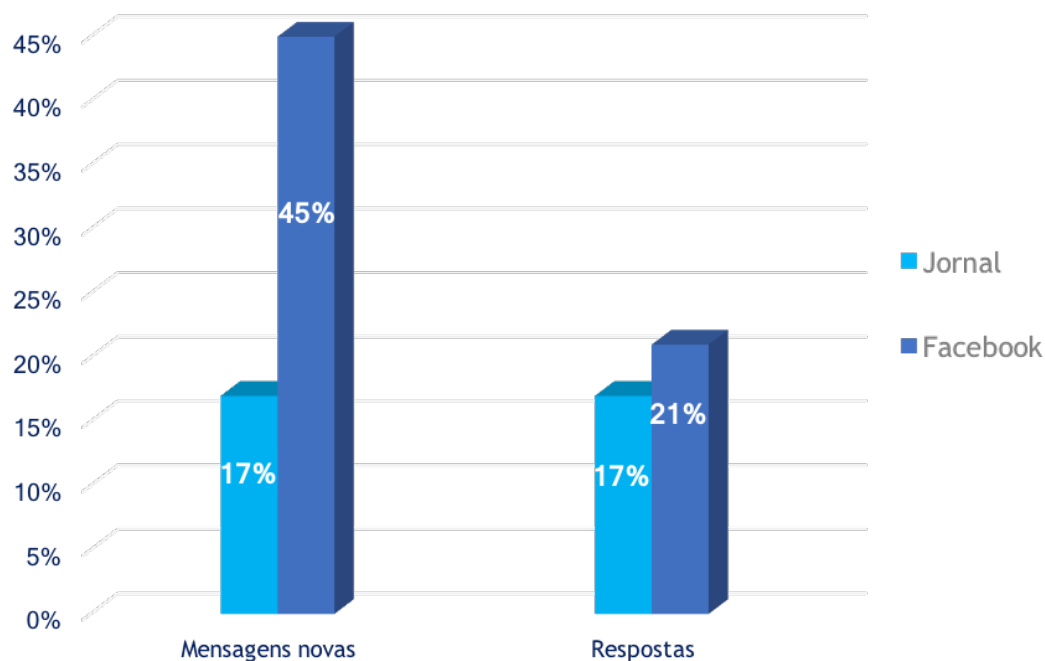


Gráfico 16. Distribuição dos comentários entre mensagens novas e respostas.

Do total de comentários analisados, 62% são mensagens novas e 38% respostas a mensagens de outros participantes. É no Facebook que encontramos o maior número de mensagens novas e as duas plataformas aproximam-se no que diz respeito à distribuição das respostas. No entanto, se considerarmos cada um dos espaços de comentários individualmente, percebemos que só dentro do Facebook, 68% são novas mensagens e 32% são respostas, enquanto que no jornal temos 49% novas mensagens e 51% de respostas. Confirma-se desta forma que a reciprocidade

²³⁰ “First, the process of deliberation is difficult to investigate because it involves not only a social process interaction between individuals but also an inner process (psychological) the reflecting, shaping, and constructing that one does mentally as a result of social interactions with others” (Graham & Witschge, 2003, p. 179).

é maior no jornal, não apenas através de referências diretas, mas também quando os participantes recorrem às “ferramentas” do espaço de comentários e respondem diretamente.

No caso concreto do *site* da rede social, e considerando as características particulares desta plataforma (Maia, et al., 2016), recolhemos dados sobre outro aspeto que pode revelar um nível de reciprocidade diferente, na medida em, seguindo a lógica do Facebook, se trata de mostrar agrado ou descontentamento com uma determinada opinião mediante a utilização de *emojis* ou *likes*. Seguimos desta forma “a lógica de interatividade da *web 2.0* e de recursos como os gostos, os comentários, os re-tweets e formas similares de interações, bem como métricas conectadas enquanto meios de uma espécie de democracia informal de massas e digital, e seguindo o princípio de ‘um gosto, um voto’ ”(Gerbaudo, 2015, p. 80)²³¹. Neste caso em particular considerámos os “gostos” como indicadores dos comportamentos dos participantes e potenciais indicadores de relação entre os participantes.

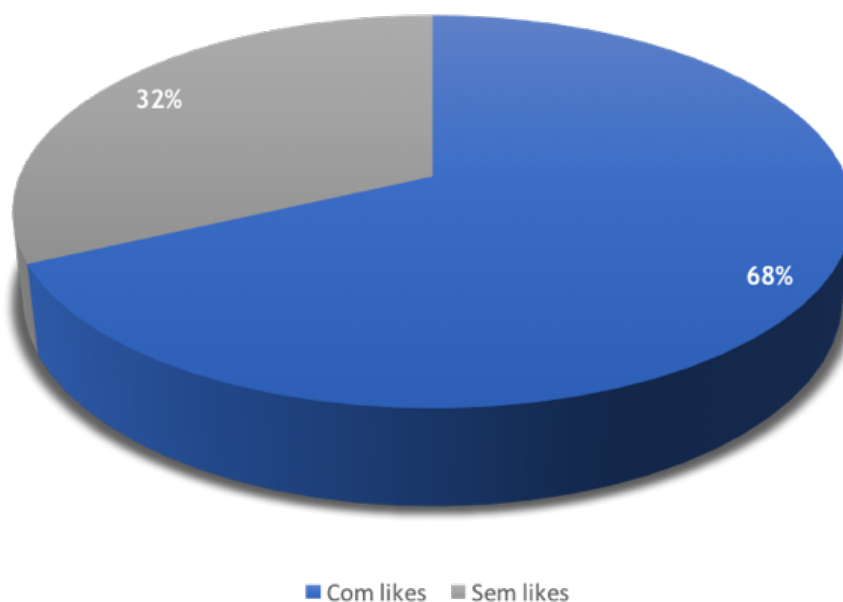


Gráfico 17. Percentagem de comentários com likes no Facebook.

Se considerarmos os *likes* como um tipo de interatividade associado à *web 2.0*, podemos verificar, de acordo com os dados recolhidos, que não existem nos comentários sinais muito evidentes de interação e consideração recíproca. Estes dados estão em sintonia com os resultados de outros estudos que também tiveram em conta esta dimensão (Mendonça & Amaral, 2016, pp. 78-79). No entanto, os “gostos” ganham outra dimensão no *site* da rede social, desde logo porque não é possível controlar a sua origem, ou seja, saber se resultam de elementos envolvidos na discussão que surge após a publicação de um determinado *post*, ou se

²³¹ “(...) utilisation of the web 2.0 logic of interactivity, and features such as likes, comments, re-tweets and similar form of interactions and connected metrics as the means of a sort of informal digital mass democracy, following the principle of ‘one like, one vote’” (Gerbaudo, 2015, p. 80).

são de simples leitores que não se envolvem no debate. Podemos, com estes dados, ser levados a pensar, tal como os autores referidos, que a estrutura do Facebook “é mais pensada como um dispositivo de participação do que uma arena de deliberação” (*idem*). Tratando-se este de um estudo de caso, não podemos proceder a generalizações, mas apenas deixar pistas quanto a tendências que, necessariamente, terão de ser confirmadas com outras investigações mais abrangentes.

Antes de passarmos à próxima categoria, e tendo em conta os dados já divulgados, importa fazer alguns cruzamentos que podem apontar novas tendências. Referimo-nos em particular à possibilidade de avaliarmos se os níveis mais elevados de reciprocidade estão associados a comentários *on-topic*, ou seja, se abordam efetivamente a temática em discussão. Na tabela podemos observar que nos dois casos em que existe reciprocidade, seja direta ou indiretamente, os comentários tratam sempre o tema em discussão.

Tabela 10. Cruzamento entre as variáveis reciprocidade e racionalidade

<i>Reciprocidade</i>	Racionalidade	
	<i>On-topic</i>	<i>Off-topic</i>
Considera o outro indiretamente	70 %	30 %
Considera o outro diretamente	67 %	33 %

Por outro lado, fazendo o mesmo cruzamento, mas considerando a interatividade, obtemos resultados semelhantes, mas com o pormenor de o número de mensagens novas ser superior ao de respostas para a abordagem do tema em debate.

Tabela 11. Cruzamento entre as variáveis interatividade e racionalidade

<i>Interatividade</i>	Racionalidade	
	<i>On-topic</i>	<i>Off-topic</i>
Mensagem nova	78 %	22 %
Resposta	67 %	33 %

Confirmam-se os dados que vimos anteriormente e sai reforçada a ideia de que se geram respostas e discussão em torno de assuntos que em nada têm que ver com o tema em análise, mais um aspeto que pode indicar a formação de comunidades dentro dos espaços de comentários.

Prosseguindo na apresentação dos dados relativos aos índices de deliberatividade, focamo-nos agora na apresentação de razões/motivos e justificações para a defesa de uma determinada opinião. Seguimos neste caso, na linha dos estudos que nos têm guiado na operacionalização (Barros, 2013; Barros & Carreiro, 2016), a proposta de Steiner (2012) de que falámos anteriormente, e dividimos a questão em duas variáveis: a “forma” e o “conteúdo ou substância”. Na “forma” avaliamos apenas a apresentação de razões que suportam uma determinada opinião, bem como o teor dessas razões, ou seja, se evocam aspectos internos, relacionados com experiências pessoais, ou aspectos externos, como outras fontes de informação (cf. Jensen, 2003, p. 360). Já no “conteúdo” preocupamo-nos com o tipo de justificação apresentado, isto é, se existe uma relação lógica entre os argumentos apresentadas, de que tipo são esses argumentos e qual a sua complexidade (cf. Steenberg et al, 2003, p. 28).

Começando a exposição pelos dados relativos à forma, podemos observar que 3724 comentários (42%) não apresentam razões para a opinião que defendem. A percentagem de mensagens em que as razões indicadas são de origem interna é de 55% (4850) e razões externas são apresentadas apenas em 255 comentários (3%).

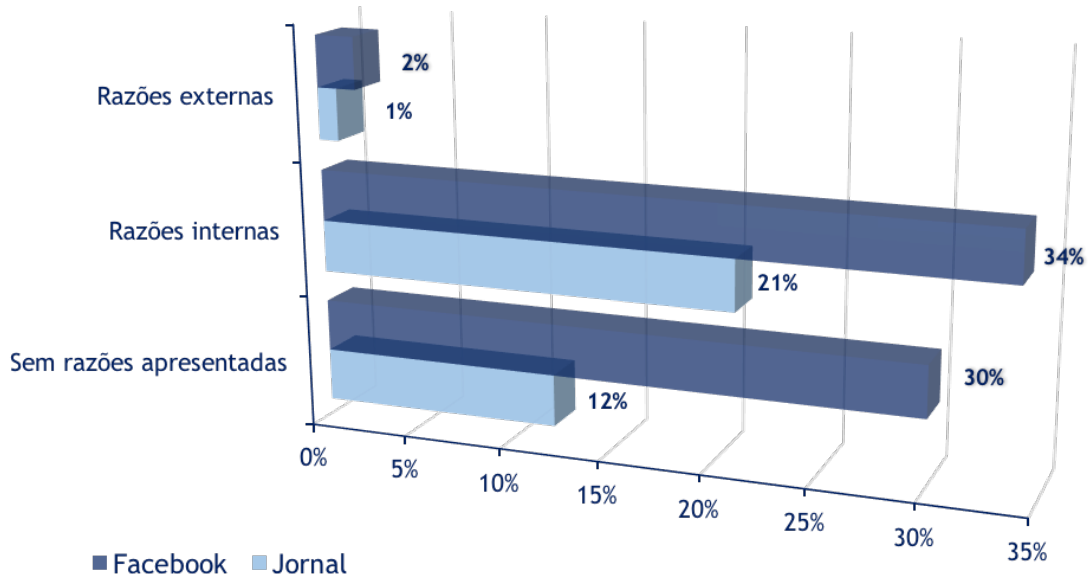


Gráfico 18. Apresentação de razões para opinião apresentada em cada plataforma.

Observando o gráfico, podemos perceber que ambas as plataformas apresentam poucas razões externas, ou seja, os leitores raramente recorrem a dados externos para defender as suas opiniões, mas também que as razões internas dominam nos espaços de comentários do *website* e do *site* de rede social. Se considerarmos cada uma das plataformas separadamente, podemos verificar que existem diferenças de comportamentos.

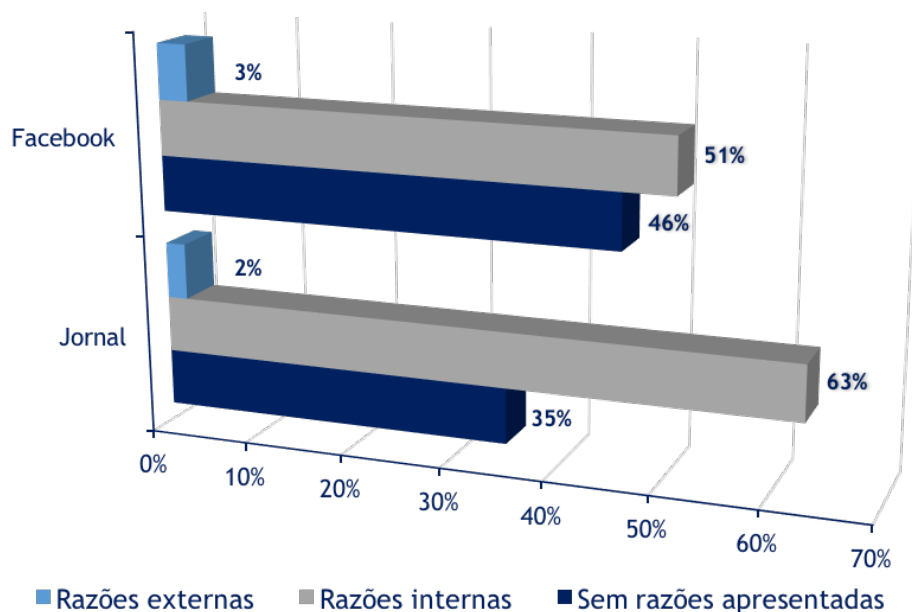


Gráfico 19. Apresentação de razões para opinião apresentada por plataforma.

Se antes verificámos que existe um número reduzido de razões externas nos comentários, percebemos agora que no espaço de comentários do jornal o número de razões internas domina claramente as mensagens. No Facebook assinala-se sobretudo o equilíbrio entre o número de comentários sem razões e com razões internas. No *site* da rede social, e ainda que de forma residual, os leitores recorrem mais vezes a razões externas, o que se pode justificar pela facilidade de partilha de vários elementos, como *links*, fotos, etc, conteúdos mais difíceis de integrar em plataformas como a do jornal.

Neste ponto decidimos cruzar os dados relativos às razões apresentadas, com os dados recolhidos sobre os níveis de reciprocidade. O objetivo é perceber se existe mais consideração em relação aos outros comentários, mediante a apresentação de razões para a opinião que é defendida.

Tabela 12. Cruzamento entre as variáveis reciprocidade e apresentação de razões.

<i>Reciprocidade</i>	<i>Apresentação de razões</i>		
	<i>Não apresenta razões</i>	<i>Apresenta razões internas</i>	<i>Apresenta razões externas</i>
Não considera o outro, mas trata o tema	26 %	33 %	2 %
Considera o outro indiretamente	0,3 %	0,4 %	0 %
Considera o outro diretamente	16 %	21,4%	0,9%

O cruzamento dos dados evidencia que, quando não são apresentadas razões para a defesa de uma opinião, é quando os leitores mais tratam o tema sem considerar os outros comentários (26%). Por outro lado, a apresentação de razões internas não faz variar o nível de reciprocidade, uma vez que os comentários continuam a não considerar o outro, mas a tratar o tema (33%). Podemos assim dizer que não é apresentação de razões que influencia a reciprocidade. Apesar de tudo, convém realçar que quando são apresentadas razões internas para defender uma opinião, é também quando maior número de leitores consideram os comentários dos outros diretamente. Parece assim que a apresentação de aspetos pessoais nas razões pode jogar um duplo papel.

Depois dos aspetos relacionados com a “forma”, analisamos agora a variável relacionada com o “conteúdo” no que diz respeito à apresentação de justificações para a defesa de uma determinada opinião.

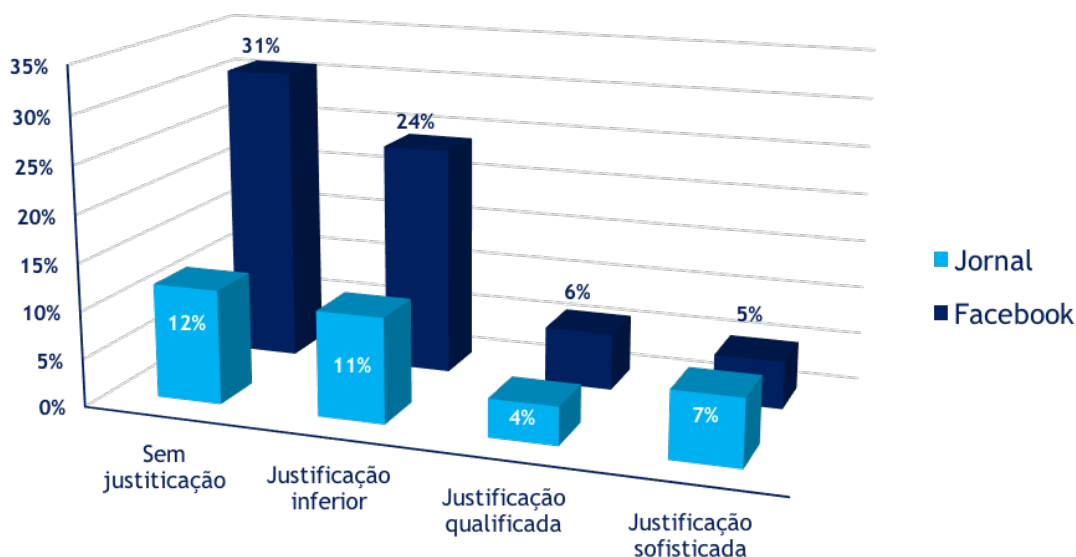


Gráfico 20. Apresentação de razões para opinião apresentada em cada plataforma.

No total dos comentários analisados verificamos que 43% (3787) não apresenta qualquer justificação para a opinião que defende; 35% (3070) uma justificação inferior, ou seja, sem lógica argumentativa; 10% (914) uma justificação qualificada, com argumentos coerentes e relacionados entre si; e 12% (1058) uma justificação sofisticada, com a apresentação de vários argumentos e um raciocínio mais complexo ou elaborado. No Facebook é onde encontramos mais comentários sem qualquer tipo de justificação, corroborando grande parte dos dados que vimos anteriormente. Por sua vez, é no espaço de comentários do jornal *online* que encontramos mais comentários com justificação sofisticada. As características de cada um dos espaços parece uma vez mais contribuir para que se encontrem tendências distintas nos comentários.

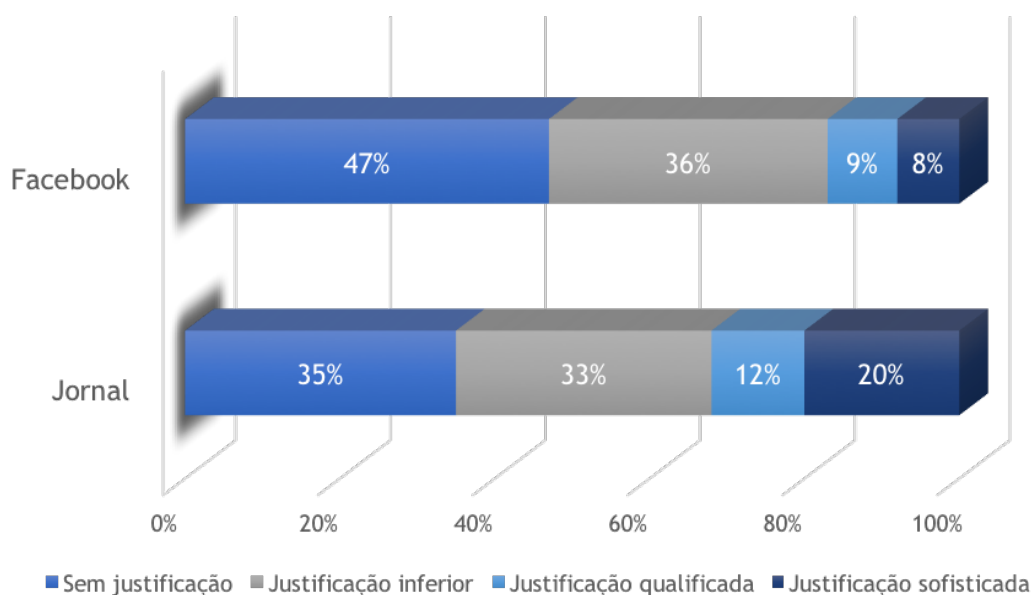


Gráfico 21. Apresentação de razões para opinião apresentada em cada plataforma.

Se considerarmos apenas os dados relativos ao Facebook, percebemos que 47% dos comentários não apresentam qualquer justificacão; 36% uma justificacão inferior; 9% justificacão qualificada; e 8% justificacão sofisticada. Já no espaço de comentários do jornal, os comentários continuam a ser em maior número sem justificacão (35%), mas acompanhados de perto pela percentagem de comentários que surge com uma justificacão inferior (33%). A justificacão qualificada surge em 12% dos comentários, e o nível mais alto na escala, relativo às mensagens com vários argumentos, a justificacão sofisticada, reúne 20% de comentários. É interessante perceber que no jornal os comentários apresentam mais argumentos para a justificacão das posicões defendidas, dando-nos uma vez mais sinais de que existem efetivamente diferenças entre as plataformas e que os leitores que participam no espaço de comentários no jornal encaram a discussão de forma mais deliberativa.

Decidimos, neste ponto, seguir a linha dos estudos que defendem a importância de medir “o teor das justificacões e a sua complexidade argumentativa” (Barros, 2013; Bächtiger et al., 2009; Steenbergen et al., 2003), apesar de estarmos conscientes das críticas que consideram esta avaliacao demasiado subjetiva, e que realçam que “a sofisticacao dos silogismos não é um indicador que por si só possa justificar um índice mais elevado de deliberacao” (Mendonça, 2015; Mendonça & Amaral, 2016). Tentamos minimizar a subjetividade e, embora concordemos que argumentos demasiado complexos podem dificultar as próprias discussões, como referem os autores referidos, não deixamos de considerar que é possível apresentar argumentos distintos para defender uma opiniao e que, trabalhando com comentários sobre textos jornalísticos, esta era uma variável que fazia sentido. Por outro lado, utilizando esta dimensao conseguimos apreender melhor as diferenças entre os comentários nas duas plataformas analisadas.

Tabela 13. Cruzamento entre as variáveis reciprocidade e nível de justificação

<i>Reciprocidade</i>	<i>Justificações</i>			
	<i>Sem justificação</i>	<i>Justificação inferior</i>	<i>Justificação qualificada</i>	<i>Justificação sofisticada</i>
Não considera o outro, mas trata o tema	26 %	21 %	6 %	7 %
Considera o outro indiretamente	0,3 %	0,2 %	0,1 %	0,1 %
Considera o outro diretamente	16,3 %	14 %	4 %	5 %

O cruzamento de dados entre as variáveis reciprocidade e nível de justificações apresentado, permite-nos perceber que a reciprocidade não se altera em função das justificações apresentadas. Pelo contrário, verificamos que quando os leitores tratam o tema, mas não consideram o outro é também quando não existe preocupação de apresentar argumentos que justifiquem a sua opinião. Mesmo quando decidem apresentar algum tipo de justificação, neste caso de nível inferior, continuam a não ter em conta os outros participantes. Por outro lado, os dados mostram que quando os comentários fazem uma menção expressa a outro comentador ou comentário, os leitores não apresentam justificação ou, quando o fazem, apenas uma justificação inferior.

Parece-nos evidente que as justificações apresentadas são na sua maioria de nível inferior, sobretudo no Facebook, e que a complexidade dos argumentos utilizados não tem em conta o envolvimento dos participantes na discussão. Este pode ser um indicador que afete a qualidade da deliberação, uma vez o debate pode ser afetado se não existe uma verdadeira preocupação de justificação das opiniões com argumentos que possam ser discutidos.

Outra dimensão que foi igualmente considerada, e que está de certa forma relacionada com a relação que os leitores estabelecem entre si, mas também com a própria argumentação, tem que ver com o pedido de informações para esclarecimento de determinadas opiniões, e ainda a incorporação de argumentos de outros comentários nas mensagens dos leitores. Foi neste contexto que considerámos a variável “informação”, mas também três indicadores que nos permitem avaliar a relação entre os participantes e destes com as mensagens colocadas nos espaços de comentários.

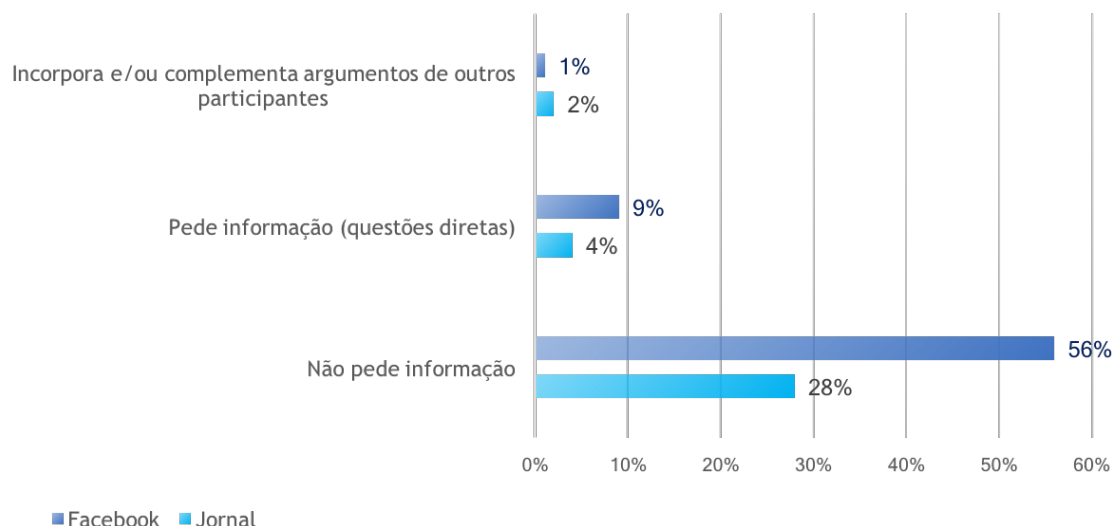


Gráfico 22. Relação que os leitores estabelecem com a informação

Indo ao encontro dos dados que apresentámos antes, observamos no gráfico que os leitores não estabelecem grande relação com os autores dos comentários, sobretudo no Facebook. No total 7417 (84%) não pede qualquer tipo de informação aos outros participantes na discussão, ou seja, não pretende ver esclarecidos pontos de vista ou opiniões, o que pode ser encarado como um indicador de falta de envolvimento no debate, embora alguns autores alertem para a natureza particular das discussões *online* (cf. Mendonça & Amaral, 2016; Mendonça, 2015).

Apenas 13% (1122) dos participantes nos espaços de comentários coloca questões diretas aos outros elementos, e somente 3% (283) incorpora e/ou complementa argumentos de outros participantes. O facto de não colocar questões e também de não considerar os argumentos expressos nos outros comentários na sua argumentação pode, uma vez mais, indicar simplesmente que as mensagens não foram lidas ou que os argumentos expostos não têm interesse e não são considerados, colocando em causa a própria deliberação. No entanto, este pode igualmente ser mais um sinal que reforça a formação de comunidades de leitores em torno de polos de opiniões distintos e cujos argumentos não são considerados por nenhuma das partes. Apesar dos números serem residuais, é no jornal *online* que encontramos a maior percentagem de leitores que nos seus comentários incorporam informação e/ou complementam argumentos de outros comentários.

Para terminarmos a exposição dos resultados relativos às dimensões que avaliam a qualidade da deliberação, consideramos a categoria que nos remete para o cumprimento ou incumprimento dos critérios gerais de respeito. Esta dimensão é importante sobretudo porque há um “certo consenso de que processos deliberativos exigem certo grau de respeito” (Mendonça & Amaral, 2016, p. 83). Para a operacionalização desta variável decidimos avaliar, num primeiro momento, o respeito de forma genérica. Considerámos depois os procedimentos seguidos por alguns autores (Mendonça & Amaral, 2016; Barros, 2013; Wales et al., 2010) e

avaliamos a que nível se processa a falta de respeito, ou seja, se ao nível das pessoas e grupos, se em relação aos argumentos apresentados, se em ambos os casos. Por fim, avaliamos outras dimensões como a presença de insultos/ataques pessoais e ainda comportamentos mais ou menos desviantes, como sejam a utilização de sarcasmo e o recurso ao *all-caps* (no ambiente digital normalmente entendido como alguém que está a gritar) (cf. Silva, 2013).

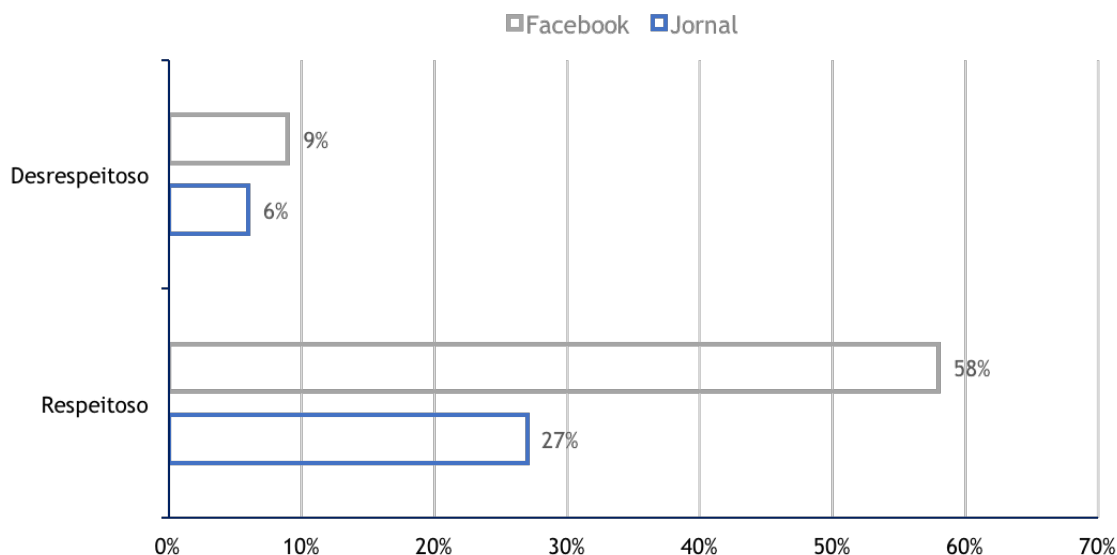


Gráfico 23. Níveis gerais de respeito dos comentários em cada plataforma.

Nos espaços de comentários analisados encontramos sinais evidentes de desrespeito em 15% das mensagens, o que significa que em 85% dos casos a participação foi pautada pelo respeito. Sem diferenças significativas entre as duas plataformas analisadas, entendemos que estes resultados estão na linha de outros trabalho que indicam que é possível existirem debates que cumpram as regras de respeito (Kies, 2010; Mendonça & Pereira, 2012; Wales et al., 2010). No entanto esses estudos apontam também que os índices elevados de respeito “podem indicar a baixa reciprocidade entre comentários. Na medida em que as mensagens tendem a se ignorar, o desrespeito a argumentos mostra-se raro” (Mendonça & Amaral, 2016, p. 81-82). No nosso estudo de caso parece-nos ser esta a tendência, mas vamos primeiro perceber o que nos dizem os dados em relação aos níveis de desrespeito quanto a argumentos e/ou pessoas.

Se analisarmos os tipos de desrespeito, nomeadamente desrespeito em relação a argumentos e a grupos e/ou pessoas, percebemos que no total dos 973 comentários desrespeitosos, a percentagem mais elevada, 11% (965), está do lado das mensagens que não respeitam grupos e/ou pessoas, sendo no Facebook que ela é mais acentuada (59% de comentários no *site* da rede social face aos 40% no jornal *online*). O desrespeito em relação a argumentos é residual, não atingindo sequer 1% dos comentários analisados. Neste sentido, devemos entender que a reciprocidade pode ajudar efetivamente a explicar estes resultados. No entanto, e embora não sejam desrespeitados os argumentos, isso não significa que os mesmos sejam considerados, o

que pode representar uma outra forma de falta de cortesia, que escapa a esta análise. Podemos, por outro lado, confirmar que as mensagens codificadas como desrespeitando pessoas e/ou grupos resultavam essencialmente de ataques pessoais e, nesse contexto, os argumentos utilizados nos comentários não eram sequer tidos em conta.

Para termos uma perspetiva completa desta questão, devemos ainda considerar que foram identificados 984 comentários considerados desrespeitosos por conterem insultos (7%) ou utilizarem o *CAPS LOCK* (4%). Os dois tipos de comportamentos são uma tendência verificada sobretudo no *site* da rede social Facebook, onde identificámos 5% de insultos e 2,5% de comentários onde as mensagens surgem escritas todas em maiúsculas.

Encerramos desta forma a exposição dos dados relativos à avaliação da qualidade da deliberação, com resultados que estão em linha com alguns dos estudos realizados na área (Sampaio & Barros, 2012; Barros & Carreiro, 2016) e que apresentam elevados índices de racionalidade, mas baixos índices de reciprocidade e sobretudo de justificações. Os níveis de respeito apresentam-se elevados, mas estão diretamente ligados à falta de consideração do outro e dos seus argumentos.

No ponto seguinte, fazemos o cruzamento entre os aspetos da deliberação e as dimensões do *frame*, dando assim resposta a aquele é um dos objetivos centrais deste trabalho: avaliar se existe um enquadramento dominante capaz de orientar o debate em torno de um determinado quadro interpretativo.

5.3. Deliberative *framing*: a reinterpretção dos quadros a partir dos comentários.

No primeiro ponto da apresentação de resultados observámos quais os enquadramentos que dominaram as 58 notícias analisadas. Recuperando esses dados, percebemos que as notícias analisadas foram dominadas, de uma forma geral, por *frames* focados na ideia de “jogo-estratégia”, e em particular por *frames* que destacaram: as medidas e os impactos políticos que uma nova solução governativa teria de reverter ou viria a impor; o conflito entre os vários atores políticos, que se movimentavam com vista à fomação de um novo governo; e uma dose de especulação quanto às diferentes possibilidades governativas.

Neste ponto procuramos identificar, desta vez nos comentários, um conjunto de tópicos que constituem o que podemos chamar de quadros dos leitores, pois representam a maneira como, nos seus próprios termos, eles pensam, interpretam e avaliam a questão, neste caso a solução governativa para o país.

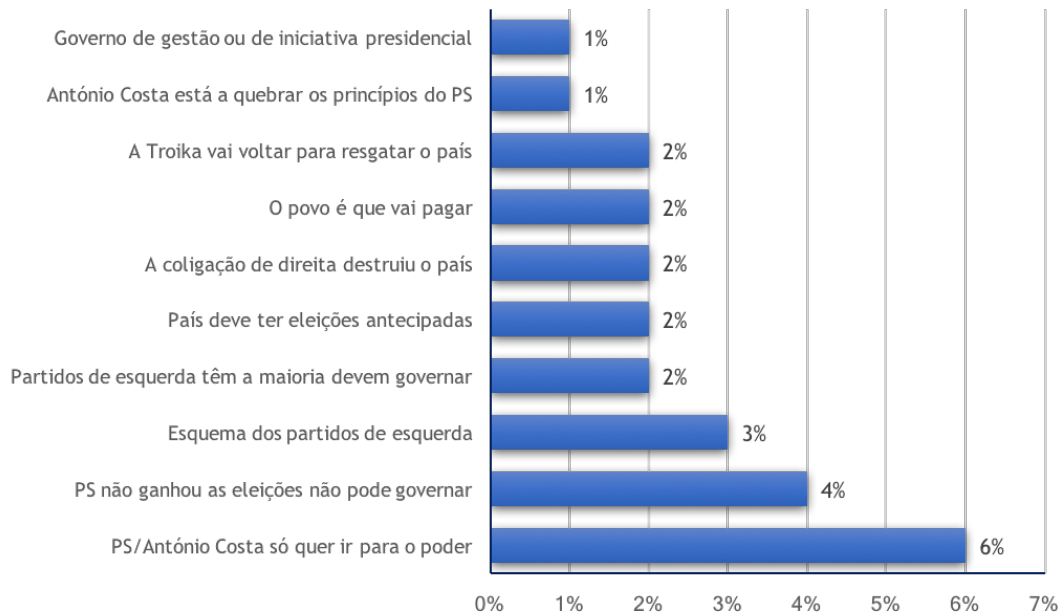


Gráfico 24. *Frame* dominante nos comentários analisados e interpretação da questão sob deliberação.

(n=2248/75% dos comentários não tem enquadramento dominante)

O gráfico apresenta aqueles que foram os quadros que dominaram os comentários analisados e que os leitores expressaram através de ideias mais simples, mas nas quais é possível perceber opiniões bem vincadas. Antes de analisar os *frames* propriamente ditos, destaca-se desde logo o elevado número de comentários onde não foi possível identificar de forma clara um “quadro”, sendo que essa dificuldade se manifestou sobretudo no Facebook, uma vez que dos 75% de comentários sem enquadramento dominante, 52% encontram-se no *site* da rede social. No jornal foi mais fácil encontrar comentários onde os *frames* eram evidentes. Neste contexto interessa também perceber como se distribuem os *frames* identificados por cada uma das plataformas analisadas.

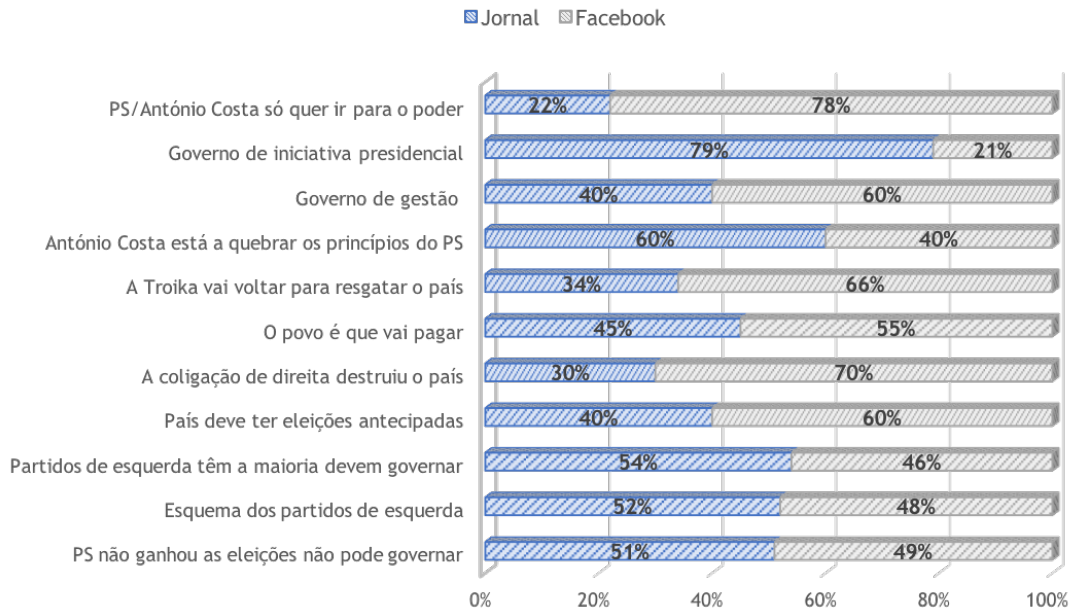


Gráfico 25. Identificação dos *frames* em cada uma das plataformas analisada.

Através do gráfico podemos verificar que é no jornal que encontramos mais comentários centrados na ideia de que deveria ser proposto um “governo de iniciativa presidencial”, mas que é também entre os leitores que comentam no jornal que encontramos os que mais acusam “António Costa de estar a quebrar os princípios do PS”. Destacam-se ainda, ao nível dos comentários no jornal, os *frames* que focam as ideias contraditórias de que o “PS não ganhou as eleições e não pode por isso governar”; de que tudo não passa de um “esquema dos partidos da esquerda” e de que os “Partidos de esquerda têm a maioria e devem governar”. Do lado do Facebook destacam-se os comentários que acusam “PS e António Costa de só quererem ir para o poder”, a ideia de que “a coligação de direita destruiu o país”, mas também as opiniões que antecipam um “regresso da Troika”, e ainda o pedido por um “governo de gestão” e por “eleições antecipadas”. Parece-nos que nos comentários no jornal dominam os *frames* relacionados com o conflito político-partidário e a discussão dos próprios resultados eleitorais, enquanto que no Facebook as opiniões vão no sentido mais extremista, quer ao nível das soluções, quer do ponto de vista do que pode acontecer no futuro.

Importa considerarmos estes dados, relativos aos *frames* apresentados nos comentários, na relação com os próprios enquadramentos identificados anteriormente nos textos jornalísticos. A partir desse cruzamento podemos estabelecer uma ligação entre aqueles que são os quadros dominantes das notícias e o modo como os leitores os reinterpretem.

Tabela 14. Cruzamento entre os *frames* dos comentários e os *frames* nas notícias.

Frames identificadas nos comentários	Porcentagem	Frames correspondentes nas notícias
PS/António Costa só quer ir para o poder	35%	Especulativo
PS não ganhou as eleições não pode governar	25%	Horse-race
Esquema dos partidos de esquerda	23%	Medidas políticas e impactos
Partidos de esquerda têm a maioria devem governar	24%	Conflito
País deve ter eleições antecipadas	25%	Especulativo
A coligação de direita destruiu o país	31%	Conflito
O povo é que vai pagar	30%	Medidas políticas e impactos
A Troika vai voltar para resgatar o país	53%	Medidas políticas e impactos
António Costa está a quebrar os princípios do PS	50%	Conflito
Governo de gestão	28%	Consenso
Governo de iniciativa presidencial	36%	Consenso

Se concentrarmos a nossa atenção naqueles que foram os três *frames* que dominaram as notícias analisadas, percebemos que no caso do principal quadro utilizado nas notícias, centrado nas “medidas e nos seus impactos”, a interpretação do público é feita a partir da ideia de que “a Troika vai voltar”; seguida das opiniões que indicam que “o povo é que vai pagar”; e de que é tudo “um esquema dos partidos de esquerda”. O segundo *frame* que se destacou nas notícias, relativo às situações de “conflito”, surge nos comentários através de posições consideravelmente contrárias. Por um lado, a ideia de que “António Costa está a quebrar os princípios do PS”, por outro de que “a coligação de direita destruiu o país” e, ainda, de que “os partidos de esquerda têm maioria e devem governar”. O *frame* especulativo foi o terceiro mais utilizado nas notícias, e os leitores expressam-no nos comentários através das ideias de que o “PS/António Costa só quer ir para o poder”, mas também de que o país devia ter “eleições antecipadas”.

Percebemos, portanto, que nos comentários dos leitores há efetivamente, embora não de maneira direta, uma conexão com os quadros dominantes nas notícias. Por outro lado, considerando que “os quadros deliberativos sugerem como é que uma questão deve ser entendida, lida e julgada através de determinados termos e não de outros, de acordo com uma determinada perspectiva” (Barisione, 2012, p. 7), percebemos que os “quadros” dos leitores representam uma forma de organização da deliberação, que pode sugerir o uso de categorias como a atribuição de responsabilidade, mas também um prognóstico para o problema.

Tabela 15. Cruzamento entre os *frames* dos comentários e os *frames* deliberativas

Frames identificadas nos comentários	Frames deliberativas
PS/António Costa só quer ir para o poder	Avaliação moral
PS não ganhou as eleições não pode governar	Interpretação causal
Esquema dos partidos de esquerda	Atribuição de responsabilidade
Partidos de esquerda têm a maioria devem governar	Interpretação causal
País deve ter eleições antecipadas	Prognóstico
A coligação de direita destruiu o país	Atribuição de responsabilidade
O povo é que vai pagar	Prognóstico
A Troika vai voltar para resgatar o país	Atribuição de responsabilidade
António Costa está a quebrar os princípios do PS	Atribuição de responsabilidade
Governo de gestão	Prognóstico
Governo de iniciativa presidencial	Prognóstico

Dessa forma, percebemos que, de facto, os “quadros” deliberativos são construídos pelos leitores em um nível implícito, determinando, em última análise, o curso da discussão, mesmo se os participantes na deliberação estão conscientes desse facto. Consideramos que, de certa forma, os “quadros” das notícias foram desconstruídos pelos leitores, dando origem a um novo quadro interpretativo.

Por fim, não podemos ignorar que existem nos *frames* identificados nos comentários, ideias que apontam no sentido do alinhamento ideológico e posicionamento do projeto jornalístico, fruto de um enquadramento mediático que focou sobretudo as medidas políticas que viriam a ser implementadas com um governo de esquerda e os conflitos internos dentro do PS. No entanto, a forma como os leitores expressam a sua opinião é bastante equilibrada, sem uma clara tendência política, em grande parte devido à forma como os *frames* foram reinterpretados.

Para encerrarmos este ponto apresentamos os dados relativos aos atores que se destacaram nos comentários dos leitores. Considerando que apenas 27% dos comentários mencionam claramente uma figura política, é interessante verificar que os atores que se destacaram nas notícias analisadas, estão presentes nos comentários. Desde logo António Costa, que domina as referências ao surgir em 8% das mensagens. Seguem-se depois Aníbal Cavaco Silva e Francisco Assis, ambos referidos em 2% dos comentários analisados. Já ao nível dos pares de atores que são mencionados em conjunto, destaque para Aníbal Cavaco Silva e António Costa; António Costa e Pedro Passos Coelho; e Francisco Assis e António Costa.

Terminamos desta forma a exposição dos dados relativos às diferentes dimensões analisadas e apresentamos de seguida as principais conclusões, bem como as limitações e as sugestões de trabalhos a desenvolver no futuro.

Capítulo 6. Considerações finais.

Ao longo deste trabalho procurámos ensaiar uma reflexão sobre as possibilidades abertas pelas propostas deliberativas, as dificuldades que as mesmas enfrentam, a possibilidade de serem objeto de estudo empírico, que diminuísse a sua natureza excessivamente normativa, bem como as novas possibilidades comunicativas introduzidas pelas tecnologias digitais, considerando em particular o papel que estas têm vindo a assumir na transformação dos sistemas democráticos ocidentais. Escolhemos fazer este caminho a partir do modelo deliberativo, por entendermos que este tem nos seus fundamentos as dimensões que estão hoje ausentes das sociedades democráticas: a possibilidade dos cidadãos partilharem ideias, debaterem em conjunto, de se expressarem e serem ouvidos sobre os assuntos que afetam diariamente as suas vidas. Conscientes de que a mudança não é imediata, nem determinada exclusivamente pela tecnologia, defendemos que a comunicação digital pode acima de tudo representar uma oportunidade para a reinvenção das relações entre os cidadãos e as instituições democráticas.

Repensar a prática democrática a partir da deliberação e das novas possibilidades comunicativas introduzidas pelas tecnologias digitais, foi o ponto de partida para o nosso trabalho, que decidimos prosseguir com uma análise dos espaços de comentários nos *sites* dos meios de comunicação. Tomámos esta opção por entendermos que estes fóruns se podem configurar como arenas potencialmente deliberativas, na medida em que permitem a expressão de opinião e a troca de ideias e argumentos acerca de diferentes temas. Fizemos a análise a partir de um meio de comunicação em particular e com um caso de estudo em mente: optámos por estudar o jornal *online* “Observador”, enquanto organização jornalística com a audiência e o posicionamento ideológico mais alinhado à direita do espectro político; e em termos de caso, o processo de formação do XXI Governo Constitucional, que viria a resultar numa configuração parlamentar praticamente sem precedentes, com governo minoritário apoiado pelos partidos da esquerda através de três acordos de incidência parlamentar. Com isto pretendemos realçar a natureza potencialmente deliberativa dos comentários, especialmente num contexto de enquadramento forte e de orientação editorial bem demarcada como verificado no “Observador”.

O objetivo passou então por perceber se o alinhamento ideológico e o posicionamento de um determinado projeto jornalístico se reflete no enquadramento mediático e pode dessa forma influenciar o modo como os leitores expressam a sua opinião sobre um determinado tema. Esta indagação vai de encontro às restantes questões que o trabalho se propôs responder e que passaram por saber se as discussões que têm lugar *online* promovem efetivamente uma troca democrática de ideias e opiniões? E em que medida é que os espaços de comentários se configuram como efetivos fóruns deliberativos?

Para concretizar esta abordagem optámos por uma recolha de dados através de uma análise de conteúdo aos comentários realizados no *site* do jornal e também no *site* da rede social Facebook. A investigação realizada propôs-se contribuir, ainda que de forma moderada, para a compreensão de um campo em crescimento e que tem sido sobretudo muito investigado noutras latitudes. Além de nos ter permitido conhecer um vasto conjunto de teóricos que trabalham as temáticas da deliberação *online*, a análise permitiu-nos também recolher dados interessantes e passíveis de reflexão, nomeadamente ao nível da relação entre os estudos da deliberação *online* e do *framing*, verificando a oportunidade de dar uma dimensão mais operacional à análise dos processos de debate e deliberação.

Devemos sublinhar que a profundidade do trabalho foi limitada por algumas dificuldades de cariz metodológico: a começar pela necessidade de seleccionarmos uma amostra maior para a análise, que nos pudesse permitir comparações e extrapolação a partir dos dados recolhidos. Por outro lado, importa referir o facto de não termos conseguido complementar os dados da análise de conteúdo, com inquéritos e/ou entrevistas, que nos permitissem conhecer a forma como os próprios participantes refletem sobre a sua participação nestes espaços de discussão. Assumimos estas limitações, contudo olhamos para este trabalho como um estudo de caso, que procurou sobretudo uma análise em profundidade, de uma situação concreta e, por outro lado, consideramos que esta não é uma investigação que termine aqui, mas que é possível continuar a desenvolver, com novos trabalhos, aprofundando o conhecimento sobre um tema que tem ainda muito por explorar.

Conclusões

Neste trabalho centrámos a nossa atenção na pertinência da deliberação e procurámos indagar como ela se operacionaliza e se concretiza nos espaços de comentários, considerando um meio de comunicação digital em particular. Procurámos avaliar, num primeiro momento, em que medida é que as discussões que têm lugar *online* promovem efetivamente uma troca democrática de ideias e opiniões. Os resultados mostraram que embora estivesse em causa a necessidade de encontrar uma solução governativa para o país, a discussão que se gerou nos espaços de comentários analisados se mostrou limitada ao nível da troca de ideias e opiniões, o que não deixa de ser um dado interessante tendo em conta o potencial perfil dos leitores e comentadores do jornal online “Observador”. Embora se tenham registado níveis razoáveis de reciprocidade e interatividade, ou seja, muita interação entre os participantes, não podemos afirmar que se verificou uma efetiva troca democrática de ideias e opiniões, pelo menos se considerarmos os poucos argumentos utilizados para justificar as opiniões defendidas nos comentários. Fica a ideia de que os participantes expressaram apenas a sua própria opinião e disponibilizam informação, sem se vincularem ao debate propriamente dito. Não é, portanto, claro, e apesar deste constituir um estudo de caso, que as discussões *online* sejam pautadas por efetivas trocas de ideias. No entanto, devemos considerar que as discussões *online* não têm de cumprir os mesmos requisitos que um debate tradicional, ou seja, devemos entender que as

características do ambiente digital e o tipo de comunicação que nele se estabelece é propício a outro tipo de interações que podem não ter sido apreendidas no âmbito deste trabalho. Podemos considerar, a partir dos dados recolhidos, que o enquadramento editorial do “Observador”, ao atrair especialmente leitores e comentadores bastante comprometidos politicamente, contribuiu para que emergisse um fenómeno que ficou conhecido, através da observação de Katz e Lazarsfeld, por “exposição seletiva”, e que confirma a ideia de polarização, estudada primitivamente por Cass Sunstein. Por um lado, assistimos a um reforço ou manutenção das opiniões que os participantes nos espaços de comentários já tinham. Por outro lado, não houve um efeito direto na mudança de opinião e na adequação à linha editorial dominante, mas, antes, uma predisposição para defender determinadas opiniões e ideologias face aos *frames* que foram utilizados na cobertura jornalística. Ou seja, há interações grupais *offline* ou resultantes da exposição a vários *media* que impedem a mera absorção da linha editorial veiculada pelo meio estudado. A escolha do jornal “Observador” permitiu-nos assim analisar a importância de se estudarem como as diferentes formas de enquadrar a informação, podem afetar o processo de formação da opinião, mesmo que de forma contrária à esperada, na medida em que não assistimos a um efeito de alteração, mas de manutenção ou reforço. O posicionamento editorial do jornal *online* analisado foi decerto determinante para que os participantes procurassem as mensagens e os comentadores que partilham das mesmas convicções e opiniões, mas não induziu uma posição maioritária em torno do apoio ou rejeição da solução governativa.

Por outro lado, o caso de estudo deste trabalho, e a temática em debate, podem igualmente ser um fator determinante, capaz de influenciar a troca de ideias e opiniões e ajudar a explicar a exposição seletiva. O que procuramos assinalar é que a temática coloca em jogo várias questões, muitas vezes fraturantes e em torno das quais é difícil estabelecer verdadeiros debates democráticos. No caso em estudo nesta investigação não nos parece que, como indicam alguns autores, “a divergência e a pluralidade de opiniões em relação ao tema”, que estavam patentes desde que se iniciou a análise, entre leitores a favor e contra uma solução governativa de esquerda, tenha contribuído para um debate mais deliberativo, o que se pode justificar pelo efeito de “exposição seletiva” já referido, que não permitiu que os participantes deixassem os polos onde se encontravam, mas pelo contrário vissem as suas opiniões reforçadas.

O que ficou bem patente, e que se articula com a segunda questão colocada - “em que medida é que os espaços de comentários se configuram como efetivos fóruns deliberativos?” - foi a existência de uma concentração da participação num número limitado de elementos, com os comentários a evidenciar a formação de comunidades de participantes, não propriamente entre indivíduos que partilham da mesma opinião (*like-minded*), mas que procuram aqueles de quem discordam para continuar a debater. O que verificámos, de certa forma, foi uma procura pela polarização, no sentido em que os participantes, mais do que se identificarem com as ideias partilhadas por aqueles que pensam de forma igual, orientam a sua atenção para o confronto com aqueles de quem discordam. Este comportamento não configura a prática

habitual nas discussões *online*, mas parece-nos que ainda assim pode comprometer a qualidade da deliberação, uma vez que embora a apresentação de posições contrárias possa ser considerada um elemento importante para o debate, porque revelador de pluralismo ao nível das opiniões, é relativizado pelo facto de carecer de justificações.

De um modo geral, no que diz respeito ao nível da deliberação, os espaços de comentários analisados apresentam índices razoáveis de reciprocidade e respeito, mas indicadores baixos quanto à apresentação de razões e justificações que suportem as opiniões apresentadas. O facto de não serem apresentados argumentos que permitam perceber determinada posição é entendido como um critério fundamental no âmbito deliberativo e um dos que mais pode revelar um verdadeiro comprometimento com o debate. Devemos, no entanto, considerar que a natureza desta investigação, um estudo de caso sobre um assunto muito particular, pode influenciar os resultados obtidos, e nesse sentido não permitir que sejam retiradas outro tipo de conclusões em relação ao potencial democrático dos comentários dos leitores online.

Outro dado que importa destacar prende-se com o tipo de discussão que foi notada no *site* da rede social Facebook, a partir das publicações do jornal *online*. Em praticamente todos os parâmetros analisados foi possível verificar que o *site* da rede social funcionou como espaço para a participação, mas praticamente nunca para a deliberação. Para além de níveis mais baixos em quase todos os indicadores relativos à avaliação da deliberação, os comentários analisados confirmaram que estes espaços se encontram fragmentados e as opiniões que foram apresentadas em relação ao tema em discussão caracterizam-se como “apressadas” e pouco refletidas. No *site* da rede social o comentário foi, nesse sentido, mais arbitrário e menos centrado no tema.

Ancorado nos estudos sobre deliberação *online*, o trabalho procurou, para além de aprofundar a investigação nesta área, estabelecer um cruzamento teórico e empírico com a literatura sobre o *framing*, e em particular o *framing* deliberativo. Nesse sentido procurámos perceber se os enquadramentos, argumentos e atores que ganham visibilidade nas peças jornalísticas do jornal *online* analisado, considerando o caso em análise, poderiam afetar as discussões que tivessem lugar nos espaços de comentários, seguindo a ideia de um enquadramento deliberativo?

O objetivo passou então por perceber se o alinhamento ideológico e o posicionamento de um determinado projeto jornalístico se reflete no enquadramento mediático e pode dessa forma influenciar o modo como os leitores expressam a sua opinião sobre um determinado tema. A análise das 58 notícias e dos 8829 comentários permitiu-nos concluir que não existem relações diretas entre os “quadros” mediáticos e os *frames* da audiência. Percebemos acima que os “quadros” deliberativos são construídos pelos leitores em um nível implícito, determinando, em última análise, o curso da discussão, mesmo se os participantes na deliberação estão conscientes desse facto. Consideramos que, de certa forma, os “quadros” de notícias foram desconstruídos pelos leitores, dando origem a um novo quadro interpretativo.

Não podemos deixar de referir que existem, nos *frames* identificados nos comentários, ideias que apontam no sentido do alinhamento ideológico e posicionamento do projeto jornalístico, fruto de um enquadramento mediático que focou sobretudo as medidas políticas que viriam a ser implementadas com um governo de esquerda e os conflitos internos dentro do PS. No entanto, a forma como os leitores expressam a sua opinião é bastante equilibrada, sem uma clara tendência política, em grande parte devido à forma como os *frames* foram reinterpretados.

Esses quadros deliberativos mostram que o público do “Observador” criou novas estruturas interpretativas, embora sempre em oposição à formação do governo de esquerda. Portanto, mesmo que a cobertura geral de “Observador” aparentemente não produza o efeito de estabelecer os *frames* mediáticos nas opiniões dos leitores, a análise dos “quadros” deliberativos mostra uma reflexão crítica por parte dos participantes na discussão.

Uma descoberta interessante foi a relação significativa observada entre os enquadramentos mediáticos centrados nas questões relacionadas com as “políticas e os seus impactos”, e a interpretação desse “quadro” por parte dos leitores a partir da ideia de que “a Troika vai voltar” para mais um resgate. Assim, se podemos dizer que as notícias não têm poder para definir os caminhos para um debate público, elas podem contribuir, pelo menos, com informações para uma reformulação deliberativa.

Este debate sobre a influência dos *frames* mediáticos nos *frames* da audiência, deve continuar a ser explorado, desde logo porque Birkland & Lawrence consideram que “as *frames* afectam o modo como as pessoas atribuem responsabilidades a eventos, mas são mais eficientes a simplesmente reforçar atitudes pré-existentes” (2009, p. 1411 *apud* Gradim, 2016, p. 89). Nesse sentido é preciso compreender como pode funcionar o *framing* deliberativo, mas, sobretudo, analisar, através de trabalhos empíricos, como determinados “quadros” deliberativos, resultantes da interação entre atores nos espaços de comentários, poderiam dominar a discussão de um grupo.

Propostas

Potenciados pelas tecnologias digitais de comunicação, os cidadãos têm, nos últimos anos, sido protagonistas de uma espécie de renascimento cívico. Descontentes com as soluções e ferramentas políticas tradicionais, encontraram na Internet e nos *media* sociais formas alternativas de organização e participação, e saíram para a rua em protesto contra a crise económica e financeira e a adoção de políticas de austeridade como modelo de resolução dos problemas das sociedades modernas. A nova arquitetura de comunicação promovida pelo ambiente digital dotou os cidadãos das ferramentas necessárias para que estes deixassem de esperar que os representantes que elegeram falassem por eles. Este é o primeiro campo onde nos parece que continua a faltar investigação, seja no sentido de perceber como os cidadãos

se organizam no ambiente digital, sejam como forma de avaliar o impacto que esses movimentos de protesto podem ter nos decisores políticos.

Por outro lado, ao mesmo tempo que os cidadãos aproveitavam o ambiente digital para comunicarem ente si, redefinindo, de certo modo o envolvimento e a participação cívica, assistimos à emergência de líderes e discursos populistas, com soluções fáceis e rápidas, que vieram dar respostas a muitas das expectativas frustradas quanto ao funcionamento do regime democrático. Neste sentido, mais do que um debate sobre a diminuição dos níveis de confiança, importa hoje analisar a forma como estes novos líderes e partidos populistas fazem uso das tecnologias digitais de comunicação para se aproximar dos cidadãos. Neste sentido, não podemos deixar também de chamar atenção para a importância de se analisar aquilo a que Leonardo Morlino (2009) chamada de “regimes híbridos”, que se têm afirmado em vários locais do mundo e se destacam pela forma como combinam elementos democráticos com práticas autoritárias.

Parte da discussão que se venha a fazer no futuro, sobre a relação entre as tecnologias digitais de comunicação e a democracia, passa necessariamente por definir o modelo democrático que queremos para as nossas sociedades. Nesse sentido, Stephen Coleman não tem dúvidas que “o tempo da representação política está a terminar, e que não existindo intenção de criar um sistema inviável de democracia direta” (Coleman, 2017, pp. 10-11), o caminho passa necessariamente por encontrar formas inovadoras de encurtar a distância entre a sociedade civil e o governo democrático, nomeadamente através da deliberação.

Apesar de ser já vasta a investigação sobre a democracia deliberativa, continua a existir espaço para novos estudos, nomeadamente ao nível da deliberação *online*, onde a própria multiplicidade de termos utilizados para designar o fenómeno, revela bem do seu carácter embrionário (cf. Kies, 2016). Para além da necessidade de continuar a refletir sobre as possibilidades da deliberação no contexto das condições políticas modernas, uma vez que muitos consideram que este modelo se tornou irrelevante (cf. Vieira & Silva, 2013), continua por confirmar a possibilidade de encontrar discussões *online* pautadas pelos valores da deliberação. Assim, para além de continuar a promover o desenvolvimento de estudos em ambientes informais, que não foram pensados inicialmente para a discussão política, como os *media* sociais, a investigação sobre deliberação *online* deve procurar sobretudo metodologias que lhe permitam compreender melhor a importância que os cidadãos atribuem à participação. Parece-nos que é necessário promover *focus group* junto dos elementos que participam dos diferentes debates e a partir daí, tentar compreender as motivações e, sobretudo, os resultados esperados com o envolvimento nos fóruns *online*.

Por fim, considerando que “a pesquisa mais recente sobre o efeito de *framing* tem vindo a chamar a atenção para o facto de o *framing* solicitar novas leituras graças à evidência crescente de um ambiente mediático fragmentado” (Correia, 2016, p. 12), defendemos que é preciso

continuar a explorar o cruzamento entre os estudos sobre enquadramento e a deliberação *online*, na linha das teorias sobre *framing* deliberativo. Propomos particularmente que sejam desenvolvidas metodologias que permitam uma apreensão das particularidades das relações entre as discussões *online* e os enquadramentos, mediadas pela informação jornalística.

Referências Bibliográficas

- Abril, E. P. (2016). Unmasking Trolls: Political Discussion on Twitter During the Parliamentary Elections in Catalonia. *Tripodos*, 39, 53-69. Disponível em [url] http://www.tripodos.com/index.php/Facultat_Comunicacio_Blanquerna/article/view/380/556
- Ackerman, B. & FISHKIN, J. (2003) Deliberation day. In J. Fishkin & P. Laslett, P. (Ed.). *Debating Deliberative Democracy* (pp. 7-30). Malden: Blackwell.
- Aitamurto, T., & Saldivar, J. (2017). Examining the Quality of Crowdsourced Deliberation. *Proceedings of the 2017 CHI Conference Extended Abstracts on Human Factors in Computing Systems- CHI EA '17*, 2314-2321. <https://doi.org/10.1145/3027063.3053248>
- Aghaei, S., Nematbakhsh, M. A., & Farsani, H. K. (2012). Evolution of the World Wide Web: From Web 1.0 to Web 4.0. *International Journal of Web & Semantic Technology*, 3(1), 1-10. <http://doi.org/10.5121/ijwest.2012.3101>
- Albrecht, S. (2006). Whose voice is heard in online deliberation? A study of participation and representation in political debates on the Internet. *Information, Communication & Society*, 9(1), 62-82. <https://doi.org/10.1080/13691180500519548>
- Altheman, F. (2013). Esfera pública midiática: o potencial deliberativo dos media. Trabalho apresentado no DT6 - Interfaces Comunicacionais do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, Bauru, realizado de 3 a 5 de julho de 2013 - *Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação* (pp. 1-15). Disponível em [url] <http://portalintercom.org.br/anais/sudeste2013/resumos/R38-1060-1.pdf>
- Alves, N. T. T. (2011). *A Conversação Cívica Sobre A Questão Do Aborto Em Redes Sociais Na Internet*. (Dissertação de Mestrado, Faculdade Cásper Líbero, Universidade de São Paulo). Disponível em [url] <https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/04/A-Conversação-C%C3%ADvica.pdf>
- Alves, T. & Portela, F. (2017). As TIC em contextos de protesto: movimentos sociais e a voz do descontentamento em manifestações «sem cara». In C. Cerqueira & S. Lamy (Coord. e Org.), *Vozes Plurais. A comunicação das organizações da sociedade civil* (pp. 83-102). Lisboa: Documenta.
- Amaral, I. (2016). *Redes Sociais na Internet: Sociabilidades Emergentes*. Covilhã: Coleção Livros LabCom. Série: Pesquisas em Comunicação.
- Araújo, L. B. L. (2007). Liberalismo, identidade e reconhecimento em Habermas. *Veritas*, v. 52(1), 120-136.
- Aristóteles (2001) *A Ética a Nicómaco*. Brasília: UnB.
- Aubenque, P. (2002). *La prudence chez Aristote*. Paris: Quadrige.
- Anstead, N., & O'Loughlin, B. (2014). Social media analysis and public opinion: The 2010 UK general election. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 20(2), 1-17. <https://doi.org/10.1111/jcc4.12102>
- Apejode, A. (2014). A Textual Analysis of Online Newspapers Readers' Comments on the Coverage of Chibok School Girls Kidnap. *Covenant Journal of Communication*, 2 (2), 77-87.

Consultado a 15 de junho 2017 em [url]
<https://journals.covenantuniversity.edu.ng/index.php/cjoc/article/view/211/193>

- Arditi, B. (2005). *Populism as an Internal Periphery of Democratic Politics*. In F. Panizza (Ed.) *Populism and the Mirror of Democracy* (pp. 72-98). London: Phronesis. Verso Books.
- Arendt, H. (2007). *A Condição Humana* (10ª ed.) (Tradução de Roberto Raposo) Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária. (Trabalho original publicado em 1958 nos EUA; Primeira versão Brasileira publicada em 2001).
- Arriaga, M. (2015). *Reinventar a Democracia - 5 Ideias Para Um Futuro Diferente* (1ª Ed.). (Tradução de C. Braga & A. M. Braga). Lisboa: Manuscrito, Editorial Presença (Obra original publicada em 2014).
- Avritzer, L. (2000a). Teoria Democrática e Deliberação Pública em Habermas e Rawls. *XV Encontro Anual da ANPOCS* (pp. 1-30). Caxambu, Brasil. Consultado a 15 de junho de 2017 em [url] <http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/25-encontro-anual-da-anpocs/st-4/st20-3/4681-lavritzer-teoria/file>
- Avritzer, L. (2000b). Teoria democrática e deliberação pública. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (50), 25-46. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452000000200003>
- Avritzer, L. (2002). O orçamento participativo: as experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte. In: E. Dagnino (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil* (pp. 17-45). São Paulo: Paz e Terra.
- Avritzer, L, & Costa, S. (2004). Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. *Dados*, 47(4), 703-728. <https://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582004000400003>
- Avritzer, L. (2006). New public spheres in Brazil: local democracy and deliberative politics. *International Journal of Urban and Regional Research*, 30(3) 623-637. Disponível em [url] <https://doi.org/10.1111/j.1468-2427.2006.00692.x>
- Bächtiger, A.; Shikano, S.; Pedrini, S. & Ryser, M. (2009). Measuring Deliberation 2.0: Standards, Discourse Types, and Sequenzialization. *ECPR General Conference*, Potsdam.
- Bächtiger, A., & Hangartner, D. (2010). When deliberative theory meets empirical political science: Theoretical and methodological challenges in political deliberation. *Political Studies*, 58(4), 609-629. doi:10.1111/post.2010.58.issue-4
- Bächtiger, A., & Steenbergen, M. R. (2004). *The real world of deliberation: A comparative study of its favorable conditions in legislatures*. IUE Working Paper SPS No. 2004/17. Badia Fiesolana, San Domenico, Italy: European University Institute.
- Bäckstrand, K., Khan, J., Kronsell, A., & Lövbrand, E. (Ed.). (2010). *Environmental Politics and Deliberative Democracy: Examining the Promise of New Modes of Governance* (p. 256). Cheltenham, UK and Northampton, US: Edward Elgar Publishing. <https://doi.org/10.1080/1523908X.2011.578339>
- Barber, B. (2004). *Strong democracy: Participatory politics for a new age*. Los Angeles: University of California Press.
- Baker, C. E. (2007). *Media Concentration and Democracy: Why Ownership Matters*. New York City: Cambridge University Press.

- Baker, K. M. (1992). *Defining the public sphere in eighteenth-century France: variations on a theme by Habermas*. in C. Calhoun (ed.) *Habermas and the public sphere* (pp 181- 211). Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- Barisione, M. (2012). Framing a Deliberation. *Deliberative Democracy and the Challenge of Framing Processes. Journal of Public Deliberation*, 8(1), 111-124. Disponível em [url] <https://www.publicdeliberation.net/jpd/vol8/iss1/art2/>
- Barriga, A. (2014). O Debate Político nas “Contra-Esféricas Públicas”: como se discute em 140 caracteres? Trabalho apresentado no V Seminário Internacional “Media, Democracia e Cidadania na Era Digital”, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Barriga, A. (2015). O debate político nas contra-esferas públicas: como se discute em 140 caracteres. *Media & Jornalismo*, 111 - 126. Disponível em [url] http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocicdigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/03/2015_11_o-debate-politico-nas-contra-esferas-publicas-1.pdf
- Barros, S. A. R. (2013). *Deliberação Pública Online: esferas conversacionais ao redor de conteúdos de três jornais brasileiros* (Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia). Disponível em [url] <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/14589/3/Barros%2C%202013%20-%20dissertação%20-%20impressão%20entrega.pdf>
- Barros, S. A. R. (2017). As oportunidades que valem a pena: um estudo da participação em consultas online. Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Comunicação e Política do XXVI Encontro Anual da Compós, Faculdade Cásper Líbero, São Paulo. Consultado a 15 de junho de 2017 em [url] http://www.compos.org.br/data/arquivos_2017/trabalhos_arquivo_I3ZYDCICHGABTAPGW7T7T_26_5871_21_02_2017_14_32_32.pdf
- Barros, A.P. F. L. (2008). A importância do conceito de esfera pública de Habermas para a análise da imprensa - uma revisão do tema. *Universitas: Arq. e Comun. Social*, Brasília, v. 5 n. 1/2, p. 23-34, jan./dez. 2008. Disponível em [url] <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/arqcom/article/viewFile/671/706>
- Barros, S., & Carreiro, R. (2015). A discussão pública e as redes sociais online: o comentário de notícias no Facebook. *Fronteiras - Estudos Midiáticos*, 17(2), 174-185. <https://doi.org/10.4013/fem.2015.172.05>
- Barros, S., & Carreiro, R. (2016). O Facebook como plataforma para o comentário de notícias: uma análise da deliberatividade em cinco temas. In R. F. Mendonça, R. C. Sampaio & S. A. R. Barros (Orgs.) *Deliberação on-line no Brasil: entre iniciativas de democracia digital e redes sociais de conversação* (pp. 276-310). Bahia: EDUFBA. Disponível em [url] <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19267>
- Belchior, A. M. (2015). *Confiança nas Instituições Políticas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Bell, J. (1989). *Doing your research project: a guide for the first-time researchers in education and social science* (2º ed). Milton, Keynes, England: Open University Press.
- Benhabib, S. (1992). *Models of public space: Hannah Arendt, the liberal tradition, and Jürgen Habermas*. in C. Calhoun (ed.) *Habermas and the public sphere* (pp. 73-98). Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.

- Benhabib, S. (Ed.). (1996). *Democracy and Difference: Contesting the Boundaries of the Political*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Bennet, W. L., Pickard, V. W., Iozzi, D. P., Schroeder, C. L., Lagos, T. & Caswell, C. E. (2004). Managing the public sphere: journalistic construction of the great globalization debate. *Journal of Communication*, 54(3), 437-455. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2004.tb02638.x>
- Berg, J. (2016). The impact of anonymity and issue controversiality on the quality of online discussion. *Journal of Information Technology and Politics*, 13(1), 37-51. <http://doi.org/10.1080/19331681.2015.1131654>
- Bergström, A., & Wadbring, I. (2015). Beneficial yet crappy: Journalists and audiences on obstacles and opportunities in reader comments. *European Journal of Communication*, 30(2), 137-151. <https://doi.org/10.1177/0267323114559378>
- Besson, S., & Martí, J. L. (Eds.). (2006). *Deliberative democracy and its discontents. Applied legal philosophy*. Hampshire: Ashgate. Disponível em [url] <http://www.loc.gov/catdir/toc/ecip0612/2006012230.html>
- Bentivergna, S. (1998) Talking Politics on the net. Research Paper Press Politics Harvard University. Disponível em [url] <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.173.2361&rep=rep1&type=pdf>
- Black, L. W., Burkhalter, S., Gastil, J., & Stromer-Galley, J. (2011). Methods for analyzing and measuring group deliberation. In Bucy, E. P. & Holbert, R. L. (Ed.) *The Sourcebook for Political Communication Research: Methods, Measures, and Analytical Techniques* (pp. 323-345). Taylor and Francis. <http://doi.org/10.4324/9780203938669>
- Blumler, J. & Gurevitch, M. (1995). *The Crisis of Public Communication*. London: Routledge.
- Blumler, J. & Gurevitch, M. (2000). Rethinking the study of political communication. In J. Curran & M. Gurevitch (Ed.) *Mass Media and Society* (pp. 155-172). London: Arnold.
- Bobbio, N. (1995). *Direita e Esquerda. Razões e Significados de uma distinção política*. (2ª reimpressão) (Tradução de Marco Aurélio Nogueira). São Paulo: Fundação Editora da UNESP.
- Bobbio, N. (1997). *O futuro da democracia. Uma defesa das regras do jogo* (6ª edição) (Tradução de Marco Aurélio Nogueira). São Paulo: Editora Paz e Terra.
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*. Coleção Ciências da Educação. Porto: Porto Editora.
- Bohman, J. (1996). *Public Deliberation: Pluralism, Complexity, and Democracy*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- Bohman, J. (1998a). Survey Article: The Coming of Age of Deliberative Democracy. *The Journal of Political Philosophy*, vol. 6, no. 4, pp. 400-425. <https://doi.org/10.1111/1467-9760.00061>

- Bohman, J. (1998b). The Globalization of the Public Sphere: Cosmopolitan Publicity and the Problem of Cultural Pluralism. *Philosophy and Social Criticism* 24(2-3): 199-216. <https://doi.org/10.1177/019145379802400213>
- Bohman, J. (2000). The Division of Labor in Democratic Discourse: Media, Experts, and Deliberative Democracy. In: S. Chambers & A. Costain (Ed.) *Deliberation, Democracy and the Media* (pp. 47-64). New York: Rowan & Littlefield.
- Bohman, J. (2009). O que é a deliberação pública? Uma abordagem dialógica. In: A. C. S. Marques (Org.). *A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas: textos fundamentais* (pp.31-84). Belo Horizonte: Autêntica.
- Bohman, J., & Rehg, W. (Eds.). (1997). *Deliberative Democracy: Essays on Reason and Politics*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- Borges, S. (2009). A segunda fase do Jornalismo Público. *Estudos em Comunicação*, nº5, 95-113. Disponível em [url] <http://www.ec.ubi.pt/ec/05/pdf/05-borges-segunda.pdf>
- Borges, S. (2014). *Comunicação, Media e Deliberação : O Público e a Crise Iraquiana*. (Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação apresentada na Universidade Nova de Lisboa).
- Borton, B. A. (2013). What can reader comments to news online contribute to engagement and interactivity? A quantitative approach. (Dissertation Abstracts International Section A: Humanities and Social Sciences. University of South Carolina). Disponível em [url] http://gateway.proquest.com/openurl?url_ver=Z39.88-2004&rft_val_fmt=info:ofi/fmt:kev:mtx:dissertation&res_dat=xri:pqm&rft_dat=xri:pqdiss:3593063%5Cnhttp://ovidsp.ovid.com/ovidweb.cgi?T=JS&PAGE=reference&D=psyc11&NEWS=N&AN=2014-99130-006
- Boyd, D. (2015). Social Media: A Phenomenon to be Analyzed. *Social Media and Society*, 1(2). <http://doi.org/10.1177/2056305115580148>
- Boyd, D. M. & Ellison, N. B. (2007). Social Network Sites: Definition, History and Scholarship. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 13 (1), 210-230. <https://doi.org/10.1111/j.1083-6101.2007.00393.x>
- Braga da Cruz, M. (2017). *O sistema político português*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Brundidge, J. (2010). Encountering “Difference” in the contemporary public sphere: The contribution of the internet to the heterogeneity of political discussion networks. *Journal of Communication*, 60(4), 680-700. <http://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2010.01509.x>
- Brundidge, J. & Rice, R. E. (2009). Political engagement online: Do the information rich get richer and the like-minded become more similar? In A. Chadwick & P. N. Howard (Eds.), *The Handbook of Internet Politics* (pp. 144-156). London and New York: Routledge.
- Buchstein, H. (1997). Bytes that Bite: The Internet and Deliberative Democracy. *Constellations*, 4 (2), 248-263. <https://doi.org/10.1111/1467-8675.00052>
- Burkhalter, S., Gastil, J. & Kelshaw, T. (2002). A conceptual definition and theoretical model of public deliberation in small face-to-face groups. *Communication Theory*, 12, 398-422. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2885.2002.tb00276.x>
- Butsch, R. (Ed.). (2007). *Media and Public Spheres* (1st ed.). Hampshire, UK: Palgrave Macmillan.

- Cacciatore, M. A., Scheufele D. A. & Iyengar, S. (2016). The End of Framing as we Know it ... and the Future of Media Effects. *Mass Communication and Society*, 19(1), 7-23. <https://doi.org/10.1080/15205436.2015.1068811>
- Calhoun, C. (Ed.). (1992a). *Habermas and the public sphere*. Cambridge, Mass: MIT Press.
- Calhoun, C. (1992b) Introduction: Habermas and the public sphere. in C. Calhoun (Ed.) *Habermas and the public sphere* (pp. 1-50). Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- Calhoun, C. (Ed.). (1996). *Habermas and the public sphere* (4th ed.). Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- Callaghan, K. & Schnell, F. (2001). Assessing the Democratic Debate: How the News Media Frame Elite Policy Discourse. *Political Communication*, 18(2), 183-213. <https://doi.org/10.1080/105846001750322970>
- Cappela, J. & Jamieson, K. (1997). *Spiral of cynicism: the Press and the Public Good*. New York: Oxford University Press.
- Carcasson, M., Black, L. W., & Sink, E. S. (2010). Communication Studies and Deliberative Democracy: Current Contributions and Future Possibilities. *Journal of Public Deliberation Volume*, 6(1), 1-40. Disponível em [url] <https://www.publicdeliberation.net/jpd/vol6/iss1/art8>
- Carlão, A., Maia, C., & Santos, M. (2016). Deliberação nos comentários dos leitores de jornais online: caso da secção de educação do público.pt. *Internet Latent Corpus Journal*, 6(1), 70-92. Disponível em [url] <http://revistas.ua.pt//index.php/ilcj/index> DELIBERAÇÃO
- Carpentier, N. (2017). *Media e Participação*. Porto: Media XXI.
- Carpentier, N., Dahlgren, P. & Pasquali, F. (2013). Waves of media democratization: A brief history of contemporary participatory practices in the media sphere. *Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies*, 19, 287-294. <https://doi.org/10.1177/1354856513486529>
- Carpini, M. X. D., Cook, F. L. & Jacobs, L. R. (2004). Public deliberation, discursive participation, and citizen engagement: A review of the empirical literature. *Annual Review of Political Science*, [Palo Alto], v. 7, p. 315-344.
- Carreiro, R. (2017). *A Discussão Política em rede: Um estudo sobre a Divergência Política no Facebook*. Universidade Federal da Bahia (Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia). Disponível em [url] <http://www.inctdd.org/wp-content/uploads/2017/12/tese-rodrigo-carreiro-da-silva-versao-final-de-deposito.pdf>
- Castells. M. (1997). *The Power of Identity*. Cambridge: Blackwell Publishers, Inc.
- Castro, M. P. S. (2010). *Participação social, democracia e deliberação pública - as experiências das Conferências Nacionais*. (Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais, na Universidade Federal de Minas Gerais). Disponível em [url] [http://secretariadegoverno.gov.br/.arquivos/monografias/Marina Pimenta Spinola Castro.pdf](http://secretariadegoverno.gov.br/.arquivos/monografias/Marina_Pimenta_Spinola_Castro.pdf)
- Chadwick, A. (2008). Web 2.0: New challenges for the study of e-democracy in an era of informational exuberance. *Isjlp*, 5,9.

- Chadwick, A., & Howard, P. N. (Eds.). (2009). *Routledge Handbook of Internet Politics*. London and New York: Routledge.
- Chadwick, A. (2009). Web 2.0: New challenges for the study of e-democracy in an era of informational exuberance. *I/S: Journal of Law and Policy for the Information Society*, 4(3): 9-42.
- Chadwick, A. (2013). *The Hybrid Media System: Politics and Power*. Oxford University Press
- Chambers, S. (1996). Jürgen Habermas and the politics of discourse. Ithaca: Cornell University Press.
- Chambers, S. (2003). Deliberative Democratic Theory. *Annual Review of Political Science*, 6(1), 307-326. <http://doi.org/10.1146/annurev.polisci.6.121901.085538>
- Chambers, S. (2004). Behind Closed Doors: Publicity, Secrecy, and the Quality of Deliberation. *Journal of Political Philosophy*, 12(4), 389-410. <http://doi.org/10.1111/j.1467-9760.2004.00206.x>
- Chambers, S. (2009). A Teoria Democrática Deliberativa. In: A. C. S. Marques In: A. C. S. Marques (Org.). *A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas: textos fundamentais* (pp. 239-267). Belo Horizonte: Autêntica.
- Chaves Lopes, G. (2014). *As redes sociais e os novos fluxos de agendamento: uma análise da cobertura da Al Jazeera durante a primavera Árabe*. *Palavra Chave*, 16(3), 789-811. Disponível em [url] http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0122-82852013000300006&lng=en&tlng=pt.
- Christiano, T., & John, C. (Eds.). (2009). *Contemporary Debates in Political Philosophy*. Blackwell Publishing Ltd.
- Cintra Torres, E., & Mateus, S. (Eds.) (2015). *From Multitude to Crowds: Collective Action and the Media*. Bern, Switzerland: Peter Lang Ed. Disponível em [url] <https://www.peterlang.com/view/product/24305>
- Coelho, V. S. & Nobre, M. (Orgs.). (2004). *Participação e Deliberação: Teoria Democrática e Experiências Institucionais no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora 34.
- Cohen, J. (1989). Deliberation and democratic legitimacy. In A. Hamlin & P. Petit (Eds.), *The Good Polity: Normative Analysis of the State* (pp. 342-360). New York City: Blackwell. <http://doi.org/10.4324/9780203986820>
- Cohen, J. (1997). *Deliberation and democratic legitimacy*. In J. Bohman & W. Regh (Eds.). *Deliberative democracy: Essays on Reason and Politics* (pp. 67-91). London/Cambridge: The MIT Press.
- Cohen, J. (1999). Reflections on Habermas on democracy. *Ratio Juris*, 12(4), 385-416. <http://doi.org/10.1111/1467-9337.00132>
- Cohen, J. (2009a) Deliberação e Legitimidade Democrática. In A. C. S. Marques (Org.). *A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas: textos fundamentais* (pp. 85-108). Belo Horizonte: Autêntica.
- Cohen, J. (2009b). Truth and public reason. *Philosophy and Public Affairs*, 37(1), 2-42. <http://doi.org/10.1111/j.1088-4963.2008.01144.x>

- Cohen, J. L., & Arato, A. (1992). *Civil Society and Political Theory*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- Cohen, J., & Sabel, C. (1997). Directly-deliberative polyarchy. *European Law Journal*, 3(4), 313-342. <http://doi.org/10.1111/1468-0386.00034>
- Coleman, S. (2017). *Can the internet strengthen democracy? Democratic futures*. Cambridge: Polity Press.
- Coleman, S., & Moss, G. (2012). Under construction: The field of online deliberation research. *Journal of Information Technology & Politics*, 9(1), 1-15. doi:10.1080/19331681.2011.63595
- Coleman, S. & Blumler, J. G. (2009). *The internet and democratic citizenship: theory, practice and policy*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Coleman, S.; Gøtze, J. (2001). *Bowling Together: Online Public Engagement in Policy Deliberation*. London: Hansard Society.
- Collins, L., & Nerlich, B. (2015). Examining user comments for deliberative democracy: A corpus-driven analysis of the climate change debate online. *Environmental Communication*, 9(2), 189-207. <http://doi.org/10.1080/17524032.2014.981560>
- Conole, G., Galley, R., & Culver, J. (2008). Frameworks for understanding the nature of interactions, networking, and community in a social networking site for academic practice. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 13(3), 119-138. <http://doi.org/10.1111/j.1083-6101.2007.00393.x>
- Consani, C. F. (2016). A democracia deliberativa habermasiana e o déficit de representatividade. *Disponíveis: Revista Dos Departamentos de Filosofia Da Universidade Federal Do Paraná e Da Universidade Federal de São Carlos*, 13(2), 83-97. <http://dx.doi.org/10.5380/dp.v13i2.43115>
- Cooper, K. & Anwaruddin, S. M. (Ed.). (2016). *Student Voice: A Companion to Democracy and Its Discontents*. Rotterdam: Sense Publishers.
- Correia, J. C. (2006). Novos media e esfera pública: As profecias cyber-democráticas no contexto da democracia deliberativa. *Biblioteca Online de Ciências da comunicação (BOCC)*. Disponível em [url] <http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-novos-media-esfera-publica.pdf>
- Correia, J. C. (2012). Online Journalism and Civic Life. In E. Siapera & A. Veglis (Ed.). *The Handbook of Global Online Journalism* (pp. 101-108). Malden, MA: Wiley-Blackwell.
- Correia, J. C. (2015a). Mass and Multitudes : “ Old ” and “ New ” Ways of Being in Public. In J. R. Carvalheiro & A. Serrano Tellería (Eds.), *Mobile and Digital Communications: Approaches to Public and Private* (pp. 123-138). Covilhã, Portugal: LabCom Books.
- Correia, J. C. (2015b). Mass, Publics and Multitudes: Digital Activism and some of its Paradoxes. In E. Cintra Torres & S. Mateus (Eds.). *From Multitude to Crowds: Collective Action and the Media*. Bern, Switzerland: Peter Lang Ed.
- Correia, J. C. (2016a). Social Media and Political Participation. The Portuguese Indignados Case. In R. Figueiras & P. do Espírito Santo (Ed.). *Beyond the internet: Unplugging the protest movement wave* (pp. 99-135). New York: Routledge.

- Correia, J. C. (2016b). Prefácio. In A. Gradim, *Framing: o enquadramento das notícias* (pp. 7-14). Lisboa: Livros Horizonte.
- Correia, J. C., & Maia, R. C. M. (Eds.). (2011). *Public Sphere Reconsidered: Theories and Practices*. Covilhã, Portugal: LabCom Books.
- Costa, M. N. da (2012). *Democracia, Mass Media e Esfera Pública*. (Húmus). Famalicão, Portugal: Universidade do Minho. Disponível em [url] <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/28160/1/DemocraciaMassMediaEsferaPublica.pdf>
- Coutinho, C. & Chaves, J. (2002). O estudo de caso na investigação em Tecnologia Educativa em Portugal. *Revista Portuguesa de Educação*, 15(1), 221-244. Disponível em [url] <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=37415111>
- Coutinho, C. (2015). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática* (2º ed.) Coimbra: Edições Almedina.
- Christians, C. G., Glasser, T., McQuail, D., Nordenstreng, K. & White, R. (2009). *Normative Theories of the Media: Journalism in Democratic Societies*. Urbana and Chicago: University of Illinois Press.
- Curran, J., Fenton, N., & Freedman, D. (2012). *Misunderstanding the Internet*. (J. Curran, Ed.) (1st ed.). New York City: Routledge.
- Da Rocha, H. C. L., Correia, J. C. F., & Tellería, A. S. (2017). Esferas públicas, intelectuais e mídia: inclusão e exclusão social nas teorias da democracia. *Revista Eptic*, 19(1), 153-169. Disponível em [url] <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/6361/5274>
- Da Silva, E. P. B. (2016). Para uma teoria crítica da democracia: o conceito de esfera pública em Habermas e Fraser. *Investigação Qualitativa em Ciências Sociais*, vol. 3, 61-77. Disponível em [url] <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/ricultsociedade/article/view/6680/4315>
- Dahlberg, L. (2000). *The Internet and the Public Sphere: A Critical Analysis of the Possibility of Online Discourse Enhancing Deliberative Democracy* (Tese de Doutoramento, Massey University) Disponível em [url] https://mro.massey.ac.nz/bitstream/handle/10179/2273/02_whole.pdf
- Dahlberg, L. (2001a). Computer-mediated communication and the public sphere: A critical analysis. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 7(1). Disponível em [url] http://is.muni.cz/el/1423/jaro2012/ZURs203/um/Literatura/Dahlberg_-_ComputerMediated_Communication_and_the_Public_Sphere.pdf
- Dahlberg, L. (2001b). The Internet and Democratic Discourse: Exploring The Prospects of Online Deliberative Forums Extending the Public Sphere. *Information, Communication & Society*, 4(4), 615-633. <http://doi.org/10.1080/13691180110097030>
- Dahlberg, L. (2004). Net-Public Sphere Research: Beyond the 'First Phase'. *Javnost - The Public, Journal of the European Institute for Communication and Culture*, 11 (1), 27-44. <https://doi.org/10.1080/13183222.2004.11008845>
- Dahlberg, L. (2011). Re-constructing digital democracy: An outline of four 'positions'. *New Media & Society*. 13(6) 855-872, 2011. <https://doi.org/10.1177/1461444810389569>

- Dahlgren, P. (2005). The Internet, public spheres, and political communication: dispersion and deliberation. *Political Communication*, 22(2), 147-162. <https://doi.org/10.1080/10584600590933160>
- Dahlgren, P. (2006). Doing citizenship. The cultural origins of civic agency in the public sphere. *European Journal of Cultural Studies*, 9, 267-286. <https://doi.org/10.1177/1367549406066073>
- Dahlgren, P. (2009). *Media and Political Engagement. Citizens, communication, and democracy.* Cambridge: Cambridge University Press.
- Dahlgren, P. (2011). Parameters of online participation: conceptualising civic contingencies. *Communication Management Quarterly*, 21, 87-110.
- Dahlgren, P. (2014). Social Media and Political Participation. Discourse and Deflection. In C. Fuchs & M. Sandoval (ed.) *Routledge Studies in Science, Technology and Society: Critique, Social Media and the Information Society* (pp. 191-202) London: Routledge.
- Dahlgren, P. (2016). Civic Cosmopolitanism and Political Communication. Media, Activism, and Agency. In R. Figueiras & P. do Espírito Santo (Ed.). *Beyond the internet: Unplugging the protest movement wave* (pp. 7-30). New York: Routledge.
- Danner, F. (2017). Democracia e Deliberação Pública em John Rawls. *Revista Opinião Filosófica*, 8(1), 25-39. Disponível em [url] <http://periodico.abavaresco.com.br/index.php/opiniaofilosofica/article/view/727>
- Davies, T. & Chandler, R. (2011). Online deliberation design: Choices, criteria, and evidence. In T. Nabatchi, M. Weiksner, J. Gastil, & M. Leighninger (Eds.) *Democracy in motion: Evaluating the practice and impact of deliberative civic engagement* (pp. 103-134). Oxford, England: Oxford University Press.
- Davies, T., & Gangadharan, S. P. (2009). *Online deliberation: Design, research, and practice.* Stanford, CA: Center for the Study of Language and Information/SRI.
- Davis, R. (2005). *Politics Online: Blogs, Chatrooms, and Discussion Groups in American Democracy.* New York City/London: Routledge.
- Denton, R. E. & Kuypers, J. A. (2008). *Politics and Communication in America: Campaigns, Media, and Governing in the 21st Century.* Carbondalle: Waveland Press
- Dewey, J. (1991). *The public and its problems.* Athenas: Swallow.
- Dias, A. (2016). Sobre «desconsolidação» e retrocesso democrático. *Relações Internacionais*, 52, 27-41. Disponível em [url] <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n52/n52a03.pdf>
- Diaz Noci, J., Domingo, D., Masip, P., Micó, J.L. & Ruiz, C. (2010). Comments in News, Democracy Booster or Journalistic Nightmare. Assessing the Quality and Dynamics of Citizen Debates in Catalan Online Newspapers, *10th International Online Journalism Symposium, University of Texas, Austin.*
- Digital News Report (2018). *Reuters Institute Digital News Report 2017.* Disponível em [url] <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/digital-news-report-2018.pdf>
- Digital News Report (2017). *Reuters Institute Digital News Report 2017.* Disponível em [url] https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/Digital%20News%20Report%202017%20web_0.pdf

- Domingo, D. (2008) Interactivity in the Daily Routines of Online Newsrooms: Dealing with an Uncomfortable Myth. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 13, 680-704. <https://doi.org/10.1111/j.1083-6101.2008.00415.x>
- Domingo, D. (2015). Fostering and moderating citizen conversations. In. L. Zion & D. Craig (Eds.) *Ethics for digital journalists: Emerging best practices* (pp. 159-173). NY: Routledge.
- Dryzek, J. S. (1990). *Discursive democracy: politics, policy, and political science*. Cambridge; New York: Cambridge University Press.
- Dryzek, J. S. (2000). *Deliberative Democracy and Beyond: Liberals, Critics, Contestations*. Oxford, New York: Oxford University Press.
- Dryzek, J. S. (2004). Legitimidade e economia na democracia deliberativa. In V. S. Coelho & M. Nobre (Ed.) *Participação e deliberação - teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo* (pp. 41-62). São Paulo: Editora 34.
- Dryzek, J. (2007). Theory, Evidence and the Tasks of Deliberation. In: S W. Rosenberg (Org.). *Deliberation, Participation and Democracy: Can the people govern?* (pp. 237-250) New York: Palgrave Macmillan.
- Dryzek, J. S., & Pickering, J. (2017). Deliberation as a catalyst for reflexive environmental governance. *Ecological Economics*, 131, 353-360. doi: <http://dx.doi.org/10.1016/j.ecolecon.2016.09.011>
- Edy, J. A., & Meirick, P. C. (2007). Wanted, dead or alive: Media frames, frame adoption, and support for the war in Afghanistan. *Journal of Communication*, 57(1), 119-141. <http://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2006.00332.x>
- Eley, G. (1992) Nations, publics, and political cultures: placing Habermas in the nineteenth Century. in C. Calhoun (ed.) *Habermas and the public sphere* (pp. 289-339). Cambridge, Massachusetts: The MIT press.
- Elster, J. (1998). *Deliberative Democracy*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Entman, R. M. (1993). Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, 43(4). <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1993.tb01304.x>
- Entman, R. M. (2003). Cascading Activation: Contesting the White House's Frame after 9/11. *Political Communication*, 20(4), 415-432. <http://doi.org/10.1080/10584600390244176>
- Ercan, S. A., Hendriks, C. M. & Boswell, J. (2017). Studying public deliberation after the systemic turn: The crucial role for interpretive research, *Policy & Politics*, vol 45, no 2, 195-212, DOI: 10.1332/030557315X14502713105886
- Esau, K., Friess, D., & Eilders, C. (2017). Design Matters! An Empirical Analysis of Online Deliberation on Different News Platforms. *Policy Study Organization*, 3(154), 321-342. <http://doi.org/10.1002/poi3.154>
- Eposito, J. L., Sonn, T. & Voll, J. O. (2016) *Islam and Democracy after the Arab Spring*. New York: Oxford University Press.
- Estanque, E. (2006). A questão social e a democracia no início do século XXI. Participação cívica, desigualdades sociais e sindicalismo. *Centro de Estudos Sociais e Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra*. Disponível em [url] <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/264.pdf>

- Esteves, J. P. & Escudero, R. C. (2015). O novo público da esfera pública e a reconceptualização do consenso como *topos* da comunicação pública. *Comunicação Pública* [Online], Vol.10 nº17. Consultado a 19 maio 2018 e [url] <http://journals.openedition.org/cp/915> ; DOI : 10.4000/cp.915
- Esteves, J. P. (2010). Novos media e Deliberação: sobre redes, tecnologia, informação e comunicação. *IC - Revista Científica de Información y Comunicación*, 7, 171-191. Disponível em [url] <https://icjournal.files.wordpress.com/2013/01/1292342398-31pissarrabaja.pdf>
- Faria, C. F. (2000). Democracia deliberativa: Habermas, Cohen e Bohman. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (50), 47-68. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452000000200004>
- Fearon, J. D. (1998). *Deliberation as Discussion*. In J. Elster (Ed.) *Deliberative Democracy* (pp. 44-65). Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Felix, R., Pereira, L. & Bezerra, P. (2004). O regime representativo e a sua crise. Disponível em [url] <http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/anexos/19397-19398-1-PB.pdf>
- Fenton, N. (Ed.). (2010). *New Media, Old News: Journalism and Democracy in the Digital Age*. Goldsmiths, UK: Sage Publications.
- Fernandes, J. (2015). *O Parlamento Português*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Ferreira, G. B. (2010). Internet e Deliberação: a discussão política em fóruns online. *Media & Jornalismo*, 9(16), 99-114. Disponível em [url] <http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocicdigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/03/16artigo6.pdf>
- Ferreira, G. B. (2011). Qual o papel do jornalismo nas democracias contemporâneas? Jornalismo publico e deliberação política. *Exedra*, (Nº extra 1), 79-92. Disponível em [url] <http://www.exedrajournal.com/docs/s-CO/04-79-92.pdf>
- Ferreira, G. B. (2012). *Novos Media e Vida Cívica: Estudos Sobre Deliberação, Internet e Jornalismo*. Covilhã, Portugal: LabCom Books.
- Ferreira, G. B. (2015). Web 2.0 and deliberation. The ongoing practice of political debate in weblogs. *Comunicação Pública Online*, 10(18). Disponível em [url] <https://journals.openedition.org/cp/997#quotation>
- Figueiras, R., & do Espírito Santo, P. & Cunha, I. F. (Coord.). (2015). *Democracy at work: Pressure and Propaganda in Portugal and Brazil*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Figueiras, R., & do Espírito Santo, P. (Eds.). (2016). *Beyond the internet: Unplugging the protest movement wave*. Taylor and Francis Inc.
- Figueiras, R. (2017). *A mediatização da política na era das redes sociais*. Lisboa: Alêtheia Editores.
- Fishkin, J. (1991). *Democracy and Deliberation. New Directions in Democratic Reform*. New Haven: Yale University Press.
- Fishkin, J. S. (1995). *The voice of the people: public opinion and democracy*. New Haven: Yale University Press.

- Fishkin, J. S. (2009). *When the People Speak: Deliberative Democracy and Public Consultation*. New York City: Oxford University Press. <http://doi.org/10.1017/S153759271000143X>
- Fishkin, J. S., & Laslett, P. (Eds.). (2003). *Debating Deliberative Democracy. Philosophy, Politics and Society*. Malden, USA: Blackwell. <http://doi.org/10.1002/9780470690734>
- Fishkin, J. S. & Luskin, R. (2006). Broadcasts of deliberative polls: aspirations and effects. *British Journal of Political Science*, 36(1) 184-188.
- Fishkin, J. S. & Luskin, R. (2000). The quest for deliberative democracy. In: M. Saward (Ed.). *Democratic innovation: deliberation, representation and association* (pp. 17-28). Londres: Routledge.
- Fung, A. & Wright, E. O. (Org.).(2003). *Deepening democracy*. Londres: Verso.
- Fung, A. (2004). Receitas para esferas públicas: oito desenhos institucionais e suas consequências. In V. S. Coelho & M. Nobre (Ed.). *Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil Contemporâneo* (pp. 173-209). São Paulo: Ed. 34.
- Fonseca, C., & Resende, M. M. (2016). Nota introdutória: A crise da democracia. *Relações Internacionais* (52), 005-007. Disponível em [url] http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992016000400001&lng=pt&tlng=pt.
- Fraser, N. (1992). Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. In: C. Calhoun (ed.) *Habermas and the public sphere* (pp. 109-142). Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- Fraser, N. (1997). *Justice Interruptus: Critical Reflections on the Postsocialist Condition*. London, UK: Routledge.
- Freelon, D. (2010). Analyzing online political discussion using three models of democratic communication. *New Media & Society*, 12 (7) 1172-1190. <https://doi.org/10.1177/1461444809357927>
- Freire, A. & Belchior, A. M. (2010). Os significados de “esquerda” e “direita” para os portugueses. In J. M. L. Viegas, S. Santos & S. Faria (Orgs.) *A Qualidade da Democracia em Debate. Deliberação, Representação e Participação Políticas em Portugal e Espanha* (pp. 107-130). Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Freire, A. (2017a). Para lá da “Geringonça”. O governo de esquerdas em Portugal e na Europa. Lisboa: Edições Contraponto.
- Freire, A. (2017b). Sistemas eleitorais e reformas políticas em Portugal - Uma perspectiva comparada. In C. P. Teixeira (Coord.). *O Sistema Político Português: uma Perspetiva Comparada* (pp. 155-179). Cascais: Principia.
- Friedman, E. (2011). Talking back in the Israeli-Palestinian conflict: Rational dialogue or emotional shouting match? *Conflict & Communication Online*, 10(2), 1-18. Disponível em [url] http://www.cco.regener-online.de/2011_2/pdf/friedman.pdf
- Friemel, T. N., & Dötsch, M. (2015). Online Reader Comments as Indicator for Perceived Public Opinion. In M. Emmer & C. Strippel (Eds.), *Kommunikationspolitik für die digitale Gesellschaft* (pp. 151-172). <http://doi.org/10.17174/dcr.v1.8>

- Friess, D., & Eilders, C. (2015). A systematic review of online deliberation research. *Policy and Internet*, 7, 319-339. <https://doi.org/10.1002/poi3.95>
- Fuchs, C. (2008). *Internet and Society: Social Theory in the Information Age*. New York: Routledge.
- Fuchs, C. (2009). *Social Networking Sites and the Surveillance Society. A Critical Case Study of the Usage of studiVZ, Facebook, and MySpace by Students in Salzburg in the Context of Electronic Surveillance*. Salzburg/Vienna, Austria: Forschungsgruppe Unified Theory of Information (Research Group Unified Theory of Information).
- Fuchs, C. (2010). Theoretical foundations of defining the participatory, co-operative, sustainable information society. *Information, Communication & Society*, 13(1), 23-47. <https://doi.org/10.1080/13691180902801585>
- Fuchs, C. (2011). *Foundations of Critical Media and Information Studies*. New York: Routledge.
- Fuchs, C. (2012a). With or Without Marx? With or Without Capitalism? A Re-joinder to Adam Arvidsson and Eleanor Colleoni. *TripleC* 10(2), 633-645. <https://doi.org/10.31269/triplec.v10i2.434>
- Fuchs, C. (2012b) BEHIND THE NEWS Social media, riots, and revolutions. *Capital & Class*, 36(3) 383-391. <https://doi.org/10.1177/0309816812453613>
- Fuchs, C & Seignani, S. (2013). What is Digital Labour? What is Digital Work? What's their Difference? And why do these Questions Matter for Understanding Social Media? *TripleC* 11(2), 237-293. <https://doi.org/10.31269/triplec.v11i2.461>
- Fuchs, C. (2014a). Critique of the Political Economy of Informational Capitalism and Social Media. In C. Fuchs & M. Sandoval (ed.) *Routledge Studies in Science, Technology and Society: Critique, Social Media and the Information Society* (pp. 51-65) London: Routledge.
- Fuchs, C. (2014b). *OccupyMedia! The Occupy Movement and Social Media in Crisis Capitalism*. Winchester: Zero Books.
- Fuchs, C. (2014c). *Digital Labour and Karl Marx*. New York: Routledge.
- Fuchs, C., & Sandoval, M. (2014a). Critique, Social Media and the Information Society in the Age of Capitalist Crisis. In C. Fuchs & M. Sandoval (ed.) *Routledge Studies in Science, Technology and Society: Critique, Social Media and the Information Society* (pp. 1-47) London: Routledge.
- Fuchs, C., & Sandoval, M. (2014b). (Ed.). *Routledge Studies in Science, Technology and Society: Critique, Social Media and the Information Society*. London: Routledge.
- Fuchs, C. (2015). *Culture and Economy in the Age of Social Media*. New York: Routledge.
- Fuchs, C. & Mosco, V. (Eds.). (2015). *Marx and the Political Economy of the Media*. Boston: Brill.
- Fuchs, C. (2016a). *Critical Theory of Communication: New Readings of Lukács, Adorno, Marcuse, Honneth and Habermas in the Age of the Internet*. London: University of Westminster Press.
- Fuchs, C. (2016b). *Reading Marx in the Information Age: A Media and Communication Studies Perspective on Capital Volume 1*. New York: Routledge.
- Fuchs, C. (2017). *Social Media: A Critical Introduction*. London: Sage.

- Fuchs, C. (2018). *Digital Demagogue: Authoritarian Capitalism in the Age of Trump and Twitter*. London: Pluto.
- Gadotti, G. A. (2013). Do constitucionalismo ao transconstitucionalismo: considerações sobre o(s) sentido(s) do constitucionalismo na contemporaneidade com especial referência aos direitos fundamentais (Dissertação de Conclusão do Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Política, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra). Disponível em [url] <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/34748/1/Do%20Constitucionalismo%20ao%20Transconstitucionalismo%20consideracoes%20sobre%20o%28s%29%20sentido%28s%29%20do%20constitucionalismo.pdf>
- Galvão, M. & Tavares, R. (2016). *Como Costa Montou a Geringonça em 54 Dias: os bastidores do acordo histórico da esquerda*. Alfragide: Lua de Papel.
- Gastil, J. (1993). *Democracy in Small Groups: Participation, Decision-Making and Communication*. Philadelphia: New Society Publishers.
- Gastil, J. (2000a). *By Popular Demand: Revitalizing Representative Democracy through Deliberative Elections*. Berkeley and Los Angeles, California: University of California.
- Gastil, J. (2000b). Is Face-to-Face Citizen Deliberation a Luxury or a Necessity? *Political Communication*, 17(4), 357-361. <http://doi.org/10.1080/10584600050178960>
- Gastil, J. & Levine, P. (2005). *The Deliberative Democracy Handbook: Strategies for Effective Civic Engagement in the Twenty-First Century*. Jossey-Bass
- Gerbaudo, P. (2015). Populism 2.0. Social media activism, the generic Internet user and interactive direct democracy. In D. Trottier & C. Fuchs (Ed.) *Social Media, Politics and the State. Protests, Revolutions, Riots, Crime and Policing in the Age of Facebook, Twitter and YouTube* (pp. 67-87). London: Routledge.
- Gerbaudo, P. (2017). *The Mask and the Flag. Populism, Citizenism and Global Protest*. New York: Oxford University Press.
- Giddens, A. (1994). *Beyond left and right: The future of radical politics*. Cambridge: Polity Press.
- Gitlin, T. (1980). *The Whole World is Watching: Mass Media in the Making and Unmaking of the New Left*. Berkeley: University of California Press.
- Glasser, T. & Lee, F. (2002). Repositioning the newsroom: The American experience with public journalism. In R. Kuhn, R & E. Neveu (eds.). *Political journalism: new challenges, new practices* (pp.203-224). London: Routledge.
- Glasser, T. & Gunther, M. (2005). The Legacy of Autonomy in American Journalism. In G. Overholser & K. H. Jamieson (Eds). *The Press* (pp. 384-399). New York: Oxford University Press.
- Goodman, E. (2013). Online comment moderation: emerging best practices. A guide to promoting robust and civil online conversation. *World Association of Newspapers (WAN-IFRA)*. Disponível em [url] http://netino.fr/wp-content/uploads/2013/10/WAN-IFRA_Online_Commenting.
- Goffman, E. (1974). *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. Cambridge: Harvard University.

- Gomes, W. (2005) A Democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. *Revista Fronteiras - Estudos Midiáticos*, 7(3), 214-222. Disponível em [url] revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/6394/3537
- Gomes, W. (2007). Publicidade, visibilidade e discutibilidade: por uma revisão do conceito de esfera pública política. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Comunicação e Política”, do XVI Encontro da Compós, na UTP, Curitiba.
- Gomes, W. (2008a). Esfera Pública Política e Comunicação em Mudança Estrutural da Esfera Pública de Jurgen Habermas. In W. Gomes & R. C. M. Maia, *Comunicação e Democracia: problemas & perspectivas* (pp. 31-68). São Paulo: Paulus.
- Gomes, W. (2008b). Esfera Pública Política e Comunicação em Direito e Democracia de Jurgen Habermas. In W. Gomes & R. C. M. Maia, *Comunicação e Democracia: problemas & perspectivas* (pp. 69-116). São Paulo: Paulus.
- Gomes, W. (2008c). Da Discussão à Visibilidade. In W. Gomes & R. C. M. Maia, *Comunicação e Democracia: problemas & perspectivas* (pp. 117-162). São Paulo: Paulus.
- Gomes, W. (2008d). Internet e participação política. In W. Gomes & R. C. M. Maia, *Comunicação e Democracia: problemas & perspectivas* (pp. 293-326). São Paulo: Paulus.
- Gonçalves, J., Pereira, S., & Silva, M. T. da. (2017). Medir o agenda-setting nos comentários dos leitores às eleições legislativas de 2015. In Z. Pinto-Coelho, T. Ruão, & N. Zagalo (Eds.), *Arte, Políticas e Práticas. V Jornadas Doutorais Comunicação e Estudos Culturais* (pp. 205-226). Braga: CECS.
- Gonzalez-Bailon, S., Kaltenbrunner, A., & Banchs, R. E. (2010). The structure of political discussion networks: A model for the analysis of online deliberation. *Journal of Information Technology*, 25(2), 230-243. doi:10.1057/jit.2010.2
- Goodin, R. (2003) Democratic Deliberation Within. In J. Fishkin & P. Laslett (Ed.) *Debating Deliberative Democracy* (pp. 54-80). Oxford: Blackwell.
- Gradim, A. (2016). *Framing: o enquadramento das notícias*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Graham, T. & Witschge, T. (2003). In search of online deliberation: Towards a new method for examining the quality of online discussions. *Communications, The European Journal of Communication Research*, 28(2), 173-204. <https://doi.org/10.1515/comm.2003.012>
- Graham, T. (2008) Needles in a Haystack: a New Approach for Identifying and Assessing Political Talk in Nonpolitical Discussion Forums. *Javnost - The Public, Journal of the European Institute for Communication and Culture* 15(2), 17-36. <https://doi.org/10.1080/13183222.2008.11008968>
- Graham T. (2010) The Use of Expressives in Online Political Talk: Impeding or Facilitating the Normative Goals of Deliberation?. In E. Tambouris, A. Macintosh & O. Glassey (Eds.) *Electronic Participation. ePart 2010. Lecture Notes in Computer Science*, vol 6229, 26-41, Springer, Berlin, Heidelberg. https://doi.org/10.1007/978-3-642-15158-3_3
- Graham, T. (2012). Beyond “Political” Communicative Spaces: Talking Politics on the Wife Swap Discussion Forum. *Journal of Information Technology & Politics*, 9(1) 31-45. <https://doi.org/10.1080/19331681.2012.635961>

- Gutmann, A. (1995). A Desarmonia da Democracia. *Lua Nova. Revista de Cultura e Política*, (36), 5-37. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451995000200002>
- Gutmann, A., & Thompson, D. (2004). *Why Deliberative Democracy?* New Jersey: Princeton University Press.
- Gutmann, A., & Thompson, D. (2007). O que significa democracia deliberativa. *Revista brasileira de estudos constitucionais*, 1(1), 17-78. Disponível em [url] <http://www.upenn.edu/president/images/president/pdfs/significa-democracia 2007.pdf>
- Habermas, J. (1987a). *Ciência e técnica como ideologia*. Lisboa: Edições 70.
- Habermas, J. (1987b). *The Theory of Communicative Action* (Volume 2). Lifeworld and system: a critique of functionalist reason. Boston: Beacon Press. Translated by Thomas McCarthy. (Originalmente publicado em 1985).
- Habermas, J. (1992). Further reflections on the public sphere. In C. Calhoun (ed.) *Habermas and the public sphere* (pp. 421-461). Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- Habermas, J. (1995). Três modelos normativos de democracia. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 36(95), 39-54. <http://doi.org/10.1590/S0102-64451995000200003>
- Habermas, J. (1996). *Between Facts and Norms: Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy* (2nd ed.). Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- Habermas, J. & Rawls, J. (1996). *Debate sobre el liberalismo político*. Barcelona: Ediciones Paidós.
- Habermas, J. (1997). *Direito e Democracia: Entre Facticidade e Validade*. Rio de Janeiro, Brasil: Tempo Brasileiro.
- Habermas, J. (2003a). Mudança Estrutural da Esfera Pública. Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa (2ª ed) (Tradução de Flávio R. Kothe). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Habermas, J. (2003b). *Consciência Moral e Agir Comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro (2.ª ed.).
- Habermas, J. (2006). Political communication in media society: Does democracy still enjoy an epistemic dimension? The impact of normative theory on empirical research. *Communication Theory*, 16(4), 411-426. <http://doi.org/10.1111/j.1468-2885.2006.00280.x>
- Habermas, J. (2012). *The Crisis of the European Union: A Response*. Cambridge, UK: Polity Press.
- Hayek, F.A. (2010). O caminho da servidão (Tradução de Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle & Liane de Moraes Ribeiro). São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil.
- Hallin, D. (1988). The American News Media: a Critical Theory Perspective. In: J. Forester (Ed.). *Critical Theory and the Public Life* (pp. 121-146). Cambridge: The MIT Press.
- Hallin, D. C., & Mancini, P. (2004). *Comparing Media Systems: Three Models of Media and Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Halpern, D. (2017). How Does Social Media Trigger Collective Efficacy Through Deliberation? A Field Experiment. *International Journal of Communication*, 11, 3955-3974. Disponível em [url] <http://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/5649/2150>
- Held, D. (1987). *Modelos de Democracia*. (Tradução de Alexandre Sobreira Martins). Belo Horizonte, Minas Gerais: Editora Paidéia.
- Helena, L., & Pereira, M. (2011). *Média e esfera pública: o valor emancipatório de um conceito*. O Cabo dos Trabalhos: Revista Eletrónica dos Programas de Doutoramento do CES/ FEUC/ FLUC/ III, Universidade de Coimbra. Disponível em [url] <http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n6/documentos/09-LuciaHelena.pdf>
- Hennen, L. (2016). The European Public Sphere and the Internet. In R. Lindner, G. Aichholzer L. Hennen (Eds.) *Electronic democracy in Europe: Prospects and challenges of E-Publics, E-Participation and E-Voting* (pp. 21-51). London: Springer.
- Hille, S & Bakker, P. (2014). Engaging the social news user. Comments on news sites and Facebook, *Journalism Practice*, 8 (5), 563-572. <https://doi.org/10.1080/17512786.2014.899758>
- Hindman, M. (2009). *The myth of digital democracy*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Huizinga, T. (2016). *The New Totalitarian Temptation: Global Governance and the crisis of democracy in Europe*. New York City: Encounter Books.
- Innerarity, D. (2006). *O novo espaço público* (Tradução de Manuel Ruas). Lisboa: Editorial Teorema.
- Iyengar, S. (1991). *Is anyone responsible? How television frames political issues*. Chicago: University of Chicago Press.
- Iyengar, S., & Simon, A. (1993). News coverage of the Gulf Crisis and Public Opinion: A study of Agenda-setting, Priming, and Framing. *Communication Research*, 20(3), 365-383. <https://doi.org/10.1177/009365093020003002>
- Jacobs, L. R., Cook, F. L., & Delli Carpini, M. X. (2009). *Talking together: Public deliberation and political participation in America*. Chicago: University of Chicago Press.
- Jalali, C. (2017a). O sistema partidário português: evolução na continuidade. In C. P. Teixeira (Coord.). *O Sistema Político Português: Uma Perspetiva Comparada* (pp. 129-143). Cascais: Principia.
- Jalali, C. (2017b). *Partidos e sistemas partidários*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Jankowski, N. & Van Os, R. (2004) Internet-based political discourse: A case study of electronic democracy in the city of Hoogeveen. In P. M. Shane (Ed.) *Democracy Online: the prospects for political renewal through the Internet* (pp. 181-194). New York: Routledge.
- Janssen, D., & Kies, R. (2004). Online Forums and Deliberative Democracy: Hypotheses, Variables and Methodologies. In *Conference on "Empirical Approaches to Deliberative Politics"* (Vol. 40, pp. 317-335). <http://doi.org/10.1057/palgrave.ap.5500115>
- Janssen, D., & Kies, R. (2005). Online Forums and Deliberative Democracy. *Acta Politica*, 40(3), 317-335. <http://doi.org/10.1057/palgrave.ap.5500115>

- Jenkins, H. (2006). *Convergence culture: Where old and new media collide*. New York, NY: NYU Press.
- Jensen, J. L. (2003). Public Spheres on the Internet: Anarchic or Government - Sponsored - A Comparison. *Scandinavian Political Studies*, 26(4), 349-374. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9477.2003.00093.x>
- Jonsson, M. E., & Åström, J. (2014). The Challenges for Online Deliberation Research. *International Journal of E-Politics*, 5(1), 1-15. <http://doi.org/10.4018/ijep.2014010101>
- Kaplan, A. M., & Haenlein, M. (2010). Users of the world, unite! The challenges and opportunities of Social Media. *Business Horizons*, 53(1), 59-68. <http://doi.org/10.1016/j.bushor.2009.09.003>
- Karatzogianni, A., Nguyen, D., & Serafinelli, E. (Eds.). (2016). *The Digital Transformation of the Public Sphere: Conflict, Migration, Crisis and Culture in Digital Networks. The Digital Transformation of the Public Sphere: Conflict, Migration, Crisis and Culture in Digital Networks*. London, UK: Palgrave Macmillan.
- Katz, Eliuh e Lazarsfeld, Paul (1964) *Personal Influence*. New York: Free Press.
- Kellner, D. (2016). *American Nightmare: Donald Trump, Media Spectacle and Authoritarian Populism*. Rotterdam: Sense Publishers.
- Kies, R. (2010). *Promises and Limits of Web-deliberation*. New York City: Palgrave Macmillan.
- Kies, R. (2016). Deliberação on-line. In R. F. Mendonça, M. A. Pereira & F. Filgueiras (Eds.), *Democracia digital: publicidade, instituições e confronto político*. (pp. 203-232). Belo Horizonte: UFMG.
- Kim, S., Scheufele, D. A. & Shanahan, J. (2002). Think about it This Way: Attribute Agenda-Setting Function of the Press and the public's Evaluation of a Local Issue. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 79(1), 7 - 25. <https://doi.org/10.1177/107769900207900102>
- Kohn, A & Neiger, M. (2007). To talk and talkback: analyzing the rhetoric of talkbacks in online journalism. *Online Newspapers*. In T. Shwartz-Altshuler (Ed.) *Online Newspapers in Israel* (pp. 321-350). Jerusalem, Israel: The Israel Democracy Institute and Ben-Gurion University of the Negev, Burda Center for Innovative Communications.
- Kritsch, R. (2010). Esfera pública e sociedade civil na teoria política habermasiana: considerações histórico-conceituais introdutórias. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 3, 317-342. Disponível em [url] <http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/6568/5294>
- Kuypers, J. (1997). *Presidential crisis rhetoric and the press in the post-cold war world*. Westport, CT: Praeger.
- Kuypers, J. & Cooper, S. (2005). A Comparative Framing Analysis of Embedded and Behind-the-Lines Reporting on the 2003 Iraq War. *Qualitative Research Reports in Communication*, 6(1), 1-10. <https://doi.org/10.1080/17459430500262083>
- Kuypers, J. (2006). *Bush's War: Media Bias and Justifications for War in a Terrorist Age*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield.

- Kuypers, J. (2009). Framing Analysis. In J. Kuypers (Ed.). *Rhetorical Criticism - Perspectives in Action*. Lexington Studies in Political Communication, Lexington Books: Rowman & Littlefield.
- Kuypers, J. (Ed.). (2009). *Rhetorical Criticism - Perspectives in Action*. Lexington Studies in Political Communication: Lexington Books, Rowman & Littlefield.
- Kuypers, J. A. (2010). Framing Analysis from a Rhetorical Perspective. In P. D'Angelo & J. A. Kuypers (Eds). *Doing News Framing Analysis: Empirical and Theoretical Perspectives* (pp. 286-311). New York City: Routledge.
- Lackoff, G. (2004). *Don't think of an elephant!*. Vermont: Chelsea Green Publishing.
- Lindner, R., Aichholzer, G., & Hennen, L. (2016). Electronic Democracy in Europe: An Introduction. In R. Lindner, G. Aichholzer & L. Hennen (Ed.) (2016). *Electronic democracy in Europe: Prospects and challenges of E-Publics, E-Participation and E-Voting* (pp.1-17). London: Springer.
- Lippmann, W. (1993[1927]). *The Phantom Public*. New Brunswick: Transaction Publishers.
- Locke, J. (1998). *Dois tratados sobre o governo*. São Paulo: Martins Fontes.
- Lubenow, J. A. (2010). Esfera pública e democracia deliberativa em Habermas: modelo teórico e discursos críticos. *Kriterion: Revista de Filosofia*, 51(121), 227-258. <http://doi.org/10.1590/S0100-512X2010000100012>
- Lusoli, A., & Sardo, S. (2017). Build it and They will Come: Analysis of an Online Deliberation Initiative. *PlaNext - next Generation Planning*, 4, 41-57. <http://doi.org/10.24306/plnxt.2017.04.004>
- Lycarião, D. & Sampaio, R. (2016). Construção da agenda pública na era da comunicação digital. *Brazilian Journalism Research*, 12(2), 32-57. Disponível em [url] <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/viewFile/882/782>
- Lycarião, D. (2010). Esfera pública e sistema midiático: tensões entre visibilidade e discutibilidade. *Contemporânea*, 8(1), 1-19. <http://dx.doi.org/10.9771/1809-9386contemporanea.v8i1.3939>
- Macedo, S. (Ed.). (1999). *Deliberative Politics: Essays on Democracy and Disagreement* (1st ed.). Oxford, New York: Oxford University Press.
- Machado, F. M. (2015). O Estado na democracia deliberativa: as raízes de uma antinomia. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (95), 225-258. <https://dx.doi.org/10.1590/0102-6445225-257/95>
- Madison, J., Hamilton, A. & Jay, J. (1993). Os artigos federalistas. (Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Magalhães, P. T. (2016). A Dupla Ilusão. *Relações Internacionais*, 52, 9-25. Disponível em [url] https://run.unl.pt/bitstream/10362/21129/1/RI52_art02_PM.pdf
- Maia, R. (2006a). Mídia e vida pública: modos de abordagem. In R. Maia & M. C. P. S. Castro *Mídia, esfera pública e identidades coletivas* (pp. 11-46). Belo Horizonte: Editora UFMG.

- Maia, R. (2006b). Política Deliberativa e Tipologia de Esfera Pública. In *15º Encontro Anual da COMPOS - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação* (pp. 1-29). UNESP-Bauru.
- Maia, R. (2006c). Mídia e Deliberação. Atores críticos e o uso público da razão. In R. Maia & M. C. P. S. Castro (Orgs.), *Mídia, Esfera Pública e Identidades Coletivas* (pp. 153-179). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Maia, R. (2008a). A Deliberação nos Media: Apontamentos Conceituais. *Comunicação & Sociedade*, 29(50), 81-101. <http://doi.org/10.15603/2175-7755/cs.v30n50p81-101>
- Maia, R. (2008b). Conversação Cotidiana e Deliberação. In W. Gomes & R. C. M. Maia, *Comunicação e Democracia: problemas & perspectivas* (pp. 195-220). São Paulo: Paulus.
- Maia, R. (2008c). Democracia e Internet como Esfera Pública Virtual: Aproximação às Condições da Deliberação. In W. Gomes & R. C. M. Maia, *Comunicação e Democracia: problemas & perspectivas* (pp. 277-292). São Paulo: Paulus.
- Maia, R. (2008d). *Mídia e Deliberação*. Rio de Janeiro: Editora FGV
- Maia, R. (2008e). Visibilidade Midiática e Deliberação Pública. In W. Gomes & R. C. M. Maia, *Comunicação e Democracia: problemas & perspectivas* (pp. 165-194). São Paulo: Paulus.
- Maia, R. (2007a) Política deliberativa e tipologia de esfera pública. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 63, 91-116.
- Maia, R. (2007b). Redes cívicas e internet: efeitos democráticos do associativismo. *Logos*, 27(14), 43-62. <https://doi.org/10.12957/logos.2007.12465>
- Maia, R. (2012). *Deliberation, the media and political talk*. New York: Hampton Press.
- Maia, R. (2014). *Recognition and the Media*. UK: Palgrave Macmillan.
- Maia, R., Rossini, P., Oliveira, V. & Oliveira, A. (2016). Sobre a importância de se examinar diferentes ambientes on-line em estudos de deliberação a partir de uma abordagem sistêmica. In R. F. Mendonça, R. C. Sampaio & S. A. R. Barros (Org.). *Deliberação On-line no Brasil: entre iniciativas de democracia digital e redes sociais de conversação* (pp. 244-275). Bahia: EDUFBA. Disponível em [url] <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19267>
- Maia, R. C. M., & Rezende, T. A. S. (2016). Respect and Disrespect in Deliberation Across the Networked Media Environment: Examining Multiple Paths of Political Talk. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 21(2), 121-139. <http://doi.org/10.1111/jcc4.12155>
- Manin, B. (1997). *Principles of Representative Government*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Manosevitch, E., & Walker, D. (2009, April). Reader comments to online opinion journalism: A space of public deliberation. *Paper presented at the International Symposium on Online Journalism*. Consultado a 13 de Janeiro em [url] <http://online.journalism.utexas.edu/2009/papers/ManosevitchWalker09.pdf>
- Mansbridge, J. (1999). Everyday talk in the deliberative system. In S. Macedo (Ed.) *Deliberative politics: Essays on democracy and disagreement* (pp. 211-239). New York : Oxford University Press.

- Mansbridge, J. (2007). "Deliberative democracy" or "democratic deliberation"? In S. Rosenberg (Ed.) *Deliberation, Participation and Democracy: Can the People Govern?* (pp. 251-271) Basingstoke, UK: Palgrave Macmillan.
- Mansbridge, J. (2010, setembro). *Everyday Talk Goes Viral*. Paper presented at the annual meeting of the American Political Science Association, Washington, DC, September 2-5.
- Mansbridge, J., Bohman, J., Chambers, S., Estlund, D., Føllesdal, A., Fung, A., Martí, J. L. (2010). The Place of Self-Interest and the Role of Power in Deliberative Democracy. *The Journal of Political Philosophy*, 18(1), 64-100. <http://doi.org/10.1111/j.1467-9760.2009.00344.x>
- Mansbridge, J., Hartz-karp, J., Amengual, M., & Gastil, J. (2006). Norms of Deliberation: An Inductive Study Norms of Deliberation: An Inductive Study. *Journal of Public Deliberation*, 2(1), 1-47. Disponível em [url] <http://www.publicdeliberation.net/jpd/vol2/iss1/art7>
- Mansbridge, J., Bohman, J., Chambers, S., Christiano, T., Fung, A., Parkinson, J., Thomson, D. E & Warren, M. E. (2012). A systemic approach to deliberative democracy. In J. Parkinson & J. Mansbridge (Eds.) *Deliberative Systems: Deliberative Democracy at the Large Scale* (pp. 1-26). Cambridge University Press. DOI: 10.1017/CBO9781139178914.002
- Marques, F. P. J. A. M. (2006). Debates político na internet: a perspectiva da conversação civil. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 12, no 1, Abril/Maio, p. 164-187. Disponível em [url] Debates político na internet: a perspectiva da conversação civil
- Marques, F. P. J. A. (2008). Participação política e Internet: Meios e oportunidades digitais de participação civil na democracia contemporânea, com um estudo do caso do estado brasileiro. (Tese de Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador). Disponível em [url] <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/11303/1/tese%20Francisco%20Marques.pdf>
- Marques, A. C. S., & Maia, R. C. M. (2008). A conversação sobre temas políticos em contextos comunicativos do cotidiano. *Política e Sociedade*, 12, 143-175. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2008v7n12p143>
- Marques, A. C. S. (2009). As intersecções entre o processo comunicativo e a deliberação pública. In A. C. S. Marques (Org. e Trad.) *A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas: textos fundamentais* (pp. 11-28). Belo Horizonte: Autêntica.
- Marques, A. C. S. (2010a). A deliberação a longo prazo no espaço de visibilidade mediada: o Bolsa-Família na mídia impressa e televisiva. *Estudos Em Jornalismo e Mídia*, 7(2), 273-285. <http://doi.org/10.5007/1984-6924.2010v7n2p273>
- Marques, A. C. S. (2010b). Ética Do Discurso E Deliberação Mediada Sobre a Questão Das Cotas Raciais. *Líbero*, 13(26), 75-90. Disponível em [url] http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/facasper_artigo_2010_ACSMarques.pdf
- Marques, F. P. J. (2010c). Democracia Deliberativa: Origens, Tensões e Conceitos Fundamentais. *Revista Científica do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão*, São Luís - MA, Jan/Jun de 2010 - Ano XIX - Nº 6, 53, pp. 53-69. Disponível em [url] http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/649/1/2010_art_%20fpjmarques_cambiassu.pdf

- Marques, F. P. J. & Miola, E. (2010). Deliberação mediada: Uma tipologia das funções dos *media* para a formação do debate público. *Estudos em Comunicação*, 7(1), 1-28. Consultado a 13 de Janeiro em [url] <http://www.ec.ubi.pt/ec/07/pdf/marques-miola-deliberacao.pdf>
- Marques, F. P. J. (2012). O problema da participação política no modelo deliberativo de democracia. *Revista de Sociologia e Política* 20(41), 21-35. Disponível em [url] <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31768/20293>
- Marques, E. N. (2018). Democracia e Sociedade Civil: a participação política como ampliação da democracia representativa em Norberto Bobbio. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Brasil). Disponível em [url] http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/6883/1/tese_11724_disserta__o.pdf
- Martino, L. M. S. & Marques, Â. C. S. (2012). Política na hora do chá: ética e identidade no debate online sobre uma bebida. *Comunicação, Mídia e Consumo*, 9, 49-74. <http://dx.doi.org/10.18568/cmc.v9i24.236>
- Massuchin, M. G., Carvalho, F. C. d., Mitozo, I. B. (2016). Eleições, radicalização e redes sociais: os comentários no Facebook durante a disputa presidencial em 2014. Trabalho apresentado no 40ª Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, Minas Gerais. Disponível em [url] <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st17-8/10312-eleicoes-radicalizacao-e-redes-sociais-os-comentarios-no-facebook-durante-a-disputa-presidencial-em-2014/file>
- McChesney, R. W. (2013). *Digital Disconnect: How Capitalism is Turning the Internet Against Democracy*. New York, London: New Press.
- McCombs, M. (2009). *A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública*. Petrópolis: Vozes.
- McCombs, M. & Shaw, D. L. (1972). The Agenda-Setting Function of Mass Media. *The Public Opinion Quarterly*, 36(2), 176-187. Disponível em [url] <https://www.unc.edu/~fbaum/teaching/articles/POQ-1972-McCOMBS-176-87.pdf>
- McCombs, M., Shaw, D. L., & Weaver, D. (1997). *Communication and democracy: Exploring the intellectual frontiers in agenda-setting theory*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.
- Medeiros, J. da S. (2013). Considerações sobre a esfera pública: redes na internet e participação política. *TransInformação*, 25(1), 27-33. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-37862013000100003>
- Mendonça, R. F. (2010). Democracia discursiva: contribuições e dilemas da abordagem deliberativa do grupo australiano. *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 69, 59-78.
- Mendonça, R. F. (2013). *The conditions and dilemmas of deliberative systems*. Paper prepared for delivery in the 2013 APSA Annual Meeting, Chicago, Social Science Research Network.
- Mendonça, R. F. (2015). Assessing Some Measures of Online Deliberation. *Brazilian Political Science Review*, 9(3), 88-115. <http://doi.org/10.1590/1981-38212015000300021>
- Mendonça, R. F., Sampaio, R. C. & Barros, S. A. R. (Org.). (2016a) *Deliberação On-line no Brasil: entre iniciativas de democracia digital e redes sociais de conversação*. Bahia: EDUFBA. Disponível em [url] <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19267>

- Mendonça, R. F., Sampaio, R. C. & Barros, S. A. R. (Org.). (2016b) Introdução: Alguns passos em um campo em formação: deliberação on-line no Brasil. In *Deliberação On-line no Brasil: entre iniciativas de democracia digital e redes sociais de conversação* (pp. 10-51). Bahia: EDUFBA. Disponível em [url] <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19267>
- Min, S. J. (2007). Online vs. face-to-face deliberation: Effects on civic engagement. *Journal of Computer-mediated Communication*, 12(4), 1369-1387. <https://doi.org/10.1111/j.1083-6101.2007.00377.x>
- Mindus, P. (2017). *European Citizenship after Brexit Freedom of Movement and Rights of Residence*. (Series Editors: W. E. Egan, Michelle; Nugent, Neill; Paterson, Ed.) Palgrave Macmillan.
- Miola, E., & Marques, P. F. J. A. (2009). Deliberação Mediada: Uma tipologia das funções dos media para a formação do debate público. Trabalho apresentado no 33º Encontro Anual da ANPOCS em Caxambu, Minas Gerais.
- Miola, E. (2011). A Deliberação Online em ambientes institucionais. Um Estudo do Fórum de Discussão do Portal da Câmara dos Deputados. In R. Maia, W. Gomes & F. P. J. Marques (Org.) *Internet e Participação política no Brasil* (pp. 147-174). Porto Alegre: Sulina.
- Miola, E. (2012). Sistema deliberativo e tensões entre interesses públicos e privados: a criação da Empresa Brasil de Comunicação em debate no congresso e na imprensa. (Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais).
- Mitozo, I. B., Massuchin, M. G., & Carvalho, F. C. de. (2017). Debate político-eleitoral no Facebook: os comentários do público em posts jornalísticos na eleição presidencial de 2014, *Opinião Pública*, 23(2), 459-484. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912017232459>
- Morais, R. (2011). New technologies and deliberation: Internet as a virtual public sphere or a democratic utopia? In J. C. Correia & R. Maia (Eds.). *Public Sphere Reconsidered. Theories and Practices* (pp. 217-230), Covilhã: LabCom Books. Disponível em [url] http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20120305-public_sphere_reconsidered_ebook.pdf
- Morlino, L. (2009). Are there hybrid regimes? Or are they just an optical illusion? *European Social Science Review*, 2(2), 273-296. <https://doi.org/10.1017/S1755773909000198>
- Morozov, E. (2011). *The net delusion: The dark side of Internet freedom*. New York, NY: Public Affairs.
- Mouffe, C. (1999). Deliberative Democracy or Agonistic Pluralism? *Social Research*, 66(3), 745-758. <http://doi.org/10.2307/40971349>
- Mouffe, C. (2005). The 'End of Politics' and the Challenge of Right-wing Populism. In F. Panizza (Ed.) *Populism and the Mirror of Democracy* (pp. 50-71). London: Phronesis. Verso Books.
- Moury, C. (2016). *A democracia na Europa*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Mudde, C., & Rovira Kaltwasser, C. (2017). *Populism: A Very Short Introduction*. New York: Oxford University Press.
- Müller, J. (2016). *What Is Populism?* Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

- Muñiz, C., Alvidrez, S., & Téllez, N. (2015). Shaping the online public debate: The relationship between the news framing of the expropriation of YPF and readers' comments. *International Journal of Communication*, 9(1), 3245-3263. Disponível em [url] eprints.uanl.mx/9606/1/Muniz_Alvidrez_Tellez_2015.pdf
- Mutz, D. C. (2006). *Hearing the Other Side Deliberative versus Participatory Democracy*. New York City: Cambridge university press.
- Myers, D. M, & Avison, D. (1997). *Qualitative Research in Information Systems. A Reader*. London: Sage Publications.
- Negri, J. (2016). Democracia Deliberativa: una crítica. *Post Data*, 20(2), 387-416. Disponível em [url] http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-96012015000200005&lng=es&tlng=es.
- Negt, O., & Kluge, A. (1993). *Public Sphere and Experience: Toward an Analysis of the Bourgeois and Proletarian Public Sphere. Theory and History of Literature* (Vol. 85). Minneapolis: University of Minnesota Press. <http://doi.org/10.2307/2075150>
- Neto, A. (1997). Democracia: velhas e novas controvérsias. *Estudos de Psicologia*, 2(2), 287-312. <http://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000200005>
- Neuman, W. R., Just, M. R., & Crigler, A. N. (1992). *Common knowledge*. Chicago: University of Chicago Press.
- Newman, N., Fletcher, R., Kalogeropoulos, A., Levy, D., & and Nielsen, R. K. (2017). *Reuters Institute Digital News Report 2017*. Disponível em [url] https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/Digital%20News%20Report%202017%20web_0.pdf
- Nino, C. S. (1996). *The Constitution of Deliberative Democracy*. Yale University Press.
- Nobre, M. (2004). Participação e deliberação na teoria democrática: uma introdução. In V. S. Coelho & M. Nobre (Orgs.) *Participação e deliberação - teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo* (pp. 21-40). São Paulo: Editora 34.
- Noci, J. D., Domingo, D, Masip, P., Micó, J. L. & Ruiz, C. (2010, abril). Comments in News, Democracy Booster or Journalistic Nightmare: Assessing the Quality and Dynamics of Citizen Debates in Catalan Online Newspapers. Paper presented to the International Symposium on Online Journalism in Austin, Texas.
- Norris, P. (2000). *A virtuous circle: political communications in postindustrial societies*. New York: Cambridge University Press.
- Norris, P. (2001). *Digital Divide: Civic Engagement, Information Poverty, and the Internet Worldwide*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Nunes, F. & Silame, T. (2007). Liberalismo versus republicanismismo: notas sobre o conceito de liberdade. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*. Vol. 4 n. 1 (1), 65-84.
- O'Reilly, T. (2005). What Is Web 2.0. Design Patterns and Business Models for the Next Generation of Software [Blogue post] Retirado de [url] <https://www.oreilly.com/pub/a//web2/archive/what-is-web-20.html>

- Oblak Črnič, T., & Prodnik, J. A. (2015). Online Deliberation Between the Weak and Strong Public Sphere. *JeDEM - EJournal of EDemocracy and Open Government*, 7(1), 99-116. Disponível em [url] <https://jedem.org/index.php/jedem/article/view/378/329>
- Oliveira, N. M. (2013). *O papel deliberativo dos media e do jornalismo nos assuntos políticos: A queda do segundo Governo de Sócrates: análise comparativa no Diário de Notícias e no Público*. (Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto).
- Olsson, T. (2014). "The Architecture of Participation". For Citizens or Consumers? In C. Fuchs & M. Sandoval (ed.) *Routledge Studies in Science, Technology and Society: Critique, Social Media and the Information Society* (pp. 203-215) London: Routledge.
- Page, B. I. (1996). *Who deliberates? Mass media in modern democracy*. Chicago: University of Chicago Press.
- Pan, Z., & Kosicki, G. M. (1993). Framing analysis: An approach to news discourse. *Political Communication*, 10(1), 55-75. <http://doi.org/10.1080/10584609.1993.9962963>
- Panizza, F. (2005a) Introduction: populism and the mirror of democracy. In F. Panizza (Ed.) *Populism and the Mirror of Democracy* (pp. 1-31). London: Phronesis. Verso Books.
- Panizza, F. (2005b). *Populism and the Mirror of Democracy*. London: Phronesis. Verso Books.
- Papacharissi, Z. (2002). The virtual sphere: The internet as a public sphere. *New Media & Society*, 4 (1), 9-27. <https://doi.org/10.1177/14614440222226244>
- Papacharissi, Z. (2004). Democracy online: Civility, politeness, and the democratic potential of online political discussion groups. *New Media & Society*, 6(2), 259-283. doi:10.1177/1461444804041444
- Papacharissi, Z. (2009a). The virtual geographies of social networks: A comparative analysis of Facebook, LinkedIn and ASmallWorld. *New Media and Society*, 11(1-2), 199-220. <http://doi.org/10.1177/1461444808099577>
- Papacharissi, Z. (2009b). The Virtual Sphere 2.0: The Internet, the Public Sphere and beyond. In A. Chadwick & P. Howard (Eds.), *Handbook of Internet Politics* (pp. 1-35). Routledge. http://doi.org/10.1111/1478-9302.12016_66
- Papacharissi, Z. (2010). *A Private Sphere: Democracy in a digital age. Digital Media and Society Series*. Cambridge, UK: Polity Press.
- Parkinson, J. (2006). *Deliberating in the Real World: Problems of Legitimacy in Deliberative Democracy. Deliberating in the Real World: Problems of Legitimacy in Deliberative Democracy*. Oxford University Press. <http://doi.org/10.1093/019929111X.001.0001>
- Parkinson, J. & Mansbridge, J. (Eds.). (2012). *Deliberative Systems: Deliberative Democracy at the Large Scale*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Pateman, C. (1970). *Participation and democratic theory*. (1st ed.). Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Pateman, Carole. (1992 [1970]). *Participação e teoria democrática* (Tradução de Luiz Paulo Rouanet) São Paulo: Paz e Terra.

- Patterson, T. (1994). *Out of Order*. New York: First Vintage Books Edition.
- Pereira, L. (2011). *Média e esfera pública: o valor emancipatório de um conceito*. O Cabo dos Trabalhos: Revista Electrónica dos Programas de Doutoramento do CES/FEUC/FLUC/ III, N° 6. <http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n6/documentos/09-LuciaHelena.pdf>
- Pettit, P. (2003). Liberalismo e republicanismo. In: M. Canto-Sperber (Org.). *Dicionário de ética e filosofia moral*. São Leopoldo: Ed. Unisinos,
- Pitkin, H. F. (2006). Representação: palavras, instituições e idéias. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (67), 15-47. <http://doi.org/10.1590/S0102-64452006000200003>
- Ponte, J. P. (2006). Estudos de caso em educação matemática. *Bolema*, 25, 105-132. Disponível em [url] [http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/3007/1/06-Ponte\(BOLEMA-Estudo%20de%20caso\).pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/3007/1/06-Ponte(BOLEMA-Estudo%20de%20caso).pdf)
- Princeton Survey Research Associates. (2009). *Framing the News: The Triggers, Frames, and Messages in Newspaper Coverage Project*. Project for Excellence in Journalism. Washington DC.
- Ramos, C. A. (2011). O Modelo Liberal E Republicano De Liberdade: Uma Escolha Disjuntiva? *Trans/Form/Ação*, 34(1), 43-66. <https://dx.doi.org/10.1590/S0101-31732011000100004>
- Rawls, J. (1993). *O Liberalismo Político*. Columbia University Press.
- Recuero, R. (2009). *Redes Sociais na Internet*. (L. Gomes, Ed.). Porto Alegre: Sulina.
- Recuero, R. (2017). *Introdução à Análise de Redes Sociais Online*. (J. Almeida, Ed.). Salvador da Bahia: EDUFBA.
- Reese., S. D., Gandy, O. H. & Grant, A. E. (Eds.). (2001). *Framing Public Life: Perspectives on Media and our Understanding of the Social World*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Reich, Z. (2011). User comments: The transformation of participatory space. In J. B. Singer, D. Domingo, A. Heinonen, A. Hermida, S. Paulussen, T. Quandt, Z. Reich, M. Vujnovic (Eds.), *Participatory journalism: Guarding open gates at online newspapers*. (pp. 96-117). Malden, MA: Wiley- Blackwell.
- Ribeiro, H. (2015a). Democracia deliberativa, sociedade civil e reforma política no Brasil. *Scientia Iuris, Londrina*, 19(2), 33-50. <http://doi.org/10.5433/2178-8189.2015v19n2p33>
- Ribeiro, L. M. (2015b). *Cidadania e Contemporaneidade*. Anais do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Ribeiro, S. M. (2016). *Democracy after the Internet - Brazil between Facts, Norms, and Code*. (P. Casanovas & G. Sartor, Eds.) (Law, Gover). Springer. <http://doi.org/10.1007/978-3-319-33593-3>
- Richet, B. (2011). Fanning the Flames? A Study of Insult Forums on the Internet. *Archive Ouverte En Sciences de l'Homme et de La Société*. Disponível em [url] <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00661982>

- Rinke, E. M., Wessler, H., Löb, C., & Weinmann, C. (2013). Deliberative qualities of generic news frames: Assessing the democratic value of strategic game and contestation framing in election campaign coverage. *Political Communication*, 30(3), 474-494. <http://doi.org/10.1080/10584609.2012.737432>
- Rocha, H. & Correia, J. C. & Tellería, A. (2017). Esferas públicas, intelectuais e mídia: inclusão e exclusão social nas teorias da democracia. *EPTIC* Vol. 19, nº1, jan-abr 2017 ISSN: 1518-2487. 17, pp. 153-169. Disponível em [url] <https://seer.ufs.br/index.php/epitic/article/view/6361/5274>
- Roper, B. S. (2013). *The History of Democracy: A Marxist Interpretation*. London: Pluto Press.
- Rosanvallon, P. (2006). *La Contre-Démocratie: La Politique à l'Âge de la Défiance*. Paris: Seuil.
- Rousseau, J. J. (1983). Do contrato social. In *Os pensadores* pp. (15- 145). São Paulo: Abril Cultural.
- Rousseau, J.J. (2002). *O Contrato Social e outros escritos*. S. Paulo: Cultrix.
- Rostbøll, C. F. (2008). *Deliberative freedom: deliberative democracy as critical theory*. Albany, NY: State University of New York Press.
- Rouanet, L. P. (2011). Democracia deliberativa: entre Rawls e Habermas. *Veritas*, 56(1), 52-63. Disponível em [url] <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/view/9292/6402>
- Rowe, I. (2015). Deliberation 2.0: Comparing the Deliberative Quality of Online News User Comments Across Platforms. *Journal of Broadcasting and Electronic Media*, 59(4), 539-555. <http://doi.org/10.1080/08838151.2015.1093482>
- Rudiger, F. (2011). *As Teorias da Cibercultura: perspectivas, questões e autores*. Porto Alegre: Sulina.
- Ruiz C., Domingo D., Mico, J., Diaz Noci, J., Meso, K. & Masip, P. (2011) Public sphere 2.0? The Democratic Qualities of Citizen Debates in Online Newspapers. *International Journal of Press/Politics*, 16 (4): 463-487. <https://doi.org/10.1177/1940161211415849>
- Ryan, M. P. (1992). Gender and public access: women's politics in nineteenth-century America. in C. Calhoun (ed.) *Habermas and the public sphere* (pp. 259-288). Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- Salgado, S. (2014). *The Internet and Democracy: Building in Lusophone African Countries*. Farnham, UK: Ashgate.
- Sampaio, R. C. (2010). Participação e Deliberação na internet: um estudo de caso do Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte. (Dissertação de Mestrado em Comunicação Social, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte). Retirado de [url] http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FAFI-84GJUX/sampaio_rafael_cardoso_disserta__o_final_02_2010.pdf?sequence=1
- Sampaio, R. C., & Barros, S. A. R. (2010). Deliberação no jornalismo on-line: um estudo dos comentários do Folha.com. *Intexto, Porto Alegre*, 2(23), 183-202. Disponível em [url] www.seer.ufrgs.br/intexto/article/download/16449/10518

- Sampaio, R. C. & Dantas, M. (2010, junho). Fóruns Online e deliberação: conversações restritas ou participação democrática? Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Comunicação e Política”, do XIX Encontro da Compós, 2010, PUC-Rio, Rio de Janeiro. Retirado de [url] http://compos.com.pucRio.br/media/gt3_marcela_dantas_rafael_cardoso_sampaio.pdf
- Sampaio, R. C. & Dantas, M. (2011). Deliberação Online em Fóruns de Discussão: um estudo dos potenciais democráticos do cidadão repórter. *Contracampo*, 22, 159-177. <https://doi.org/10.22409/contracampo.v0i22.136>
- Sampaio, R. C., & Barros, S. A. R. (2012). Os Sites De Notícias Podem Estimular a Deliberação Online? *Brazilian Journalism Research*, 8(2), 192-211. <https://doi.org/10.25200/BJR.v8n2.2012.418>
- Sampaio, R. C., Barros, S. A. R., & Moraes, R. (2012). Como avaliar a deliberação online?: um mapeamento de critérios relevantes. *Opinião Pública*, 18(2), 470-489. <http://doi.org/10.1590/S0104-62762012000200010>
- Sampedro, V., & Avidad, M. M. (2018). The Digital Public Sphere: An Alternative and Counterhegemonic Space? The Case of Spain. *International Journal of Communication*, 12, 23-44. Disponível em [url] ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/6943
- Samuels, R. (2016). *Psychoanalyzing the Left and Right After Donald Trump. Conservatism, Liberalism, and Neoliberal Populisms*. New York, NY: Palgrave Macmillan, Springer International Publishing.
- Sanders, L. M. (1997). Against deliberation. *Political Theory*, 25(3), 347-376. <http://doi.org/10.1177/0090591797025003002>
- Sandoval, M. (2014). Social Media? The Unsocial Character of Capitalist Media. In. In C. Fuchs & M. Sandoval (Ed.) *Routledge Studies in Science, Technology and Society: Critique, Social Media and the Information Society* (pp. 144-164) London: Routledge.
- Santana, A. D. (2011). Online Readers' Comments Represent New Opinion Pipeline. *Newspaper Research Journal*, 32(3), 66-81. <https://doi.org/10.1177/073953291103200306>
- Santana, A. D. (2013). Virtuous or vitriolic: The effect of anonymity on civility in online newspaper reader comment boards. *Journalism Practice*, 8(1), 18-33. doi:10.1080/17512786.2013.813194
- Santos, B., & Avritzer, L. (2002). *Introdução: para ampliar o cânone democrático. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro, Brasil.
- Sartori, G. (1994). *Comparative Constitutional Engineering: An Inquiry into Structures, Incentives and Outcomes*. NYU Press.
- Scheufele, D. (1999). Framing as a theory of media effects. *Journal of Communication*, 49 (1), 103-122. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1999.tb02784.x>
- Scheufele, D. A. & Nisbet, M. (2002). Being a citizen online: New opportunities and dead ends. *Harvard International Journal of Press/Politics*, 7 (3), 55-75. <https://doi.org/10.1177/1081180X0200700304>
- Schneider, S. (1997) *Expanding the Public Sphere through Computer-Mediated Communication: Political Discussion about Abortion in a Usenet Newsgroup*, MIT, Cambridge, MA.

- Schudson, M. (1995). A 'esfera pública' e os seus problemas - Reintroduzir a questão do Estado. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 21/22, 149-166.
- Schudson, M. (2008). *Why democracies need an unlovable press*. Malden: Polity Press.
- Schumpeter, J. A. (1942). *Capitalism, Socialism, and Democracy*. New York: Harper and Brothers.
- Schuth, A., Marx, M. & de Rijke, M. (2007) *Extracting the Discussion Structure in Comments on News-Articles*. WIDM '07 Proceedings of the 9th annual ACM international workshop on Web information and data management, pp. 97-104. Lisbon, Portugal.
- Scudder, M. F. (2016). Beyond Empathy: Strategies and Ideals of Democratic Deliberation. *Polity*, October 2016, Vol. 48(4): 524-550. doi:10.1057/s41279-016-0001-9 Ó 2016 Northeastern Political Science Association 0032-3497/16
- Semetko, H. & Valkenburg, P. M. (2000). Framing European Politics: A Content Analysis of Press and Television News. *Journal of Communication*, 50(2), 93-109. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2000.tb02843.x>
- Sennet, R. (1977). *The Fall of Public Man*. London, UK: Penguin Books.
- Shapiro, I. (1999). Enough of Deliberation: Politics is about Interests and Power. In: S. Macedo (Ed.). *Deliberative Politics: Essays on Democracy and Disagreement* (pp. 28-38). New York: Oxford University Press.
- Shi, R. (2017). *Viewer-generated comments to online health policy news: Content, dynamics, and influence*. *Dissertation Abstracts International Section A: Humanities and Social Sciences*. University of Pennsylvania. Retrieved from <http://ezproxy.lib.cam.ac.uk:2048/login?url=http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=psyh&AN=2016-53062-269&site=ehost-live&scope=site>
- Shirky, C. (2008). *Here Comes Everybody: The Power of Organizing Without Organizations*. NYU: Penguin Press.
- Siapera, E. & Veglis, A. (Ed.) (2012). *The Handbook of Global Online Journalism*. Malden, MA: Wiley-Blackwell.
- Silva, F. C. da (2001a). *Espaço Público em Habermas*. Cambridge, UK (Proposta de livro para publicação). Disponível em http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/22584/1/ICS_FCSilva_Espaco_LAN.pdf [url]
- Silva, F. C. da (2001b). Habermas e a esfera pública: reconstruindo a história de uma ideia. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 35, 117-138. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292001000100006&lng=pt&tlng=pt.
- Silva, F. C. (2001c). Habermas e a esfera pública: reconstruindo a história de uma ideia. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (35), 117-138. Recuperado em 16 de maio de 2018, de http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S087365292001000100006&lng=pt&tlng=pt.
- Silva, F. C. (2002). *Espaço Público em Habermas*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

- Silva, F. C. (2004). Democracia deliberativa: Avaliando os seus limites. Trabalho apresentado no Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política. Consultado a 02 de maio, disponível em [url] <http://www.ces.fe.uc.pt/publicacoes/oficina/203/203.pdf>
- Silva, F. C. (2010). Democracia deliberativa. reflexões sobre o percurso recente de uma ideia. In: J. M. L., Viegas; S. Santos & S. Faria (Orgs.), *A qualidade da democracia em Portugal. Deliberação, representação e participação políticas em Portugal e Espanha* (pp. 11-36). Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Silva, M. T. da. (2013a). Participação e deliberação: Um estudo de caso dos comentários às notícias sobre as eleições presidenciais brasileiras. *Comunicação e Sociedade*, 23, 82-95.
- Silva, M. T. da. (2013b). Online forums, audience participation and modes of political discussion: readers' comments on the Brazilian presidential election as a case study. *Communication&Society/Comunicación y Sociedad*, 26(4), 175-193. Disponível em [url] http://www.unav.es/fcom/communication-society/es/resumen.php?art_id=475
- Silva, M. T. da. (2014). *As Cartas Dos Leitores na Imprensa Portuguesa: Uma forma de Comunicação e Debate do Público*. Covilhã, Portugal: LabCom Books.
- Silva, M. T. da. (2015). What do users have to say about online news comments? Readers' accounts and expectations of public debate and online moderation: a case study. *Participations. Journal of Audience & Reception Studies*, 12(2) 32-44. Disponível em [url] <http://www.participations.org/Volume%2012/Issue%202/contents.htm>
- Silva, R. (2015). Visões da liberdade: republicanismo e liberalismo no debate teórico contemporâneo. *Lua Nova*, São Paulo, 94, 181-215. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-64452015009400007>
- Silva, E. M. da, & Ribeiro, A. C. A. (2016). Sistemas deliberativos em perspectiva meso: a abordagem dos subsistemas aplicada aos conselhos de políticas públicas em Belo Horizonte. *Opinião Pública*, 22(1), 167-194. <http://doi.org/10.1590/1807-01912016221167>
- Singer, J. (2009) 'Separate Spaces: Discourse About the 2007 Scottish Elections on a National Newspaper Web Site', *The International Journal of Press/Politics* 14: 477-496.
- Skinner, Q. (1999). *A liberdade antes do liberalismo*. (Tradução DE Raul Fiker). São Paulo: Ed. UNESP.
- Sousa, H., Pinto, M., & Costa e Silva, E. (Eds.). (2013). ESFERA PÚBLICA DIGITAL: Fragilidades e Desafios. *Comunicação e Sociedade*, 23, 1-330. Retrieved from www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/comsoc
- Steenberger, M., Bächtiger, A., Spröndli, M., & Steiner, J. (2003). Measuring political deliberation: A discourse quality index. *Comparative European Politics*, 1(1), 21-48. doi:10.1057/palgrave.cep.6110002
- Steiner, J. (2012). *The foundations of deliberative democracy: Empirical research and normative implications*. Cambridge, UK: Cambridge University Press. <http://doi.org/10.1017/CBO9781139057486>
- Strandberg, K. (2008). Public Deliberation goes on-line? An analysis of citizens' political discussions on the internet prior to the finnish parliamentary elections in 2007. *Javnost - The Public, Journal of the European Institute for Communication and Culture*, 15(1), 71-90. <https://doi.org/10.1080/13183222.2008.11008965>

- Strandberg, K., & Berg, J. (2013). Online Newspapers' Readers' Comments-Democratic Conversation Platforms or Virtual Soapboxes? *Comunicação e Sociedade*, 23, 132-152. [http://doi.org/10.17231/comsoc.23\(2013\).1618](http://doi.org/10.17231/comsoc.23(2013).1618)
- Stromer-Galley, J. (2002). New Voices in the Political Sphere: A Comparative Analysis of Interpersonal and Online Political Talk. *Javnost - The Public, Journal of the European Institute for Communication and Culture*, 9(2), 23-41. <https://doi.org/10.1080/13183222.2002.11008798>
- Stromer-Galley, J. (2005). Decoding Deliberation Online. *Paper presented in the Second Conference on Online Deliberation*, Palo Alto, Califórnia.
- Stromer-Galley, J. (2007). Measuring Deliberation' s Content: A Coding Scheme. *Journal of Public Deliberation*, 3(1), 1-37. Disponível em [url] <http://www.publicdeliberation.net/jpd/vol3/iss1/art12%0AThis>
- Stromer-Galley, J. & Martinson, A. M. (2009). Coherence in political computer-mediated communication: analyzing topic relevance and drift in chat. *Discourse & Communication*, 3(2), 195-216. <https://doi.org/10.1177/1750481309102452>
- Stroud, N. J., Van Duyn, E., Alizor, A., Alibhai, A., & Lang, C. (2017). *Comment Section Survey Across 20 News Sites*. Austin. Retrieved from <https://engagingnewsproject.org/wp-content/uploads/2017/01/Comment-Section-Survey-Across-20-News-Sites.pdf>
- Sunstein C. R. (1999). "The Law of Group Polarization" (John M. Olin Program in Law and Economics Working Paper No. 91, 1999).
- Sunstein, C. (2001). *Republic.com*. Princeton: Princeton University Press.
- Talisse, R. B. (2005). *Democracy After Liberalism: Pragmatism and Deliberative Politics*. New York City: Routledge.
- Tarde, G. (1991). *A Opinião e a Multidão*. Lisboa: Publicações Europa América.
- Tadeu, J. (2012). Participação política e os comentários dos leitores no jornalismo online português. Significado e importância política dos comentários dos leitores nos websites dos sete jornais generalistas portugueses e as estratégias para a sua gestão (Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação Especialização em Estudos dos Media e Jornalismo. Universidade Nova de Lisboa).
- Tankard, J. W. (2001). *FRAMING PUBLIC LIFE: Perspectives on Media and Our Understanding of the Social World*. (S. D. Reese, O. H. Gandy, & A. E. Grant, Eds.), *Framing public life: Perspectives on media and understanding of the social life*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates. <http://doi.org/10.4324/9781410605689>
- Teixeira, C. P. (2018). *Qualidade da democracia em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Thompson, J. B. (1998). *A Mídia e a Modernidade*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Towne, W. Ben. (2017). *Do You See What I See? Perception and Navigation in Online Deliberation*. Carnegie Mellon University.
- Trenel, M. (2004). *Measuring the quality of online deliberation. Coding scheme 2.2*. Unpublished paper, Social Science Research Center Berlin, Germany. Retrieved from http://www.wzberlin.de/~trenel/tools/qod_2_0.pdf

- Trice, M. (2010). Comment Fields and Content Analysis: A Means to Study Interaction on News Sites. In: F. Cindio; A. Machintosh & C. Peraboni (Eds.). *International Conference Online Deliberation*, 4, Leeds, UK.
- Trottier, D. & Fuchs, C. (Ed.). (2015). *Social Media, Politics and the State. Protests, Revolutions, Riots, Crime and Policing in the Age of Facebook, Twitter and YouTube*. London: Routledge.
- Tuchman, G. (1978). *Making News, a Study in the Construction of Reality*. New York: The Free Press.
- Ufel, W. (2014). *Political Leadership in Deliberative Democracy*. Saarbrücken, Germany: Lambert Academic Publishing.
- Urbinati, N. (2006). O que torna a representação democrática? *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (67), 191-228. <http://doi.org/10.1590/S0102-64452006000200007>
- Vala, J. (1986). A análise de conteúdo. In A. S. Silva & J. M. Pinto (Orgs). *Metodologia das Ciências Sociais* (pp. 101-128). Porto: Edições Afrontamento.
- Valadez, J. M. (2001). *Deliberative democracy, political legitimacy, and self-determination in multicultural societies*. Westview Press. Boulder, USA: Westview Press. <http://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- Valenzano, J. M. (2009). Framing the War on Terror in Canadian Newspapers: Cascading Activation, Canadian Leaders, and Newspapers. *Southern Communication Journal*, 74(2), 174-190. <https://doi.org/10.1080/10417940802441785>
- Valkenburg, P., Semetko, H. A. & de Vreese, C. H. (1999). The Effects of News Frames on Readers' Thoughts and Recall. *Communication Research*, 26(5), 550-569. <https://doi.org/10.1177/009365099026005002>
- Viegas, J. M. L., Santos, S. & Faria, S. (Orgs.). (2010). *A Qualidade da Democracia em Debate. Deliberação, Representação e Participação Políticas em Portugal e Espanha*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Vieira, M. & Silva, F. (2013). Democracia deliberativa hoje: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 10. Brasília, janeiro - abril de 2013, pp. 151-194.
- Viroli, M. (2001). *Republicanism*. New York: Hill and Wang.
- Vreese, C. H. De. (2005). The Spiral of Cynicism Reconsidered. *European Journal of Communication*, 20(3), 283-301. <http://doi.org/10.1177/0267323105055259>
- Wales, C., Cotterill, S., & Smith, G. (2010, September). *Do citizens "deliberate" in on-line discussion forums? Preliminary findings from an Internet experiment*. Paper presented at the ECPR general conference. Potsdam, Germany.
- Walther, J., Carr, C T., Choi, S., DeAndrea, D., Kim, J., Tong, S. & Van der Heide, B. (2011). Interaction of interpersonal, peer, and media influence sources online: a research agenda for technology convergence. In Z. Papacharissi (Ed.). *A networked self: identity, community and culture on social network sites* (pp. 17-38). New York, NY: Routledge.
- Warren, M. (Ed.). (1999). *Democracy and trust*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Warren, M. (2007). Institutionalizing Deliberative Democracy. In: S. Rosenberg (Ed.) *Deliberation, participation and democracy: can the people govern?* (p. 272-288). New York: Palgrave MacMillan.
- Wattenberg, M. P. (1994). *The Decline of American Political Parties, 1952-1992*. Cambridge: Harvard University Press.
- Weber, M. (1946). Politics as a Vocation. In H. Gerth & C. W. Mills (Eds.). *From Max Weber: Essays in Sociology*. New York: Oxford University Press.
- Wilhelm, A. G. (1998). Virtual Sounding Boards: How deliberative is on-line political discussion? *Information, Communication & Society*, 1(3), 313-338. <https://doi.org/10.1080/13691189809358972>
- Wilhelm, A. (2000). *Democracy in the digital age: challenges to political life in cyberspace*. New York: Routledge.
- Wilke J. & Reinemann, C. (2001). Do the candidates matter? Long term trends of campaign coverage. A study of the German press since 1949. *European Journal of Communication*, 16, 291-314. <https://doi.org/10.1177/0267323101016003001>
- Witschge, T. (2002). Online Deliberation: Possibilities of the Internet for Deliberative Democracy. Paper submitted to Euricom Colloquium Electronic Networks & Democratic Engagement.
- Wojcieszak, M. & Mutz, D. C. (2009). Online groups and political discourse: do online discussion spaces facilitate exposure to political disagreement? *Journal of Communication*. [New York], 59(1), 40-56. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2008.01403.x>
- Wright, S, Graham, T. & Jackson, D (2017). Third Space and Everyday Online Political Talk: Deliberation, Polarisation, Avoidance. Presented at the 67th Annual Conference of the International Communication Association, 25-29 May 2017, San Diego, CA, USA. (Unpublished).
- Wright, S., & Street, J. (2007). Democracy, deliberation and design: The case of online discussion forums. *New Media and Society*, 9(5), 849-869. <http://doi.org/10.1177/1461444807081230>
- Wright, S. (2012). Politics as usual? Revolution, normalization and a new agenda for online deliberation. *New Media & Society*, 14(2), 244-261. <https://doi.org/10.1177/1461444811410679>
- Yin, R. (1994). *Case Study Research: Design and Methods*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Young, M. I. (1996). Communication and the Other: Beyond Deliberative Democracy. In S. Benhabib (Org.). *Democracy and Difference Contesting the Boundaries of the Political* (pp. 120-136). Princeton: Princeton University Press.
- Young, M. I. (2014). Desafios ativistas à democracia deliberativa. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº13. Brasília, janeiro - abril de 2014, pp. 187-212.
- Zion, L. & Craig D. (Eds.) (2015). *Ethics for digital journalists: Emerging best practices*. New York: Routledge.

Anexos

Anexo I- Tabela com as notícias analisadas durante o período da amostra (parte I)

Nº notícia	Data	Hora	Título	Nº de comentários no jornal	Nº de comentários no Facebook
1	04/out	20h25	Socialistas insistem. PS pode governar mesmo perdendo	29	140
2	05/out	03h02	O que quer o PAN? Não é só direitos dos animais	19	149
3	06/out	00h11	Cavaco quer ver Passos e Costa a falar - antes de dar posse ao novo Governo	33	2
4	07/out	03h38	PS recusa bloco central e pede respostas à esquerda e à direita	73	60
5	08/out	14h34	13 medidas do Governo que a 'esquerda unida' pode reverter (e outras 28 que pode impor)	83	2
6	09/out	19h45	Coligação em 'estado de choque' com estratégia de Costa	69	98
7	10/out	14h09	Sérgio Sousa Pinto demite-se da direção do PS	55	111
8	11/out	-	"Se começar a cheirar a Syriza", mercados podem virar-se contra Portugal	89	209
9	12/out	21h47	Até a CGTP cede. Mas o que fica do PCP e BE?	98	52
10	13/out	23h12	O que esperar de um Governo de esquerda?	67	129
11	14/out	13h59	7 dados que faltam para saber que tipo de Governo teremos (e para quanto tempo)	44	13
12	15/out	06h45	Tem a certeza? A pergunta a Costa de empresários, Gestores e banqueiros (mas nem todos)	34	23
13	16/out	15h32	Amaldo Matos, fundador do PCTP/MRPP sobre esquerda unida: "Isto é tudo um putedo!"	55	117
14	17/out	20h36	Assunção Cristas: "António Costa está a jogar a sua existência política"	38	360
15	18/out	21h29	Sondagem TVI: Se eleições fossem hoje, PàF aumentaria vantagem	53	143
16	19/out	22h17	De mãos vazias em Belém, Costa tem 2 semanas para negociar à esquerda	41	20
17	20/out	17h53	Costa e Catarina a uma só voz: por eles há Governo	66	116
18	21/out	21h51	Um-Dó-Li-Tá... E agora o que Cavaco fará?	48	22
19	22/out	22h04	Críticas, dúvidas, subentendidos. 9 chaves para perceber o discurso do Presidente	81	37
20	23/out	18h38	Manter novo governo de Passos Coelho em gestão seria "inconstitucional", dizem constitucionalistas do PS	36	52
21	24/out	09h05	Ficar em gestão? Passos e Portas dispensam	88	137
22	25/out	14h30	PSD admite possibilidade de retomar o diálogo com PS	18	63
23	26/out	16h30	PS jura (ao PCP e BE): 4 anos sem cortar salários nem subir IRS	98	294
24	27/out	06h59	Como pagar um acordo? Onde a esquerda pode ir buscar dinheiro para aliviar a austeridade	103	60
25	28/out	20h28	Proibição de dissolução do Parlamento. A regra dos 6 meses ainda faz sentido	37	100
26	29/out	07h09	Primeira brecha na esquerda? PS quer repor (parte dos) cortes em dezembro, BE não quer	85	94
27	30/out	14h11	Cavaco fixa 5 compromissos e 3 objetivos (para Costa ler)	55	55
28	31/out	10h52	Francisco Assis junta críticos de Costa	70	243

Anexo II- Tabela com as notícias analisadas durante o período da amostra (parte II)

Nº notícia	Data	Hora	Título	Nº de comentários no jornal	Nº de comentários no Facebook
29	01/nov	22h44	Marques Mendes: “PSD e CDS têm andado aos bonés”	52	18
30	02/nov	12h07	Alternativa de Assis não quer revolta na bancada	29	97
31	03/nov	20h42	Quando o PS e PCP se entenderam para taxar os mais ricos	2	3
32	04/nov	13h41	Assis avisa PS de que é preciso “especial cuidado” no debate	65	6
33	05/nov	19h55	Assis: é melhor “uma direita dependente do PS” do que “um PS refém dos caprichos” da esquerda	32	156
34	06/nov	21h59	Costa põe pressão no PCP para fechar acordo político	42	30
35	07/nov	16h04	Programa à esquerda. Eis os 51 compromissos do PS com BE, PCP e PEV	110	20
36	08/nov	-	Como decide o Presidente? Os bastidores da crise de julho de 2013	33	6
37	09/nov	08h52	Bolsa de Lisboa derrapa 4% e regista maior queda desde o crash na China	44	18
38	10/nov	18h15	Esquerda unida? 9 sinais de fragilidade para Cavaco avaliar	91	41
39	11/nov	18h28	Costa não prevê “indelicadezas” vindas da esquerda, diz Costa à Visão	71	302
40	12/nov	13h04	Governo ignora apelo do PS e fecha venda da TAP	31	132
41	13/nov	17h42	DRBS ao Observador. Telefonema de Centeno “foi importante” para manter “rating”	23	50
42	14/nov	14h12	Dissolução do Parlamento. Candidatos presidenciais defendem regra dos 6 meses	11	37
43	15/nov	-	Pedro Nuno Santos: “Não há ninguém que defenda uma rutura com a UE. Ninguém”	26	145
44	16/nov	22h40	Isabel Moreira escreve a Cavaco: “A situação não é comparável à de 1987”	37	197
45	17/nov	20h02	“Isto não é um Presidente, é um gangster”, diz deputado do PS	35	281
46	18/nov	14h51	Jerónimo: ou há Governo PS, ou há “resposta dos trabalhadores”	41	298
47	19/nov	14h24	Centeno: “A austeridade em Portugal chegou ao fim”	49	247
48	20/nov	13h55	PS avança com recomendação para revogar concessões dos transportes a privados	12	0
49	21/nov	20h28	BE diz que “Governo zombie” fez uma PPP com a TAP	26	0
50	22/nov	21h53	Marques Mendes não quer “ressabiamento à direita”	16	26
51	23/nov	11h58	Presidente quer 6 respostas de Costa. Tem “dúvidas quanto à estabilidade e à durabilidade” do Governo PS	73	115
52	24/nov	12h53	Vencido, mas não convencido. PR só indigita Costa porque governo de gestão não dava	125	121
53	25/nov	20h42	Direita avalia prós e contras de moção de rejeição ao Governo de Costa	49	83
54	26/nov	09h08	Governo: Portugal quebra “tabu” com Francisca van Dunem - vice-procurador angolano	47	26
55	27/nov	06h59	Numa coisa estão todos de acordo. “Isto não dura um ano”	23	78
56	28/nov	18h19	PCP pressiona PS a cumprir promessa eleitoral e acabar com portagens na A23	20	211
57	29/nov	20h17	António Costa, “o grande ilusionista”, segundo o El País	32	169
58	30/nov	17h49	UGT acusa CGTP de aproveitar apoio político para esvaziar concertação social	32	71

Anexo III- Notícia N°1

LEGISLATIVAS 2015

Socialistas insistem. PS pode governar mesmo perdendo

4/10/2015, 20:25 1 039 29

Duarte Cordeiro diz que PS "aguarda serenamente". Augusto Santos Silva defende que o PR deve chamar a governar o partido com o grupo parlamentar maior e que não contam os mandatos em coligação.

Partilhe



M

Autor

Helena Pereira

Mais sobre

BLOCO DE ESQUERDA
CDU
LEGISLATIVAS 2015
PS
PSD/CDS
POLÍTICA
ELEIÇÕES

Os socialistas insistem: o PS pode governar mesmo perdendo. O ex-ministro da Presidência, Augusto Santos Silva, defendeu claramente na RTP que o que conta é o número de mandatos que cada partido e que se o PS tiver mais deputados do que o PSD sozinho (sem ser em coligação com o CDS) deve ser chamado pelo Presidente da República a formar governo.

"A Constituição dá uma margem grande ao Presidente para interpretar os resultados eleitorais. O critério relevante deve ser o do grupo parlamentar mais numeroso. É este que deve assumir as responsabilidades de formar governo", afirmou o socialista na RTP, acrescentando uma frase que repetiu duas vezes: **"Se o PS tiver maioria de deputados deve ser chamado à formação do Governo, presumindo que nenhuma força tem maioria absoluta"**. Este é, para Santos Silva, "o critério mais adequado".

"Vamos serenamente aguardar os resultados ao longo da noite", limitou-se a dizer, na reação às projeções, o diretor de campanha de Costa, Duarte Cordeiro, acrescentando que **"não há maioria parlamentar para nenhuma das candidaturas que se apresentaram a estas eleições"**.

Na TVI, o ex-ministro e cabeça de lista em Santarém, Vieira da Silva, secundou estas declarações. "As eleições serão para eleger um Parlamento", sublinhou, explicando que há **"realidades noutras democracias e em muitas situações concretas" que mostram que "não é quem tem mais votos que tem mais condições para governar"**.

Durante a tarde, correu a informação de que o secretário-geral do PS, António Costa, tinha ligado a várias pessoas dizendo que o que importa é o número de deputados. Sendo assim, o socialista não se demitiria em caso de derrota nas percentagens que as televisões mostram de imediato. Os seguristas remeteram-se ao silêncio até agora.

Na primeira reação da coligação Portugal à Frente às projeções das 20h, o porta-voz do PSD, Marco António Costa fez questão de congratular-se com "o facto inequívoco" dos portugueses em preferirem o PSD/CDS para governar.

De qualquer forma, o grupo parlamentar do PS mais o do Bloco de Esquerda (que tem subido nas sondagens desde o início da campanha) podem não ser suficientes para alcançar a maioria absoluta.

O PCP, que se tinha recusado durante a campanha se o que contava eram os deputados por partido ou por coligação, quebrou o silêncio e colocou-se ao lado do PS. Na RTP, o líder parlamentar, João Oliveira afirmou que, "no plano constitucional, o que conta é o grupo parlamentar mais numeroso". **"A esquerda tem responsabilidade de se sentar à mesa"**, defendeu, por seu turno, Rui Tavares do Livre, em reação às primeiras projeções.

Anexo IV- Notícia N°2

LEGISLATIVAS 2015

O que quer o PAN? Não é só direitos dos animais

5/10/2015, 3:02 5.594 19

Renegociar a dívida, travar as PPP e aumentar o IVA em bens de luxo são algumas das propostas do partido que conseguiu eleger um deputado nestas legislativas.

Partilhe



Autor



Catarina Falcão

Mais sobre

ELEIÇÕES
LEGISLATIVAS 2015
PAN
POLÍTICA

Há 16 anos que não havia uma nova força política no Parlamento. O PAN chega à Assembleia com apenas um deputado, mas com um programa exaustivo e causas bem definidas. Para além da defesa intransigente dos direitos dos animais, o PAN traz para a discussão pública temas fraturantes como a eutanásia ou a criminalização da zoofilia – ou seja, proibir e penalizar os atos sexuais com animais. Mas também defende a adoção por casais homossexuais ou a renegociação da dívida, temas que o podem aproximar de partidos como o Bloco e partes mais à esquerda do PS.

A primeira prioridade do PAN é que a Constituição reconheça a dignidade dos “animais não humanos” à semelhança do que já acontece no Tratado de Funcionamento da União Europeia. Mas para além da defesa dos direitos dos animais traz outras bandeiras. Uma delas é implementar um **rendimento básico incondicional**, atribuindo-o mesmo a quem trabalha, contribuindo assim para diminuir as bolsas de pobreza.

O PAN quer ainda **renegociar a dívida nacional, rever as PPP, rever a regulação bancária e instituir políticas que afastem o país da globalização**. O partido quer ainda “criar impostos especiais sobre os produtos considerados de luxo e/ou com significativo elevado custo ambiental/social” e instituir 10 anos de período de nojo na transição de cargos políticos para cargos privados.

O deputado eleito pelo PAN chama-se André Silva e disse no seu discurso efusivo perante o partido que há “urgência” em dar atenção jurídica aos animais. “Defender o ambiente em que estamos é para o PAN um desígnio maior”, disse o recém-eleito deputado.

Para além destas promessas, o PAN propõe ainda a distribuição de copos de menstruação nas consultas de planeamento familiar para evitar a poluição de tampões e pensos higiénicos. Também defende a proibição de produção e consumo de *foie gras* em Portugal, devido ao sofrimento que o processo de produção causa aos patos e gansos. Leia o programa completo do PAN [aqui](#).

Anexo V- Notícia Nº3

8. LEGISLATIVAS 2015

Cavaco quer ver Passos e Costa a falar – antes de dar posse ao novo Governo

6/10/2015, 0:11 324 33

Passos Coelho vai hoje a Belém, mas o Presidente não tem pressa em dar posse ao novo Governo. Antes, quer ver Passos e Costa a discutir questões essenciais para a governabilidade.

Partilhe [f](#) [t](#) [g+](#) [in](#) [e](#)



Leonardo Negro

Autor

 David Dinis

Mais sobre

ANÍBAL CAVACO SILVA
LEGISLATIVAS 2015
PAULO PORTAS
PEDRO PASSOS COELHO
POLÍTICA
PAÍS
ELEIÇÕES

O processo ainda está a arrancar, anota-se em Belém. O Presidente da República recebe esta tarde, pelas 18h00, o líder do PSD, Pedro Passos Coelho, dando o pontapé de saída para a formação do próximo Governo. Mas o jogo pode ser mais longo do que se esperaria depois da noite eleitoral.

Segundo apurou o Observador, Cavaco Silva tem pressa, sim, mas em ver Passos Coelho e António Costa a falar. Há muita coisa a acertar, depois do discurso de António Costa na noite de domingo. Exemplos? As linhas gerais do próximo Orçamento, cujas orientações principais o atual Governo terá de entregar em Bruxelas até 15 de outubro (com quadro macroeconómico atualizado), passando pelas reformas de que falou Passos Coelho no discurso de vitória (quando prometeu diálogo “no quadro parlamentar” com o PS), até à eleição do próximo Presidente da Assembleia da República, na qual Belém espera ver um primeiro sinal de que a coligação e o PS vão entrar em território de negociação e não de confronto.

Cavaco Silva quer, assim, que haja “muito diálogo” antes de dar posse ao novo Executivo. Não é conhecido ainda o grau de exigência que o Presidente quer colocar no processo, mas em agosto passado Cavaco Silva deu uma ideia do que seria, para si, o ideal: “O compromisso pode também revestir a forma de acordo de incidência parlamentar”, disse aos jornalistas.

A dúvida é, claro, até que ponto estão ambas as partes dispostas a ceder. Mas há quem tire alguns bons sinais do que se ouviu nos últimos dois dias. Primeiro, a palavra de António Costa no final da noite de domingo, garantindo que o PS não seria um partido desestabilizador; depois, o de Passos, falando de “compromissos”; e por fim o discurso de Fernando Medina no 5 de outubro, onde o sucessor de Costa na Câmara de Lisboa sublinhou a mesma palavra (“compromissos”) e elaborou sobre o tema (de forma “construtiva”, como se viu em Belém):

“ Este é o tempo de os partidos que têm agora de dar resposta às mensagens que os portugueses lhes impuseram: conciliar a pertença à Europa e à moeda única, com a mudança nas políticas económicas e sociais e num quadro de negociação pluripartidária”

O calendário do Presidente para começar esta ronda foi escolhido, pelo que se percebe, a dedo. Passos vai ao Palácio de Belém pelas 18h00, seguindo logo depois para um importante Conselho Nacional do PSD. À noite, há reuniões também no CDS e, sobretudo no PS, onde a expectativa é perceber que estratégia leva Costa e até que ponto se pode abrir um problema de liderança. Ao que se sabe, Costa deverá ir a Belém depois disso, seguindo a ordem escolhida pelo chefe de Estado para avaliar os resultados das legislativas.

Para mais tarde ficarão os partidos da esquerda, que desafiaram já o PS a deitar abaixo o novo Governo de Passos. Bloco de Esquerda e CDU vão apresentar uma moção de rejeição do programa da direita e querem que o PS o chumbe, inviabilizando esse Governo. Costa, no domingo, respondeu que não alinha em coligações negativas (ou seja, que servem apenas para derrubar governos). Mas acrescentou um discreto “mas”: não alinha quando não está construída uma alternativa de Governo, neste caso à esquerda. Não ficou totalmente fechada a ideia de última linha: se a direita não estender a mão para compromissos, Costa pode desafiar Catarina Martins e Jerónimo a dar-lhe essa bênção – mas sabe que esse é o mais difícil dos consensos.

Na equipa de Costa, segundo apurou o Observador, há quem não descarte esta hipótese. Mas há também quem aguarde que Cavaco Silva diga ao que vem (aguardando para ver até onde Passos está disposto a ceder).

E à direita? A expectativa é que o Presidente não suba demasiado a fasquia – pedindo apenas que o próximo Governo se abra a negociações e compromissos, na Assembleia e na Concertação Social – garantia que, por exemplo, o ministro Mota Soares foi dar ontem à noite à TVI24. Há, mesmo assim, quem tenha outras indicações: “O Presidente está tentado a pedir um acordo prévio entre PSD, CDS e PS, antes de avançar com o novo Governo.” A dúvida, nesse cenário, é se o Presidente arrisca tornar pública essa exigência, sabendo que pode falhar o objetivo; sabendo que a vida interna do PS pode complicar mais os consensos; e sabendo que este será o último ato da sua Presidência.

Anexo VI- Notícia N°4

LEGISLATIVAS 2015

PS recusa bloco central e pede respostas à esquerda e à direita

7/10/2015, 3:38 1.190 73

Costa diz que vai ouvir o que PSD e CDS têm a dizer, mas recusa bloco central. Líder socialista critica Presidente e pede aos partidos à sua esquerda para se clarificarem.

Partilhe



Leonel de Castro / Global Imagens

Autor

Liliana Valente

Mais sobre

ANTÓNIO COSTA
LEGISLATIVAS 2015
PS
POLÍTICA
ELEIÇÕES

O líder do PS saiu da Comissão Política do partido com uma definição: não fecha a porta a entendimentos nem à direita nem à esquerda e passa a bola para o lado de lá, incluindo para o Presidente da República, que criticou. Disse António Costa que com a atitude “atípica” de chamar Passos Coelho, Cavaco Silva não promoveu “a construção de boas soluções de estabilidade governativa nem de diálogo entre as forças partidárias”. Da reunião dos socialistas saiu no entanto uma recusa liminar: não haverá governo com PSD e CDS.

“ Não é saudável que as principais forças políticas, salvo situações de emergência, como uma invasão de marcianos, partilhem responsabilidades governativas, porque isso diminui a possibilidade de geração de alternativas e acho que não favorece a democracia”, disse.



Liliana Valente @LilianaValente

Costa recusa Bloco Central. Daqui a pouco o texto no site do costume

02:52 - 7 de out de 2015

Os socialistas aprovaram esta terça-feira à noite uma resolução em que dão mandato a Costa para falar com todos, primeiro ouvir o que tem a dizer a coligação que ganhou as eleições, mas não se ficar por aí. **O PS quer uma clarificação do PCP e do BE para saber se a ideia de um Governo de esquerda é afinal viável.** “O PS considera indispensável a clarificação das posições publicamente assumidas pelo PCP e pelo BE sobre a existência de condições para a formação de um novo governo com suporte parlamentar maioritário”, lê-se no documento. E Costa reafirmou a ideia: primeiro o PSD/CDS apresentam a sua solução, mas se essa não for suficiente, Costa quer saber para já quais são afinal as intenções dos partidos à sua esquerda.

“Neste momento é importante e o mandato que tenho de falar com o conjunto das forças partidárias para saber qual a disponibilidade que têm. Havendo um partido que tem mais deputados é natural que lhe caiba o ónus para encontrar soluções de governabilidade. Teremos naturalmente de ouvir o que o PSD tem a dizer sobre as soluções de governabilidade, mas devemos falar com todas as forças políticas”, disse.

Acrescentou no entanto que não tem sido “indiferente” ao que Jerónimo de Sousa e que Catarina Martins têm dito, sobretudo o BE que, lembrou, “reafirmou aquilo que tinha dito no debate na televisão” ou seja que está disponível para falar com o PS desde que os socialistas cedam a algumas propostas: “São questões que devem ser devidamente ponderadas”, disse.

Certo é que Costa recusa ir para o Governo com o PSD, não havendo no entanto uma recusa para negociações pontuais. Contudo, na conversa com os jornalistas e no comunicado que saiu da reunião, os socialistas marcam as suas linhas vermelhas. Até porque o líder derrotado nas eleições lembra que “a campanha eleitoral foi muito clara” em mostrar duas coisas: que há uma **“diferenciação das propostas da coligação de direita e do PS. Há uma enorme distância entre aquilo que nós propusemos e aquilo que a coligação de direita propôs”** e que os portugueses votaram numa “mudança de políticas” e que por isso “seria um contra-senso” se o PS votasse a favor de políticas contrárias.



Liliana Valente @LilianaValente

Costa diz que seria “um contrasenso” votar em políticas diferentes daquelas que propôs

03:16 - 7 de out de 2015

Presidente não contribuiu para o diálogo

António Costa ainda não foi chamado pelo Presidente da República para falar sobre os resultados eleitorais, mas não gostou do que ouviu. O líder socialista defendeu que a atitude de Cavaco Silva ao chamar Passos Coelho para que este procure negociações de Governo foi “atípica” e em nada contribui para encontrar uma solução de governabilidade estável.

“Bem sei que não houve um ato de indigitação, houve um convite para que Passos Coelho procedesse a avaliações. São figuras novas relativamente atípicas, mas que não conduzem para a construção de boas soluções de estabilidade governativa nem de diálogo entre as forças partidárias. O Presidente da República se quer ser um promotor de diálogo não deve considerar que é suficiente falar com o líder do seu partido. Não é essa a função do Presidente”, disse.

Anexo VII- Notícia N°5

Newsletters

OBSERVADOR

LEGISLATIVAS 2015

13 medidas do Governo que a 'esquerda unida' pode reverter (e outras 28 que pode impor)

8/10/2015, 14:34 - 4.551

Alterar a lei das rendas, baixar o IVA da restauração, repor as 35 horas e dois feriados. Votos da maioria de esquerda na AR podem reverter 13 leis deste Governo. E impor 28 que antes não passaram.

Partilhe



Autores

Helena Pereira

Observador

Email

Mais sobre

BLOCO DE ESQUERDA

CDU

LEGISLATIVAS 2015

PS

PSD/CDS

POLÍTICA

ELEIÇÕES

Repór o IVA da restauração em 13%, as 35 horas como horário normal em toda a função pública e os feriados do 1.º de dezembro e do 5 de outubro. Corrigir a nova lei das rendas e o novo regime das amas. Abolição das taxas moderadoras no aborto, aumento do abono de família e uma comissão parlamentar de inquérito à concessão do Metro do Porto e da Sociedade de Transportes Coletivos do Porto. Isto é o que poderá acontecer em breve na Assembleia da República, pelo simples facto de PS, BE e PCP juntos terem mais deputados que o PSD/CDS, que apoiam o Governo.

O Observador analisou todas as propostas de lei do Governo, na última sessão legislativa (já com António Costa à frente do PS), para ver quais as que mereceram o voto contra do PS, PCP e BE, bem como os projetos de lei em que estes três partidos se mostraram unidos (mas que chumbaram com votos contra do PSD e CDS). E isso mostra bem em que pontos a maioria de esquerda está unida, se mantiver a mesma posição de princípio.

Os primeiros dias da nova Assembleia da República poderão ser uma sucessão de reversão de medidas do Governo, à semelhança do que aconteceu em 2009 quando José Sócrates perdeu a maioria absoluta. A oposição uni-se na altura na aprovação uma série de diplomas para anular decisões do anterior Governo antes mesmo de ser aprovado o Orçamento do Estado. O primeiro-ministro acusou a oposição de ser "desleal" por querer "discutir" despesa sem o quadro geral do Orçamento de Estado.

Houve uma sexta-feira, dia de votações, que ficou conhecida como a "sexta-feira negra" para o Governo em que a oposição aprovou, na generalidade, 11 dos 13 diplomas com medidas "anti-crise". Entre esses projetos lei, aprovados pelo PSD, CDS, PCP e BE, constavam o adiamento da entrada em vigor do Código Contributivo, a extinção do Pagamento Especial por Conta, alterações no prazo de reembolso do IVA e um diploma que impunha ao Estado o pagamento de juros de mora pelo atraso no cumprimento de "qualquer obrigação pecuniária". As contas de Sócrates somavam, com essas medidas aprovadas contra o Governo, em 800 milhões de euros.

Este ano, será mais fácil a oposição unir-se do que em 2009 porque nessa altura isso implicou que o PSD votasse ao lado do PCP e BE. Agora, os três partidos de esquerda estão todos do mesmo lado. Vejamos então o que uniu a esquerda – e o que, desta vez, a esquerda pode aprovar (ou reverter) sozinho.

Diplomas que não passaram

PS

- Repor as 35 horas por semana como período normal de trabalho na função pública.
- Propor a ponderação do número de dependentes para efeitos de isenção de taxas moderadoras.
- Densificação do regime de empréstimos de manuais escolares, assegurando a sua articulação com regime de acção social escolar no ensino básico e secundário e com as competências das autarquias locais na matéria.
- Aumento do montante pago nos escalões do abono de família e do abono pré-natal e alteração da majoração das famílias monoparentais.
- Introduzir maior equidade fiscal e maior justiça social no Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.
- Proceder à alteração das regras de inventariação, de expedição e de exportação de obras e alterar a taxa de IVA aplicável ao restauro de bens móveis culturais.
- Determinar as taxas de juro aplicáveis aos mutuários de crédito num contexto de taxa de referência negativa.
- Reposição do IVA da restauração na taxa de 13%.
- Alargar às entidades que prosseguem atividades culturais a possibilidade de consignação de uma quota do IRS.
- Revogar a Portaria que "Estabelece os critérios que permitem categorizar os serviços e estabelecimentos do SNS, de acordo com a natureza das suas responsabilidades e quadro de valências exercidas, e o seu posicionamento da rede hospitalar e procede à sua classificação".
- Proceder à [...] alteração do Código Penal, cumprindo o disposto na Convenção do Conselho da Europa para a proteção das crianças contra a exploração sexual e os abusos sexuais (Convenção de Lanzarote).
- Suspensão das penhoras e vendas executivas de imóveis por dívidas fiscais.
- Restabelecer os feriados do 1.º de dezembro e do 5 de outubro.
- Alterar o Código de Processo Penal eliminando a possibilidade de julgamentos em processo sumário para crimes puníveis com pena de prisão superior a cinco anos.

BE

- Revogar a Lei das rendas.
- Eliminar as comissões por reembolso antecipado e de termo do contrato.
- Eliminar da impossibilidade legal de adoção por casais do mesmo sexo.
- Alterar o Código do Registo Civil, tendo em conta a procriação medicamente assistida, a adoção e o apadrinhamento civil por casais do mesmo sexo.
- Combater o trabalho forçado e outras formas de exploração laboral (a empresa utilizadora ou adjudicatária da obra ou serviço é solidariamente responsável pelas violações das disposições legais relativas à segurança e saúde dos trabalhadores temporários).

PCP

- Instituir o Programa Nacional de Combate à Precariedade Laboral e à Contratação Ilegal.
- Estabelecer uma cláusula de salvaguarda para efeitos de IMI e revogar a isenção concedida aos fundos imobiliários
- Proibir os bancos de alterar unilateralmente taxas de juro e outras condições contratuais
- Determinar a obrigatoriedade de as instituições de crédito disponibilizarem uma conta de depósito à ordem padronizada, designada de "conta base", e proibir a cobrança de comissões, despesas ou outros encargos pelos serviços prestados no âmbito dessa conta
- Alterar o Regime que cria a contribuição Extraordinária sobre o setor energético.
- Revogar a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.
- Revoga a Propina do Ensino de Português no Estrangeiro.
- Adotar medidas urgentes para a reparação dos direitos lesados pela paralisação da plataforma informática CITUS e para a normalização do funcionamento dos tribunais judiciais.
- Recusar a privatização da Empresa Geral de Fomento, S.A. (EGF) e revogar o Decreto-Lei que aprova o processo de privatização da Empresa Geral do Fomento, S.A

Diplomas que passaram com voto contra de toda a oposição

PSD/CDS

- Introdução de taxas moderadoras para o aborto
- Alteração da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, consagrando uma nova modalidade de horário de trabalho – a meia jornada.

GOVERNO

- Novo Regime Jurídico do Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora.
- Novo Estatuto do Ordem dos Advogados que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais.
- Sistema de registo de identificação criminal de condenados pela prática de crimes contra a autodeterminação sexual e a liberdade sexual de menor.
- Alteração da lei que aprova a lei de bases do desenvolvimento agrícola.
- Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros.
- Alteração da lei que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas (serviços públicos que aumentem os pagamentos em atraso obrigados a constituir uma reserva que corresponda a metade do valor do aumento).
- Alteração das normas fiscais ambientais nos sectores da energia e emissões, transportes, água, resíduos, ordenamento do território, florestas e biodiversidade, introduzindo ainda um regime de tributação dos sacos de plástico e um regime de incentivo ao abate de veículos em fim de vida, no quadro de uma reforma da fiscalidade ambiental.
- Reforma do IRS, orientada para a família, para a simplificação e para a mobilidade social.
- Novo Regime do Arrendamento Apoiado para Habitação.
- Revisão do regime jurídico do arrendamento urbano (alarga o número de empresas que podem aceder ao regime excecional e passam a ser abrangidas outras entidades, como as instituições particulares de solidariedade social, obriga a uma intervenção maior por parte das câmaras municipais no reconhecimento das obras que terão obrigatoriamente de implicar um despejo dos inquilinos)
- Autoriza o Governo a definir os termos e as condições para o acesso à profissão de ama e o exercício da respetiva atividade.

Ilustração: Milton Cappelletti

Anexo VIII- Notícia N°6



LEGISLATIVAS 2015

Coligação em 'estado de choque' com estratégia de Costa

9/10/2015, 19:45 ↻ 2.150 69

Não foram fáceis as 2h45 de reunião com o PS. Na coligação acredita-se que Costa quer mesmo liderar governo de esquerda. Ordem é para não dar pretextos: Maria Luís vai falar com Centeno.

Partilhe     



Álvaro Isidoro

Autor

 David Dinis

Mais sobre

BLOCO DE ESQUERDA
COLIGAÇÃO
GOVERNO
LEGISLATIVAS 2015
NOVO GOVERNO
POLÍTICA
PS
ELEIÇÕES

Ouve-se de tudo no PSD, no CDS e no Governo. De tudo sobre António Costa, sobretudo depois da reunião desta sexta-feira, na São Caetano à Lapa. Fala-se de um líder "ativo", que saiu de uma derrota mas se apresenta como se fosse ele a decidir o futuro do país. Sobretudo fala-se da convicção reforçada de que o líder do PS está mesmo disposto a fazer um Governo à esquerda – com apoio ativo do Bloco de Esquerda e do PCP, de cujos votos favoráveis precisaria – para ser governo e para governar, desde logo para aprovar cada orçamento do Estado.

O encontro durou longas duas horas e 45 minutos. Mas os ecos dos lados da coligação contam que o PS pouco ou nada disse durante todo o encontro. Não tinham que dizer – foi o que alegaram lá dentro. Costa, aos jornalistas, pareceu conferir: disse que não foi possível trabalhar numa "proposta", porque não lhe foi apresentada nenhuma – ou seja, que era a Passos que competia levar propostas para construir consensos.

Aparentemente, os socialistas também não fizeram muitas perguntas. À direita conta-se que até a sugestão de trocar informação sobre as contas do Orçamento veio de Passos – o que o Observador ainda não conseguiu confirmar. Um facto: Maria Luís Albuquerque ficou de conversar com Mário Centeno sobre o assunto nestes dias.

Costa quis passar uma mensagem à coligação de que estavam numa posição central de negociação, que estavam "muito satisfeitos" com a conversa de quarta-feira com o PCP – explicando que os comunistas terão abdicado do seu programa, de todas as linhas vermelhas – e que até os orçamentos dos socialistas estarão na disposição de viabilizar.

E no mínimo pode-se dizer que convenceu a direita. "Não é uma questão de sobrevivência no PS", admite uma fonte ao Observador. "É uma questão estratégica". E porquê? A justificação possível é esta: o PSD e CDS conseguiram mais de 38% dos votos, um pouco acima dos mínimos que os partidos tiveram em 2005. O PS ficou bastante abaixo. "O problema é que o PS deixou de ser competitivo", alega a mesma fonte. Ou seja, para inverter os planos tem que jogar forte: chamar a esquerda a responsabilidades para deixar de estar sob fogo dos dois lados do tabuleiro político".

A questão que se coloca é, assim, de que falaram os nove representantes dos três partidos naquele tempo. "Arrancámos um compromisso para uma nova reunião", diz uma fonte da coligação ao Observador. Se eles querem propostas, vamos tratar delas". Passos haveria de se referir ao novo processo que se abre como um exercício "criativo" de pescar no programa do PS matérias que possam "adivinhar" ser prioritárias para os socialistas. Costa, note-se, tem feito o contrário nas reuniões com PCPe Verdes – sai sempre dos encontros falando das matérias "em que há convergência". Parte do consenso à procura, depois, de aprofundamento nas mais difíceis.

Fechada a reunião, Passos e Portas reuniram-se com as respetivas delegações. E fizeram a pauta para os próximos dias: não dar pretextos a Costa. Maria Luís falará com Centeno e vai entregar-lhe os dados que o PS queira; as propostas da coligação seguem para o Rato na 2ª-feira, um dia antes da nova reunião. E depois se verá, a real disposição negocial de Costa. Se tudo falhar, Costa terá ainda que derrubar o governo que Passos quer, de todo o modo, levar a Cavaco Silva. E assumir o ónus de o derrubar (e tentar o jogo com a esquerda).

Anexo IX- Notícia N°7



LEGISLATIVAS 2015

Sérgio Sousa Pinto demite-se da direção do PS

10/10/2015, 14:09 → 2.082 55





Sérgio Sousa Pinto demitiu-se do Secretariado Nacional do PS por discordar da linha política do partido no pós-eleições, avança o Diário de Notícias. Ao Observador diz que só falará nos órgãos do PS.

Partilhe     



Sérgio Sousa Pinto foi um dos socialistas que apoiou Costa na corrida pela liderança do partido
© Hugo Amaral/Observador

Autores

 **Ana Pimentel**
 anaspimentel
 Facebook
 Email

 **Marlene Carriço**
 Email

Mais sobre

LEGISLATIVAS 2015
POLÍTICA
PS
ELEIÇÕES

O deputado socialista Sérgio Sousa Pinto está completamente contra a linha política que o Partido Socialista (PS) adotou depois do resultado das eleições do dia 4 de outubro, nomeadamente a ideia de tentar formar governo com o Bloco de Esquerda e o PCP, e por isso demitiu-se, este sábado, do Secretariado Nacional do PS, como [noticiaram](#) o jornal i e o Diário de Notícias.

Questionado pelo Observador, o deputado, que foi um dos principais apoiantes de Costa contra Seguro, disse que só falará nos órgãos do partido. Na próxima terça-feira à noite há reunião da Comissão Política do PS.

Sousa Pinto é reconhecidamente da ala esquerda do Partido Socialista e esta decisão revela que nem junto das pessoas mais à esquerda do partido esta estratégia de António Costa está a ser consensual. Além disso é amigo próximo de António Costa que o levou para a direção do partido. Contudo, nos últimos tempos a relação tem esfriado e apesar de estar na direção do partido, Costa não pôs Sousa Pinto no centro das conversas internas do PS, dando lugar de destaque a três elementos que não fazem parte da direção: Ana Catarina Mendes, líder da federação de Setúbal, Pedro Nuno Santos, líder da federação de Aveiro e Mário Centeno.

Desde a derrota eleitoral que o deputado tem-se mostrado ativo nas redes sociais, sem esconder o descontentamento face à estratégia do seu partido. Na quinta-feira, em reação ao que Daniel Oliveira escreveu na coluna do Expresso, Sousa Pinto escreveu o seguinte comentário: "O compromisso entre socialistas e estalinistas não é isento de certas dificuldades. Exemplo prático: Daniel Oliveira na sua coluna do Expresso encontrou um qualificativo para os socialistas que não se revêm na política da frente de esquerda: o PS dos interesses. Cá está a demolição moral de quem diverge, a desqualificação por grosso de uma categoria indeterminada, a torpe metodologia, cedo inculcada, do estalinismo prático. No PS não estamos habituados a isto. Espero que essa nossa feliz idiosincrasia seja levada ao conhecimento dos nossos futuros aliados".

Ainda de acordo com o jornal i, Sousa Pinto defende que seja a coligação a formar Governo.

Sérgio Sousa Pinto foi líder da Juventude Socialista entre 1994 e 2000 e presidiu à Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas na Assembleia da República. É jurista de profissão.

Anexo X- Notícia Nº8



“Se começar a cheirar a Syriza”, mercados podem virar-se contra Portugal

Edgar Costeira

Dois bancos de investimento de Londres mandaram analistas a Lisboa para saber se Costa admite mesmo um Governo com PCP e BE. Os avisos chegaram: a crise pode voltar se houver conflito com a tróika.



O impasse na formação de governo em Portugal, que se segunda-feira parecia - até para os agências de rating - um **deixé-volant**, ainda não chegou ao nudo da maioria das investidoras internacionais. Mas o Observador sabe que pelo menos dois bancos de investimento influentes da City londrina já **enviaram analistas a Lisboa** para perceberem e que se passa e tentarem antecipar a probabilidade de o Partido Socialista tentar liderar um governo de maioria de esquerda, impulsionado a coligação de formar um executivo. Nos mercados, ainda não há calma e os estímulos do BCE continuam a ser um bilhete para qualquer reação que se intensifique, mas os analistas creem que nem o BCE será suficiente para conter a pressão "se começar a cheirar a Syriza e a Grécia".

Ralph Solvén é um dos economistas do banco alemão Commerzbank que segue de perto os países do sul da Europa. Em declarações ao Observador, e especialista do que, depois de ouvir o discurso de António Costa na noite das eleições, **"não estava à espera que o PS fosse a lider com outros partidos de esquerda"**. Agora, mesmo a uma análise da seguinte forma: "Continuo a achar que uma coligação entre estes partidos é improvável, mas já não podemos excluí-la".

Os juros da dívida e o diferencial dos juros face à dívida alemã - uma medida mais rigorosa do risco - permanecem dentro dos níveis relativamente baixos para onde desceram quando o BCE começou a comprar dívida pública no mercado ao abrigo do seu programa de quantitative easing (regrando monetária). Se os riscos se agravarem, esse programa contribuirá, pelo menos numa primeira fase, para **compensar a subida dos juros** - porque os primeiros investidores que quiserem entrar a subscrição à Portugal encontraram o BCE muito ativo, a comprar, no mercado.

Mas esse efeito pode, a determinada altura, revelar-se **insuficiente** e os **juros podem subir**. O Tesouro português poderá passar a atrair **menos procura** nos mercados de nova dívida. Substituído, ao mesmo tempo, aumentam os riscos nos mercados globais em relação à **crise nos mercados emergentes** (com a China) e **colapso da subida de taxa de juro** por parte da Reserva Federal norte-americana.

"Continuo a achar que uma coligação entre estes partidos é bastante improvável, mas já não podemos excluí-la".
Ralph Solvén, economista do Commerzbank que segue Portugal.

Para já, "segundo a maioria das investidoras concordar que o governo minoritário (PSD+CEG) é o **cenário mais provável**, este impasse não terá efeito a percepção de risco de forma significativa", diz Ralph Solvén. "Mas o cenário pode mudar se as conversações à esquerda começarem a dar frutos". Mas como? "O risco do cenário português pode aumentar se, para alguns investidores, isto começar a cheirar a Syriza e Grécia", diz o economista.

E qual será o impacto para a economia, se tivermos? A menos que a incerteza política resulte num bloqueio governativo à esquerda, "o impacto para a economia será limitado. Os efeitos só se farão sentir se um governo de bloco esquerda chegar realmente à política económica e precipitar um conflito com a tróika", nota Ralph Solvén. Recorde-se que foi este mesmo economista que, em fevereiro, emitiu uma nota de análise muito **elogiosa para Portugal**, dizendo que a **país tinha as mesmas perspetivas de risco** que Espanha mas **sem risco político** (na altura, o Podemos tripará na sondagem).

"Forta" subida dos juros e risco de "nova crise", alerta outro economista

Outra opinião, no mesmo sentido, do **infamante economista** Holger Schmieding, do Berenberg Bank em Londres. Ao Observador, Schmieding afirma que "os mercados veem com **profunda desconfiança** um governo que inclua dois partidos de extrema esquerda". A crise originada com a queda de António Sampaio e a eleição de Syriza e Alexis Tsipras, em janeiro, ainda está **bem fresca na memória** dos principais economistas europeus, cujas análises são importantes para as decisões de investimento de fundos, seguradoras e outros investidores.

Chamado para se manifestar que lhe chegou de Portugal, Holger Schmieding nota que "além de um "esperança de que não exista um tal governo de esquerda".

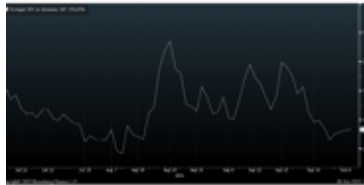
Com isso vem a conclusão, "qualquer tentativa rápida de governo de reformas ou declarações sobre não da zona euro ou do NATO não, provavelmente, causar um aumento enorme dos custos de financiamento (isto é, os juros nas primeiras emissões de dívida pública) e, possivelmente, **uma nova crise**". Esta é a opinião de Holger Schmieding, que avisa que "para aliviar os riscos e a desconfiança (das investidoras) certas economias **garantias muito claras** por parte dos governos de esquerda de que não vão interromper as reformas e não vão fazer uma fase anterior para implementar as suas ações".

"Os mercados veem com profunda desconfiança um governo que inclua dois partidos de extrema esquerda", diz Holger Schmieding.
Holger Schmieding, economista chefe do Berenberg Bank

Para já, segundo a Bloomberg, o diferencial entre os juros de Portugal e da Alemanha (a referência sem risco na zona euro) mantém-se abaixo de oito pontos base (1,8 pontos percentuais). Esse prêmio de risco sobiu no início do ano, com a eleição de Syriza na Grécia. Mas viria a descer com o anúncio dos resultados do BCE e com o acordo entre credores e Tsipras/Vassilakis no Enquadramento de 10 de fevereiro. O regresso das tensões entre a tróika e a Grécia, a partir do final de maio, fez subir o risco de Portugal e aumentar o reflexo das investidoras na dívida alemã - alargando, assim, os spreads da dívida pública nacional.

O risco de Portugal voltou, entretanto, a abitar, uma vez mais, depois do acordo com Alexis Tsipras com vista ao terceiro resgate grego. Mas o diferencial continua, ainda, relativamente longo dos mínimos tocados em março. E **subiu alguns pontos base nos últimos dias**, depois de as eleições terem dado maioria relativa à coligação PSD-CEG e perante o aguçado impasse na formação de governo.

Risco de Portugal não muda de forma significativa (para já?)



O risco devido pela diferença de juro face à Alemanha não regressa a uma medida significativa. Fonte: Bloomberg

Portugal não é a Grécia. Mas também tem rating de lixo

Portugal não é a Grécia. Esta frase costuma ser usada sem conta nos últimos anos e, nesta fase, **Ralph Solvén** sublinha que existe, de facto, uma grande diferença entre Portugal e a Grécia: os contratos dos gregos, que quando começaram eleições em dezembro de 2014 dependiam de ajuda governativa financeira dos credores. "Portugal (já em 2014?) não depende de bombas de financiamento por parte dos credores".

Isso faz com que "uma eventual alteração da política económica não irá causar, de forma imediata, um conflito com a tróika", diz Ralph Solvén. Levanta alguns pontos até que uma desconfiança possa aumentar pelos **relatórios de monitorização do FMI e os testes de análise** dos economistas dos principais bancos de investimento. Estes são, por regra, as duas principais fontes de informação utilizadas pelas investidoras internacionais, com o seu conhecimento limitado da realidade local.

Mas há ainda que os economistas vejam pelo Observador notam como um **ponto em comum que Portugal tem com a Grécia** e não tem, por exemplo, com Irlanda, Espanha ou Itália: os **contratos destes países, Portugal tem um rating especulativo (junk, lixo)**. Este fator faz com que Portugal tenha uma maior propensão de investidoras mais especulativas e que mais facilmente desajustem a dívida portuguesa no mercado caso surjam problemas. Espanha, por exemplo, apesar de estar a ser **criticada por Bruxelas** por causa do déficit, conta com um rating de qualidade e investidoras de longo prazo como fundos de pensões e seguradoras. O país também tem, por isso, menor risco de sentir subidas repentinas nos juros.



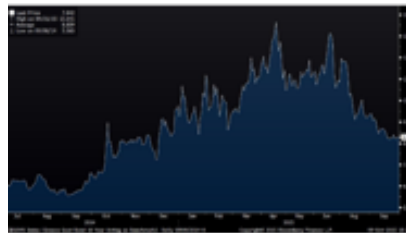
Em janeiro, a Syriza foi, como se esperava, eleita na Grécia. Mas o pacto político divulgado desde o momento em que se estabeleceram o conflito com a tróika que se seguiu. Foto: Louisa Goussard/AP/Getty Images

Subida dos juros da Grécia, em janeiro, pode ser um padrão?

O governo de António Sampaio e do Novo Democracia caiu, na Grécia, no final de dezembro de 2014. Desde outubro, contudo, era fácil perceber que o governo de Sampaio era frágil e que seria uma questão de tempo até que Alexis Tsipras e o Syriza assumissem as rédeas do país. Fosse claro, desde logo, que o Syriza iria tentar um confronto com os credores, e os juros foram subindo. Mas **se dispararam, para mais de 10%, quando a revista alemã "Der Spiegel" escreveu, citando fontes próximas de Angela Merkel e Wolfgang Schäuble, que o governo alemão estaria disponível para deixar a Grécia sair do euro**.

A saída do euro é, precisamente, um cenário admitido pelos dois partidos com quem António Costa, líder do Partido Socialista, tem tido conversações na última semana. A confirmar-se a expectativa de Ralph Solvén, os **altos juros** podem não ser para já, mas o **cenário extremo menos favorável** do que no início de 2015 e a **memória fresca** da saga protagonizada por Tsipras e Yanis Varoufakis podem precipitar uma reação dos investidores. No mercado pouco líquido que é a dívida portuguesa, qualquer movimentação pode causar **turbulência nos mercados** que, apesar da abrangência financeira acumulada pelo BCP, arrisca agitar as águas para Portugal nos próximos meses.

Juros gregos dispararam quando se vislumbrou conflito com a tróika



Os juros da Grécia dispararam em 10% no início de janeiro, quando se vislumbrou que a Alemanha deixaria sair o país do euro. Fonte: Bloomberg

Se os relatórios que os bancos de investimento escreverem - em parte na sequência das visitas de analistas aos a Lisboa - **forem** antecipar um **conflito semelhante com os credores**, nestas investidoras querria ser o último a render no mercado pouco líquido da dívida portuguesa, porque o último a render é, claro, o que vende pior. Num **contexto extremo menos favorável** do que há alguns meses, a subida dos juros de Portugal pode, como avisa Holger Schmieding, ser **bastante rápida**, porque nestas investidoras querria ser o último a render.

No sexta-feira, a **agência Bloomberg**, fala pela generalidade das investidoras mundiais, já **publicou um texto** com o título "Porque as investidoras em obrigações talvez queiram olhar de perto para Portugal". A peça é remetada pelo **bovot de Alexis Tsipras**, o primeiro-ministro grego, e dar os parabéns ao **Banco de Espanha** pelo seu resultado eleitoral. Esse resultado, avisa Tsipras, é "essencial para construir **uma Europa melhor**".



Anexo XII- Notícia Nº10

O que esperar de um Governo de esquerda?

12/04/2018, 14h 18m

António Costa, Catarina Martins e Jerónimo de Sousa estiveram [quase] sempre em bancadas diferentes. Agora, podem ser aliados. Há todo que chegar para os unir? Vamos analisar os programas.

Partida



António Costa

PS, PCP e Bloco de Esquerda têm um Tratado Orçamental e fiscal de 100 páginas, no que se compreendem de antes o conjunto de medidas, de 100 milhões de euros, mas não podem estar prontos a ser negociados. Então, o que se aproxima? De acordo do acordo mínimo a respeito das opções sociais, passando pelas 35 horas de trabalho e o fim das cotas salariais é muito mais a que se vai de que aquilo que se espera. Na Justiça, Saúde, Educação e Ciência, os três partidos parecem dar de si em muitas partes. Por isso, não é que podemos contar com António Costa enquanto avançar para uma solução governativa à esquerda?

Olhando para os programas eleitorais dos três partidos, PS, PCP e Bloco de Esquerda, é fácil encontrar pontos de convergência. Basta olhar para aquelas que são apontadas pelas comissões como os 33 medidas mais "urgentes" em os próximos quatro anos para perceber que há no programa do Bloco de Esquerda medidas equivalentes. Também o PS se encontra, em os finais e inícios, no mesmo ponto de vista de algumas das prioridades. Mas há lições.

É certo que há linhas vermelhas, com a TSI e a saúde. Catarina Martins foi queixosa de substituir ainda durante a campanha eleitoral o conteúdo e o fim que se sentia a mesa com António Costa para negociar. O fim da TSI, que é transversal ao programa do Partido Socialista, é uma delas, assim como o resto da linha vermelha de não se mudar as prioridades e o fim do regime conciliatório, que o BE de si não mudou nada para facilitar despedimentos. Sem essa mudança, não há.

Mas também não há muito que pode ser feito. Como disse a própria comissária Europeia, o que se espera de um Governo apoiado à esquerda? Onde é que os programas eleitorais do PS, PCP e BE se cruzam?

Política Fiscal: Redução do IVA da restauração é um dado adquirido para a esquerda.

Em termos de política fiscal, PCP e Bloco de Esquerda convergem em vários pontos – não só entre si, mas com o PS também. Convergência pela eliminação da sobretaxa de IRS tanto comunitária como biológica querem o fim imediato da sobretaxa, distinguindo-se os dois partidos apenas no ritmo de eliminação, já que o PS assume que a sobretaxa só deve ser totalmente eliminada até ao fim de dois anos, em 2027.

No PS que "terá" os escalões do IRS, reduzindo a progressividade, não antecipando qualquer os escalões, BE e PCP não são específicos. Os comunistas querem des escalões de tributação, enquanto o Bloco quer repor os oito escalões que havia antes de 2010.

Quanto ao IVA, acordou quase total, os três querem reduzir o IVA da restauração para os 12%, sendo que o PCP e o BE querem ainda reduzir o IVA sobre a eletricidade e a gás de 6% para 0%. Mas aí, Costa não vai tão longe. A tributação sobre a energia, de si, não, mas as medidas que Catarina Martins tem levado para cima da mesa na primeira reunião que teve com a delegação socialista, sabendo que, na anterior legislativa e proposta do BE sobre esta matéria foi dividida não só pela maioria como também pelos socialistas.

Quanto ao IRS, em o Bloco de Esquerda critica as "bancas fiscais" que resulta da redução do IRS para os grandes empresas e grandes grupos económicos, o PCP prioriza mais a diferença, propõe baixar o IRS para as pequenas e médias empresas com lucro mais baixo, assim como propõe, em sentido contrário, aumentar o imposto para as grandes empresas com lucro mais elevado. Nada muito longe do PS, contudo. Também o PS quer distinguir a tributação das empresas, beneficiando facilmente aquelas que se fixam no território de baixa densidade, no interior do país.

Positivos extraordinários:

- Redução do IVA da restauração para os 12%;
- Revisão das escalões do IRS;

Extraterritórios difíceis:

- Fim da sobretaxa do IRS – o PS quer uma eliminação favorável, BE e PCP querem não ir;
- Redução do IVA sobre a eletricidade e gás

Segurança Social: Desejar (muito) difícil para entendimentos

Convergência pelos pontos de convergência: para PS, BE e PCP é indispensável a redução do Complemento Solidário para Idosos (CSI), do Regulamento Social de Inatividade (RSI) e do abono de família.

A partir daqui, (quase) todo resto de figuras. Desde logo, nos pontos de se os três estão de acordo em regular sobre as pensões atuais, o facto de os socialistas afirmarem, pelo menos para já, o desenglobamento das pensões devida profundamente a esquerda – há mesmo o tema mais quente de debate entre António Costa e Catarina Martins, que dizem mesmo a serem o socialista de querer manter mais de 1 hora adicional de tempo nas pensões nos próximos quatro anos. O acordo geral do PS regional, na altura, que o PS não pretende cortar esse valor e que esse valor se reflita no aumento da despesa com pensões em outros domínios. Acordo geral. Mas Catarina Martins não ficou convencido.

'Congelamento de pensões é corte de pensões'

Em todos os pontos que se a Catarina Martins, Catarina Martins trouxe claramente uma linha vermelha: o PS tinha de aceitar o congelamento das pensões em não havia consenso possível. E, neste ponto, também o PCP alega como prioridade o "aumento das pensões de reforma".

Por falar em linhas vermelhas, a parte nos biológicos também tinha sido claramente que não aceitar a declaração pública dos três protagonistas – que descrevem as medidas que foram mantidas como produtivas e sustentáveis –, o acordo geral socialista parece estar disposto a não ultrapassar uma linha vermelha e a desenglobar as pensões. Mas ainda muito cedo para dizer.

Por falar em linhas vermelhas, a parte nos biológicos também tinha sido claramente que não aceitar a declaração pública dos três protagonistas – que descrevem as medidas que foram mantidas como produtivas e sustentáveis –, o acordo geral socialista parece estar disposto a não ultrapassar uma linha vermelha e a desenglobar as pensões. Mas ainda muito cedo para dizer.

Por falar em linhas vermelhas, a parte nos biológicos também tinha sido claramente que não aceitar a declaração pública dos três protagonistas – que descrevem as medidas que foram mantidas como produtivas e sustentáveis –, o acordo geral socialista parece estar disposto a não ultrapassar uma linha vermelha e a desenglobar as pensões. Mas ainda muito cedo para dizer.

Além disso, há duas medidas no programa do PS que podem, na teoria, ajudar a biologia e comunitária: o reforço do financiamento da Segurança Social, dentro os socialistas, pode dar-se através do aumento da TSI sobre empresas com elevados índices de produtividade e através do alargamento da base de incidência das contribuições aos lucros das empresas. A ideia, seguida por António Costa durante a campanha eleitoral, é obrigá-lo a pagar o imposto que têm grandes lucros, mas poucas trabalhadoras, as empresas que queiram em emprego precário e contribuírem mais para a Segurança Social. Um ideia que, certamente, também colide o elegeo de Pedro Passos Coelho.

O Bloco de Esquerda, por sua vez, também parece alinhar nesse discurso. "A contribuição das empresas para a segurança social é feita através da Taxa Social Única que incide apenas sobre os salários. Um enfoque concentrado apenas sobre os salários, trata em conta a evolução tecnológica e que sustenta, mantendo a capacidade de financiamento da segurança social e evita de outros métodos por parte da empresa do país".

Por isso, propõem os biológicos, é preciso criar "uma taxa sobre o Valor Acrescentado das grandes empresas para financiamento adicional da segurança social e de redução do Fundo de Estabilização da Segurança Social (FESS). Na prática, uma taxa de 0,7% sobre o valor acrescentado das grandes empresas registadas, mesmo no atual contexto de crise, um mecanismo de revisão de acordo de 200 milhões de euros/ano para a Segurança Social", explicou.

Havia uma proposta que poderia ter sido a pensar, mas acabou por não ter lugar no programa eleitoral do PS. O grupo de comunistas respondeu pelo estudo macroeconómico chegou a admitir a biologia de aumentar a idade legal de reforma. Costa, por sua vez, deixou até essa proposta ainda antes de lá ver a luz do dia e, já em campanha, comprometer-se, inclusive, a tirar um positivo exemplo da idade de reforma.

Quanto a Catarina Martins e Jerónimo de Sousa, embora não muito claro em relação a esse ponto é possível subverter o "fim da reforma aos 65 anos" e a possibilidade de a sua antecipação sem penalizar para carreiras contributivas de que é mais cedo. Esse parece ser um tema tranquilo para os três partidos.

Positivos extraordinários:

- Obrigar empresas com mais lucros, menos trabalhadoras e com empregos mais precários a contribuírem mais para a Segurança Social;

Extraterritórios difíceis:

- Desenglobamento de todos os pensões;
- Redução do TSI

Salários e política laboral: O que será do aumento do salário mínimo? Ou do procedimento conciliatório?

Desobediência, repórteres, reverter a autoridade e a produtividade laboral. É este o espírito central dos três programas no que toca a políticas salariais e de trabalho. Mas uma vez mais, a diferença começa no que se diz de devolução: se os comunistas e o Bloco vão falar, mas os seus programas, em oposição "biológica" e "medida" dos cortes salariais e desenglobamento de pensões, os socialistas, já se sabe, parecem a rejeição dos cortes salariais e de pontos da função pública em dois anos, até em 2020 e o restante em 2027.

Aumento efetivo e real de salários e PS não prometem, mas pelo menos no que toca ao salário mínimo nacional e conciliatório entre a esquerda não parece difícil de alcançar. PCP e BE estão em sintonia: aumentar por um lado, e o PS admite que é preciso um aumento mas a ser estabelecido em sede de negociação coletiva.

Quanto à política laboral, é preciso meter com mais cuidado. Mas há algumas questões que são ponto quente entre os três: o regime de trabalho de 35 horas semanais, a repositição dos feridos e a redução da contratação coletiva. O princípio do contrato é o precariado, através do fim dos salários reais verdes e da diminuição dos contratos a prazo, também transversal aos programas dos três partidos.

Também o regime de reabilitação, os centros de mobilidade especial na função pública, é para "sever". Ou para "atual".

Mas há uma linha vermelha. O regime de despedimento conciliatório proposto pelo PS é, à cabeça, uma das instigações da direita esquerda, com o Bloco e o PCP a discutirem totalmente depois regime de despedimento por conciliação e a abertura e criação de despedimentos coletivos. Além de que Bloco e PCP são mais longe do que o PS nas medidas de proteção dos trabalhadores e no combate aos despedimentos, afirmando mesmo nos limites e na penalização para as empresas.

Positivos extraordinários:

- Combate à precariedade;
- Repositição dos 35 horas;
- Rejeição dos feridos;
- Reforço da contratação coletiva;
- Fim do regime de reabilitação;

Extraterritórios difíceis:

- Rejeição dos cortes salariais – o PS quer uma repositição favorável, BE e PCP querem não ir;
- Aumento do salário mínimo;
- Bloco no procedimento conciliatório

Mais investimento na Educação

Universalidade, obrigatoriedade e gratuidade – a base é a mesma, com a esquerda a querer mais investimento e facilitar o acesso à escola pública, aumentando aqui o investimento. Esta não são, de modo algum, as bandeiras prioritárias de António Costa sobre o futuro do Estado Social (FESS). Na prática, uma taxa de 0,7% sobre o valor acrescentado das grandes empresas registadas, mesmo no atual contexto de crise, um mecanismo de revisão de acordo de 200 milhões de euros/ano para a Segurança Social", explicou.

Alargar a universalidade da oferta da educação pré-escolar a mais crianças é ponto comum, com o BE a querer uma extensão a todas as crianças a partir dos dois anos, o PCP a pôr a meta aos três e o PS, em regime mais progressivo, a falar em alargamento a todas as crianças dos três aos cinco anos. A gratuidade no acesso aos manuais escolares é também uma das medidas propostas pelos comunistas e biológicos, com o PS a ir ao encontro, a meio caminho, falando na possibilidade de "desobediência em sistemas de aquisição e retorno de manuais escolares que assegure a progressiva gratuidade dos manuais".

Também a redução do número de alunos por turma e a questão de redução nos programas no ensino superior não parece ser problema, com os partidos mais à esquerda a pedirem a redução do valor e o PS a exigir um "pagamento fixado".

Na base dos programas eleitorais do BE e do PCP, os que à educação da saúde, está o fim imediato do "processo de municipalização" do ensino, para tirar a gestão da autonomia das escolas em até a sua privatização. O programa do PS não é claro neste ponto, mas o governo lá na altura não foi criticado pelos socialistas, pelo que a sua rejeição não é exclusiva.

No, no que se refere à União Europeia e à política internacional os entendimentos parecem muito difíceis, na Educação sobretudo das questões defendidas por BE e PCP parece ser dividido para o PS. É não-voto. A redução das despesas no ensino superior, uma batalha histórica, poderá, no entanto, não ser fácil para biológicos e comunistas.

Saúde: Fim das taxas moderadoras pode dividir

Defensor o Serviço Nacional de Saúde e reduzir as desigualdades entre cidadãos no acesso à saúde, dar um milhão de famílias a cada português (ou a pelo menos mais que mil habitantes, dependendo se o PS e o BE repositam as taxas moderadoras) – o acordo entre os partidos não parece difícil, a não ser neste último ponto. PCP e o BE querem eliminar por completo as taxas moderadoras, e o PS não chega a tanto – promete a redução, não o fim.

Entre a reforma hospitalar proposta pelo PS e o investimento no investimento preventivo em novos hospitais de Lisboa, Setúbal e Gafanha, proposta pelo BE, ou a devolução ao domínio público dos hospitais que estão em regime de PPP ou entregue às Mancomunidades, com o PCP e o BE, há diferenças no sentido escolhido para a defesa do SNS e formas de financiar, mas também há semelhanças. Tanto BE como PS pretendem, por exemplo, alargar as Unidades de Saúde Familiar ao território nacional, com o PS, já a adotar a promoção a criação de uma unidade nacional.

Europa: Tratado Orçamental e dívida. As diferenças conhecidas

Na Europa, as principais prioridades do Bloco e do PS não – os temas – classa: reaver o Tratado Orçamental e avançar para a reestruturação da dívida. Se não resultar, a solução pode passar pela saída do euro da zona.

O Bloco de Esquerda defende que se anule para a Constituição Europeia para o Restabelecimento do Conselho de Política da Zona e para o fim do Tratado Orçamental. O PCP de o mesmo, mas quer outras palavras a serem colocadas "uma cláusula intergovernativa para revisão do Tratado, que tenha como objetivo, entre outros, a imediato reavogação do Tratado Orçamental e a reavogação do Tratado de Lisboa".

O PS, é conhecido, defende um outro caminho: a "linha integradora dos regimes do Tratado Orçamental". Os socialistas rejeitam que o Europe, através do "programa de redução de dívida soberana do BCE", das "novas regras de interpretação do programa de estabilidade" e do "plano Juncker", já dá alguns passos nesse sentido, "mas é preciso ir mais além". É preciso "votar a página" e avançar para "uma estrutura clara, não com a Europa, não com o euro e com a União Económica e Monetária, mas com a política da autoridade não fim, que não deixa qualquer a economia e o resto o trabalho social". António Costa disse a vários pontos e bandeiras de reestruturação da dívida não vai ser aquilo que PS como uma prioridade absoluta – A, apenas, um plano B.

Estabelecimento de limites. Catarina Martins e Jerónimo de Sousa. Os dois defendem nos respetivos programas a reavogação da dívida, embora em dimensões diferentes: o Bloco quer o "abandono de 60% da dívida, em juros de 1,5% e pagamento entre 2022 e 2026", acompanhada, entre outros temas, por um "subsídio à dívida, para que sejam canceladas as suas origens e autorizações para deturpar a parte que seja legítima", enquanto que o PCP pede a "reavogação da dívida pública com a redução do valor nominal dos montantes em 100% e redução do seu vencimento em 20%". As diferenças entre PS, Bloco e PCP neste matéria são conhecidas, mas, aparentemente, Catarina Martins e Jerónimo de Sousa terão já alinhado destas bandeiras. O mesmo parece ter acontecido com a saída de Portugal do NUTS, uma batalha que biológicos e comunistas terão defendido.

No entanto, ainda não conhecidas as posições dos três partidos em relação ao Tratado de Comércio e Investimento UE-EUA (TTIP). Olhando para o que têm defendido os três partidos, poderão ser negociações difíceis: o PS quer o Bloco e PCP querem derrubar já.

Noite caso, não há muito sentido falar em entendimentos possíveis, conhecidas que são as profundas divergências entre PS, Bloco e PCP. Mas Catarina Martins e Jerónimo de Sousa já devem ainda de estar bem dispostos a defender essas mesmas bandeiras.

Justiça: Juntas com a reforma de Paula Teixeira de Foz

Também na área da Justiça parece existir uma linha que vem de forma clara os três partidos: a necessidade de tirar o mago judicial, "a" reforma de Paula Teixeira de Foz. O ritmo e o modo de o fazer é que pode variar.

No programa socialista é referido: "o reforço do fulcramento da reforma do mago judicial" e é dividida em dois: a hipótese de serem criadas "outras de criação de mago judicial promovendo as alterações necessárias, sem prejuízo de proporcionar a realização em cada conselho de julgamento que respetivos aos cidadãos dos mesmos assuntos".

Uma ideia que parece encontrar ressonância no programa do PCP: "É urgente lutar contra o crescimento de tribunais e pela instauração de um tribunal de competência genérica em cada comarca".

Catarina Martins não mais longe e concorda mesmo é preciso "defender um novo mago judicial que assegure proximidade territorial na administração da Justiça".

Anexo XIII- Notícia Nº11

7 dados que faltam para saber que tipo de Governo teremos (e para quanto tempo)

14/10/2015, 13:39 | P. 266 | 44 |
Até onde podem o PCP e BE? Como fica o programa de Centeno? Que hipóteses tem ainda Passos? E que papel terá o Presidente - este e o próximo? Sete dados em aberto que vão determinar que Governo teremos.

Partilha



Paulo Jorge Magalhães/Global Images

Autor

David Dias

Mais sobre

BLOCO DE ESQUERDA
CDU
CONDIÇÃO
GOVERNO
LEGISLATIVO 2015
NOVO GOVERNO
POLÍTICA
PÓS TRONKA
PRESIDENTE DA
REPÚBLICA
PS
ELIÇÕES
TRONKA

O jogo político está no rubro, mas ainda é cedo para dizer como acaba. Como o dilúvio está sempre nos detalhes, aqui fica um guia para se orientar nas jogadas dos próximos dias, de um lado e do outro do espectro político. Com sete incógnitas, que têm pela base o cenário que passou a ser central: o de um governo de esquerda.

1. Até onde cedem o PCP e o Bloco?

António Costa tem-se multiplicado em sinais de que esse é o seu plano: A formar um Governo com o apoio da esquerda. À saída do Palácio de Belém, o líder do PS falou mesmo num "programa de Governo" elaborado com o PCP e o Bloco. Dando garantias de que os dois partidos prescindiriam dos seus programas, ao que respeita por exemplo a cenários de saída do euro. Mesmo assim, os sinais públicos do PCP, sobretudo, são ainda equívocos. Um exemplo, dito na terça-feira, à saída de uma reunião técnica entre PS e PCP, por Jorge Coelho (do Comité Central):

"O PS tem condições para formar Governo, apresentar programa e entrar em funções. Quanto aos desenvolvimentos futuros, eles resultam da identificação da política que far positivo fazer (...) Poderia contar com a nossa activa participação para assegurar todas as medidas que correspondam aos direitos, interesses, rendimentos, salários dos trabalhadores, reformas. Tudo o que não corresponda, contaria com a oposição do PCP."

Eis, então, o que falta saber:

• O PCP e o Bloco admitem integrar esse Governo de esquerda?

Catarina Martins e Jerónimo de Sousa já disseram, em teoria, que sim, mas esse passo não é de somenos - daria garantias de estabilidade ao governo.

• Se não, fazem um acordo de apoio parlamentar? Por quanto tempo? E com que geometria (os dois partidos ou só um deles)?

O documento que eventualmente seja assinado pelas bancadas é, aqui, central: que garantias, que condições, que variáveis ficam em aberto?

• E aprovam os orçamentos? Ou as condições para esse acordo vão ficar em aberto - decidindo-se depois? Sem garantias de que os orçamentos do Estado do PS são aprovados pelas duas bancadas (o que nunca aconteceu até aqui e exige votos a favor), o acordo PS/BE/PCP ficará sempre frágil. As declarações de Jorge Coelho garantem, ao menos, que, nesta fase, é assim que preferem os comunistas, por exemplo.

2. Como fica o programa de Mário Centeno?

Na campanha eleitoral, Costa disse várias vezes que o programa que os seus economistas lhe desenharam estava com contos certos, mas tinha uma coerência que exigia uma maioria absoluta para ser aplicado. Ora, o PS perdeu as eleições e só pode governar com o apoio explícito do PCP e BE, cujos programas foram fortemente criticados como irrealistas por Costa.

Após, em negociações, que programa sairá das negociações? As reuniões técnicas prosseguem, há *vários pontos que são comuns aos três*, mas também há várias (e determinantes) questões em aberto. Como sejam:

• O BE e o PCP exigirão à cabeça que o PS detasse a redução da TSU?

Mas era essa redução da TSU que permitia ao PS justificar o impulso económico (gradar de receitas) que lhe permitia depois pagar algumas medidas que tinha previstas. Sem a TSU, como conseguem o PS fazer o resto?

• O que é que as exigências do PCP e Bloco fazem ao quadro macroeconómico? Mário Centeno, que tem estado nas reuniões, garantiu sempre ter as contas feitas para aplicar tranquilamente o programa socialista. Mas algumas exigências já conhecidas do Bloco e PCP acrescentam grandes dificuldades ao quadro. E levantam a dúvida sobre se os números serão compatíveis com as regras do Tratado Orçamental.

Eis alguns problemas que estão em cima da mesa, colocados pelo PAF: Repeção das salidas, penões e congelamento de reformas; Política fiscal justa; Eliminação das taxas moderadoras; Repeção do transporte de doentes não urgentes; Reversão dos processos de concessão, sub-concessão e privatização das empresas de transporte (o que exigirá indemnizações); Retomar o controlo público de empresas estratégicas. Do lado do Bloco, Catarina Martins tem sido mais *reguardada*. Mas entre mesmo das eleições colocou duas condições chave para aceitar apoiar: o fim da decisão da TSU; e a aceitação de que as pensões não podem ser congeladas (e esta, sim, pode representar um problema sério para um orçamento socialista).

Curiosamente, já agora, ter em atenção o que disse o Conselho de Finanças Públicas, esta quarta-feira: o cinto orçamental vai ter que estar apertado por uns bons anos, para que o país fique em zona de segurança. O relatório está aqui.

3. Como fica o próprio PS?

Nos últimos dias, sucederam-se as declarações de responsáveis do PS que são contra uma governação com o apoio do PCP e Bloco. Sérgio Sousa Pinto demitiu-se da direcção de António Costa, Francisco Assis mostrou-se incomodado, João Prouça e o líder actual da UGT também se disseram contra. Personalidades como Marçal Grilo ou Vera Jardim manifestaram fortes reservas - mostrando que a divisão não é de grupos (há "costistas" presentes), mas mais transversal.

Entem, mesmo assim, veio uma crítica e um aviso do lado "segurista": "Essa solução vai não só fraturar o partido, mas colocará o partido perante os portugueses numa situação muito difícil" - com um problema de legitimidade eleitoral, disse Eurico Brilhante Dias na SIC-Notícias. A questão da fratura só se colocará num cenário realmente dramático para o partido. Mas há um dado que convém ter em conta: há 15 deputados ditos "seguristas" eleitos para o novo Parlamento, bastam sete para inviabilizar uma proposta de voto à esquerda e já houve mais deste grupo a defender que o Governo devia ser do PSD.

Para complicar o que já é complicado, a direcção do PS já *admite levar a referendo* no partido a solução a que chegar. O que tem risco político (embora aumente a legitimidade do líder que perdeu as eleições). E pode demorar tempo.

4. Como reagem em Bruxelas? E os investidores?

António Costa tem apostado todas as cartas em convencer uns e outros que a entrada do PCP e BE num projeto de Governo é, e cito, "como se estivéssemos a deitar abaixo o resto do Muro de Berlim". Leia-se, a integrar no eixo de governação um dos últimos PCP que se afirma marxista-leninista. A frase é da entrevista de Costa ao influente Financial Times, sendo que antes dela o líder socialista já falou a Reuters e France Press para passar a mesma mensagem: esta é a conversão dos comunistas ao euro e não a conversão do PS ao eurocentismo.

O empenhamento de Costa em passar já esta mensagem é grande: esta quarta-feira chamou os embaixadores de vários países europeus ao Largo do Rato, na quinta-feira vai a Bruxelas falar com os líderes do Partido Socialista Europeu. Tudo num verdadeiro *Processo de Tranquilização em Curso*. E segue-se a uma notícia, dada aqui no Observador, que contou com algumas *casas de investimento da City de Londres já tinham enviado analistas a Lisboa* para averiguar se o cenário de um Governo de esquerda em Portugal era realista.

A meio da semana, o Público acrescentou um ponto: a *agência de rating DBRS mostra-se preocupada com o cenário político* em perspectiva, quer pela instabilidade política potencial de um governo de esquerda, quer pelo que implicaria "no ritmo de ajustamento orçamental e na previsibilidade da política económica". Que importância tem a DBRS? É a única agência de rating que classifica Portugal acima de "lixo" e que permite, ainda, que o BCE aceite a dívida portuguesa como garantia nos empréstimos que concede aos bancos, sem exigir que o país esteja sujeito a um programa da troika.

Traduzindo: o novo Governo, qualquer que seja, não pode arriscar-se a perder a nota atribuída por esta agência, sob pena de ter problemas sérios com o BCE - e de financiamento da economia e do Estado.

Do lado de Bruxelas, as questões podem ser idênticas - e de igual delicadeza. Portugal está sujeito a vigilância pós-programa, está ainda em Procedimento de Défices Excessivos, pelo que sujeita a regras ainda mais estritas de exigência orçamental. A isto acrescenta-se uma dívida pública muito elevada, forçada à regra de uma redução a cada ano dessa dívida.

Na sequência das eleições, para mais, a Comissão Europeia chegou a felicitar Passos Coelho pela reeleição, dizendo que a votação "confirma a vontade da maioria do povo português de prosseguir o caminho das reformas".

5. E Passos Coelho, que hipóteses tem pela frente? E que programa?

Quando saiu do Largo do Rato, na terça-feira à noite, Passos exigiu *duas coisas* ao PS:

- Que o PS esclarecesse se tem vontade de negociar com a coligação;
- Que enviasse propostas por escrito, para a coligação poder responder.

Ora, na carta que a própria coligação enviou ao PS, manifestou já abertura para incorporar 23 medidas do programa do PS, em troca de um apoio para viabilizar o seu Governo. E deixou mais uma referência importante: um alívio do cinto, sob a forma de cumprimento do Tratado Orçamental na sua margem mínima, de forma a dar margem orçamental para encaixar as propostas do PS. O Expresso fez contos e chegou à conclusão de que a *"folga" é de 1.309 milhões de euros* nos quatro anos da legislatura.

As propostas já implicam uma cedência a que a coligação se compromete. E a elas, Passos e Portas acrescentaram a disponibilidade para analisar outras que o PS queira. E o que quer o PS? Para já, para além das cedências já feitas pela PAF (que pode consultar *nesta guia*), sabe-se que Costa considera "imprescindíveis" a decisão do IVA da restauração, a revisão dos escalões do IRS (que o próprio PS não concretizou no seu programa), a reposição dos salários dos funcionários públicos e redução das taxas moderadoras.

A questão chave é, neste ponto, se ainda há hipóteses de haver negociação entre a direita e o PS. **Passos pode, agora analisar a carta de resposta do PS e tentar incorporar medidas** (até para não dar pretexto ao PS para saltar fora). Mas já avisou que tem um limite: manter o défice no limite de 3% do PIB, para que o país possa sair de Procedimento de Défice Excessivo - e receber alguma flexibilidade de Bruxelas.

À partida, isso pode levar a um bloqueio negocial com o PS. Mas o **PS terá, depois, pelo menos na construção do seu programa de esquerda, de explicar como conseguirá compatibilizar** estas suas propostas "imprescindíveis", com as "imprescindíveis" do PCP e do BE, e tudo junto com a mesma regras do Tratado Orçamental europeu, que já disse querer respeitar.

Dito isto, vamos às hipóteses em aberto:

- **Passos e Costa voltam a negociar e fecham um acordo mínimo;**
- **Passos e Costa desentendem-se, mas Costa fica a procurar um acordo sólido com PCP e BE,** até à votação do programa da direita.
- **Passos e Costa desentendem-se, mas Costa fecha rápido um acordo com PCP e BE,** levando cada um deles a reclamar a formação de Governo ao Presidente (e os dois blocos a entrar numa guerra política sobre a legitimidade do Governo)
- **Passos e Costa não se entendem, mas Costa não consegue fechar um acordo sólido com PCP e BE,** fazendo o que *avisou na quarta-feira* que faria: o PS "não deixará o país no pântano" e vai a negociação, caso a caso, com o governo minoritário de direita.

6. E face a tudo, o que fará o Presidente?

Só na próxima semana Cavaco Silva começará a receber os partidos eleitos, para avaliar e decidir quem deve indagar como primeiro-ministro, de forma a que o novo Governo seja criado. Sem tempo limite, o Presidente pode ainda ouvir o Conselho de Estado, se assim considerar necessário.

No fim da linha, o Presidente pode ter *duas opções, numa versão simplificada*:

- **Indigitar Passos Coelho** como primeiro-ministro, tendo em conta a sua vontade expressa na noite de terça-feira no Largo do Rato (tenha ou não um acordo com o PS, como lhe pediu o Presidente há uma semana);
- **Indigitar António Costa,** se este tiver na mão um acordo com PCP e Bloco, assegurando uma maioria parlamentar de apoio ao Governo.

É aqui que entram as variáveis.

- Cavaco tem a opção de, mesmo com um acordo de esquerda, **pedir a Passos Coelho que forme Governo, esperando que PS, PCP e BE chumbem o programa de governo** e lhe levem, depois, uma solução alternativa de Governo.
- **Pode também nem dar posse a esse governo de esquerda** (como fez Mário Soares quando era PR e ouviu Vítor Constâncio a propor-lhe um Executivo PS/PRD/CDU em 1985 - com a diferença de que, aí, Soares tinha o poder de convocar eleições). Neste caso, o Governo minoritário PSD/CDS ficaria em gestão até que o novo Presidente fosse eleito e tomasse uma decisão.
- Por fim, o Presidente pode também **colocar exigências a António Costa** para admitir dar posse a esse Governo. O Público desta quarta-feira, por exemplo, fala da necessidade de um "acordo escrito". Mesmo não se detalhando o que exigiria esse acordo, é fácil supor que terá de ter garantias expressas do PCP e BE de que aprovarão os orçamentos, de forma a garantir a sua estabilidade durante a legislatura (o que nos leva de volta ao ponto 1 e 2 deste texto).

7. E depois das presidenciais?

A verdade é que muitos dos cenários atrás descritos podem revestir-se, na versão final de um Governo, de fragilidades.

- Um Governo de direita pode ficar na mão do PS a cada orçamento;
- Um governo de esquerda pode ficar na mão do PCP e BE, também a cada medida mais difícil, para ficar em funções. Ou, no limite, em situações que impliquem o cumprimento das regras do euro, levar o PS a pedir votos à direita (o que não se averigua fácil, dado que PSD e CDS reclamam a chefia do Governo e argumentam com a ausência de legitimidade política de qualquer outro).

Com isto, as eleições presidenciais ganham também muito relevo. A interpretação do cenário político pode depender muito de qual será o novo Presidente da República que deve tomar posse em março. E acabar com uma dissolução do Parlamento em qualquer altura da legislatura.

Anexo XIV- Notícia N°12

É se não desloca mudar mesmo sem governo socialista apoiado por Bloco de Esquerda e PCP? O ex-ministro da Economia de António Luís Guterres defende que não encontra nenhuma "impossibilidade constitucional" nesta solução, mas não deixa reconhecer que há alguma "instabilidade" associada ao facto de os partidos envolvidos não serem, no momento da decisão, serem encarados o resultado das eleições de forma diferente daquela que nos tinham habituado nos anos que levamos de democracia política, no nosso País.

Para isto, como reagiu os mercados? É de admitir que "os mercados reagiram, não tanto à situação política interna mas a dúvidas que se levantaram sobre a possibilidade de uma situação política interna condizer a orientação de política que agrosser o endividamento e reduzir as hipóteses de crescimento", afirma Sousa.

"Is que se refere ao nosso País", continua, "a 'linha de água' está na disposição para cumprir, no investimento, o Tratado Orçamental - sendo que pelo menos dois dos três partidos envolvidos nesta solução governativa dispõem de expertise sempre pronunciada quanto ao cumprimento do referido Tratado Orçamental. É esta a questão, não o facto de o Governo ser mais ou menos de esquerda", é isso que pode agitar os mercados e fazer temer a economia portuguesa, afirma Daniel Sousa.

Para outro empresário, Patrick Monteiro de Barros, ainda há outra solução: é tudo uma questão de chamar os partidos habitualmente representados pela governação à "responsabilidade". "Espero que os partidos mais importantes em Portugal, neste caso a coligação e o PS, estejam a alinhar das responsabilidades para a qual foram eleitos", termina a frase questionado pelo Observador: "É o país que está em causa".

Na banca, enorme expectativa (e algum medo)

O mercado é sensível ao que dita Faria de Oliveira, hoje presidente da Associação Portuguesa de Bancos - mas também a título pessoal -, como reagiu ao Observador, depois de uma reunião realizada desde sexta, no respeito pelo equipamento seguinte na União Europeia. A estabilidade política e, não menos importante, a estabilidade financeira são, por isso, fatores fundamentais para o desenvolvimento do País neste momento.

"Vamos fazer economia do mercado, o que significa, essencialmente, que os agentes económicos actuam e tomam decisões de acordo com regras de racionalidade, de percepção de risco e de confiança", afirma Faria de Oliveira, ex-presidente do CIES.

Nos maiores bancos nacionais, a percepção é idêntica - mas, curiosamente, não é unânime. Um dos presidentes executivos ouvido pelo Observador - preferindo não falar em "vai" - não deixa de apontar as consequências "positivas" que vê como possíveis de um governo que junte PCP, Bloco e PS em si Governo. "Uma democracia madura, é possível que toda a população se sinta representada no Governo, em alternativa. A longo prazo é bom, porque cria convergência de políticas".

"Como? Quem passa pelo Governo é sempre muito pragmático", justifica este líder de um dos bancos cotados do país. "O mercado tem vontade de mudar, já não é o mesmo desde 1975 - e os partidos também não", conclui um presidente de um banco.

Mas... há um mas. "Estamos a dar de barato que não teremos um Governo que queira mudar o Tratado Orçamental, a presença no euro. Mas o líder do PS (pragmatista) - período que seja difícil não aproveitar a oportunidade para chamar os dois partidos para a governação. Assim, além com a Comissão Europeia, além com o governo alemão... Uma boa maneira de obter os benefícios de estar lá dentro".

O problema para a banca? Há-lo? "É claro que um governo de esquerda sempre sempre mais os investidores, sobretudo no início. Mas a política política pode alterar essa percepção", afirma o mesmo fonte.

Se a regra na banca é o diálogo, a sensibilidade com o cenário PS-PCP-BE não por isso. Um outro presidente de um banco cotado no PSI não mostra-se bastante mais recetivo, torna corrente também em off com o Observador: "É um cenário que não far qualquer sentido", diz.

"Foi muito preocupado com os mercados e com o risco de Portugal - sobretudo com o crédito. Portugal estava à beira de ter 'investment grade' [ou seja, de sair de rating de Baug] e isto vai causar uma perturbação nos mercados. Tudo isto é mau", afirma, "mas ainda não está fechado - e no limite depende de que factos o Presidente da República".

A questão não é tanto juntar três partidos de esquerda, explica este empresário. "É que é um governo que não resolve à primeira prova de fogo política". E, já agora, com um problema de legitimidade: "Está extremamente perigoso se estes três partidos tentam tirar uma maioria se deixarem lado a lado" - questiona.

Um "PREC" na energia, um "vamos ver" no turismo

Essa é também a preocupação do presidente da Associação Portuguesa de Cadeias, Jorge Almeida, que está apertado: "As expectativas" perante o fator estabilidade e pressão à "instabilidade" que se tem sobre o país. Ao Observador, o empresário que é também presidente da Associação Turismo, menciona-se "preocupado" com as expectativas que passa a BE para a economia e os negócios em governo mais à esquerda do que qualquer outro que já houve em Portugal.

"O PS nunca esteve tão ligado à esquerda como agora" e essa perspectiva de estabilidade, se se confirmar o cenário de um governo PS apoiado pelo BE e PCP, diz, "não seria um ambiente favorável a um setor dos negócios", teme Jorge Almeida.

É não haverá fatores positivos? Jorge Almeida admite que sim: o setor do turismo é "inherentemente orientado internacionalmente". É uma betta na PIA da recuperação, sendo política pelo setor e laborada a esquerda, sendo efeitos positivos no setor. Mas é a aliar para a governação mais global que o empresário mais desconfia. Referindo-se a "uma primeira fase, de incertezas e de instabilidade, os investimentos estrangeiros podem recuar apesar em Portugal" e preferir, nessa base, virar-se para outros lados, diz, admitindo em todo o caso que a reação dos mercados e dos investidores virá depois, em função da "política" do novo Governo. Aqui entram as notas seguintes: "Tem de haver segurança nas nossas expectativas" e se assim for, "não se ajusta", acredita.

Nuno Ribeiro da Silva, presidente da Endesa Portugal e antigo secretário de Estado da Energia de Carlos Silva, vê com maior preocupação a presença no mercado de energia, sobretudo, com a hipótese de PS, Bloco e PCP formarem um governo de esquerda. Um "cenário" ainda demasiado tempo do "PREC". "Este tipo de situação é extremamente negativa para o país. Ainda no outro dia estava sem abono da embalsamada de Espanha, com os principais empresários espanhóis, e não se falava de outra coisa", diz.

As expectativas, o empresário lembra que o país precisa "de investimento estrangeiro mesmo de não para a hora", e por isso em para a end, a "capital não são países".

As empresas e os investidores estrangeiros e internacionais são os países. Não adiantaram e acordaram a garantir uma estabilidade de Portugal", continua Nuno Ribeiro da Silva, há de destacar a instabilidade "dentro" dos setores" e preocupar outros setores, base vai incidir na "fuga de capital e de investimento para outros países". Não entram em condições para serem desvalorizados", afirma Nuno Ribeiro da Silva.

"Ainda há tempo para o Bloco e PCP aliarem que se empresas é que tenham de pagar a conta, que a legislação laboral tenha de ser mais rígida, que se privilegiem setores estratégicos ligados de ser nacionalizados". Com esse cenário, Portugal arriscar-se a transformar-se na "China da Europa".

As aparentes coligações de Catarina Martins e Jerónimo de Sousa sempre agiram para apoiar os "mercado de trabalho" e "emprego", que não se mudar nada. "As pessoas, as empresas, os investidores internacionais não são parva. BE e PCP não vão alterar as suas condições operacionais".

Sobretudo positivos? A mesma que "há milhares de milhões de outros empresários e produtores" "haver um acordo entre a coligação e o PS" - e se os resultados forem "revelar (naturalmente) pontos de um acordo", ainda assim, "de forma justa e ponderada. É preciso não esquecer que não há a PS que ganhou as eleições", lembra o presidente da Endesa Portugal.

Sin, os países querem "Euros Central"

António Barreto, presidente da Confederação Empresarial de Portugal (CEP), não tem dúvidas a revelar solução para o país tem de passar por "um livro governativo-estatal [entre a coligação e o PS], discutido e mantido", prende de lado o que cada um quer e elaborando o País "o livro de regras ligadas".

"Neste momento não é uma questão de se quer, mas uma questão de sustentabilidade e de relacionamento o País à frente de outras ligas, sendo que a negociação e o espírito de vontade, haverá vontade para entendimento e para encontrar um governo estável desta ligas que 70% dos portugueses esperam nos seus votos", afirma António Barreto, citado pelo Observador.

Estão a hipótese "PS, Bloco e PCP" António Barreto acrescenta: "Não sei se outros soluções, sendo naturalmente compreensíveis, possam dar uma garantia de futuro de estabilidade governativa".

Já o presidente da Confederação de Comércio e Serviços de Portugal (CCP), João Vieira Lopes, não faz tão explícito, destacando apenas a necessidade de um entendimento em termos de uma solução que dê estabilidade ao país.

À Luz, Vieira Lopes disse apenas que espera "que o facto de haver neste momento uma situação política bastante aberta melhore a capacidade de os governos darem mais atenção aos parâmetros sociais e que eles reflitam porque na prática são grandes reflexos daquilo que passa a sociedade civil", afirma João Lopes.

Ilustração: André Ricardo Costa

Tem a certeza? A pergunta a Costa de empresários, gestores e banqueiros (mas nem todos)

Empresários e gestores tentam de pensar num Governo de esquerda. Os banqueiros, só dizem não querer. A maioria responde no bloco central, mas há quem seja um lado bem ao pé do BE e PCP e outro ao lado do PS.

Por: [Logos de redes sociais]



Resposta: Resposta a uma pergunta de António Costa quando Catarina Martins descreveu a morte do Governo da direita, basta não sair com a boca a dizer. Alguns já estão a pensar que não se dá a mão e o governo de esquerda que António Costa se dispõe a formar. O próprio líder socialista começa a falar ao mercado, depois das notícias sobre o voto de confiança e a vitória. É um ponto chave para os mercados e a governação de Lisboa portuguesa. Luis Lagado de Sousa, para presidente da Associação Portuguesa de Bancos, responde a uma pergunta do Observador: "Apesar de a forma de passar a mensagem de um partido para os investidores, de modo a tranquilizar os mercados - como ocorreu a Política. Mas, afinal, o que está a passar no principal empresário, gestores e banqueiros portugueses do tempo político - é a ideia de perspectiva de um Governo que junte PS, PCP e Bloco? Não sabemos disso, e o Observador continua a dizer a morte de esquerda de alguns dos principais empresários. A nota continua a ser uma preocupação - a mesma medida, de reduzir o risco".

Cuidado com o financiamento, pedem empresários

Faria de Oliveira, presidente do Conselho de Administração da Pharex (ex-PTGAP), está sobretudo preocupado com o que um governo de esquerda pode implicar para a economia. "A questão central é quem são os melhores candidatos para crescer e de evitar empresas (especialmente para a saúde)", diz o Observador à banca, que há, também, candidato à última candidatura de Carlos Silva. O problema de qual vai ser o próximo Governo é, assim, "há de saber quem garante melhor custo de capital, para as empresas e para o Estado, e de quem permite fazer mais investimento sem entrar em bancarota especulativa".

É comum é que em Governo que junte PS, PCP e Bloco pode ter impacto nas empresas - como a Pharex? "Também pela imagem que se tem na estratagem", diz Faria de Oliveira, "de um governo que junte dois partidos conservadores. Não pode ter qualquer impacto, consequentemente, pode provocar uma grande revalorização, sobretudo pela imagem de risco que tem - com muitos efeitos sobre a economia".

Receio de que esta situação, à grega, seja uma tomada de poder por quem tem pouco interesse em cumprir as regras europeias, por mais que diga que tem", diz Faria de Oliveira.

O empresário junta mais uma interrogação, já numa perspectiva política: "Essa solução vai ao encontro da tradição em Portugal. O normal é que tenhamos um primeiro-ministro que tenha gosto ao eleitorado".

"Preocupante, muito preocupante", diz também Alexandre Soares dos Santos, o presidente do Conselho de Administração do grupo Jerónimo Martins diz que se tem "pelo regime" que se propaga, "é mais como realidade". "É uma questão de respeito pela opinião dos eleitores", diz ao Observador.

Concretizando: "O líder do PS está a inventar. Odeio é que há uma maioria absoluta de esquerda? Os resultados eleitorais não disseram isso. Depois não venham dizer que as pessoas estão a afastar-se da política", lamenta o empresário, um dos mais ativos na discussão política do país.

É porque não se preocupam com os negócios do seu grupo? "A estratégia da Jerónimo Martins [uma das Pharex] está muito mais dependente do estrangeiro do que do negócio em Portugal", explica, "sobretudo da Colúmbia e da Polónia". "E cada vez mais será assim". A resposta levanta uma outra questão: até que ponto os investimentos em Portugal se podem ressentir do Governo que vier?

É se para Alexandre Soares dos Santos António Costa "está a inventar", para Daniel Sousa, diretor geral da Coty e ex-ministro da Economia de António Guterres a "maioria de direita opera no comportamento" do PS pode sempre a bancada socialista.

"A questão é particularmente sensível para os deputados eleitos pelo PS, querendo acreditar que alguns destes deputados não estejam de acordo com a mudança drástica operada no comportamento da direção do partido [seja no que se refere ao modo como está a lidar com o resultado das eleições legislativas seja no que se refere à solução política que está a tentar encontrar], acredita, por isso, que nem toda a bancada parlamentar do PS acompanhe a direção do partido numa solução dessa natureza", alerta o economista.

Mesmo dizendo que, perante este impasse, tem tentado "manter a cabeça e mais fria possível", Daniel Sousa não esconde que este cenário "poderá trazer consequências mais ou menos negativas, dependendo de tempo que durar e do seu desfecho. Positiva é que nunca serão, sem toda a certeza".

Julgo não haver nenhum português consciente que não esteja preocupado com a atual clima político", diz Daniel Sousa, líder da CUTEC.

Anexo XV- Notícia N°13



LEGISLATIVAS 2015

Arnaldo Matos, fundador do PCTP/MRPP sobre esquerda unida: “Isto é tudo um putedo!”

16/10/2015, 15:32 ↗ 14.160 55

Num editorial do “Luta Popular”, o fundador do MRPP condena Bloco de Esquerda e PCP por virem a integrar um Governo “da troika e do capital alemão do PS”.

Partilhe



Arnaldo Matos no meio de Garcia Pereira e Vasco Lourenço num colóquio sobre os 40 anos do 25 de abril
Vitor Rios

Autores

Catarina Falcão

Helena Pereira

Mais sobre

LEGISLATIVAS 2015
ELEIÇÕES
POLÍTICA

O MRPP sobe o tom das críticas à formação de um Governo à esquerda entre PS, PCP e Bloco de Esquerda, mas por razões diferentes das que têm sido apontadas até aqui. O partido, que teve quase 60 mil votos nestas eleições, questiona como é que Bloco de Esquerda e PCP podem apoiar um partido como o PS que será um **“governo da Tróica e do capital alemão”**, apelidando os dois partidos de **“oportunistas”**. Esta força política avisa mesmo os seus militantes que com as centrais sindicais ao lado de um novo Governo, **os trabalhadores terão de lutar “contra todos os sindicatos oportunistas uma luta de morte”**.

Depois do lema “morte aos traidores” no cartaz do partido, o MRPP volta a subir o tom de acusações às restantes forças partidárias e agora dedica o editorial do “Luta Popular”, jornal oficial do PCTP-MRPP, a críticas ao Bloco de Esquerda e PCP. O partido acusa o PCP, que considera ser **“um partido revisionista e social-fascista”**, e o Bloco de Esquerda, que apelida de ser um **“bloco da classe média urbana”**, de serem oportunistas e juntarem-se a António Costa no Governo. “O revisionista e social-fascista Jerónimo, com a canalha dirigente do PCP, atacam-se a António Costa e empurram-no para a formação de um governo do PS, garantindo-lhe o apoio parlamentar do PCP e do Bloco dito de Esquerda”, escreveu Arnaldo Matos, histórico do PCTP-MRPP.

Sobre a situação política em Portugal, o MRPP utiliza linguagem pouco usual para a caracterizar, nomeadamente quando alega que nenhum dos partidos que se propõe a formar uma maioria – PS, BE e PCP – são de esquerda. **“Política de esquerda esta? Isto não é política de esquerda. Isto é tudo um putedo!”**, pode ler-se no editorial que está disponível no site da “Luta Popular”.

“ Qualquer que seja o governo que saia da Assembleia da República eleita no sufrágio do último domingo, seja da coligação Coelho/Portas, seja o do arco governativo Coelho/Portas e Costa, seja o governo de Costa com o apoio direto ou apenas parlamentar dos revisionistas do PCP ou das meninas oportunistas do Bloco, qualquer desses três governos é um governo da Europa Alemã, do capital germânico, da Troika, de Ángel Merkel e de Schäuble, mas nunca um governo do povo português, nunca um governo ao serviço da classe operária e dos trabalhadores”, escreveu Arnaldo Matos.

Este editorial avisa ainda os militantes do partido e os trabalhadores em geral a prepararem-se para a luta. “Quanto à luta sindical, com as duas centrais (UGT e CGTP) a apoiar a política de austeridade e terrorismo do mesmo governo, terão os trabalhadores de travar contra todos os sindicatos oportunistas uma luta de morte. O apoio do PCP e do Bloco a um governo do PS e de Costa vai significar a política da Tróica com apoio do PCP e do Bloco. Uma coisa que os leitores julgariam impossível”, pode ler-se no editorial.

Arnaldo Matos é o único dos fundadores vivos do PCTP-MRPP, tendo sido preso depois do 25 de abril pelo COPCON. É nessa altura que, preso em Caxias e em greve de fome, nasce o mito do «grande educador da classe operária». Abandona o MRPP, desiludido, em 1982.

Em entrevista ao DN, em 2005, dizia que o papel do MRPP no 25 de abril foi o de um “pequeno partido marxista-leninista: denunciar o revisionismo e o oportunismo, organizar a classe operária e mobilizar o povo para as tarefas da Revolução. Por isso, foi sempre visto como o figadal inimigo do MFA, do PCP, do PS, do PPD, do CDS e da UDP e de todos quantos apareceram para se instalar no poder e ainda lá estão instalados”.

Anexo XVI- Notícia N°14



LEGISLATIVAS 2015

Assunção Cristas: “António Costa está a jogar a sua existência política”

17/10/2015, 20:36 ↻ 7.022 39




Assunção Cristas lança fortes críticas a António Costa, acusando-o de “falta de seriedade e honestidade intelectual política”. E não sabe de que “surpresas desagradáveis” falou o líder do PS.

Partilhe     



André Kosteris/LUSA

Autor

 **Edgar Caetano**
 edgarcaetano
 Email

Mais sobre

ASSUNÇÃO CRISTAS
LEGISLATIVAS 2015
PS
CDS-PP
POLÍTICA
ELEIÇÕES

A deputada do CDS-PP **Assunção Cristas** lançou neste sábado fortes críticas ao líder do PS, **António Costa**, acusando-o de “**falta de seriedade e honestidade intelectual política**” e de não ter, com a direita, a mesma atitude que elogia aos partidos da esquerda, menos votados do que o PS, que lhe **apresentam prioridades**. Mas Assunção Cristas pede “**tranquilidade**” porque “**António Costa está a jogar a sua existência política**” e, portanto, vai esticando a corda até onde pensa que ela estica”.

Em entrevista à TVI, Assunção Cristas acrescentou que não sabe de que “surpresas desagradáveis” António Costa falou, referindo-se a questões económicas, e interpreta esta declaração, “escondida numa suposta confidencialidade” da seguinte forma: “**António Costa já está a querer arranjar desculpas**, porque não vai conseguir ter um acordo à esquerda e, ao mesmo tempo, governar cumprindo as regras europeias”.

“Mas eu lamento dizer que António Costa não vai ter desculpas porque **as nossas contas são transparentes**, auditadas”, disse Assunção Cristas, acrescentando que Costa “talvez esteja a lembrar-se dos governos de que fez parte e que **escondiam**, à boa moda socialista, **contas e dívidas debaixo do tapete**”. Mas não vai encontrar nada disso”. Cristas esteve nas reuniões em causa e garante: “não ouvi nada que não fosse do domínio público”.

A jornalista da TVI Judite de Sousa perguntou a Cristas se as conversações entre a coligação e o PS não foram mais do que “uma conversa de surdos”? Cristas diz que “**vão pouco além disso**, o que é absolutamente lamentável”. A deputada do CDS-PP diz que António Costa não teve a capacidade de fazer como outros fizeram consigo, à esquerda, que é definir os tópicos mais importantes”. **Costa “não quer chegar a um acordo com a coligação**, se quisesse tinha vindo com propostas e com números para o que quer dar prioridade”, acusa a responsável centrista.

Assunção Cristas diz que nas eleições “os portugueses foram muito claros. Disseram: queremos que estes senhores, Passos Coelho e Paulo Portas, sejam primeiros-ministros a governar. Queremos que o façam com mais abertura e com mais diálogo, que procurem mais consensos e é isso que temos procurado fazer”. Do lado dos socialistas, diz Cristas, não se tem encontrado a mesma abertura para negociar e definir “três, quatro ou cinco” prioridades para que se negocie **sem que se coloque em risco o cumprimento das regras europeias**, ou seja, a meta do défice.

António Costa não está de boa fé

“**António Costa não está de boa fé**, porque não traz para as negociações nenhum papel, nenhuma circunscrição de trabalhos, nenhuns tópicos prioritários e parece que, de repente, quer que a coligação governe com o programa do PS que foi o programa que foi derrotado nas urnas”, acusa Assunção Cristas. A deputada centrista nota que “o PS e o António Costa dizem que as conversas com a esquerda estão a correr bem e são construtivas, mas ele próprio [Costa] disse aqui ontem que o BE lhe impôs três condições para negociar”.

Mas Cristas recusa a ideia de que Passos Coelho tenha colocado um ponto final nas negociações, como disse António Costa. “**Costa ouve as coisas pela metade**, como lhe convém. O que Passos Coelho disse foi que não fazia sentido haver reuniões de faz de conta”. Cristas pede ao PS que deixe de enviar cartas com “generalidades” e que apresente “prioridades”.

Quanto à possibilidade de o PSD-CDS governarem em minoria, Assunção Cristas diz que “muitos governos minoritários já existiram”. “Na nossa prática política, quem ganha as eleições governa e procura os consensos”. Mas Cristas diz que “temos de estar tranquilos, é preciso perceber que António Costa está a jogar a sua existência política e, portanto, vai esticando a corda até onde pensa que ela estica”.

Anexo XVII- Notícia N°15

Newsletters

OBSERVADOR

LEGISLATIVAS 2015

Sondagem TVI: Se eleições fossem hoje, PàF aumentaria vantagem

18/10/2015, 21:29 → 6.193 53

Portugal à Frente ganharia com 41,3% dos votos enquanto PS se manteria nos 32,7%. Estudo da Intercampus dá PCP e PAN em perda.

Partilhe [f](#) [t](#) [g+](#) [in](#) [e](#)



Getty Images

Autor

 Helena Pereira

Mais sobre

LEGISLATIVAS 2015
SONDAGENS
TVI
ELEIÇÕES
POLÍTICA
SOCIEDADE
TELEVISÃO
MEDIA

Se as eleições legislativas fosse hoje, a coligação Portugal à Frente (PàF) ganharia com 41,3% dos votos, ou seja, ganhava mais vantagem sobre o PS, que conseguiria 32,7%, segundo uma sondagem Intercampus divulgada este domingo pela TVI. O Bloco de Esquerda teria 11% e a CDU 7,7%.

Em comparação com o resultado obtido no dia 4, a PàF subia três pontos percentuais, enquanto o PS ficaria sensivelmente com a mesma votação. A CDU seria a única força a descer. Já o PAN não conseguiria eleger o deputado que conseguiu ter em Lisboa.

O questionário da Intercampus foi feito por telefone entre 14 e 17 de outubro de 2015, num total de 807 entrevistas, com taxa de resposta de 52,4%. A margem de erro é de 3,4%.

Nas eleições de dia 4, a coligação obteve 38,6%, o PS 32,3%, o BE 10,1%, o PCP 8,2% e o PAN 1,3%.

Anexo XVIII- Notícia Nº16



LEGISLATIVAS 2015

De mãos vazias em Belém, Costa tem 2 semanas para negociar à esquerda

19/10/2015, 22:17 121 41

Apesar de as negociações com o Bloco estarem a correr "bem", o socialista não mostrou pressa em levar uma solução fechada ao Presidente. A Costa sobram duas semanas para fechar um governo alternativo.

Partilhe     



Tiago Petinga/LUSA

Autores

 Lilliana Valente

 David Dinis

Mais sobre

ANÍBAL CAVACO SILVA
ANTÓNIO COSTA
BLOCO DE ESQUERDA
COLIGAÇÃO
LEGISLATIVAS 2015
OS VERDES
POLÍTICA
PRESIDENTE DA
REPÚBLICA
PS
PAIS
ELEIÇÕES

O objetivo inicial era ter tudo fechado na última sexta-feira, mas a verdade é que António Costa não mostrou muita pressa em fechar as negociações com o PCP e o BE antes de falar com o Presidente da República. Assim, mas sem acordo fechado, Costa não dá uma opção ao Presidente. Cavaco Silva terá via verde para indigitar Passos Coelho como primeiro-ministro. Resultado: a Costa sobrarão pouco mais de duas semanas para negociar à esquerda, até ao *deadline* final – a votação da moção de rejeição ao programa do Governo PSD/CDS, onde será o tudo ou nada: ou o PS consegue até lá um entendimento, ou terá de deixar passar o Governo de Passos e Portas.

Os socialistas estiveram esta segunda-feira reunidos em secretariado nacional, a direção do partido, durante largas horas. Dos corredores do Rato saíram várias indicações e todas no sentido de que as negociações com o BE estavam a correr "muito bem". Dois dirigentes socialistas admitiam até ao Observador a possibilidade de um acordo iminente, mas a verdade é que os socialistas acabaram por adiar a reunião técnica que tinham com os bloquistas, agendada para esta segunda-feira à tarde. À volta da mesa, os socialistas analisaram (com Mário Centeno) as contas que Bloco e PCP colocaram em discussão, procurando avaliar até onde será possível o PS ceder sem prejudicar o mais importante: **manter os objetivos acordados com Bruxelas, reduzindo o défice e começando a reduzir a dívida pública.**

Para segundas núpcias, ao que se sabe, estão ainda os contactos políticos. Na sexta-feira, Costa e Jerónimo de Sousa admitiram que as conversas entre os partidos ainda não chegaram a essa fase decisiva, onde se discutirá se os partidos à esquerda aceitam integrar um Governo e, em caso negativo, como pretendem apoiar o Governo minoritário do PS. No Largo do Rato conhecem-se as resistências mais à esquerda neste ponto – pelo que a preocupação é mais saber se pelo menos nos orçamentos há garantias de viabilização.

Sem levar um acordo fechado a Belém, Costa empurra a decisão sobre a queda ou não do Governo para mais tarde.

Depois de indigitar, Passos terá de apresentar governo a Cavaco e depois tomar posse. Depois desse momento terá dez dias para apresentar o programa do Governo na Assembleia da República. Todo o processo pode durar mais de duas semanas: o tempo que Costa tem para definir o acordo ou não à esquerda. Havendo acordo, chumba o programa do Governo – como já disse que o faria – e deixa o Presidente com muito poucas opções: **ou empossa o dito governo de esquerda (nas condições que lhe forem apresentadas), ou deixa o governo de direita em gestão até vir um novo chefe de Estado, já com poderes de convocar eleições.** Com uma consequência, neste último cenário: um orçamento em duodécimos e as medidas extraordinárias a cair, deixando um potencial problema nas contas públicas.

Entretanto, Costa vai trocando cartas com a coligação, não rompendo as negociações mais por tática do que por vontade. Na política conta quem fica com a culpa e o secretário-geral do PS insiste em devolver a conta por um rompimento das negociações à coligação. Foi isso que começou logo por dizer na última missiva que enviou a Passos Coelho.

Negociações continuam sem fim à vista

Além das conversas com PCP e BE e da troca de correspondência com a coligação, o PS está ainda em conversações com os Verdes, que esperam por uma resposta dos socialistas desde a semana passada. Já aconteceram duas reuniões entre PEV e PS e houve avanços mas as conversas "não estão concluídas", conta ao Observador Heloísa Apolónia, dirigente dos Verdes.

A deputada eleita pelo PEV conta que foi dado "um conjunto de matérias" ao PS, mas que ainda esperam "resposta". Em causa estão "políticas concretas", mais do que uma proposta política, para o desenho de um "programa de governo". Mas garante Heloísa Apolónia: "Mesmo que não se venha a encontrar uma convergência, viabilizaremos ou não inviabilizaremos um programa de governo do PS".

Com esta posição do PEV, em tudo semelhante à do PCP, um governo minoritário do PS passaria a primeira fase – a da aprovação de um programa de Governo –, mas ficaria a pouco tempo da prova crucial, a aprovação do Orçamento do Estado. Ou seja, o bilhete de vida a este governo seria de cerca de dois meses. Sobre a disponibilidade de Os Verdes contribuírem para a aprovação de um Orçamento de um Governo minoritário do PS, Heloísa Apolónia diz que "cada projeto que entrar na Assembleia da República tem de ser conversado entre os partidos". Mas sublinha que o PEV "está de muito boa-fé" nestas conversas.

Anexo XIX- Notícia Nº17

Newsletters

OBSERVADOR

LEGISLATIVAS 2015

Costa e Catarina a uma só voz: por eles há Governo

20/10/2015, 17:53 1.023 66

O líder do PS foi ao Presidente da República dizer que tem "condições" para um governo com apoio maioritário no Parlamento para uma legislatura. Acordo BE com PS será conhecido nos próximos dias.

Partilhe



TIAGO PETINGA/LUSA

Autores

Rita Dinis
DinisRita
Email

Liliana Valente

Mais sobre

ANTÓNIO COSTA
LEGISLATIVAS 2015
NOVO GOVERNO
PS
POLÍTICA
ELEIÇÕES

António Costa e Catarina Martins foram a Belém pedir ao Presidente da República para que não perca tempo na indigitação de Passos Coelho como primeiro-ministro, porque é o PS que tem "condições" para formar um governo que tenha apoio maioritário na Assembleia da República por quatro anos. Quais as condições? Nem BE nem PS avançam para já quais, mas ambos falam a uma só voz para dizer que "estão criadas as condições" para um governo alternativo. Catarina Martins foi mais longe e assumiu: "Havia divergências grandes que já foram ultrapassadas".

Primeiro foi António Costa que sintetizou assim a bomba que deixou nas mãos de Cavaco Silva: **"Temos as condições para que possa existir uma solução com apoio maioritário que garanta estabilidade e cumprimento da vontade dos portugueses"**. No final da reunião de mais de 40 minutos com o Presidente, Costa lembrou que antes dele já Passos Coelho tinha dito que "não tinha condições para ter uma maioria na Assembleia da República". E se Passos e Portas não garantem essa maioria, Costa assegura que oferece essa solução.

“Esgotada a possibilidade de o PSD ter apoio maioritário na Assembleia, o PS entende que não se deve furtar ao seu dever para proporcionar ao país uma solução estável para a legislatura”, disse.

“É ao Presidente da República que cabe fazer o juízo do melhor caminho a seguir, mas julgamos que estão criadas as condições de estabilidade para o PS formar governo e ter apoio maioritário na Assembleia da República para garantir essa estabilidade”, disse. Um acordo que, assumiu, durará **uma legislatura**.

Já Catarina Martins revelou que mais tarde seria conhecida a "fórmula" dessa solução, mas que não há marcha-atrás nas conversas: **"Pelo Bloco de Esquerda não há volta atrás"**, garantiu, depois de defender que não tem pressa em assinar um papel com o PS para defender a qualidade do acordo que alcançaram.

Questionada sobre se esse acordo não escrito implica a viabilização de um futuro Orçamento do Estado (ou de todos os orçamentos da legislatura), Catarina Martins afirmou apenas que o debate com o PS se cingiu às "condições políticas, especificamente à garantia de proteção dos salários, emprego e pensões". Mas com cautelas. **"É melhor esperar mais um dia ou dois e ter um acordo sério do que estarmos com pressa e acordo ficar mal feito"**, disse.

Indigitar Costa já

Os dois líderes parlamentares foram ainda dizer ao Presidente da República que não deve indigitar Passos Coelho, perdendo tempo uma vez que esse governo cairia na Assembleia da República. Primeiro disse Costa que o país "não ganha nada" em "arrastar no tempo a incerteza" e a "indefinição". "Quanto mais rapidamente tivermos governo viabilizado pela maioria na Assembleia da República, melhor", disse, referindo-se ao facto de Cavaco poder vir a indigitar o líder do PSD como primeiro-ministro, por a coligação ter sido a força política mais votada, mas esse Governo, sem maioria, acabar chumbado no Parlamento logo na primeira semana. O mesmo garantiu Catarina Martins.

António Costa falou mesmo na necessidade de "ganhar tempo" em vez de perder tempo com esse passo, deixando antever que chumbará um governo da coligação aquando da apresentação do programa de governo na Assembleia. Logo no rescaldo das eleições, o líder socialista tinha dito que não faria oposição negativa e que só inviabilizaria o governo da direita se tivesse uma alternativa de governo. Alternativa que, diz agora, tem "condições" para andar.

Questionado sobre se isso queria dizer que já tinha concluído, com sucesso, as negociações à esquerda, Costa voltou a sublinhar o que já tinha dito na sua mensagem inicial, que havia "condições" para construir uma maioria, e lembrou apenas que BE e o PCP vão ser ouvidos pelo Presidente. O Bloco chegou logo de seguida a Belém. Catarina Martins tinha o discurso alinhado com o de Costa e só divergiu ao dizer que o **acordo a que chegaram ainda não foi assinado, mas será conhecido nos próximos tempos**. E assegurou que as três condições que o BE tinha colocado – acabar com o mecanismo conciliatório, desistir da TSU e com o congelamento das pensões – foram atendidas, não se sabendo se com gradualismo ou não. Ainda esta manhã uma delegação do PS e outra do BE estiveram reunidos no Parlamento para mais uma reunião técnica para acertar detalhes.

No final das primeiras três audições (PSD, PS e BE), o argumento de Costa e Catarina é simples: dizem que por um lado há um governo que tem apoio maioritário no Parlamento e que por outro há um governo que não tem condições de assegurar essa maioria. Mas perante este cenário, cabe sempre a Cavaco "decidir", lembram.

Anexo XX- Notícia Nº18

Um-Dó-Li-Tá... E agora o que Cavaco fará?

21/10/2015, 21:51 214 48

Cavaco faz um compasso de espera antes de anunciar a decisão. Dá posse a Passos? Entrega as cartas a Costa? Ou terá ainda outra opção? O que pensam os que estiveram com ele desde 2005?

Partilhe



Todos os olhos estão postos em Cavaco Silva. O que fará o Presidente?

Autor

Miguel Santos Carapaloso

Miguel_SantosC

Email

Mais sobre

ANIMAL CAVACO SILVA
ANTÓNIO COSTA
LEGISLATIVAS 2015
NOVO GOVERNO
PEDRO PASSOS COELHO
PAÍS
POLÍTICA
ELEIÇÕES

Pedro e Paulo com data de validade, ou António, Catarina e Jerónimo uma aliança inédita e imprevisível? O primeiro Presidente de direita está destinado a acabar o mandato dando posse ao primeiro Governo com apoio do PCP e BE – ou ainda terá uma carta a jogar? Depois de ouvir todos os partidos, Cavaco Silva terá agora de decidir quem vai indigitar como primeiro-ministro – e todos os prognósticos apontam para que o Presidente opte pelo caminho convencional: nomeia Passos e logo se vê. Mas nem todos notáveis que estiveram com o Chefe de Estado nas eleições pensam assim.

Luis Palha da Silva, seu mandatário nacional da última campanha de Cavaco, tem algumas reservas em relação à solução governativa à esquerda proposta por António Costa e apoiada por Catarina Martins e Jerónimo de Sousa. **"A prometer ninguém é pobre"**, é preciso perceber se há ou não acordo. É um **"preciso ver para crer"**, onde o atual presidente do Conselho de Administração da Pharol segue o que disse o insuspeito António Vitorino, na SIC-Notícias.

Ao Observador, Luis Palha da Silva começa por dizer que **não vê "outra alternativa"** que não seja a indigitação de Passos Coelho como primeiro-ministro. Se o Governo PSD/CDS não sobreviver, então o Chefe de Estado deverá ver o que o líder socialista tem para oferecer.

“Al, se António Costa apresentar “uma solução estável” para “quatro anos” alicerçada em “compromissos sérios” e num “comportamento civilizado dos estalinistas”, então terá caminho aberto para São Bento.

Um Governo assombrado por novas eleições no horizonte? O gestor não vê grande sentido em convocar eleições já em abril. Se o Executivo liderado por António Costa tiver um bom desempenho e revelar **"um mínimo de continuidade e estabilidade"** então o próximo Presidente da República não deveria dissolver a Assembleia. Até porque, como faz questão de lembrar, vivemos ainda **"um ciclo desafiante para economia portuguesa"**, que **não pode ficar comprometido por causa de uma crise política**.

Mas será possível que esse “tal consenso de vontades” entre PS, BE e PCP seja duradouro? “Não estou cético, nem otimista. Estou expectante”, explica. Apenas uma coisa é certa para o ex-secretário de Estado do Comércio: “Ou há um Governo estável, [pensado] para os quatro anos, que respeite as obrigações internacionais” ou então, **"instabilidade por instabilidade"** deve ser **Passos a liderar o Governo**. Mesmo que em gestão, leia-se – cenário que o Expresso dava por adquirido no sábado que Cavaco exclui, mas que ninguém em Belém ousa comentar.

O melhor é esperar o quadro todo, diz Júdice

José Miguel Júdice, que apoiou Cavaco e foi, em 2007, mandatário de António Costa nas eleições autárquicas, assina por baixo:

“Cavaco Silva vai nomear Pedro Passos Coelho. [O Presidente] sempre teve uma grande preocupação institucional, uma postura, às vezes, até excessivamente cautelosa. Não vai ser agora que que vai [ser diferente] e deitar abaixo um Governo. Esse é um ato político e Cavaco não se deve substituir à Assembleia da República”.

Além disso, lembra o advogado, há ainda muitas variáveis em jogo para que Cavaco Silva tome uma decisão tão definitiva. Por exemplo, **"António Costa ainda tem de levar à reunião da comissão política esse documento"** e não é líquido que seja aprovado. E mesmo que seja, alguns deputados socialistas podem romper com a direção e **"votar em sentido diferente"**, não apoiando a moção de censura ao Governo de Passos. Aqui, a ala segurista do partido desempenharia um papel chave.

Mais: e se o líder da coligação fosse ao Parlamento e, “num ato de loucura, apresentasse um programa de governo” em tudo semelhante ao programa socialista. O que faria António Costa? Ora, “teria de argumentar na Assembleia” e porquê de estar a votar contra esse programa de governo. **Por outras palavras, o secretário-geral do PS teria de assumir o ónus de deitar abaixo um Governo legitimado nas urnas**. São muitas variáveis para que Cavaco Silva opte por nomear António Costa antes de Passos, insiste.

Um terceiro cenário, este mais improvável – como reconhece: Passos caía, mas António Costa não conseguia um acordo estável que lhe permitisse mostrar a Cavaco Silva que tinha ali um governo para quatro anos. Então, **Júdice não exclui a hipótese de o Presidente da República nomear um “governo liderado por alguém da área do PS” ou próximo dos socialistas**, como “Francisco Assis, Bagão Félix ou Manuela Ferreira Leite” que faça a ponte entre os dois blocos políticos.

E que tal adiar a decisão? Cardoso Rosas explica para quê

João Cardoso Rosas, da Universidade do Minho e membro da comissão de honra da candidatura de Cavaco Silva em 2005, acredita que indigitar Passos Coelho (quando se sabe que é certo que o Governo PSD/CDS não passará o primeiro teste) **"não faz muito sentido, nem para quem é indigitado, nem para o país"**.

Deixar que António Costa assumisse já o cargo de primeiro-ministro evitaria **"um espetáculo pouco edificante"** e **"confrangedor"**. Além disso, continua, poucos seriam aqueles que aceitariam um pertencer a um Governo que duraria dias.

Ainda assim, não há *cheques em branco*, sublinha Cardoso Rosas. Ao Observador, o professor da Universidade do Minho lembra que PS, Bloco e PCP devem apresentar **"um acordo forte, viável e duradouro"**, nem que para isso seja Cavaco Silva tenha de **"adiar essa decisão"** até **"ter todas as garantias"** de que um Governo socialista apoiado por bloquistas e comunistas tem pernas para andar.

A partir daí, se António Costa apresentar essa solução “forte”, então Cavaco Silva, que sempre defendeu uma solução estável, **teria de “ser coerente e fiel” e dar posse ao socialista**.

Tudo mudará de figura se PS, Bloco e PCP não derem “garantias” de estabilidade ao Presidente da República, ressalva. Cardoso Rosas, que faz questão de sublinhar que fala apenas a título pessoal, lembra que António Costa sempre disse que, não tendo uma proposta alternativa, **"não formaria uma maioria negativa"** e não derrubaria já Passos e Portas. **Aí, Cavaco Silva deveria tentar “nomear a coligação” e esperar para que os partidos se entendessem**.

De fora da equação está a possibilidade de o Presidente da República nomear um Governo de gestão. **"Arrastar este processo” para lá do tempo normal “seria muito prejudicial” para a vida do país**.

Tudo escrito (e esperar pelo melhor), sugere Miguel Belez

O mesmo diz Miguel Belez, também ele apoiante de Cavaco Silva em 2005. Ao Observador, o economista diz que **"não podemos ter um governo de gestão” nem “arrastar este problema” porque existem “reformas importantes que têm de ser feitas” e porque “há leis que têm de ser revistas"**.

Mas se Cardoso Rosas defende que Cavaco deveria nomear já António Costa – desde que salvaguardas todas as garantias de estabilidade –, o ex-ministro das Finanças de Cavaco Silva lembra que **"a tradição é ser o partido mais votado a formar Governo"**. Por isso, o Presidente da República deveria nomear primeiro Passos e esperar para ver o que vai fazer a aliança **"contranatura"** formada por PS, BE e PCP, argumenta.

“Neste cenário, o economista só vê uma saída para António Costa, Catarina Martins e Jerónimo de Sousa: ou “apresentam um compromisso por escrito” onde deixassem bem claro que respeitariam “todos os acordos internacionais e as regras do Euro” ou nada feito.

Lembrando que Bloco e PCP são frontalmente contra o Tratado Orçamental, Miguel Belez **tem sérias dúvidas** de que uma solução dessas **possa “durar muito tempo"**. Por ser uma solução a curto prazo, como acredita o economista, o próximo Presidente da República deveria convocar eleições assim que o calendário permitir – ou seja, seis meses depois das últimas eleições, em abril.

Anexo XXI- Notícia Nº19

CRÍTICAS CAVACO SILVA

Críticas, dúvidas, subentendidos. 9 chaves para perceber o discurso do Presidente

No discurso em que designou Passos como primeiro-ministro, Cavaco distribuiu críticas vividas, perspetivo que viria com um Governo de esquerda - e deixou recados sobre dúvidas. Descubra quais.

Partilhe



MANSEL DE ALMEIDA LOUSA

Autores

Helena Pereira

David Dinis

Mais sobre

ANÍBAL CAVACO SILVA
ANTÓNIO COSTA
LEGISLATIVAS 2019
PEDRO PASSOS COELHO
PRESIDENTE DA
REPÚBLICA
FINES
POLÍTICA
ELEIÇÕES

Cavaco Silva fez dois discursos mais dramáticos da sua história, na designação de Passos Coelho como primeiro-ministro. O alvo foi o PS - sem reservas. Mas há muitas entrelinhas que convém rever:

1. O voto nas legislativas foi pró-euro

Na comunicação ao país que realizou no dia 6 de outubro, afirmou que Portugal necessita de uma solução governativa que assegure a estabilidade política. Referiu também que essa solução governativa deve dar garantias firmes de que respeitará os compromissos internacionais historicamente assumidos pelo Estado português e as grandes opções estratégicas adotadas desde a instauração do regime democrático, opções que - importa ter presente - foram sufragadas pela esmagadora maioria dos cidadãos nas eleições de dia 4 de outubro.

Cavaco Silva chamou Passos Coelho a Belém dois dias depois das eleições e nessa terça-feira fez uma declaração ao país em que revelou ter encarregado o líder do PSD de procurar um apoio mais alargado - mas com os socialistas, por estarem também de acordo com os principais compromissos do país na UE.

Aqui, o Presidente reforça três linhas de leitura: que os votos de PSD, PS e CDS (todos pró-euro) são largamente maioritários (com 70% dos votos expressos); que só estes partidos asseguram uma solução estável (pelas mesmas razões); e que estes compromissos são a base do "regime", tal como o conhecemos.

2. O bloco central não se fez por causa... do PS

Os contactos efetuados entre os partidos políticos que apoiam e se revêm no projeto da União Europeia e da Zona Euro não produziram os resultados necessários para alcançar uma solução governativa estável e duradoura. Esta situação é tanto mais singular quanto as orientações políticas e os programas eleitorais desses partidos não se mostram incompatíveis, sendo, pelo contrário, praticamente convergentes quanto aos objetivos estratégicos de Portugal. (...) Lamento profundamente que, num tempo em que importa consolidar a trajetória de crescimento e criação de emprego e em que o diálogo e o compromisso são mais necessários do que nunca, Interesses conjunturais se tenham sobreposto à salvaguarda do superior interesse nacional.

No discurso de dia 6, Cavaco sublinhou a necessidade de os partidos que suportam o Governo cumprirem o Tratado Orçamental, que contém metas sobre a dívida pública e o défice estrutural. Também no discurso desta quinta-feira, o Presidente diz que o essencial da estratégia para os próximos 4 anos é o compromisso com o euro. Cavaco acrescenta agora, pela primeira vez, que vê como "convergentes" os programas da coligação do PS - pelo que não vê "deslucos" para que as duas partes não tenham chegado a um acordo.

É no final da frase que se vê o subentendido: Cavaco fala de "interesses conjunturais" sem especificar, mas estes interesses são uma referência indireta às preocupações do PS em chegar ao poder (ou, no limite, até na permanência do líder do PS Nuno Melo (Rato)). Neste caso, Cavaco julga que essas razões se sobrepuseram ao interesse do país.

3. Passos porque ganhou (e porque com Sócrates foi assim)

Neste contexto, e tendo ouvido os partidos representados na Assembleia da República, indigitei hoje, como primeiro-ministro, o dr. Pedro Passos Coelho, líder do maior partido da coligação que venceu as eleições do passado dia 4 de outubro. Tive presente que nos 40 anos de democracia portuguesa a responsabilidade de formar o Governo foi sempre atribuída a quem ganhou as eleições. Assim ocorreu em todos os atos eleitorais em que a força política vencedora não obteve a maioria dos deputados à Assembleia da República, como aconteceu nas eleições legislativas de 2009, em que o PS foi o partido mais votado, elegendo apenas 97 deputados, não tendo as demais forças políticas inviabilizado a sua entrada em funções.

Cavaco recupera a história dos últimos 40 anos para vincar várias mensagens: que Costa, Jerónimo e Catarina Martins não têm razão ao sugerir que ele devia nomear o líder do PS; que Passos foi o vencedor e tem direito a governar pelo voto do povo; e que ele próprio, Cavaco Silva, seguiu o mesmo exemplo com José Sócrates em 2009 - no momento em que o PS perdeu a maioria absoluta. E lá está o acrescento: nessa altura, vinca Cavaco, PSD e CDS juntos obtiveram mais lugares na Assembleia do que o PS, mas não reivindicaram em momento nenhum a formação de Governo com base nessa soma de lugares.

4. O que defendem o PCP e Bloco? E como farão?

A observância dos compromissos assumidos no quadro da Zona Euro é decisiva, é absolutamente crucial para o financiamento da nossa economia e, em consequência, para o crescimento económico e para a criação de emprego. Fora da União Europeia e do Euro o futuro de Portugal seria catastrófico (...). É tanto mais incompreensível que as forças partidárias europeístas não tenham chegado a um entendimento quando, num passado recente, votaram conjuntamente, na Assembleia da República, a aprovação do Tratado de Lisboa, do Tratado Orçamental e do Mecanismo Europeu de Estabilidade, enquanto os demais partidos votaram sempre contra.

Estas palavras são direcionadas para o PCP e o BE, que têm nos seus programas a hipótese de saída de Portugal do euro - numa crítica estruturada à forma como está concebida e direcionada a integração económica e monetária. Aliás, nunca antes como aconteceu nesta campanha eleitoral estes partidos foram tão longe nas críticas às regras orçamentais da União como dirigentes dos dois partidos até a assumirem que Portugal fora do euro até poderia ser desenvolvido. Neste parágrafo, fica implícito que o Presidente, a aceitar numa segunda fase um Governo de esquerda, quereria bem explícito no acordo que estes dois partidos não colaborem em causa a integração no Euro - e que a sua ação política teria de o respeitar.

E fica depois um aviso para os pilares desta pertença, todos votados na AR apenas por PSD, PS e CDS - com votos contra da esquerda. Colocando PCP e BE em causa estes pilares? Como é que votam quando estiverem em causa leis que derivem destes documentos? A resposta (do próprio PR) está em algumas linhas mais à frente:

Se o Governo formado pela coligação vencedora pode não assegurar inteiramente a estabilidade política de que o país precisa, considero serem muito mais graves as consequências financeiras, económicas e sociais de uma alternativa claramente inconsistente sugerida por outras forças políticas.

Aqui o aviso é dramático e explícito: os stóicos de um Governo da esquerda unida são piores do que um Governo PSD/CDS instável. Será "inconsistente", pode durar pouco e pode dar mau resultado.

5. O PS fica na mão dos extremos; o pior momento para experiências

Em 40 anos de democracia, nunca os governos de Portugal dependeram do apoio de forças políticas antieuropeístas, isto é, de forças políticas que, nos programas eleitorais com que se apresentaram ao povo português, defendiam a revogação do Tratado de Lisboa, do Tratado Orçamental, da União Bancária e do Pacto de Estabilidade e Crescimento, assim como o desmantelamento da União Económica e Monetária e a saída de Portugal do Euro, para além da dissolução da NATO, organização de que Portugal é membro fundador. Este é o pior momento para alterar radicalmente os fundamentos do nosso regime democrático, de uma forma que não corresponde sequer à vontade democrática expressa pelos portugueses nas eleições do passado dia 4 de outubro.

A crítica à solução instável acaba com o PS na mira do PR. Se os socialistas têm garantido que o acordo que está a ser negociado não põe em causa os compromissos internacionais, o Presidente mostra-se muito desconfiado.

Primeiro, explica que um governo do PS que só tem maioria com estes dois partidos fica, na prática, dependente destes em cada momento da legislatura (e daí sem o apoio destes); segundo, anota que o PS está a fazer uma mudança "dos fundamentos do regime", fazendo uma experiência na pior das alturas; terceiro, insiste que com 70% dos votos a serem entregues a partidos pró-euro, o PS está a desrespeitar o voto de 4 de outubro.

6. Qual acordo?

Aliás, é significativo que não tenham sido apresentadas, por essas forças políticas, garantias de uma solução alternativa estável, duradoura e credível.

Na sequência das críticas à inconsistência que vê na proposta da esquerda, Cavaco ainda deixa mais uma farpa a António Costa: a solução que lhe disse, em Belém, que estaria em condições de apresentar não traz garantias de que o PS é capaz de ter um Governo para quatro anos - aquilo que o PR pedira a Passos. E a fórmula de Costa (apoio parlamentar do BE e PCP) não é "estável" nem "credível". E lá sobra a dívida: se tiver que decidir sobre esta proposta, Cavaco aceita-a? Impõe condições? Admite não empossar Costa?

7. Isto vai ter consequências (e um aviso forte - e encriptado)

Depois de termos escutado um exigente programa de assistência financeira, que implicou pesados sacrifícios para os portugueses, é meu dever, no âmbito das minhas competências constitucionais, tudo fazer para impedir que sejam transmitidos sinais errados às instituições financeiras, aos investidores e aos mercados, pondo em causa a confiança e a credibilidade externa do país que, com grande esforço, temos vindo a conquistar. Devo, em consequência, dizer aos portugueses que receio muito uma quebra de confiança das instituições internacionais nossas credoras, dos investidores e dos mercados financeiros externos. A confiança e a credibilidade do País são essenciais para que haja investimento e criação de emprego.

O Presidente anota que um governo que inclua o PCP e BE - e que possa aplicar políticas que ponham em causa as metas definidas - pode pôr em causa a credibilidade de Portugal - e provocar um regresso aos tempos da crise de 2010/2011, quando Portugal esteve na mira dos investidores e mercados.

A dívida fica no início desta parte do discurso do Presidente: o que quer dizer Cavaco Silva quando diz que é seu "dever" impedir que sejam transmitidos sinais errados? Hipóteses de trabalho: Cavaco Silva vai educar condições estritas a Costa para aceitar este acordo (caso se concretize)? Admite Cavaco deixar Passos em gestão e sem dar posse a um governo de esquerda? Não há resposta - para já.

8. Agora é com os deputados (quais?)

A nomeação do primeiro-ministro pelo Presidente da República não encerra o processo de formação do Governo. A última palavra cabe à Assembleia da República ou, mais precisamente, aos deputados à Assembleia da República. A rejeição do programa do Governo, por maioria absoluta dos deputados em efetividade de funções, implica a sua demissão.

O primeiro-ministro é indigido pelo Presidente, mas a formação do Governo depende, num sistema parlamentarista como o português, da Assembleia da República - e Cavaco tem dito várias vezes que o processo está essencialmente lá (e não nele). A parte mais surpreendente desta frase do Presidente é, porém, o acrescento que faz ("ou, mais precisamente"): Cavaco quer sublinhar que a decisão não é estritamente partidária - mas da consciência de cada deputado. Deturando implícito o desafio a alguns para que desalinhem da posição do partido e permitam a Passos governar.

Para quem é a mensagem? Cavaco, claro, não diz - mas não é impossível dizer que se destina em particular aos críticos no PS de um acordo de esquerda. Alguns já se pronunciaram nesse sentido, de Sérgio Sousa Pinto a vários seguitas. A direita bastariam 9 desalinhados no chumbo ao programa de Governo. Ou algumas saídas da sala. Problema: esta é matéria de disciplina partidária - e quem a violar arrisca-se a ser expulso do partido.

9. E depois, que fará Cavaco?

É, pois, aos deputados que cabe apreciar o programa do Governo que o primeiro-ministro apresentará à Assembleia da República no prazo de dez dias após a sua nomeação. E aos deputados que compete decidir, em consciência e tendo em conta os superiores interesses de Portugal, se o Governo deve ou não assumir em plenitude as funções que lhe cabem. Como Presidente da República assumo as minhas responsabilidades constitucionais. Compete agora aos deputados assumir as suas.

Cavaco não diz que não dá posse a um futuro Governo de esquerda depois de uma moção de rejeição ao programa de Governo de Passos Coelho. O Presidente faz vários avisos, alguns até dramáticos, mas em momento algum diz que inviabilizará essa solução se assim os deputados o decidirem. Quando um Governo é derrubado, o Presidente pode dissolver o Parlamento e convocar eleições ou pode pedir a outro partido que forme Governo. Por lei, Cavaco está impedido de dissolver o Parlamento (a proibição vigora nos primeiros seis meses de uma nova Assembleia para dar mais estabilidade). Assim, só a partir de abril é que o Presidente (neste caso, o sucessor de Cavaco) poderá convocar eleições. O expectável, assim, é que Cavaco ainda dê posse a um Governo de esquerda, escolhido pelos deputados, se o Governo de Passos/Portas for derrubado - mas certezas, no discurso nenhuma transparece.

Anexo XXII- Notícia Nº20

LEGISLATIVAS 2015

Manter novo governo de Passos Coelho em gestão seria “inconstitucional”, dizem constitucionalistas do PS

23/10/2015, 18:38 472 36

Três constitucionalistas do PS defendem que o Presidente da República não tem outra hipótese que não seja dar posse a um governo alternativo. Além de uma questão política, é também jurídica, alegam.

Partilhe



Autores

Miguel Santos Carrapatoso

Miguel_SantosC

Email

Liliana Valente

Mais sobre

GOVERNO
LEGISLATIVAS 2015
POLÍTICA
PS
ELEIÇÕES

A trama não é só política, é também jurídica. Para três deputados constitucionalistas do PS, o Presidente da República não tem opção: se o novo Governo de Passos Coelho cair na Assembleia da República, Cavaco Silva não pode deixá-lo em gestão. Isso seria “inconstitucional”.

Assim que o novo Governo de Passos Coelho for empossado, tem de apresentar o programa na Assembleia da República em dez dias. Mas assim que toma posse já está em funções e toma o lugar do anterior. Ora nesse mesmo dia, a esquerda (PS, BE, PCP) vai apresentar moções de rejeição e com a sua aprovação o governo cairá e ficará, de acordo com os constitucionalistas, em gestão. Ora, para Pedro Delgado Alves, Pedro Bacelar Vasconcelos e Isabel Moreira, não respeitará o texto fundamental se o Presidente, a seguir, não começar a ouvir os partidos para substituir o Governo caído na Assembleia.

“Tem de ter a iniciativa, é para isso que lá está”, diz ao Observador Pedro Bacelar Vasconcelos, que acrescenta que em nenhuma circunstância um “governo de gestão é uma alternativa do Presidente”. Diz o constitucionalista que os deveres do Presidente lhe impõem que não deixe o país sem um governo em plenitude de funções e que, por isso, mal aquele caia tem de iniciar o processo para que seja substituído. **“Pode dizer-se que é substancialmente inconstitucional que deixe um governo em gestão e tornar uma situação que é um acidente numa situação da sua escolha”.** Ou seja, se quiser “deliberadamente transformar uma situação transitória e de recurso como sua solução, ainda para mais à revelia da indicação da maioria, seria uma **violação flagrante da Constituição**”.

Para o constitucionalista, um governo estar em gestão “é um incidente” e por isso não deve ser uma solução permanente. A mesma posição tem Pedro Delgado Alves. O também deputado do PS explica que **“seria inconstitucional, o Presidente de não iniciar o processo de substituição do Governo que foi demitido”.** Isto porque **“sempre que um governo é demitido, inicia-se o processo para substituição”.** O primeiro passo, acrescenta, é o de “automaticamente ouvir os partidos”.

Nesta questão, os constitucionalistas do PS não têm dúvidas. Isabel Moreira diz que “a hipótese de um governo de gestão, além de inconstitucional, empossa a oposição em termos materiais como Governo”. O mesmo é dizer que os partidos da oposição iriam estar constantemente a chumar as medidas que fossem à Assembleia da República.

O Presidente da República **não tem, no entanto, um tempo definido na Constituição da República para iniciar esse processo** de auscultação dos partidos depois de um governo cair na Assembleia da República. Acresce ainda que para respeitar esta imposição constitucional, segundo os especialistas, teria de aceitar a solução de esquerda que António Costa garante que vai apresentar. Isto porque, diz Isabel Moreira, há uma outra opção que é um governo de “iniciativa presidencial – que não é inconstitucional”, mas esse também “tem de ir à Assembleia da República e também cai”.

Anexo XXIII- Notícia Nº21

10 LEGISLATIVAS 2015

Ficar em gestão? Passos e Portas dispensam

24/10/2015, 9:05 2.842 88

Coligação prepara-se para o derrube do Governo. Não quer ficar em gestão, vai endurecer discurso e marcar posição: nem uma lei do Executivo de esquerda vai ter o seu voto. PS nas mãos do PCP e BE.

Partilhe



Leonardo Negrão

Autor

David Dinis

Mais sobre

ANTÓNIO COSTA
BLOCO DE ESQUERDA
COLIGAÇÃO
LEGISLATIVAS 2015
PEDRO PASSOS COELHO
POLÍTICA
PS
ELEIÇÕES

Na iminência de caírem logo depois de tomar posse para o segundo Governo, Passos Coelho e Paulo Portas preparam mais do que uma equipa transitória de ministros: começam a preparar o caminho para combater o Governo de esquerda a partir da oposição.

No cenário – mais do que provável – de o PS fazer um acordo parlamentar com o PCP e Bloco de Esquerda e de, juntos, chumbarem o programa de Governo da coligação, os líderes da coligação **dispensam ficar em gestão**. Ou seja, mesmo que o Presidente da República ponderasse a hipótese de não dar posse ao governo de esquerda, o líder do PSD (como o líder do CDS) diria ao Presidente que preferia entregar o poder, apurou o Observador.

À direita do plenário, apontam-se pelo menos **três motivos para que António Costa tome mesmo posse** – apesar de tudo o que a direita vê no método como o fará.

Primeiro, no PSD há a convicção de que **há uma ilegitimidade nesse Governo, mas que essa ilegitimidade não é constitucional – apenas política**. Logo nas primeira entrevista pós-legislativas, o vice-presidente Matos Correia vincou a tese: um Governo desses seria “uma fraude” e “politicamente ilegítimo”, embora admissível à luz da Constituição. Esta tese não é inteiramente partilhada no CDS, pelo menos não na sua versão pública – Nuno Melo, por exemplo, usou já o PREC como comparativo.

O **segundo motivo** é mais estrutural – e coincidente com que a esquerda tem dito depois do discurso de quinta-feira do Presidente: não é concebível o país ficar bloqueado durante meses, até o próximo Presidente poder decidir o que fazer.

Por fim, **um motivo mais prosaico**, que tem sido o mais repetido nos bastidores: com um acordo entre as esquerdas e a direita em minoria, ficar em São Bento **significaria ter que aceitar todas as leis que viessem aprovadas do Parlamento** (que não seriam as suas). A ser queimado em lume brando, em clima de campanha e mesmo assim responsável pelos resultados.

Cavaco: uma ameaça ou um discurso para a história?

A confusão sobre se o Presidente estará disposto ou não a dar posse a António Costa instalou-se depois de, na indignação de Passos, Cavaco Silva ter sido duríssimo com o projeto de união das esquerdas. No PS, vários dirigentes comentaram a hipótese de um bloqueio em Belém ao novo Governo, mesmo nos media vários comentadores viram essa ameaça como real. Um grupo de deputados (e constitucionalistas) do PS encontrou até [argumentos para dizer que seria “inconstitucional”](#) se o fizesse.

Na São Caetano à Lapa, a leitura foi diferente: viu-se uma marcação de terreno contra Costa e uma mensagem clara de que ele, Cavaco, não quer ficar associado ao que vier a acontecer depois. No discurso, **linha a linha**, pode até ler-se o Presidente a dizer que a última palavra é a dos deputados – pelo que serão eles a ficar responsáveis pelo que vier a acontecer.

Na semana passada, o jornal Expresso fazia manchete com uma certeza: que em Belém havia a certeza de que o Presidente não considerava a hipótese de sair de Belém deixando ao sucessor uma situação por resolver. Oficialmente, ao Observador, a Presidência recusou comentar.

Próxima etapa à direita: pôr-se de fora (totalmente)

Depois do primeiro ato da maioria de esquerda na Assembleia – a eleição de Ferro Rodrigues – a ordem agora na coligação é endurecer o discurso. Sem dar espaço a qualquer responsabilização da direita pelo que se seguir depois. Na prática, isto quer dizer que **das bancadas do PSD e do CDS não virá um voto favorável ao novo Governo da esquerda**. “O PCP e o Bloco vão ter que se atravessar a cada medida”, justifica uma fonte ouvida pelo Observador. Leia-se: mesmo nas medidas de contração orçamental que sejam necessárias, devido às exigências do euro, não será a coligação a salvar o PS.

Até lá, a ordem é para não dar argumentos. Passos e Portas têm já uma equipa a trabalhar no programa de Governo que têm de levar à Assembleia e, como já antecipou o Observador, **estão a retirar medidas do programa eleitoral (as mais criticadas pela oposição, como o plafonamento na Segurança Social)** e a abrir espaço a ideias da oposição, para que o PS tenha menos argumentos para dizer que não encontrou espaço de negociação à direita.

Para o Executivo, Passos apostará em **nomes mais ligados aos dois partidos**. Com a justificação de que a época é de combate político, assim se justificará também a dificuldade em encontrar pessoas disponíveis para estar (mais do que provavelmente) poucos dias no Executivo. Com isso, Passos não conseguirá sair com a imagem que gostaria de deixar: a de uma equipa forte e que seria capaz de virar mais uma página no sentido da normalização. A dificuldade acrescida do cenário acabará por levar Passos a **perder mais alguns dias para compor o elenco – sendo mesmo assim o objetivo o de haver posse no prazo de uma semana**.

A cerimónia em que Cavaco Silva dará posse a Passos Coelho será, agora, a próxima da guerra política – uma guerra cujo passo seguinte já ninguém finge não saber qual é – mas que ninguém consegue antever como vai acabar.

Anexo XXIV- Notícia N°22

LEGISLATIVAS 2015

PSD admite possibilidade de retomar o diálogo com PS

25/10/2015, 14:30 1.166 18

O vice-presidente do PSD, Marco António Costa, admitiu a possibilidade de a coligação retomar diálogo com o PS. Sobre a probabilidade de uma moção de rejeição do programa preferiu não falar.

Partilhe



Marco António Costa disse que a coligação nunca fechou as portas ao diálogo
MANUEL DE ALMEIDA/LUSA

Autor

Agência Lusa

Mais sobre

LEGISLATIVAS 2015
POLÍTICA
PORTUGAL À FRENTE
PS
ELEIÇÕES

O vice-presidente e porta-voz do PSD, admitiu, este domingo, no Porto, a possibilidade de a Coligação Portugal à Frente retomar o diálogo com o PS, sublinhando que o programa socialista tem "muitos pontos de contacto" com o do PSD/CDS.

"Acreditamos que o PS tem sempre a oportunidade para corrigir a trajetória errada que está a fazer relativamente à história, porque a sua história não é no sentido desta trajetória, estamos a um mês do 25 de novembro e recordamos a importância que o PS teve para ajudar a cimentar valores de democracia que nós perfilhamos", afirmou.

Em declarações aos jornalistas, no final de um encontro com dirigentes da JSD do distrito do Porto, Marco António Costa disse que a coligação nunca fechou as portas ao diálogo. "Julgo que toda a gente já percebeu que o simulacro que tivemos até aqui com o PS é porque efetivamente há uma ambição pessoal de alguém que quer sobrepor a sua ambição aos interesses nacionais", sustentou.

"Eu não perfilho da ideia de que o governo tem que cair fruto da aprovação de uma moção de rejeição do programa de governo. Não vamos queimar etapas, não vamos falar sobre etapas futuras que ainda não chegaram", disse.

O porta-voz do PSD considerou que "é sempre possível, a todo o tempo, em democracia, o diálogo com todos os partidos sem exceção, mas nós sabemos que há partidos que têm programas e projetos políticos que são inconciliáveis com aqueles que o PSD, o CDS e o PS defendem para a sociedade portuguesa".

“ Os nossos programas, em muitos pontos, são conciliáveis, o que não são conciliáveis são os programas do PS, do BE e do PCP, a não ser num arranjo oportunista de querer chegar ao poder de qualquer maneira e de criar uma condição de bloqueio ao respeito do resultado eleitoral de 4 de outubro”, sublinhou.

Para Marco António Costa, "é preocupante ver que se criou uma coligação de bloqueio em Portugal, relativamente ao respeito que era devido e merecido pelos portugueses quanto ao resultado eleitoral do dia 04 de outubro".

"O que temos visto é uma soma de vontades negativas que pretendem subverter os resultados eleitorais de 4 de outubro, impedindo que quem venceu as eleições possa governar o país", referiu.

Em seu entender, "isto não teria relevância se fosse um mero jogo floral entre políticos, mas a verdade é que isto prejudica o país e gera graves consequências de instabilidade na imagem externa e interna, provoca necessariamente perturbações aos percursos de crescimento económico que o país estava a viver e também de recuperação do emprego e baixa do desemprego que nos últimos meses temos sentido de forma sustentada e que temos a expectativa que possa continuar no futuro".

"Julgo que os portugueses têm razões fundadas para manifestar uma grande preocupação relativamente ao seu futuro, com esta atitude de soma de vontades negativas que formam uma força de bloqueio ao respeito pelo resultado eleitoral de 4 de outubro", acrescentou.

Anexo XXV- Notícia N°23

Newsletters

OBSERVADOR

PS jura (ao PCP e BE): 4 anos sem cortar salários nem subir IRS

26/10/2015, 16:30 4.362 98

PS prepara regra de ouro no acordo com PCP e BE: se forem precisas medidas extra nos 4 anos, não serão cortados salários ou pensões - e não subirão impostos. Desvio maior implicará rever as metas.

Partilhe



HUGO AMARAL/OBSERVADOR

Autor

Helena Pereira

Mais sobre

ANTÓNIO COSTA
BLOCO DE ESQUERDA
CARLOS CÉSAR
LEGISLATIVAS 2015
MÁRIO CENTENO
NOVO GOVERNO
POLÍTICA
PS
ELEIÇÕES
PAÍS

O acordo que o PS está a negociar com PCP e Bloco inclui um compromisso dos socialistas que é, na prática, uma linha vermelha para que comunistas e bloquistas mantenham o apoio ao Executivo do PS durante a legislatura. Na prática, o PS garantirá aos parceiros de esquerda que, se durante o caminho forem necessárias medidas extraordinárias para corrigir o défice e atingir os objetivos europeus, essas medidas nunca vão passar por cortes em salários, pensões ou aumento de impostos – pelo menos sobre rendimentos.

O primeiro dirigente do PS a admitir essa cláusula de ouro foi Carlos César, numa entrevista na sexta-feira à RTP:

"O PCP e o BE, nas conversas que têm tido connosco, têm revelado uma compreensão exata e minuciosa das dificuldades com que o país se confronta e do caráter imprevisível da própria contratualidade política e da própria evolução da economia portuguesa. O que é essencial é que, na tomada de medidas excecionais que a qualquer momento se justifiquem, não sejam lesados os princípios essenciais que têm a ver com o rendimento das pessoas e os impostos sobre o trabalho", afirmou o presidente e futuro líder parlamentar do PS.

Um outro dirigente socialista, contactado esta manhã pelo Observador, confirma que ficaram escritas "duas cláusulas gerais" no documento que foi assinado com os dois partidos, frisando que estas implicam uma cedência de parte a parte. "Por um lado, o PCP e Bloco aceitam que podem vir a ser necessárias medidas que não estarão previstas no acordo", por outro "o PS terá que aceitar introduzir limitações ao leque de medidas possíveis", que são "reivindicações dos partidos que não são preponderantes neste Governo" – mas que podem, claro, tirar-lhe o apoio decisivo para que continue a governar.

A solução? Medidas menores. E deixar o défice desviar

A questão que sobra deste princípio de acordo é, assim, o que fará um governo do PS se forem precisas novas medidas. A primeira parte da resposta é a mais simples – serão tomadas medidas que não toquem nesta regra de ouro. Mas, se essas medidas não forem suficientes, o PS propõe uma mudança de paradigma: "Como temos dito – e escrevemos no documento económico do partido -, um dos erros maiores da política orçamental destes anos foi a de cortar rendimentos sempre que havia um desvio no défice", diz a mesma fonte da direção socialista. "É preciso limitar muito as correções que sejam feitas por essa via, até porque elas não contribuem para o cumprimento das metas", acrescenta ainda.

A tese pode explicar-se desta forma: implementar medidas que cortem rendimentos tira dinheiro disponível à economia e acaba por travá-la. Assim, dizem os socialistas, os impostos recolhidos pelo Estado são também menores – e acabam por tornar mais difícil o cumprimento das metas.

Em síntese: "Se houver um problema, tem que se ajustar a meta do défice", diz um dos socialistas que têm acompanhado as negociações. Isto claro, dentro das regras do Tratado Orçamental, que Costa sempre insistiu que serão respeitadas.

Na entrevista que deu à RTP, Carlos César voltou a deixar claro que o PS não prescindirá de cumprir as regras do euro, mas introduziu uma variante no discurso, que mostra que o PS vai tentar carregar menos na consolidação orçamental. Em vez de falar de um compromisso com as metas definidas, mostra "um compromisso de uma trajetória orçamental" – ou seja, de redução gradual do défice. E juntou na mesma frase isto: "...e de defesa da recuperação dos rendimentos das pessoas e moderação fiscal".

Negociações avançam sem pressão

Com Passos indicado pelo Presidente para formar governo, o PS optou por não pressionar Bloco e PCP para fechar um acordo. As negociações prosseguem devagar e, segundo o DN desta segunda-feira, o PS ainda está a fazer contas às propostas do PCP e Bloco de Esquerda para a **eliminação da sobretaxa de IRS, para o aumento do salário mínimo para 600 euros e para a redução do IVA sobre a eletricidade**, que subiu em 2011 de 6% para 23%.

Como já noticiou o Observador, o objetivo é ter o **acordo pronto antes de aprovada no Parlamento a moção de rejeição ao novo Governo de coligação** do PSD e CDS-PP, para que nesse momento simbólico (que abrirá lugar à formação do governo de esquerda) António Costa possa mostrar que o derrube da direita não é uma coligação negativa, mas sim o ato inicial de um projeto de governo diferente.

No sábado, o secretário-geral do PCP foi **muito prudente** quando, numa entrevista à TVI, foi questionado sobre os termos do que está a ser negociado. Jerónimo de Sousa explicou que ainda não voltou a conversar com António Costa, fugiu a qualquer pergunta sobre medidas concretas (para não ser "desleal" para com o PS) e acrescentou que "medidas negativas" para os trabalhadores não terão nunca o apoio do partido na Assembleia. Mas as conversas estão "bem encaminhadas", disse o líder comunista.

O que querem PCP e BE?

Para já, o que se sabe que está na mesa das negociações passa sobretudo pelo alívio de medidas de austeridade. Em pontos:

- **Devolução dos salários da função pública e das pensões na íntegra** (o PS propunha devolução em dois anos, PCP e BE queriam reposição imediata). Nos salários, o acordo provável é o de uma reposição a cada trimestre, ao longo de 2016;
- **Eliminação da sobretaxa de IRS** (o PS propunha eliminação em dois anos, PCP e BE queriam imediatamente) – é um ponto em aberto, segundo o DN desta segunda-feira;
- **Criação de mais escalões de IRS** (havia oito antes da *troika*, agora há cinco). A ideia é dar mais rendimentos às classes mais baixas e, possivelmente, aumentar a carga fiscal sobre as médias/mas altas. O PS disse na campanha que não se comprometia enquanto não tivesse mais dados, para não inviabilizar as metas traçadas com a UE;
- **Aumento do salário mínimo** (o valor atual é de 505 euros, PS propunha 522 e PCP e BE 600 euros). Também aqui não haverá acordo;
- **Baixa do IVA da restauração** (todos de acordo em baixar para a taxa intermédia de 13%);
- **Baixa do IVA na eletricidade** (PCP e BE querem baixar de 23% para 6%, como antes da *troika*, o PS nunca se comprometeu);
- **Reposição das 35 horas semanais de trabalho** na função pública (onde todos estão de acordo);
- **Valorização da contratação coletiva;**
- **Reposição de feriados** (também com acordo geral);
- **Reforço do abono de família, subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego;**
- **Reversão dos processos de concessão, subconcessão e privatização**, designadamente das empresas de transportes (da TAP ao Metro de Lisboa, Carris, Metro do Porto e STCP, todos eles já adjudicados a empresas privadas);
- **Fim das taxas moderadoras no aborto.**

De fora das exigências do BE e do PCP está a saída da NATO e a renegociação da dívida. Tanto Catarina Martins como Jerónimo de Sousa têm dito que há matérias mais prioritárias, como o alívio da austeridade, e que é nisso que devem estar focados. No BE, contudo, há quem defenda que esta lógica só é válida para um acordo para um ano e que se o acordo for para uma legislatura inteira (os quatro anos) então têm que contemplar a questão da dívida. É o que *defende*, por exemplo, o líder histórico do BE, Francisco Louçã.

Anexo XXVI- Notícia N°24

Como pagar um acordo? Onde a esquerda pode ir buscar dinheiro para aliviar a austeridade

27/10/2015, 6:59 # 1.124 133

O PS negocia sem pressões com o PCP e Bloco, fazendo contas às propostas que podem viabilizar um governo de esquerda. O programa de Centeno tinha ideias para compensar desvios. Quais sobram?

Partilhar



HELO ANIMAL/OBSERVADOR

Autores

Nome André Martins

Email

Miguel Santos

Compilador

Miguel Santos

Compilador

Email

Mais sobre

BLOCO DE ESQUERDA

ECONOMIA

FINANÇAS PÚBLICAS

SISTEMA

IMPOSTOS

LEIS/LEI Nº 2015

PERÍODOS

POLÍTICA

PS

FINANÇAS

REGIÕES

Congelamento de pensões, limites nas prestações sociais não contributivas ou impostos sobre as heranças. Numa altura em que se fala dos aumentos de despesa ou de perda de receita de um eventual acordo entre o PS e a esquerda, que ideias podem os negociadores ir buscar ao programa do PS para compensar eventuais desvios nas contas públicas?

Tendo em conta as condições impostas pelo PCP e BE para viabilizar o governo de António Costa, as costas não serão fiscais de fazer – sobretudo tendo em conta que o primeiro Orçamento está mesmo à porta e que em cima da mesa estão várias medidas que envolvem aumento da despesa do Estado ou perda de receita. Sem sabermos ainda quanto poderão custar as medidas, é possível pelo menos

recuperar, no documento macroeconómico do PS, algumas medidas de compensação que podem ajudar agora a compor as novas contas – pelo menos parcialmente. Visto que PCP e BE também podem trazer algumas dessas propostas (já lá vamos).

As medidas foram incluídas no documento do PS em várias secções, com o objetivo de avançar como compensação apenas caso um conjunto de medidas específico para aquele setor também avançasse. Vejamos quais eram, uma a uma, e quais devem ficar pelo caminho.

Na que diz respeito ao capital dos rendimentos, em cinco medidas apenas uma prevê uma poupança para os cofres do Estado, a aplicação da condição de recursos nas prestações sociais não contributivas. Entre 2016 e 2020, esta medida assenta sobre uma redução de 1.000 milhões de euros (pouco mais de 250 milhões/ano). Mas a medida foi muito criticada pelo Bloco na campanha, pelo que dificilmente um acordo passará por aqui:

O congelamento das pensões – com exceção das mínimas (poupança estimada de 1.660 milhões de euros). Mais um ponto que não passará nas negociações, pelo menos não como proposta do PS. Catarina Martins fez-lhe ataque corrente no debate com Costa e o PS acabou a mudar a medida que varia 415 milhões/ano na proposta do PS. De resto, havendo descongelamento de pensões, o novo Governo terá que inscrever a despesa no próximo orçamento:

Substituição dos atuais incentivos à contratação pela redução da TSU (o que se poupa aqui, 763 milhões, gastar-se-ia com a perda de receita na TSU). A verdade é que a redução da TSU não avança, por imposição do Bloco, mas nada impede que fiquem estas penalizações, que podem garantir à volta de 190 milhões de euros/ano.

Na parte que dizia respeito ao estímulo ao emprego, onde se incluía a redução da Taxa Social Única (TSU) paga pelos empregadores como pedra chave e para qual as outras medidas de compensação, o PS propunha medidas como a **penalização da rotação excessiva de trabalhadores numa empresa** aumentando a contribuição para a Segurança Social (250 milhões de euros/ano, até 2019). Neste caso, não há obstáculos à esquerda do PS:

O programa socialista também propunha um **imposto sucessório para heranças superiores a um milhão de euros** (receita de 280 milhões de euros em 4 anos, 70 milhões/ano) – que está também nos programas dos futuros parceiros; (O PS propunha também consignar 4 pontos percentuais da receita de IRC à Segurança Social, mas parte desta seria feita evitando a redução prevista da taxa de IRC, por isso as contas não são de uma receita extra face ao cenário atual).

Na despesa do Estado, o PS propunha também poupar mais 1.810 milhões de euros durante a legislatura (452 milhões/ano, em média) com **poupanças na contratação de serviços externos, racionalização e simplificação de serviços públicos e reorganização de serviços desconcentrados.** Tudo isto desde 2016 até 2019, de forma acumulada. Esta poupança é, mesmo assim, mais dificilmente atingível – e só em pleno mais à frente na legislatura, visto que se tratam de cortes que demoram tempo a implementar.

Feitas as contas às principais medidas, o PS conseguirá aqui ir buscar, num cenário otimista, menos de 1.000 milhões de euros no próximo ano, para compensar as cedências de que precisa para chegar a acordo com PCP e Bloco. Se os termos do acordo incluírem as medidas conhecidas, estes valores podem servir para compensar devolução de salários, descongelamento de pensões e pouco mais.

Ora, as negociações com o Bloco e PCP incluem mais matérias com custos diretos potenciais, como a decisão do IVA da restauração ou da eletricidade. E o PS terá ainda de contar com o **esforço adicional exigido pela Comissão Europeia** para manter a trajetória de redução do défice, mesmo que pela margem mínima exigida pelo Tratado Orçamental. Além dos **outros problemas de caminho**, como o pagamento eventual do crédito fiscal de IRS, concedido pelo atual Governo.

O que propõem Bloco de Esquerda e PCP?

No livro de receitas de Catarina Martins e Jerónimo de Sousa estão várias medidas desenhadas a pensar nos cofres do Estado, sobretudo, no que diz respeito à reforma fiscal. Primeiro, o partido de Catarina Martins:

- Grande parte da reforma fiscal do Bloco passa pela redistribuição das contribuições. Os bloquistas defendem, à cabeça, a criação de um **imposto sobre grandes fortunas, uma taxa agravada para bens de luxo, o fim do que chama de “horlas fiscais aos grandes grupos económicos no IRC”** e a criação de uma **taxa sobre transações bolsistas**. É uma incógnita o que o PS pode integrar;

- No que respeita ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), os bloquistas querem o **fim da isenção dos fundos imobiliários, da Igreja, dos partidos políticos e dos colégios privados;**

- O Bloco quer também **definir novos limites às deduções fiscais:** mil euros nos rendimentos anuais até 20 mil; 500 euros nos rendimentos entre 20 mil e 40 mil; e, ainda, **terminar com as deduções nos rendimentos acima de 40 mil euros;**

- São conhecidas as diferenças entre Bloco de Esquerda e PS no que diz respeito à Segurança Social. No programa do BE, os bloquistas criticam as medidas desenhadas pelos socialistas e propõem a criação de **uma taxa de 0,75% sobre o Valor Acrescentado das grandes empresas** para financiamento solidário da segurança social e de reforço do Fundo de Estabilização da Segurança Social (FESS). Tal, explicam, representaria um acréscimo de receitas de cerca de 300 milhões de euros/ano para a Segurança Social. De fora ficariam as pequenas e médias empresas.

O programa da CDU é mais detalhado quanto ao impacto financeiro das várias medidas propostas. Tal como o Bloco, PCP e PEV defendem um regime fiscal “mais justo”. Como se concretiza? Assim:

- À cabeça, Jerónimo de Sousa e companhia defendem a criação de um **Imposto sobre Património Imobiliário** assente em duas frentes: um **imposto de 0,5% sobre depósitos acima dos 100 mil euros** e um **imposto de 0,5% sobre ações e títulos de dívida** com exceção da dívida pública portuguesa. Tal, explicam, permitiria ao Estado **encaixar 2.300 milhões de euros/ano;**

- No que toca ao IRC, os comunistas querem repartir (mais) esforços: uma tributação de 12,5% para lucros inferiores a 25.000 de euros; 25% entre os 25.000 de euros e os 3 milhões de euros; e 35% para lucros acima dos 3 milhões. Esta reforma traduzir-se-ia numa receita de **3.200 milhões de euros por ano;**

- Uma das batalhas o PCP e dos Verdes é a criação de um **imposto sobre as transações financeiras**, neste caso, de 0,5%, que permitiria encaixar **3.900 milhões de euros.**

- Já no IRS, os comunistas querem a criação de **taxas de 60% e de 75% para rendimentos coletáveis superiores a 152 mil e a 500 mil euros anuais**, respetivamente, e englobamento obrigatório de todos os rendimentos, de forma a impedir que os rendimentos de capital sejam tributados a uma taxa inferior;

- No programa eleitoral da CDU, existem outras propostas pensadas para a equilibrar as contas do Estado. Desde logo, a criação de uma **taxa de 20% ou 30%, respetivamente, sobre todas as transações financeiras ou rendimentos dirigidos a paraísos fiscais;** o **fim dos benefícios fiscais à Zona Franca da Madeira** (tal como defende o Bloco de Esquerda); o **fim dos benefícios aos fundos de investimento e imobiliários;** e a **criação de um imposto, às taxas de 0,3% e de 1%, sobre o património mobiliário** (quotas, ações, poupanças, títulos e outros instrumentos financeiros), respetivamente acima de 100 mil e 1 milhão de euros.

Na verdade, grande parte dos programas de Bloco de Esquerda e da CDU assenta num princípio fundamental: a reestruturação da dívida pública portuguesa permitiria ao Estado uma redução considerável da despesa do Estado e a realocação de verbas.

A CDU, por exemplo, explica que a renegociação da dívida pública com a redução do valor nominal dos montantes em 50% e redução do seu serviço em 75% permitiria libertar cerca de 6,7 mil milhões de euros, “perto do dobro do investimento público realizado em 2014” – uma linha de argumentação semelhante à do Bloco de Esquerda.

No entanto, a reestruturação da dívida pública, assim como questões como a renacionalização de várias empresas e o fim de várias parcerias público-privadas (PPP’s), que segundo comunistas e bloquistas permitiriam reduzir de forma significativa a despesa, são trunfos que não estão em cima das mesas das negociações, pelo que não podem entrar nas contas.

No fim das negociações saberemos, de todo o modo, o que afinal entrou nas contas.

Anexo XXVII- Notícia Nº25

Newsletters

OBSERVADOR

LEGIPLATINAS 2015

Proibição de dissolução do Parlamento. A regra dos 6 meses ainda faz sentido

28/10/2015, 20:28 317 37

O Parlamento não pode ser dissolvido até abril. Há quem defenda uma revisão constitucional relâmpago para permitir o tira-teimas. O que dizem os constitucionalistas? A regra de 82 ainda faz sentido?

Partilhe



Perante este impasse, que fará Cavaco Silva?

Autor

Miguel Santos Carrapatoso

Miguel_SantosoC

Email

Mais sobre

ANTÓNIO COSTA
ASSEMBLEIA DA
REPÚBLICA
GOVERNO
LEGIPLATINAS 2015
NOVO GOVERNO
PEDRO PASSOS COELHO
POLÍTICA
ELEIÇÕES

A regra dos seis meses. O Presidente da República está impedido pela Constituição de dissolver a Assembleia e de convocar eleições antecipadas na reta final do seu mandato e nem o próximo Presidente o poderá fazer no imediato porque o Parlamento não pode ser dissolvido nos primeiros seis meses a contar da sua eleição. Para descalçar esta bota, há quem peça uma revisão constitucional relâmpago. Mas vários constitucionalistas ouvidos pelo Observador torcem o nariz a esta hipótese.

A ideia foi lançada pelo socialista Álvaro Bezeira, na Rádio Renascença: a verificar-se a impossibilidade de Pedro Passos Coelho governar e a recusa de Cavaco Silva em dar posse a um eventual Governo de António Costa, o único passo possível seria dissolver o Parlamento e convocar eleições antecipadas. O dirigente socialista propunha, por isso, uma revisão constitucional relâmpago "para desbloquear isto".

O que diz o artigo 172º da Constituição?

1. A Assembleia da República não pode ser dissolvida nos seis meses posteriores à sua eleição, no último semestre do mandato do Presidente da República ou durante a vigência do estado de sítio ou do estado de emergência.
2. A inobservância do disposto no número anterior determina a inexistência jurídica do decreto de dissolução.
3. A dissolução da Assembleia não prejudica a subsistência do mandato dos Deputados, nem da competência da Comissão Permanente, até à primeira reunião da Assembleia após as subsequentes eleições.

Ao Observador, Vital Moreira mostrou-se contra essa solução e explicou porquê: "Retirar esse limite ao poder de dissolução parlamentar do Presidente [o tal prazo de seis meses] equivaleria a reforçar extraordinariamente o poder do Presidente da República de rejeitar soluções de governo que lhe não agradem".

Mais, acrescenta o constitucionalista: "Ora, sendo eu partidário de um sistema de governo parlamentar mais genuíno, preferiria, ao invés, eliminar o poder de livre dissolução parlamentar do Presidente. **Sou absolutamente contra o reforço dos poderes presidenciais em matéria de sistema de governo**". Nesse sentido, explica Vital Moreira, "o PS não pode defender posição diferente. Do mal, o menos. Se o Presidente da República tem um poder próprio de dissolução parlamentar discricionário, **ao menos que esse poder seja temporalmente limitado**".

Como explica Vital Moreira, o limite temporal para a dissolução da Assembleia foi introduzido na revisão constitucional de 1982, aprovada pela Aliança Democrática e pelo Partido Socialista. Mas já na primeira versão da Constituição (1976), o "Presidente da República não podia dissolver a Assembleia por efeito da rejeição do programa de governo, salvo no caso de três rejeições sucessivas". "O propósito era o mesmo", continua Vital Moreira: "Limitar o poder de dissolução parlamentar do Presidente da República imediatamente a seguir a umas eleições parlamentares".

No livro *O Pecado Original*, de Santana Lopes, o ex-primeiro-ministro conta que "os grandes artífices da retirada desse poder ao Presidente da República, na linha de Sá Carneiro, foram Mário Soares, Francisco Balsemão e Diogo Freitas do Amaral". Antes dessa revisão constitucional, "o Presidente da República", então Ramalho Eanes, "pôde nomear, em ano e meio, três primeiros-ministros de formações diferentes – um tecnocrata, um político da área do PSD e outro mais à esquerda. Os três Governos presidenciais tinham várias ideologias, com uma característica comum: partida da iniciativa do Presidente e não da expressão direta da vontade do povo. Neste contexto, importa questionar: **é esta a conceção de democracia? O povo ser governado por um qualquer programa, desde que esteja no poder quem seja escolhido por César?**", pergunta Santana Lopes.

"O Presidente deixava assim de ter o poder discricionário de demitir o Governo, mas ficava com o poder de dissolver o Parlamento", ainda que temporalmente limitado, escreve o social-democrata. A lógica era mesma: impedir que o Chefe de Estado impusesse a sua vontade ou cor política ao país. Um pouco à imagem do que fizera **François Mitterrand**, em 1981, quando no dia seguinte a tomar posse, dissolveu o Parlamento para o alinhar com o Eliseu, como recorda um dos constitucionalistas ouvidos pelo Observador.

É também por isso que Jorge Miranda, a par de Vital Moreira, um dos pais da Constituição, se mostra "contra qualquer alteração ao artigo 172 da Constituição". No II Volume da *Constituição Portuguesa Anotada*, que assina com Rui Medeiros, o constitucionalista explica que "a proibição de dissolução nos seis meses posteriores à eleição destina-se não só a salvaguardar um **mínimo de tempo** de funcionamento da Assembleia e a evitar a **constante repetição de eleições** mas também a prevenir uma **eventual pressão** do Presidente da Assembleia da República sobre o eleitorado no sentido de a Assembleia a eleger vir a estar em sintonia com ele".

Já a norma que impede o Chefe de Estado de dissolver o Parlamento nos últimos seis meses "repousa não tanto numa diminuição de legitimidade na fase final do seu mandato, mas sim para impedir, entre outras coisas, que o Presidente, "disposto a candidatar-se para segundo mandato, procure, através da proximidade de ambas as eleições – a parlamentar e a presidencial – uma coincidência de maioria, frustrando, assim, a separação política de Presidente e Parlamento".

Pedro Bacelar Vasconcelos afina pelo mesmo diapasão. Ao Observador, o constitucionalista e deputado eleito pelo PS explica que esta restrição temporal "visa impedir e combater eventuais tentações [do Chefe de Estado] de contrariar os resultados das eleições" e de tentar "impor as suas preferências". **Como tal, não faz sentido falar em revisão constitucional, diz Bacelar Vasconcelos.**

O socialista lembra, também, que esse período mínimo de funcionamento da Assembleia, mesmo numa situação de aparente bloqueio como esta, obriga a que sejam procurados em sede parlamentar os devidos consensos. **"Essa é uma missão à qual a Assembleia da República não pode fugir. Essa obrigação até sai reforçada"**.

Mas nem todos os constitucionalistas apoiam esta leitura. Uma norma que foi pensada para equilibrar as forças acabou por alimentar um bloqueio constitucional que ganha especial dimensão neste caso em que Cavaco Silva não pode dissolver a Assembleia, nem tampouco parece estar disposto a aceitar uma solução governativa à esquerda.

Mais: mesmo o próximo Presidente da República, que toma posse em março, só poderá, se assim o entender, dissolver a Assembleia em abril, quando se completam os primeiros seis meses de legislatura. Mas, de acordo com a lei eleitoral, a ida às urnas só poderia acontecer dois meses depois, em junho.

A convocação de eleições antecipadas serviria, por isso, de chave para resolver um impasse (se o PR optar por um Governo de gestão depois do Executivo de Passos/Portas cair) ou para legitimar o futuro Governo. A lógica de quem defende esta hipótese é uma: **há alturas excecionais que requerem medidas excecionais**, como explicava, de resto, Álvaro Bezeira.

Anexo XXVIII- Notícia Nº26

Primeira brecha na esquerda? PS quer repor (parte dos) cortes em dezembro, BE não quer

29/10/2015, 7:09 2.892 65

PS fez lista de medidas extraordinárias que deixam de ter efeitos a 1 de janeiro. E quer aprovar leis antes de apresentar novo OE. BE diz que se trata depois. Pode ser a 1ª guerra da nova maioria.

Partilhe



TIAGO PETINGA/LUSA

Autores

Liliana Valente

Rita Dias

DIVIRGIA

EPJAF

Mais sobre

BLOCO DE ESQUERDA

LEGISLATIVAS 2015

NOVO GOVERNO

ORÇAMENTO DO ESTADO

PS

POLÍTICA

ELEIÇÕES

ECONOMIA

A negociação ainda vai no adro, mas os socialistas garantem que vão tapar o buraco criado pela inexistência de Orçamento do Estado nos primeiros dois meses de 2016. "Há uma lista enorme" de medidas extraordinárias que caem por não entrar em vigor dia 1 de janeiro o Orçamento e para que as contas "não derrapem" os socialistas vão tentar fazer aprovar leis próprias ainda em dezembro, diz uma fonte autorizada dos socialistas ao Observador. **Será que a primeira medida da nova maioria vai ser a de repor alguns dos cortes feitos pela direita?** Talvez não seja assim: é que, antes disso, o PS, PCP e BE vão ter de chegar a acordo sobre a nova versão destes cortes. E, mais, o **Bloco de Esquerda não está convencido que seja preciso pôr essa nova versão em lei antes do Orçamento**, só quando ele chegar (lá para março). **Pode ser a primeira divergência à esquerda.**

Em causa estão sobretudo os cortes nos salários dos funcionários públicos – o Estado das medidas que cai com a ausência de Orçamento o que implica que o Estado terá que pagar logo em janeiro os salários da função pública por inteiro. É o principal problema em cima da mesa. A solução apresentada pelos socialistas nas negociações com os dois partidos à esquerda seria uma reposição trimestral dos salários. Ou seja, a cada trimestre, os trabalhadores do Estado veriam crescer o salário de modo a receberem por inteiro no final do ano. Mas para esta solução estar pronta a tempo de impedir a reposição total logo em janeiro, tem de ser aprovada antes do final do ano e isso só se consegue com uma aprovação medida a medida, fora da lei do Orçamento do Estado.

"Vai ter de ser feito", diz ao Observador fonte socialista das negociações. **"Essas medidas estão a ser acatadas para as contas não derraparem"**, garante o mesmo responsável. Ou seja, qualquer que seja a solução negociada com PCP e BE para a reposição dos salários dos trabalhadores do Estado, **esta terá de constar numa legislação aprovada até ao final do ano.**

Outra fonte socialista explica que, em termos parlamentares, **estas medidas têm de ser apresentadas antes da discussão na generalidade do Orçamento do Estado, que só deverá dar entrada em janeiro.** Isto porque durante a discussão do Orçamento "é impossível" fazer outra discussão. Acresce ainda que estas têm de ser aprovadas com mais celeridade.

Um Orçamento que dá entrada em janeiro só deverá estar em vigor em março e, por isso, o PS quer que uma lei específica para os salários dê entrada no Parlamento mal o novo Governo de Costa tome posse e seja aprovada de imediato, ou seja, ainda em dezembro. "Tem de haver sessões parlamentares suficientes antes para serem aprovadas", diz a fonte das negociações. Mas este é um assunto ainda agora a ser explorado: "Ainda é muito cedo". As questões jurídicas ainda vão ser tratadas, porque no caso de um governo PS com apoio do PCP e BE tem de ser acatada a aprovação dos diplomas à parte.

O problema coloca-se por causa do regime de duodécimos em que o país vai entrar, por não existir Orçamento regular aprovado para o ano a tempo de vigorar a 1 de janeiro. Ou seja, haverá um prolongamento da vigência do atual Orçamento, mas sem as medidas extraordinárias de despesa e de receita que vigoravam especificamente até ao final do ano. E são muitas, mas umas com peso orçamental relevante e outras que politicamente um Governo de esquerda quererá, por opção política, deixar cair de pronto.

Bloco: disso trata-se depois

O BE, contudo, prefere olhar para a questão como "técnica" e não "política", acreditando que a **alteração de contas que possa advir da queda imediata das medidas extraordinárias em janeiro pode sempre ser tratada a posteriori**, no quadro do novo Orçamento, e não a priori com medidas compensatórias aprovadas antes do final do ano. Segundo fonte bloquista presente nas negociações, **"tecnicamente há sempre forma" de compensar despesas no orçamento seguinte**, mesmo que ele só vigore em março e os primeiros meses do ano sejam geridos em duodécimos – e sem medidas extraordinárias.

A mesma fonte, no entanto, recusa falar em rombo ou buraco na despesa do Estado com a queda dessas medidas logo à cabeça, nomeadamente com a devolução imediata dos cortes salariais em janeiro, por essa ser uma visão "contabilística" da questão. **Acresce a isto, diz, o "efeito positivo na procura" que teria por exemplo a reversão dos cortes na função pública.**

Na conta Excel dos socialistas, além do corte dos salários dos funcionários públicos, **há outra medida relevante: a sobretaxa de IRS.** Mas esta medida difere da primeira em termos de contas finais. Ou seja, por ser um imposto sobre o rendimento, pode ser remetido para o rendimento anual e, além disso, há interpretações diferentes da lei sobre se esta medida cai ou não. Por partes.

Não é certo que esta medida deixe de produzir efeitos no final do ano, **fiscalistas** contactados pelo Observador dividem-se sobre a matéria e admitem que a sobretaxa não carece de revalidação. Se assim não for, o Governo de esquerda tem de a alterar de modo a corresponder à negociação que fez à esquerda, mas pode ser um assunto remetido para o Orçamento do Estado e nem chegar a ser discutido antes. Contudo, mesmo que a medida não seja aplicada nos vencimentos de janeiro de 2016, há um socialista que dá uma opção: quando o Orçamento for aprovado, remete a cobrança e os acertos da sobretaxa para o rendimento anual, ajustando as tabelas de retenção consoante o que for acordado. Para esta medida pode ser tomada uma opção desta natureza, "há outras que não permitem retroativos", diz a mesma fonte. Como é o caso dos salários.

"Há uma lista enorme de medidas", confessa a fonte presente nas negociações. A solução será, no entanto, estudada para cada caso. Além destas duas medidas, com impacto orçamental mais relevante, há ainda outras questões: como o congelamento da regra de atualização das pensões e do Indexante de Apoios Sociais; a detração sobre os lucros das empresas – 3% para lucros superiores a 1,5 milhões de euros, 5% para lucros superiores a 7,5 milhões e 7% acima de 35 milhões de euros; a taxa sobre os imóveis de luxo; a contribuição extraordinária sobre o setor energético e o imposto de selo especial de 20% sobre os prémios dos jogos sociais a partir de 5 mil euros.

N.R. Título alterado às 11h, para ficar explícito que os cortes a repor serão apenas parciais, conforme ditaram as negociações entre PS, PCP e BE

Anexo XXIX- Notícia Nº27

GOVERNO

Cavaco fixa 5 compromissos e 3 objetivos (para Costa ler)

30/10/2015, 14:11 630 55

O Presidente desfiou todos os compromissos que um Governo tem de cumprir e deixa aviso político: é preciso estabilidade, porque "ninguém confia" num país ingovernável". PS viu discurso como "cordato".

Partilhe



HUGO AMARAL/OBSERVADOR

Autor

Liliana Valente

Mais sobre

ANÍBAL CAVACO SILVA
ANTÓNIO COSTA
BLOCO DE ESQUERDA
COLIGAÇÃO
GOVERNO
NOVO GOVERNO
PARLAMENTO
PEDRO PASSOS COELHO
POLÍTICA
PRESIDENTE DA
REPÚBLICA
PS
PAÍS

Antes era a União Europeia e a NATO. Agora, na tomada de posse do XX Governo Constitucional, liderado por Passos Coelho, o Presidente da República desfiou os **cinco compromissos – e mais três objetivos** – que um Governo tem de respeitar – com uma leitura que permite que o destinatário seja Passos, ou António Costa (quando derrubar a direita na Assembleia).

Para Cavaco Silva, sem o respeito por todas as regras da União Monetária, da União Bancária e compromissos internacionais de defesa e lusofonia, o país não mostra ser credível e torna-se "ingovernável". E é aqui que fica o recado político para António Costa: **"Sem estabilidade política, Portugal tornar-se-á um país ingovernável. E como é evidente, ninguém confia num país ingovernável"**, avisou.

Para Cavaco Silva, são vários os compromissos importantes a satisfazer – porque, disse o PR, "é imprescindível que não subsistam quaisquer dúvidas" e todos terão de ter "um elevado sentido de responsabilidade":

1. **"Respeito pelas regras europeias de disciplina orçamental aplicáveis aos países da Zona Euro"**. São eles o Pacto de Estabilidade e Crescimento, o "Six Pack" e o "Two Pack" e o Tratado Orçamental para que Portugal consiga sair do "Procedimento por Défices Excessivos", ou seja, descer o valor do défice abaixo dos 3%, reduzir o rácio da dívida pública e "alcançar o objetivo de médio prazo fixado para o défice estrutural";
2. **Respeitar os compromissos "no âmbito da União Bancária"**, de lembrar que tanto comunistas como bloquistas têm posições diferentes sobre o controlo do sistema bancário via BCE;
3. **Participar ativamente na negociação da "Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento"**, que a UE está a negociar com os EUA, para "melhorar as condições de competitividade dos produtos portugueses nos mercados norte-americanos. Mais um compromisso internacional perante o qual bloquistas e comunistas têm uma visão que não é compatível;
4. **Manter-se fiel aos compromissos internacionais "no espaço da lusofonia"**, leia-se CPLP;
5. **Manter-se fiel à presença de Portugal nas "organizações internacionais de defesa e segurança coletiva** de que fazemos parte", leia-se NATO. Mais uma ideia que BE e PCP não partilham.

Num discurso para o Governo de Passos Coelho, mas já pensando na aliança à esquerda, Cavaco Silva não deixou de dar recados a António Costa.

Logo à frente, o Presidente **deixou três objetivos ao Executivo** que se segue, todos eles para a legislatura:

1. **"Uma estratégia de combate ao desemprego"** – que não oferecerá grandes problemas numa aliança de esquerda;
2. **Condições para captar investimento** (que o próprio PR ligou à necessidade de manter a confiança dos agentes externos);
3. Uma consolidação saudável das contas e o **"equilíbrio das contas externas"** – questão que preocupa o Presidente, tendo em conta que os programas à esquerda são assentes sobretudo num estímulo ao consumo, que pode levar o país a uma maior dependência de financiamento externo.

Além dos compromissos atrás, **Cavaco fez questão de dizer que o seu comportamento é idêntico ao que tomou em 2009, quando deu posse ao Governo minoritário de José Sócrates**. Fê-lo por duas vezes no discurso: primeiro para dizer que o Executivo de Passos Coelho "tem plena legitimidade constitucional para governar" e que essa "legitimidade" foi "conquistada nas urnas"; e em segundo lugar para lembrar que "a ausência de um apoio minoritário no Parlamento não é, por si só, um elemento perturbador da governabilidade. A ausência de maioria não implica o adiamento das medidas que a situação do país reclama. Para qualquer Governo, o horizonte temporal de ação deve ser sempre a legislatura", reforçou.

Mas mais, **justificou dar posse a Passos Coelho com o facto de não lhe ter sido apresentado nenhum Governo alternativo**. Disse-o com todas as letras:

“Até ao momento da indigitação do primeiro-ministro não me foi apresentada, por parte das outras forças políticas, uma solução alternativa de Governo estável”, disse.

Pegando no passado, Cavaco fez linha continua até ao futuro, que é como quem diz **"não podemos regredir num caminho que foi árduo, em que foram pedidos muitos sacrifícios aos portugueses"**. E acrescentou: "O percurso que fizemos na sequência do pedido de auxílio externo em abril de 2011, quando o país esteve à beira da bancarrota, ainda não foi concluído". E por isso é que o Presidente da República insistiu que "é imprescindível que não subsistam quaisquer dúvidas sobre a fidelidade do Estado português aos compromissos internacionais".

Mas Cavaco sabe que este Governo tem uma ameaça de fim sobre a cabeça e que **o caminho será muito exigente para o novo Governo**. O chefe de Estado lembrou que há um reembolso de dívida pública elevado a fazer (18 mil milhões de euros), que a dívida ainda continua "elevada", que a taxa de desemprego "ainda se encontra num nível elevado" e que por isso "é neste quadro que, a par da consolidação orçamental, o governo deve enfrentar outros grandes desafios".

Esses desafios começam já com uma articulação entre os diferentes atores para que o financiamento à economia e ao Estado não se torne insuportável para as contas. Por isso pediu "responsabilidade" aos "agentes políticos".

"Portugal é hoje um país credível e respeitado, em que muitos desejam investir e os mercados confiam. Não podemos desperdiçar este ativo, que tanto nos custou a conquistar e para o qual a colaboração de várias forças políticas foi fundamental", disse. Nesta sequência pediu para que seja "imprescindível que as medidas a tomar pelo governo sejam objeto de uma estreita articulação com os parceiros sociais e com a sociedade civil".

PS, agrado, elogia "discurso cordato"

No fim, o recado político. **A bola foi devolvida à Assembleia da República**: "Agora aos deputados apreciar o Programa de Governo e decidir, em consciência e tendo em conta os superiores interesses de Portugal, sobre a sua entrada em plenitude de funções". Sem mais, com a bola apenas na mão dos deputados, o PS saiu de Belém com notório alívio: "Quería apenas saudar, registar uma redução significativa do seu discurso anterior. Isso é bom para todos. Foi um discurso cordato e de acordo com as regras", disse João Galamba. O PS parece já acreditar que o Presidente não deixará o atual governo em gestão, dando posse a António Costa.

Anexo XXX- Notícia N°28

GOVERNO

Francisco Assis junta críticos de Costa

31/10/2015, 10:52 ↻ 5.841 📄 70




Ao jornal Expresso, Assis revelou que irá reunir-se nas próximas semanas "com militantes de várias zonas do país". "Corrente crítica e alternativa" une-se dentro do PS, para o que der e vier.

Partilhe     



Francisco de Assis não tem poupado críticas a um governo PS com o apoio do BE e do PCP
© Hugo Amaral

Autor

 Rita Cipriano
 ritapcipriano
 Email

Mais sobre

ANTÓNIO COSTA
FRANCISCO ASSIS
GOVERNO
NOVO GOVERNO
POLÍTICA
PS
PAIS

Francisco Assis, que não tem poupado críticas ao governo de esquerda que está a ser negociado por António Costa, [revelou](#) ao jornal Expresso que irá, nas próximas semanas, reunir-se "com militantes de várias zonas do país que discordam do rumo que está a ser seguido" pela atual liderança partidária.

O eurodeputado, que sempre se mostrou avesso a um governo PS com o apoio do Bloco de Esquerda e PCP, diz que "ficará então claro que há uma corrente crítica e alternativa" dentro do partido – liderada por ele. As correntes dentro dos partidos, quando oficializadas, pretendem juntar pessoas com proximidade ideológica e programática, dando corpo a correntes de pensamento de onde podem sair, depois, alternativas de poder.

Numa entrevista à RTP3 no início de outubro, Assis [deixou](#) bem clara a sua posição relativamente a um eventual acordo entre o PS e os restantes partidos de esquerda. Apelando à unidade do Partido Socialista, o eurodeputado defendeu que este não devia ceder à "chantagem" do BE e do PCP.

"Entendo que existam pessoas que se interroguem porque defendo que o PS não vá para o governo quando tem essa possibilidade. A resposta é muito simples: não se pode governar a qualquer preço e de qualquer maneira porque pagamos um preço grande por isso", disse na entrevista. "Corremos o risco de as nossas ideias, as nossas propostas para Portugal ficarem completamente desqualificadas."

Ao longo das últimas semanas, nas páginas do Público e na TVI24, o eurodeputado socialista tem mantido pressão sobre António Costa, sempre alertando para as consequências da união à esquerda. Assis não descartou apresentar-se como candidato à liderança, mas deixou sempre qualquer decisão para o pós-presidenciais. Com Costa no Governo e Assis a criar uma corrente alternativa oficial no PS, ficará clara a disponibilidade de Assis para a liderança – quando e se as coisas correrem mal ao atual secretário-geral socialista.

Anexo XXXI- Notícia N°29

Newsletters

OBSERVADOR

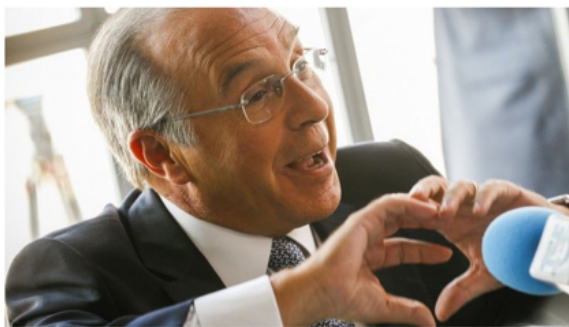
GOVERNO

Marques Mendes: "PSD e CDS têm andado aos bonés"

1/11/2015, 22:44 270 52

O ex-líder social-democrata acredita que o Governo de Passos e Portas já era e que PSD e CDS têm de se reencontrar e reagir rápido - é que andam 'aos bonés' desde as eleições.

Partilhe



PEDRO ROCHA

Autor

Miguel Santos Carrapatoso

Miguel_SantosC

Email

Mais sobre

GOVERNO
LEGISLATIVAS 2015
LUÍS MARQUES MENDES
NOVO GOVERNO
POLÍTICA
ELEIÇÕES
PAÍS

Luís Marques Mendes acredita que Pedro Passos Coelho e Paulo Portas têm de começar a pensar com urgência a estratégia que vão montar quando estiverem na oposição e, nesse sentido, criticou o que considera ser o desacerto de PSD e CDS. **"Têm andado aos bonés" desde as eleições**, resumiu. O antigo líder social-democrata taitou ainda sobre a possível aliança de esquerda: António Costa está sob uma **"enorme pressão"** e **"refém do Bloco e PCP"**, **"Catarina Martins está muito feliz"** e **"Jerónimo de Sousa muito contrariado"**.

No seu habitual espaço de comentário na SIC, Marques Mendes defendeu que PSD e CDS têm de decidir rapidamente várias questões: se o Governo for derrubado e ficarem na oposição, "vão estar na mesma coligados ou vai cada um para o seu lado"? Passos Coelho e Paulo Portas farão parte do Conselho de Estado? Como vão votar as leis que chegarem de um eventual Governo liderado por António Costa? Para o comentador, sociais-democratas e centristas já deveriam ter afinado a estratégia ou correm o risco de transformarem a *estadia* na oposição num **"pesadelo"**.

"PSD e CDS têm andado aos bonés. Andam sempre a reagir, muito a reboque dos acontecimentos, a ver passar comboios e zangados com a vida. Mas a **política não se faz de estados de alma** e, portanto, têm de decidir estas coisas. Porque? Não devem cometer o erro que têm vindo a cometer nos últimos tempos que é de **subestimar António Costa**. É que se não preparam bem a oposição, então **aquilo não vai ser um passeio, vai ser um pesadelo**", afirmou Marques Mendes, na SIC.

Mas se a vida para Passos e Portas, diz Marques Mendes, não está fácil, António Costa também tem uma tarefa complexa entre mãos. O facto de os detalhes do acordo (ou dos acordos) que se estão a desenhar entre PS, Bloco e PCP estarem a ser revelados por Catarina Martins e Jerónimo de Sousa pode querer dizer que **"quem lidera são todos, menos o PS"**, sublinhou o comentador.

"Mais preocupante", continuou, têm sido as várias declarações públicas de Jerónimo de Sousa. Para Marques Mendes, **o secretário-geral do PCP está "infelicíssimo"** com o curso dos acontecimentos. **"Vê-se que ele está completamente contrariado"** e que "não se quer comprometer com nada". **"Quer ter um pezinho dentro no início e depois pôr o corpo todo de fora"**, defendeu o ex-líder social-democrata.

Porquê? Porque os três partidos têm "interesses muito diferentes", explica o comentador. **António Costa "quer ser primeiro-ministro"** e assegurar a sua sobrevivência política; **o Bloco**, que não tem peso nas autarquias nem nas centrais sindicais, **quer "ter influência nas políticas públicas"**; "mas o PCP só tem dois interesses, que ainda por cima não são do PCP são da CGTP. É a **contratação coletiva**, porque as últimas revisões afetaram muito os sindicatos do PCP, e são **as concessões dos transportes** - eles precisam muito que a Carris, o Metro as STCP's voltem para o setor público, **senão nunca mais há uma greve geral**. O PCP não quer mais do que isto", enumerou o ex-ministro dos Assuntos Parlamentares de Durão Barroso.

Enquanto Jerónimo de Sousa parece ainda pouco convencido, **Catarina Martins vai "dando recados"**, como fez na entrevista ao Diário de Notícias. Nessa entrevista, publicada este domingo, a porta-voz bloquista deixou claro que o possível **acordo entre os três partidos devia ser escrito e assinado por todos** e que o aumento do salário mínimo já em 2016 era difícil - declarações que parecem contrariar a vontade política de Jerónimo, insistiu Marques Mendes.

"Como é que o Governo vai governar se o PCP não estiver disponível para aprovar algumas medidas mais difíceis? Se as coisas não estão bem definidas, então o futuro de Governo de António Costa não tem um problema, tem dois: primeiro, um primeiro-ministro que não foi eleito **tem sempre a sua autoridade diminuída**. Se, além disso, não tiver estabilidade e consistência lá dentro" PS, Bloco e PCP vão provar que, **"final, Cavaco Silva tinha razão"**, avisou o comentador.

Mesmo admitindo que Cavaco Silva deverá dar posse a António Costa, caso o Governo de Passos caia no Parlamento, Marques Mendes defende que o "acordo escrito" entre os três partidos **"é o mínimo dos mínimos"**. Para o ex-líder do PSD, o Presidente da República já demonstrou abertura para aceitar esse possível acordo à esquerda desde que sejam respeitados alguns compromissos. E esta abertura **"criou uma pressão enorme a António Costa"**, diz. "Só não há Governo à esquerda se António Costa não conseguir ou se não houver acordo. Por isso, António Costa **ficou mais refém do Bloco de Esquerda e do PCP**", que, "sabendo disso", **"vão subindo sempre a parada negocial, sobretudo o PCP"**.

A terminar, Marques Mendes falou ainda sobre a oposição interna que vai sendo cozinhada no interior do PS. O social-democrata desvalorizou e disse apenas que **"são críticas em tom baixo, para não desagradarem ao líder"**. Ainda assim, o comentador elogiou a "coragem" de Sérgio Sousa Pinto - que se demitiu do Secretariado Nacional do PS por entre críticas à estratégia seguida por Costa - e de Francisco Assis, **"uma pessoa corajosa, com pensamento, a prazo ele vai ser líder do PS, só não sabe é quando"**.

Anexo XXXIII- Notícia Nº30



GOVERNO

Alternativa de Assis não quer revolta na bancada

2/11/2015, 12:07 1.262 29

Corrente de Assis reúne-se sábado num almoço no centro do país. Objetivo é mostrar que há socialistas que não pensam como Costa mas nunca apelar a dissidentes na votação da moção de rejeição.

Partilhe     



HUGO AMARAL/OBSERVADOR

Autor

 Helena Pereira

Mais sobre

GOVERNO
LEGISLATIVAS 2015
NOVO GOVERNO
POLÍTICA
PS
ELEIÇÕES

Os socialistas que consideram um erro um Governo PS apoiado pelo PCP e BE **não vão fazer nenhum apelo para divisões no grupo parlamentar** e para que haja deputados a votar contra a moção de rejeição do programa de Governo Passos/Portas desobedecendo a disciplina de voto.

A coligação tem 107 deputados e os partidos de esquerda 122 deputados (PS – 86, BE – 19, PCP – 17). Para a moção de rejeição ser aprovada, bastam 116 votos.

“Não vamos jogar na divisão como é óbvio. Não há liberdade de voto e, portanto, isso só poderia acontecer com uma rutura e **não queremos uma rutura numa moção de rejeição do programa** ou em moções de confiança”, garantiu ao Observador o ex-deputado do PS Ricardo Gonçalves.

O primeiro encontro, promovido por Francisco Assis para discutir o rumo do PS, será sábado num **almoço no centro do país**, em princípio, na zona da Mealhada, e nele vão participar também alguns atuais deputados como Eurico Brilhante Dias. O deputado e líder do PS-Santarém, António Gameiro, que depois das eleições defendeu como prioritárias negociações do PS com a maioria PSD/CDS e não com a esquerda, não tenciona ir ao almoço. “O momento presente não é altura para fazer divisões”, disse ao Observador.

A intenção de Assis em dinamizar um grupo de reflexão foi noticiada no sábado pelo Expresso. O eurodeputado pretende que as reuniões sirvam para mostrar ao país que o PS é um partido plural e que há muitas pessoas que não pensam como António Costa. Assis não assume, para já, nenhuma candidatura alternativa ao atual líder. **Está ainda em processo de reflexão e só decidirá em definitivo depois das eleições presidenciais em março** – o congresso terá lugar de seguida. No entanto, na órbita do eurodeputado há quem não esconda o entusiasmo com essa eventual candidatura. “É fundamental preparar uma alternativa para o próximo Congresso”, **defendeu** o ex-secretário-geral da UGT, João Proença, ao Público esta segunda-feira, considerando que as reuniões que agora vão ter lugar também sirvam de rampa de lançamento dessa candidatura.

O programa de Governo de Passos/Portas vai ser discutido no Parlamento **dias 9 e 10**, segunda e terça-feira, sendo que a moção de rejeição será votada no segundo dia. A aprovação de uma moção de rejeição do programa de Governo implica automaticamente a queda do Governo.

A direção socialista espera, então, que o Presidente emposses António Costa, uma vez que não pode haver eleições antecipadas nos primeiros seis meses a contar de umas eleições legislativas.

Anexo XXXIV- Notícia Nº31



GOVERNO

Quando o PS e PCP se entenderam para taxar os mais ricos

3/11/2015, 20:42

PS e PCP têm historial de acordos. Um dos mais significativos foi a reforma fiscal no segundo Governo minoritário de António Guterres. Mas não durou muito tempo.

Partilhe



Carlos Carvalho era o líder do PCP na altura do acordo entre socialistas e comunistas
Renato Rodrigues / Global Images

Autor

Inês Mendes

Mais sobre

GOVERNO
LEGISLATIVAS 2015
NOVO GOVERNO
POLÍTICA
PS
ELEIÇÕES

Imposto sobre as mais-valias mobiliárias e a redução da abrangência do sigilo bancário. Estas eram duas das principais medidas que constavam da reforma fiscal do segundo Executivo de António Guterres, e que foi **viabilizada pelo Partido Comunista**. Foi um dos grandes acordos que foram possíveis entre PS e PCP, mas durou pouco tempo. Durante o Governo minoritário de Guterres, o PCP, à altura liderado por Carlos Carvalho, viabilizou a reforma fiscal, que tinha sido proposta pelo Executivo em funções. Entre as medidas dessa reforma fiscal, aprovada a 21 de dezembro de 2000, **estavam**:

- No primeiro ano, tributação em 75% das mais-valias mobiliárias
- Aplicação de um regime de tributação especial para o offshore da Madeira
- Os rendimentos dos dividendos de ações passavam a ser englobados em IRS
- Redução dos privilégios de que o sistema bancário, as sociedades gestoras de participações sociais e os grupos económicos usufruíam
- Redução da abrangência do sigilo bancário

Durante a decisão final sobre a reforma fiscal, o então líder parlamentar comunista Octávio Teixeira **afirmou** que o seu partido viabilizava a nova lei porque esta era "muito melhor" que as vigentes à altura, tanto "no âmbito do IRS como no do IRC e da Lei Geral Tributária". Era uma lei que, na opinião do PCP, **providenciava "mais justiça e equidades fiscais" e condições para "menos evasão fiscal"**. Além de que, clamava o deputado comunista, "foi a persistência do PCP", durante a legislatura que decorria e a anterior, que permitiram que se chegasse à lei em questão.

Ainda na semana passada, o eurodeputado do PS Francisco Assis, num **artigo** de opinião do Público, lembrava que **"pura e simplesmente não é verdade"** a "tese" dos partidos das bancadas parlamentares à esquerda do PS "segundo a qual foram objeto de uma ostensiva marginalização parlamentar de carácter não democrático". Assis, que pensa que o discurso de Cavaco Silva ajudou a reforçar essa ideia, afirma que tanto os deputados do PCP, como do BE, "contribuíram para a tomada de decisões parlamentares da maior relevância pública". Aquilo que Assis considera é que a "[a extrema esquerda] **auto-excluiu-se em nome da fidelidade a um modelo de regime e de organização económica e social claramente repudiado pela maioria dos cidadãos portugueses**".

Apesar da viabilização da reforma fiscal, existiam pontos que o **PCP considerava estarem "além do desejável"** e daquilo que propunham "no seu projeto-lei":

- "O total englobamento dos rendimentos"
- "A tributação a 100% das mais-valias"
- "Maior alargamento da derrogação do sigilo bancário para efeitos fiscais"
- Aplicar maior tributação ao "offshore da Madeira"
- "Maior redução dos benefícios fiscais"

Estes foram os pontos que Octávio Teixeira assinalou para justificar a abstenção do seu partido na votação da reforma fiscal, em vez de um voto favorável, mas que foi determinante para a sua aprovação. O PSD e do CDS votaram conta.

Esta lei não foi, no entanto, popular. **Várias medidas foram contestadas, incluindo aquela que se pretendia com a taxa de tributação de mais-valias**, que alguns analistas apontavam como causa da queda que a bolsa de Lisboa vinha a registar. O Executivo liderado por Guterres acabou por recuar na medida em outubro de 2001, com Oliveira Martins, então ministro das Finanças, a justificar esse **retrocesso dizendo que a receita fiscal obtida através da tributação de mais-valias seria "zero"** se se mantivesse essa medida da reforma fiscal. Isto porque o Estado cobrava nas mais-valias da venda de ações, mas as menos-valias eram deduzidas dos impostos, **referia**, à altura, o Jornal de Negócios.

Lino Carvalho, então deputado do PCP, afirmou, citado pelo Jornal de Negócios, que as alterações feitas pelo Executivo de Guterres à reforma fiscal eram "escandalosas" porque continham contributos "ainda mais favoráveis" que o regime fiscal em vigor antes da reforma. Na opinião de Lino Carvalho essas **alterações favoreciam "os movimentos especulativos na Bolsa de curto prazo"**.

Pouco depois, em 2002, António Guterres demite-se do cargo de primeiro-ministro. O governo seguinte, liderado por Durão Barroso acabou por revogar a reforma fiscal, seguindo a intenção das bancadas parlamentares do PSD e do CDS durante a votação final dessa proposta de lei.

**Texto editado por Helena Pereira*

Anexo XXXV- Notícia Nº32



GOVERNO

Assis avisa PS de que é preciso “especial cuidado” no debate

4/11/2015, 13:41 ↻ 2.230 65

Francisco Assis cancela almoço da Mealhada depois de Costa ter convocado Comissão Nacional para a mesma hora. Assis não quer colocar à prova os dirigentes que já tinham confirmado presença no almoço.

Partilhe     



NUNO VEIGA/LUSA

Autores

 Rita Ferreira
Email

 Rita Dinis
DinisRita
Email

 Miguel Santos Carrapatoso
Miguel_SantosC
Email

Mais sobre

ANTÓNIO COSTA
GOVERNO
LEGISLATIVAS 2015
NOVO GOVERNO
POLÍTICA
PS
ELEIÇÕES

Artigo atualizado às 17h55 com o comunicado de Francisco Assis enviado às redações

Francisco Assis desmarcou o encontro agendado para este sábado com os militantes socialistas descontentes com as opções políticas de António Costa. Isto acontece depois de o secretário-geral ter convocado todos os conselheiros nacionais para uma reunião no sábado, às 15h30, precisamente à hora em que estaria a decorrer o almoço na Mealhada.

Num comunicado enviado às redações, o eurodeputado explica que “**só assim ficam devidamente acautelados os superiores interesses do Partido Socialista** cuja salvaguarda tem de prevalecer sobre todas as divergências” internas. E deixa o aviso: o “**momento de extraordinária importância**” que vive o PS obriga a um “**especial cuidado**” na observância dos princípios fundamentais” que “norteiam” o partido.

“Pela sua natureza e pela sua história o PS é um partido profundamente livre, plural e democrático. **Adiámos um encontro em nome do respeito por esses princípios.** Pela mesma razão **continuaremos a manifestar as convicções profundas** que nos animam nas presentes circunstâncias históricas”, promete o eurodeputado socialista.

Ou seja, Assis adia o encontro mas não desiste da intenção de reunir os militantes socialistas que estão descontentes com o rumo escolhido pela direção socialista. Depois de conhecida a coincidência de agendas, “procedeu-se de imediato à desconvocação de tal reunião **sem prejuízo da mesma se realizar em momento ulterior**”, esclarece.

Como escreveu o Observador no início da tarde, a comissão nacional – órgão máximo entre congressos – seria o espaço certo para Costa ratificar o acordo à esquerda, mas na convocatória enviada aos socialistas nada se diz sobre o assunto.

Na última comissão política nacional, houve também quem defendesse a realização de uma reunião da comissão nacional para discutir o cenário de um futuro governo à esquerda. E, por isso, escreve Assis: “Deseja-se que a reunião da Comissão Nacional decorra num ambiente favorável à livre e leal **troca de pontos de vista e contraposição de opiniões**”.

O Observador sabe que Assis não quis colocar à prova os dirigentes que já tinham confirmado presença no almoço e que, por fazerem parte da Comissão Nacional do partido, teriam de fazer uma escolha: ou iam à reunião, ou ao almoço. Esta decisão de António Costa caiu mal junto dos socialistas próximos de Assis, que referem que a data escolhida – coincidente com a hora do encontro na Mealhada – causou algum embaraço. Ainda não há nova data para o encontro.

Além do Conselho Nacional, no domingo Costa reúne também a comissão política do partido para antecipar os acontecimentos dos dias seguintes. Na segunda-feira inicia-se no Parlamento a discussão do programa de Governo do PSD/CDS, que o PS prometeu chumbar caso consiga fechar a tempo o acordo de governação à esquerda com PCP e BE. Esta será já a terceira vez, no espaço de um mês, que a comissão política reúne desde que começaram as negociações do PS com os partidos à esquerda na sequência dos resultados das eleições de 4 de outubro.

Comunicado de Francisco Assis na íntegra:

A marcação de uma reunião extraordinária da Comissão Nacional do PS para uma data coincidente com aquela em que ocorreria o encontro promovido por um conjunto alargado de militantes do PS que não se reconhecem na orientação política atualmente prosseguida pela direção do Partido inviabiliza a realização deste último.

Assim sendo, procedeu-se de imediato à desconvocação de tal reunião sem prejuízo da mesma se realizar em momento ulterior. Só assim ficam devidamente acautelados os superiores interesses do Partido Socialista cuja salvaguarda tem de prevalecer sobre todas as divergências que internamente nos separem.

Deseja-se que a reunião da Comissão Nacional decorra num ambiente favorável à livre e leal troca de pontos de vista e contraposição de opiniões. Vivemos um momento de extraordinária importância na vida do nosso partido, o que obriga a um especial cuidado na observância dos princípios fundamentais que nos norteiam. Pela sua natureza e pela sua história o PS é um partido profundamente livre, plural e democrático. Adiámos um encontro em nome do respeito por esses princípios. Pela mesma razão continuaremos a manifestar as convicções profundas que nos animam nas presentes circunstâncias históricas.

Convocatória invoca “interesse excepcional”

Na convocatória que o presidente do partido, Carlos César, enviou aos conselheiros nacionais diz-se apenas que o “ponto único” da agenda é a “análise da situação política e a apreciação das diligências desenvolvidas com vista à formação de governo na sequência das eleições de 4 de outubro”. Não fica claro se o líder socialista já leva o acordo fechado com a esquerda, ou não.

César invoca o “interesse excepcional que envolve a discussão sobre a atual situação política” para justificar a convocatória para a reunião do órgão máximo do partido entre congressos.

A reunião da comissão política, órgão de direção alargada, também tem

Anexo XXXVII- Notícia N°33

GOVERNO

Assis: é melhor “uma direita dependente do PS” do que “um PS refém dos caprichos” da esquerda

5/11/2015, 19:55 3.302 32

Francisco Assis desdobra-se em críticas ao entendimento entre PS, PCP e Bloco. Diz que os socialistas podem ficar reféns dos caprichos da esquerda e que o acordo é apenas “a ponta do iceberg”.

Partilhe



© Hugo Amaral

Autor

Rita Ferreira
Email

Mais sobre

ANTÓNIO COSTA
COLIGAÇÃO
FRANCISCO ASSIS
GOVERNO
NOVO GOVERNO
POLÍTICA
PS
PAIS

Enquanto não há acordo fechado à esquerda, no PS o debate interno continua e Francisco Assis, que esta sexta-feira vai reunir-se com apoiantes — antes de, no domingo ficar frente-a-frente com António Costa —, volta a defender que os socialistas cometem um erro ao tentarem aliar-se com os partidos da “extrema-esquerda”.

Num artigo de opinião publicado na edição online do jornal Público, o ex-líder parlamentar socialista, depois de uma longa introdução onde fala dos pontos que tocam a extrema-esquerda e a extrema-direita, e das desvantagens que isso tem para “o exercício de prudência, do reformismo e do gradualismo”, Assis escreve sobre o caso português.

Começa por criticar quem defende uma solução governativa “alicerçada num entendimento parlamentar entre o PS e os partidos de extrema-esquerda”.

“Justificam a bondade de tal opção pela necessidade de responder à radicalização da direita e de assegurar a defesa do Estado-Providência. A sua tese é simples e clara: a direita caminhou em direção a uma posição extremista e a extrema-esquerda começa a manifestar disponibilidade para uma convivência útil com o centro-esquerda.”

Para Assis, esta tese “radica num misto de inocência e credence”, porque “nem a direita portuguesa se tornou subitamente toda ela extremista, nem a extrema-esquerda se converteu subitamente num modelo de pragmatismo aberto à moderação”.

Por isso, a posição de Francisco Assis é muito clara e assenta na resposta a esta pergunta:

“Será mais fácil atrair a direita, em nome do consenso europeu baseado na economia social de mercado, para posições consentâneas com a defesa do Estado-Providência, ou sensibilizar a extrema-esquerda para os méritos de um paradigma baseado na conciliação entre o mercado, a democracia representativa e um Estado-Social promotor da dignidade mas que não desresponsabilize o esforço individual?”

Para o eurodeputado a resposta é clara: **há mais pontos em comum entre o PS e o PSD, do que entre o PS e o PCP e Bloco de Esquerda.**

“Parece-me óbvio que aquilo que aproxima o centro-esquerda do centro-direita é bem mais vasto do que aquilo que aproxima o centro-esquerda da extrema-esquerda. Quem pensa desta forma não pode senão ter uma posição crítica em relação à possibilidade de concretização de um acordo parlamentar entre o PS, o BE e o PCP. Quem pensa o contrário tenderá naturalmente a rejubilar com tal entendimento.”

Não é novidade que Francisco Assis está contra a ideia de os socialistas formarem um governo apoiados num acordo à esquerda, mas nestes dias em que tudo se pode precipitar, o eurodeputado reafirma o que defende — e vai continuar a defender dentro do partido — e deixa um aviso ao PS.

“Considero mais adequado ao interesse nacional a existência de uma solução governativa em que a direita fique dependente das posições do PS a uma outra em que o PS se torne refém dos humores, caprichos, estratégias e tacticismos dos partidos da extrema-esquerda. Esta é que é a verdadeira questão e é em relação a ela que nos devemos pronunciar. Pela minha parte, não deixarei de comparecer a este debate que reputo da maior importância para o futuro do país e do PS.”

A ponta do iceberg

Francisco Assis desdobra-se em declarações, e pouco tempo depois de o Público disponibilizar o artigo de opinião, Assis já estava no Jornal das 8 da TVI, a ser entrevistado. E desta vez decidiu comparar o acordo entre o PS, PCP e Bloco a um iceberg.

“Este acordo é a parte visível do icebergue. O iceberg é uma pequena parte que é visível mas a parte que é invisível é a mais determinante e é normalmente aquela que causa os maiores desastres.”

Para o socialista, a “parte invisível” que causa mais danos diz respeito às divergências entre socialistas, comunistas e bloquistas sobre “matérias fundamentais como política económica, concepção do modelo económico e social, política económica e concepção do que deve ser o projeto europeu”. Diz Francisco Assis: “O argumento daqueles que defendem este entendimento é que nós vamos pôr de parte estas divergências mais profundas”. No entanto, essa parte invisível “está lá e estará lá sempre”.

Para o socialista, “o governo tem de saber reagir a situações novas e um governo baseado num acordo parlamentar entre partidos tão distintos, com visões do modelo económico-social tão diferentes, (...) não tem a devida coerência e consistência”.

Anexo XXXVIII- Notícia Nº34



GOVERNO

Costa põe pressão no PCP para fechar acordo político

6/11/2015, 21:59 263 42

Costa diz que acordos técnicos estão fechados e que falta acordo político. Põe pressão e condições ao PCP: é para fechar até à discussão do programa do Governo e para haver um Governo por quatro anos.

Partilhe     



© Hugo Amaral/Observador

Autor

 Liliana Valente

Mais sobre

ANTÓNIO COSTA
GOVERNO
NOVO GOVERNO
POLÍTICA
PS

O secretário-geral do PS assumiu esta noite numa entrevista à SIC que já tem quase tudo fechado. Falta o quase. E esse “poucoquinho” que falta está do lado do PCP. António Costa diz que já fechou os acordos técnicos com os três partidos, PCP, BE e PEV, mas falta uma “segunda dimensão”, que garanta um governo duradouro para quatro anos. Costa aproveitou o palco em prime time para pressionar, pôr uma data limite e pôr condições aos comunistas. O socialista só derruba este Governo se tiver a certeza que tem para apresentar ao Presidente da República um governo alternativo “que não caia ao fim de um ano ou dois” e que não tenha apenas “medidas simpáticas para viabilizar até ao final do ano e o Orçamento de 2016”. Recado dado à sede dos comunistas que se reúnem este domingo em comité central. Já este sábado, Costa vai levar à comissão nacional do partido o “programa de governo” acordado.

No dia em que o BE assumiu ter chegado a acordo com o PS e que o PCP disse ter enviado para os socialistas um texto para uma “posição conjunta”, António Costa não desmentiu os primeiros, mas não disse ter chegado a acordo com o PCP. Disse Costa que “na parte programática, há acordo” e que por isso levará à comissão nacional o programa de Governo, mas há ainda um “mas”. **“Há uma segunda dimensão, que é termos a garantia que o Governo que se possa formar, como também governar com estabilidade”**, disse.

Foi nesta ideia que insistiu mais tarde. Disse que só derrubará o Governo atual se tiver as garantias de que a sua alternativa será “duradoura” e estável. “E o que é um governo que tenha condições para governar? É um governo que não esteja condenado a cair ao fim de um ano quer ao fim de dois. É um governo que aprove os seus orçamentos, moções de confiança”, disse. São estas as condições que o PCP tem de aceitar e às quais ainda não terá dito que sim. E o socialista deixou a faca em cima da cabeça de Jerónimo: o que está a fazer é um “esforço” para que estas negociações possam ir além **“de medidas simpáticas para adotar neste final do ano e viabilizar o o de 2016”, mas que o Governo “tenha condições efetivas para poder governar durante os próximos quatro anos”**.

Mas Costa fez mais do que dizer que não estava fechada essa segunda dimensão, mais política. Deu um prazo para que os partidos assinem os compromissos. **“Naturalmente, o que é fundamental, é que quando iniciemos o debate do programa do Governo, as questões estejam clarificadas”**, ou seja, haja acordo fechado. Acordo não, acordos. É que o líder socialista admite que são mesmo três acordos distintos, tal como o Observador noticiou: **“Espero assinar os três acordos distintos”**, disse. “Os acordos darão expressão às prioridades programáticas” de cada partido.

Depois da assinatura final desses acordos, Costa precisa de um outro ok, do Presidente da República. Quanto às condições que lhe foram impostas pelo chefe de Estado, Costa até diz que Cavaco “não pediu nada de especial”, mas não deixou de dar o recado também para Belém. Disse Costa:

“ O atual governo não tem condições de suporte maioritário. Um Governo de gestão é a pior solução para um país que precisa de estabilidade e havendo uma solução maioritária na Assembleia da República de suporte a um governo, o normal é que esse governo não seja impossibilidade de governar pelo Presidente da República”.

Segundo António Costa, a parte “programática” já está acordada. Quais as medidas?

- **Salário mínimo** chega aos 600 euros no final da legislatura. O aumento é gradual e compensado com aumento do poder de compra de 10% relativamente ao salário atual.
- **Sobretaxa do IRS** é devolvida em dois anos;
- **IVA da restauração desce para os 13%**;
- **IVA do gás e da eletricidade não desce**, mas as famílias com mais dificuldades verão ser alterado o IVA social, de forma a chegar a mais pessoas;
- **Revisão dos escalões do IRS** com vista a “garantir a progressividade e a reposição de condições que levaram à asfixia da classe média”;
- **Descongelamento das pensões**. Costa atrapalhou-se a explicar quais as que serão descongeladas, mas garantiu que o que vai acontecer é que o diploma de atualização “que está suspenso volte a estar em vigor”, ou seja, todas;
- Sobre a **Contribuição Extraordinária de Solidariedade**, para as pensões mais altas, a única que está em vigor, Costa diz que “haverá respeito pelas decisões do Tribunal Constitucional”;
- **Os salários dos funcionários públicos** serão repostos no final do ano. A devolução do corte será de “25% a cada trimestre”.

Mas antes destas, haverá a aprovação de medidas extraordinárias, provisórias. Com a entrada no início do ano em duodécimos, o líder socialista garantiu: “Tomaremos as iniciativas legislativas no quadro parlamentar para que possam ser tomadas as medidas necessárias, para que as medidas provisórias que caducariam estejam em vigor no dia 1 de janeiro e nos termos que resultam do acordo”. O Observador tinha escrito a semana passada sobre esta [intenção dos socialistas](#).

“Representa-se a si próprio e é muito”

Os socialistas reúnem-se amanhã em comissão nacional e Costa assumiu as divergências com Francisco Assis, que estava à mesma hora num encontro com socialistas para discutir um caminho alternativo ao da direção atual. “Representa-se a si próprio e é muito”, começou por dizer Costa sobre Assis.

Depois assumiu as divergências: “Eu não poria em causa um acordo sem o desconhecer. Discordo a ideia que ele tem em que perante uma situação em que o país não tem nenhuma maioria e que perante a incerteza a a instabilidade que seria prejudicial (...) que nós tivéssemos uma posição de simplesmente estarmos na oposição numa posição um bocado cínica, de estar à espera da primeira escorregadela do Governo e provocar uma crise política”, disse. E concluiu dizendo que “a missão do PS não é provocar crises políticas”.

Anexo XXXIX- Notícia Nº 35

GOVERNO

Programa à esquerda. Eis os 51 compromissos do PS com BE, PCP e PEV

7/11/2015, 16:04 | 2.655 | 110

Ainda não há governo, nem "acordo político" para um governo liderado pelo Partido Socialista, mas já há medidas. PS fez várias cedências aos partidos à esquerda. El-las.

Partilhe



Miguel Ângelo Lopes/LUSA

Autor

Edgar Castano

edgarcastano

Email

Mais sobre

ANTONIO COSTA

GOVERNO

NOVO GOVERNO

OS VERDES

PCP

POLÍTICA

PROGRAMA DE GOVERNO

PS

Ainda não há governo, nem "acordo político" para um governo liderado pelo Partido Socialista, mas já há medidas num programa. Conheça as principais medidas do programa do PS, BE, PCP e PEV. Estas são as medidas que os três partidos se comprometem, a "base programática" para o Governo e que acresce ao programa dos socialistas que serviu de base para o acordo de António Costa e o PS vierem a liderar governo, eis o que vai acontecer, segundo o documento dos socialistas que foi debatido em Comissão Nacional.

Salários, incluindo salário mínimo, e pensões

- Será reposta em vigor, em 1 de janeiro de 2016, a norma da lei no 53-B/2006 de 29 de dezembro, relativa à **atualização das pensões**, com a garantia de não haver corte no valor nominal das pensões.
- A **reposição do pagamento dos complementos de reforma dos trabalhadores do setor empresarial do estado**;
- Como forma de melhorar os rendimentos das famílias, será **gradualmente reduzida até ao limite de 4 pp.**, sem consequências na formação das pensões, a **TSU paga pelos trabalhadores com salário base bruto igual ou inferior a 600€/mensal**. A perda de receita decorrente da adoção desta medida será compensada em cada ano com transferência do Estado para a Segurança Social de montante equivalente àquela redução.
- O Governo propôs em sede de concertação social uma **trajetória de aumento do salário mínimo** que permita atingir os 600€ em 2019; 630€ em 2016; 657€ em 2017; 680€ em 2018; e 660€ em 2019. Esta evolução permitirá ganhos reais do salário mínimo em todos os anos da legislatura, e um aumento real acumulado superior a 10% (tendo em conta a inflação estimada para os próximos anos);
- A **reposição gradual dos salários da Função Pública** inicia-se em Janeiro de 2016 (25% no primeiro trimestre; 50% no segundo; 75% no terceiro; 100% no quarto).

Emprego e precariedade

- Um **combate decidido à precariedade**, incluindo aos falsos recibos verdes, ao recurso abusivo ao trabalho temporário e ao uso de estágios e de contratos emprego/insertão para substituição de trabalhadores;
- O PS abdica do Programa de Governo o regime conciliatório;
- **Reforço dos poderes da Autoridade para as Condições de Trabalho** na regularização de falsos recibos e outros vínculos ilegais, com imediata conversão em contratos de trabalho e acesso aos respetivos direitos;
- A **revisão da base de cálculo das contribuições pagas pelos trabalhadores a recibos verdes**;

Fiscalidade direta e indireta

- **Aumento da progressividade do IRS**, nomeadamente através do aumento do número de escalões;
- **Eliminação do quociente familiar** introduzido no OE de 2015, que tem uma natureza regressiva, e sua substituição por uma dedução por cada filho, sem caráter regressivo e com efeito neutro do ponto de vista fiscal;
- Introdução de uma **cláusula de salvaguarda que limite a 75 euros/ano os aumentos de IMI** em reavaliação do imóvel que seja habitação própria permanente de baixo valor;
- **Proibição das execuções fiscais sobre a casa de morada de família** relativamente a dívidas de valor inferior ao valor do bem executado e suspensão da penhora da casa de morada de família nos restantes casos;
- **Revisão de valores desproporcionados de coimas e juros** por incumprimento de obrigações tributárias e introdução de mecanismos de cúmulo máximo nas coimas aplicadas por contraordenações praticadas por pessoas singulares, designadamente por incumprimento de obrigações declarativas;
- Agilizar as situações e condições em que pode ser negociado e aceite um **plano de pagamentos por dívidas fiscais e tributárias e à Segurança Social**.
- **Redução do IVA da restauração para 13%**;
- **Reverter, no que toca à recente reforma do IRC, a "participation exemption"** (regressando ao mínimo de 10% de participação social) e o prazo para reporte de prejuízos fiscais (reduzindo dos 12 para 5 anos);
- **Criar um sistema de incentivos à instalação de empresas e ao aumento da produção nos territórios fronteiriços**, designadamente através de um benefício fiscal, em IRC, modulado pela distribuição regional do emprego;
- **O alargamento do sistema de estímulos fiscais às PME em sede de IRC**;
- **Redesenhar a tarifa social** no sentido de a tornar automática para agregados familiares de baixos recursos e beneficiários de prestações sociais sujeitas a condição de recursos; no caso dos consumidores que não auferindo prestações com a natureza anterior, se encontrem em situação vulnerável, a nota de rendimentos emitida pela Autoridade Tributária permitirá o cumprimento dos requisitos para a atribuição da tarifa social; os consumidores que, pelo seu nível de rendimento, estão hoje dispensados de apresentar declaração de rendimentos, deverão passar a fazê-lo para obter a nota de rendimentos da Autoridade Tributária e, dessa forma, aceder à tarifa social; o acesso à tarifa social dá acesso automático ao Apoio Social Extraordinário ao Consumidor de Energia (ASECE);
- **Retirar da fatura da energia elétrica a Contribuição do Audiovisual** e incorporá-la no universo das comunicações sem perda de receita para a RTP.

Condições laborais na Administração Pública

- **O fim do regime de requalificação/mobilidade especial**;
- **O cumprimento do direito à negociação coletiva** na Administração Pública;
- **Melhoria dos serviços públicos de saúde, educação e ensino superior**
- **O reforço da capacidade do SNS** pela dotação dos recursos humanos, técnicos e financeiros adequados, para alcançar objetivos concretos de redução do tempo de espera no acesso aos cuidados, assim como para exames e tratamentos, de forma a assegurar cuidado de saúde de qualidade, com segurança e em tempo útil;
- **A redução global do valor das taxas moderadoras**;
- **A eliminação das taxas moderadoras de urgência** sempre que utente seja referenciado e a reposição do direito ao transporte de doentes não urgentes de acordo com as condições clínicas e económicas dos utentes do SNS;
- **A garantia, até 2019, do acesso ao ensino pré-escolar** a todas as crianças a partir dos três anos;
- **O reforço da Acção Social Escolar directa e indirecta**;
- Criar condições de **estabilidade do corpo docente** e demais trabalhadores das escolas, quer com a vinculação, quer *revogando o regime de requalificação*;
- **A redução do número de alunos por turma**;
- **A progressiva gratuidade dos manuais escolares do ensino obrigatório**;

- A promoção da **integração de investigadores doutorados** em laboratórios e outros organismos públicos e substituição progressiva da atribuição de bolsas pós-doutoramentos por contratos de investigador;

Privatizações congeladas (e revertidas as em curso)

- Anulação das concessões e privatizações em curso dos **transportes coletivos de Lisboa e Porto**;
- Reversão das fusões de empresas de **água** que tenham sido impostas aos municípios;
- Reversão do processo de privatização da EGF, com fundamento na respetiva ilegalidade;
- Nenhuma outra concessão ou privatização, **incluindo da TAP**;

Sustentabilidade da Segurança Social

- Não constará do Programa de Governo qualquer redução da TSU das entidades empregadoras;
- **A necessidade de diversificação das fontes de financiamento da Segurança Social** deve ser objeto de negociação em sede de concertação social, comprometendo-se os partidos signatários a trabalhar em conjunto na proposta a apresentar pelo Governo ao Conselho Económico e Social;
- **A reavaliação das reduções e isenções da TSU**;

Questões Ambientais

- **Garantir a não privatização da água**. O acesso à água é considerado um direito humano, devendo um novo regime tarifário possuir tarifas sociais que permitam o acesso por todos;
- **Manutenção no setor público dos serviços de água em alta** (captação, tratamento e elevação), revertendo o processo de fusões dos sistemas em alta, reformulando os sistemas na sua estrutura e procurando desenvolver novos sistemas de menores dimensões, com menos perdas e gastos energéticos, lançando mão de novas tecnologias que permitam igual qualidade e menores custos;
- Respeito pelo princípio da autonomia das autarquias na decisão relativa aos sistemas municipais.
- Incentivar a **revisão dos contratos de concessão de primeira geração**, procurando que o preço dos serviços da água corresponda a um preço justo;
- **Revisão da Convenção de Albufeira** com o objetivo de garantir as exigências ambientais e os interesses nacionais (e.g. caudais mínimos, qualidade da água);
- **Recusa do aumento da tarifa fixa na água para utilização agrícola**.
- **Reavaliar o Plano Nacional de Barragens**, nomeadamente as barragens cujas obras ainda não iniciaram, como é o caso das barragens da Cascata do Tâmega.
- **Desenvolver um plano estratégico para a mobilidade de passageiros**, considerando a generalidade dos modos de transporte e procurando a criação de condições para o desenvolvimento do transporte ferroviário;
- **Garantir a mobilidade das pessoas**, tomando medidas urgentes que assegurem serviços de transportes públicos, nomeadamente nas *zonas rurais e no interior do país*.
- **Aumentar a produção e a produtividade das fileiras florestais** através do aumento das áreas de montado de sobre e de azinho e de pinheiro bravo, travando a expansão da área do eucalipto, designadamente através da revogação da Lei que liberaliza a plantação de eucaliptos, criando um novo regime jurídico.

Outros

- São **repostos os quatro feriados** eliminados na anterior legislatura
- Foi **retirada a referência à reforma do sistema eleitoral para a Assembleia da República** e à introdução de círculos uninominais,

Anexo XL- Notícia Nº 36(Parte I)



Não é a primeira vez que o Presidente tem de decidir se dá ou não posse a um governo em circunstâncias difíceis. Por isso recordamos como decidiu em julho de 2013, na crise da "demissão irrevogável".

Partilha

- 1 Introdução
- 2 Um sombrio baile de máscaras
- 3 Um acordo e não um governo
- 4 Na boca do lobo
- 5 O tratado
- 6 O mistério das pressões sobre Gaspas
- 7 Um governo e não um acordo
- 8 Epílogo

Introdução

1 – Se se parasse do Palácio de Belém Belassem, que nos contariam? Cavaco Silva costar-me-á muito, não a forma de Memórias que começaram aliá já a ser redigidas. Quando no final dos anos noventa o Presidente da República publicou duas livros referentes à década vivida em S. Bento, como chefe de três governos (1976/1978), não se podia esperar tal. Cavaco sabia que voltaria à política activa para o seu último acto, cujo conteúdo seria agora um silêncioso público fronte ao Tejo e ao rio, a mais alta magistratura da nação. Com o passo prestes a cair de vez sobre tão intensa vida política não podia sublinhá-lo a saída de Belém, regressar de via à Travenca da Rossio, voltar-se à secretaria e ministério de (organizações) papéis, diários, documentos, discursos, pareceres, cartas, bilhetes, deita a memória vir ter consigo. A sua é profícua, mas acedida e rigorosa como é, está "tudo" devidamente arquivado, por livros, notas, datas e "tudo" é obviamente esta última década presidencial.

Alinhem. Há muito para explicar, discor., aclarar, confirmar, documentar e Cavaco sabe-o. Muitas vezes vilipendiado e sempre intencionalmente deturpado – a esquerda nunca lhe perdoou a eleição – talvez nunca como nunca outras vezes os seus mais próximos lhe tenham ouvido, mesmo que de forma quase imperceptível, uma ou outra alusão a que "ano-então nas minhas Memórias", ou "quando se ler estas memórias, ficará a saber o que realmente se passou."

Agora, quando todos os olhares se viram justamente para o Presidente da República, fazem-se perguntas e apostas: como irá Cavaco obter um entendimento governativo com a paisagem partidária tão aruinada por árvores doentes, plantas carnívoras, ervas daninhas, jardineiros desavindos e maus praticantes de botânica?

2 – Esperamos. E depois abrimos nos livros e procuramos determinada capítulo para ler a versão presidencial de que agora, em Outubro de 2013, se institucionalizou ocorre entre nós. Agora, que o ar do tempo político se colhe de sombras e nevoas, que o país parece (conceitualmente) dividido quanto aos resultados eleitorais de 4 de Outubro e que é urgente procurar (e encontrar) a estabilidade governativa que Portugal tão claramente reclama. Sim, agora, quando todos os olhares se viram justamente para o Presidente da República, Entre a expectativa e a ansiedade, fazem-se perguntas e apostas: como irá Cavaco obter um entendimento governativo com a paisagem partidária tão aruinada por árvores doentes, plantas carnívoras, ervas daninhas, jardineiros desavindos e maus praticantes de botânica? Poderá para o cumprimento da legitimidade eleitoral ou para as evidentes reclamações da esquerda desistida?

Valerá por isso a pena olhar para trás e recuar no tempo, para recordar um histórico e empenhado pedido presidencial. Endeado em Julho de 2013, aos três partidos do (ex?) arco da governação, pediu o Presidente a construção de um entendimento político para um acordo de salvação nacional. Belém via-o como absolutamente imprescindível e o país – segundo Cavaco – reclamava-o como pão para a boca. Sucede porém que tal como a guerra de Tróia, o acordo não teve lugar, deixando no ar o perfume da polémica e o cheiro da pilbora. O Presidente "decidira em consciência" e "em nome do interesse nacional", há quem assegure que o entendimento esteve por um fio, mas a conclusão foi uma derrota onde culpa e responsabilidade se confundem ainda hoje: todos acusam todos de nem acordos – nem entendimentos – terem chegado a porto algum.

Cavaco nunca apreciou sobressaltos e detestava ter de lidar com eles. Fazia-o com aparente serenidade mas alguma coisa no seu íntimo se crispava quando, embora raramente, era confrontado com uma novidade, um imprevisto, um erro.

Ao mesmo tempo em que, na sua redoma de silêncio, o Presidente da República se prepara hoje para enfrentar solitariamente sua última decisão política de vulto e importância, recordem-se as peripécias e as razões desses tão próximos e tão longínquos dias de Julho de 2013.

[Voltar ao Índice](#)

Um sombrio baile de máscaras

Fazia calor naquele dia no edifício da Escola da Polícia onde o Presidente da República almoçava na cerimónia comemorativa do Dia da PSP. O verão já era entrado, estava-se a 2 de julho de 2013, o ministro das Finanças Vítor Gaspar demitira-se na véspera com uma carta imediatamente considerada uma bomba política mas nessa mesma tarde (a vida continuava) o mais alto magistrado da Nação daria posse à nova titular das Finanças, Maria Luís Albuquerque. A carta de Gaspar, fora considerada "ambígua" mas a sua demissão estava prevista no Governo, o próprio Presidente conhecia-a há semanas. Cavaco nunca apreciou sobressaltos e detestava ter de lidar com eles. Fazia-o com aparente serenidade mas alguma coisa no seu íntimo se crispava quando, embora raramente, era confrontado com uma novidade, um imprevisto, um erro.

Iría ser o caso e de que maneira, logo após aquele almoço. Há longos minutos que o primeiro-ministro tentava – em vão – entrar em contacto com ele, o telemóvel do Presidente mantinha-se desligado. Passos Coelho tinha pressa em avisar Cavaco que, inesperadamente, Portas também abalaria nessa mesma manhã, deixando o Executivo amputado da sua metade, ameaçando a utilidade da tomada de posse, os alçavens da governação e a saúde da própria coligação, agora ferida de morte.

Regressado apressadamente ao Palácio de Belém, Cavaco Silva toma conhecimento pelo próprio primeiro-ministro da (inesperável) demissão de Portas mas, institucional até à medula e fiel ao seu registo do "fazer tudo como programado", o Presidente, recorrendo à habitual frieza que usa nos momentos de convulso, opta por empregar a nova ministra.

Em Belém, nessa tarde, o cenário era soturno: errando como fantasmas nos corredores do Palácio, os secretários de Estado do CDS que seriam empossados com Maria Luís, pálidos de embaraço, não sabiam que destino os esperava.

Intimamente algo contrariado, porém: consta que nunca achava Maria Luís uma escolha óbvia, considerando-a mesmo polémica, no puzzle da época. O puzzle era a crise, a polémica adivinha de se tomar como "bon" que uma secretária de Estado do Tesouro sem currículo tomasse posse como Ministra das Finanças. E pior agora, face a um governo amputado e diante de uma coligação de cuja durabilidade Cavaco duvidava. *Et pour cause*: há quanto tempo não a sabia o Presidente capturada por dissidências graves entre os partidos que a compunham?

Em Belém, nessa tarde, o cenário era soturno: errando como fantasmas nos corredores do Palácio, os secretários de Estado do CDS que seriam empossados com Maria Luís, pálidos de embaraço, não sabiam que

Anexo XLII- Notícia Nº 36(Parte III)

As mesmo tempo que, na sexta-feira, o Presidente da República e a sua comissão aterraram em Lisboa, vindos das ilhas, o PSD e o CDS deixam o Largo do Rato satisfeitos:

"Quando sai do Largo do Rato pelas 13 horas, tive a nítida sensação de que poderia haver entendimento ainda que isso envolvesse a necessidade de uma reunião final entre os três líderes, mas na minha opinião, o mais difícil estava alcançado e traduzia um acordo no essencial entre as três partes", relembra Moreira da Silva, enquanto Mota Soares parece guardar a mesma memória dos acontecimentos:

"A minha convicção pessoal quando sai da sede do PS era que haveria um entendimento". David Justino, que os acompanhava, estava bem-disposto. Cada um deles poderia ir almoçar descansado: os sinais recebidos na sede socialista tinham sido muito animadores, pela parte de Belém podia até dizer-se que "estava tudo arrumado".

David Justino, que os acompanhava, estava bem-disposto. Cada um deles poderia ir almoçar descansado: os sinais recebidos na sede socialista tinham sido muito animadores, pela parte de Belém podia até dizer-se que "estava tudo arrumado".

Na casa socialista (afinal?) não era assim.

Óscar Gaspar – embora "sem querer entrar em pormenores" – contrapõe hoje: "As reuniões entre os três partidos terminaram quando todos as partes reconheceram que a aproximação possível estava feita e que estavam identificados os termos da divergência pelo que se deveriam levar as conclusões dos trabalhos ao Presidente da República. Na reunião dos trabalhos ficou claro desde a intervenção do Dr. Passos Coelho no Conselho Nacional de quinta-feira, que ele subitamente abriu à comunicação social, que o PSD não tinha qualquer interesse num acordo."

Alberto Martins, também hoje o mesmo galão: "Basta revidar as declarações do primeiro-ministro Passos Coelho na discussão da moção de censura no Parlamento, ou voltar a ouvir a intervenção do líder do PSD no seu Conselho Nacional ocorrido nessa semana e que todo o país ouviu porque a media estava presente, para perceber que se não houve acordo a responsabilidade política foi do líder do PSD".

A reunião do PSD fora aberta aos media e fora-o "intencionalmente": o primeiro-ministro não queria "filtros" entre a sua mensagem e o país. Na semana em que o seu partido se sentava à mesa com o PS, recusava-se a correr o risco de ser mal interpretado ou que lhe deturpassem enredadamente o "arroz à nogueira" que pretendia fazer nessa noite. O qual se resume ainda (feito de memória) em duas palavras: estava fora de questão que o acordo viesse a destinar-se a que coligação ficasse scintila com o linus das duas modais a aplicar e que o PS ficasse... com as eleições.

"Estranho que o professor Justino possa ter saído do Rato com a impressão de que haveria acordo quando nessa manhã era já claríssimo que ele seria impossível. O grande ponto de discordância estava nos célebres quatro mil milhões de euros que seria necessário".

Eurico Brilhante Dias

Eurico Brilhante Dias também discorreu dos propósitos do primeiro-ministro ao Conselho Nacional, aludindo até "desleigante" que ele se usasse ao mesmo tempo que decorriam as negociações interpartidárias. E quanto aos "termos de divergência", é ainda mais claro que Óscar Gaspar:

"Estranho que o professor Justino possa ter saído do Rato com a impressão de que haveria acordo quando nessa manhã era já claríssimo que ele seria impossível. É que o grande ponto de discordância não se encontrava no perímetro negocial proposto pelo Presidente da República mas nos célebres quatro mil milhões de euros que seria necessário rotar e que o PS recusava que incidissem em salários e pensões. Era o chamado "Program Expenditure Review" (PER) que levou até o embaixador Carlos Mota a passar pela mesa das negociações. Eu próprio me lembro de ter perguntado por três vezes, na manhã de sexta-feira, ao Moreira da Silva se sim ou não havia recedido na intenção de corte de salários e pensões? e de ele nunca me ter respondido de forma cabal. O ponto era este e foi ele que inviabilizou o acordo".

Volter ao Índice

O mistério das pressões sobre Seguro

Se o novo socialista presente nas negociações não desfilava sobre as razões do seu fracasso, omitiu porém e distorça quanto pode as "pressões" entretanto sofridas por António José Seguro.

Nem encontro a data que o líder do PS teria tido com Mário Soares, este desfilava uma a uma as veleidades do líder socialista e praticamente intimava-o a não pôr o seu nome debaixo do acordo de subjugação nacional, ao mesmo tempo que votou mais radicalmente em relação a ar de ameaças críticas ao líder. Seguro, já de si também desengado com as respostas insensíveis do líder do PSD contra o PS e pelo seu estado na resposta do chefe do governo à moção de censura colocada nessa mesma semana pelas Vozes no Parlamento, teria baixado a guarda. Mas não era ele afinal o primeiro interessado num acordo que lhe poderia trazer, de brinde, uma eventual vitória eleitoral a médio prazo?

Martins.

O caso é que ainda hoje não se sabe quanto pesaram tais pressões no seio do PS nem que relevância tiveram no íntimo do líder socialista. Nem quais os seus verdadeiros – e também íntimos – temores quanto à possibilidade real de ser afastado da chefia do partido, caso assinasse o acordo. Ou seja: haver eleições duas meses depois mas não ser ele, Seguro, o condutor das tropas socialistas? Talvez não valera a pena correr esse risco.

caso é que ainda hoje não se sabe quanto pesaram tais pressões no seio do PS nem que relevância tiveram no íntimo do líder socialista. Nem quais os seus verdadeiros – e também íntimos – temores quanto à possibilidade real de ser afastado da chefia do partido, caso assinasse o acordo.

Pressões? Os meus interlocutores socialistas preferem negá-las e com veemência.

De um: "Sem testemunha como o então líder do PS sempre lhe relatava e de como sempre defendeu que o interesse nacional estava num acordo que substancialmente mudava o rumo das políticas, nomeadamente em prol do emprego. António José Seguro deixou aliás clara a sua posição e a posição do PS na comunicação que fez ao país no final da tarde dessa sexta-feira."

E outro: "A responsabilidade sobre a ruptura terá que questionada junto do Dr. Passos Coelho".

O mesmo Passos Coelho que desde o verão de 2013 guarda muito firmemente uma dívida que nunca se dissolve: qual a razão pela qual o PS, ao contrário do que fizeram PSD e CDS, se recusou a "jôr por escrito" as razões pelas quais falhou o compromisso pedido por Belém?

Seja como for não será inverosímil pensar que António José Seguro, ainda hoje (ou sobretudo hoje?) deva estar arrependido de ter dançado tão mal esta valsa a três.

Ou de não a ter sabido dançar sozinho.

Em Belém, nessa mesma sexta-feira, a meio da tarde, Carlos Silva, na sede da greve do seu gabinete presidencial, terá ouvido António José Seguro balbuciar uma soma de justificações inconclusivas, refugiando-se em protestos que escaram pouco conclusivos ou mesmo "vague" aos corredores do Palácio presidencial: os líderes do PS necessitavam de mais compromissos da maioria no seio da negociação, e embora sem especificar concretamente quais, acusava PSD e CDS de não parecerem dispostos a dá-las, era preciso reunir a Comissão Directiva do PS, ouvir de novo os seus pontos. Etc.

"Foi surpreendido com a decisão, comunicada pelo PS ao Presidente da República de fracasso das negociações" recorda Jorge Moreira da Silva: "Na tarde dessa sexta-feira ainda enviou uma carta ao líder da delegação socialista solicitando uma reunião adicional que foi considerada desnecessária pelo Dr. Alberto Martins. Mas apesar do fracasso do processo, registei, com agrado, que nessa semana, a conclusão dos trabalhos não só de correu num clima cordial entre as delegações como o processo foi conduzido com total reserva por parte dos três partidos, sem qualquer fuga de informação."

Mota Soares: "O acordo não falhou por falta de vontade de chegar a um entendimento nem por falta de propostas. Falhou por falta de vontade política do PS. Da nossa parte procuramos genuinamente um consenso e do ponto de vista técnico tivemos perlo de o conseguir. Foi com surpresa que vi o PS romper a negociação."

E David Justino? O observador do Presidente da República, discreto e eficaz, circunscreveu-se exemplarmente, durante seis longos dias, a testemunhar, acompanhar e registar, sem qualquer intervenção, todo o processo negocial. A sua atitude e a sua correção foram apreciadas por todos os intervenientes. E também expuseram até hoje a estabilidade do seu comportamento.

Anexo XLIII- Notícia Nº 36(Parte IV)

Um governo e não um acordo

Tudo se gorara. E a forma como as negociações haviam abruptamente terminado sem que horas antes se previsse ruptura tão vincada ou taxativa, inviabilizara mesmo o plano B de Belém: a possibilidade de os três partidos se entenderem sobre um acordo mais “soft”, menos comprometido.

Voltava-se ao cenário da coligação, colocado por Belém entre-parêntesis e deixado em suspenso perante o país.

Dias depois, fiel ao seu modo de agir e seguindo como sempre o roteiro do seu processo de decisão, o Presidente da República, usando o seu habitual formulário de perguntas, terá submetido Pedro Passos Coelho a uma espécie de exame:

“Assegura-me que vai com a legislatura até ao fim?”

Ou: “Está em condições de me apresentar um compromisso sobre a solidez da coligação?”

Pouco convencia Cavaco: nem a revogada marcha de atrás de Portas, nem a aplicação das medidas impostas pela troika a cargo de uma equipa governamental ferida de asa, nem a coesão da coligação, dividida por já públicas tensões e conhecidos desentendimentos.

Era assim: Cavaco tinha o hábito – sempre agiu deste modo em Belém – de se munir de um questionário tão seco quanto preciso e apertado de questões, ditadas pelo seu conhecimento das situações ou pelos seus próprios ângulos de visão – ou ainda sugeridas pelos seus assessores políticos – e que iam variando conforme os temas em apreço ou as prioridades da agenda política. Desta vez tratava-se do governo do país – não era pouco – e do futuro da coligação. Pouco convencia Cavaco: nem a revogada marcha de atrás de Portas, nem a aplicação das medidas impostas pela troika a cargo de uma equipa governamental ferida de asa, nem a coesão da coligação, dividida por já públicas tensões e conhecidos desentendimentos.

[Voltar ao índice](#)

Epílogo

O interesse do país falou mais alto porém. O que tinha de ser, tinha força.

O Presidente decidiu dar posse a Passos e Portas, dois líderes reconciliados. A política também é isto: virarem-se páginas. Um novo Governo, um novo fôlego, dado pelo Chefe de Estado. Não sendo a situação ideal na perspectiva de Belém, era aquela que melhor permitia, em circunstâncias difíceis, alcançar o grande objectivo de Cavaco: a conclusão com sucesso do Programa de Assistência Financeira. O compromisso falhara mas, como o Presidente irá repetir vezes sem conta, terá deixado sementes. O futuro dirá se um dia florescem.

Anexo XLIV- Notícia N°37



GOVERNO

Bolsa de Lisboa derrapa 4% e regista maior queda desde o crash na China

9/11/2015, 8:52 7.383 44

A bolsa de Lisboa derrapou 4,05% naquela que foi a pior sessão desde a segunda-feira negra de 24 de agosto, marcada pelo crash no mercado acionista chinês.

Partilhe



© Hugo Amaral/Observador

Autores

Edgar Castano

edgarcastano

Email

Ana Suspiro

Email

Mais sobre

ECONOMIA

GOVERNO

JUROS DA DÍVIDA

O principal índice da Bolsa de Lisboa, o PSI 20 recuou 4,05% na segunda-feira, acentuando as perdas no final da sessão. Esta é a sessão mais negativa desde o crash da bolsa de Xangai que afundou os mercados mundiais na "segunda-feira negra" de 24 de agosto, dia em que o índice liboeta perdeu 5,8%.

A banca foi especialmente penalizada com o BCP a afundar quase 9,5% e o BPI a cair 8,9%. O Banif perdeu 10,7%. Igualmente muito penalizadas foram as ações da Mota-Engil, a descer 7,5% e da Pharol (antiga PT SGPS), que recuaram 7,6%.

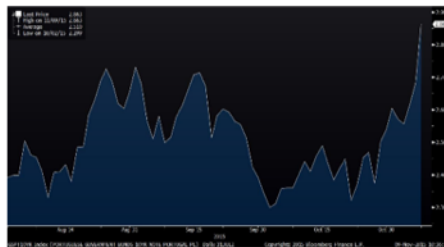
A Altri, empresa de pasta gerida por Paulo Fernandes, foi o único título do PSI a fechar com ganhos. Lisboa liderou, destacada, as perdas na Europa onde as principais praças fecharam em queda.

Também os juros da dívida de Portugal **subiram em todos os prazos** esta segunda-feira, com agências financeiras como a Bloomberg a noticiarem que o país enfrenta o risco de "reversão no corte da despesa pública" após os acordos anunciados no fim de semana pelo líder do Partido Socialista. A taxa a 10 anos está no **nível mais elevado desde julho**, por alturas do referendo grego, e regista – de longe – o maior agravamento dos juros entre os países da chamada *periferia* da zona euro.

A pressão sobre os juros da dívida portuguesa a dez anos, recuou no final para 2,831%, mais 154 pontos base num só dia.

Mas as taxas chegaram a negociar nos **2,86%**, a subir **214 pontos base**. Estes são os dois números que mostram a pressão que está a sentir-se nos mercados de dívida em torno da dívida pública portuguesa.

O primeiro valor – 2,86% – é a taxa absoluta exigida pelos investidores para comprarem, uns aos outros, dívida pública portuguesa a 10 anos. A taxa está a **subir 18 pontos base**, o que compara com **subidas bem mais ligeiras em Espanha e Itália** numa altura em que se torna cada vez mais provável que a **Reserva Federal dos EUA** suba a taxa de juro no próximo mês. Os juros de **Espanha estão a subir sete pontos e Itália um**.



O segundo número – 214 pontos base – é a diferença entre a taxa de Portugal a 10 anos e os títulos com o mesmo prazo na Alemanha. Este **prémio de risco está prestes a superar os máximos fixados em julho**, antes de Alexis Tsipras assinar o acordo para o terceiro resgate à Grécia.

O mais preocupante para Portugal é, precisamente, a tendência de forte subida deste prémio de risco exigido pelos investidores a Portugal, em comparação com os juros *sem risco* da Alemanha. No dia seguinte às eleições, quando se acreditava que PSD e CDS iriam formar governo com apoio do PS, este prémio de risco estava **abaixo de 175 pontos base**.

Houve, portanto, um **agravamento** de cerca de 40 pontos base no prémio de risco de Portugal no espaço de pouco mais de um mês. Por comparação, o que em **Espanha** é conhecido como a *prima de riesgo* **mantém-se na casa dos 120 pontos base**, exatamente onde estava no início de outubro.

Em **Itália** este *spread* até está mais baixo do que estava no início do mês, apesar de ter subido nos últimos dias perante a probabilidade de a Fed subir as taxas de juro, cujas implicações procurámos explicar-lhe [neste texto](#).

Subidas maiores nos juros de Portugal têm, contudo, sido travadas pela perspectiva de que o Banco Central Europeu (BCE) estará prestes a **reforçar os estímulos monetários** através da compra de ativos no mercado, incluindo dívida pública. Outras medidas, como uma nova descida da taxa cobrada aos bancos pelos depósitos que estes fazem no BCE, também poderão estar na calha – o que contribui para baixar os juros de uma forma geral, incluindo as *taxas Euribor*.

Anexo XLV- Notícia N°38

GOVERNO Esquerda unida? 9 sinais de fragilidade para Cavaco avaliar

10/11/2015, 18:15 3.935 91

BE, PCP e Verdes não deram acordo a um programa comum. Nos documentos ficam explícitos vários sinais da fragilidade do Governo que aí vem - caso o Presidente lhe venha a dar posse. Aqui estão nove.

Partilhe



Jorge Ferreira/PS

Autor

David Davis

Mais sobre

ANTÓNIO COSTA
BLOCO DE ESQUERDA
GOVERNO
NOVO GOVERNO
POLÍTICA
PRESIDENTE DA
REPÚBLICA
PS

Será a frase mais reveladora dos acordos assinados esta terça-feira por António Costa, com cada um dos partidos de esquerda que apoiarão o arranque da sua governação. "O PS e o PCP reconhecem as maiores exigências de identificação política que um acordo sobre um Governo e um Programa de Governo colocam", lê-se no ponto 4 do documento. A frase é replicada no papel assinado pelo BE e também no dos Verdes. E "colocava" é a palavra chave: o verbo está no pretérito imperfeito. Não há nos três documentos mais referências a um "acordo" e até o título fala de uma "posição conjunta sobre solução política".

Estes não são, assim, acordos sobre um programa, mas sim sobre medidas de emergência. Se Cavaco Silva der posse ao Governo que António Costa lhe vai propor, serão vários os obstáculos que o primeiro governo minoritário com apoio parlamentar em Portugal vai ter pela frente. Negociações permanentes - e sempre bilaterais, muitos dossiês em aberto, divergências vincadas até nos acordos. Aqui estão nove exemplos, numa viagem que estará cheia de imprevistos.

• **O Acordo assumido não é um acordo para a governação, antes uma "posição conjunta sobre solução política"** - como se lê nos títulos. No texto assinado com o PCP, lê-se que o objetivo das negociações foi chegar a "uma política que dê resposta aos problemas mais urgentes dos portugueses" ou "um indispensável sinal de mudança". E isto "na perspectiva de uma legislatura". No caso do Bloco, os termos são - anote-se - diferentes: "Vontade de negociar um acordo tendo no horizonte a construção de uma maioria estável, duradoura e credível na AR, que sustente a formação e a ação de um Governo comprometido com a mudança". Repetindo a frase do ponto 4 dos vários acordos texto: os partidos "reconhecem as maiores exigências de identificação política que um acordo sobre um Governo e um Programa de Governo colocam". Colocava: pretérito imperfeito.

• **PS e PCP assinalam divergências no texto do acordo.** Não só as "diferenças quanto a aspetos estruturantes" entre os programas, mas sobretudo sobre como concretizar algumas medidas que fazem parte do acordo. Lê-se assim: "PS e PCP registam ainda a identificação de outras matérias onde, apesar de não se ter verificado acordo quanto à sua concretização, se regista uma convergência quanto ao enunciado dos objetivos".

E a lista é longa: ritmo de reposição dos salários, de fim da sobretaxa, de reposição das 35 horas de trabalho no Estado, eliminação de restrições à contratação no Estado, "aumento dos escalões e progressividade no IRS", eliminação das taxas moderadoras, reposição de regras de transporte de doentes não urgentes, alargamento de acesso e montantes de apoios sociais, reforço e diversificação das fontes de financiamento da Segurança Social.

No caso do Bloco, anota-se "a natureza distinta dos programas" - mas, ao contrário do PCP, o Bloco não se limita a anotar as matérias de convergência plena, como as lista em anexo para o PS colocar no programa de Governo.

• **A perspectiva de um objetivo.** Vejamos a formulação dos partidos: "PS e PCP reconhecem, no quadro do grau de convergência, que foi possível alcançar que estão criadas as condições para (...) existir uma base institucional bastante para que o PS possa adotar medidas que respondam a aspirações e direitos do povo português".

• **OE, mais medidas, censuras: conversas marcadas.** Nos instrumentos centrais para a governação, o acordo promete... mais conversas. Por exemplo:

• Os partidos vão "encetar o exame comum quanto à expressão que as matérias convergentes identificadas devem ter nos **Orçamentos do Estado**, na generalidade na especialidade";

• No que respeita a **medidas de "concretização mais imediata"**, propõem-se a "examinar as medidas e soluções. Aqui (e nesta formulação genérica) podem encaixar-se as medidas extra que António Costa já disse querer ver repostas ainda este ano (numa versão menor), para não haver um buraco no início do OE2016;

• **Já as possíveis moções de censura, ou na legislação com impacto orçamental**, o acordo é de as partes as "examinem", em reuniões bilaterais que venham comumente a ser consideradas necessárias".

• **Todos falam com o PS - mas não uns com os outros.** A obrigação de reuniões bilaterais alarga-se, até a iniciativas que venham "de outros grupos parlamentares", como se lê no documento assinado com o PCP. Isto quer dizer que se o Bloco avançar com uma iniciativa que mereça crítica do PCP, o PS terá que dirimir o conflito. A mesma formulação é usada no acordo PS-BE e no acordo PS-Verdes, pelo que aos socialistas caberá a ligação entre todas as partes que apoiam o seu Governo.

• **Não há referências a planos B:** Catarina Martins chegou a dizê-lo explicitamente, numa entrevista à SIC. Que o acordo que ia contar "metas, objetivos e compromissos e também um debate, mecanismos de articulação e prioridades para os naturais sobressaltos no caminho sobre problemas que podem surgir". A líder do Bloco dizia que essas medidas extra não poderiam traduzir-se em cortes de rendimentos e pensões ou aumento de impostos sobre rendimentos e pensões, ou ainda "aumento de impostos sobre bens e serviços essenciais" e "diminuição da progressividade fiscal". Mas frisou que o entendimento incluiria "outras formas" de agir, como "diferentes formas de tributação". No papel, porém, nada aparece.

• **Nenhuma referência às regras e objetivos europeus, sequer aos tratados internacionais.** Nestes quatro documentos não se lê uma só referência ao que pediu o Presidente da República nos seus últimos discursos. Nem as regras do euro, nem os tratados da UE, tão pouco os que ligam Portugal à NATO ou ao acordo em negociação entre UE e EUA. Isso fica escrito, sim, no programa de Governo.

• **Ninguém no Governo.** Os acordos dizem, no mesmo tom, que as diferenças entre os partidos impedem outras formas de apoio a um Governo do PS.

• **Pouco se prende depois de 2016.** Entre as medidas negociadas entre o PS e os outros partidos da esquerda, a esmagadora maioria terá de ser aplicada nos primeiros meses de governação. As "amarras" programáticas a ligar os quatro partidos daqui a um ano são poucas, valendo destacar estas:

• **Descongelamento das carreiras:** é suposto aplicar-se a partir de 2018 - pelo que a sua aplicação só virá com o orçamento a apresentar em outubro de 2017.

• **Aumentar a progressividade do IRS,** nomeadamente através do aumento do número de escalões (grupo de trabalho em 2016);

• **Revisão da tributação municipal do património,** ponderando a introdução da progressividade no IMI;

• **Universalidade da oferta da educação pré-escolar** a todas as crianças dos três aos cinco anos, até ao final da legislatura;

• **Há outras medidas contínuas e podem ser definidas e calendarizadas** em Concertação Social: aumento anual das pensões; aumento do salário mínimo, etc;

• **E vários grupos de trabalho,** cujo trabalho deve apontar para o orçamento de 2017 (aprovado daqui a um ano, se tudo correr normalmente): plano contra a precariedade; pensões não contributivas; avaliação de sustentabilidade da dívida externa; avaliação dos custos energéticos; e um outro para a política de habitação, crédito imobiliário e tributação do património. No documento do Bloco não se refere um outro, que tinha sido referido pelo PS: o acordo que avaliaria os escalões e progressividade do IRS. O acordo com o Bloco prevê ainda um grupo de trabalho para estudar a "sustentabilidade da dívida externa" portuguesa: com a presença do ministro das Finanças nas reuniões e a elaboração de um primeiro relatório ao fim de 6 meses.

Anexo XLVI- Notícia N°39



GOVERNO

Costa não prevê “indelicadezas” vindas da esquerda, diz Costa à Visão

11/11/2015, 18:28 2.163 71

Numa entrevista à revista Visão, dada na véspera da queda do Governo, Costa fala do acordo à esquerda, admitindo que não foi possível conseguir que PCP e Bloco fizessem parte do seu Governo.

Partilhe     



ANDRÉ KOSTERS/LUSA

Autores

 Filomena Martins

 filmmartins

 Facebook

 Email

 Edgar Caetano

 edgarcaetano

 Email

Mais sobre

ANTÓNIO COSTA
GOVERNO
NOVO GOVERNO
POLÍTICA

“Espero que o ressabiamento nervoso da direita passe daqui a uns meses e que então assumam uma postura responsável”. Esta é uma das frases da [entrevista de António Costa à Visão](#), que teve lugar na véspera da moção de censura socialista que fez cair o Governo da coligação PàF de Passos e Portas. À Visão, António Costa diz, também, que se forem necessárias medidas extraordinárias, “o governo não terá a indelicadeza de aprovar iniciativas em hostilidade com os partidos que o apoiam nem espera deles a indelicadeza de alinharem em iniciativas da direita”.

Costa reconhece que o acordo com a esquerda não chegou para que o PCP e o Bloco aceitassem integrar o Governo que espera liderar, se Cavaco Silva o indigitar com primeiro-ministro, mas nem por isso considera diminuída a sua legitimidade. “Não havendo maioria, os governos resultam das negociações partidárias e a melhor demonstração de que quem ganha por poucoquinho pode poucoquinho, foi precisamente o que aconteceu à PàF...”, disse Costa à Visão no fim do primeiro dia de debate da moção de governo, ou seja, segunda-feira.

Entre as frases que a Visão já tinha adiantado na quarta-feira, Costa diz que existe um consenso na sociedade portuguesa, de empresários a sindicalistas, de que “um governo de gestão seria a pior das soluções para o País”, garante que está pronto para “apresentar o programa do Governo” e a constituição da sua equipa governativa e confirma que o acordo não contempla os orçamentos, que “terão de ser aprovados ao longo da legislatura”. “O compromisso que obtivemos não permite ir mais além, mas estão garantidas condições de estabilidade e governabilidade”, faz questão de sublinhar.

“Temos condições para formar governo imediatamente”

António Costa diz que se for indigitado primeiro-ministro irá “responder imediatamente, quer com a apresentação do programa de Governo quer com o elenco governativo”. O líder do PS adianta, também, que “as linhas gerais” estão aprovadas no que diz respeito a um Orçamento do Estado para 2016 e que “cabe ao PS garantir que as medidas sejam compatíveis com o Tratado Orçamental”.

Costa diz, aliás, que “o próprio insuspeito ministro das Finanças alemão, Wolfgang Schäuble, produziu, esta semana, uma declaração de [grande tranquilidade](#) sobre o futuro da situação política portuguesa”. É esta a leitura que Costa faz do facto de o alemão ter dito que está “confiante de que Portugal irá continuar no rumo que tem sido seguido e que tem sido bem sucedido”.

Tendo isso em mente, se houver alterações na conjuntura, António Costa diz que “se for o caso, temos de nos sentar de novo à mesa para negociar” (o Partido Socialista e os partidos à esquerda). Costa diz que “não terá a indelicadeza de aprovar iniciativas em hostilidade com os partidos que o apoiam nem espera deles a indelicadeza de alinharem em iniciativas da direita que obstaculizem a atividade governativa”.

Anexo XLVII- Notícia Nº40

Newsletters

OBSERVADOR

PRIVATIZAÇÃO DA TAP

Governo ignora apelo do PS e fecha venda da TAP

12/11/2015, 13:04 | 1.937 | 31

Governo de gestão aprovou a divisão da recapitalização da TAP em duas tranches. A primeira tranche de 150 milhões entra mais cedo, garante. Venda é fechada hoje, apesar do apelo do PS para adiar.

Partilhe



José Goulão/LUSA

Autor

Ana Duaspin

Email

Mais sobre

CONSORCIO GATEWAY
ECONOMIA
GOVERNO
NOVO GOVERNO
PARPÚBLICA
PRIVATIZAÇÃO DA TAP
EMPRESAS
POLÍTICA
PAÍS
TAP

O Conselho de Ministros desta quinta-feira aprovou uma resolução que permite fechar a venda da TAP ainda hoje, um dia depois do grupo parlamentar do PS ter pedido que a operação não fosse concluída pelo executivo em gestão.

A resolução antecipa o processo de recapitalização da companhia aérea, para responder à degradação da situação de tesouraria verificada nos últimos meses. Segundo a secretária de Estado do Tesouro, Isabel Castelo Branco, a alteração permite antecipar a entrada de 150 milhões de euros numa primeira fase, assim que ficar fechado a transação, o que irá acontecer hoje, confirmou.

O resto, no valor de 120 milhões de euros, terá de ser desembolsado até 23 de junho de 2016. Se esta tranche, em obrigações convertíveis, não for concretizada até essa data por responsabilidade do comprador, a TAP a operação é revertida e a empresa volta à mais do Estado com o capital já aplicado, explicou a secretária de Estado.

Dinheiro entra mais cedo ou mais tarde?

Isabel Castelo Branco recusou a tese de que este faseamento na capitalização da TAP seja um adiamento da realização da primeira tranche prevista de 270 milhões de euros, num esforço global de 338 milhões de euros.

Mas ao contrário do que foi divulgado pelo anterior executivo, segundo o qual o pagamento desta primeira tranche seria feita no momento do fecho do negócio, a secretária de Estado vem agora esclarecer que o comprador tinha até 23 de junho de 2016 para fazer a primeira capitalização. O momento da sua realização seria da decisão do consórcio Gateway dentro deste prazo. Daí que o executivo, reafirme que se trata de uma antecipação da capitalização da TAP e não de um adiamento.

Em conversas informais, membros do governo explicaram que o pagamento da primeira e maior tranche da recapitalização da TAP, seria feito logo a seguir ao fecho do contrato, seguramente ainda este ano. Estava previsto que o remanescente do valor que a Gateway se propõe investir fosse entregue em prestações trimestrais de 17 milhões de euros.

Reverter pode implicar indemnização. Depende das razões e prazo

Mas se a iniciativa de reversão partir do próximo governo? Marques Guedes remete para as regras do contrato e para o que um futuro executivo pretenda fazer. O ministro da Presidência diz uma eventual compensação depende das razões e do calendário dessa reversão. Mas não afasta o cenário de indemnização ao acionista privado, sobretudo no montante que tiver investido, caso um futuro governo queira recuar.

Num discurso que dramatiza a situação financeira da TAP, Luís Marques Guedes invocou o poder dos governos de gestão para tomar decisões **"urgentes e inadiáveis"** e sublinha que a empresa enfrenta um **"iminentes colapso de tesouraria"**. Os aviões correm o risco de ficar em terra, por falta de combustível, e os salários de não serem pagos, argumentou.

"O governo não podia deixar cair a empresa, ainda que em gestão", realçou também Luís Marques Guedes, qualificando a atitude dos socialistas de "enorme prepotência", por pressionar a gestão da Parpública, e "profunda hipocrisia".

Já Isabel Castelo Branco qualificou este ano como um dos piores enfrentados pela TAP, por causa da greve dos pilotos, e dos seus efeitos no nível de receita e reputação. Mas também, porque houve uma quebra do negócio em mercados importantes da companhia: Brasil, Angola e Venezuela.

O governo já tinha revelado uma degradação da situação de tesouraria da TAP da ordem dos 100 milhões de euros desde a privatização, o que coincidia com a entrada no ciclo de menor atividade que é o inverno.

Cerimónia à porta fechada

A assinatura terá lugar na Parpública, às 17 horas de quinta-feira, mas numa sessão à porta fechada, como aliás aconteceu nas últimas privatizações decididas pela coligação, confirmou a secretária de Estado do Tesouro. Vão estar presentes os secretários de Estado das Finanças, Manuel Rodrigues, e do Tesouro, Isabel Castelo Branco.

Faltarão ainda alguns detalhes entre a Parpública, a quem os deputados do PS pressionaram já para que o processo não avançasse, e os compradores, para fechar o negócio de venda de 61% do capital da companhia a Humberto Pedrosa e David Neeleman.

Mesmo sem a iniciativa do governo que está em gestão, **a Parpública tem poder para fechar o contrato de venda da TAP ao consórcio Gateway.** A resolução do Conselho de Ministros que escolheu a proposta vencedora da privatização aprovou já os instrumentos jurídicos a celebrar entre a Parpública, que é a dona da TAP, e o consórcio composto por Humberto Pedrosa e David Neeleman. Entre estes instrumentos estão as minutas do acordo de venda direta de 61% do capital e do acordo de compromissos estratégicos.

A mesma resolução, assinada pelo primeiro-ministro Pedro Passos Coelho em junho, "autoriza a Parpública a celebrar os instrumentos jurídicos a que se refere o nº2 (que incluem o contrato de venda)".

Não obstante, e desde então, a privatização da TAP voltou duas vezes ao Conselho de Ministros. Uma antes das eleições, com alteração ao contrato para acutelar negociação com a banca, e outra agora.

Esta quarta-feira, o o grupo parlamentar do PS escreveu uma carta ao presidente da Parpública a apelar a Pedro Ferreira Pinto para que não conclua a operação.

Recordando a posição contrária do partido e de um futuro executivo liderado por António Costa à venda da maioria do capital da TAP, a carta socialista lembra que a assinatura está prevista **"ocorrer num período em que o governo se encontra com poderes de gestão, face à demissão ocorrida no dia 10 de novembro"**, na sequência do chumbo do programa do governo.

O documento assinado por Ana Paula Vitorino defende assim "que não estão reunidas as condições legais nem políticas para que se mantenha este processo de reprivatização da TAP".

Fonte oficial da empresa do Estado confirmou, no entanto, ao Observador que a carta do grupo parlamentar do PS foi recebida e que a "seu tempo daremos desenvolvimento à mesma", sem especificar qual.

ANAC tem de dar parecer definitivo aos termos finais da operação

Os termos finais de venda da TAP estão ainda dependentes da luz verde definitiva por parte da ANAC (Autoridade Nacional da Aviação Civil). No parecer provisório que deu à transferência de 61% do capital para a Gateway, o regulador da aviação aprovou a operação. Mas definiu um conjunto de recomendações para clarificação da estrutura acionista do consórcio privado e dos estatutos, onde estão definidos os poderes dos acionistas.

Nessa medida, a "apreciação definitiva", só será "efetuada pela ANAC com base na notificação dos termos exatos em que a operação de alteração da estrutura acionista das transportadoras aéreas (TAP e PGA) venha a ser concretizada". O Observador perguntou ao regulador se já tinha sido notificado desses termos, mas ainda não obteve resposta.

Anexo XLVIII- Notícia Nº41



GOVERNO

DRBS ao Observador. Telefonema de Centeno “foi importante” para manter “rating”

13/11/2015, 17:42 ↗ 1.310 📄 23



Ao Observador, a DBRS diz que o PS garantiu o seu compromisso com a redução do défice, o que foi “muito importante” para a manutenção do “rating” e da “perspetiva estável”.

Partilhe     



HUGO AMARAL/OBSERVADOR

Autor

 **Edgar Caetano**
edgarcaetano
 Email

Mais sobre

AGÊNCIAS DE RATING
ECONOMIA
GOVERNO
MÁRIO CENTENO
NOVO GOVERNO
RATING
POLÍTICA
PAÍS

A agência DBRS, que esta sexta-feira [manteve o rating de Portugal](#) acima de *lixo*, olhou para o programa do PS e acredita que, caso António Costa venha a liderar governo, “**é possível** que, se o crescimento não dececionar, Portugal consiga cumprir a meta de défice de 2,8% em 2016”, como se propõe. “Mas há riscos, e podem ser necessárias mais **medidas de austeridade** se o crescimento dececionar”, diz ao Observador Adriana Alvarado, analista da DBRS, em conversa telefónica.

A DBRS confirmou que nos últimos dias **falou ao telefone com Mário Centeno**, provável ministro das Finanças num governo liderado pelo PS, e que este lhe “**garantiu o compromisso com os acordos europeus**” em matéria de consolidação orçamental. Isso foi “**muito importante**” para a decisão anunciada hoje, de manter o *rating* e o *outlook estável*. Alguns analistas admitiam um corte do *outlook* para *negativo*, tendo em conta a incerteza política.

Isto apesar de, como a DBRS sabe, o PS se ter comprometido a criar um grupo de trabalho para avaliar a sustentabilidade da dívida portuguesa. Isso não perturba a agência, que recorda que faz a sua própria análise a esse nível, olhando para as perspetivas de crescimento, dívida e empenho político.

Ainda assim, a agência diz que, olhando para o programa, “**ainda há alguma falta de transparência, falta de detalhes**”. Outro risco é o facto de uma aliança com os partidos à esquerda ser “**algo sem precedentes em Portugal – é um risco**”. O que conta, para a DBRS, é que o partido na liderança do governo é “pró euro” e manifestou essa garantia de que os compromissos internacionais serão respeitados.

Ainda assim, o programa contém medidas contra a *receita da troika* que obrigam a que haja “**medidas compensatórias**” para que se cumpra o défice. A DBRS mostra-se confiante de que, “se o crescimento não dececionar, chegar a um défice de 2,8% no próximo ano **pode não ser difícil**”. Mas, se isso acontecer, “**podem ser necessárias medidas adicionais de austeridade**”.

Anexo XLIX- Notícia Nº42



GOVERNO

Dissolução do Parlamento. Candidatos presidenciais defendem regra dos 6 meses

14/11/2015, 14:12 11

Marcelo, Maria de Belém, Neto e Marisa contra proposta de Passos de alterar Constituição para haver já eleições antecipadas. Despropositado e patético, atiram.

Partilhe [f](#) [t](#) [+](#) [in](#) [e](#)



© Hugo Amaral/Observador

Autor

 Helena Pereira

Mais sobre

GOVERNO
HENRIQUE NETO
MARCELO REBELO DE SOUSA
NOVO GOVERNO
POLÍTICA
PRESIDENCIAIS 2016
PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ELEIÇÕES

Marcelo Rebelo de Sousa, Maria de Belém Roseira, Henrique Neto ou Marisa Matias são contra a alteração da norma constitucional que diz que não pode haver novas eleições nos primeiros seis meses após as legislativas. Pedro Passos Coelho desafiou os partidos a fazerem uma revisão constitucional cirúrgica para remover esta limitação e os portugueses sejam chamados de novo às urnas, mas a reação, por parte da maior parte dos candidatos presidenciais, é negativa quer porque entendem que a Constituição está certa quer porque entendem que o momento não é adequado para fazer-se a alteração.

“Sinto-me confortável com a forma como a Constituição está redigida”, afirmou ao Observador **Maria de Belém Roseira**, recusando comentar a possibilidade de, sendo eleita nas presidenciais de janeiro, ser confrontada com a dúvida sobre eleições antecipadas. A limitação de convocação de novas eleições termina em abril. “Não trabalho com base em cenários. Isso é absolutamente extemporâneo”, disse.

Henrique Neto, também ele candidato presidencial e ex-deputado socialista, tem idêntica opinião. “Os deputados que puseram essa norma tiveram boas razões, no sentido da estabilidade. Mas não quer dizer que não possa ser revista. Mas não numa situação de crise. **A última coisa que devia passar pela cabeça dos atuais líderes partidários é a uma revisão constitucional**”, garantiu ao Observador, considerando a proposta de Passos “uma birra de criança” e “uma pura insanidade”.

Já sobre se, se for eleito, admite convocar novas eleições, responde: “Se verificar que os acordos funcionam bem, o PR só deve apoiar esse Governo. Se não funcionarem, deve convocar eleições de imediato, quando for constitucionalmente possível, para uma clarificação”.

Marcelo Rebelo de Sousa já dissera, no último fim de semana no Fundão, não ver quaisquer condições para uma revisão constitucional no imediato: **“Entendo que não há condições para uma revisão constitucional nos próximos tempos. O país tem outros desafios**, precisa de ter um Governo que governe”.

Já **Marisa Matias**, candidata presidencial com o apoio do BE, considerou **“patético” o desafio** de Passos Coelho de se fazer uma revisão constitucional extraordinária para que possa haver novas eleições legislativas. “Os apelos a novas eleições de ou nós ou o caos seriam dramáticos se não fossem ridículos”, criticou em Coimbra, exigindo “serenidade” e o cumprimento da Constituição da República Portuguesa.

Edgar Silva, que concorre com o apoio do PCP, revê-se na atual Constituição e não defende quaisquer alterações. “Cumprir a Constituição é a nossa matriz. Não o ocultamos, sem qualquer reserva mental. A base programática desta candidatura é a Constituição da República Portuguesa”, afirmou sexta-feira, em Évora. O candidato referiu que, “apesar das já sete revisões constitucionais e de todos os esforços para a desfigurar”, a Constituição “persiste como uma plataforma de convergência de democratas, patriotas e de homens e mulheres que querem outro rumo para Portugal”.

Anexo L- Notícia Nº 43 (Parte I)



Liliana Valente

Pedro Nuno Santos acredita que o Presidente não tem outra opção senão dar posse a António Costa. Em entrevista ao Observador, admite o problema da dívida externa e do Novo Banco.

Partilha     

- 1 Não me passa pela cabeça que o Presidente prejudique o seu país só para não dar posse a um Governo do PS
- 2 PS negociará com o consórcio reversão da venda da TAP
- 3 Novo Banco precisa de dinheiro, e bancos "já estão em tensão"
- 4 "Não há ninguém que defenda uma rutura com a UE. Ninguém"
- 5 "Não podemos fazer de conta que a dívida externa não é um problema"
- 6 A rua não é, como nunca foi, um problema para o PS
- 7 "Com este PSD e este CDS não será possível entendimento"
- 8 Medidas extraordinárias vão "defender Estado social, salários e pensões"
- 9 "A esquerda tem uma grande responsabilidade e não a pode desperdiçar"
- 10 A entrevista na íntegra

Da que se mudarem. Vê o Pedro Nuno Santos de 2012 -, aquele que dizia que se não pagássemos a dívida aos bancos, até "tremiam as pernas" aos banqueiros alemães - como fruto do tempo. "Eles aprendemos com os erros". A verdade é que agora mede as palavras, combõe-se para não ir longe nas respostas. Em entrevista ao Observador, o deputado, vice-presidente da bancada parlamentar e chefe das equipas negociais com PCP, BE e Verdes, acredita no sucesso do acordo, diz que não lhe passa "pela cabeça" que o Presidente prejudique o país ao não dar posse a António Costa, mas admite a "tensão" que será permanente, pelas negociações que terão de ser feitas. As primeiras têm nomes certos: TAP e Novo Banco. O deputado-coordenador do PS na Comissão de Inquérito ao BES admite que o sistema bancário já está sobrecarregado, deixando antever que a solução para o Novo Banco poderá passar por uma injeção de dinheiro do Estado, sem o admitir preto no branco. O seguinte poderá ser a dívida: diz que não se pode "fazer de conta" que o problema não existe e defende uma solução europeia.

O socialista, que muitos apontam como futuro trunfo para liderar o partido, não fala em momento histórico, mas diz que "a esquerda tem uma grande responsabilidade e não a pode desperdiçar". E avisa: "Não podemos fazer de conta que a dívida não é um problema" e "a rua não é um problema para o PS".

Não me passa pela cabeça que o Presidente prejudique o seu país só para não dar posse a um Governo do PS

O PS assinou três acordos com os partidos à esquerda, mas não lhes chamou isso, chamou-lhes "posição conjunta sobre a situação política". Estes são acordos fortes, possíveis ou suficientes?

São os acordos que permitirão ao Governo do PS ter um suporte maioritário e garantem, desde logo, ao Presidente da República e ao país, o apoio maioritário que a solução PSD/CDS nunca teve. É um acordo e uma maioria bem mais forte do que aquela que nem chegou a ser a maioria.

São os acordos que esperavam ou esperavam um acordo mais consistente como, por exemplo, com a entrada do PCP e do BE no Governo?

O que é relevante, mais do que a filiação partidária dos membros do Governo, é saber se o Governo tem um apoio maioritário no Parlamento e isso este Governo do PS terá. Esse era o grande objetivo que nós tínhamos: conseguir apresentar perante o Presidente da República uma solução com apoio maioritário e com as condições necessárias para podermos governar tendo em perspectiva a legislatura. Uma solução duradoura...

Está garantido que é para a legislatura? É que nos textos não diz preto no branco que estes partidos não apresentam moções de censura, por exemplo. Que garantia de estabilidade dá ao Presidente da República?

Nem era suposto. Ao contrário do CDS que decidiu dissolver-se no PSD, essa nunca foi a intenção do PS em relação ao PCP e ao BE. O PCP, o BE e os Verdes mantêm em pleno a sua autonomia. Nós conseguimos um acordo que permite ao PS formar Governo, conseguir passar no Parlamento o seu programa de Governo e governar com estabilidade. Obviamente que isto vai exigir um esforço de concertação e esse esforço será constante. Trabalharemos com PPC, BE e Verdes durante os quatro anos para assegurarmos que esta solução durará de facto quatro anos e estamos convictos que assim será.

Coloca a hipótese de o Presidente da República não dar posse a António Costa?

Não me passa pela cabeça que o senhor Presidente da República prejudique o seu país só para não dar posse a um Governo do PS, que garanta aquilo que Passos Coelho não conseguiu garantir. Passos Coelho foi indigitado mesmo sem ter o apoio maioritário. Ora, por força da razão, o PS, que apresenta uma solução maioritária, terá de ser obviamente indigitado. Isso parece-me óbvio. Também me parece evidente, - não só a mim, arriscaria dizer à maioria da sociedade portuguesa -, que será mau para o país termos um governo de gestão quando na realidade há uma solução maioritária no Parlamento.

"Não me passa pela cabeça que o senhor Presidente da República prejudique o seu país só para não dar posse a um Governo do PS, que garanta aquilo que Passos Coelho não conseguiu garantir. Passos Coelho foi indigitado mesmo sem ter o apoio maioritário. Ora, por força da razão, o PS, que apresenta uma solução maioritária, terá de ser obviamente indigitado"

Pedro Nuno Santos

Mas Passos Coelho ganhou as eleições, o mesmo não aconteceu com António Costa. Isso não é argumento suficiente para que o Presidente não dê posse, mesmo que com apoio maioritário?

Não. Temos de neste momento, e é obrigação de todos à esquerda e à direita, fazer a pedagogia do que é uma democracia parlamentar. É verdade que nunca tivemos um governo que não fosse liderado por quem ganhou as eleições. E o PS não as ganhou, ficou atrás da coligação PSD/CDS e sobre isso ninguém tem dúvidas e nós também não. A questão é que o PSD e o CDS não conseguiram uma solução maioritária para governar. Temos de ter presente que em 40 anos de democracia - que é recente apesar de muitos invocarem a tradição - que não esgotou todas as possibilidades possíveis da Constituição, desde logo um Governo de esquerda e também um Governo liderado pelo partido que não ganhou. Coisa que acontece em muitas democracias no Norte da Europa, muito mais maduras...

Sim, mas o nosso regime também é semipresidencialista o que pode levar a que o Presidente tenha aqui uma palavra forte...

No essencial é de base parlamentar e é do Parlamento que emanam as soluções governativas, ou devem emanar. A verdade é que há uma solução maioritária e esperamos que essa solução maioritária se possa traduzir num Governo. A configuração parlamentar é exigente e dificulta obviamente as soluções de governação, mas a configuração parlamentar é aquela que saiu das eleições e nós temos de saber viver com ela e no quadro dela saber trabalhar. É isso que o PS está a fazer com os partidos à esquerda.

Anexo LI- Notícia N°43 (Parte II)

O PS tem insistido que o que resulta do acordo é que o programa que tem de ser executado é o programa do PS. Mas muitas das medidas do programa do PS não têm o acordo prévio dos partidos à esquerda. E nas contas dos deputados, o PS precisa que os dois partidos as aprovem. Como é que isso fica garantido? Fale por exemplo do regime conciliatório... Sobre essa matéria há acordo: que não consta do programa do Governo.

Mas Mário Centeno disse que insistiria na medida... O programa de Governo tem como base o programa eleitoral do PS, mais as alterações que decorrem das negociações e dos acordos que não tivemos o regime conciliatório no programa do Governo. O que não quer dizer, que não não pensamos estudar soluções, no que diz respeito ao mercado de trabalho, diversificação das fontes de financiamento da Segurança Social, nos grupos de trabalho que serão criados. Soluções, que estavam no programa eleitoral e que não estão no programa de Governo, poderão ser debatidas com mais cuidado no quadro dos grupos de trabalho.

[Voltar ao índice](#)

PS negociará com o consórcio reversão da venda da TAP

Uma outra medida que não está nos acordos de Governo é a TAP. O que é que o PS vai fazer?

Não conseguimos um acordo com o PCP, BE e FEV em diversas matérias, sobre as matérias em que não chegámos a acordo, o PS, no quadro do Governo, tentará concretizar. O PCP e o BE defendem que o capital da TAP se mantenha pública na sua totalidade. Aquilo que o PS defendeu sempre é que o capital deva ser maioritariamente público. Por isso, aquilo que faremos, com toda a serenidade e no quadro legal vigente e em conversação com o consórcio vencedor, é tentar assegurar que ainda seja possível ao Estado português manter a maioria do capital. Não desistimos desse objetivo, agora esse processo será desenhado com a maior normalidade, serenidade e com o consórcio vencedor...

"Aquilo que faremos, com toda a serenidade e no quadro legal vigente e em conversação com o consórcio vencedor, é tentar assegurar que ainda seja possível ao Estado português manter a maioria do capital"

Pedro Nuno Santos

Independente do valor das indemnizações que tenham de ser pagas?

Não queremos prejudicar o país. O objetivo é conseguirmos encontrar a melhor solução para a TAP. E não acreditamos que isso possa ser feito em conversação com o consórcio vencedor. Não achamos que seja impossível e por isso trabalharemos que a TAP possa ser maioritariamente pública.

Já houve algum contacto? Ou só depois de o Presidente dar posse?

Isso só faz sentido quando o PS for Governo. Neste momento temos um Governo de gestão que indolentemente atua como se tivesse na plenitude das suas funções, mas objetivamente o PS ainda não é Governo.

Novo Banco precisa de dinheiro, e bancos "já estão em tensão"

O Novo Banco precisará de ser recapitalizado. Admite que o Governo pode vir a ter de emprestar mais dinheiro ao Fundo de Resolução [que detém o Novo Banco]?

O Governo, neste caso Maria Luís Albuquerque e o primeiro-ministro – sabe melhor do que nós a situação do Novo Banco. Porventura, não conheceremos as necessidades de capital do Novo Banco independentemente dos testes de stress. Isto é: a par dos testes de stress, foi feita uma reavaliação da qualidade dos ativos do Novo Banco e, se as coisas forem de facto conhecidas, chegaremos à conclusão que a injeção de capital feita o ano passado não era suficiente. Por isso, há um processo muito mal gerido desde o início e provavelmente o Novo Banco estará subcapitalizado. Há um processo da inteira responsabilidade de quem desenhámos e o dividiu. Como todos nós sabemos não é um processo da inteira responsabilidade do Banco de Portugal – é, quando muito, da responsabilidade partilhada entre Banco de Portugal e Ministério das Finanças, para não dizer que é do Ministério das Finanças e do primeiro-ministro.

Por ser uma responsabilidade partilhada é que gostava que me respondesse, mesmo que de maneira geral: o PS admite que o próximo Governo vai ter de injetar dinheiro no Fundo de Resolução?

Tudo indica que o Novo Banco vai precisar [de ser recapitalizado]...

Pelo Estado ou pelos bancos?

Poderíamos fazer uma boa entrevista sobre o Novo Banco e a capacidade de os bancos continuarem a injetar capital no Novo Banco. A situação do Novo Banco não é fácil, o sistema bancário português está obviamente com tensão, e portanto, sobrecarregar ainda mais o sistema bancário não será... não será [a solução]...

Por essa visão teria de ser o Estado a assumir essa recapitalização...

A verdade é que a recapitalização foi assumida pelo Estado até agora. Dos 4,9 mil milhões, 3,9 mil são responsabilidade do Estado, que fez um empréstimo desse montante ao Fundo de Resolução. Sobre essa matéria não haveria novidade...

Mas um Governo PS não querêr fazer diferente?

O Novo Banco neste momento, para todos os efeitos e deem-se as circunstâncias que se quiser dar, é um banco que foi alvo de uma intervenção que poderá, para muita gente, ser considerada uma nacionalização. Na medida em que a esmagadora maioria do capital injetado é do Estado, estamos perante uma situação que é difícil. Não quero antecipar nada, nem estar a criar qualquer tipo de alarme porque tenho a certeza que a situação será resolvida a prazo e bem resolvível a prazo.

A ideia era só perceber qual a solução que o PS tem em mente...

Mas em primeiro lugar vamos ouvir a solução do Ministério das Finanças, que é responsável pela situação que nós temos e pela solução a que se chegou. Tem de dizer o que aconteceu, dizer se estava ou não subcapitalizado, o que aconteceu entretanto e o que se pode fazer.

Ao contrário da TAP, esta é uma matéria que ainda pode ser decidida por este Governo?

Há um conjunto de informação que nós ainda não temos. Impõe também a responsabilidade, que tenhamos a necessária prudência e cautela nos comentários que fazemos sobre o sistema bancário e sobre o Novo Banco. As necessidades de injeção de capital, como é que deve ser feito, qual o papel que o restante sistema bancário deve ter nessa injeção, etc. Há um conjunto de matérias que exigem que tenhamos um nível de informação que objetivamente nós não temos.

"Não há ninguém que defenda uma rutura com a UE. Ninguém"

O PS apresentou, para aprovar até ao final do ano, diplomas com medidas temporárias para não fazer disparar a despesa. Estamos a falar da reposição do corte nos salários dos funcionários públicos, mas menos graves, e da sobretaxa, também menos grave. Não é simbólico que as primeiras medidas que o PS e a esquerda venham a aprovar sejam na mesma a manutenção de austeridade, mesmo que mais levezinhas?

Não é mais levezinhas. É mesmo a eliminação dos cortes dos salários da função pública e eliminação da sobretaxa...

Em dois anos...

No caso dos cortes salariais não é em dois anos. O que se pretende com as iniciativas legislativas é que se possa eliminar quer o corte dos salários quer a sobretaxa. Do ponto de vista simbólico é que há a vontade e a intenção determinada por parte do PS em assegurar que o país vai respeitar as metas orçamentais.

Uma das maiores críticas que se ouvem aos acordos de esquerda é que as medidas só aumentam a despesa pública. Como é que serão compensadas para que se respeitem as metas do défice?

De várias maneiras. Desde logo há um ajustamento, no cenário do PS, mais moderado do que aquele que é proposto pela coligação de direita. Enquanto a coligação prevê reduzir o défice em 2015 de 2,7% para 1,8% em 2016 aquela que é a nossa previsão é de 3% em 2015 e a redução para 2,8% em 2016. Queremos que Portugal saia do procedimento por défice excessivo, mas prevenimos uma redução de duas décimas. Ao mesmo tempo, temos um conjunto de medidas cujo impacto na economia é diferente do pacote de medidas do PSD/CDS. Não só não reduzimos o IRC, a coligação reduziu o IRC e vamos ter um aumento do conjunto de prestações e rendimentos, que permitirão aumentar o consumo – por essa via um impacto na procura e também no crescimento económico. Temos aqui este duplo efeito: um ajustamento mais moderado nos primeiros anos, e por outro lado um conjunto de medidas que tem um impacto na nossa economia diferente. Permite que a economia cresça, como permite ao Estado arrecadar mais receitas, seja por via do IRS, seja do IVA. No modelo com o qual trabalhamos, conseguimos cumprir o défice orçamental, mesmo com o aumento das despesas.

Anexo LII- Notícia N°43 (Parte III)

Não está prevista uma negociação das metas?

Temos um ajustamento diferente. Um governo do PS trabalhará com uma grande proximidade com os nossos parceiros europeus, com Bruxelas. O PS tem um compromisso desde sempre com a União Europeia e com a manutenção de Portugal no projeto europeu, seja na UE seja no euro. Da direita à esquerda dentro do PS não há ninguém que defenda uma rutura com a UE. Ninguém. Isto é importante porque pode dar muita confiança a muitas pessoas. Agora temos uma visão diferente daquela que deve ser a evolução do projeto europeu em relação à direita portuguesa e à direita europeia. Se é verdade que houve um consenso entre o centro-direita e o centro-esquerda na Europa para construímos o projeto europeu, nós hoje temos uma disputa saudável do que devem ser os próximos passos que a UE e a União Económica devem tomar. Sobre esta matéria que não haja dúvidas: não vamos para nenhum governo que ponha em causa esses compromissos ou que ponha Portugal numa estratégia de confrontação com a União Europeia. Não é esse o nosso objetivo, nunca foi e não será. Não há divisões dentro do PS.

Mas há divisões com os parceiros de um futuro Governo do PS...

Como disse e bem, um Governo do PS.

[Voltar ao índice](#)

"Não podemos fazer de conta que a dívida externa não é um problema"

BE e o PCP parecem acreditar que não será possível respeitar as metas sem que haja uma renegociação da dívida. Escreveu há uns anos um estudo sobre a renegociação da dívida com Francisco Louçã. Sente-se mais próximo do que defende o Bloco neste campo do que o que defende o PS?

Sobee a matéria da dívida há umas frases que são normalmente reproduzidas, proferidas por mim em 2011 em determinado contexto político. E há dois, três anos a produção de um trabalho académico com mais três economistas em que faz uma proposta técnica e não política de como é que a dívida externa poderia ser reestruturada. Quero lembrar, para que ninguém fique assustado, que só alterava duas variáveis: as taxas de juro e os prazos para as maturidades dos empréstimos. Não mexia no capital. O PS compreende que há um problema com a dívida pública na União Europeia, um problema maior do que o nosso tem a Grécia e a Itália. De alguma maneira a União Europeia deverá encontrar uma solução para este problema, que é um peso enorme para muitos orçamentos de uma parte considerável dos países. É um ponto que não deve ser ignorado. Tenho uma posição conhecida: acho que a dívida pública tem de ter uma resposta no quadro europeu. Um pouco diferente daquilo que se passou em 2011. As coisas entretanto vão mudando...

É também diferente da posição do BE?

Sim, porque o BE considera a possibilidade de a reestruturação ser unilateral. Essa não é a minha posição. Em 2011, a dívida pública não era detida pelas instituições europeias e de facto achava que uma estratégia diferente podia ter sucesso, mas fomos todos aprendendo com o tempo. É óbvio que a melhor forma de conseguirmos os ganhos desse ponto de vista não é em confrontação com a UE, mas de negociação.

Essa parece-me um discurso mais moderado...

Nós todos vamos aprendendo. Não uma negociação unilateral, mas multilateral, no quadro da União Europeia. É assim que deve ser. Desse ponto de vista eu digo isto porque não tenho a menor dúvida que seria gravoso para Portugal e para a economia portuguesa uma rutura com a União Europeia.

Mas a verdade é que no acordo que foi assinado está previsto um grupo de trabalho...

Um grupo de trabalho para discutir a sustentabilidade da dívida externa...

Isso não é admitir que ela não é sustentável?

Não, não. Não podemos fazer de conta que a dívida pública não tem um elevado peso no nosso PIB. Tem, é um problema, nós temos encargos anuais com a dívida que são muito elevados e que retiram capacidade ao Estado e à economia de investir, porque há recursos que estão, regularmente, a deixar o nosso país, a deixar a nossa economia. E isso é um problema que tem de alguma forma encontrar resposta e por isso, sim, tem de ser estudado. Há sempre uma grande confusão, entre dívida pública e dívida externa. Nós temos uma dívida externa muito elevada...

Pública e privada...

Pública e privada. Não é um problema só do Estado português – e o problema da dívida privada não foi causado pelo PS... e o da dívida pública –, mas a verdade é que temos uma elevada dívida externa e que deve ser alvo de atenção para todos nós, porque é um traseiro ao investimento seja ele público seja privado. Como toda a gente sabe, o nosso setor privado está alavancado em dívida...

Sobretudo as empresas...

E isso prejudica o investimento por parte dessas empresas. Nós não podemos fazer de conta que a dívida externa, privada e pública, não é um problema. Isso seria trágico. E por isso o grupo de trabalho visa fazer essa análise e é importante que tenhamos independentemente da liberdade e da autonomia do PCP e do BE em relação à dívida, o PS entende que esse debate deve ser feito no quadro com os nossos parceiros.

"Há quem à esquerda do PS ache que que haverá uma tensão - e obviamente que ela existe - entre o constrangimentos europeus e a vontade de termo: uma política que aumente salários e pensões. Aquilo que nós - e isso é um exercício difícil - sempre dissemos é que acreditamos que no quadro europeu é possível termos uma política que dê resposta aos problemas das pessoas, às necessidades imediatas de curto prazo que todos os cidadãos portugueses vão sentido"

Pedro Nuno Santos

[Voltar ao índice](#)

A rua não é, como nunca foi, um problema para o PS

O dirigente do BE, Jorge Costa, escreveu que, no futuro, o Governo PS vai confrontar-se com uma realidade: o garrote de Bruxelas vai começar a apertar e aí ou cede à pressão de Bruxelas impondo "novos aumentos de impostos e cortes" ou "respeita os compromissos que o PS assinou". Mais do que isso, diz que nessa altura a rua poderá ser um fator de pressão. Não é uma marcação de posição do BE quando ainda nem há Governo do PS?

Não, quer dizer... o BE tem uma determinada visão sobre os constrangimentos orçamentais europeus e a dificuldade que esses constrangimentos impõem à prossecução de uma política de esquerda. E por isso há quem à esquerda do PS ache que que haverá uma tensão – e obviamente que ela existe – entre os constrangimentos europeus e a vontade de termos uma política que aumente salários e pensões. Aquilo que nós – e isso é um exercício difícil – sempre dissemos é que acreditamos que no quadro europeu é possível termos uma política que dê resposta aos problemas das pessoas, às necessidades imediatas de curto prazo que todos os cidadãos portugueses vão sentido. É isso que vamos querer trabalhar no quadro das restrições orçamentais europeias mas conseguindo garantir que haja uma valorização de rendimentos da nossa população e que haja ao mesmo tempo a defesa e a valorização do nosso Estado social.

A rua pode ser um problema?

A rua não é, como nunca foi, um problema para o PS. Em democracia temos de conviver com o protesto, com a contestação. Isso faz parte e nós temos de saber viver com essa contestação.

Anexo LIII- Notícia Nº43 (Parte IV)

A rua pode ser um problema?

A rua não é, como nunca foi, um problema para o PS. Em democracia temos de conviver com o protesto, com a contestação. Isso faz parte e não temos de saber viver com essa contestação.

Neste caso poderá ser mais pressão no sentido de tendo o PCP e o BE apoiado um Governo PS, pode dar-se o caso de alguns sindicatos fazerem pressão através da rua para verem algumas das reivindicações aceites pelo Governo.

As longo dos anos, desde o início da nossa democracia, tivemos sempre contestação e protesto, pressão, chame-se o que se quiser da parte das organizações sindicais. Sobre essa matéria que não haja ilusões de que as organizações sindicais devam de exigir.

A minha questão era no sentido de que nesta frase há um apelo à mobilização. A frase diz: "É indispensável um novo protagonismo popular"...

Não quero estar a fazer um debate sobre o que o Jorge Costa escreveu. Conheço o pensamento do BE sobre os constrangimentos europeus, respeito que eles pensem como pensam. Primeiro queremos trabalhar dentro desse quadro para melhorar a vida dos portugueses, além de que também achamos, ao contrário de muitas à esquerda, que o quadro europeu pode evoluir. Aliás, como tem evoluído e muito nos últimos anos. Seria impensável há uns anos ver o BCE com a política que tem hoje.

"Acreditamos que o projeto europeu possa evoluir. Acreditar não é uma mera fé - é baseado no que tem acontecido nos últimos anos"

Pedro Nuno Santos

Também é verdade que esse cenário pode mudar, O BCE também avisou que poderia largar o Quantitative Easing já não ser tão...

Mario Draghi já disse que a política monetária está praticamente esgotada nas suas possibilidades e que é preciso que a política orçamental assuma a sua responsabilidade. É aquilo que o PS tem sempre dito, não só no quadro nacional como europeu. Acreditamos que o projeto europeu possa evoluir. Acreditar não é uma mera fé - é baseado no que tem acontecido nos últimos anos. Tem sido um processo vivo e dinâmico. A forma atual da União Europeia não é o fim da história.

Esse é o argumento que dão às empresas e aos mercados financeiros para ficarem descansados com o Governo PS?

Não há nenhuma razão para que não estejam descansados com o Governo do PS. O PS foi tendo ao longo dos anos, e tem ainda hoje, do ponto de vista das políticas públicas de desenvolvimento económico, as respostas mais acertadas para modernizarmos a nossa economia. Vejo muitos liberais a falar de empresas e não sabem o que é uma empresa, nunca entraram numa empresa. Eu sou um social-democrata que cresceu no meio de empresas e de empresários e ouço muitas vezes liberais e académicos liberais a falarem e a única coisa que me ocorre é dizer 'este senhor ou senhora nunca entrou numa empresa, não sabe o que é uma empresa, nem quais as dificuldades de um empresário'. Eu sei! E posso garantir que não há nenhuma razão para que um empresário em Portugal tenha motivos de preocupação relativamente ao programa de Governo do PS.

Há medidas como a redução do IRC que não avança, o regime conciliatório...

[O IRC] nunca foi a questão mais relevante para as nossas empresas. O setor que eu conheço bem é o setor do calçado que exporta a maior parte da sua produção, ou seja, a maioria não vive do mercado interno. Mas a maioria da economia nacional vive do mercado interno e algumas das medidas que nós temos, - de valorização de rendimentos que muita gente já divirta se assusta, - permitirão animar a economia nacional. Mesmo sobre as exportações, temos uma percentagem das exportações no PIB que tem vindo a crescer, mas há outra parte da moeda que nunca ninguém refere: é que as nossas exportações têm ainda um nível de incorporação de importações muito elevado...

Está a falar dos refinados?

Não só os combustíveis, - esse é um dos setores com nível de incorporação mais elevado -, mas a maior parte dos nossos setores tem nível de importações muito elevado e por isso reduz o contributo das nossas exportações para o nosso bem-estar e riqueza. Esse é também um desafio: não só exportar mais, mas exportar mais com maior incorporação de produção nacional. E a direita não tem resposta para isso, pelo menos não revela. Nós tivemos nos últimos anos, muitos economistas a achar - mal - que o caminho para aumentar a competitividade da nossa economia era a desvalorização salarial. Nós queremos uma economia capaz de pagar melhores salários.

[Voltar ao índice](#)

"Com este PSD e este CDS não será possível entendimento"

António Costa disse numa entrevista recente que a postura de PSD/CDS se vai alterar nos próximos meses. Conta que vão conseguir aprovar no Parlamento alguns diplomas com PSD/CDS que não consigam com o PCP e BE?

Aparentemente, com este PSD e com este CDS não será possível. Eu não tenho é a certeza que esta coligação ainda se mantenha por muito tempo. O próprio CDS procurará a sua autonomia. Temos um apoio maioritário e há um trabalho que queremos fazer de proximidade com o PCP, BE e PEV durante os próximos quatro anos para assegurar não só as condições de governabilidade, mas também para tentarmos atenuar muitas das divergências em muitas das matérias que existem.

Há em algumas em que há uma posição totalmente diferente entre PCP/BE/PEV e PS. Já falámos de algumas, por exemplo no mercado laboral...

Mas também temos uma diferença muito grande em relação à direita nessas matérias. A direita não acha que a precariedade laboral seja um problema, é até uma maneira de contornar aquilo que para a direita é uma legislação laboral rígida. Se falar com muitos empresários deste país - e bons empresários - dirão que o problema não é despedir, o problema é mesmo segurar os melhores funcionários. Um académico liberal não consegue pôr de lado a sua obsessão e tentará sempre desregular sempre o mercado de trabalho. Temos problemas graves no mercado de trabalho, e uma excessiva precarização que coloca as pessoas numa situação de grande instabilidade e insegurança.

Mas há assim tantas diferenças programáticas para o PSD/CDS? No debate do programa de Governo salientou que o que os unia eram os compromissos europeus, mas que havia muito que os separava nas áreas setoriais da saúde e educação. Não são matérias conciliáveis ou é uma posição política e não há concertação possível com o PSD e CDS?

Há hoje uma visão muito diferente daquilo que deve ser o Estado social. Não estou a dizer que o PSD queira desistir de um Estado social, mas quer um Estado social diferente. Não haja aqui dúvidas: o PS defende desde logo um Estado social que seja eminentemente público, universal e tendencialmente gratuito. E isto tem consequências na forma como vemos a escola pública e o Serviço Nacional de Saúde. Começando pela escola pública, desde a década de 80, que têm sido estabelecidos contratos de associação com escolas do ensino particular e cooperativo, com o objetivo de dar resposta em zonas onde não havia oferta pública. Entretanto, houve uma sobreposição em muitas zonas do país. E já há alguns anos que o objetivo era reduzir os contratos de associação. Mas em 2013 há uma alteração do ensino particular e cooperativo que muda [tudo] radicalmente: deixa de ser para suprir necessidades na oferta pública e passa a poder estar prevista a concorrência. Há aqui uma opção ideológica. Não é má por ser ideológica, é má porque permite que haja desperdício de recursos. Aquilo que queremos assegurar é uma escola pública de qualidade para todos. Quando estamos a falar de Estado social, estamos a falar de liberdade. Só teremos todos, e não apenas alguns, uma efetiva liberdade, quando conseguirmos, independentemente de sermos filhos de um patrão ou trabalhador, ter formação com qualidade.

Anexo LIV- Notícia N°43 (Parte V)

Essa visão diferente não acontece só na Educação...
Acontece também na saúde e na Segurança Social. Assistimos ainda hoje ao primeiro-ministro a dizer que as isenções [na saúde] aumentaram. O que eu quero lembrar é que foram introduzidas isenções parciais. As taxas moderadoras aumentaram significativamente em média em Portugal.

Esse aumento estava no Memorando...

Na campanha houve uma senhora que ficou conhecida por ser a senhora de cor-de-rosa. Ela hoje paga taxas moderadoras bem mais altas do que pagava antes [por ter apenas isenção para a sua doença] e isso tem consequências. O diferencial de custo entre o público e o privado, na saúde, foi reduzido a quase zero para uma parte significativa da população. Nós temos visões diferentes sobre Estado social. Devem ser debatidas com toda a serenidade e inteligência, sem nos ofendermos uns aos outros. Um Estado social em que a prestação é privada e o financiamento é público, não é necessariamente um Estado social mais barato para o contribuinte.

[Voltar ao índice](#)

Medidas extraordinárias vão "defender Estado social, salários e pensões"

Como é que ficou assegurado que serão aprovadas as medidas extraordinárias para consolidação orçamental? Catarina Martins falou disto numa entrevista, que tinha ficado assente que caso fossem necessárias essas medidas extraordinárias não seriam cortes nos salários e nos rendimentos das pessoas, mas a verdade é que isso não ficou no acordo final...
É óbvio que num prazo de quatro anos podem surgir contingências e circunstâncias com implicações orçamentais, mais ou menos desafiantes do ponto de vista das soluções que temos de encontrar. Aquilo que podemos dizer é que as soluções que vamos encontrar vão respeitar esta dupla restrição: as metas orçamentais compatíveis com a nossa participação do projeto europeu; e a defesa do Estado social e dos salários e pensões. Não cortaremos salários, não queremos cortar pensões e por isso teremos de encontrar soluções orçamentais que cumpram esta dupla restrição. Não podemos voltar a atacar pensões, salários, atacar a tributação sobre os rendimentos de trabalho, nomeadamente o IRS, que já atingiu patamares elevadíssimos – não com um Governo PS, mas com um governo de direita.

"A esquerda tem uma grande responsabilidade e não a pode desperdiçar"

Esta será uma camisa-de-forças permanente. Se isto correr mal, o que vai ser feito da esquerda portuguesa? Não há o risco de desaparecer?

A esquerda tem uma grande responsabilidade: conseguir que o país e os portugueses consigam ter mais e viver melhor, do que aquilo que tivemos e daquilo que a direita tem para oferecer ao país. Temos essa obrigação e essa responsabilidade. Julgo que nenhum de nós a pode desperdiçar. Não acredito que as coisas vão correr mal e tenho a convicção de que nós vamos conseguir trabalhar bem e conseguir com sucesso responder aos problemas que o país tem pela frente. A direita conseguiu convencer uma boa parte do povo português de que ele não tinha direito a mais. E nós temos a certeza de que é possível mais e vamos prová-lo com a nossa governação.

Estes acordos calam a oposição interna no PS?

O PS é um partido plural com uma vida de debate muito intensa que não vai desaparecer, que vai continuar. Mas é evidente hoje, e isso ficou espelhado nos órgãos internos do partido, que a esmagadora maioria do PS apoia esta solução. O que os militantes do PS nunca aceitaríamos, era que o PS se transformasse numa muleta do PSD/CDS. Não foi para isso que criámos o nosso partido, não foi para isso que fomos a eleições. Se alguma coisa o António Costa disse durante a campanha é que não viabilizaria um governo minoritário de direita.

No PS há quem o defenda, como Francisco Assis que não pôs de parte uma candidatura à liderança do PS no congresso depois das presidenciais.

Só posso respeitar a posição do Francisco Assis como ele sempre respeitou a minha e é dessa diferença dentro do PS que nós conseguimos a nossa força, não a nossa fraqueza.

Este momento marca uma diferenciação ideológica no PS?

Este é um debate importante não só para o PS português, mas para toda a social-democracia europeia. É um momento desafiante. Temos várias diferenças no quadro europeu. O SPD [partido alemão], um dos partidos mais antigos da social-democracia europeia, e que integra um governo com a CDU, tem tido dificuldades em destacar-se nas sondagens e a aparecer como uma alternativa. É um problema que hoje enfrentamos: somos os não capazes de apresentar uma alternativa clara face ao centro-direita? Há matérias de consenso e de encontro que se devem manter, e nós não rejeitamos isso, mas tem de haver alguma diferenciação. Esse debate de reposicionamento é um debate que se está a ter. Não sabemos como vai terminar, mas a verdade é que está a acontecer, não só no PS como em toda a Europa. A social-democracia vive uma crise há vários anos – uma crise do ponto de vista ideológico e de alternativa e vai encontrando o seu caminho. Há à esquerda quem acalente com divisões na social-democracia e também no PS português. Isso não vai acontecer.

Divisão entre ala esquerda e ala direita do PS?

Nunca acontecerá uma divisão do PS nem pela direita nem pela esquerda.

Nem o aparecimento de um novo partido ao centro?

O nosso entendimento é que o PS não abandonou o centro, bem sei que há quem pense diferente. O PS mantém-se no consenso europeu, com posições sobre a Europa diferentes da direita, isso nem é novo, e no consenso do Estado social. Não mudamos a nossa posição sobre essa matéria. Agora se forem acompanhar as posições do PSD nos últimos anos, vão perceber rapidamente que o PSD se encostou à agenda do CDS. Em muitas matérias, o PSD foi assumindo o programa mais liberal do CDS. Acho mesmo que a linha hoje do centro atravessa o PS e que o PSD se afastou desse centro.

Também é verdade que essas opiniões diferentes saem dentro do próprio PS. Há uma oposição interna que diz que o PS está encostado à esquerda. Sente-se o alvo dessas críticas por fazer pressão por um PS mais à esquerda?

A minha questão não é ter um PS mais ou menos à esquerda. Aquilo que quero é um PS assumidamente social-democrata, que seja capaz de construir uma sociedade com menores níveis de desigualdade e de pobreza e com mais liberdade. Ao contrário do que muita gente pensa, é de facto um Estado social forte que nos permite ser mais livres enquanto homens e mulheres e esse é o grande projeto da esquerda social-democrata: conseguir uma sociedade com elevados níveis de igualdade, mas sobretudo com liberdade.

António Costa convidou-o para chefiar as equipas de negociação técnicas. Esta foi uma prova de confiança ou de preparação para o futuro?

Estou disponível para trabalhar em nome do PS, ajudar o PS. A solução que António Costa defendeu desde o início ao nível das negociações, era uma solução que eu apoiava também. Por isso, tendo-me sido dada a oportunidade de colaborar nela, empenhei-me com tudo o que sabia e sei para que a solução tivesse sucesso. Obviamente que quero que ela não só tenha sucesso hoje, como nos próximos anos. É para isso que eu quero continuar a trabalhar a ajudar o PS e a ajudar o país.

Anexo LV- Notícia N°44

Newsletters

OBSERVADOR

Isabel Moreira escreve a Cavaco: “A situação não é comparável à de 1987”

16/11/2015, 22:40 ↻ 1.067 🗨️ 37

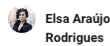
A deputada recorreu à rede social Facebook para enviar uma missiva ao Presidente da República, pedindo a Cavaco Silva para não confundir o que aconteceu em 1987 com a atual situação política.

Partilhe [f](#) [t](#) [g+](#) [in](#) [✉](#)



Vitor Rios / Global Imagens

Autor



Mais sobre

ANÍBAL CAVACO SILVA
GOVERNO
ISABEL MOREIRA
NOVO GOVERNO
POLÍTICA
PAÍS

Isabel Moreira, deputada do PS, escreveu uma carta aberta ao Presidente da República, Cavaco Silva, onde conclui que este não tem alternativa senão dar posse a um Governo formado pela esquerda, com o apoio do PS.

A socialista alega que a atual situação política **não tem comparação** com a de 1987 e acusa Cavaco de “esquecimento”, por ter omitido nas suas declarações que a razão pela qual esteve 5 meses em gestão: “O seu governo foi alvo de uma moção de censura por parte do PRD sem alternativa de governo maioritário parlamentar, pelo que Mário Soares DISSOLVEU a AR e tivemos eleições legislativas.”

“Eu como primeiro-ministro de um Governo estive cinco meses em gestão”, recordou Cavaco Silva, em declarações aos jornalistas na Ribeira Brava, de visita à Madeira. Cavaco respondia sobre a urgência de uma tomada de decisão sobre a crise política, e na resposta recordou aos jornalistas para rever também o que aconteceu após a queda do governo de Sócrates, em 2011. Sem quaisquer impedimentos legais foram convocadas novas eleições de imediato.

Como resposta, Isabel Moreira exortou Cavaco Silva a não “confundir o inconfundível”. Até porque neste momento, ao contrário do que aconteceu em 1987, o Presidente da República não pode dissolver o Parlamento. A deputada deixa ainda dois pedidos a Cavaco Silva: que não crie “normas constitucionais que alegadamente lhe permitem condicionar o novo governo” e que “cumpra a única solução constitucional admissível nas circunstâncias ATUAIS”.

E termina com um apelo ao sentido de estado do Presidente da República, pois considera que é de “elementar grandeza cumprir a lei fundamental mesmo quando desse cumprimento resulte o que pessoalmente não nos agrade.”

Anexo LVI- Notícia N°45

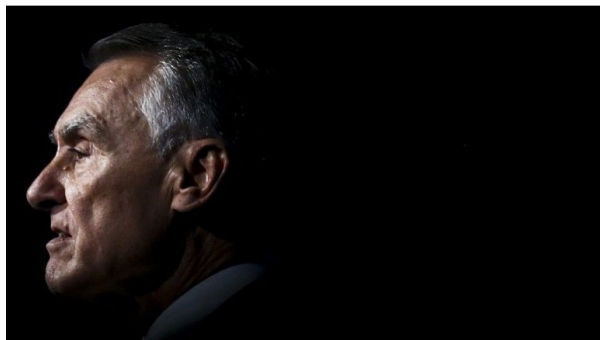
GOVERNO

“Isto não é um Presidente, é um gangster”, diz deputado do PS

17/11/2015, 20:02 7.745 35

Cavaco continua a recordar as crises de 1987 e 2011 e a (aparentemente) desvalorizar os efeitos de manter um governo em gestão até 2016. Deputado socialista acusa PR de ser “um gangster”.

Partilhe



ANDRÉ KOSTERS/LUSA

Autor

Miguel Santos Carrapatoso
Miguel_SantosC
Email

Mais sobre

ANÍBAL CAVACO SILVA
GOVERNO
NOVO GOVERNO
POLÍTICA
PS
PAIS

Primeiro, Cavaco Silva recordou que em 1987 esteve cinco meses em gestão e **aconselhou** os jornalistas a olharem para as crises políticas anteriores, em 1987 e 2011. Esta terça-feira, o Presidente da República **voltou** a comparar a atual crise política com a situação vivida em 2011 e sublinhou que as condições são hoje “muito mais favoráveis”, existindo “uma almofada financeira de dimensão substancial”. No Twitter, o deputado socialista Tiago Barbosa Ribeiro não poupou Cavaco Silva: “Isto não é um Presidente, é um gangster”.

Cavaco insiste: Pior que governo de gestão, foi governo socialista



HOMEM DE GOVERNO/LUSA



Tiago Barbosa Ribeiro
@tbaribeiro

Isto não é um Presidente, é um gangster.

19:04 - 17 de nov de 2015

24 26 29

Seguir

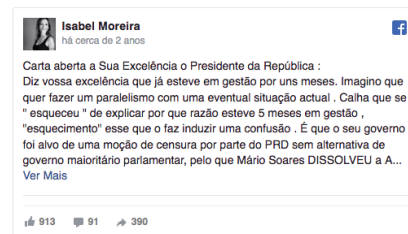
Em causa estão as declarações de Cavaco Silva durante a viagem oficial à Madeira. Aos jornalistas, o Presidente República classificou a dimensão da almofada financeira que havia em 2011 como “exígua” e “assustadora” e revelou que recebeu telefonemas de líderes internacionais “assustadíssimos” com a situação portuguesa. “Eu nem quero vos dizer qual era o montante que tesouro português tinha em cofre em 2011”, reforçou o Chefe do Estado.

As palavras de Cavaco Silva surgem numa altura em que o próprio primeiro-ministro já está convencido de que haverá um novo Governo dentro de duas semanas. Esta convicção **foi transmitida** numa conversa com o antigo presidente do Conselho Europeu, Herman van Rompuy, que foi recebido esta segunda-feira em S. Bento – uma conversa captada pelas câmaras da TVI.

No entanto, as declarações do Presidente da República, que tem insistido em comparar as crises de 1987 e 2011 à atual, parecem alimentar a tese de que Cavaco, no limite, não excluiu a hipótese de manter Passos em gestão. E nem os avisos sobre os eventuais riscos económicos de tal situação parecem abalar o Presidente da República. “Felizmente esta crise política ocorre em situações que são muito mais favoráveis do que aquelas que se verificavam na última que tinha ocorrido, que foi em 2011”, repetiu esta terça-feira Cavaco Silva.

A posição do Presidente da República já motivou reações de outros socialistas. Na segunda-feira, Isabel Moreira escreveu uma carta aberta a Cavaco Silva, onde lembrava o Chefe de Estado que as duas situações são “incomparáveis”. “É que o seu governo foi alvo de uma moção de censura por parte do PRD sem alternativa de governo maioritário parlamentar, pelo que Mário Soares dissolveu a Assembleia da República e tivemos eleições antecipadas. Recordado?”, **explicava** a socialista.

Isabel Moreira pedia ainda a Cavaco para cumprir “a única solução constitucional admissível nas atuais circunstâncias”, sustentando que é de “elementar grandeza cumprir a lei mesmo que desse cumprimento resulte o que pessoalmente não nos agrade”.



Também na segunda-feira, António Costa, em entrevista à RTP 1, defendeu que o “pior que podia acontecer era um Governo de gestão”. “Aquilo que o PR explicitou durante vários meses era que era preciso condições de estabilidade e que era preciso encontrar um suporte maioritário na Assembleia da República e essas condições estão hoje reunidas”, afirmou o líder socialista.

Esta terça-feira, Cavaco Silva **foi recebido** com palavras e ordem, apupos e insultos por cerca de cinco dezenas de manifestantes, no Funchal, junto à Assembleia Legislativa da Madeira, última etapa da visita de dois dias à região.

“Cavaco, escuta, o povo está na luta” gritaram os manifestantes, entre assobios e palavrões, assim que o chefe de Estado chegou ao edifício, à volta do qual fora montada grande uma barreira policial, que mobilizou dezenas de agentes.

Anexo LVII- Notícia Nº46



GOVERNO

Jerónimo: ou há Governo PS, ou há “resposta dos trabalhadores”

18/11/2015, 14:51 ↻ 4.964 41

Líder comunista deixa ultimato ao Presidente: “não há razão” para não dar posse a um Governo do PS. Se for “subvertida” a Constituição, terá resposta dos trabalhadores e do povo”.

Partilhe     



JOSÉ SENA GOULÃO/LUSA

Autor



Mais sobre

ANTÓNIO COSTA
BLOCO DE ESQUERDA
GOVERNO
JERÓNIMO DE SOUSA
NOVO GOVERNO
POLÍTICA
PRESIDENTE DA
REPÚBLICA
PS

Jerónimo de Sousa fez um ultimato a Cavaco Silva: “Qualquer tentativa para procurar subverter a Constituição terá resposta democrática dos trabalhadores e do povo”, disse o líder comunista esta quarta-feira.

A conferência de imprensa foi marcada para o final da manhã, já depois de a Presidência da República ter chamado os partidos para as obrigatórias audiências em Belém. E não teve direito a perguntas dos jornalistas.

O tom foi duro – mesmo tendo em conta que era Jerónimo a falar para o Presidente. “Não há nenhum pretexto ou razão institucional objetiva que justifique a atitude do ainda Presidente da República, não há nenhuma razão para o prejuízo do normal funcionamento das instituições, para que se mantenha por mais tempo o Governo PSD/CDS em gestão. Não há nenhuma razão para que deliberadamente se arraste uma situação que é fator de instabilidade política económica e social”, disse, deixando subentendido que Cavaco não deve pedir mais condições a António Costa para lhe dar posse.

Jerónimo condenou o que disse ser o adiamento da “indispensável e obrigatória consulta aos partidos políticos com representação parlamentar”, que diz alimentar “falsas soluções”. A acusou o Presidente de “optar uma vez mais por procurar intervir em auxílio dos partidos a que pertence, mesmo que para isso afronte a Constituição e outros órgãos de soberania.”

Para o PCP, portanto, “há uma maioria de deputados, que constitui condição bastante para a tomada de posse de um governo alternativo”. E o Presidente terá de assumir “todas as responsabilidades pelas consequências políticas e institucionais da eventual decisão que por, ação ou omissão, contribua para degradar a situação nacional e promover o confronto com outros órgãos de soberania” – leia-se, os partidos de esquerda representados na AR (e que fazem a sua maioria de deputados).

Anexo LVIII- Notícia Nº47

GOVERNO

Centeno: “A austeridade em Portugal chegou ao fim”

19/11/2015, 14:24 3.769 49

Em entrevista, deputado do PS diz que socialistas “não são salvadores da pátria” e que as revoluções fazem-se num dia, mas as reformas duradouras não.

Partilhe



Leonardo Negrão / Global Imagens

Autor

Helena Pereira

Mais sobre

GOVERNO
MÁRIO CENTENO
NOVO GOVERNO
POLÍTICA
PS
PAÍS

Mário Centeno, deputado do PS que coordenou o cenário macro-económico do partido e que poderá ser o próximo ministro das Finanças, declarou esta quinta-feira, em entrevista ao jornal El Español que “a austeridade em Portugal chegou ao fim” mas que isso não quer dizer que “os processos de ajustamento necessário para reformar a economia” vão terminar com um Governo de esquerda.

“Se falamos de políticas de cortes transversais do último Governo, que não tinham sentido e racionalidade em termos de combater as causas fundamentais da crise, então, sim, a austeridade terminou. Os impostos elevados, as medidas imediatas para resolver os problemas imediatos chegaram ao fim. Mas os processos de ajustamento necessários para reformar o sistema económico continuam”, afirmou, numa entrevista dada ao jornal espanhol no seu gabinete de deputado na Assembleia da República.

O deputado do PS explicou que as medidas de alívio da austeridade previstas pelo partido serão compensadas com o crescimento da economia à exceção dos salários da função pública. **“Aí, o Estado terá que ajustar-se para cumprir com algo que consideramos ser uma obrigação,** a de repor os salários. É importante deixar claro que não se trata de um aumento, mas antes do fim de um corte aplicado pelo Governo anterior”.

Segundo Centeno, são três as áreas prioritárias de reformas para o PS: a administração pública, o mercado de trabalho e as empresas e a inovação.

Sobre os acordos do PS com os partidos de esquerda, o deputado socialista explicou que os acordos serão renovados “ano a ano” tal como fez a anterior coligação de Governo quando negociou cada Orçamento. **“O nosso Governo sobreviverá desde que os objetivos comuns sejam suficientemente fortes.** Farei tudo o que for possível para que assim seja, cumprindo o nosso objetivo comum: reduzir a pressão fiscal sobre os portugueses. Esse é o objetivo inicial. Depois há outros: reformar a administração pública, o mercado de trabalho, refinar a Segurança Social”, explicou.

Centeno defendeu ainda o processo de negociação. **“A esquerda fala muito de revolução mas as transformações duradouras não ocorrem num ápice.** Nenhum dos partidos tem votos suficientes para governar com maioria absoluta. E honestamente creio que seria pior para o país se tivessem. **Nós [os socialistas] não somos salvadores da pátria que sabem tudo.** O processo de negociação enriquece as propostas finais”, acrescentou.

O economista fez questão também de diferenciar o caso português do caso grego. “Portugal não tem nada a ver com a Grécia. **A nossa situação económica não tem nada a ver com o caos vivido na Grécia em janeiro.** O PS é um partido social-democrata, europeísta, não tem nada a ver com a posição de confrontação que o Syriza adotou em relação com a União Europeia. Nós propomos medidas bastante moderadas que estão em linha com a evolução da Eurozona”, sustentou.

Anexo LIX- Notícia Nº48

TRANSPORTES

PS avança com recomendação para revogar concessões dos transportes a privados

20/11/2015, 13:55 330 12

O PS entregou dois projetos de resolução em que recomenda ao Governo que proceda à anulação dos processos de subconcessão a privados dos serviços públicos de transportes de Lisboa e do Porto.

Partilhe [f](#) [t](#) [g+](#) [in](#) [e](#)



MARIO CRUZ/LUSA

Autores

Agência Lusa

Ana Suspiro

Email

Mais sobre

CONCESSÕES DE
TRANSPORTES
GOVERNO
NOVO GOVERNO
PARLAMENTO
PARTIDOS E MOVIMENTOS
POLÍTICA
PT
TRANSPORTES
PAÍS
SOCIEDADE
EMPRESAS

O PS entregou esta sexta-feira dois projetos de resolução onde recomenda ao Governo que, no prazo de 90 dias, proceda à anulação dos processos de subconcessão a privados dos serviços públicos de transportes de Lisboa e do Porto.

As duas resoluções referentes à Carris, Metropolitano de Lisboa, Metro do Porto e STCP (Sociedade de Transportes Coletivos do Porto) são subscritas à cabeça pelo líder da bancada socialista, Carlos César, e pela deputada e ex-secretária de Estado dos Transportes Ana Paula Vitorino.

No caso do metro do Porto e da STCP, solicita-se que o Governo “proceda à revogação dos contratos efetuados ao abrigo do processo de subconcessão com as empresas Alsa e Transdev, bem como promova as medidas necessárias ao restabelecimento das condições legais existentes previamente ao processo de subconcessão concluído em setembro de 2015”.

Idêntica formulação é aplicada aos casos da Carris e do Metropolitano de Lisboa, propondo-se a “revogação dos contratos efetuados ao abrigo do processo de subconcessão com a empresa Avanza”, assim como a adoção das “medidas necessárias ao restabelecimento das condições legais existentes previamente ao processo de subconcessão”.

A concretização dos dois processos está ainda dependente do Tribunal de Contas que ainda não deu visto prévio a nenhum das subconcessões. No caso do Metro e Carris, os contratos foram já devolvidos aos juízos com as respostas aos pedidos de esclarecimento feitos pelo tribunal. Nas subconcessões do Porto, os contratos estão do lado das empresas concedentes para prestação de esclarecimentos.

Na semana passada, o grupo parlamentar do PS pediu à Parpública que não fechasse o contrato de venda da TAP ao consórcio Gateway, mas o negócio acabou por ser finalizado depois de uma alteração às condições de recapitalização aprovada em Conselho de Ministros na quinta-feira passada.

Anexo LX- Notícia N°49

BE diz que “Governo zombie” fez uma PPP com a TAP

21/11/2015, 20:28 26

A porta-voz do Bloco de Esquerda, Catarina Martins, acusou o “governo zombie” de PSD e CDS de terem feito uma parceria público-privada com a TAP. “Não é uma venda, é uma renda”, acusou.

Partilhe     



Catarina Martins acusou ainda a direita de só saber fazer uma coisa: “mentir”
JOSE COELHO/LUSA

Autor

 Agência Lusa

Mais sobre

BLOCO DE ESQUERDA
CATARINA MARTINS
GOVERNO
NOVO GOVERNO
POLÍTICA
TAP
EMPRESAS

A porta-voz do BE, Catarina Martins, considerou este sábado que a venda da TAP se trata de uma nova parceria público-privada, sublinhando que se houver prejuízo o Estado terá de pagar “mais uma vez aos privados uma renda”.

“A venda da TAP é uma não venda, é uma renda, é uma PPP [parceria público-privada], é um ‘todo o risco para o público, todo o lucro para o privado’ e, se correr mal, no fim quem manda é a banca”, afirmou Catarina Martins, numa intervenção numa ação de pré-campanha da candidata do BE às presidenciais, Marisa Matias, em Santo António dos Cavaleiros, no concelho de Loures.

Referindo-se à notícia do semanário Expresso que revela que o risco de a dívida da TAP não ser paga aos bancos ficou do lado do Estado, com as instituições bancárias a ficarem com o poder de renacionalizar a transportadora aérea, a porta-voz do BE acusou o Governo “zombie” de Pedro Passos Coelho de ser “uma porta giratória de negócios”.

“Ficámos a saber que este Governo *zombie*, que achou por bem já depois de demitido assinar o contrato de venda da TAP, assinou um contrato que, ao mesmo tempo que vende, é fiador das dívidas e garante que se houver lucro o privado ficará bem, mas que se houver prejuízo, o Estado cá estará outra vez para pagar mais uma vez aos privados uma renda, para pagar mais uma vez prejuízos”, resumiu.

Catarina Martins lembrou que, pelos vistos, embora se dissesse que não se podia pôr dinheiro público na TAP porque a União Europeia não deixava, “se for para pagar os prejuízos que os privados venham a ter” já é possível fazer isso.

Numa curta intervenção, antes do discurso de Marisa Matias, a porta-voz do BE voltou ainda a falar da questão da devolução da sobretaxa do IRS, insistindo na acusação de que o Governo mentiu durante a campanha eleitoral para as legislativas quando prometia a devolução de 35% do imposto.

“A propaganda da sobretaxa sempre foi uma propaganda insultuosa à inteligência de todos nós. Agora sabe-se que não vai sequer ser devolvida. É, se calhar, só o corolário lógico de uma direita que nunca soube fazer mais nada do que mentir, mentir, mentir”, frisou.

Anexo LXI- Notícia N°50

Newsletters

OBSERVADOR

GOVERNO

Marques Mendes não quer “ressabiamento à direita”

22/11/2015, 21:53 ↻ 295 16

Marques Mendes acredita que o Presidente da República vai já chamar António Costa esta segunda-feira para lhe pedir mais garantias, mas que não tem outra opção que não seja dar posse ao líder do PS.

Partilhe [f](#) [t](#) [g+](#) [in](#) [e](#)



José Carmo / Global Imagens

Autor

 Liliana Valente

Mais sobre

ANTÓNIO COSTA
GOVERNO
LUÍS MARQUES MENDES
NOVO GOVERNO
PEDRO PASSOS COELHO
POLÍTICA
SOBRETAXA DO IRS
PAÍS
IRS
IMPOSTOS
ECONOMIA

O comentador e ex-líder do PSD Marques Mendes acredita que o Presidente da República vai chamar já esta segunda-feira António Costa ao Palácio de Belém para lhe pedir mais garantias de estabilidade e diz ainda que com isto, até ao final da semana é possível haver novo Governo. E pede para que o debate político volte ao normal “sem regozijo da esquerda e ressabiamento da direita”. Na SIC, Marques Mendes criticou ainda a atuação do Governo na questão da sobretaxa.

“O mais provável é que amanhã mesmo, o Presidente chame António Costa – será futuramente o indigitado – e pedirá esclarecimentos até de algumas pessoas recebeu, sobre questões de estabilidade, orçamento do próximo ano e de forma a obter de António Costa garantias”, disse no comentário na SIC.

O comentador defende que não é possível um governo de iniciativa presidencial e “manter Passos Coelho em gestão é impossível”, por isso, Cavaco Silva não tem outra opção, mas depois das audições que fez e das palavras que disse na Madeira, o Presidente tem de fazer duas coisas, disse Marques Mendes. Primeiro tem de “explicar isto muito bem às pessoas” uma vez que “deu a sensação que tinha uma solução mágica para evitar o Governo de António Costa” e em segundo lugar “as pessoas querem saber que garantias adicionais foram obtidas para que haja o mínimo de estabilidade”, defendeu.

Marques Mendes aproveitou ainda o espaço habitual de comentário para criticar a gestão da informação sobre a sobretaxa de IRS. Para o comentador, “ou há aqui manipulação ou abrandamento do crescimento” e “se há manipulação, o governo tem de ir ao Parlamento” explicar. Isto porque “não é um problema financeiro nem económico, é de ética política, de verdade. Isto indigna as pessoas”, rematou.

Além de tudo é também um problema político, porque seria muito mau, acredita que esta ficasse na “cabeça das pessoas como última notícia deste governo.

Anexo LXII- Notícia Nº51



GOVERNO

Presidente quer 6 respostas de Costa. Tem "dúvidas quanto à estabilidade e à durabilidade" do Governo PS

23/11/2015, 11:58 1.570 73

Cavaco Silva não indigitou António Costa. O Presidente da República disse ter "dúvidas" em relação "à estabilidade e à durabilidade" do Governo PS. Pediu seis esclarecimentos.

Partilhe     



LUSA

Autor

 Miguel Santos Carrapatoso

 Miguel_SantosC

 Email

Mais sobre

ANTÓNIO COSTA
BLOCO DE ESQUERDA
GOVERNO
NOVO GOVERNO
OS VERDES
POLÍTICA
PRESIDENTE DA
REPÚBLICA
PS

Cavaco Silva diz ter "dúvidas quanto à estabilidade e à durabilidade" sobre um possível Governo PS. O Presidente da República encarregou António Costa de "desenvolver esforços tendo em vista apresentar uma solução governativa estável, duradoura e credível", **mas não indigitou o secretário-geral socialista.**

Este era um dos cenários que estava em cima da mesa: Cavaco Silva só daria a chave de São Bento a António Costa, se o secretário-geral do PS oferecesse novas garantias. E é isso que acaba de acontecer. O Presidente da República pediu ao líder socialista "a **clarificação formal** de questões que, estando **omissas nos documentos, distintos e assimétricos**", estão nos acordos celebrados à esquerda e que "suscitam dúvidas quanto à estabilidade e à durabilidade de um governo minoritário do Partido Socialista, no horizonte temporal da legislatura".

Nessa sentida, depois de olhara para os documentos desenhados por António Costa, Catarina Martins, Jerónimo de Sousa e Heloísa Apolónia, Cavaco Silva pede seis esclarecimentos, lembrando que "o esclarecimento destas questões **é tanto mais decisivo** quanto a continuidade de um governo exclusivamente integrado pelo Partido Socialista".

No comunicado [publicado](#) no site da Presidência, Cavaco diz querer ver esclarecido o que farão os quatro partidos em relação a:

- aprovação de moções de confiança;
- aprovação dos Orçamentos do Estado, em particular o Orçamento para 2016;
- cumprimento das regras de disciplina orçamental aplicadas a todos os países da Zona Euro e subscritas pelo Estado Português, nomeadamente as que resultam do Pacto de Estabilidade e Crescimento, do Tratado Orçamental, do Mecanismo Europeu de Estabilidade e da participação de Portugal na União Económica e Monetária e na União Bancária;
- respeito pelos compromissos internacionais de Portugal no âmbito das organizações de defesa colectiva;
- papel do Conselho Permanente de Concertação Social, dada a relevância do seu contributo para a coesão social e o desenvolvimento do País;
- estabilidade do sistema financeiro, dado o seu papel fulcral no financiamento da economia portuguesa.

Aqui o comunicado na íntegra:

O Presidente da República recebeu hoje, em audiência, o Secretário-Geral do Partido Socialista, a quem entregou o seguinte documento contendo questões com vista a uma futura solução governativa:

Face à crise política criada pela aprovação parlamentar da moção de rejeição do programa do XX Governo Constitucional que, nos termos do artigo 195 da Constituição da República Portuguesa, determina a sua demissão, o Presidente da República decidiu, após audição dos partidos políticos representados na Assembleia da República, dos parceiros sociais e de outros agentes económicos, encarregar o Secretário-Geral do Partido Socialista de desenvolver esforços tendo em vista apresentar uma solução governativa estável, duradoura e credível.

Nesse sentido, o Presidente da República solicitou ao Secretário-Geral do Partido Socialista a clarificação formal de questões que, estando omissas nos documentos, distintos e assimétricos, subscritos entre o Partido Socialista, o Bloco de Esquerda, o Partido Comunista Português e o Partido Ecologista "Os Verdes", suscitam dúvidas quanto à estabilidade e à durabilidade de um governo minoritário do Partido Socialista, no horizonte temporal da legislatura:

- aprovação de moções de confiança;*
- aprovação dos Orçamentos do Estado, em particular o Orçamento para 2016;*
- cumprimento das regras de disciplina orçamental aplicadas a todos os países da Zona Euro e subscritas pelo Estado Português, nomeadamente as que resultam do Pacto de Estabilidade e Crescimento, do Tratado Orçamental, do Mecanismo Europeu de Estabilidade e da participação de Portugal na União Económica e Monetária e na União Bancária;*
- respeito pelos compromissos internacionais de Portugal no âmbito das organizações de defesa colectiva;*
- papel do Conselho Permanente de Concertação Social, dada a relevância do seu contributo para a coesão social e o desenvolvimento do País;*
- estabilidade do sistema financeiro, dado o seu papel fulcral no financiamento da economia portuguesa.*

O esclarecimento destas questões é tanto mais decisivo quanto a continuidade de um governo exclusivamente integrado pelo Partido Socialista dependerá do apoio parlamentar das forças partidárias com as quais subscreveu os documentos "Posição Conjunta sobre situação política" e quanto os desafios da sustentabilidade da recuperação económica, da criação de emprego e da garantia de financiamento do Estado e da economia se manterão ao longo de toda a XIII legislatura.

Anexo LXIII- Notícia Nº52



GOVERNO

Vencido, mas não convencido. PR só indigita Costa porque governo de gestão não dava

24/11/2015, 12:53 582 125

Comunicado do Presidente esclarece que Costa será primeiro-ministro porque um governo de gestão "não corresponderia ao interesse nacional".

Partilhe     



Autor

 Helena Pereira

Mais sobre

ANTÓNIO COSTA
BELÉM
GOVERNO
NOVO GOVERNO
POLÍTICA
PRESIDENTE DA
REPÚBLICA
PAIS

Um governo de gestão “não corresponderia ao interesse nacional”. É assim que o Presidente da República justifica na nota divulgada ao final da manhã no site da Presidência a indigitação de António Costa como primeiro-ministro, ao fim de 15 dias da queda do Governo de Passos e Portas. Sobre a clarificação das seis dúvidas levantadas, Cavaco Silva limita-se a dizer que **tomou “devida nota” das explicações adicionais recebidas** – sem adjetivar sequer as novas informações recebidas ao fim do dia de segunda-feira, por escrito, por parte do secretário-geral do PS.

É um **Presidente vencido, mas não convencido** o que indicou esta terça-feira Costa como primeiro-ministro.

“As informações recolhidas nas reuniões com os parceiros sociais e instituições e personalidades da sociedade civil confirmaram que a continuação em funções do XX Governo Constitucional, limitado à prática dos atos necessários para assegurar a gestão dos negócios públicos, não corresponderia ao interesse nacional”, sustenta a Presidência.

Segundo Cavaco Silva, um governo de gestão “prolongar-se-ia por tempo indefinido, dada a impossibilidade, ditada pela Constituição, de proceder, até ao mês de abril do próximo ano, à dissolução da Assembleia da República e à convocação de eleições legislativas”. Isto, porque a Constituição não permite novas eleições nos seis meses imediatamente seguintes aos da constituição de uma nova Assembleia. Esse período termina a 4 de abril, sendo que no calendário mais curto novas eleições só poderiam ter lugar daí a 45 dias, ou seja, a 22 de maio.

Na segunda-feira, após a audiência com António Costa, o Presidente **exigiu a clarificação de seis dúvidas** sobre: aprovação de moções de confiança; aprovação dos Orçamentos do Estado, em particular o Orçamento para 2016; cumprimento das regras de disciplina orçamental aplicadas a todos os países da Zona Euro; respeito pelos compromissos internacionais de Portugal no âmbito das organizações de defesa coletiva; papel do Conselho Permanente de Concertação Social; estabilidade do sistema financeiro, dado o seu papel fulcral no financiamento da economia portuguesa. A resposta de Costa seguiu por carta horas depois do pedido de Cavaco, redigida sem novas negociações com o PCP, BE e Os Verdes.

Percebe-se pela nota da Presidência que Cavaco Silva não quis revelar se o conteúdo da resposta o tranquilizou ou não. Mas um dos objetivos estava cumprido: haver por escrito um compromisso mais detalhado de António Costa. Um compromisso que o PR deve deixar de herança para o seu sucessor.

“O Presidente da República **tomou devida nota da resposta** do Secretário-Geral do Partido Socialista às dúvidas suscitadas pelos documentos subscritos com o Bloco de Esquerda, o Partido Comunista Português e o Partido Ecologista “Os Verdes” quanto à estabilidade e durabilidade de um governo minoritário do Partido Socialista, no horizonte temporal da legislatura”, lê-se.

Cavaco tinha ainda outra alternativa, um governo de iniciativa presidencial, mas sobre isso nada diz. O último parágrafo conclui que, assim, o PR “decidiu indicar” Costa para primeiro-ministro.

Anexo LXIV- Notícia N°53



GOVERNO

Direita avalia prós e contras de moção de rejeição ao Governo de Costa

25/11/2015, 20:42 ↗ 1.492 🗨️ 49

Com o Governo de Costa em funções, à direita a ordem é para fazer oposição firme e a hipótese de apresentar uma moção de rejeição não é já posta de parte. "Não seria a primeira vez". É certo.

Partilhe     



Passos e Portas estão de volta ao Parlamento já esta sexta-feira e serão os principais rostos da oposição ao Governo de Costa

Autor

 Rita Dinis
 DinisRita
 Email

Mais sobre

ASSEMBLEIA DA
REPÚBLICA
GOVERNO
NOVO GOVERNO
POLÍTICA
PROGRAMA DE GOVERNO
PS
PSD/CDS

É apenas uma questão de "afirmação política", sem efeitos práticos, mas neste momento tudo conta. Numa altura em que a linha argumentativa que percorre toda a direita é a "ilegitimidade política" do Governo de António Costa, o PSD e o CDS ponderam se apresentam ou não uma moção de rejeição ao programa do novo Executivo, que vai ser apresentado e discutido na Assembleia da República já na próxima terça e quarta-feira. Qualquer moção de rejeição tem chumbo garantido pela maioria de esquerda, é certo, mas a ser apresentada fica claro nos registos que a direita rejeitou o atual programa de governação.

Ao que o Observador apurou, a decisão ainda não está fechada, mas é admitida por alguns deputados e definirá de alguma forma o modo como PSD e CDS vão estar na oposição – chumbando tudo (ou quase) o que venha do Governo socialista partindo do pressuposto de que é um Governo sem legitimidade. "Não seria a primeira vez que apresentávamos uma [moção de rejeição]", diz fonte da bancada social-democrata.

Mas se há prós de afirmação política, também há contras. Se é certo que uma eventual moção de rejeição ao programa de Governo do PS não teria quaisquer efeitos práticos, uma vez que seria rejeitada imediatamente pela maioria de esquerda no Parlamento, a verdade é que sujeitar o programa de governo a votação (e ser aprovado) pode em si mesmo ser visto como uma forma de reforço de credibilidade do novo Executivo. Isto porque o programa de governo tem obrigatoriamente de ser apresentado no Parlamento, e discutido pelos deputados durante dois dias, mas só tem de ser votado se houver moções de rejeição em cima da mesa. Caso contrário, não seria sujeito a votos.

Em todo o caso, fonte da bancada social-democrata afirma que não faz "essa leitura", ou seja, que sujeitar o programa a votação e vê-lo ser aprovado pela esquerda não será sinal de maior legitimidade do Governo.

Não é habitual o PSD apresentar moções de rejeição ao programa de Governo, mesmo que se trate de governos socialistas de maioria relativa, mas não seria de facto a primeira vez. Já em 1999, aquando da discussão do programa de Governo de António Guterres (o segundo mandato sem maioria absoluta) o PSD apresentou uma moção de rejeição, assim como o BE, apesar de ambas terem sido, como já se sabia, chumbadas. Muito antes, em 1978, também o PSD avançou com a rejeição do II Governo Constitucional, liderado por Mário Soares, e em 1979, as duas bancadas da direita, do PSD e do CDS, juntaram-se para rejeitar o Governo de Maria de Lurdes Pintasilgo, numa moção conjunta que acabaria mesmo por ser aprovada, mas não pela maioria absoluta dos deputados em efetividade de funções.

Do lado do CDS, a ordem é "um dia de cada vez". Só a partir de sexta-feira, primeiro dia em que o novo Governo do PS estiver em funções, é que os centristas irão preparar a discussão do programa de Governo e, nomeadamente, a apresentação ou não de uma moção de rejeição.

Quando o programa de Governo for discutido esta terça e quarta-feira no Parlamento já os ex-governantes do PSD e CDS, incluindo Passos Coelho, Paulo Portas e Maria Luís Albuquerque, estarão de volta à oposição e ao seu lugar de deputados, devendo participar ativamente no debate.

No passado dia 10 de novembro, quando a esquerda se uniu para derrubar o Governo do PSD/CDS, apresentando cada partido uma moção de rejeição, foi apenas a segunda vez na história que um executivo caiu às mãos da rejeição do Parlamento. A primeira vez aconteceu em 1978, com o Governo de iniciativa presidencial encabeçado por Alfredo Nobre da Costa.

Anexo LXV- Notícia Nº54

Newsletters

OBSERVADOR

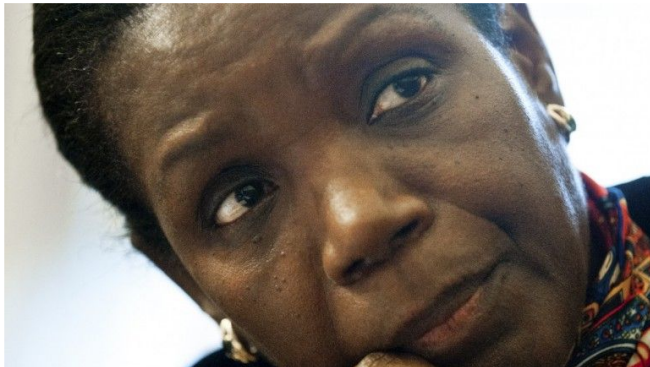
GOVERNO

Governo: Portugal quebra “tabu” com Francisca van Dunem – vice-procurador angolano

26/11/2015, 9:08 ↻ 251 47

Vice-procurador-geral de Angola considera que Portugal quebrou um “tabu” com a escolha de uma mulher negra, Francisca van Dunem, para o Governo, para ocupar a pasta da Justiça.

Partilhe [f](#) [t](#) [g+](#) [in](#) [e](#)



Gonçalo Villaverde / Global Imagens

Autor

Agência Lusa

Mais sobre

ELEIÇÕES LEGISLATIVAS
GOVERNO
JUSTIÇA
LEGISLATIVAS 2015
NOVO GOVERNO
POLÍTICA
PS
ELEIÇÕES

O vice-procurador-geral da República de Angola, general Hélder Pitta-Groz, considera que Portugal quebrou um “tabu” com a escolha de uma mulher negra, Francisca van Dunem, para o Governo, para ocupar o cargo de ministra da Justiça.

“Numa sociedade como a de Portugal não seria fácil, não foi fácil de certeza absoluta, que uma mulher negra chegasse a fazer parte de um Governo”, afirmou Hélder Pitta-Groz, questionado pelos jornalistas, em declarações emitidas hoje pela rádio pública angolana.

Francisca van Dunem nasceu em Luanda a 05 de novembro de 1955, no seio de famílias conhecidas de Angola – Vieira Dias, pelo lado materno, e van Dunem pelo paterno – e é a segunda magistrada a ocupar a pasta da Justiça em Portugal, depois de Laborinho Lúcio.

“Também foi quebrar um bocado esse tabu que havia em Portugal: mulher negra não”, disse o vice-procurador-geral da República de Angola, assumindo-se como amigo da família da nova ministra da Justiça de Portugal.

“Se o PS e os seus parceiros a escolheram é porque reconhecem as suas competências e as suas capacidades”, apontou ainda, naquela que é a primeira reação conhecida de elementos próximos do Governo de Angola a esta nomeação.

Francisca van Dunem chegou a Portugal com 18 anos, para estudar direito, mas a revolução do 25 de Abril de 1974 apanhou-a no segundo ano do curso, tendo regressado temporariamente a Angola.

Em Portugal, a nova ministra da Justiça fez toda a carreira profissional como magistrada no Ministério Público.

É irmã de José van Dunem, do setor ortodoxo e de obediência soviética do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), partido no poder, e cunhada da militante comunista Sita Valles, ambos mortos na sequência do golpe de maio de 1977 em Angola.

Anexo LXVI- Notícia N°55

GOVERNO

Numa coisa estão todos de acordo. "Isto não dura um ano"

27/11/2015, 8:59 667 23

Tudo preso por um fio. PSD e CDS, com Passos e Portas de volta ao Parlamento, vão apostar tudo nas fragilidades do acordo com o PCP. PS acredita que coligação à direita não se aguenta mais que um ano.

Partilha



HUGO AMARAL/OBSERVADOR

Autores

Liliana Valente

Rita Dinis

Divulgação

Email

Mais sobre

ANTÓNIO COSTA

ASSEMBLEIA DA

REPÚBLICA

GOVERNO

NOVO GOVERNO

POLÍTICA

PSD/CDS

Agora invertem-se os papéis: PS passa para o Governo, a coligação PSD/CDS para a oposição. E ambos já tecem a estratégia política para a arena dos próximos meses. Os dois lados apostam que não passa um ano sem que haja uma crise política do outro lado da barricada – PSD e CDS acreditam que o Governo de Costa poderá não sobreviver ao Orçamento de 2017 e no PS aposta-se que a coligação não demora muito a dissolver-se, com o CDS a querer mostrar autonomia. E depois, é cada um por si.

À esquerda e à direita, a estratégia para o próximo quadro político não é muito diferente: desgastar ao máximo o adversário até ele explodir por dentro, apostando as fichas todas na rutura interna com os parceiros de coligação. PSD e CDS querem aproveitar "o fogo" da revolta, "antes que se apague", e explorar no Parlamento as divergências entre as esquerdas, sobretudo com o PCP que é mais fiel ao seu eleitorado. Mas o jogo é quase em espelho do outro lado. O PS aposta parte da sobrevivência do Governo nas fragilidades da coligação, que, acreditam alguns socialistas, não deverá manter-se unida na oposição por muito tempo.

Os tempos que agora começam são de permanente campanha eleitoral. E é preciso repensar qual a melhor forma de recuperar votos.

PS aposta no fim da coligação. CDS quer autonomia

António Costa começa o mandato com a certeza de que, pelo menos nos primeiros tempos, PSD e CDS não lhe vão dar a mão. Mas os socialistas estão convencidos que a união da direita é sol de pouca dura, porque se a cola já era difícil no Governo, será impossível na oposição, quando as obrigações e compromissos se desfazem.

Vários são os responsáveis políticos do PS que acreditam que o CDS, mais cedo do que tarde, querirá e começará a dar provas de vida. Sendo o pequeno partido da coligação já nada tem a ganhar em manter-se debaixo do chapéu social-democrata. "O PSD e o CDS apostaram que este Governo chega a um ano e depois desfaz-se. Quando chegarem à conclusão que as expectativas que tinham não se concretizam, começam eles a desfazer-se", diz ao Observador um dos responsáveis socialistas.

Mas não é o único a apostar que a direita acaba por romper. No dia da tomada de posse, Ana Catarina Mendes, a número dois do PS, vaticinou uma mudança de liderança na oposição: "Parece-me que vai haver mudanças nos partidos da direita, mas não me compete a mim falar da vida interna dos outros partidos", disse à Antena 1.

O discurso pode não ser combinado, mas parece. Ainda a semana passada, antes de entrar para o Governo, o secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, Pedro Nuno Santos, defendeu em entrevista ao Observador que "com este PSD e com este CDS não será possível" entendimentos. Mas acrescentava um "mas": "Eu não tenho é a certeza que esta coligação ainda se mantenha por muito tempo. O próprio CDS procurará a sua autonomia", dizia.

Certo é que também entre os socialistas-democratas se começam a ouvir os primeiros acordos desta música: se o objetivo é recuperar os votos ao centro então o casamento com o CDS não será assim tão vantajoso durante muito mais tempo, ouviu o Observador de fonte parlamentar.

O próprio primeiro-ministro, e secretário-geral do PS, parece estar apostado nessa ficha. Em entrevista à Visão começou por dizer que acredita que "o ressabiamento nervoso da direita passa daqui a uns meses" e que nessa altura os dois partidos poderão assumir "uma postura responsável". Prova disso foi o discurso de posse: a crispação foi mais virada para o Presidente do que para Passos Coelho, a quem saudou "democraticamente" e de que disse que terá feito o que "na sua convicção" era o melhor para o país. Garantiu que não irá antagonizar PSD e CDS, procurará diálogo com todos e acrescentou que não progredirá "com radicalizações". Pelo meio ainda fez o apelo a que não se ouça o conselho do "despeto".

Ainda não se sabe se as palavras vão corresponder aos atos, mas entraram no léxico dos novos governantes. Ao Observador, o novo ministro-adjunto de António Costa, Eduardo Cabrita, assegura que "a lógica é a do compromisso e não a da confrontação" e prova disso é que "nunca houve um compromisso tão alargado quanto este".

O trabalho de não dar azo a essa crispação ficará mais a cargo dos deputados no Parlamento, com a liderança de Carlos César. É na primeira prova de fogo, esta semana, o debate foi aceso, mas não desesperado. Esperam-se pelas cenas dos próximos capítulos.

PSD e CDS dão pouco mais de um ano ao Governo PS

As apostas agora são sobre quanto tempo dura a nova maioria de esquerda. Partindo do princípio que a corda que une a esquerda não rompe nos primeiros testes do Orçamento do Estado para 2016, há no PSD e CDS várias metas em equação: ou pode romper em abril, quando Portugal tiver de apresentar em Bruxelas o Plano de Estabilidade e Crescimento; ou pode romper em outubro, quando o Governo estiver a preparar o Orçamento para 2017, já que nessa altura a Europa não terá a mesma "condescendência" com as metas do défice que teve este ano; ou em 2017, altura em que surge outra etapa fundamental: as eleições autárquicas, que, ouviu o Observador de fontes parlamentares da direita, será o principal teste ao conflito de interesses entre o PS e o PCP, que não abdicará da sua forte influência local. Portanto, um ano ou um ano e meio, no máximo. Depois disso é que são elas.

Até lá, é desgastar, desgastar. A palavra de ordem no PSD é essa: **desgastar a esquerda, explorar as diferenças entre eles, principalmente com o PCP**, que não pode perder o seu eleitorado tradicional (já o BE "é mais maleável" e está "deslumbrado", ouve-se entre os socialistas-democratas), e chumbar "quase" tudo o que venha do novo Governo ou da esquerda parlamentar. "Quase tudo" porque se a linha argumentativa que reina nos corredores social-democratas é de que o Governo não é legítimo e, portanto, nada merece o voto a favor, também prevalece a ideia de que é preciso manter a "coerência ideológica" e aprovar pelo menos as questões ligadas à Europa, política externa ou compromissos internacionais, afirma ao Observador o deputado Sérgio Azevedo, vice-presidente da bancada laranja.

Uma coisa é certa. Como deixou claro Pedro Passos Coelho em entrevista à RTP na semana passada, a direita não vai servir de "muleta" ao PS e não vai aprovar qualquer medida que os partidos da esquerda não aprovelem, nomeadamente "medidas compensatórias que sejam precisas para cumprir metas". "Isso é que não", dizem. Quando chegar o dia em que os socialistas precisem da direita, então esse dia é o dia da queda do Governo. "Das duas uma: ou a esquerda mais à esquerda perde a face quando for obrigada a aceitar as exigências de Bruxelas – e aí perde perante o seu eleitorado – ou deixa de apoiar o Governo do PS em determinada matéria, e aí o Governo cai", resume ao Observador fonte da bancada do PSD.

É a fragilidade do PCP, e o medo de trair o seu eleitorado, que vai ser explorado pela direita. As primeiras semanas no Parlamento, de resto, já mostraram bem como vão ser os próximos tempos. Primeiro, foram as iniciativas do PSD/CDS para debater em plenário a reafirmação dos compromissos externos de Portugal, obrigando a esquerda a destapar as suas diferenças; depois foi o requerimento feito pelo PSD para chamar o então ministro da Defesa ao Parlamento para abordar as questões do combate ao terrorismo, também pouco consensuais entre as esquerdas. E depois foi a polémica celebração ou não dos 40 anos do 25 de novembro, que em 1975 juntou o PS à direita para acabar com o Processo Revolucionário em Curso. Esta quinta-feira foi a vez de explorar as divergências orçamentais, com as medidas extraordinárias sobre a sobretaxa e cortes salariais no centro do debate no Parlamento. É que PCP e BE não estão propriamente de acordo com os socialistas quanto ao ritmo de devolução dos rendimentos e eliminação da sobretaxa – e PSD e CDS não deixaram isso passar em branco, fazendo questão de lembrar como o eleitorado comunista não "perdoará" o partido por aprovar medidas que mantêm a austeridade.

"É por aí que vamos atuar", ouve o Observador de várias fontes da bancada parlamentar social-democrata, que apontam os temas da política externa, Europa e matérias financeiras como os calcunhares de Aquiles do acordo à esquerda.

CDS com "mixed feelings"

Não é que PSD e CDS não estejam afinados ou a caminhar para o mesmo lado, mas se entre os deputados laranja se fala em aproveitar o "fogo" que ainda está aceso contra a ilegitimidade do Governo, e chumbar tudo de forma imperdoável, o CDS põe um pequeno travão na chama da revolta, alertando para o facto de a direita não poder "chumbar tudo a torto e a direito" só porque sim. Nuno Magalhães, líder parlamentar do CDS, chama-lhe "mixed feelings".

O CDS será "oposição firme", é certo, e não viabilizará nada do Governo do PS que requeira o apoio da direita, mas a estratégia de oposição passa por um planeamento "dia a dia", "caso a caso", ouve o Observador de outra fonte da bancada, que sublinha que "só responde pelo CDS" e não pela coligação.

Aos novos tempos que aí vêm junta-se ainda um outro dado: a configuração do Parlamento vai mudar com a chegada à bancada do PSD e do CDS dos ex-governantes, entre eles Passos Coelho, Paulo Portas, Maria Luís Albuquerque ou Assunção Cristas, que vão ser os reforços da direita na estratégia de combate.

Anexo LXVII- Notícia N°56

Newsletters

OBSERVADOR

GOVERNO

PCP pressiona PS a cumprir promessa eleitoral e acabar com portagens na A23

28/11/2015, 18:19 ↻ 6.278 20

Projeto de resolução quer terminar com as portagens entre Torres Novas e a Guarda, pressionando o PS a cumprir promessas de campanha. Costa disse que era necessário facilitar os acessos ao interior.

Partilhe     



Autor

 Catarina Falcão

Mais sobre

ESTRADAS
GOVERNO
NOVO GOVERNO
POLÍTICA
PORTAGENS
INFRAESTRUTURAS
PAÍS
AUTOESTRADAS

O PCP volta a pedir a eliminação de portagens na A23, mas com o acordo à esquerda em vigor com o PS e depois de António Costa ter falado da necessidade de reavaliar “as obrigações contratuais do Estado, eliminar e criar melhor condições de acessibilidade na região do interior” durante a campanha eleitoral, espera que proposta seja avaliada de forma diferente do que aconteceu na legislatura anterior.

Os comunistas alegam que a autoestrada que liga Torres Novas à Guarda não apresenta quaisquer alternativas viáveis e que os utilizadores são obrigados a circular pagando as taxas aplicadas àquele trajeto. **“Não há, como é evidente, nenhuma alternativa viável à A23. A introdução de portagens na A23 representou um retrocesso de décadas nas acessibilidades dos distritos de Santarém, Portalegre, Castelo Branco e Guarda”**, escreve o PCP no projeto de resolução a que o Observador teve acesso.

Esta é a quarta vez que o PCP tenta acabar com as portagens na A23, tendo apresentado três projetos neste sentido nos últimos quatro anos. Nas duas últimas iniciativas apresentadas ainda durante o Governo de direita, o PS votou contra o fim das portagens nesta autoestrada.

No entanto, a revisão das portagens nas zonas do interior e nas zonas transfronteiriças foi abordada por António Costa durante a campanha eleitoral numa visita à Covilhã. **“Já dissemos que é necessário fazer a reavaliação das obrigações contratuais do Estado, eliminar e criar melhores condições de acessibilidade na região do interior e regiões transfronteiriças e de particular afluxo turístico, como a Via do Infante”**, disse o então candidato a primeiro-ministro.

Numa entrevista à TVI, defendeu que é “habitualmente pouco entusiasta de propostas de eliminação de portagens” mas que, por exemplo, o caso da estrada nacional 125, que é um “cemitério”, não pode ser considerada uma alternativa à Via do Infante.

Anexo LXVIII- Notícia N°57

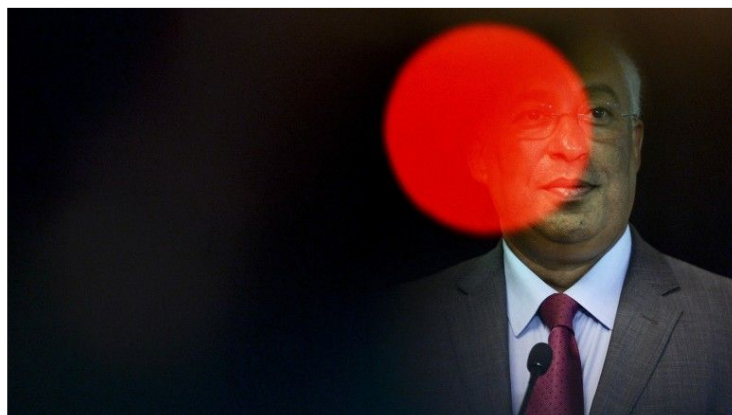
GOVERNO

António Costa, “o grande ilusionista”, segundo o El País

29/11/2015, 20:17 9.086 32

O jornal espanhol traça o perfil de Costa, o “grande derrotado” das eleições de 4 de outubro, “conspirador”, “ilusionista”, “negociador incansável”, que chegou em 50 dias a primeiro-ministro.

Partilhe     



“A próxima aposta é que António Costa, o grande ilusionista, não dura um ano”, escreve o jornal. Mas é difícil antecipar o futuro de um mágico

AFP/Getty Images

Autor



Sara Otto Coelho



sara_coelho



Email

Mais sobre

ANTÓNIO COSTA
EL PAÍS
GOVERNO
NOVO GOVERNO
PERFIL
POLÍTICA
JORNALIS
MEDIA
SOCIEDADE
OBSERVADOR

De grande derrotado nas eleições legislativas a primeiro-ministro. Como? Para o jornal espanhol El País, que publicou um perfil sobre António Costa, o seu grande mérito foi o de conseguir “acordos impossíveis”. O jornal chama-lhe mesmo “o grande ilusionista” e “sempre conspirador”.

“Não é uma pessoa ambiciosa. Mas tem ambição”, disse ao jornal Maria Antónia Palla, mãe do atual primeiro-ministro de Portugal. A partir daí, [recordam-se](#) os muitos cargos por onde passou António Costa, de vereador da Câmara de Loures a deputado na Assembleia, de eurodeputado a “**ministro do que calhar**” e “**sempre conspirador**”.

E sempre ousado, também. O El País recorda a mítica corrida organizada por Costa candidato a Loures em 1993, entre um carro Ferrari e um burro. O objetivo, já recordado pelo [Observador](#), era mostrar o trânsito impossível da Calçada de Carriche e a urgência de o metro de Lisboa chegar a Odivelas. Ganhou o burro. Mas Costa perdeu as eleições.

Também perdeu as legislativas de 4 de outubro, ficando a seis pontos de distância da coligação PSD-CDS. Mas a fama de “**negociador incansável**” que tinha granjeado na época em que foi ministro, primeiro dos Assuntos Parlamentares, depois da Justiça e, durante o Governo Sócrates, da Administração Interna. Uma característica útil para as negociações que se iniciaram no dia seguinte às últimas legislativas, com o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista.

Tanto que, em 50 dias, Costa conseguiu formar Governo, “**feito excepcional apenas ao alcance de gente com superpoderes — o que não tem mérito — ou de mestres do ilusionismo, que é o caso**”, pode ler-se no perfil traçado, que termina com uma previsão: “A próxima aposta é que António Costa, o grande ilusionista, não dura um ano. *Ha*”

Anexo LXIX- Notícia Nº58



SINDICATOS

UGT acusa CGTP de aproveitar apoio político para esvaziar concertação social

30/11/2015, 17:49 1 812 52

O secretário-geral da UGT, Carlos Silva, acusou a CGTP de tentar aproveitar o apoio político do PCP e do BE para esvaziar a concertação social, considerando que este Governo não permitirá que isso aconteça.

Partilhe     



PAULO NOVAIS/LUSA

Autor

 Agência Lusa

Mais sobre

CGTP
EMPRESAS
GOVERNO
NOVO GOVERNO
POLÍTICA
SINDICATOS
UGT
PAÍS

O secretário-geral da UGT, Carlos Silva, acusou a CGTP de tentar aproveitar o apoio político do PCP e do BE para esvaziar a concertação social, considerando que este Governo não permitirá que isso aconteça.

"[...] Há uma tentativa e vontade de aproveitar o apoio político do PCP e do BE para poder condicionar a apresentação de algumas políticas e retirar à concertação social aquilo que é a sua intervenção num conjunto de matérias como salário mínimo, criação de emprego, políticas de competitividade e levá-las para a Assembleia da República", afirmou Carlos Silva, no final de uma reunião com o novo ministro da Economia, Manuel Caldeira Cabral, que iniciou hoje uma ronda de audições com os parceiros sociais.

Numa entrevista ao Público, publicada no domingo, o secretário-geral da CGTP, Arménio Carlos, disse que não quer acabar com a concertação social, mas enfatizou que todos os esforços estarão concentrados na Assembleia da República, porque é aí que será possível concretizar algumas das promessas feitas pelo PS e pelos partidos à sua esquerda "de forma mais objetiva".

Em declarações aos jornalistas, o dirigente sindical considerou que "o PS continuará a apostar na concertação social", isto é, no debate tripartido dos temas económicos e sociais com os representantes dos patrões e dos trabalhadores.

Carlos Silva disse que, nos últimos dias, tem trocado impressões com vários membros do Governo e que "a opinião é consensual e transversal": "Não será com este Governo que a concertação social será esvaziada".

O secretário-geral da UGT recordou ainda que a CGTP "todos os anos participa nas conferências da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que é uma organização tripartida, tal como a concertação social, porque é assim que faz sentido".

"Não vale a pena ir por esse caminho que é um caminho errado", sublinhou.

Carlos Silva revelou ainda "grandes expectativas" em relação ao Governo liderado por António Costa, destacando o facto de que três dias depois do primeiro Conselho de Ministros, no primeiro dia útil após a primeira reunião do Executivo, o ministro da Economia já estar em contacto com os parceiros.

Caldeira Cabral começou hoje uma série de contactos com todas as confederações empresariais e reuniu com a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP) e com a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP) e com a União Geral de Trabalhadores (UGT).

Em declarações aos jornalistas, no final do encontro com a UGT, o governante reafirmou que "há uma porta aberta no ministério para construir soluções para o país", mensagem que fez chegar à central sindical.

Caldeira Cabral afirmou que está à frente de um ministério que "quer lançar investimento em Portugal, o que se faz com os empresários, com empreendedores, com quem arrisca, mas também com os trabalhadores que são uma parte muito importante desta equação".

Anexo LXX- Link para aceder aos comentários analisados.

https://meocloud.pt/link/a4ff2d05-791e-4079-bd38-98f39345b8ae/TESE_DOUTORAMENTO/